

# Diálogos Interculturais Portugal-China 1

editores 主编  
Carlos Morais  
Cheng Cuicui  
António Manuel Ferreira  
Maria Fernanda Brasete  
Ran Mai  
Rosa Lúcia Coimbra



葡萄牙，中国  
跨文化对话

第一辑



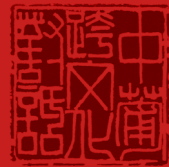
## Diálogos Interculturais Portugal-China 1



葡萄牙，中国  
跨文化对话

第一辑

Este livro, o primeiro de uma série dedicada aos *Diálogos Interculturais Portugal-China*, reúne 43 estudos de investigadores portugueses e chineses, nos domínios das relações políticas e económicas, da história, da cultura, da literatura, da tradução, das artes e do ensino das línguas, distribuídos por duas partes: I. Rotas de aproximação; II. Línguas e artes em diálogo.



本书为《葡中跨文化对话》系列丛书的第一辑，收录了葡萄牙和中国学者在政治经济关系、历史、文化、文学、翻译、艺术和语言教学领域的43篇论文。全书分为上下两篇：《增进往来之路》与《对话中的语言与艺术》。



universidade de aveiro  
instituto confúcio  
阿威罗大学孔子学院



universidade de aveiro  
instituto confúcio  
阿威罗大学孔子学院

# Diálogos Interculturais Portugal-China 1



葡萄牙，中国  
跨文化对话

第一辑



universidade de aveiro  
instituto confúcio  
阿威罗大学孔子学院

## **FICHA TÉCNICA** 图书数据

### **TÍTULO** 书名

Diálogos Interculturais Portugal-China 1

葡中跨文化对话（第一辑）

### **EDITORES** 主编

Carlos Morais

Cheng Cuicui

António Manuel Ferreira

Maria Fernanda Brasete

Ran Mai

Rosa Lúcia Coimbra

### **COMISSÃO CIENTÍFICA** 学术委员会

Ana Maria Ramalheira (Universidade de Aveiro), António Graça de Abreu (Universidade de Aveiro), António Lázaro (Universidade do Minho), António Valente (Universidade de Aveiro), Carlos Ascenso André (Universidade de Coimbra e Instituto Politécnico de Macau), Carlos Costa (Universidade de Aveiro), Carlos Rodrigues (Universidade de Aveiro), Catarina Xu (Universidade de Estudos Internacionais de Shanghai), Fernanda Ilhéu (ISEG, Universidade de Lisboa), Graça Magalhães (Universidade de Aveiro), Helena Santana (Universidade de Aveiro), João Nuno Corrêa-Cardoso (Universidade de Coimbra), José Carlos Seabra Pereira (Universidade de Coimbra), Luís Filipe Barbeiro (Instituto Politécnico de Leiria), Luís Filipe Barreto (CCCM e Universidade de Lisboa), Maria Eugénia Pereira (Universidade de Aveiro), Maria Luís Pinto (Universidade de Aveiro), Mário Vairinhos (Universidade de Aveiro), Nuno Dias (Universidade de Aveiro), Nuno Rosmaninho (Universidade de Aveiro), Rosário Pestana (Universidade de Aveiro), Rui Loureiro (Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes), Rui Lourido (Observatório da China), Shao Ling (Universidade de Aveiro), Teresa Cid (Universidade de Lisboa), Wang Suoying (Universidade de Aveiro), Wei Ming (Universidade de Estudos Internacionais de Pequim), Yao Jing Ming (Universidade de Macau), Zélia Breda (Universidade de Aveiro), Zhang Yan (Universidade de Nankai), Zhu Li (Universidade de Estudos Estrangeiros de Tianjin) e os editores.

### **CAPA** 封面设计

Nuno Dias

### **AUTOR DO CARIMBO** 印章篆刻

Lihui Guo

### **CONCEÇÃO GRÁFICA** 版面设计

Década das Palavras

### **IMPRESSÃO/ACABAMENTO** 印刷

Clássica, Artes Gráficas

### **EDIÇÃO** 出版社

UA Editora

Universidade de Aveiro

### **1.ª EDIÇÃO** 第1版

Novembro de 2018

### **TIRAGEM** 印数

300 Exemplares

### **DEPÓSITO LEGAL** 法定送存

448987/18

### **ISBN**

978-972-789-575-5

### **CORRESPONDÊNCIA** 联系地址

Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro

Campus de Santiago – Edifício 3

3810-193 Aveiro (Portugal)

© Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro

# ÍNDICE

## Nota Introdutória

前言 .....	9
----------	---

## Parte I: Rotas de aproximação

### 上篇 增进往来之路

Portugal-China: a distância que aproxima	
葡萄牙与中国：拉近的距离 .....	13
Luís Filipe Barreto	

Impressões da China nos <i>Colóquios dos simples</i> de Garcia de Orta (Goa, 1563)	
加希亚·达·奥尔塔 《印度香药谈》之中国印象(1563年，果阿) .....	39
Rui Manuel Loureiro	

Peregrinações de Fernão Mendes Pinto e outros portugueses pela China, o mítico reino da perfeição	
费尔南·门德斯·平托与其他旅华葡萄牙人的远游：神秘的完美王国 .....	61
Deana Barroqueiro	

Camões e a China	
卡蒙斯与中国 .....	83
Eduardo A. C. Ribeiro	



Escrever sobre a China no século XVII: Álvaro Semedo e a obra *Imperio de la China*

记述十七世纪的中国：曾德昭与其作品《中华帝国》 ..... 99

Isabel Murta Pina

Escritas literárias sobre a China: O romance histórico na relação luso-chinesa

关于中国的文学创作：中葡关系中的历史小说 ..... 121

Maria Helena do Carmo

*O Conto dos Chineses* de Cardoso Pires: imigrantes chineses na literatura portuguesa

卡尔多斯·皮尔斯的《中国人的故事》：葡萄牙文学中的中国移民 ..... 137

Paulo Jorge Teixeira Cavaco & Rosa Maria Sequeira

Cores e fragrâncias do Oriente: as *Histórias de Macau* de Altino do Tojal

东方的色彩与芬芳：阿尔迪诺·德·托加尔的《澳门故事》 ..... 149

Maria do Carmo Cardoso Mendes

O problema da identidade humana em Macau ou a experiência de uma existência quântica

澳门人群特征问题暨量化存在之经验 ..... 155

Paulo José Miranda

A criação da Diocese de Macau no contexto da política régia da Coroa Portuguesa para o sudeste asiático (c. 1566-1583)

1566年-1583年葡萄牙王国东南亚统治政策背景下澳门教区的设立 ..... 161

Kevin Carreira Soares

A construção da imagem pública de Yongle (r. 1402-1424): ideologia e propaganda política do “segundo fundador” da dinastia Ming e as *Beijing Bijing Tu* (“Oito vistas de Beijing”)

永乐大帝公众形象之建立：大明“第二建国者”

的政宣理念与北京八景图 ..... 175

Elisabetta Colla

O café e o chá nas culturas de Portugal e da China

中葡文化中的咖啡与茶 ..... 195

Jiaqi Zhu

O papel criador da deusa Nüwa: o mito da criação da Humanidade como diálogo intercultural entre China e Ocidente	
女娲造人的角色: 作为中西跨文化对话的人类创世纪神话	209
João Marcelo Mesquita Martins	
O povo português, segundo Teófilo Braga	
迪奥菲洛·布拉加眼中的葡萄牙民族	223
Yuxiong Zhang	
Uma Faixa, Uma Rota: visão e ações da estratégia chinesa	
一带一路: 中国战略的展望与行动	239
Anabela Santiago	
A Segurança Energética: desafios e estratégias	
能源安全: 挑战与策略	247
Carla Fernandes	
Políticas públicas de turismo na República Popular da China: uma revisão da sua evolução ao nível do turismo emissor	
中华人民共和国旅游公共政策: 出境旅游行业发展之回顾	269
Jiawei Xing & Zélia Breda	
Viajantes chineses a nível internacional: A ascensão do turista independente	
走出国门的中国旅行者: 自由行游客的兴起	287
Ana Marília Henriques & Zélia Breda	
A atual realidade das relações económicas luso-chinesas e perspectivas futuras	
中葡经济关系的现状与未来展望	305
Rui P. Pereira	
O socialismo chinês para o século XXI: O sonho chinês. A China formosa e a Nova Rota da Seda para a Paz	
二十一世纪的中国社会主义: 中国梦-美丽中国与通往和平的新丝绸之路	313
António dos Santos Queirós	
Incursões no mundo da cultura chinesa: um testemunho	
在中国文化世界中遨游: 一次亲历	343
Paulo Sá Machado	

## Parte II: Línguas e artes em diálogo

### 下篇 对话中的语言与艺术

Classical Translation and Hermeneutic Dimensions 经典翻译与阐释学维度.....	349
Zhu Yuan	

<i>Ou-Mun Kei-Leok</i> (1950) ou <i>Breve Monografia de Macau</i> (2009): uma obra original e única, traduzida por Luís Gonzaga Gomes e Jin Guo Ping 1950年版与2009年版《澳门记略》：高美士与金国平翻译的独特原创.....	359
Vanessa Sérgio	

Eufemismo na tradução fonética para chinês 葡汉音译中的雅译问题.....	377
Wang Suoying	

Tendências na tradução da atual sinologia portuguesa 葡萄牙现代汉学翻译趋向.....	387
Ana Cristina Alves	

A criação do conceito de interculturalidade na aula de tradução português-chinês 葡中翻译课堂上跨文化意识的培养.....	397
Wei Ming	

Encontros interculturais: Fraturas e continuidades descobertas no diálogo entre estudantes chineses e portugueses 跨文化相遇：中葡学生对话中所发现的阻断与连续.....	405
Luís Barbeiro	

Aprendendo português em Portugal: perfil dos alunos chineses do DLC-UA 在葡萄牙学葡语：阿威罗大学语言文化系中国学生之概况.....	423
Carlos Morais & Rosa Lúcia Coimbra	

Diálogos interculturais Portugal-China: Alguns desafios colocados no âmbito do ensino de PLE a sinofalantes 葡中跨文化对话：中国学生葡语教学所面临的若干挑战.....	443
Micaela Ramon	

A importância da transmissão de conteúdos culturais para o ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras	
外语教学中文化内容传递的重要性探究 .....	459
Ying Han	
A leitura e o ensino de PLE	
阅读与对外葡语教学 .....	465
Catarina Xu Yixing	
Reflexões sobre o ensino de Chinês a falantes de Português	
有关葡国学生汉语教学的若干思考.....	475
Ran Mai	
Introduction of the Catholic Music Culture in Macao: musical existence in the Colégio de São Paulo (1594-1762)	
澳门天主教音乐文化的引入：1594年-1762 年圣保罗学院的音乐存在 .....	501
Dai Dingcheng & Shao Xiao Ling	
Implementação da Música Tradicional Portuguesa em Macau	
葡萄牙传统音乐在澳门的推行.....	507
Abel Moura	
A problemática da vocalidade na canção chinesa enquanto cantor europeu	
欧洲歌唱家演唱中国歌曲的声乐问题.....	513
Isabel Alcobia & Ri Nan	
A postura corporal do <i>Tai Chi Chuan</i> aplicada à <i>performance</i> instrumental	
乐器演奏中太极拳体式的运用.....	521
Mário Teixeira	
Identidade e cinema no tempo da cidade-ecriã	
大银幕城市时代的特性与电影.....	537
Rui Filipe Torres & Rui Manuel Martins de Sousa Torres	



The posters for the Asian films of João Pedro Rodrigues and João Rui Guerra da Mata: A comparative study 若昂•佩德罗•罗德里格斯与若昂•罗伊•格拉亚洲主题电影海报之对比研究 . . . . .	551
Igor Ramos & Helena Barbosa	
Adaptação das marcas ocidentais na transmissão da mensagem publicitária na China 西方品牌在中国广告沟通中的调适. . . . .	565
Maria do Céu Guerra & Álvaro Rosa	
A influência da filosofia tradicional chinesa no espaço construído 中国传统哲学在城建空间之影响. . . . .	573
Odete F. Sampaio Pereira & Álvaro Rosa	
A porcelana entre dois mundos: reinterpretações portuguesas da paisagem chinesa <i>shanshui</i> 两个世界之间的瓷器：中国山水风景图案的葡萄牙演绎. . . . .	591
Mo Guo	
A beleza de “Deadwood” – Linguagem artística e conceito artístico de “Deadwood” “朽”之美 — 朽木的艺术语言及其艺术观念. . . . .	609
Bingming Sun	
A Beleza da Caligrafia Chinesa 中国书法之美 . . . . .	615
Mo Guo & Lihui Guo	

# NOTA INTRODUTÓRIA

## 前言

Criado a 23 de abril de 2015, o Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro (IC-UA) tem como principais missões apoiar e promover o ensino da língua e da cultura chinesas em Portugal, reforçar a cooperação no domínio educativo entre a China e Portugal, desenvolver atividades de investigação no âmbito das relações sino-portuguesas, que contribuam para melhorar a compreensão mútua e a amizade entre estes dois países tão distantes, mas unidos por seculares relações históricas.

Este livro, o primeiro de uma série dedicada aos *Diálogos Interculturais Portugal-China*, surge no contexto desta última linha de ação do IC-UA. Reúne 43 estudos de investigadores portugueses e chineses, nos domínios das relações políticas e económicas, da história, da cultura, da literatura, da tradução, das artes e do ensino das línguas, distribuídos por duas partes: I. Rotas de aproximação (pp. 11-346); II. Línguas e artes em diálogo (pp. 347-624).

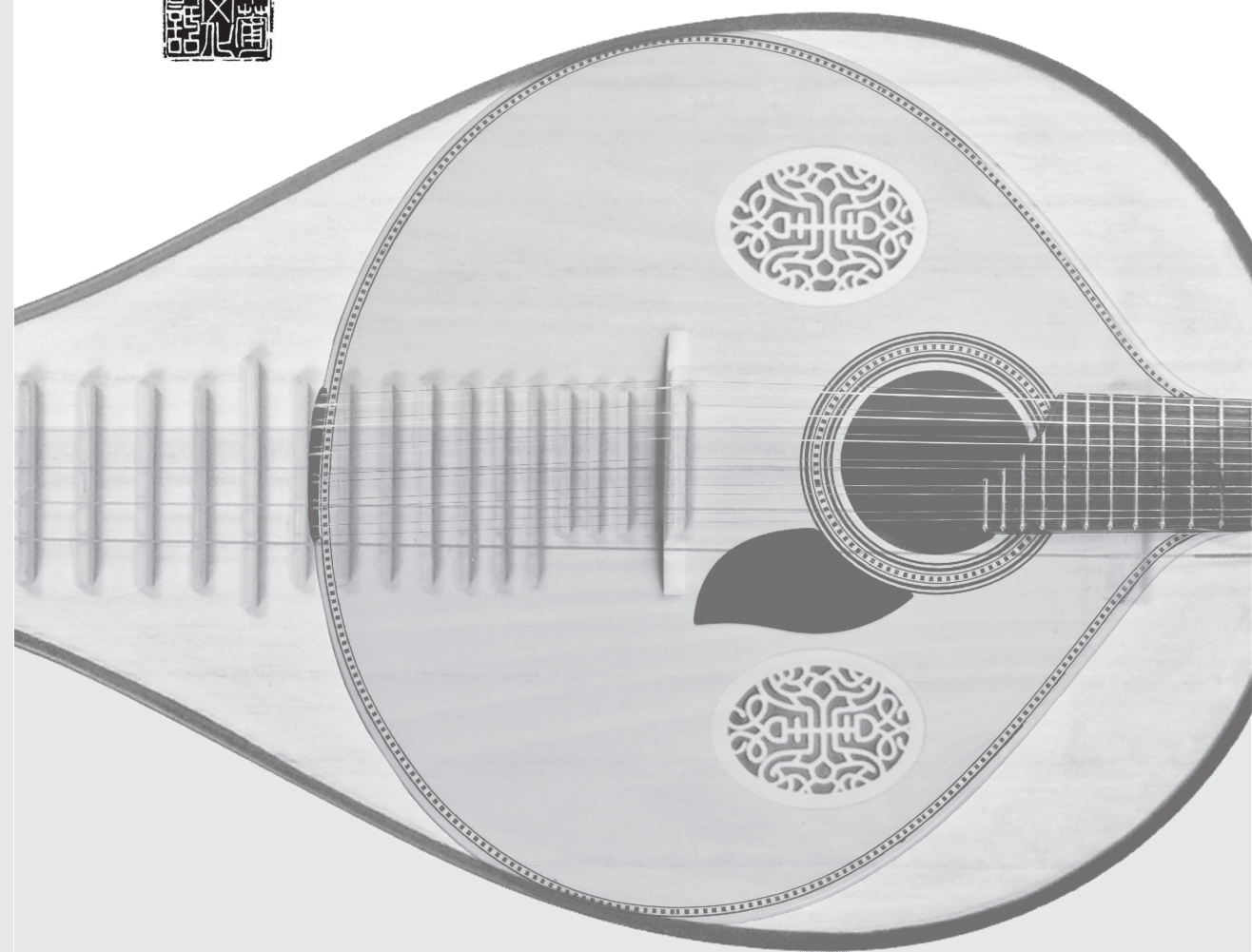
葡萄牙阿威罗大学孔子学院成立于2015年4月23日，其主要任务是支持和促进葡萄牙中国语言与文化的教学，加强两国在教育领域的合作，并开展与中葡关系相关的科研活动。中国与葡萄牙相距甚远，却因数百年的历史渊源而团结在一起。而阿威罗大学孔子学院则为增进两国之间的友谊与相互理解作出了贡献。

本书为《葡中跨文化对话》系列丛书的第一辑，是阿威罗大学孔子学院中葡关系科学研究的成果，收录了葡萄牙和中国学者在政治经济关系、历史、文化、文学、翻译、艺术和语言教学领域的43篇论文。全书分为上下两篇：《增进往来之路》（11页~346页）与《对话中的语言与艺术》（347页~624页）。



# Parte I: Rotas de aproximação

## 上篇 增进往来之路







# PORTUGAL-CHINA: A DISTÂNCIA QUE APROXIMA

## 葡萄牙与中国：拉近的距离

**Luís Filipe Barreto**

Universidade de Lisboa

[...] a tolerância recíproca pressupõe realizadas duas condições [...] por um lado uma igualdade relativa, e por outro, uma distância física suficiente [...]

Claude Levi Strauss, 1983

**I.** As relações entre portugueses e chineses nascem em 1509 nos mares e ilha da zona portuária de Malaca. São contactos informais, marítimos, de mútuo reconhecimento, entre autoridades oficiais do Estado – Dinástico de Portugal e um grupo de privados mercadores chineses da Província de Guangdong em comércio na Ásia do Sueste<sup>1</sup>. 1509 marca a emergência de relações diretas, regulares, contínuas entre portugueses e chineses. Marca o nascimento das diretas e modernas conexões e interdependências marítimas Europa, China, Atlântico, Índico, Pacífico Asiático/Mares do Sul da China.

As relações entre Portugal e a China, entre o Extremo-Occidental da Eurásia, na península de penínsulas que é a Europa e o Extremo Oriental, da maior plataforma continental e marítima da Eurásia, que é a China, possuem uma singularidade e especificidade únicas: são as primeiras relações diretas, regula-

---

<sup>1</sup> “[...] É na ilha fronteira a Malaca, por nós chamada “ilha dos chins”/“porto dos chins”, reservada aos navios estrangeiros, que os portugueses estabelecem, pela primeira vez, contacto com mercadores chineses, no caso o cantonense “Chulata” / “Cheilata” (“Xu Lada”) [...] por entre palavras em chinês e português com a língua árabe por intermediária” [...] (Barreto, 2006, pp. 43-44).

res, contínuas, as fundacionais relações diretas entre as modernidades globais que vão emergindo na Eurásia dos séculos XV a XVII.

A distância máxima na Eurásia entre as faixas litorais e marítimas de Portugal e da China produziu a primeira conexão direta e moderna entre europeus e chineses. O mar, as caravelas, as naus e os juncos transformaram o distanciamento em relacionamento, fizeram da distância máxima proximidade primeira (vd. Ptak, 1998 e Wade, s.d.). Portugal e a China possuem, pois, um relacionamento único, uma conexão regular e contínua da mais longa duração, meio-milenar.

Até à emergência em Malaca no século XVI das relações diretas transculturais e comerciais marítimas, entre Portugal e a China, as relações entre Europeus e a China tinham sido indiretas, irregulares, ocasionais, de pontuais contactos diretos neste ou naquele momento para pouco tempo depois regressarem ao padrão das relações indiretas e descontínuas (vd. Shen Fuwei, 1996; Smith, 2009; Mu-Chou Poo, 2006).

As relações indiretas datam da antiguidade, da China Han e dos mundos Grego e Romano. São trocas mercantis das luxuosas e exóticas seda e porcelana, através da Pérsia, Índia, Índico e da Ásia Central, mais tarde a partir do século VII do Islão, em troco de moeda e metais preciosos: “[...] a Índia, os Seres, a Península (arábica) arrebatam todos os anos ao nosso império cem milhões de Sestércios, calculando por baixo: a tal preço nos sai o nosso luxo e as nossas mulheres [...]” (Plínio, 1997, XII, 84; vd. Gil, 1995 e 1993).

Na idade das relações indiretas, até ao surgimento das relações Portugal-China, reina o mútuo quase desconhecimento, a muito escassa informação europeia sobre a China, os genéricos termos “Seres” e “Cataio”<sup>2</sup>, e a não menos escassa informação chinesa sobre a Europa na geografia incerta de um Ocidente<sup>3</sup>.

Estas relações (verdadeiramente mais pontuais contactos por via de Outros) indiretas, irregulares, bem reduzidas e ocasionais entre Europeus e a China duram dos séculos II – I a.C. até aos finais do século XV, duram até ao ano de 1509/Malaca, na fronteira marítima da Ásia Pacífico com o Índico, que faz emergir a Idade de Relacionamento Direto, Regular, Contínuo onde ainda hoje vivemos e cada vez mais.

---

<sup>2</sup> Acerca do Oriente nos mundos de viagem dos europeus medievais, veja-se o recente Phillips (2014). Na mais longa duração destas *classificações*, Gorshenina (2014); Fôret & Kaplony (2008).

<sup>3</sup> Acerca do Ocidente na cultura chinesa, veja-se Wang, M. M. (2014).

As relações indiretas entre Europeus e a China duraram cerca de milénio e meio enquanto que as relações diretas nascidas da e na conexão Portugal-China duram há meio milénio. O grande ponto de viragem, nos processos da mais longa duração de dois mil anos de conexão e interdependência Europa-China, encontra-se no século XVI, nos anos de 1509/Malaca, 1513/Cantão, 1517/ Embaixada de Tomé Pires, 1555/Macau, que fazem nascer plataformas marítimas, culturais, políticas de mútuo entendimento e de mútuo benefício (vd. Barreto, 2012; Carneiro & d' Oliveira Martins, 2014; Loureiro, 2000; Romano, 2016).

Na longa idade de relacionamento indireto e descontínuo, a Europa, indiretamente, recebeu escassas manufaturas (sedas e porcelanas), escassos produtos exóticos chineses. Mas, recebeu, também, algumas das grandes inovações tecnológicas nascidas e vindas da China por via do Islão<sup>4</sup> e das rotas terrestres abertas com o Império Mongol (vd. Abu-Lughod, 1989; Hodgson, 1993; Ptak, 2007).

A China foi nesta idade de relacionamento indireto um dos polos mundiais da inovação. Da China, essas inovações tecnológicas de então passaram à restante Ásia Oriental, à Ásia Ocidental, Islão e Europa (vd. Hobson, 2004; Huff, 1993). Algumas dessas inovações chinesas que se mundializaram para as restantes Ásias da Ásia, Norte de África e Europa, sobretudo a partir dos séculos XII e XIII, tiveram alta importância no nascimento do relacionamento direto marítimo e moderno do século XVI.

O encontro de portugueses e de chineses em Malaca, em 1509, com as suas caravelas/naus, canhões, juncos, só foi possível graças a inovações tecnológicas chinesas universalizadas, como a bússola e a pólvora, saídas da China e dos Mares do Sul da China para a Europa, nos séculos XIII e XIV, sobretudo por via do Islão, Árabe e Persa.

Quando os portugueses e os chineses falaram pela primeira vez em Malaca/1509 fizeram-no em árabe. O árabe era então a grande língua franca do comércio marítimo internacional. A única língua em comum que possuíam portugueses e chineses porque o Islão era a fronteira que, ao mesmo tempo, separava e comunicava, afastava e aproximava indiretamente Europa e China. Quando, por volta de 1565, já no ambiente da plataforma comum de Macau, os chineses falam/escrevem pela primeira vez Portugal (*Pulidujia*) ecoa a palavra persa de 1305-1306 *Pordukala* (Portugal) do então Irão Mongol conquistado em 1230-1231 (Mohebbi, 2016, pp. 48-50 e Lane, 2007).

<sup>4</sup> Para a relevância destas relações China-Islão, veja-se Park (2012) e, no seu largo contexto, Beaujard (2012).



As relações indiretas, sobretudo por via do Islão, possibilitaram a chegada à Europa de inovação tecnológica de origem chinesa, adaptada e transformada, como vemos com a bússola marítima que nos séculos XI e XII tem nas províncias marítimas do Sul da China, muito em especial em Guangdong, altas melhorias com uma agulha de aço magnetizada e que encontramos em Aden no século XII e no Mediterrâneo (Sicília Islâmica e Itália) no s. XIII. A pólvora/modelos de canhão de bronze chega da China ao Egipto no século XIII e dissemina-se pela Europa mediterrânea e Atlântica nos séculos XIV e XV. O fabrico do papel, invenção chinesa do século I a. C., começa a ter difusão global sobretudo a partir do século VIII (Samarçanda, 751 e Bagdad, 795) e vamos encontrá-lo no Islão Mediterrâneo (Fez, 1100, Sicília, 1109) Sevilha e nas Europas do Islão, 1150 e da Cristandade: Veneza, 1290. O mesmo processo de difusão, transformativa adaptação, se passa com a impressão xilográfica, nascida na China no século VII, que vemos na Europa do século XIV (Veneza, Cracóvia, etc.) e no fabrico da porcelana-faiança que encontramos na Pérsia dos séculos XI e XII e em Veneza, 1470 e que mais tarde em resultado também das relações diretas irá expandir-se pela Europa (Florença, 1580; Delft, 1634; Ruão, 1673, etc.).

A idade das indiretas articulações entre Europas e China não é pois um tempo vazio. É mesmo um processo que acelera com condutores eurasiáticos como o Islão e o mundo Mongol, a partir dos séculos XII, XIII, XIV, XV. No entanto, a Grande Transformação, qualitativa e quantitativa, na conexão e na interdependência Europa-China está guardada para o século XVI e para a lógica processual do encontro (plataforma marítima Eurasiática) Portugal-China

**II.** A singularidade das relações Portugal-China reside no facto de serem as primeiras conexões e interdependências Europa-China diretas, regulares, contínuas. De serem o ponto de viragem que faz emergir uma nova idade. Uma nova idade em que, graças às comunicações e ao comércio marítimo, os custos de transporte e de preços de mercado baixam significativamente, os mecanismos da procura e da oferta Europa-China são, pela primeira vez, tendencialmente alargados possibilitando a emergência de alguns mercados com algo em comum como o da feira de Cantão, feito de manufaturas e exóticos chineses para a Europa, bem como de circuitos de moeda e de metais preciosos (em especial, prata) para a China. Manufaturas e exóticos que embarcados da boca de Cantão, e a boca por excelência até ao século XVIII será o serviço portuário internacional de Macau, desaguam em Lisboa, Antuérpia, Sevilha, Roma, etc., e mais tarde no século XVIII, Amesterdão, Londres, Paris, etc.

A Grande Transformação operada pelas relações marítimas, comerciais, transculturais diretas entre portugueses e chineses reside não só na emergência até ao século XVIII de uma alargada cultura material chinesa na Europa, dum consumo europeu bem mais amplo de produtos chineses como sedas, porcelanas, mobiliário, lacas, papel de parede, etc., como na instauração de uma nova idade transcultural (porque de conexões e interdependências diretas, regulares, contínuas) em que se trocam livros e mapas, línguas e tecnologias, ideias e ideais. Onde o mútuo conhecimento e sobretudo o conhecimento e o fascínio pela China alargam a muitas das elites das Europas da Europa.

As interdependências e conexões Portugal-China fazem emergir uma idade que vence os distanciamentos físicos das extremidades Eurasiática instaurando proximidades marítimas eletivas constantes, regulares e crescentes desde o século XVI aos nossos dias.

O processo de relações diretas Europa-China iniciado por portugueses e chineses teve até aos nossos dias de 2017 três grandes fases. Uma primeira de 1509 até aos meados/finais do século XVIII. Uma segunda dos finais do século XVIII e dos inícios do século XIX, anos de 1830-1840 até aos meados do século XX. Uma terceira em que hoje vivemos nascida sobretudo a partir de 1987 e dos anos noventa do século passado.

Cada uma destas fases do grande processo de relacionamento direto entre Europas da Europa e China possui diferentes faces, ritmos, modos e funções. Neste breve estudo introdutório e panorâmico vamos, tão só, destacar alguns dos padrões chave, algumas das regularidades e diferenças que permitem uma melhor compreensão do presente e do passado.

As relações diretas são sempre entre Europas da Europa e a China porque a Europa é uma pluralidade, um equilíbrio em fragmentação espacial desde o século XIII, uma realidade múltipla de Estados Dinásticos e de Estados-Nação que a partir dos séculos XVI e XVII, primeiras modernidades globais, entre si concorrem às escalas Eurasiática e Planetária (Goody, 1996; Woodside, 2006). A Europa é bem mais uma ideia e ideal<sup>5</sup> e bem menos uma realidade.

A China, bem pelo contrário, é uma espacialidade integrada, uma Unidade plural. Um Império, hoje um Estado-Nação, multiétnico, multilinguístico, multicultural. Tem tanta ou mais pluralidade sociocultural que a Europa, mas seguiu uma via política própria de Organização político-civilizacional una

<sup>5</sup> Para um quadro geral, vd. Pagen (2002) e acerca da Europeização Global para os nossos dias, vd. Von Laue (1987).

e centrada enquanto que as penínsulas da Península da Eurásia trilharam em especial no segundo milénio outra via própria de organização político-civilizacional múltipla e policentrada (vd. Rosenthal, 2011; Tin-bor Hui, 2005; Wang Hui, 2014; Wong, 1997).

A conexão e a interdependência diretas e crescentes a partir dos séculos XVI e XVII dá-se pois entre Europas e europeus da múltipla Europa e a China Imperial das dinastias Ming e dos primeiros Qing<sup>6</sup>. Isto significa concorrências, conflitos, mas também parcerias entre europeus, em especial a partir dos finais de quinhentos, em relação às vantagens na conexão e no conhecimento, às vantagens no maior relacionamento com interesses e poderes chineses. Concorrência, parcerias e conflitos entre portugueses, espanhóis, italianos, holandeses, ingleses, sem esquecer as relações eurasiáticas continentais entre a Rússia e a China<sup>7</sup>.

A dimensão multilateral e ambivalente dos europeus e das Europas da Europa é um traço que se manifesta de forma continuada desde o século XVI até aos nossos dias no relacionamento com a China. Os diferentes caminhos e ritmos europeus alimentaram muitas das grandes diferenças entre a primeira e a segunda fase do relacionamento direto Europas-China. Na primeira, séculos XVI-XVIII, estamos frente a uma conexão e interdependência crescentes entre culturas e sociedades, economias e políticas, sem dúvida, diversas, mas convergentes nas ritmias de mundos agrários e urbanos em modernizações de monetarização, manufatura, comércio e mercados locais, nacionais, internacionais. Pelo contrário, a partir dos inícios do século XIX e até meados do século passado com a emergente e triunfante civilização industrial instaurou-se uma Grande Divergência não apenas entre vias e ritmos da Europa frente à China, frente à Índia, Japão e restante Eurásia/Mundos do Mundo, como entre as Europas da Europa muito em especial, as do Norte-Sul e Ocidental-Oriental (vd. Arrighi, 1994; Bayly, 2004; Pomeranz, 2000).

Na primeira fase das relações diretas entre a Europa e a China, assistimos a uma chegada de poderes e de interesses marítimo-mercantis europeus aos mares, litorais e circuitos comerciais da China Ultramarina e da China do Sul.

<sup>6</sup> Veja-se, entre muitos outros estudos de síntese, Mungello (1999) e Phillips (2011, pp. 149-260) acerca da “Sinofera”. Em termos económicos, vd. Madisson (2005).

<sup>7</sup> Veja-se, entre muitos outros panoramas, Barreto (2000) e Subrahmanyam (1993). Para um quadro global introdutório e sintético, Darwin (2007). Em termos comparativos, vd. Allen (2005); Ramos (2012).

Primeiro, portugueses, 1509-1513, passado mais de meio século, espanhóis, holandeses, ingleses são atraídos pela economia mundo da Ásia Oriental. Pelo, então, paraíso do desenvolvimento manufatureiro e industrioso (mesmo que a inovação esteja bloqueada desde o século XIV) com abundantes e lucrativas sedas e porcelanas, lacas e mobiliário, biombos e damascos, papel e raiz da China, etc., em troca da pimenta, sapão, especiarias finas da Ásia do sueste e das pratas japonesa, mexicana e europeia.

Os portugueses e a seguir outros europeus entram num universo político, económico, cultural acentuadamente Sinocêntrico assente num multissecular sistema diplomático, hierárquico, internacional tributário completado por fortes dinâmicas regionais privadas, miscigenadas, migratórias (vd. Hamashita, 2008; Kang, 2010; Li Kangying, 2010; Gang Zho, 2013). Ao viver-se uma idade de predominante convergência de Modernidades e de Simultaneidade–Contemporaneidade tecnológica os recém-chegados dos mares ocidentais (Índico e Atlântico) e dos Mares do Sul do Pacífico Americano trazem diferenças, ainda contidas e não suficientes para alterar decisivamente os padrões estruturais da Ásia Oriental. É este horizonte de Diferenças, mas não de Desigualdades-Divergências que forma o berço das diretas relações Portugal-China e dá origem conjuntamente com o Pioneirismo Temporal à sua especificidade-singularidade.

A chegada dos portugueses aos mares e litorais da China significa o nascimento de um alto e moderno impacto da China em Portugal, na restante Europa e em partes dos mundos atlânticos litorais da América e de África, “[...] porcelana é a droga que mais facilmente se vende [...]” diz em Salvador da Baía um anónimo, em 1758, quando esta primeira fase de relacionamento direto se aproxima dos finais. O imenso impacto moderno da China nos europeus e na Europa nasce a partir de Malaca nos anos 1509-1513, mas cresce explosivamente sobretudo a partir de Macau nos anos pós 1555-1557 (e também de Manila, 1571).

A cidade portuária internacional de Macau, a “boca de Cantão” para os mundos do Mundo, surge nos séculos XVI e XVII, ainda em parte do século XVIII, como fronteira por excelência nas relações marítimas, comerciais e transculturais Europa-China. Macau é nesta primeira fase do relacionamento direto a plataforma Eurasiática das rotas marítimas da seda e porcelana. A fronteira máxima da moderna conexão e interdependência Europa-China. O porto, cidade, serviço que traz Europa à China e ao Japão (via Nagasaki) e faz sair China para a Europa e os mundos do Mundo Neo-Europeu em África e sobretudo nas Américas. Macau é uma cidade portuária internacional de auto-



nomia interdependente frente a múltiplos poderes e fatores regionais e imperiais, locais e internacionais, próximos e distantes, que vão desde Guangdong e o Fujian até Lisboa e Pequim passando por Goa, Manila, Madrid, Roma, etc. Fruto nascido de parcerias sino-portuguesas emerge como polo dinamizador do comércio triangular da Ásia do Sueste-Ásia Oriental que troca produtos naturais malaios, indonésios, tailandeses por manufaturas chinesas e metais preciosos japoneses ao mesmo tempo que desloca e introduz nestes universos componentes do Indico, Atlântico e Pacífico (por via de Manila/Macau em concorrência e parceria).

Macau é, em especial no século XVI e na primeira metade do século XVII, a Capital e o Capital das relações Portugal-China. A sede do consórcio de mútuos interesses e mútuos benefícios que faz de Lisboa<sup>8</sup> o porto Europeu por excelência da Ásia e da China, o cais de desembarque de culturas material e intelectual chinesas que alimentam o “chinesar”, como se diz na época, duma “Europa Chinesa” (R. Étiemble).

Entre o século XVI e a primeira metade do século XVIII o impacto da China na Europa, assente em larga medida no consórcio sino-português com sede operativa em Macau, dá-se tanto nas culturas material como intelectual.

A China é, em termos do comércio internacional, o grande abastecedor de consumo exótico das elites europeias, o grande inspirador de um padrão de luxo, bem-estar e ostentação que passa pelo pavilhão – jardim, pela sala chinesa e o papel de parede, mas passa, acima de tudo, por uma socialmente alargada “Sedomania” e por crescente procura de porcelanas e de inspiração, produção, imitação das mesmas<sup>9</sup>.

O surgimento nos Mares, Litorais e Mercados da Ásia Pacífico de portugueses nos inícios, doutros europeus nos finais, do século XVI é sinal de vanguarda. Sinal de que a maior inovação tecnológica marítimo-militar, o poder dos canhões e das velas reside agora, desde o Atlântico do século XV, na Península das Penínsulas que é a Europa e sobretudo na plataforma marítima peninsular de articulação Mediterrâneo-Atlântico que é Portugal (vd. Ptak, 2004; Matos & Thomaz, 1993). O predomínio marítimo dos Falcões (canhões de bordo) e

---

<sup>8</sup> Um recente catálogo de exposição informa sobre algumas fontes e alguns poucos estudos AA. VV. (2017). Sobre a função desta Lisboa cosmopolita, vd. Barreto (2008, Vol. I, pp. 475-501). Veja-se também Annemarie & Lowe (2015).

<sup>9</sup> Um conjunto de Estudos e um panorama do impacto chinês na cultura material portuguesa, in Barreto & Serrão (2015).

das Naus não é ainda, contudo, nos séculos XVI a XVIII diferença qualitativa essencial. Também os juncos são naus, as armadas de costa dos juncos chineses serão militarmente apoiadas pelos portugueses logo a partir dos inícios dos anos 60 do século XVI no quadro da parceria informal de Macau.

A diferença tecnológica implica já desenvolvimentos náuticos superiores dos portugueses, mais tarde de outros europeus, em domínios como o poder de fogo marítimo, a organização internacional mais ampla, o canhão e a balística, a espingarda, a pistola, o relógio mecânico moderno, a ótica e os óculos, a tipografia/impressão de caracteres móveis (que havia nascido na China século XI com Bi Cheng e melhorada com Wang Zhen no século XIII), etc., mas esta era tão só uma diferença de grau no mesmo universo tecnológico/ecológico, uma Diferença entre Contemporâneos.

A Diferença permite a chegada de europeus aos mares e mercados da Ásia Oriental. Permite a sua instalação em pontos/portos litorais e o seu êxito marítimo-mercantil em circuitos intra e interasiáticos e eurasiáticos. Mas a Diferença de grau no interior de um mesmo e convergente tempoespaço tecnológico, social, político e cultural esbate e integra o essencial deste impacto europeu dos “Folangji” (onde, uma vez mais ecoam os termos Árabe/“Faranj” e persa “Farang” para designar os europeus, cristãos, portugueses: “Francos”).

A Europa apresenta-se à e na Ásia Oriental, mas a sua presença é ainda e tão só mais uma, a mais recente e a mais moderna vinda dos mares ocidentais e mares do sul mas, ainda e tão só de uma das modernidades europeias e asiáticas dos séculos XV, XVI, XVII. É esta proximidade civilizacional (são Contemporâneos em direta Simultaneidade) na distância física que cimenta a atmosfera de mútuo entendimento, mútuo benefício e mútua tolerância que faz emergir Macau e onde os portugueses são ao mesmo tempo súbditos fiéis da China e de Portugal<sup>10</sup>.

A chegada, instalação, acomodação e asiatização/sinização marcam as regras possíveis do primeiro relacionamento moderno. A diferença portuguesa e europeia dá acesso limitado aos mares e litorais da China, mas não possibilita impacto central e nuclear nos caminhos da China Ming e Qing e das relações internacionais da Ásia Oriental do século XVI ao século XVIII. Por isso,

<sup>10</sup> Em 1 de Novembro de 1639, o Jesuíta português Francisco Furtado afirma que os mercadores portugueses de Macau “são já como vassallos do Rei da China”. Veja-se Barreto (2006, p. 205). Sobre o Estatuto de Macau veja-se também Alves (1999); Fok (1996); Souza (1986); Usellis (1995); Wu (1999).

o grande impacto nesta primeira idade de relacionamento direto vai ser o da China na Europa e não o da Europa na China. Macau é sem dúvida uma fronteira Eurasiática que faz escoar Europa na China, no Japão, mesmo na Coreia (vd. Cortesão & Mota, 1960), mas é sobretudo o serviço internacional portuário da China (Guangdong e Fujian) que promove a exportação do “made in China” para a Europa.

O pioneirismo temporal nas relações diretas, regulares, contínuas é a base de recolha, tratamento, acumulação, difusão, bem mais manuscrita e restrita que impressa e aberta, entre círculos portugueses na Ásia e em Portugal de todo um novo, múltiplo e mais informado e preciso horizonte de conhecimento Europeu sobre a China e os Chineses.

Os dados fluem, logo a partir do Índico e de Calecute. Isso explica em Lisboa, 1502, a primeira representação europeia dos mares e litorais da China e da ilha de Ainão no Planisfério Anónimo dito de Cantino.

Ao longo do século XVI e da primeira metade do século XVII a cartografia náutica portuguesa, sobretudo de portugueses asiaticados e de miscigenados, marca os horizontes do cartografar ocidental da China. Fornece a matéria prima da restante cartografia da China quer manuscrita quer impressa<sup>11</sup>.

Em português chegam e correm pela Europa informações e novidades manuscritas e impressas, sobre o sistema tributário, a China ultramarina, o seu comércio internacional, os portos e cidades das províncias do Sul, as primeiras descritivas Europeias de base vivencial da ética e administração da China Ming<sup>12</sup>, os primeiros dados sobre o funcionalismo letrado de forma algo fundamentada em manuscritos e impressos, a primeira história – geografia europeia impressa da China, o Tratado das Coisas da China de Frei Gaspar da Cruz, Évora, 1569-1570 (Frei Gaspar da Cruz, 1997).

A rapidez e a intensidade deste impacte cultural da civilização chinesa (sincretizada em perspectiva europeia) sobre elites e centros de poder cultural na Europa pode avaliar-se também por outros factos anteriores e posteriores à adoção/imitação do exame escrito, em 1599, por parte dos jesuítas e a partir de informação vinda de Macau. Numa primeira idade de exotismo, em 1513-1514, Roma na embaixada enviada por D. Manuel ao Papa Leão X (pontificado de 1513 a 1521) surge como uma das ofertas um impresso livro chinês. Em 1615

---

<sup>11</sup> Veja-se Barreto (1995 e 1997) e a bibliografia aí indicada.

<sup>12</sup> Veja-se Barreto (1997, pp. 426-430) e Loureiro (2009).

um breve do Papa Paulo V (pontificado de 1605-1621) permite a tradução da Bíblia para chinês bem como a utilização da língua chinesa como língua litúrgica, ou seja, de valor equivalente ao latim.

A Coroa de Lisboa e a Cúria de Roma mostram assim o seu fascínio pela impressão e língua chinesas enquanto humanistas, jesuítas e mercadores proclamam, desde a década de quarenta do s. XVI, o valor dos livros, da língua e dos exames escritos chineses.

A tradução e interpretação português-chinês é também uma das primeiras dimensões a emergir com “línguas”, tradutores intérpretes de ocasião e oralidade. A partir dos anos 1560-1570 este universo vai em Macau acumulando listas de vocábulos/caracteres, português-chinês, que formam a base semântica e pragmática do primeiro dicionário de chinês numa língua europeia, o *Vocabulário Português-Chinês*, c. 1580-1588, redigido por equipas múltiplas em Macau e Zhaoqing, por certo acumulado pelos jesuítas, sob a condução de A. Valignano e D. Sande, de que conhecemos um exemplar manuscrito trazido para Roma, 1589 por M. Ruggieri<sup>13</sup>. Seguem-se, no século XVII, seis dicionários manuscritos desde o *Dicionário Chinês-Português* “do ano do senhor de 1625” até ao *Vocabulário da língua mandarina* de possível coautoria de Francisco Varo, de cerca de 1670. No século XVIII, pelo menos três, desde o de José Monteiro, C. 1717 até ao Dicionário “sínico-latinum-lusitano”.

Esta série de pelo menos 10 dicionários Português-Chinês é a mais abundante e completa de vocabulários de chinês numa língua europeia entre os séculos XVI e XVIII. Todos manuscritos e de exemplar único, todos inéditos com excepção da reprodução facsimilado do século XVI, todos os dez por estudar, editar criticamente, comparar. Todos produzidos na China implicando mais directa ou indirectamente a ligação a Macau. Todos, hoje existentes em arquivos e bibliotecas de Portugal, restante Europa, China.

Estas obras de ponto de situação do cruzamento entre as línguas portuguesa e chinesa são resultantes coletivas e cumulativas dos ambientes de europeus sinizados e de chineses com conhecimentos de Europa “Xi Rue/conhecimento Ocidental” que, no entanto, não tiveram impacto significativo em Portugal e na restante Europa.

A primeira idade de relacionamento direto Europa-China produz na cultura intelectual de Europeus (Humanistas, Jesuítas, Iluministas) tanto na China

<sup>13</sup> *Dicionário Português-Chinês* (2001). Recensão Crítica de Barreto (2002, pp. 117-126).

como na Europa, um sincretismo em que a tradição cultural chinesa (neoconfucionismo, taoísmo, budismo) se mantém no essencial firme nos seus postulados enquanto que os Europeus acolhem a diferença, desenvolvem sinizações várias para entrar no conhecimento ou mesmo tentar integrar essa cultura oficial chinesa (vd. Hart, 2013; Oliveira, 2003; Rees & Dematté, 2007).

Naturalmente, devido ao pioneirismo temporal, à intensidade das conexões, à fronteira comum Macau, a China fascina e a China modela antes de mais na cultura intelectual portuguesa. Em Coimbra, 1549 no *De Gloria* o humanista Jerónimo Osório proclama o valor da “impressão dos livros” na China “há séculos quase infinitos”. Em Macau, 1555 o irmão noviço e mercador escritor Fernão Mendes Pinto afirma, em Carta, a impossibilidade de uma China Cristã, ou seja, de aculturar-europeizar a civilização chinesa. Em Lisboa, 1563 o historiador e filósofo humanista João de Barros elogia na Década III da Ásia a sabedoria chinesa de expansão contida nas navegações de Zheng He. Em Macau-Cochim, em língua castelhana, Alexandre Valignano S. J. realça por volta de 1584, a importância da meritocracia política chinesa, através dos exames escritos do funcionalismo público (em oposição/contraste às hierarquias de sangue e de espada) pois “[...] el absoluto y principal mando y gobierno en la China está en los mandarines letrados [...]” (Valignano, 1944, p. 233).

A China como fascínio e como modelo encontra-se em todas as Europas da Europa do Humanismo ao Iluminismo. É a face dominante no modo Europeu de representar a Diferença como Distância em Contemporaneidade. Em 1587, nos *Ensaïos*, de Montaigne, serve para provar a diversidade – pluralidade das vias (Europa-Ásia/China) de desenvolvimento sociocultural: “[...] Na China no qual Reino a polícia e as artes, sem comércio e conhecimento das nossas, suplanta os nossos exemplos em várias partes de excelência, e da qual a história me ensina quanto o mundo é mais amplo e mais diverso, que nem os antigos nem nós penetramos [...]” (Montaigne, 1962, t. II, liv. III, cap. XIII, p. 524).

A China torna-se nas Europas da Europa um tópico filosófico, político, literário, ideológico, económico chamado para comparar e operar crítica cultural. Em Madrid, 1615, surge impressa a segunda parte *Del Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha* e, na Dedicatória, Miguel de Cervantes inventa ter recebido uma carta-convite do Imperador da China “[...] porque queria fundar um colégio onde se lesse a língua castelhana, e queria que o livro que se lesse fosse o da História de Don Quixote [...]”. (Cervantes, 1971, II, p. 534). Em Madrid, 1615, Miguel de Cervantes cria o projecto de um instituto Cervantes em Pequim.

Em 1652, Manuel da Costa S. J. na *Arte de Furtar* propõe o envio de estudantes portugueses para a China “[...] para estudarem a medicina, com que todo aquele vastíssimo Império se cura, que sem controvérsia é a melhor do mundo [...]” (Costa, 1991, p. 76) e em 1670, Pascal pergunta, nos *Pensées*, “[...] qual o mais credível dos dois, Moisés ou a China [...]” (Pascal, 1976, p. 217).

O emergente conhecimento de algumas dimensões da China, a China como modernidade contemporânea e como antiguidade civilizacional, é para os Europeus e Europas da Europa um Espelho de Diferença e de Crítica. As vias de desenvolvimento imperial da China Ming e Qing surgem como inspiração ou apologia de centralismo estatal, de intervenção e planificação estatais nas economias políticas de mercantilismo e fisiocracia, de organização e hierarquia sociais, de concorrencial meritocracia letrada, de tolerância religiosa e ética, de dinamismos urbano e empresarial, etc.

Na Europa algumas elites veem a China como Diferença maior na igualdade contemporânea da primeira Modernidade global. Europa e China surgem como polos vanguardistas que impulsionam a restante Eurásia e os mundos do mundo: “[...] a mais alta policia e refinamento humanos estão hoje concentradas nas duas extremidades do nosso continente, a Europa e a China, a qual adorna o Oriente tal como a Europa adorna o lado oposto da Terra. Talvez a Divina Providência tenha ordenado tal distribuição de modo a que as mais policiadas e distantes nações estendam os braços uma à outra fazendo com que os que se encontram entre si alcancem um melhor modo de vida [...]”<sup>14</sup>.

As relações entre portugueses e chineses formam o berço da Europa chinesa e de toda esta visão duma China ao modo Europeu. O primeiro sincretismo das relações diretas, regulares, contínuas, importa muita China material e intelectual e exporta uma pequena Europa pontual e fragmentária, exótica, mas de indiferença chinesa, em exposição na “Eurolândia” que também é Macau.

Em Lisboa, 1621, Duarte Gomes de Sólis vai reafirmando a China como um dos espaços “[...] de melhor governo político que há no mundo [...]”. Um tópico que desde as décadas de trinta e quarenta do anterior século XVI é constantemente glosado em português. A China do século XVI ao século XVIII alimenta o gosto e o consumo, o conhecimento e o imaginário europeus, a comparação e a crítica da Europa fazendo-se a si mesma e fazendo-se mundos do Mundo. A Idade do Eurofuncionismo alimenta a própria língua e metáfora portu-  
gue-

<sup>14</sup> Leibniz (1697), prefácio in *Writngs on China* (1994, p. 45).

sas (e doutros europeus) como vemos na expressão “negócios da China” ou em Macau, a 20 de novembro de 1555, quando o escritor mercador Fernão Mendes Pinto para afirmar que todo o saber é escolha, posição, escala, perspectiva, proclama a sentença de que “[...] para escrever tudo era necessário que o mar fosse tinta e o céu papel [...]”<sup>15</sup>.

**III.** Na segunda fase de relacionamento direto, ao longo do século XIX e até meados do século XX, as relações Portugal-China vivem sobretudo, embora com a parcial exceção da plataforma Macau, ao ritmo global do relacionamento Europas-China. Esbate-se, em grande medida, a individualidade e a diferença relacional estabelecidas nos séculos XVI a XVIII. Agora são apenas mais umas e secundárias modalidades de um quadro cujo núcleo essencial lhes foge.

Na primeira fase de Diferença como Distância que Aproxima o relacionamento tornara-se, através de Macau, Portugal-Lisboa, um dos marcos de escoamento da novidade e da modernidade, na Europa, da China Ming e Qing. Portugal, a restante Europa e a China eram contemporâneos. A simultaneidade como contemporaneidade, social e cultural, fez desenvolver o mútuo conhecimento embora de forma assimétrica. Entre os portugueses e os outros europeus, do Humanismo e Renascimento ao Iluminismo, como já vimos, a China tornou-se matéria e material de atração e interesse, de estudo e comparação, de debate e reflexão, para além de universo de consumo e de bom gosto na cultura material de elites. Na China o conhecimento, reconhecimento e impacto europeus foram residuais e pouco significativos fora do restrito universo de curiosidades e exóticos ou de parcerias práticas mercantis e financeiras.

A grande divergência da civilização industrial instaurou uma *Diferença* como *Distância* e *Distanciamento*. A China, mas também Portugal, eram simultâneos, mas não contemporâneos da civilização e do progresso da industrialização acelerada e triunfante.

A “Grande Divergência” instaura a ideia e a realidade de uma China Imóvel e Fechada, perdida no tempo como passado eterno, a ver e visitar enquanto curiosidade de distanciamento. Mas, também Portugal e os portugueses são arrastados por e para este cone temporal dos não desenvolvidos e civilizados: “[...] estes semi-civilizados governos como os da China, Portugal e América Latina precisam todos, cada oito ou dez anos, de um curativo tratamento que

---

<sup>15</sup> Pinto (20 de novembro de 1555, in Catz [1983, p. 61]).



os mantenha na ordem...não ligam às palavras e devem não só ver o bastão como senti-lo mesmo nas costas [...]”<sup>16</sup>.

Em 1850 para o senhor da guerra do ópio Lord Palmerston, a China e Portugal são irmãos semi-civilizados, poderes que só pela guerra e coerção obedecem à dita “civilização” europeia, isto é, ao Imperialismo Britânico (Gungwu, 2003).

A idade da grande divergência na e pela industrialização instaura entre as diferentes vias próprias de desenvolvimento, até aí de modernização convergente relativamente contemporânea, uma diferença e diferenciação. A Europa Atlântica – Norte (e a Neo-Europa dos E. Unidos da América) opera uma transformação social e cultural que implica e transforma a China, mas também a Índia, o Islão, Portugal, muitas das Europas do Sul e Eslavas, a América Latina, etc. em mundos simultâneos cada vez menos contemporâneos. A diferença Europa-China, faz-se agora num relacionamento profundamente desigual e já não relativamente equivalente. Essa desigualdade traduz-se num processo (1842 a 1897) que leva à ocupação e anexação da China Litoral (concessões) por várias potências industrializadas.

O caminho de ferro, o telégrafo, o navio a vapor, o telegrama, os cabos transatlânticos, a refrigeração dos alimentos, etc. marcam, a partir dos anos de 1830-1860, uma nova idade do mundo e das relações Europa-China. Agora a inovação tecnológica, a superioridade organizativa militar e económica encontram-se numa Europa/Ocidente capaz de impor alterações estruturais às regras e aos ritmos da Ásia Oriental.

Emerge um segundo sincretismo cultural Europa/Ocidente – China em especial a partir de 1870-1890 necessário à cultura e à sociedade chinesas para penetrar, aproveitar, usar a cultura europeia (Levenson, 1968, p. IX).

O impacto da civilização industrial nos diferentes domínios da conexão e interdependência Europa-China revela-se rápido e catastrófico frente aos andamentos e relacionamentos do passado. Em 1750 a China ainda produzia um terço do produto manufatureiro mundial, a Índia um quarto e a Europa um quinto. Em 1830 o avanço da Europa frente à China é ainda reduzido, mas a segunda metade do século XIX vai cimentar a Grande Divergência Tecnológica e Económica. Em 1920, cerca de 84% do produto manufaturado mundial é do Ocidente (Europa e E. Unidos em especial) e em 1950, cerca de 64% (Maddison, 2006, pp. 112-179 e 2006a).

<sup>16</sup> Lord Palmerston, nota autógrafa de 29 de setembro de 1850 (F.O. 17/173), *apud* Blue (1999, p. 77).



Os ritmos da tradução do e para chinês são bastante elucidativos acerca das lógicas das fases de relacionamento direto.

No primeiro andamento encontramos portugueses em posição relevante como vemos nos casos de Manuel Dias Junior S. J. com a tradução para chinês do *Tratado da Esfera em Diálogo/Tianwen lüe*, Pequim, 1615 ou da *Lógica* de Aristóteles por Francisco Furtado, S. J. em 1625. No caso da tradução do chinês para português encontramos os manuscritos de António de Gouveia, S. J. – *Monarchia da China*, 1654 (tradução parcial de Si Ji) e de Tomás Pereira, S. J. – *Tratado do Budismo Sínico*, c. 1686 (Pereira, 2011, Vol. II, pp. 41-62) bem como a tradução latina do *Da Xue, Sapientia Sinica*, organizada por Ignácio da Costa, S. J. e p. Intorcetta, impressa em 1662 em Kiên Cham/Qianchang na província de Kiam Si/Jiangxi (e contendo uma biografia de Confúcio da autoria de António Gouveia, S. J.). Na segunda fase a partir do século XIX nada de tão relevante pode ser indicado.

As traduções do e para chinês dos jesuítas portugueses e restantes jesuítas europeus italianos, belgas, etc., são trabalhos de equipa com letrados chineses que muitas vezes desconhecemos (com a parcial exceção nos casos de Xu Guangqi e Li Zhizhao).

O mais relevante nesta primeira fase é o facto de a tradução para ou do chinês ser projeto de iniciativa ou de condução europeia. Assim o vemos na *Sinica e Historia Decas Prima*, Munique, 1658 de Martino Martini, S. J. A *Primeira Década da História da China* é uma edição e tradução latina de um sumário chinês do Si Ji (o mesmo de António de Gouveia manuscrito em 1654?) e na informação/divulgação em língua chinesa de Giulio Aleni, S. J. no Zhifan Waiji, 1623 de uma *Geografia dos países estrangeiros da China*.

Na segunda fase, a da Grande Divergência, em especial a partir de 1840, a iniciativa e a condução da tradução para língua chinesa é feita por chineses como vemos com Li Shanian (1811-1882), Hua Hengfang (1833-1905), Ding Dubao (1874-1952) e tantos outros que a partir do inglês, alemão, francês, etc. vão traduzindo obras de matemática, química, geografia, medicina, etc. europeias e americanas (ainda que contando com o apoio e orientação de ocidentais, neste caso protestantes). No primeiro andamento das relações diretas é a China o centro e a central da tradução enquanto no segundo é a Europa. Entre os séculos XVI e XVIII a China Fascina e Modela enquanto que nos séculos XIX e XX o “Ocidente” Modela e Fascina elites da China.

As três fases do relacionamento direto estão simbolicamente representadas em cidades cosmopolitas chinesas que são placas eurasiáticas na boca de Guangzhou/Guangdong (Cantão cidade e Cantão província).

Macau, 1555-1557, a cidade por excelência do relacionamento dos séculos XVI ao XVIII, é como se diz nos documentos oficiais portugueses (centrais e locais) território chinês com incorporação portuguesa. Instalação de cidade portuária de serviços internacionais em sincretismo com ambiente e paisagem predominantemente chineses, a cidade do Nome de Deus(a), A-Ma/Mazu. Hong Kong, fruto do tratado desigual de Nanking, de 29 de agosto de 1842, é a cidade portuária do Imperialismo Industrial. Território chinês alcançado por via da guerra do ópio e da grande divergência, manifesta os caminhos do relacionamento nos séculos XIX e XX e com a grande aceleração diferencial dos anos de cerca de 1890 a 1914.

As regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e Macau, anos de 1997 e 1999, são símbolo da terceira fase do relacionamento directo. As placas cosmopolitas eurasiáticas são agora plenamente espaços duma China em aceleração e crescimento únicos nos últimos trinta anos. Integram a modernidade chinesa em desenvolvimento internacional global bem manifesta em também cidades-região litorais como Schenzen, Guangzhou, Shanghai, etc.

As cidades-região de Macau e de Hong Kong, no século XXI, testemunham os três andamentos das relações diretas Europa-China. As idades da primeira modernidade global entre contemporâneos, da segunda modernidade industrial-global entre não contemporâneos e a da contemporaneidade dos nossos dias aberta a uma conexão eurasiática com uma China cada vez mais global (vd. Shambaugh, 2000; Shambaugh, 2013; Yasheng Huang, 2008)<sup>17</sup>.

**IV.** As relações Portugal-China são singulares por serem o primeiro relacionamento moderno e direto já com um pouco mais de 500 anos, entre europeus e chineses e também por terem gerado uma plataforma eurasiática única, uma fronteira litoral marítima da China para acolhimento e contacto direto com Portugal – Europa que durou 444 anos entre 1555 e 1999. Fronteira que em metamorfose de RAEM – Região Administrativa Especial de Macau ainda hoje no século XXI procura cumprir essa função estratégica internacional para a China Global.

<sup>17</sup> Especificamente sobre Macau e a sua ambivalência cultural, vd. Cheng (1999 e 2013).

As relações Portugal-China possuem configuração e ritmia próprias geradas no pioneirismo temporal e na invenção Espacial de uma fronteira comum de Portugal/Europa na China (e vice-versa à medida que se avança no século XXI fazendo Portugal Macau).

A singularidade e diferença do relacionamento entre portugueses e chineses não foge, no entanto, às regras processuais mais gerais do relacionamento Europa-China. Antes pelo contrário, pois ao contribuir decisivamente, nos séculos XVI e XVII (e mesmo posteriormente), para o seu incremento torna-se parte de um todo, pulsa também ao ritmo mais global dos ciclos eurasiáticos de relacionamento, integra e repete as regras e regularidades.

Existem morfologia e ritmia próprias e únicas nas relações Portugal e China mas, situadas e inseridas nas morfologia e ritmia mais globais das macro-fases Europa-China, de relações indiretas e diretas e das fases e faces internas a este último relacionamento. O relacionamento Portugal-China tem, pois, uma certa existência e autonomia próprias, mas, ao mesmo tempo, integra e participa do relacionamento da mais longa duração multimilenar Europa-China.

A singularidade, a condição única do relacionamento bilateral assenta nas dimensões temporal e espacial. É o primeiro tipo e modo de relacionamento direto, contínuo, regular entre europeus e chineses. Começado a nascer em 1509, Malaca, na Ásia do Sueste onde os mundos marítimos e migratórios da China e da Índia se encontram, marca o início das modernas e globais relações transculturais e internacionais entre Europa/Europeus e China/Chineses. As relações eurasiáticas neste caso Europa-China, apresentam cinco grandes constantes, regras de constituição, cinco regularidades tipológicas chave. A primeira é a de serem *relações processuais* da mais longa duração. Os acontecimentos, circunstâncias, situações são cumulativos e evolutivos. Vivem em fases, níveis, andamentos, períodos que permitem a determinação de duas grandes idades relacionais (indiretas – diretas) e de uma trilogia de faces oscilantes na segunda idade. As relações eurasiáticas são sempre *multilaterais*. Embora a atenção e a acentuação possam ser colocadas na perspectiva bilateral, a realidade é sempre multilateral envolvendo diferentes europeus, asiáticos, americanos, africanos no relacionamento Europa-China.

A terceira constante é a de serem *relações mútuas de implicação/aculturação* embora *desigual*. Relações de conexão e interdependência que levam a oscilantes configurações comuns, sincretizações de mútuos interesses e poderes económicos, culturais, políticos, etc. A quarta regularidade assenta no carácter

*hierárquico* destas relações. Mesmo entre relativamente iguais, entre totalmente contemporâneos, em termos tecnológicos, científicos, organizacionais, as relações possuem sempre hierarquias, escalas assimétricas, locais e centrais, de oscilação. A quinta grande regularidade tipológica revela *relações heterogêneas*. Processos e sistemas de conexão e de interdependência com uma alta diversidade de programas, grupos, regiões, indivíduos. Não existem conexões e interdependências entre homogêneos e totalidades, mas sim entre heterogêneos e partes. Estas cinco constantes das Relações Eurasiáticas são “dispositivos de relativa estabilidade” (P. Bordieu), regras de funcionamento de conexão e interdependência Europa-China. Por isso, implicam e englobam também as regularidades do relacionamento multissecular Portugal-China.

No para além desta tipologia mais global, comum e partilhada, existem características mais específicas ao próprio relacionamento direto Portugal-China. Constantes que se foram repetindo a partir dos inícios do século XVI e que são a forma concreta de fazer e constituir as regras de relacionamento eurasiático já formuladas.

Na mais longa duração este processo de relacionamento apresenta para além do já apontado seis grandes características, seis tonalidades que ao longo dos séculos tiveram uma certa repetição e regularidade tipológica.

**1.** As conexões e interdependências entre portugueses e chineses para além do relacionamento *Bilateral* direto são, desde a origem e no seu processo, *Multilaterais*. Convocam e implicam diferentes parceiros e múltiplas parcerias eurasiáticas (italianos, espanhóis, alemães, indianos, malaios, japoneses, etc.) atuando o parceiro português como um multiplicador de correlações. Um intermediário global das culturas material e intelectual, dos produtos, circuitos, informações e conhecimentos, China e Europa para as restantes Ásia, Europa, América, África. A bilateralidade prática e imediata na multilateralidade real atribui à dimensão portuguesa um papel de acelerador, de valor acrescentado nos mais lucros/ganhos e menos riscos/prejuízos de oportunidades e mercados. A China dá a escola e Portugal contribui para a melhor correlação e adaptação.

**2.** As relações entre portugueses e chineses são tanto ou mais *Informais* quanto *Formais*. Informais, fruto de conexões e de interdependências de circunstância e de situação (que se podem ou não renovar indefinidamente) envolvendo confiança entre grupos e indivíduos em posições nucleares de poder e

de interesse, económico e político. Formais, assentes em instituições e acordos oficiais entre as respectivas economias, sociedades, políticas, culturas.

O predomínio da informalidade sobre a formalidade é sobretudo manifesto nas relações económicas que são, no essencial, criação de privados (ainda que aparelhados a poderes públicos locais, regionais, centrais), de grupos empresariais que se estabelecem e consolidam com base na confiança pessoal e no direto relacionamento interpessoal.

Estes agrupamentos de parceria, devido à sua condição tão ou mais informal quanto formal, possuem ao mesmo tempo alta estabilidade e alto dinamismo de atracção, alargamento, renovação. Muito deste relacionamento interpessoal direto implica contacto/vivência, da parte portuguesa, com as realidades chinesas sobretudo por via da plataforma Eurasiática de Macau.

**3.** As relações luso-chinesas são essencialmente de natureza prática: comercial, financeira, transcultural. São parcerias de mútuo interesse e de mútuo benefício, de riscos e de lucros em comum em busca de uma proporcional e justa divisão dos ganhos. A componente portuguesa funciona regularmente como extensão e envolvimento de mais parceiros, mercados, capitais, aliados, etc.

**4.** As parcerias económicas culturais luso-chinesas envolvem não só portugueses de Portugal e chineses da China como portugueses e chineses da Diáspora. Grupos e famílias de chineses e portugueses ultramarinos, instalados e inseridos nas vidas económica e cultural doutras sociedades. Comunidades, portuguesa e chinesa, do Atlântico Africano e Americano, do Índico e da Ásia do Sueste/Mares do Sul (Naniang). Comunidades enraizadas em diversos espaços nacionais e internacionais, locais e globais, mas que preservem forte ligação e lógicas de interesse comercial, financeiro, cultural, com as terras natais de Portugal e China.

**5.** O processo relacional de mais de meio milénio entre portugueses e chineses criou uma fronteira eurasiática única que é Macau/RAEM, um micro espaço de macro funções que serve uma China Global e que atrai outros europeus e asiáticos. Macau tornou-se a sede empresarial por excelência das parcerias luso-chinesas. O lugar onde se acumula e gera formação e informação estratégicas. A fronteira em cidade portuária litoral-marítima que mais ligou, ao longo dos séculos, a China à Europa, à África e à América Atlântica. Essa herança é hoje para a Região Administrativa Especial um potencial horizonte de futuro.

**6.** Embora maioritariamente privados e de associação maleável, tão ou mais informal que formal, as relações transculturais, comerciais, financeiras

não excluem as relações políticas oficiais entre os dois Estados Centrais. A embaixada tributária de Tomé Pires, de 1517-1521, é a primeira relação diplomática oficial moderna de um Estado Europeu à China. A primeira tentativa política de um Estado – Dinástico Europeu ter relações diplomáticas com o Império Chinês Ming.

Macau existe tanto por constituição semi-oficial sinoniportuguesa quanto por proteção e favorecimento do Centro imperial de Beijing (mesmo que de uma forma sempre mais implícita que explícita).

Os Estados Centrais de Portugal e da China, com a sua imensa diferença de escala, foram ao longo dos tempos criando condições preferenciais de acolhimento e promoção do relacionamento informal e semi-formal oficializando-o quando e sempre que útil e necessário. Economia e cultura em processo relacional com algum apoio e retaguarda de políticas económicas e culturais tem sido a regra que melhor serve o concretizar de conexões e de interdependências que fazem a metamorfose da distância em proximidade.

Em fatores essenciais, a terceira fase das relações diretas Europa-China retoma constantes da primeira. Estamos de novo (no século XXI como nos séculos XVI e XVII) frente a uma diferença entre contemporâneos tecnológicos e económicos. Estamos de novo frente a uma concentração dos grandes capitais na China e de novo frente a uma revolução global marítima do comércio e finança internacionais que inunda de “made in China”, de produtos transformados/produzidos os mercados locais, nacionais, globais. De novo vivemos uma idade em que a China fascina e modela o Ocidente como vemos no ressuscitar do valor da ética social neo – confuciana, do modelo político chinês de meritocracia, da língua e cultura chinesas, de medicina tradicional chinesa, de tópicos de lucro e de imaginário como as “Rotas da Seda”, os “Negócios da China”, etc.

Portugal e os portugueses voltam a ter condições de ativa e contemporânea conexão e interdependência com a China e os chineses que se haviam perdido nos primeiros andamentos da revolução/civilização industrial. As línguas, culturas, economias, sociedades voltam a convergir na distância máxima de escala e de espaço. A terceira fase tem sem dúvida bem mais afinidade e filiação com a primeira fase das relações diretas do que com a segunda, mas não é um retorno. É toda uma nova idade. A China volta a ser a maior economia, não duma economia mundo, mas sim da Economia Mundial. A China volta a ser um espaço de inovação, mas não de tecnologias tradicionais, mas sim de altas e avançadas tecnologias, da nanotecnologia às ambientais e espaciais. A

China volta a ser o grande pólo de atração planetária dos capitais, mas é, ao mesmo tempo, cada vez mais, um investidor na Europa, África, América, Ásia. A China de novo flui e desagua no Mundo, mas agora sob a forma de turismo, massificante e de elite. Sob a forma de milhares, c. 300.000, estudantes chineses nas Universidades Europeias.

Hoje, o essencial da função Macau deslocalizou-se para Portugal. Portugal é de novo uma relevante plataforma Eurasiática, mas, agora, à boca da Europa Atlântico-Mediterrânea e na lógica do renascimento asiático global. Jamais a igualdade relativa de condições tecnológicas, científicas, sociais, políticas entre algumas Europas da Europa e a China foi tão igual. Nunca a proximidade e afinidade de ideias e ideais comuns foi tão próxima e, no entanto, estamos tão só nos primeiros passos de uma terceira idade que não sabemos como se irá processar, evoluir, acabar (vd. Shambaugh & Shou Hong, 2008; Vogt, 2013).

No presente e no futuro próximo Portugal e as Europas da Europa estão em crescente e convergente conexão e interdependência com a China. Porque todos somos Outros, o espelho da proximidade – alteridade, da não indiferença, mobiliza a Europa e a China: “[...] a China é o Outro fundamental e, sem o encontro com a China, o Ocidente não conseguirá tornar-se verdadeiramente consciente dos contornos e limites do seu Eu Cultural [...]” (Bresciani, 2009, p. 19).

## Referências bibliográficas

- AA. VV. (2017). *A Cidade Global: Lisboa no Renascimento*. Lisboa: MNAA/I. Nacional.
- Abu-Lughod, J. (1989). *Before European Hegemony: The World System 1250-1350*. N. York: Oxford U. Press.
- Allen, R. C., Bengtsson T. & Dribe M. (Ed.) (2005). *Living Standards in the Past*. Oxford: Oxford U. Press.
- Alves, J. S. (1999). *Um Porto entre dois Impérios: Estudos sobre Macau e as Relações Luso-Chinesas*. Macau: IPOR.
- Annemarie, J. G. & Lowe, K. J. (Eds.) (2015). *The Global City: on the Streets of Renaissance Lisbon*. Londres: P. Holberton.
- Arrighi, G. (1994). *The Long Twentieth Century: Money, Power, and the origins of our Times*. London: Verso.
- Barreto, L. F (1995). *Macau: Cartografia do Encontro Ocidente-Oriente*. Macau: F. Oriente.
- Barreto, L. F (1997). *Cartografia de Macau – Séculos XVI e XVII*. Lisboa: M. Macau.
- Barreto, L. F (1997). Da China Ming na Cultura Europeia: os Pólos Português e Italiano (1499-1550). *Anais de História de Além-Mar*, III, 426-430.
- Barreto, L. F. & Serrão, V. (Ed.) (2015). *Património Cultural Chinês em Portugal*. Lisboa: CCCM.



- Barreto, L. F. (2000). *Lavrar o Mar: os Portugueses e a Ásia, c. 1480 – c. 1630*. Lisboa: CNCDP.
- Barreto, L. F. (2002). Recensão Crítica a Dicionário Português Chinês (Ed. J.W. Witek), *Bulletin of Portuguese - Japanese Studies*, 5, 117-126.
- Barreto, L. F. (2006). *Macau: Poder e Saber séculos XVI e XVII*. Lisboa: Presença.
- Barreto, L. F. (2008). A Aculturação Portuguesa na Expansão e o Luso –Tropicalismo em Portugal: Percursos de Interculturalidade. In Lages, M. F. & Matos, A. T. (Eds.), *Portugal: percursos de interculturalidade* (Vol. I, pp. 475-501). Lisboa: Alime.
- Barreto, L. F. (Ed.) (2012). *Europe-China: Intercultural Encounters 16th -18th Centuries*. Lisboa: CCCM.
- Bayly, C. (2004). *The Birth of the Modern World, 1700-1914: Global Connections and Comparisons*. Oxford: Blackwell.
- Beaujard, P. (2012). *Les Mondes de l’Océan Indien. Tome 2 (7-15 siècles)*. Paris: A. Colin.
- Blue, G. (1999). China and western Social Thought in the Modern Period. In Brook & G. Blue (Eds.). *China and Historical Capitalism: Genealogies of Historical Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bresciani, U. (2009). *La Filosofia Cinese nel Ventesimo Secolo – I Nuovi Confuciani* (p. 19). Roma: Urbiana U. Press.
- Carneiro, R. & d’Oliveira Martins, G. (Eds.) (2014). *China e Portugal. Cinco Centúrias de Relacionamento: uma leitura académica*. Lisboa: UCP.
- Cervantes, M. (1971). *Don Quijote de la Mancha*. Ed. M. Riquer. Barcelona: Juventude.
- Cheng, C. M. B. (1999). *Macau: A Cultural Janus*. H. Kong: H. Kong U. Press.
- Cheng, C. M. B. (2013). *Tracing Macau Through Chinese Writers and Buddhist/Daoist Temples*. Macau: F. Macau/CCCM.
- Cortesão, A. & Mota, T., (Eds.) (1960). *Portugalia Monumenta Cartographia*, Lisboa: Costa, M. (1991). *Arte de Furtar*. Ed. R. Bismut. Lisboa: I. Nacional.
- Darwin, J. (2007). *After Tamerlane: The Global History of Empire*. Londres: Penguin.
- Dicionário Português-Chinês* (2001). Ed. J. W. Witek. Lisboa: B. Nacional. (Recensão crítica de L. F. Barreto (2002). *Bulletin of Portuguese Japanese Studies*, 5, 117-126).
- Frei Gaspar da Cruz (1997). *Tratado das Coisas da China (Évora, 1569 – 1570)*. Ed. R. M. Loureiro. Lisboa: Cotovia.
- Fôret, P. & Kaplony, A. (Ed.) (2008). *The Journey of Maps and Images on the Silk Road*. Leiden: Brill.
- Gil, J. (1993). *En Demanda del Gran Kan: Viajes a Mongolia en el siglo XIII*. Madrid: Alianza.
- Gil, J. (1995). *La Índia Yel Catay. Textos de la Antigüedad Clásica y del Medievo Occidental*. Madrid: Alianza
- Goody, J. (1996). *The East in the West*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gorshenina, S. (2014). *L’Inventions de l’Asie Centrale: Historie du Concept de la Tartarie a L’Eurasie*. Paris: Droz.
- Gungwu, W. (2003). *Anglo-Chinese Encounters Since 1800: War, Trade, Science, Governance*. Cambridge: Cambridge: Cambridge University Press.
- Hamashita, T. (2008). *China, East Asia and the Global Economy: Regional and Historical Perspectives*. Londres: Routledge



- Hart, R. (2013). *Imagined Civilizations: China, the West and their first Encounter*. Baltimore: Johns Hopkins U. Press.
- Hobson, J. M. (2004). *The Eastern Origins of Western Civilization*. Cambridge: C. U Press.
- Hodgson, M. G. S. (1993). *Rethinking World History: Essays on Europe, Islam and Word History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Huff, T. (1993). *The Rise of Modern Science: Islam, China, and the West*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hyunchee, P. (2012). *Mapping the Chinese and Islamican Worlds: Cross – Cultural Exchange in Premodern Asia*. Cambridge: C. U. Press.
- Kai, C. F. (1996). *Estudos sobre a Instalação dos Portugueses em Macau*. Lisboa: Gradiva.
- Kang, D. C. (2010). *East Asia before the West: Five Centuries of Trade and Tribute*. N. York: Columbia University Press.
- Lane, G. E. (2007). *Early Mongol Rule in thirteenth – century Iran*. London: Routledge.
- Leibniz, G. W. (1697). *Novíssima Sínica*. Hanover. Prefácio in *Writngs on China* (1994, p. 45). Ed. D. J. Cock & H. Rosemont. Chicago: Open Court.
- Levenson, J. R. (1968). *Confucian China and its Modern Fate- a Trilogy* (p. IX). Berkeley: University of California Press.
- Li, K. Y. (2010). *The Ming Maritime Trade Policy in Transition, 1368 to 1567*. Wiesbaden: Verlag.
- Lord Palmerston (1999). Nota autógrafa de 29 de setembro de 1850 (F.O. 17/173). Apud Blue, G., China and Western Social thought in the Modern Period. In Brook, T. & Blue, G. (Eds.), *China and Historical Capitalism: Geneologies of Historical Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Loureiro, R. M. (2000). *Fidalgos, Missionários e Mandarins: Portugal e a China no século XVI*. Lisboa: F. Oriente.
- Loureiro, R. M. (2009). *Nas Partes da China*. Lisboa: CCCM.
- Maddison, A. (2006). *Contours of the World Economy, I-2030 AD*. Oxford: Oxford University Press.
- Maddison, A. (2006a). *Asia in the World Economy 1500-2030 AD*. Canberra: Australian National University.
- Maddison, A. (2005). *Growth and Interaction in the World Economy: The Roots of Modernity*. Washington: A. F. I. Press.
- Matos, A. T. & Thomaz, L. F. (Org.) (1993). *As relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente*. Lisboa: CNCDDT.
- Mohebbi, P. (2016). *Les Mots et les Choses de l' Europe en Persan (12-15 siècle)*. Paris: Harmattan.
- Montaigne, M. (1962). *Essais* (t. II, liv. III, cap. XIII, p. 524). Ed. M. Rat. Paris: Garnier.
- Mu-Chou, P. (2006). – *Enemies of Civilization: Attitudes Toward Foreigners in Ancient Mesopotamia, Egypt and China*. N. York State U. Press.
- Mungello, D. (1999). *The Great Encounter of China and the West, 1500-1800*. N. York: Rowman.
- Oliveira, F. R. (2003). *A construção do conhecimento Europeu sobre a China (1500-1639)*. Digital.

- Pagen, A. (Ed.) (2002). *The Idea of Europe: from Antiquity to the European Union*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pascal (1976). *Pensées*. Paris: Flammarion.
- Pereira, T. (2011). *Obras*. Ed. sob a coordenação de L. F. Barreto. Lisboa: CCCM.
- Phillips, A. (2011). *War, Religion and Empire: the Transformation of International Orders*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Phillips, K. M. (2014). *Before Orientalism: Asian Peoples and Cultures in European Travel Writings, 1245 – 1510*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- Pinto, F. M. (1983). Carta de Macau, 20 de novembro de 1555. In Catz, R., *Cartas de Fernão Mendes Pinto e outros documentos*. Lisboa: Presença.
- Plinio (1997). *Naturalis Historia* (XII, 84). Ed. H. Rackham. Cambridge. Massa. Harvard University Press.
- Pomeranz, K. (2000). *The Great Divergence: China, Europe and the Making of the Modern World Economy*. Princeton: Princeton University Press.
- Portugalia Munimenta Cartographica* (1960, Vol. 2). Ed. A. Cortesão e T. Mota. Lisboa: V Cent.
- Ptak, R. T (1998). *China and the Asian Seas: Trade, Travel and Visions of the Other (1400-1750)*. London: Variorum.
- Ptak, R. T (1998a). *China's Seaborne Trade with South and Southeast Asia (1200-1750)*. London: Variorum.
- Ptak, R. T. (2004). *China, the Portuguese and the Nanyang*. London: Variorum.
- Ptak, R. T. (2007). *Die Maritime Seidenstrasse*. Munique: Beck.
- Ramos, J. D. (2012). *Portugal e a Ásia Oriental*. Lisboa: F. Oriente.
- Rees, M. & Dematté, P. (Eds.) (2007). *China on Paper European and Chinese Works from the Late Sixteenth the Early Nineteenth Century*. Los Angeles: Getty.
- Romano, A. (2016). *Impressions de Chine. L'Europe et l'Englobement du Monde (XVI-XVIII siècle)*. Paris: Fayard.
- Rosenthal, J. L. & Wong, R. B. (2011). *Before and Beyond Divergence: The Politics of Economic Change in China and Europe*. Cambridge, Massa.: Harvard University Press.
- Shambaugh, D. (2013). *China Goes Global: The Partial Power*. Oxford: Oxford University Press.
- Shambaugh, D. (Ed.) (2000). *The Modern Chinese State*. N. Iorque: Cambridge University Press.
- Shambaugh, D., Sands, E., Shou Hong (Eds.) (2008). *China-Europe Relations: Perception, Policies and Prospects*. N. York: Routledge.
- Shen, F. W. (1996). *Cultural flow Between China and the Outside World throughout History*. Beijing: F. L. Press.
- Smith, R. L. (2009). *Premodern Trade in World History*. London: Routledge.
- Souza, G. B. (1986). *The survival of Empire. Portuguese trade and Society in China and South China Sea, 1630-1754*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Subrahmanyam, S. (1993). *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: A Political and Economic History*. London: Longman.
- Tin-bor Hui, V. (2005). *War and State Formation in Ancient China and Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Usellis, W.R. (1999). *As origens de Macau*. Macau: M. Marítimo.
- Valignano, A. (1944). *Historia del Principio y Progreso de la Compañía de Jesus en las Indias Orientales (1542-64)*. Ed. J. Wicki. Roma: I.H.S.I..
- Vogt, R. (Ed.) (2013). *Europe and China: Strategic Partners or Rivals?*. H. Kong: H. Kong University Press.
- Von Laue, H. T. (1987). *The World Revolution of Westernization: The Twentieth Century in global perspective*. N. York: Oxford University Press.
- Wade, G. P. (s.d.). *The Ming Shi-Lu (Veritable Records of the Ming Dynasty) as a Source for Southeast Asian History: Fourteenth to Seventeenth Century* (8 Vol.). H. Kong: H. Kong U. Press (large publics. Elect.)
- Wang, H. (2014). *China from Empire to Nation – State*. Cambridge, Massa.: Harvard University Press.
- Wang, M. M. (2014). *West as the Other: A Genealogy of Chinese Occidentalism*. Hong Kong: The Chinese University Press.
- Wong, R. S. (1997). *China Transformed: Historical Change and the limits of European Experience*. Ithaca: Cornell University Press.
- Woodside, A. (2006). *Lost Modernities: China, Vietnam, Korea and the Hazards of World History*. Cambridge, Massa.: Harvard University Press.
- Wu, Zh. L. (1999). *Segredos da Sobrevivência: História Política de Macau*. Macau: AEA.
- Huang, Y. Sh. (2008). *Capitalism With Chinese Characteristics: Entrepreneurship and the State*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Zho, G. (2013). *The Qing Opening to the Ocean: Chinese Maritime Policies, 1684-1757*. Honolulu: U. of Hawaii Press.

# IMPRESSÕES DA CHINA NOS COLÓQUIOS DOS SIMPLES DE GARCIA DE ORTA (GOA, 1563)

加希亚·达·奥尔塔 《印度香药谈》之中国印象  
(1563年，果阿)

Rui Manuel Loureiro

CHAM, FCSH-UNL, UAÇ

A China desde cedo atraiu a atenção dos portugueses, quando, na sequência da viagem inaugural de Vasco da Gama, iniciaram a construção de um informal império oriental, mais tarde designado como Estado da Índia. Após uma primeira visita exploratória à ilha de Tamão, nas cercanias da grande metrópole chinesa de Cantão, que teve lugar em 1513, os contactos com a China não mais se interromperiam. Poucas décadas mais tarde, por volta de 1555, os portugueses haveriam de obter permissão das autoridades chinesas para se instalarem permanentemente em Macau, uma minúscula península situada no litoral meridional da China, que em poucos anos se tornaria num dos mais movimentados portos do Mar do Sul da China. Os contactos intensos com a China, para além de permitirem um mutuamente benéfico intercâmbio de mercadorias, deram lugar a uma lenta acumulação de notícias sobre a grande potência asiática, que se viriam a plasmar em numerosos impressos portugueses publicados ao longo da segunda metade do século XVI. A imagem construída a partir das informações recolhidas por funcionários régios, mercadores e missionários apresentava a China como um dos mais extensos e poderosos reinos

asiáticos, digno da maior atenção e admiração. Assim, a grandeza do reino da China transformou-se num tópico essencial da visão portuguesa do Oriente<sup>1</sup>.

O exemplo mais interessante, sem dúvida, pela amplitude e profundidade dos conhecimentos expostos sobre a China, é-nos dado pela obra do físico português Garcia de Orta, que viveu na Índia durante longos anos, desde 1534, dedicando-se não só à prática da medicina, mas também ao tráfico mercantil, sobretudo de substâncias relacionadas com a sua actividade médica. Em 1563, depois de cerca de trinta anos de residência no Hindustão, Orta publicou um volumoso tratado sobre botânica exótica, a que deu o extenso título de *Colóquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India, e assi dalgũas frutas achadas nella onde se tratam algũas cousas tocantes a medicina, pratica, e outras cousas boas, pera saber* (aqui abreviado para *Colóquios dos simples*). Recorrendo a uma significativa bibliografia especializada disponível na sua época – e que era composta por uma amálgama de autores clássicos, medievais e modernos, ocidentais, mas também orientais<sup>2</sup> –, Garcia de Orta construía uma obra absolutamente inovadora, onde as informações e interpretações veiculadas pela literatura tradicional se cruzavam com as novidades e surpresas resultantes de meio século de contactos intensos e em primeira mão com o mundo asiático.

Mas os *Colóquios dos simples* eram muito mais do que um simples tratado de história natural, pois Garcia de Orta, como seria previsível, ao tratar de assuntos botânicos e médicos, fora arrecadando um vasto cabedal de notícias a respeito “dalguns costumes desta terra” (Orta, 1987, vol. I, p. 19). Ou seja, o ilustre tratadista, paralelamente às suas indagações de físico e naturalista, não podia deixar de se interessar por muitas das práticas sociais e culturais ligadas à produção, circulação e consumo / utilização dos produtos que pretendia estudar; por outro lado, no relato de determinados casos clínicos em que estivera envolvido, convocava amiúde cenas do quotidiano indiano que era também o seu. Assim, o tratado ortiano, para além de informes sobre os simples e as drogas, continha valiosas anotações sobre muitos outros aspectos da realidade oriental. E, neste contexto, uma das regiões asiáticas que maior interesse parece ter despertado em Garcia de Orta foi precisamente a China, a propósito da qual se multiplicam no seu monumental tratado as mais variadas alusões e

<sup>1</sup> Sobre a construção da imagem da China, ver Loureiro, 2000, passim.

<sup>2</sup> Sobre a biblioteca de Garcia de Orta, ver Ficalho, 1983, pp. 281-305; e Loureiro, 1997b, pp. 17-30.

referências<sup>3</sup>. O naturalista português nunca visitou a China, nem outras regiões asiáticas mais orientais, tendo circulado apenas ao longo da costa ocidental da Índia. Assim, para sobre elas se documentar, teve de recorrer a informadores ou mediadores portugueses e asiáticos bem conhecedores do terreno. Garcia de Orta, sempre que se não pôde valer das suas próprias observações, como no caso do mundo chinês, procurou recorrer a pessoas inteiramente merecedoras de crédito, mormente pelo facto de se apresentarem como testemunhas de vista e por pertencerem a grupos sociais mais destacados.

Muitos dos colaboradores da empresa ortiana de recolha e compilação de notícias, embora apresentados como informadores fidedignos, totalmente ‘dignos de fé’, são mantidos no anonimato pelo autor. Outros, contudo, são explicitamente identificados<sup>4</sup>, como é o caso de Diogo Pereira, “homem fidalgo muito conhecido nessas terras” (Orta, 1987, vol. I, p. 52), frequentador regular das regiões circundantes do Mar do Sul da China. Diogo Pereira era um dos mais abastados mercadores portugueses de Goa, onde o seu irmão, Guilherme Pereira, possuía uma residência que se dizia ser a maior daquele entreposto lusitano logo a seguir ao palácio dos vice-reis<sup>5</sup>. Diogo Pereira manteve sempre uma estreita ligação com as coisas da China, ao menos desde a década de 1540, e na altura da publicação do *Colóquios dos simples* encontrava-se precisamente em Macau, onde exercia funções de capitão-mor (Loureiro, 1997a, pp. 31-34). Os contactos que estabeleceu com a China, assim, explicam a relevância que lhe é atribuída por Garcia de Orta, como fornecedor de informações e de produtos de origem chinesa. E embora a sua presença apenas se torne explícita no “coloquio terceiro do ambre” (Orta, 1987, vol. I, pp. 45-52), parece certo que estaria na origem dos informes sobre diversas outras substâncias naturais que aparecem nos *Colóquios dos simples* associadas ao Celeste Império.

As notícias sobre a China que mais abundam nos *Colóquios* referem-se às mercadorias transaccionadas no litoral chinês. Garcia de Orta, nesse sentido, revela profundos conhecimentos da geografia comercial asiática, localizando devidamente a origem dos diversos produtos, indicando o modo como são obtidos e acondicionados, salientando as suas aplicações terapêuticas, e

<sup>3</sup> Para uma primeira abordagem, ver Loureiro, 2000, pp. 603-608, e também Loureiro 2015, pp. 179-214 (uma primeira e mais extensa versão deste texto).

<sup>4</sup> Sobre a rede de informadores de Garcia de Orta, ver Loureiro, 2008, pp. 135-145, e também Loureiro, 2012, pp. 41-72.

<sup>5</sup> Diogo Pereira é convenientemente abordado em Alves, 2010, vol. I, pp. 89-119.

esclarecendo os diversos nomes que os designam. História natural e mundo da mercadoria, nos *Colóquios dos simples*, são perfeitamente indissociáveis. Entretanto, Garcia de Orta, fiel aos propósitos do seu empreendimento textual, concentrou-se basicamente em produtos naturais, e sobretudo naqueles que tinham utilização medicinal, descurando outros bens intercambiados, mesmo que possuidores de elevado valor de troca. Vejamos alguns exemplos retirados dos *Colóquios dos simples*.

O primeiro produto referido é o âmbar-cinzentos, de que os chineses eram grandes consumidores, pois, de acordo com os informadores de Orta, “aproveita muyto pera a conversação das molheres”, para além de ser benéfico “ao coração, e ao cérebro e ao estomago” (Orta, 1987, vol. I, p. 52). A medicina tradicional chinesa, com efeito, atribuía relevantes propriedades ao âmbar cinzento, pelos seus alegados efeitos estimulantes, e mesmo afrodisíacos, e também como componente de elixires que assegurariam a longevidade. Aliás, tem sido sugerido que uma das razões que explicaria a excepcional autorização concedida para a instalação dos portugueses em Macau teria sido a elevada procura de âmbar-cinzentos então existente entre os mandarins cantonenses. Qualquer funcionário em serviço na região de Cantão que conseguisse assegurar a compra deste raríssimo produto, e o fizesse chegar posteriormente à corte imperial em Pequim, teria imediatos benefícios na respectiva carreira no interior do funcionalismo público. E os portugueses, omnipresentes nas principais rotas marítimas que ligavam a China à parte mais ocidental do Índico, de onde provinham os principais fornecimentos de âmbar cinzento, apareceram então aos olhos do mandarinato chinês como os parceiros ideais.<sup>6</sup> Mas, tal como os portugueses, os chineses desconheciam a verdadeira origem desta substância, segundo tinha apurado o próprio Diogo Pereira.

Garcia de Orta, com algum sentido de humor, dizia que “he mézinha que val mais ter muito della, que saber como se gera”, embora se recuse a comentar se a respectiva utilização faria ou não parte da sua prática clínica. Mas Orta estava bem ciente do elevado valor do âmbar-cinzentos, avançando mesmo com algumas das noções então correntes, de que se trataria de “sperma da balea”, de “esterco de animal do mar”, ou mesmo de produto emanado por fontes submarinas (Orta, 1987, vol. I, pp. 45-46). Citava para o efeito diversas autoridades, nem todas em primeira mão, num procedimento muito habitual ao longo dos

<sup>6</sup> Sobre Macau e o âmbar-cinzentos, ver o estudo fundamental de Jin & Wu, 2007, pp. 244-279.



*Colóquios dos simples*, de demonstrar sólidos conhecimentos sobre a cultura médica livresca do seu tempo. Mas nenhum dos autores citados fornecia notícias fidedignas sobre a verdadeira origem do âmbar cinzento, apenas pormenores sobre o seu uso terapêutico e sugestões a respeito da respectiva proveniência. O âmbar-cinzento, na realidade, é uma massa produzida no intestino dos cachalotes (*Physeter catodon*), que estes expelem e que aparecia a boiar em inúmeras regiões do litoral asiático, desde a costa oriental de África até à ilha de Timor, e nomeadamente junto às ilhas Maldivas. Estes pedaços de âmbar-cinzento, como informa Garcia de Orta, eram avidamente procurados em todo o Oriente, para utilização em perfumes e também “no comer, per via de medicina” (Orta, 1987, vol. I, p. 51). A sua procura no litoral chinês, contudo, excedia todas as expectativas<sup>7</sup>.

As embarcações lusitanas transportavam também para os portos chineses quantidades apreciáveis de produtos aromáticos, utilizados na China em numerosos rituais da vida quotidiana. Desde as primeiras décadas do século XVI, os portugueses tinham constatado que os mais variados tipos de incensos, produzidos a partir de plantas oriundas sobretudo do Sudeste Asiático, estavam constantemente presentes na vida chinesa, em cerimónias religiosas, em manifestações artísticas, nos rituais de culto aos antepassados, nos receituários médicos, e mesmo nas vivências domésticas diárias, relacionadas por exemplo com a contagem do tempo<sup>8</sup>. Assim, mercadorias como o benjoim, o costo, o cate, o estoraque, o linaloés, o sândalo faziam regularmente parte dos carregamentos transportados em direcção aos portos chineses, a partir de Malaca, pelas embarcações lusitanas. O físico português estava bem familiarizado com este movimento mercantil, dedicando de resto vários colóquios do seu tratado de história natural a matérias utilizadas para produzir substâncias odoríferas, nos quais se sucedem as referências à China.

Tal sucede em primeiro lugar no colóquio do “benjuy”<sup>9</sup>, substância resinosa muito aromática, extraída de árvores do género *Styrax* em diversas regiões asiáticas, e nomeadamente nas ilhas de Samatra e de Java, e também no Sião. Orta começa por constatar que nada de especial se conseguia apurar sobre

<sup>7</sup> Sobre o âmbar-cinzento, ver Kemp, 2012; e sobre o comércio deste produto exótico, ver Borschberg, 2004, pp. 3-25.

<sup>8</sup> A respeito da utilização do incenso e produtos fumigatórios em geral, no mundo chinês, ver Bedini, 2005.

<sup>9</sup> Cf. Orta, 1987, vol. I, pp. 103-110. Sobre o benjoim, ver Lourido, 2011, pp. 1261-1272.



este produto na literatura ocidental mais antiga, enunciando na ocasião a sua conhecida frase “Não me ponhais medo com Dioscorides, nem Galeno; porque não ey de dizer senão a verdade e o que sey” (Orta, 1987, vol. I, p. 105). Ou seja, sublinhava expressamente a natureza inovadora do seu projecto textual, capaz de registar informações em primeira mão, que ultrapassassem aquelas que tinham sido fornecidas por antigas autoridades – como Pedânio Dioscórides e Cláudio Galeno, físicos romanos de origem grega activos respectivamente nos séculos I e III – que haviam ganhado voga na Europa desde finais do século XV, com a redescoberta e difusão de muitos textos clássicos pelos humanistas<sup>10</sup>. E logo de seguida invocava diversos escritores mais ou menos seus contemporâneos, mas para os corrigir ou criticar, relativamente à origem, características e utilizações do benjoim. O benjoim era utilizado pelos chineses desde tempos antigos, não só em fumigações, mas também na composição de bálsamos, pomadas e xaropes (Laufer, 1919, pp. 456-467).

Os chineses eram também grandes consumidores de custo (*Saussurea costus*), raiz aromática que era colhida nas vertentes dos Himalaias, sendo posteriormente encaminhada para o litoral indiano. Os navios portugueses carregavam esta «grande mercadoria» para Malaca, onde os malaaios lhe chamavam pucho, e daí a levavam depois para os portos chineses, onde era utilizada em perfumes, incensos, e também em fármacos. Garcia de Orta salienta que “dá grande fragancia e cheiro”, e é tão forte que “a alguns se lhe mette pollos narizes, e lhes faz dor de cabeça” (Orta, 1987, vol. I, pp. 256-257).

Para justificar a existência de uma única espécie de custo, a indiana, Garcia de Orta recorre a um interessantíssimo argumento: “E abastenos, pera não aver outro custo senão este, que os Chins, gente tam descreta e tam sabida, usam desta mézinha e a gastam tanto”. O principal interlocutor do autor nos *Colóquios dos simples*, o fictício Doutor Ruano, espanta-se com esta alegação, identificando os chineses com os antigos citas da geografia clássica: “Aleguaes com gente muyto barbara e fera, pois sam os Scitas Asianos?” (Orta, 1987, vol. I, p. 260)<sup>11</sup>. A resposta do físico português é peremptória, e resulta num

---

<sup>10</sup> A propósito da redescoberta renascentista destes autores clássicos, ver Ogilvie, 2006, pp. 25-138.

<sup>11</sup> Sobre a imagem renascentista dos citas, um antigo povo nómada de origem iraniana, ver Meserve, 2008, pp. 68-116.

extenso elogio dos chineses e da sua cultura<sup>12</sup>, que valerá a pena comentar com algum vagar. Começa por afirmar que “Sam os Chins homens muy sutis em comprar e vender, e em officios macanicos”. Depois, sublinha que os chineses “em letras não dam vantagem a alguns outros, porque tem leis escritas, conformes ao direito comum, e outras muito justas”. Ou seja, a China distinguia-se da multidão de outras nações orientais pelo facto de possuir um conjunto de leis escritas e extremamente elaboradas, cuja aplicação, aliás, fora já apreciada em primeira mão por observadores portugueses. É quase certo que Garcia de Orta estaria aqui a referir-se ao célebre caso dos dois juncos de Diogo Pereira, que em 1548 haviam sido capturados no litoral da província chinesa de Fujian, e cujos tripulantes haviam sido aprisionados e submetidos a um rigoroso processo pela justiça chinesa. O episódio ganhara alguma notoriedade através de um relato manuscrito preparado por Galeote Pereira, um dos prisioneiros portugueses, que conseguira alcançar a liberdade e regressar a Goa, onde talvez tenha contactado com o próprio naturalista português<sup>13</sup>. Mas o informador de Orta também poderia ter sido o seu amigo Diogo Pereira.

A descrição referente aos chineses que é incluída no colóquio sobre o custo termina com várias alusões interessantes. A primeira respeita às “pinturas que fazem” os chineses, nas quais vêm “pintadas catedras, e homens que estão lendo”. Independentemente das figuras representadas, a referência de Garcia de Orta testemunha a importação pelos portugueses de objectos de arte chineses, decerto panos de seda decorados com pinturas de cenas do quotidiano<sup>14</sup>. Os “homens que estão lendo” eram, evidentemente, letrados chineses, agrupamento social que desde logo chamara a atenção dos observadores portugueses, que constataavam com admiração que na China o acesso a cargos de poder estava reservado a estudiosos que conseguiam obter aprovação num complexo sistema de exames periódicos. O próprio Garcia de Orta referia esta singular característica da realidade sínica: “damse lá grãos e muytas onrras aos letrados, e eles sam os que governão o rei[no] e a terra” (Orta, 1987, vol. I, p. 260)<sup>15</sup>. A segunda referência alude à “arte de empimir”, tão antiga na China

<sup>12</sup> Ver citação completa, que de seguida se transcreve fragmentariamente, em Orta, 1987, vol. I, p. 260.

<sup>13</sup> Ver Pereira, 1992; para uma análise deste episódio, ver Loureiro, 2000, pp. 422-439, onde é citada a bibliografia pertinente.

<sup>14</sup> Sobre os ‘panos da China’, ver Ferreira, 2006, pp. 119-139.

<sup>15</sup> Corrijo um aparente lapso do autor.

que “nam ha em memoria de homens, ácerca delles, quem a enventou”. Uma das surpresas do primeiro encontro dos portugueses com a China fora precisamente constatar a existência naquele império de livros impressos por meios xilográficos. Especulou-se até se a invenção de Joahnnnes Gutenberg não teria sido de alguma forma influenciada pelos chineses, já que os geógrafos europeus quinhentistas, desconhecedores da exacta topografia de vastas regiões do continente asiático, especulavam sobre a proximidade entre a China e a Alemanha. Estas hipóteses aparecem ventiladas em impressos portugueses da época, a que Garcia de Orta teria tido acesso. Por um lado, o tratado *De Gloria* de D. Jerónimo Osório, publicado em Coimbra em 1549, onde, numa curiosa e inédita notícia sobre a China – que, aliás, apresenta assinaláveis analogias com a passagem aqui comentada dos *Colóquios dos simples* –, o humanista português se refere à antiguidade da “impressão dos livros” com “caracteres metálicos”, prática tão recente na Europa, mas que no Celeste Império era utilizada “há séculos quase infinitos” (Ramalho, 1985, p. 175)<sup>16</sup>. Por outro lado, a *Miscellanea* de Garcia de Resende, publicada postumamente em Évora em 1554, onde o célebre poeta e cronista lusitano, a propósito da invenção da imprensa, introduzia a nota “Outros affirmam na China / O primeiro inuentador” (Resende, 1991, p. 362)<sup>17</sup>. Das duas obras, é pelo menos certo que Orta conhecia a segunda, que refere explicitamente, como “hum tratado de muytas misturas de cousas” (Orta, 1987, vol. II, p. 399).

O cate ou cacho era um produto extraído de uma árvore então vulgar em diversas regiões do norte do Hindustão (*Acacia catechu*), que chegava a Goa pela via de Cambaia, como informa Garcia de Orta. Este simples era utilizado como aditivo alimentar, como corante, e também como fármaco, “pera a garganta e pera as lombrigas e pera as camaras” (Orta, 1987, vol. II, p. 72). Era também encaminhado pelos portugueses para os mercados do litoral da China, onde, de acordo com os *Colóquios dos simples*, “se gasta em muita quantidade” (Orta, 1987, vol. II, p. 71). O naturalista português, que descreve minuciosamente a planta que produz o cate, adianta com correcção que esta substância entrava na composição do bétele, masticatório muito divulgado na Índia e no Sudeste Asiático. A respectiva composição, para além do cate, incluía folha de

<sup>16</sup> Sobre Osório e a matéria chinesa, ver Torrão, 1991-1992, pp. 449-460.

<sup>17</sup> Para uma síntese recente sobre o debate a respeito da invenção da imprensa, ver Chow, 2007, pp. 169-192.

bétele, noz de areca e cal de cascas de moluscos<sup>18</sup>. Orta afiança que o bétele era igualmente utilizado pelos chineses, “tam descritos e sabidos”, indício certo de que o cate seria “muyto boa mézinha” (Orta, 1987, vol. II, p. 71). Mais uma vez, a grandeza da China é invocada como argumento para destacar o valor de um determinado produto. Mas a afirmação relativa ao consumo de bétele na China não é comprovada por outras fontes portuguesas impressas da época, e poderia eventualmente tratar-se de um equívoco do ilustre físico.

Os mercadores portugueses transportavam também para os portos chineses alguns outros produtos, que Garcia de Orta enumera cuidadosamente. O estoraque líquido (*Styrax officinale*) – substância balsâmica e aromática oriunda da Ásia Menor, também conhecida como roçamalha – era consumido em quantidades moderadas. Trazido até Goa através das redes mercantis orientais, era depois encaminhado para outros destinos asiáticos pelos portugueses, e nomeadamente para Malaca, onde era misturado com benjoim, para depois ser despachado rumo ao Celeste Império, onde era muito apreciado<sup>19</sup>. O mesmo sucedia com as cubebas (*Piper cubeba*), pequenos grãos originários da ilha de Java, muito semelhantes à pimenta, que eram levadas “da Çunda e da Jaoa” para a China, onde eram utilizadas “pera mézinha”, umas vezes como afrodisíaco, ou para “ajudar a Venus”, outras vezes para “a frialdade do estomago”. Garcia de Orta dedica algum espaço à discussão deste produto, descrevendo a planta com vagar, de acordo com informações obtidas de “Portuguezes, dignos de fé” que haviam demorado naquela região da Insulíndia (Orta, 1987, vol. I, pp. 287-288). E invoca um significativo rol de autoridades, discutindo se teriam ou não conhecido e descrito as verdadeiras cubebas javanesas. A resposta do naturalista português é quase sempre negativa, de forma a sublinhar a enorme importância das suas indagações na reformulação do saber europeu / ocidental sobre a natureza asiática.

Enfim, três outras mercadorias odoríferas são associadas por Garcia de Orta à China. Uma delas era o linalóes, uma madeira nativa do Sudeste Asiático (*Aquilaria agallocha*), que era utilizada no fabrico de incensos. O “linaloes, na China, he mercadoria de muyto preço”, como refere o naturalista, e os portugueses, depois de o adquirirem no litoral do Champá, onde era designado

<sup>18</sup> Sobre as notícias relativas ao bétele nas fontes portuguesas da época, ver Loureiro, 2007, pp. 49-63.

<sup>19</sup> Cf. Orta, 1987, vol. I, p. 107. Sobre o estoraque / roçamalha, ver Lourido, 2011, pp. 1261-1272.

como calambuco, levavam-no a Cantão, porto “mais celebrado de toda China” (Orta, 1987, vol. I, p. 50). Mais uma vez, as referências bibliográficas ao linaloés são revistas pelo autor dos *Colóquios dos simples*, que tenta determinar se efectivamente os antigos e modernos especialistas em história natural teriam conhecido aquela madeira odorífera. Orta chega à conclusão que nenhum autor anterior a ele próprio tinha esclarecido devidamente quer a origem geográfica, quer a designação, quer as características, quer a ideal forma de utilização do verdadeiro linaloés<sup>20</sup>. Na China, como seria de supor, o linaloés era utilizado no fabrico de incensos. A outra mercadoria odorífera era o sândalo branco (*Santalum album*). Esta madeira preciosa encontrava-se exclusivamente “acerqua de Timor, onde há a maior quantidade” (Orta, 1987, vol. II, p. 281), como registam os *Colóquios dos simples*, de onde os portugueses desde cedo a começaram a levar para os portos sínicos, substituindo de resto os próprios juncos chineses, que desde tempos antigos rumavam àquela ilha da extremidade oriental da Insulíndia em busca do sândalo<sup>21</sup>. O físico português obtivera detalhadas informações sobre a árvore timorense – que descreve com algum pormenor – através de “hum mercador, que sabe bem essas terras” (Orta, 1987, vol. II, p. 284). Muito utilizado por todo o Oriente em diversas aplicações, o sândalo branco era consumido na China sobretudo para a produção de incensos, perfumes e óleos aromáticos (Ptak, 2011, pp. 1330-1331). O capítulo sobre o sândalo, que distingue mais duas espécies desta preciosa madeira, procede também a uma profunda revisão das informações disponíveis em tratados de história natural a que o autor teve acesso, tratando Orta de corrigir erros e equívocos detectados, relativamente à diferenciação das três variedades de sândalo em termos de designações, características e origens geográficas (Orta, 1987, vol. II, pp. 282-287).

Um desses autores, Antonio Musa Brasavola, teria afirmado que “o sândalo aos Portuguezes o devemos; que o trazem do campo de Calecut, onde se colhe” (Orta, 1987, vol. II, p. 285). Orta corrige de imediato esta alegação, explicando que quando os portugueses pela primeira vez chegaram à Índia, aportaram àquela cidade indiana, que era então um importante empório mercantil, onde se encontravam produtos oriundos de todo o Oriente, e também o sândalo branco. Daí originaria a eventual confusão do tratadista italiano. Entretanto, de

<sup>20</sup> Sobre a enorme lista de autoridades citadas no colóquio do linaloés, ver as observações do Conde de Ficalho (Orta, 1987, vol. II, pp. 65-67).

<sup>21</sup> Sobre o comércio do sândalo, ver Ptak, 1987, pp. 36-45.

passagem, Garcia de Orta menciona “a feitoria dos Chins, chamada Chinacota”, que no seu tempo ainda existia “nessa cidade” de Calecute, na qual em tempos antigos “os Chins moravam” (Orta, 1987, vol. II, p. 286). Estava a referir-se, evidentemente, aos vestígios das grandes expedições marítimas chinesas, que nas primeiras décadas do século XV visitaram todo o litoral da Ásia, alcançando inclusivamente a costa oriental de África, sob o comando de Zheng He<sup>22</sup>.

Os *Colóquios dos simples* apresentam informações bastante alargadas e rigorosas sobre esta matéria. Ao longo dos diferentes capítulos, com efeito, multiplicam-se as alusões a estas grandes expedições marítimas chinesas, que estabeleceram feitorias permanentes em numerosos portos asiáticos, e nomeadamente em Calecute. Pela frequência e pelo conteúdo das suas alusões, Garcia de Orta parece ter tido perfeita noção da grandiosidade e da importância deste movimento exploratório, que curiosamente coincidiu com a expansão portuguesa quatrocentista ao longo da costa ocidental de África. Assim, nota que os chineses haviam visitado o litoral do Hindustão em “navios de alto bordo”, chamados juncos, “uns navios compridos que tem a popa e a proa de huma feiçam” (Orta, 1987, vol. I, pp. 204-205). Ao referir uma visita que efectuara ao famoso templo subterrâneo situado na Ilha da Elefanta, nas proximidades de Bombaim, especula sobre a possibilidade de aquele ter sido construído pelos “Chins, quando navegavam por esta terra”, adiantando que “bem póde isto ser verdade, segundo vai tam bem fabricado, e segundo os Chins sam sutis” (Orta, 1987, vol. II; p. 341)<sup>23</sup>. Em Calecute existia “uma feitoria, como fortaleza, que oje em dia permanece, e se chama China cota, que quer dizer fortaleza dos Chins”. E em Cochim conservava-se ainda uma lápide, “por marco, e em memoria que ali chegarão os Chins”. A lembrança destas navegações, segundo o naturalista português, estava sobretudo viva em Ormuz, onde, de acordo com referências recolhidas em crónicas locais, em tempos passados ali teriam aportado numa só monção “quatro centos juncos” (Orta, 1987: I, 204-205).

Ainda no domínio dos produtos importados, Garcia de Orta nota que os mercados chineses absorviam quantidades importantes de “thure” (Orta, 1987, vol. II, p. 351), uma resina odorífera originária da Arábia e da Somália. *Thure*, evidentemente, é a designação latina do incenso, produto de diversas espécies

<sup>22</sup> Existe uma imensa bibliografia sobre as viagens comandadas por Zheng He, ver Ptak, 2006, pp. 3-33, onde são citadas as referências essenciais; e também Alves, 2005, pp. 39-55.

<sup>23</sup> Ver, a propósito de Elefanta, Biedermann, 2013, pp. 35-52.

do género *Boswellia*<sup>24</sup>. O capítulo em questão é extremamente breve, recorrendo o autor quer a informações de “Portuguezes, que nessa terra delle residiram muito tempo”, quer a notícias recolhidas em autores antigos e modernos, como Dioscórides, Serapião e Avicena. Orta salienta o extraordinário valor comercial do incenso nos mercados chineses: “a maior cantidade de todo o que se gasta he levando á China, pera lá o venderem”. De acordo com os dados de que dispunha o físico português, os chineses eram grandes consumidores de incenso: “gastam muyto delle” (Orta, 1987, vol. II, p. 352). De resto, o mesmo sucedia com a mirra, uma outra resina aromática produzida por várias espécies do género *Commiphora* na Árabia e na Somália, que também é abordada neste mesmo capítulo dos *Colóquios dos simples*.

Os *Colóquios dos simples* traçam um esboço muito completo das importações sínicas, que, para além da pimenta,<sup>25</sup> incluíam sobretudo substâncias aromáticas, largamente utilizadas em rituais da vida quotidiana. A pimenta, a mais importante especiaria do comércio português no Oriente, é tratada por Garcia de Orta com grande minúcia, embora não sem alguns equívocos. Mas relativamente à China o físico português limita-se a referir, aliás com rigor, que uma grande parte da produção pimenteira de Java era encaminhada para o Celeste Império: “como a pimenta de que se carregam vinte náos ao menos pera a China” (Orta, 1987, vol. I, p. 289); “gastase esta [pimenta] toda na China” (Orta, 1987, vol. II, p. 241). Não acrescenta outros pormenores sobre os contornos deste riquíssimo trato, que então fazia a fortuna dos seus conterrâneos. Mas, complementarmente, Garcia de Orta dedica também longas páginas à descrição de alguns dos mais exóticos produtos trazidos pelos mercadores lusitanos dos portos chineses. As suas notícias, quase sempre rigorosas, foram fornecidas por Diogo Pereira e outros homens comprovadamente experientes no tráfico com aquelas paragens asiáticas. Embora muitos destes informes circulassem já pelas fortalezas e feitorias portuguesas do Oriente, em cartas ou relatórios manuscritos, nunca antes haviam sido sistematizados em letra de forma.

Seguindo a ordem de exposição do douto autor dos *Colóquios dos simples*, a primeira mercadoria chinesa a merecer destaque é a cânfora, “tam estimada e usada na física”, à qual se haviam referido autores antigos como o Serapião e Avicena, de forma algo confusa. Os *Colóquios dos simples*, entretanto, apresen-

---

<sup>24</sup> Sobre o incenso e a mirra, ver Groom, 1981.

<sup>25</sup> Ver Loureiro, 2000, pp. 374-391, e a bibliografia aí citada.



tavam aos leitores europeus a primeira descrição circunstanciada deste produto natural asiático, começando desde logo por distinguir a “camfora de Burneo”, mais valiosa e mais rara, pouco conhecida na Europa e também importada pelos chineses, da “camfora da China”, mais acessível e relativamente bem conhecida entre os físicos ocidentais (Orta, 1987, vol. I, p. 152). Enquanto a primeira, para além dos usos medicinais, era utilizada como aditivo alimentar, a segunda era usada exclusivamente em assuntos de botica. A cânfora do Bornéu era a resina cristalizada de uma árvore de grande porte (*Dryolealanopa aromatica*) que abundava no norte daquela ilha, e que de resto Orta descreve em detalhe, servindo-se das notícias que lhe haviam sido fornecidos por “hum homem digno de fé” (Orta, 1987, vol. I, p. 155). A variante chinesa era também produzida por uma árvore robusta, mas cuja configuração o físico português parece desconhecer, já que nenhum dos seus informadores percorrera as regiões chinesas onde a mesma poderia ser observada. A cânfora chinesa, que nos mercados se apresentava sob a forma de “pães redondos de diametro de huma mão atravessada” (Orta, 1987, vol. I, p. 152), era oriunda “de Chinceo, donde vão poucas pessoas”, mas era adquirida pelos mercadores portugueses em “Cantam onde toda a mais da gente vay” (Orta, 1987, vol. I, p. 156)<sup>26</sup>. Esta referência permite datar as informações de Orta da década de 1550, pois antes desse ano era normal os navios portugueses oriundos de Malaca ou do arquipélago nipónico demandaram os portos da província de Fujian, normalmente designada nas fontes portuguesas da época como Chinchéu, que depois abandonaram por completo.<sup>27</sup> Entre outras aplicações, a cânfora era usada em perfumaria, em antídotos contra venenos, e também em problemas oftalmológicos.

Outros escritores antigos e modernos são referidos ao longo do colóquio sobre a cânfora, mas sempre em tom de crítica, e nomeadamente “Andreas Belunensis”, isto é, o médico e arabista italiano Andrea Alpago dos séculos XV-XVI, editor e comentador da obra de Avicena, cujas informações sobre a “agoa de camfora” Orta corrige (Orta, 1987, vol. I, p. 158). Dois outros autores coetâneos de Orta são mencionados na secção dos *Colóquios dos simples* dedicada à cânfora, “Ruelio e Mateolo Senense”, isto é, Jean de la Ruelle e Pietro Andrea Mattioli, ambos autores de traduções anotadas da obra de Dioscórides.

<sup>26</sup> Sobre a cânfora em geral, ver Donkin, 1999. Especificamente sobre a variedade do Bornéu, ver Nicholl, 1979, pp. 52-74; sobre a cânfora chinesa, ver Schottenhammer, 2010, pp. 117-149; sobre o comércio desta substância no tempo de Orta, ver Ptak, 2000, pp. 142-166.

<sup>27</sup> Sobre Chinchéu, ver Loureiro, 2011, p. 333.



Aparentemente, a respeito da cânfora, ambos os naturalistas teriam mencionado nas suas obras “hum rey bárbaro, a quem eles chamão, rey da China”, como refere Ruano, observação que suscita uma reacção veemente da parte de Orta, que explica que o monarca chinês “he hum dos maiores reys que se sabe no mundo” (Orta, 1987, vol. I, p. 159). Como forma de destacar a extraordinária importância da China no contexto oriental, Orta avança com uma breve resenha das valiosas mercadorias oriundas daquele longínquo império: “as mercadorias que della vem são leitos de prata, e baixella ricamente lavrada, seda solta e tecida, ouro, almisque, aljofare. Cobre, azougue, vermelham, e o menos he porcelana, que val ás vezes tanto, que he mais que prata duas vezes” (Orta, 1987, vol. I, p. 159).

Dois dos produtos incluídos neste rol de mercadorias chinesas merecem ser destacados. Por um lado o aljôfar, outra designação para as pérolas miúdas, que são abordadas num dos capítulos ou colóquios da obra de Orta (cf. Orta, 1987, vol. II, pp. 119-132); por outro lado o almíscar, que curiosamente apenas é alvo de rápidas referências nas páginas dos *Colóquios dos simples*, não sendo objecto de qualquer tratamento especializado. O físico português refere em diversas passagens o aljôfar que “vem tambem da China” (Orta, 1987, vol. II, p. 120), mas salienta a sua fraca qualidade, por oposição ao que é originário do Golfo Pérsico ou das pescarias de Ceilão. O entreposto de Macau desempenharia decerto um papel importante na exportação de pérolas chinesas – colhidas nomeadamente na região da ilha de Hainão – para outros mercados asiáticos. Os físicos chineses desde longa data utilizavam preparados que incluíam pérolas calcinadas ou em pó, nomeadamente em antídotos para venenos e em poções alegadamente rejuvenescedoras<sup>28</sup>. Mas Orta nada de especial adianta sobre a utilização deste produto natural na sua prática clínica, limitando-se a observar que “os Mouros usam muyto delle em todas as mézinhas cordiaes, asi como nós usamos” (Orta, 1987, vol. II, p. 122), sem acrescentar outros pormenores. Entretanto, o silêncio relativo ao almíscar é algo enigmático, limitando-se o naturalista lusitano a indicar a região de Chiang Mai como local de origem desta substância odorífera (cf. Orta, 1987, vol. II, p. 29), parecendo não ter ideia de que uma parte significativa do almíscar que chegava aos portos indianos era oriunda precisamente da China. O almíscar é uma secreção produzida pelo veado almiscarado, um animal que se encontrava

---

<sup>28</sup> Ver sobre as pérolas Donkin, 1998.

sobretudo nas regiões montanhosas do sudoeste da China (e daí a referência a Chiang Mai não ser totalmente extemporânea). Assim, o porto de Cantão era o principal centro exportador de papos de almíscar, que desde cedo são referidos pelos observadores portugueses, que mencionam a sua utilização quer como componente de perfumes, quer como componente de fármacos utilizados como analgésicos ou tranquilizantes<sup>29</sup>. De qualquer forma, não deixa de ser notável que Garcia de Orta não se tenha ocupado mais em pormenor deste exótico produto de origem chinesa.

Outro produto destacado pelo físico português é a galanga pequena (*Alpinia officinarum*), “trazida da China” para a Índia, para depois ser carregada “pera Portugal”, que Orta distingue cuidadosamente da galanga maior (*Alpinia galanga*), oriunda da ilha de Java, “não tam cheirosa nem tam aromática” (Orta, 1987, vol. I, p. 353). A variedade chinesa é um rizoma muito aromático, espontâneo nas regiões meridionais da China, que era utilizado desde longa data na alimentação, e também como fármaco, sobretudo para problemas digestivos (Simoons, 1991, pp. 370-373). Como refere o físico lusitano, tratava-se de “huma mézinha muyto necessária” (Orta, 1987, vol. I, p. 353), que ele receitava “pera o estamago, e pera o mau cheiro da boca” (Orta, 1987, vol. I, p. 355). A planta é descrita com algum detalhe: “he huma frútice ou mata de dous palmos em comprimento; tem folhas como murta; dizem os Chins que nage sem ser prantada”. Orta utilizava decerto dados fornecidos pelos seus informadores com experiência de contactos com o Celeste Império, mas também possuía em Goa ambas as plantas, “asi sequas como verdes”. Entre outras informações, refere mesmo a designação chinesa da galanga pequena, “lavan-dou” (Orta, 1987, vol. I, pp. 353-354)<sup>30</sup>. Diversas autoridades são convocadas na discussão da galanga, mas o naturalista português conclui que todos andavam “ás apalpadelas” (Orta, 1987, vol. I, p. 354) relativamente a esta espécie, que anteriormente à chegada dos portugueses ao Oriente seria incompletamente conhecida na Europa.

A droga oriunda do Celeste Império que maior interesse parece despertar em Garcia de Orta é indubitavelmente a raiz-da-china, à qual é dedicado um largo espaço (cf. Orta, 1987, vol. II, pp. 259-273). Esta preciosa mercado-

<sup>29</sup> Sobre o almíscar e o seu comércio, ver Borschberg, 2003, pp. 90-99.

<sup>30</sup> A galanga menor é designada em chinês como *gao liang jiang*; o termo transcrito por Orta poderia corresponder a alguma variante regional, estando mais próximo do nome do produto em dialecto cantonense, *laam goeng*.

ria oriental era então considerada um antídoto muito eficaz contra o “morbo napolitano” (Orta, 1987, vol. II, p. 259), que tem sido identificado com a sífilis, doença que então era vulgar em muitas regiões da Ásia. O autor dos *Colóquios dos simples* relata que a droga fora conhecida na Índia apenas em 1535, logo no ano que se seguiu à sua chegada ao Oriente, graças a um anónimo português, “muyto honrado e riquo” (Orta, 1987, vol. II, p. 260), que com ela se havia curado e que dela fez propaganda. Esta data é absolutamente verosímil, pois coincide mais ou menos com o regresso das embarcações lusitanas ao litoral do Celeste Império, ocorrido nos primeiros anos da década de 1530, depois de cerca de uma década de interrupção, na sequência do fracasso da embaixada de Tomé Pires (Loureiro, 2014, pp. 23-36). A partir de então, a raiz-da-china passou a ser vulgarmente utilizada nos meios portugueses do Oriente, sendo também regularmente enviada para a Europa. Até então, as doenças venéreas soíam tratar-se com guaiaco, droga vegetal oriunda do Novo Mundo e que era trazida para a Índia a bordo dos navios portugueses. O próprio Orta refere que o seu primeiro negócio, ao chegar da Europa, fora vender por bom preço uma porção de “guaiacam” que trouxera de Portugal (Orta, 1987, vol. II, p. 260).

Embora Garcia de Orta não se ocupe da origem do morbo napolitano, a proveniência da sífilis continua ainda hoje a ser discutida, defendendo uma corrente de opinião que teria sido difundida a partir da América, na sequência das primeiras viagens de Cristóvão Colombo<sup>31</sup>. Os observadores espanhóis que contactaram com o Novo Mundo desde cedo haviam identificado a madeira de guaiaco, nativo de territórios americanos, como um possível remédio para a referida doença, de forma que a sua importação para a Europa decorreria célere. Em 1519 era publicado na Alemanha um primeiro tratado que defendia a utilização dessa madeira na cura de maleitas associadas à sífilis, da autoria de Ulrich von Hutten, um autor que, por sinal, é implicitamente referenciado pelo próprio Orta, que a propósito do guaiaco alude de forma crítica a “hum fidalgo alemam” que escrevera “hum livro de seus louvores” (Orta, 1987, vol. II, p. 262)<sup>32</sup>. O facto de se tratar de um activo militante do protestantismo explica o cuidadoso silenciamento do seu nome nas páginas dos *Colóquios dos simples*.

---

<sup>31</sup> Ver Guerra, 1978, pp. 39-61. Note-se, entretanto, que fontes chinesas atestam a ocorrência de uma grave epidemia de sífilis na região de Cantão nos últimos anos do século XV, antes da chegada dos portugueses ao Hindustão, colocando em causa a respectiva origem americana e sua difusão oriental por via lusitana (ver Gulik, 1987, pp. 384-385).

<sup>32</sup> Sobre o guaiaco, ver Monardes, 1989, pp. 44-47 e 109-114.

Um dos primeiros utilizadores europeus da droga parece ter sido o imperador Carlos V, que com ela se teria curado de gota, como Garcia de Orta não se esquece de referir, aludindo decerto ao seu contemporâneo Andreas Vesalius, que em 1546 publicara uma carta sobre o assunto.

O físico e naturalista português terá sido o primeiro europeu a fornecer uma descrição minuciosa da planta, a que aplica o nome chinês de “lampatam” (Orta, 1987, vol. II, p. 269), provável erro de transcrição de *ling fan tuan*, uma das designações chinesas da *Smilax chinae*. Aliás, o colóquio sobre a raiz-da-china destaca-se de muitos outros pela enorme abundância de notícias sobre aplicações práticas da droga e pela descrição de diversos casos clínicos ocorridos com o físico português (cf. Orta, 1987, vol. II, pp. 259-270)<sup>33</sup>. Garcia de Orta explica minuciosamente como usava a raiz-da-china no tratamento de diversos tipos de enfermidades – desopilar o fígado, curar úlceras dos rins e da bexiga, e mesmo contra a tísica –, que não apenas em casos de doenças venéreas, pormenorizando quer os restantes componentes terapêuticos utilizados em cada caso específico, quer mesmo as dietas aconselhadas a cada doente. Relata, por exemplo, o episódio ocorrido com um seu amigo que em Malaca adoeceu e “curouo hum Chin, e davalhe a comer esta raiz da China na galinha cozida” (Orta, 1987, vol. II, p. 266). O físico português integra nos *Colóquios dos simples* uma clara descrição de toda a planta, e não apenas da raiz, que lhe teria sido fornecida por algum dos seus informadores, certamente Diogo Pereira. E avança até com algumas recomendações sobre o modo como a droga deveria ser acondicionada, “em jarras martavans de colo alto” (Orta, 1987, vol. II, pp. 269-270), para ser transportada para a Europa.

Enfim, os *Colóquios dos simples* incluem um capítulo dedicado ao ruibarbo, que é extremamente curto, desculpando-se o autor por esse facto, alegando não ter conseguido recolher informações mais detalhadas. Singularmente, nenhuma autoridade livresca é mencionada, procedimento algo invulgar na metodologia de Garcia de Orta, já que a planta aparecia referenciada em obras de naturalistas clássicos e modernos. De qualquer forma, Orta distingue dois caminhos distintos, através dos quais o ruibarbo chinês chegava aos mercados asiáticos e europeus. Por um lado, uma rota caravaneira que, atravessando a Ásia Central e passando por Samarcanda, trazia o produto até à ilha de Ormuz, controlada pelos portugueses desde a abertura do século XVI. Este ruibarbo, que depois

---

<sup>33</sup> Sobre o comércio de raiz-da-china, ver Borschberg, 2006, p. 103-115.

era reexpedido para a Índia, era de bastante melhor qualidade, semelhante ao que era encaminhado para a Europa pelas rotas terrestres da Ásia Ocidental. Por outro lado, o ruibarbo era desde há poucos anos também adquirido pelos portugueses no “porto de Cantam”, onde o traziam de regiões chinesas do interior. Porém, devido à longa viagem marítima que tinha de suportar, chegava à Índia todo “danado pollo mar” (Orta, 1987, vol. II, pp. 275-276). Assim, Garcia de Orta confessa a sua preferência pela variedade mais enxuta que vinha pela via de Ormuz. Esta raiz era muito utilizada em todo o Oriente, sobretudo como purgativo<sup>34</sup>. Mas o autor dos *Colóquios dos simples* reconhece a sua ignorância a respeito do aspecto da planta, de que só conhecia as raízes secas, manifestando a esperança de muito em breve se saber “tudo mais bem sabido” sobre este produto natural, “pois a China se conversa tanto já com os Portugueses” (Orta, 1987, vol. II, p. 277). Aludia aqui, decerto, ao recentíssimo estabelecimento dos seus conterrâneos na península de Macau.

Em diversas ocasiões, Garcia de Orta recusa-se a falar do Celeste Império nos seus *Colóquios dos simples*, alegando que “he terra em que ha tanto que contar que he nunca acabar” (Orta, 1987, vol. II, p. 161). Todavia, vai introduzindo ao correr da pena diversas notícias e reflexões sobre aquela importante potência asiática, revelando a vastidão e solidez dos seus conhecimentos. Conhecia bem o movimento comercial que ligava a China a outras regiões da Ásia marítima, sabia quais as importações mais cobiçadas pelo mercado chinês, e quais as mais abundantes e mais valiosas exportações. Possuía noções alargadas sobre as características e as aplicações dos principais produtos sînicos que chegavam aos portos indianos. E apercebia-se da proverbial industriiosidade do povo chinês. Assim, afirma que os chins são “homens muy sutis”, cuja habilidade “em officios macanicos” ultrapassa a de todos os outros povos (Orta, 1987, vol. I, p. 260). Sabia que em tempos idos, num passado não muito distante, imponentes expedições marítimas chinesas haviam cruzado os mares orientais, e estava ciente dos inúmeros vestígios por elas deixados na Índia e regiões circundantes. Tinha algumas luzes sobre a orgânica social chinesa, e nomeadamente sobre a enorme relevância da classe dos letrados.

As suas numerosas observações possuem uma característica em comum: uma franca e total admiração pelas *cousas da China*. Garcia de Orta, no seu tratado de história natural e moral, destaca-se como um dos primeiros escritores lusitanos a compreender – e a transmitir de forma impressa – a real importância do mundo

---

<sup>34</sup> Sobre o ruibarbo (*Rheum officinale*), ver o estudo de Foust, 1992.

chinês no contexto asiático mais geral. E as suas palavras sobre o monarca chinês, que caracteriza como “hum dos maiores reys que se sabe no mundo”, sobre o qual seria necessário “escrever hum gram volume” para se poder dar devida conta dos seus imensos domínios (Orta, 1987, vol. I, p. 159), parecem anunciar o célebre *Tractado em que se cõtam muyto por estênso as cousas da China*, que Gaspar da Cruz publicaria em Évora em inícios de 1570. Aliás, não é impossível que Orta com ele se tivesse cruzado – e trocado impressões – precisamente no ano da publicação dos *Colóquios dos simples*, quando o missionário dominicano aportou a Goa vindo de Ormuz, para embarcar no ano seguinte rumo a Portugal. Tudo somado, a notável profusão de notícias sobre a China e o significativo destaque que lhes é dado na obra de Garcia de Orta confirmam o carácter revolucionário – a tantos títulos – do monumental tratado do naturalista lusitano.

## Referências bibliográficas

- Alves, J. M. S. (2005). La voix de la prophétie: Informations portugaises de la 1<sup>e</sup> moitié du XVI<sup>e</sup> siècle sur les voyages de Zheng He. In C. Salmon & R. Ptak (Eds.), *Zheng He: Images and Perceptions / Bilde und Wahrnehmungen* (pp. 39-55). Wiesbaden: Harrassowitz.
- Alves, J. M. S. (2010). Fernão Mendes Pinto and the Portuguese commercial networks in maritime Asia (1530-1550). In J. M. S. Alves (Ed.), *Fernão Mandes Pinto and the «Peregrinação»* (vol. 1, pp. 89-119). Lisboa: Fundação Oriente.
- Bedini, S. (2005). *The trail of time: Time measurement with incense in East Asia*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Biedermann, Z. (2013). Imagining Asia from the Margins: Early Portuguese Mapping of the Continent's Architecture and Space. In V. Rujivacharakul et al. (Eds.), *Architecturalized Asia: Mapping a Continent through History* (pp. 35-52). Hong Kong: Hong Kong University Press.
- Borschberg, P. (2003). O comércio europeu de almíscar com a Ásia no início da Era Moderna / The European Musk Trade in the Early Modern Period. *Oriente*, 5, 90-99.
- Borschberg, P. (2004). O comércio de âmbar cinzento asiático na época moderna: século XV a XVIII / The Asian ambergris trade in the early modern period: fifteenth to eighteenth centuries. *Oriente*, 8, 3-25.
- Borschberg, P. (2006). The Euro-Asian Trade and Medicinal Usage of *Radix Chinae* in the Early Modern Period (ca. 1535-1800). *RC – Revista de Cultura / Review of Culture*, 20, 103-115.
- Chow Kai-wing (2007). Reinventing Gutenberg: Woodblock and Movable-Type Printing in Europe and China. In S. A. Baron, E. N. Lindquist & E. F. Shevlin (Eds.), *Agent of Change: Print Culture Studies after Elizabeth L. Eisenstein* (pp. 169-192). Cambridge, Massachusetts: University of Massachusetts Press.
- Donkin, R.A. (1998). *Beyond Price – Pearls and Pearl-Fishing: Origins to the Age of Discovery*. Philadelphia: American Philosophical Society.

- Donkin, R.A. (1999). *Dragon's Brain Perfume: An Historical Geography of Camphor*. Leiden: Brill.
- Ferreira, M. J. (2006). Notícias da Seda. Referências à seda chinesa na documentação impressa dos séculos XVI a XVIII e seu impacto na sociedade europeia. *RC - Revista de Cultura / Review of Culture*, 16, 119-139.
- Ficalho, F. M. M. B., Conde de (1983). *Garcia de Orta e o seu tempo*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Foust, C. M. (1992). *Rhubarb: The Wondrous Drug*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Groom, N. (1981). *Frankincense and Myrrh: A Study of the Arabian Incense Trade*. Londres: Longman.
- Guerra, F. (1978). The Dispute over Shyphilis, Europe versus America. *Clio Medica*, 13, 39-61.
- Gulik, R. (1987). *La vie sexuelle dans la Chine ancienne*. Trad. Louis Evrard. Paris: Gallimard.
- Jin, G. P. & Wu, Zh. L. (2007). *Revisitar os Primórdios de Macau: para uma nova abordagem da História*. Macau: Instituto Português do Oriente & Fundação Oriente.
- Kemp, Ch. (2012). *Floating Gold: A Natural (and Unnatural) History of Ambergris*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Laufer, B. (1919). *Sino-Iranica: Chinese Contribution to the History of Civilization in Ancient Iran*. Chicago: Field Museum of Natural History.
- Loureiro, R. M. (1997a). *Em busca das origens de Macau*. Macau: Museu Marítimo de Macau.
- Loureiro, R. M. (1997b). European books and libraries in sixteenth century Portuguese India. *RC – Review of Culture*, 31, 17-30.
- Loureiro, R. M. (2000). *Fidalgos, Missionários e Mandarins: Portugal e a China no século XVI*. Lisboa: Fundação Oriente.
- Loureiro, R. M. (2007). Betel chewing in 16th century European sources: “a verde folha da erva ardente”, *RC – Revista de Cultura / Review of Culture*, 21, 49-63.
- Loureiro, R. M. (2008). Garcia de Orta e os *Colóquios dos simples*: Observações de um viajante sedentário. In G. Fragoso & A. Mendes (Eds.), *Garcia de Orta e Alexander von Humboldt: Errâncias, Investigações e Diálogo entre Culturas* (pp. 135-145). Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Loureiro, R. M. (2011). Chinchéu, Relações de Macau com. In *DITEMA – Dicionário Temático de Macau* (p. 333). Macau: Universidade de Macau.
- Loureiro, R. M. (2012). Information networks in the *Estado da Índia*, a case study: Was Garcia de Orta the organizer of the *Codex Casanatense* 1889?. *Anais de História de Além-Mar*, 13, 41-72.
- Loureiro, R. M. (2014). Tomé Pires: boticário, tratadista e embaixador. In R. Carneiro & G. d'Oliveira Martins (Eds.), *China e Portugal – Cinco centúrias de relacionamento: uma leitura académica* (pp. 23-36). Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa – Universidade Católica Portuguesa.
- Loureiro, R. M. (2015). Notícias da China nos *Colóquios dos simples* de Garcia de Orta: “He terra em que há tanto que contar que he nunca acabar”. In A. Cardoso & P. F.



- Costa (Eds.), *Botânica, medicina e cultura nos Colóquios de Garcia de Orta* (pp. 179-214). Lisboa: Edições Colibri.
- Lourido, R. D'Ávila (2011). Produtos Medicinais e Aromáticos. In *DITEMA – Dicionário Temático de Macau* (pp. 1261-1272). Macau: Universidade de Macau.
- Meserve, M. (2008). *Empires of Islam in Renaissance Historical Thought*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Monardes, N. (1989). *La Historia Medicinal de las cosas que se traen de nuestras Indias Occidentales*. Ed. José María Lopez Piñero. Madrid: Ministerio de Sanidad y Consumo.
- Nicholl, R. (1979). Borneo and Camphor. *The Brunei Museum Journal*, 4 (3), 52-74.
- Ogilvie, B. W. (2006). *The Science of Describing: Natural History in Renaissance Europe*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Orta, G. (1987). *Colóquios dos simples e drogas da Índia*. Ed. Francisco Manuel de Melo Breyner, Conde de Ficalho. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Pereira, G. (1992). *Algumas cousas sabidas da China*. Ed. Rui Manuel Loureiro. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- Ptak, R. (1987). The Transportation of Sandalwood from Timor to China and Macao, c.1350-1600. In R. Ptak (Ed.), *Portuguese Asia: Aspects in History and Economic History (Sixteenth and Seventeenth Centuries)* (pp. 87-109). Wiesbaden: Steiner Verlag.
- Ptak, R. (2000). Camphor in East and Southeast Asian Trade, c.1500. In A. Disney & E. Booth (Eds.), *Vasco da Gama and the Linking of Europe and Asia* (pp. 142-166). Nova Delhi: Oxford University Press.
- Ptak, R. (2006). Percepção das viagens de Zheng He através dos tempos / Perception through the Ages of Zheng He's Voyages. *Oriente*, 14, 3-33.
- Ptak, R. (2011). Sândalo. In *DITEMA – Dicionário Temático de Macau* (pp. 1330-1331). Macau: Universidade de Macau.
- Schottenhammer, A. (2010). The transfer of Xiangyao 香藥 from Iran and Arabia to China – A Reinvestigation of Entries in the *Youyang zazu* 酉陽雜俎 (863). In R. Kauz (Ed.), *Interaction on the Maritime Silk Road: From the Persian Gulf to the East China Sea* (pp. 117-149). Wiesbaden, Harrassowitz.
- Simoons, F. J. (1991). *Food in China: A Cultural and Historical Inquiry*. Boca Raton, Florida: CRC Press.
- Torrão, J. M. N. (1991-1992). A China na obra de D. Jerónimo Osório. *Humanitas*, 43-44, 449-460.





# PEREGRINAÇÕES DE FERNÃO MENDES PINTO E OUTROS PORTUGUESES PELA CHINA, O MÍTICO REINO DA PERFEIÇÃO

## 费尔南·门德斯·平托与其他旅华葡萄牙人的远游：神秘的完美王国

**Deana Barroqueiro**

Escritora e professora aposentada

### Introdução

Enquanto escritora de romances históricos, procurei desenvolver o tema do meu estudo numa perspectiva literária, dando particular atenção à dicotomia realidade/ficção, através da vivência, em relatos orais ou escritos, dos cativos portugueses na China. Como Galeote Pereira ou Fernão Mendes Pinto, também eles personagens da História e da Literatura, os primeiros a conviver de perto e longamente com este “Outro” civilizacional, tão distinto de tudo o que até então haviam conhecido.

No início do século XVI, a China era uma nação longínqua e misteriosa, que a Europa culta mitificara como uma espécie de paraíso terreal, povoado de seres fantásticos, riquezas fabulosas e histórias de pasmar, cuja tradição remontava à Antiguidade. Era o país dos *Seres* e das árvores dos frutos da seda, dados a conhecer pela escrita de Flavio Josefo, Plínio o *Jovem* ou Solinus, até a decadência do Império Romano ter feito esquecer a Rota da Seda. Histórias esquecidas que ganharam novo fôlego, por volta do Século XIII, quando o viajante Marco Polo (c. 1254-1324), publicou *O Livro das Maravilhas* ou da *Divisão do Mundo*, sobre as suas reais ou supostas viagens, ao longo dessa rota comercial, até à corte de Kublai Khan.

Preso em Génova, no ano de 1298, Polo serviu-se, ao modo das “celebridades” actuais, de um escritor-fantasma, Rustichello da Pisa, a quem ditou as suas aventuras, sendo uma das partes da obra dedicada ao Cathay (norte da China) e a Manji (sul da China). O exagero da efabulação e as descrições pouco credíveis, mesmo para os padrões da Idade Média, dos lugares, edifícios, pessoas e animais – fossem elas da autoria de Rustichello para comprazer o leitor, fossem do próprio Marco Polo, em busca de prestígio e valimento –, e também o seu desconhecimento dos costumes chineses mais dignos de conto, como os caracteres da sua escrita, o chá, o acto de comer com pauzinhos ou de as mulheres enfaixarem os pés desde crianças, fizeram com que os leitores mais esclarecidos olhassem a obra com cepticismo, relegando-a para a categoria de romance ou fábula, inspirada nos relatos das viagens do pai e do tio ou plagiada de escritos anteriores de missionários ou viajantes, como o árabe Ibn Battuta.

Odorico Pordedone (1286–1331), pelo contrário, no seu *Relatio* dos países orientais por onde viajou, apesar de escrever algumas fantasias, como a do rio Yangtze atravessar uma terra de pigmeus de três palmos de altura, descreve a China com grande realismo e veracidade, afirmando ter omitido certas coisas verdadeiras por medo de não ser levado a sério, o que de facto aconteceu, mas não pela razão apontada. Habituaados aos relatos maravilhosos e fantasistas, os leitores não gostaram do livro despojado e verdadeiro.

Já no século XIV, Jean de Mandeville, um dos autores mais fraudulentos da sua época, alcançou um sucesso retumbante com o seu *Itineraria* ou *Livro das Maravilhas* (como o de *Il Milione*/Marco Polo), que não passava de uma descarada montagem de inúmeros textos de missionários e outros viajantes, como Odorico de Pordedone, Hetoum ou Marco Polo. O próprio Mandeville era uma fraude. Fazia-se passar por Sir John Mandeville, um cavaleiro inglês, mas chamava-se Jean de Bourgogne e era francês; gabava-se de ter andado trinta e quatro anos em viagens à volta do mundo, quando apenas visitou o Egipto. Apesar de ser uma recolha de mitos, superstições e maravilhas, o seu livro foi tomado como referência geográfica, em particular sobre a China, inspirando Cristóvão Colombo na sua busca do Cataio, com navegação para Ocidente.

A partir do Século XV, embora paulatinamente e a muito custo, os portugueses irão revolucionar essa visão mítica do mundo, pelo conhecimento geográfico e civilizacional que lhes trouxe a aventura dos Descobrimentos, após a descoberta do caminho marítimo para a Índia.

## I. Primeiros contactos com os chins

D. Manuel I vai prosseguir com a expansão marítima e o conhecimento das costas da Ásia, além da Índia, com sucessivas viagens, para chegar às nações produtoras das especiarias ou de outros produtos preciosos e estabelecer relações diplomáticas, especialmente com a misteriosa China, por ter ouvido contar que um grupo de portugueses se cruzara com alguns chins, ao norte de Samatra, recebendo deles presentes de porcelana e seda. Envia, então, Diogo Lopes de Sequeira, em 1508, com uma pequena armada, em missão de espionagem a Malaca, a fim de colher informações do famoso porto e das suas rotas comerciais. No detalhado regimento (um documento com as ordens do rei e regras que o capitão teria de seguir à risca) há um capítulo dedicado aos “chins”, com instruções muito claras:

Item: perguntarees pollos chys. e de que partes veem, e de cam lomge e de quanto em quanto vêm a mallaca ou aos lugares em que trautam. e as mercadorias que trazem e quantas naus delles vem cada anno e pollas feyçoees do suas naus e se tornam no ano em que veem e se teem feitores ou casas em mallaca, ou em outra alguma terna, e se sam mercadores riquos e se sam homeês fracos, se guerreiros e se teem armas ou artelharia, e que vestidos trazem e se sam grandes homeês de corpos e toda a outra emformaçam deles, e se sam christãos, se gentios ou se he grande terra a sua e se teem mais de hü Rey antre eles, e se vyueem amtre elles mouros ou outra alguma gemte que não vyua na sua lley ou cremça e se nam sam christãos em que creem ou a quẽ adoram e que costumes guardam e pera que parte se estende sua terra e com quem comfinam.

Quando a frota de Lopes de Sequeira chega a Malaca, a 1 de Julho de 1509, os portugueses travam relações amistosas com as tripulações chinesas de três juncos que estavam ancorados no porto. Na *Crónica do descobrimento e primeiras conquistas dos Portugueses na Índia*, um manuscrito anónimo anterior a 1521, no capítulo *Dos comçertos e pazes que hos nossos fizerã cõ elrrey de Malaqua e do que hy pasarã*, é narrada a calorosa recepção feita pelos portugueses ao capitão chinês, “com trombetas, e artilharia”, quando subiu à nau do capitão-mor, onde lhe foi oferecido jantar, o qual ele retribuiu no dia seguinte no seu junco. É o primeiro registo de relações oficiais amigáveis de portu-  
gue-

ses e chineses, da mútua curiosidade pelo “outro” tão estranho, que procuram satisfazer perguntando “hũs aos outros polas coisas de seus rreys e rreynos”:

Sam homẽs allvos e bem despostos, nã tem barba, sallvo no bebedoyro, os olhos pequenos e os lagrimaaes afastados dos narizes, cabellos compridos, caysses pretos e rrallos, metidos em çrespinas de seda pretas, e, sobre as crespinas, hũs barretes alltos que parecem de sedas, de bordos lavrados, a maneira de rrede, vestidos de camissas e pellotes de quartos d'estameta bramqua, e em cima outros pellotes de çinquo quartos, framzidos, de çitym e damasco amarello, e suas petrinhas baixas e as mãgas largas aballdocadas (?), cõ suas selouras (sic) e botas solladas a mourisca. Dizem que sã christãaos, comem toda a viamda, trazem cõnsygo molheres.

Os mouros de Malaca, com o aval do rei, atacam os navios, procurando assassinar Sequeira, que tem de fugir, deixando alguns portugueses prisioneiros em terra. Três anos mais tarde, em 1511, Afonso de Albuquerque chega a Malaca, com forte armada, para libertar os homens que haviam sobrevivido ao ataque traiçoeiro. Vem disposto a dar uma lição ao rei Mahmud: se não lhe entregar os prisioneiros e se recusar a prestar vassalagem ao rei de Portugal, subjugará a cidade pela força das armas.

No porto estão surtos cinco juncos de mercadores chineses, cujos capitães, descontentes com o rei muçulmano (que estava em guerra com o gentio Daru e os obrigava a ajudá-lo na luta), vão visitar Albuquerque à nau capitaina e oferecem-se, com os seus homens e embarcações, para combater a seu lado. O capitão-mor, surpreendido, aceita os barcos para o transporte dos soldados, mas recusa a sua participação no combate, para que não sofram represálias, se ele for derrotado.

Os chineses ficam muito bem impressionados com os seus cuidados e a sua gratidão não conhece limites quando ele lhes oferece a carga de arroz de que precisam para a torna-viagem (e que o rei mouro lhes recusara, para os manter às suas ordens). Forçados a partir antes da conquista de Malaca, por causa da monção, despedem-se com muitas juras de amizade, prometendo volver em breve com outros mercadores e ricas fazendas para os tratos com os portugueses. Albuquerque entrega-lhes cartas para o Imperador Zhengde, nas quais se apresenta como criado do poderoso rei de Portugal, vindo da distante Europa, para o conhecer, justificando a conquista de Malaca (que era tributária da China), por boa guerra e propondo-lhe um tratado de amizade e relações comerciais.

## II. Primeiras viagens à China

Nos anos imediatos à conquista de Malaca, graças à visão de Afonso de Albuquerque, os portugueses ficam a conhecer todo o imenso litoral asiático, desde o Mar Vermelho até ao longínquo Japão, aonde chegam por volta de 1543. Esta exploração geográfica, principal objectivo dos Descobrimentos Portugueses, vai ser acompanhada por uma enorme produção de textos de carácter prático e informativo sobre as civilizações dos povos que encontram, para dar a conhecer esses “novos mundos” a uma Europa que, durante séculos, se alimentara de fantasias sobre o Oriente. Além das crónicas oficiais, surgem cartas, diários, tratados, relações, itinerários e até géneros híbridos como a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, cuja leitura irá causar uma verdadeira revolução intelectual e cultural na Europa

Na China, ainda mais do que na Índia, “os portugueses encontram esse *mundo novo*, em muitos aspectos totalmente alheio à sua vivência tradicional. Os homens são diferentes, a sua organização política e social não segue os padrões europeus, as práticas sociais são manifestamente *outras*. É necessário, então, dar conta desta novidade, integrá-la nos parâmetros culturais ocidentais, incorporando-a na visão do mundo europeia” (Loureiro, 1991).

Incertos do resultado da conquista de Afonso de Albuquerque, os chineses só voltam a Malaca em 1513 e com pouca mercadoria, a fim de avaliarem as possibilidades de comércio com os novos senhores. São muito bem recebidos pelo capitão Rui Brito Patalim, que lhes confirma os direitos outorgados por Mahmud. Tomé Pires (sem suspeitar que irá ser o primeiro embaixador à China) escreve uma carta a D. Manuel informando-o de que um junco carregado de pimenta de Pegu, comandado por Jorge Álvares, seguira para a China com a frota chin, cujas despesas seriam compartilhadas, em partes iguais, entre El-Rei e o Bemdara Nina Chatu, grande mercador e o mais alto dignitário de Malaca.

Jorge Álvares e o seu filho vão ser os primeiros lusos a desembarcar em terras chinesas, no ano de 1513. Não passam da ilha de *veniaga* (comércio) de Tamão<sup>1</sup> (Tumon segundo Tomé Pires), no delta do Rio das Pérolas, onde desembarcam por ordem dos chineses e Jorge Álvares chanta um padrão, na Boca de Cantão (Guangdong), para comemorar o feito. Os portugueses são muito bem recebidos pelas autoridades e mercadores locais, “que folgaram muito na sua companhia” e Jorge Álvares regressa a Malaca, no ano seguinte, depois de

---

<sup>1</sup> Tun-mên, “Tau Mun”, ou **Lin Tin**. Actual, Ilha de Lingding ou ilha de Nei Lingding.

ter vendido todas as mercadorias, com enormes lucros, e de ter enterrado o seu filho junto ao padrão. Ali foi igualmente o lugar da sua sepultura, em 1521, aquando da sua terceira viagem às terras dos chins.

E però que aquella regiam de idolatria coma o seu corpo, pois que honrra de sua pátria em os fins da terra pos aquelle padram de seus descobrimentos: nam comerá a memória de sua sepultura em quanto esta nossa escriptura durar. (Barros, 1992, II, VI)

Estabelecidos os primeiros contactos sob *tão bons auspícios*, em 1515, por ordem do rei D. Manuel, Rafael Perestrelo parte de Malaca, num junco de um mercador chinês, com uma tripulação composta por uns trinta portugueses (ou dez, segundo Fernão Lopes de Castanheda), para consolidar esse comércio promissor, mas ainda sem o propósito de estabelecer relações diplomáticas com os mandarins. Perestrelo regressa a Portugal, no Verão de 1518, depois de mais de quatro anos de viagem de ida e volta à China, inaugurando a futura carreira marítima portuguesa para a *Pestana do Mundo*.

Estava aberto o caminho para o estabelecimento de relações diplomáticas entre el-rei D. Manuel I e o imperador Zhengde, um projecto que se vai concretizar no envio de uma embaixada portuguesa, a primeira de uma nação europeia à impenetrável China dos tempos modernos. De Lisboa, em 1515, parte o veterano de muitas campanhas de África e Índia, Fernão Peres de Andrade, como capitão-mor de uma armada para fazer “o descobrymento da enseada de bengala e da chyna” e aqui deixar um embaixador para a corte de Pequim. A frota faz escala por Pacém para carregar a pimenta destinada à China, sofre inúmeros percalços, com incêndios e perda de navios, e só chega a Malaca no ano seguinte, em Agosto, com a frota desbaratada e no fim da monção. Andrade ainda tenta a viagem, mas o mau tempo obriga-o a regressar a Malaca e a esperar a monção favorável. Ali vem ter Rafael Perestrelo, de regresso a Lisboa, que lhe fornece preciosas informações de tudo o que vira e passara.

Andrade parte finalmente para a China, em Junho de 1517, com uma armada de oito navios, pela primeira vez todos portugueses, embora com pilotos chineses, acompanhado por Jorge Álvares. Pelas suas qualidades e experiência administrativa, o boticário e naturalista Tomé Pires, antigo escrivão da feitoria de Malaca, contador e vedor das drogarias e autor do tratado *Suma Oriental*, foi escolhido pelo capitão-mor para embaixador ao Imperador Zhengde, a quem leva cartas e presentes de D. Manuel.

A 15 de Agosto, a armada surge na ilha de Tamão, onde acha ancorado o junco de Duarte Coelho, com quem Andrade fizera a sua frustrada viagem do ano anterior. Os portugueses causam estranheza aos naturais, por serem um “outro” nunca antes visto:

As embarcações bárbaras que arribavam dentro dos prazos estabelecidos para elas, podiam desembarcar os seus tripulantes que eram escoltados pelos soldados sob alçada do Beiwo<sup>2</sup> até à Repartição da Administração Civil, onde eram conferidas as suas Kanhe<sup>3</sup> e verificados os prazos estabelecidos. Caso tudo estivesse em ordem, seriam apresentados ao Superintendente do Comércio Marítimo, ao Eunuco do Comércio Marítimo e outras autoridades, tais como o Censor e o Comissário da Administração Judicial e depois enviados para a Capital mediante memoriais ao Trono. Se houvesse alguma transgressão, seriam detidos e sujeitos a interrogatórios, remetidos à deliberação do Tribunal dos Ritos. (Barros, 1992, II, VIII)

Fernão Peres de Andrade pede aos mandarins autorização para desembarcar o embaixador, a fim de ser enviado ao imperador, sendo-lhe prometido “que logo se daria auimento pera ser agasalhado em terra, & tão que elles recebessem a entrega delle, escreueriam a el rey seu senhor a causa de sua vinda, pera saber o que mãdaua que nisso fizessem, por quanto sem recádo seu nã podia daly partir” (Barros, 1992, II, VIII). Esta versão dos cronistas portugueses é contrariada pelos textos chineses:

No 12º ano [1517] do reinado de Zhengde, alguns estrangeiros [Folangji] entraram sem aviso no Distrito de Dongguan. Wu Tingju, o Buzhengshi [Comissário da Administração Civil Provincial] de então, decretou a autorização da recepção de tributos e viabilizou a comunicação à Corte, o que constituiu uma culpa por não ter consultado as leis vigentes <sup>4</sup>

Andrade vai permanecer catorze meses na região de Cantão, aproveitando para fazer tratos comerciais e enviar Jorge de Mascarenhas a espiar a costa chi-

<sup>2</sup> Comandante da defesa contra os piratas japoneses. O “Pio” das fontes portuguesas.

<sup>3</sup> Documentos de identificação.

<sup>4</sup> Gu Yanwu (S.d). *Estudos sobre as Vantagens e Desvantagens de Todos os Países do Mundo* (vol. 120, p.14). S.l.: Edição Fuwenke, da Dinastia Qing; transcr. In Zhiliang, 1999, pp. 34-35.



nesa, para oriente, até Quanzhou. Durante um assalto de corsários às povoações na boca do rio das Pérolas, os navios portugueses acodem às populações, desbaratam os inimigos e conquistam grande reputação entre os chineses.

Desconhecendo-se, então, a mentalidade e morosidade da burocracia chinesa, depois de alguns jogos diplomáticos com o “Pio”, o dignitário chinês, Andrade, impaciente pela demora da resposta quanto à ida para Cantão, parte sem autorização pelo rio acima, com dois navios e vários escaleres embandeirados, entrando na cidade de Cantão, em Outubro, ao som de uma festiva fanfarra e a disparar todas as bombardas do navio em saudação, provocando um incidente diplomático que quase lhe foi fatal:

O Tutão que patrulhava a costa com a sua própria armada, tomou aquelas salvas e estandartes por um acto de guerra e preparou-se para o combate, perseguindo a nossa frota com alguns tiros. O poder de fogo chinês era fraco e Fernão d’Andrade não ripostou e fez tocar as suas fanfarras em som de festa. Por sorte, Duarte Coelho, que chegara a Tamão um mês antes com a sua nau e ficara a ajudar a cidade a defender-se dos cossaios, mandou recado ao almirante chim, de que a frota portuguesa vinha em missão de paz. (Barroqueiro, 2011)

Esclarecido o incidente, e apesar de alguma desconfiança natural, o capitão-mor acaba por desembarcar Tomé Pires com os presentes destinados ao imperador e, julgando terminada a sua missão, regressa a Malaca “muy próspero em honrra & fazenda”, graças aos produtos que trouxe da China. No entanto, ainda em resultado da ruidosa entrada em Cantão, o embaixador vê embargada a desejada viagem para Pequim, cuja autorização só lhe chegará em Janeiro de 1520, dando início à sua terrível e dolorosa peregrinação por terras da China.

### **III. A Embaixada de Tomé Pires – uma trágica peregrinação**

Sendo “tanta a majestade deste Príncipe [o imperador da China], e os negócios desta qualidade são tão vagarosos, principalmente quando gente estrangeira há-de ir ter a ele, por tudo ser resguardos, e cautelas, que há mister muita paciência quem houver de esperar seus vagares”, quando, em 1519, Simão Peres de Andrade chega a Cantão, com a sua nau Santa Bárbara e três

juncos de mercadores portugueses, para levar o embaixador Tomé Pires de regresso a Malaca, sofre uma enorme surpresa:

Ele chegou a Tamão em Abril de dezanove, para recolher o embaixador, julgando que concluíra a sua missão, por isso ficou em sanha ao ver que Tomé Pires não fora sequer chamado à presença do imperador. Como desconhecia os usos dos chins, tomou a demora por desprezo e ofensa imperdoável ao rei D. Manuel e a todos os portugueses. Cheio de arrogância, começou a construir uma feitoria sem autorização, mandou chicotear o mandarim que se opôs e ousou enforcar um marinheiro em terra, quando só o imperador pode decretar a pena de morte, os maiores crimes que um estrangeiro podia fazer nesta nação. (Barroqueiro, 2011)

Muito diferente do seu irmão Fernão, ao cometer estes abusos, Simão vai contribuir em grande parte para a destruição das boas relações entre chineses e portugueses e, subsequente perdição da embaixada. Tomé Pires parte já depois da sua chegada, em Janeiro de 1520, porque *Filho do Céu* andava em visita pelo reino e mandara-o ir à sua presença, avistando-se com ele em Maio.

O boticário fora uma boa escolha para embaixador à China, porque, apesar de não ser fidalgo, era um letrado de natural discrição, muito hábil e aprazível a negociar. Curioso, ávido de saber e sempre a inquirir sobre todas as coisas, acabara de escrever a sua *Suma Oriental*, uma relação dos lugares do Oriente, estando bem preparado para levar a cabo a sua missão. E provou bem o seu valor quando Zhengde, que o mandara ir ter com ele a Nanquim, folgou de o ver, fez-lhe muita honra e até jogou com ele às tábulas, com toda a embaixada presente, a quem fez banquetear por três vezes com os seus nobres.

O imperador preparava-se para fazer uma entrada triunfal na cidade, como comandante dos exércitos que nunca havia chefiado, para festejar como sua a vitória do general Wang Yang-ming sobre uma revolta encabeçada pelo príncipe de Nanquim. A vinda dos estrangeiros seria mais um incenso no seu triunfo, por isso decidira recebê-los contra o conselho do seu general, que não confiava nos *folangji* e pôs um espião no albergue onde pousavam, para ver como eram as suas armas e copiar os arcabuzes. Mas, Zhengde fez outra coisa de pasmar com os portugueses: entrou nos seus paraus, mandou abrir todas as arcas, tomou os vestidos que lhe pareceram bem e fez mercê a Tomé Pires, dizendo-lhe que fossem a Pequim que os despacharia.

A partir desse momento, porém, acaba a boa sorte da embaixada. Durante a travessia das montanhas morre-lhes um companheiro e a sua chegada à corte é precedida das cartas dos mandarins de Cantão e Nanquim para o imperador, relatando os abusos de Simão de Andrade. Zhengde entra em Pequim em Janeiro ou Fevereiro de 1521, quando a embaixada já está comprometida, porque os mandarins da corte leram as mensagens dos *louteas* de Cantão, assim como as traduções das cartas de D. Manuel e do capitão-mor Fernão de Andrade, feitas pelos *jurubaças* (intérpretes), as quais não correspondiam ao conteúdo das que o embaixador lhes entregara.

Como as cartas portuguesas vinham fechadas, os tradutores não as puderam ler e, em vez de fazerem um traslado fiel, escreveram-nas ao estilo chinês, mudando a substância delas sem nada dizerem a Tomé Pires. Nesse traslado, confundindo os cargos, chamavam-lhe “capitão-mor-embaixador”, dizendo que o rei dos *folangji* vinha oferecer páreas<sup>5</sup> ao *Filho do Céu*, pedindo para ser seu vassalo e levar ricas mercadorias para o seu reino. Quando os mandarins do Conselho do Imperador abriram as cartas originais, do capitão-mor e do rei, e as fizeram traduzir pelos seus próprios línguas, viram a diferença dos conteúdos e o pedido de concessão de uma casa em Cantão para uma feitoria, que os escandalizou.

É o fim da embaixada, com os mandarins a usarem toda a sua influência para o imperador não receber Tomé Pires. As cartas são julgadas falsas, o presente mesquinho e o embaixador um espião traiçoeiro. Para piorar a situação, chega também à corte de Pequim o enviado do rei de Malaca, com uma carta do seu soberano a queixar-se da conquista da cidade pelos portugueses e a pedir socorro para os expulsar da sua terra.

O embaixador e a sua comitiva já não são recebidos no palácio, sendo mantidos na sua pousada sob vigilância. Os quatro *jurubaças* são descabeçados, por terem saído sem licença das terras do Império e trazido ali os perigosos *folangji*, os seus servidores são dados como escravos aos mandarins e as suas mulheres vendidas em Cantão como fazenda de traidores. O imperador manda ainda arrasar a fortaleza de pedra que Simão de Andrade construía, assim como o lugar onde viviam os portugueses, proibindo os tratos com eles e ordenando a expulsão de todo o estrangeiro que venham fazer veniaga, sem o selo de vassalagem.

---

<sup>5</sup> Tributo pago por um soberano ou Estado a outro, em reconhecimento de vassalagem.

Nas *Crônicas de Folangji da História Oficial dos Ming*, temos a versão chinesa destes sucessos, que provocaram grandes discussões entre os mandarins rivais, eunucos e letrados, mostrando bem o confronto das facções contra e a favor da abertura da China ao comércio estrangeiro:

No 15º ano [1520], Qiu Daolong diz ao imperador: “Não podemos aceitar de maneira nenhuma o pedido tributário de Folangji e a concessão de títulos a seu favor, visto que se trata de um pedido baseado em lucros comerciais e formulado por um país que invadiu Malaca, nosso reino vassalo sob protecção imperial. Daí, convir expulsar os seus mensageiros, enunciar-lhes claramente as consequências de obediência e de desobediência, mandá-los retirar-se de Malaca sob pena de arquivar o seu pedido de tributos e comunicar, por parte deste Império, a todos os reinos vassalos no sentido de denunciar os crimes por eles cometidos e fazer justiça”. O conselheiro imperial, He Ao, diz: “O Folangji, para além de ser muito astucioso e feroz, é também o melhor equipado, em termos militares, dos países estrangeiros. Mandou, há dois anos, alguns navios de grande dimensão e entraram em Cantão sem prévia autorização, atirando disparos que faziam tremer a terra. Enquanto os que ficaram na pousada movimentavam-se contra as regras de permanência, os que foram autorizados a entrar na cidade faziam perturbações. Se se lhes autorizar a liberdade de comércio, serão inevitáveis os conflitos e lutas armadas e incontroláveis as catástrofes no Sul. Os nossos antepassados determinaram prazos fixos para a apresentação de tributos e regras permanentes para a defesa, como se justificou o número escasso de estrangeiros vindos ao nosso Império. No entanto, Wu Tingju, comissário da administração civil provincial, a pretexto da falta de tributos a pagar ao imperador, tolerava a vinda [de navios estrangeiros] fora dos prazos fixados disponibilizando a recepção a todo o momento das respectivas mercadorias, o que faz os navios estrangeiros encherem o porto de Cantão e a capital da província [...] de gentes bárbaras. A entrada bruta e inesperada dos navios de Folangji devia-se, portanto, à nossa negligência da defesa e ao conhecimento das rotas comerciais chinesas por parte dos estrangeiros. Tomo a liberdade de solicitar que se digne mandar expulsar os navios estrangeiros no porto e os estrangeiros de permanência ilegal”

Zhengde morre sem ter dado despacho à embaixada e, com a sua morte, todos os negócios do Império cessam, nenhuma decisão pode ser tomada

enquanto o seu sucessor não se sentar no trono. A vinte e dois de Maio, Tomé Pires e os seis portugueses que restam do seu séquito são enviados para Cantão com toda a sua fazenda e o presente que o imperador recusara. Chegam a vinte e dois de Dezembro e são metidos numa casa, onde ficam durante trinta e três dias muito vigiados, sem poderem sair ou falar com alguém, sobretudo com estrangeiros. Com a subida ao trono de Jiajing, então com treze anos de idade, confirma-se a perdição da embaixada, por ordem dos mandarins, com prisão, desterro ou morte dos seus membros.

A notícia deste desastre só irá chegar a Malaca em 1524, pelas cartas que alguns cativos portugueses logram enviar em segredo da China, por isso, em 1521, nos últimos meses do seu reinado, D. Manuel entrega a Martim Afonso de Melo Coutinho a capitania de uma armada e da segunda embaixada para lá construir uma fortaleza, se não estiver ainda feita pelos anteriores enviados. Desconhecendo-se a dimensão da China, perdura na corte portuguesa a ideia de ser um reino fraco e fácil de conquistar como os da Índia, de modo que a embaixada de Coutinho vai ser um desastre. Ao fundear em Cantão, é recebido a tiro e forçado a fugir, tendo ainda de travar uma feroz batalha naval, com a armada chinesa, perdendo dois navios e deixando prisioneiros quarenta e dois dos seus 300 homens, muitos dos quais foram mortos.

As amistosas relações luso-chinesas haviam terminado ainda nas primícias, com a China a declarar guerra aos portugueses que desembarcam nas suas terras, tendo também a sua esquadra a dar-lhes caça aos navios, fazendo muitos mortos e prisioneiros, como Vasco Calvo, Cristóvão Vieira, Afonso Ramires, Galeote Pereira e tantos outros, de cuja dolorosa “peregrinação” tratarei nos capítulos seguintes.

#### **IV. Os prisioneiros de Cantão**

Pouco tempo depois de Tomé Pires ter partido de Cantão ao encontro do imperador e de Simão Peres de Andrade ter provocado a ira dos mandarins, chegam a Tamão, em Abril de 1521, os navios de Diogo Calvo e Jorge Álvares e, mais tarde, o de Duarte Coelho. Os *louteas* de Cantão e os mandarins de Pequim, ainda em vida de Zhengde, tinham feito correr pelas povoações o boato que tanto os portugueses da embaixada, como os que vinham fazer veniaga, eram ladrões do mar e espiões que queriam tomar-lhes a terra, como haviam feito na

Índia e em Malaca, além de ser uma gente tão selvagem que furtava crianças, filhos de pessoas honradas, para as comer assadas.

Vasco Calvo e os companheiros estão a fazer tratos com os locais, quando chegam ordens de Pequim aos *louteas* de Cantão para que prendam todos os portugueses que desembarquem e lhes tomem os navios a fim de não avisarem Malaca, proibindo também às populações costeiras, sob pena de morte, qualquer comércio com eles. Desejosos do saque, os chins atraem os portugueses a terra e Calvo é feito prisioneiro com os seus companheiros.

Cada vez que chegava um navio, os mandarins enviavam recado para os portugueses virem a terra fazer veniaga e, mal os incautos punham o pé na praia, logo os prendiam com as suas fazendas. Pela calada da noite, para que os não sentissem, vinham em batéis ao navio, que tomavam às mãos, matando o capitão, os seus oficiais e os mercadores; furtavam as mercadorias e levavam os sobreviventes para os troncos, com as cabeças e as naturas dos mortos às costas, como troféus.

Os mandarins dividiam entre si os despojos das naus e as mercadorias, registando uma muito pequena parte do saque para o imperador, como se fora espólio de corsários. Condenavam à morte todos os portugueses, assim como os seus aliados e criados malaaios ou siameses, vendendo as suas mulheres e filhos como escravos em outras terras, livrando-se assim das testemunhas dos seus roubos e crimes.

Vinte e três portugueses foram justicados, cortados em pedaços: cabeça, pernas, braços, o tronco dividido ao meio pela barriga e as suas naturas cortadas e metidas na boca; outros foram mortos às frechadas pelas ruas, com muitos tangeres e festa, para que as gentes de Cantão vissem que não podiam fazer tratos com os nossos. Outros muitos morreram à fome e ao frio nas picotas. (Barroqueiro, 2011)

Durante as audiências do seu julgamento, Vasco Calvo encontra-se com Tomé Pires, Cristóvão Vieira, os restantes sobreviventes da sua comitiva e mais três marinheiros de outras prisões. Contam que estes encontros são o seu único consolo enquanto esperam pela sentença de morte e, durante dez meses, vão suportando o cínico jogo dos gananciosos e corruptos mandarins, que os tratam como ladrões, para poderem apoderar-se e repartir entre si os bens mais preciosos dos prisioneiros, sem darem o tributo ao imperador. Uma sentença ilegal, pela lei chinesa, porque, mesmo que a embaixada fosse falsa, os embai-

xadores deviam ser sempre tratados com respeito e postos à parte de outros réus, não podendo ser condenados à morte.

A sentença do tribunal de apelo declara que o embaixador Tomé Pires e a sua gente só serão livres de partir se os portugueses restituírem Malaca ao seu lídimo rei, a quem a tinham tomado, como mostrava a carta do seu embaixador, o *Tuão* Hasan Mudelyar. Enquanto a ordem não fosse acatada os réus cumpririam penas de prisão e exílio.

O caso da embaixada portuguesa vai ter grande repercussão nos países tributários da China, que o registam nas suas cartas e crónicas, como o *Lichao Shilu* (“Crónicas Verídicas da Dinastia Li”), da Coreia:

No dia Wushu da décima segunda lua (1522), o intérprete Li Shuo apresentou um memorial ao Trono com informações recolhidas na corte chim: A nação dos Folangji foi sempre impedida pelo reino de Malaca, de modo que desde a fundação da grande dinastia Ming, nunca teve contactos com a China. Agora os Folangji, após terem destruído Malaca, vieram pedir o “fom” (vassalagem com tributos) à China. O Tribunal dos Ritos estudou o caso e deliberou: Não se pode autorizar o pedido de um reino que tomou a liberdade de exterminar outro que foi nomeado pela nossa corte como tributário. O seu pedido de ir em audiência à corte foi recusado. Ficaram hospedados na pousada oficial com os mesmos tratamentos e privilégios das outras nações. Essas gentes cuja fisionomia se assemelha à dos japoneses, usam roupas e comem comidas não muito civilizadas. Para os chins, são pessoas nunca dantes vistas.

De 1522 a 1552, trinta anos após a expulsão da China e proibição aos locais de fazerem tratos com os portugueses, os chineses das costas continuam a manter relações comerciais com os nossos mercadores, embora recorrendo ao contrabando e mudando constantemente de local de veniaga para Liampó, Sanchão ou Lampacau, pois já não conseguem passar sem o comércio de luxo com os estrangeiros, que lhes traz enormes lucros.

## V. O mistério dos juncos desaparecidos

Durante cerca de catorze anos desconhece-se em Malaca e na Índia, o que sucedeu a uns juncos que desapareceram sem deixar rasto. Umas cartas escritas por alguns desses cativos, enviadas clandestinamente por meio de mercadores

estrangeiros, vêm pôr fim a uma parte do mistério. Do resto se irá encarregar Fernão Mendes Pinto quando, por sua vez, é feito prisioneiro na China, onde peregrina durante quase um ano.

O vice-rei Zhuhuan armara uma frota para desencorajar a vinda de estrangeiros e o contrabando nas suas ilhas e costas. É o período mais duro das perseguições, todavia, apesar de acossados e de terem de travar batalha, o lucro é tanto que muitos portugueses continuam a fazer veniaga com os chins.

Em 1548, com tripulações de corsários chineses, bons conhecedores das costas e ilhas, e subornando os *loutias* corruptos, Diogo Pereira anda com a sua frota, de noite, no contrabando. No ano seguinte, não tendo ainda vendido toda a fazenda, com dificuldade em obter alimentos, o capitão decide regressar com parte da frota à Índia, deixando dois juncos com a carga para a veniaga, comandados por Galiote Pereira e Fernão Borges.

Os portugueses são denunciados à armada chim, quando estão a fazer o resgate das mercadorias, no sul da província de Fujian. O capitão-mor, Lu T'ang, ouvindo dizer que os juncos traziam muita fazenda, prepara-lhes uma cilada, pondo alguns homens armados na praia a desafiá-los com grande surriada, enquanto os vigia com os navios escondidos por trás de um promontório. Os portugueses caem na armadilha, vindo nos escaleres a terra para combater e deixando os juncos desguarnecidos, que são tomados pela armada com morte dos que estavam de guarda, juntamente com muitos tripulantes chineses.

Os sobreviventes, entre os quais se encontram Galiote Pereira, Mateus de Brito, Amaro Pereira e o espanhol Afonso Ramiro, são presos para serem conduzidos a Fucheu, apodados pelos funcionários chins de Diabos Bárbaros. Lu T'ang, para acrescentar a sua glória, faz saber que tomara os navios e fizera prisioneiros os reis de Malaca. Surgira-lhe essa ideia ao ver, na carga dos juncos, uns ricos roupões e gorras de veludo dos estrangeiros, que fez vestir a quatro portugueses, para os fazer passar pelos reis de Malaca, com promessas de lhes dar melhor tratamento se entrassem na farsa. Vai, então, exhibi-los pelos povoados, num cortejo triunfal, sentados em cadeiras e acompanhados pelos portugueses que não falam a língua (para não o comprometerem), metidos dentro de uma espécie de capoeiras, onde só cabem acorados, com as cabeças de fora e os pescoços entalados entre duas tábuas enunciando os seus crimes.



Estas manifestações de triunfo chegam aos ouvidos do seu superior, o *Haidao fushi*<sup>6</sup>, que o convoca a Chincheo a fim de lhe prestar contas. Lu T'ang sabe que tem de o convencer a entrar no plano que urdira, para receberem honras e benefícios do imperador. Os criados do capitão põem as capoeiras às costas, suspensas de varais, outros carregam a muita fazenda roubada e, com grande aparato de bandeiras e trombetas, o longo cortejo põe-se a caminho de Chincheo. Por todo o lado o comandante é recebido pelos senhores das terras com muitas honrarias e o povo vem gritar vitupérios aos prisioneiros e atirar-lhes pedras e imundícies.

Lu T'ang logra convencer o *Haidao* do seu plano e dividem entre os dois a fazenda roubada, sem nada dar ao imperador, pondo a correr a história de que os portugueses são ladrões e assassinos. Para preservar o segredo, decidem matar todos os prisioneiros chins, com as suas mulheres e filhos pequenos. Sentindo-se protegidos pelo decreto de Zhu Huan, o *dudang* (governador), que odiava os portugueses, os dois *louteas* ousam aplicar a sentença de morte a muitos prisioneiros sem a aprovação imperial – uma ofensa de lesa-majestade. Os portugueses que não falam a língua são metidos no tronco (prisão) de Fuchou, cidade principal de Fukien, onde jazem durante anos, em grande padecimento, desconhecendo o que se passa fora da China.

A história do massacre, porém, não terminou com a sua prisão, pois o povo estranhou a excessiva crueldade dos mandarins e, por todo o lado, se falava dos mercadores portugueses roubados, das tripulações chins assassinadas e dos meninos mortos. Algumas das vítimas tinham parentes na terra que se foram queixar aos seus *louteas*, que enviaram notícia ao imperador, em Pequim. Um mandarim extraordinário foi mandado a Fuchou para fazer um rigoroso inquérito.

A devassa provou a inocência dos portugueses e a culpa dos nobres chins e do *dudang*. Os dois *louteas* que tinham executado os cativos, em Fuchou, foram degolados e Zhu Huan suicidou-se antecipando o castigo imperial. Os portugueses absolvidos não tiveram, contudo, permissão para sair da China, sendo exilados para lugares longe da costa, onde alguns morreram e outros lograram fugir, auxiliados por mercadores estrangeiros.

São as cartas de Cristóvão Vieira e de Vasco Calvo e, posteriormente, de Afonso Ramiro e Galeote Pereira, que dão a conhecer, na Índia e no reino, as

---

<sup>6</sup> Haidao fushi - Intendente do mar, Almirante.

mais precisas e realistas informações sobre a China. Apesar da sua condição de prisioneiros e da violência sofrida, ao mesmo tempo que referem a corrupção dos oficiais, a prepotência e crueldade com que tratam o povo, continuam a mostrar aquele mundo como uma imagem de perfeição, sobretudo em relação ao sistema de justiça, à protecção dos pobres e desvalidos, à *polícia* (civilização) e instrução das gentes, à riqueza e abundância da terra, à beleza das mulheres. E também, dentro da mentalidade portuguesa da época, a insistência de ser uma nação muito fácil de conquistar e subjugar.

Os prisioneiros acham que só seriam libertados se a armada portuguesa atacasse Cantão e se assenhoreasse de toda província. Cristóvão Vieira chegou a escrever ao capitão-mor um rascunho da carta que ele deveria enviar aos mandarins, quando a armada entrasse no estuário do rio das Pérolas, com o ultimato para a nossa libertação. Calvo escreveu cartas ao capitão-mor e ao Governador, com um plano bem esmiuçado para conquistar a cidade e província de Cantão, sem grande trabalho e pouco custo, dizendo que o povo era fraco na guerra e se fechava em casa quando havia perigo, obedecendo a quem mais manda. (Barroqueiro, 2011)

Descrevendo minuciosamente a China, Cristóvão Vieira dá instruções sobre como os portugueses poderão tomar a província de Cantão com uma força de apenas dois a três mil homens, porque, embora a pudessem tomar com menos, terão de empregar muita gente nos cargos e lugares necessários para a manter, por ser terra muito grande e com muita gente. Outros cativos dizem também que, sendo o povo tão escravizado pelos mandarins, se os portugueses vierem em força conquistar a terra, não precisam de matar ninguém, porque os chins os ajudarão a tomá-la. A carta de Vasco Calvo é um minucioso plano para a conquista, indicando os lugares para se fazer as fortalezas, dentro e fora da cidade, os locais onde se acham os armazéns do arroz (para alimentação), das mercadorias e das riquezas (mormente da prata), cuja posse deve ser assegurada, passando daí para a conquista de outras cidades costeiras de grandes rendas.

Em 1553, Galiote Pereira consegue fugir para Sanchoão e escreve o seu Tratado publicado só em 1563, com grande divulgação graças à tradução italiana. Frei Gaspar da Cruz utiliza-o no seu Tratado. É a visão da China perfeita, da *terra melhor regida que pode haver no mundo*.

## VI. A peregrinação de Fernão Mendes Pinto na China

Na década 40, do século XVI, Fernão Mendes Pinto, como corsário ao serviço de António de Faria, percorre as costas da China, onde acaba por sofrer um naufrágio e fica prisioneiro dos chineses quase um ano. A sua *Peregrinação*, escrita vinte anos depois do seu regresso a Lisboa, torna-se um livro de referência nos séculos seguintes, com vinte e duas traduções. Virá a ser apodado de mentiroso e ridicularizado e a sua magnífica obra desprezada por fantasista, a partir do século XIX, pela elite intelectual portuguesa, sempre predisposta a dizer mal dos seus mais válidos compatriotas.

Após o naufrágio, Pinto é enviado, com oito companheiros, de Nanquim para Pequim, a fim de ser julgado, ficando a conhecer muito do interior da China, nessa longa viagem, assim como de Pequim, sendo condenado a trabalhos forçados na Grande Muralha. O aventureiro narrará mais tarde, na sua obra, com grande riqueza de pormenores, o que viu na terra dos chins:

Destas grandezas que se achão em cidades particulares deste imperio da China, se pode bem colligir qual será a grãdeza delle todo junto, mas para-que ella fique inda mais clara, não deixarey de dizer (se o meu testemunho he digno de fê) que nos vinte & hũ annos que duraraõ os meus infortunios, em que por varios accidentes de trabalhos que me soccedião, atreuessey muyta parte da Asia, como nesta minha peregrinação se pode bẽ ver, em algũas partes vy grandissimas abundancias de diuersissimos mantimentos que não ha nesta nossa Europa, mas em verdade affirmo, que não digo eu o que ha em cada hũa dellas, mas nem o que ha em todas juntas vem a comparação co que ha disto na China somente. E a este modo são todas as mais cousas de que a natureza a dotou, assi na salubridade & temperamento dos ares, como na policia, na riqueza, no estado, nos aparatos, & nas grandezas das suas cousas, & para dar lustro a tudo isto, ha tambem nella hũa tamanha obseruancia da justiça, & hum gouerno tão igual & tão excellente, que a todas as outras terras pode fazer inueja, & a terra a que faltar esta parte, todas as outras que tiuer, por mais aleuantadas & grandiosas que sejão, ficão escuras & sem lustro. (Pinto, 2001, XCIX)

Maravilha-se com tudo o que vê, embora, com a mentalidade europeia do seu tempo, se espante de certos usos e religião que não entende e lhe parece bárbara num povo tão civilizado:

E quando algũa vez me ponho a cuidar no muito que vy disto nas partes da China, por hũa parte me causa grandissimo espanto, ver com quanta liberalidade nosso Senhor partio com esta gente dos beês da terra, & por outra me causa grandissima dór & sentimento ver quão ingrata ella he a tamanhas merces, pois ha entre ella tantos & tamanhos peccados com que continuamête o offende, assi os das suas bestiais & diabolicas idolatrias, como tambem o da torpeza do peccado nefando, porque este não somente se permite entre elles publicamête, mas por doutrina dos seus sacerdotes, o tẽ por virtude muyto grande. E das particularidades que ha nisto se me perdoe não falar aquy mais largo, porque nem o entendimento Christão o sofre, nem a razão consente que se gaste tempo & palauras em cousas tão torpes, tão brutas, & tão abominaueis. (Pinto, 2001, XCIX)

Durante a permanência na China, Pinto encontra alguns sobreviventes desses primeiros contactos com os chins, que lhe contam as suas histórias, que questionam as versões oficiais. A primeira referência surge no relato de um ataque de António de Faria a Nouday (local não identificado), para libertar um grupo de portuguese que ali estavam presos. Em combate com o Mandarin da terra, Pinto descreve-o com a seguinte curiosidade:

o qual estaua encima de hum bom cauallo, com hũas couraças de veludo roxo de crauação dourada do tempo antigo, as quais despois soubemos que foraõ de hum Tomè Pirez que el Rey dom Manoel da gloriosa memoria mandara por Embaixador à China, na nao de Fernão Perez Dandrade, governando o estado da India Lopo Soarez Dalbergaria. (Pinto, 2001, LXV)

Na sua viagem fluvial, de Nanquim para Pequim, Pinto e os companheiros encontram o mausoléu do embaixador do rei de Malaca (estaria na China entre 1512-15). Um monumento com quatro colunas de pedra, coruchéu de azulejos de porcelana pretos e brancos; adornado com sete pelouros portugueses e um letreiro em letras douradas, referindo-se a Afonso de Albuquerque e à sua conquista de Malaca: *Aqui jaz Tuão (Tun) Hasan Mudelyar, tio do rei de Malaca, a quem a morte levou antes que Deus o vingasse do capitão Albuquerque, leão dos roubos do mar.*<sup>7</sup> Ainda durante esta longa viagem, enquanto pedem esmola para seu sustento, nas escalas que fazem na navegação, os portugueses

<sup>7</sup> Op. cit. Cap. XC. *Do que achamos por este rio acima até chegarmos a hũa villa chamada Iunquileu, & do que nella vimos, & noutro lugar adiante della.*

vão encontrar uma filha de Tomé Pires, Inês de Leiria, à frente de uma comunidade de cristãos, que o embaixador fundara naquela sua terra de exílio. Pinto ouve, comovido e atônito, o relato do trágico destino da embaixada, causado por Simão Peres de Andrade. Na sua versão, o embaixador não morreu em Cantão:

Com licença do Chifuu nos leuou a sua casa, onde nos teue todos os cinco dias que aquy estiuemos, fazendonos sempre muyto gasalhado, & tratandonos cõ muyta caridade. Aquy nos mostrou hũ oratorio em que tinha hũa Cruz de pao dourada, com hũs castiçais & hũa alampada de prata, & nos disse que se chamaua Inez de Leiria, & que seu pay se chamara Tomé Pirez, o qual deste reyno fora por Embaixador a el Rey da China, & que por hum aleuantamento que hum nosso Capitão fizera em Cantão, ouuerão os Chins que era elle espia & não embaixador como elle dezia, & o prenderão com outros doze homens que trazia comsigo, & despois que por justiça lhes derão muytos açoutes & tratos, de que logo morrerão os cinco, aos outros desterrarão, apartados hũs dos outros, para diuersos lugares, onde morrerão comidos de piolhos, dos quais hum só era viuo que se chamaua Vasco Caluo, natural de hum lugar da nossa terra que se dezia Alcouchete, porque assi o tinha muytas vezes ouuido a seu pay chorando muytas lagrimas quando nisto fallaua. E que a seu pay lhe coubera em sorte ser seu degredo para aquella terra, onde se casara com sua mãy, porque tinha algũa cousa de seu, & a fizera Christam, & sempre em vinte & sete annos que aly estiuera casado com ella, viueraõ ambos muyto catholicamente, conuertendo muytos Gentios â fé de Christo, de que ainda naquella cidade auia mais de trezêtos, que aly em sua casa se ajuntarão sempre aos Domingos a fazer a doutrina. (Pinto, 2001, XCI)

Os nove companheiros prosseguem a viagem até Pequim, onde são julgados, absolvidos do crime mais grave de pirataria e condenados apenas por mendigarem, a uma pena de degredo e trabalhos forçados na Grande Muralha, em Quansy. Pouco tempo depois da sua chegada a essa cidade, Pinto tem mais um encontro com outra personagem dos trágicos sucessos da década anterior. Vasco Calvo, que estivera preso com Tomé Pires, faz-lhe o relato da sua odisseia, exilados em províncias distantes uma da outra, para não conspirarem contra o império, onde, sem esperança de regressar a Portugal, ambos haviam casado com chinesas e constituído família:

Sou, irmão meu, hum pobre Christaõ Portuguez, por nome Vasco Caluo, irmão de Diogo Caluo que foy Capitão da nao de dom Nuno Manoel, natural de Alcouchete, que agora faz vinte & sete annos que nesta terra fuy catiuo com Tomé Pirez, que Lopo Soarez mandou por embaixador a este Rey Chim, que depois acabou desestradamente por hũ desarranjo de hum Capitão Portuguez. [...] E tornando elle de nouo a me contar todo o successo de seus trabalhos, me relatou todo o discurso de sua vida, & de tudo o mais que tinha passado, desde que partira deste reyno até então, & assi da morte do Embaixador Tomé Pirez como dos mais que Fernão Perez Dandrada deixou cõ elle em Cantão para irẽ ao Rey da China, o que, segũdo me elle cõtou, não se conforma muyto co que os nossos Chronistas escreveuẽ. [...]

Um relato que Fernão Mendes Pinto faz questão de sublinhar ser diferente daquele que foi feito pelos cronistas, que declararam ter o boticário Tomé Pires morrido pouco depois de ser conhecida a sentença. Os nove companheiros ouvem-no com a emoção de quem se sabe igualmente desterrado para sempre da pátria, sem possibilidade de regresso, procurando lenitivo no casebre do seu conterrâneo que, nos confins da China, entre pagãos, lograra recriar um pedaço do Portugal religioso e familiar, onde os recebia como a saudosos irmãos:

Elle nos leuou para outra casa onde estaua sua molher com dous meninos, & duas moças filhas suas, & ella tambem nos recebeo & nos agasalhou com tanto amor como se fora mãy ou irmam de cada hum de nòs. E depois de ser passada hũa grande parte da noite, nós assentamos â mesa, na qual elle mesmo nos deu a todos agoa às mãos, & todo o tempo que durou a mesa não ouue nenhum de nós que pudesse ter os olhos enxutos, a qual acabada, se leuantou sua molher com muyta cortesia, & como tinha por custume dar Christammente graças a Deos em segredo, por algum receyo que tinha dos Gentios ou de parentes honrados que tinha na terra. (Pinto, 2001, CXVI)

## Referências bibliográficas

- Albuquerque, B. (1973). *Comentários do Grande Afonso d'Albuquerque*. Conforme a 2.<sup>a</sup> edição de 1576. Prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa: INCM.
- Barreto, L. F. (1986). *Caminhos do Saber no Renascimento Português*. Porto: INCM.
- Barreto, L. F. (1989). *Os Descobrimentos e a Ordem do Saber*. Lisboa: Gradiva.
- Barroqueiro, D. (2011). *O Corsário dos Sete Mares – Fernão Mendes Pinto*. Lisboa: Casa das Letra/Leya.

- Barros, J. (1992). *Terceira Década*. Lisboa: INCM.
- Bettencourt, F. & Chaudhuri, K. (1997). *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Calvo, V. (1989). *Duas cartas de Cristóvão Vieira e Vasco Clavo, prisioneiros portugueses em Cantão, em Enformação das Cousas da China*. Textos do Século XVI. Introdução e leitura de Rafaella d'Intino. Lisboa: INCM.
- Catz, R. (1983). *Cartas de Fernão Mendes Pinto e outros Documentos*. Lisboa: Editorial Presença/Biblioteca Nacional.
- Cortesão, A. (1978). *The Suma Oriental of Tomé Pires, An Account of the East, from the Red Sea to Japan, written in Malacca and India in 1512–1515 and The Book of Francisco Rodrigues* (2 Vols.). Tr. Armando Cortesão. London: The Hakluyt Society.
- Cruz, G. (1989). *Tractado em que se cõtam...as cousas da China [...], em Enformação das Cousas da China*. Textos do Século XVI. Introdução e leitura de Rafaella d'Intino. Lisboa: INCM.
- Pinto, F. M. (2010). *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação* (Quatro volumes. Estudos em inglês, texto restaurado, notas e índices). Lisboa: INCM, Fundação Oriente.
- Ping, J. G. & Zhiliang, W. (2003). Uma embaixada com dois embaixadores — novos dados orientais sobre Tomé Pires e Hoja Yasan, *Administração* 60 (vol. XVI), 685-716.
- Loureiro, R. (1991). Encontro de Portugal com a Ásia no século XVI. In *O Confronto do Olhar* (pp.155-211). Lisboa: Caminho.
- Loureiro, R. M. (...). *A Visão da China nas Cartas dos Cativos de Cantão*. <http://www.library.gov.mo/macreturn/DATA/PP144/index.htm>
- Mattoso, J. (1994). No Alvorecer da Modernidade. In *História de Portugal* (vol. 3). Lisboa: E. Estampa.
- Oliveira, F. M. P. N. R. (2003). *A construção do conhecimento europeu sobre a China, c. 1500 – c. 1630* (Tese de Doutoramento). Universitat Autònoma de Barcelona.
- Pereira, G. (1989). Algumas Cousas sabidas da China por portugueses que estiverão la cativos e tudo na verdade que se tirou [...]. In *Enformação das Cousas da China*. Textos do Século XVI. Introdução e leitura de Rafaella d'Intino. Lisboa: INCM.
- Pinto, F. M. (2001). *Peregrinação*. Lisboa: INCM.
- Pires, T. (1944). *Suma Oriental of Tomé Pires: an Account of the East, from the Red Sea to Japan, written in Malacca and India 1512–1515 and The Book of Francisco Rodrigues* (2 vols.). Edited by Armando Cortesão. Paris: Bibliothèque de la Chambre de Députés.
- Thomaz, L. F. (1994). *De Ceuta A Timor*. Lisboa: Difel.
- Vieira, C. (1989). Duas cartas de Cristóvão Vieira e Vasco Calvo, prisioneiros portugueses em Cantão. In *Enformação das Cousas da China*. Textos do Século XVI. Introdução e leitura de Rafaella d'Intino. Lisboa: INCM.

# CAMÕES E A CHINA

## 卡蒙斯与中国

**Eduardo A. C. Ribeiro**

Jurista, investigador independente

Este ensaio intitula-se “Camões e a China”, mas na realidade poderia chamar-se “Camões e Macau”. Com efeito, era nas “partes da China” que estava *Amagao*, o pequeno porto da China onde Camões estanciou, entre 1562 e 1564.

É certo que os nossos navegadores acostaram a outros portos da costa chinesa, quer ilegalmente, durante o período em que os portos lhes estiveram vedados (de 1522 a 1554), quer autorizados, após o acordo informal de 1554 com os mandarins de Guangdong, que lhes deu de novo o livre acesso à Baía de Cantão, mas ao tempo em que o nosso Poeta lá esteve, já *Amagao* era exclusivamente, a partir de 1560, o porto para onde chineses e lusos convergiam para fazerem a veniaga.

E era ao topónimo China, ou melhor dizendo, à expressão “partes da China”, que os cronistas, navegadores, viajantes e mercadores recorriam para designar o porto da veniaga na costa chinesa.

O facto de a Coroa Portuguesa ter decretado o monopólio do comércio com o Japão a partir de 1550 levou à necessidade de um Capitão-Geral, Leonel de Sousa, estabelecer o acordo informal de 1554 com os Mandarins de Cantão, de que veio a resultar no estabelecimento autorizado, ou consentido, dos portugueses num porto único, o de Lampacau numa primeira fase, a partir de 1554, o de Macau a partir de 1557 e, depois, finalmente, apenas o de Macau a partir de 1560 (Loureiro, 2000, cap. 19).

Contudo, esses acontecimentos não alteraram em nada a geografia mental da lusa gente que sabia que algures, na costa chinesa, havia um porto que servia de base aos negócios, a charneira dos encontros, fosse designado assim ou



assado. Para essa gente esse porto era, e foi por muito e muito tempo, algures nas “partes da China”.

Mesmo em 1613, cinquenta e três anos depois de Macau ser já o único porto permanente e fixo onde os portugueses estavam autorizadamente estabelecidos, ainda se falava genericamente de China quando se queria falar de Macau, como o fizeram Pedro Mariz ou Manuel Correia na edição desse ano de *Os Lusíadas*.

Contudo, em 1624, quando a erosão da memória iniciava o seu curso, um outro biógrafo de Camões, Manuel Severim de Faria, o “mais douto português do seu tempo” (Silva, 2003), não tem dúvidas em deixar de lado a generalização que se fazia, e assentar, definitivamente, na utilização do topónimo ‘Macau’ como porto da costa chinesa onde o Poeta estanciara (Faria, 1624). Outros tempos, de maior exigência historiográfica e maior precisão dos factos, talvez também pela circunstância de ter acabado de ser criada a primeira capitania-geral nas “partes da China”, que passavam a ter o seu primeiro governador, D. Francisco de Mascarenhas (1623-1626) em Macau (Barreto, 2006, p. 190ss.).

Nesses anos em que o nosso Poeta se acoitou nos Penedos do alto da colina de Patane (a que no séc. XIX se começará a designar de Gruta de Camões) (Ribeiro, 2012b), sobranceiros ao porto usado pelos navegadores portugueses, Camões juntou-se a uma “moça china”, como a designa Diogo do Couto na Década 8<sup>a</sup> (na chamada *versão extensa*), provavelmente uma dessas moças tancareiras que viviam quase exclusivamente sobre as águas, dedicando-se à pesca e ao tráfico marítimo, quer de passageiros quer de mercadorias.

Ali aguardava que se completasse o ciclo de negócios da Nau do Trato (Macau-Cantão-Macau, Macau-Japão-Macau), zelando pela segurança dos bens dos marinheiros entretanto falecidos, para mais tarde os fazer chegar às mãos dos herdeiros legítimos, na sua qualidade de provedor dos defuntos da *Via-gem pera a China e Japão* que fez com Pero Barreto em 1562 (Ribeiro, 2012b).

Do alto da colina, Camões tinha a seus pés o pequeno porto, donde via partir e chegar a Nau do Trato, e ao longe a incógnita China, de que já ouvira falar e de que tanto queria saber. Foi dali que ele, vendo partir a Nau do Trato, anteviu o Japão, respondendo “de longe à China”, o Japão onde nascia a “prata fina”, o Japão que ilustrada seria com a “Lei Divina”, tudo nas suas próprias palavras (*Lusíadas*, X, 131).

Camões não passou de Macau e não chegou ao Japão. Mas estava na periferia de um Império de cujas “polícias” já se tinha então informação suficiente para que a sua curiosidade fosse aguçada e a sua sede de conhecimento estimu-

lada, se, no caso dele, precisasse disso. Em Macau não se fazia apenas a troca dos produtos, mas a permuta das ideias.

Ora, não temos dúvidas que Camões muito deve ter querido saber sobre esse enormíssimo Império que se estende “desde o trópico ardente de Câncer ao Cinto frio” do Círculo polar ártico, “potência real, soberba e rica” e ao longo da qual se estende a famosa Muralha, esse inacreditável “muro e edifício” edificado “entre um império e o outro” (*Lusíadas*, X, 129, 8; 130, 1-4).

Não é por acaso que em poucas linhas, em apenas três estâncias do Canto X, Camões diz tudo o que havia a dizer sobre o local onde está: na extensa e poderosa China, donde sai a Nau do Trato, adonde ela vai, o que leva e o que traz do Japão, e como este há-se vir a ser missionado pelos jesuítas. Como noutra sede defendi (Ribeiro, 2012b, cap. VI), inclusivamente o nosso Poeta consegue dizer, nessas estâncias, o que pouca gente sabia: que o imperador reinante não havia nascido príncipe, nem destinado a reinar, e que havia sido eleito pelo Conselho Régio.

Por essa altura, já de há muito chegavam ao Reino notícias desse Império culto e desenvolvido e os nossos cronistas haviam começado a referir-se encomiasticamente ao Império do Meio.

D. Jerónimo Osório, por exemplo, já em 1549 publicara em Coimbra o seu *De Gloria Liberquinque*, onde a certa altura introduz uma curta mas entusiástica descrição da China, “coisa admirável e talvez não desagradável de ouvir”. Depois, Fernão Lopes de Castanheda, que dedica vários capítulos sobre a China no Livro IV da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, impresso em Coimbra em 1553, ano da partida do Poeta para o Estado da Índia (Loureiro, 2000, p. 447).

Também João de Barros, cuja Década III se publicou em 1563, “não se cansa de louvar as maravilhas daquele remoto império, onde se encontram «todalas polícias que pode haver»” (Loureiro, 1997, p. 58). Desde 1535 que esse cronista começara a reunir em Lisboa a sua coleção de livros e mapas chineses e obtém a ajuda de um letrado chinês para a compreensão dos mesmos (Barreto, 2006, pp. 253-55). O tom encomiástico vai continuar a ser esse, mais tarde usado por Frei Gaspar da Cruz no “Tratado das Coisas da China” e mais tarde ainda pelo jesuíta português Álvaro Semedo (1585-1657) na sua obra *Relação da Grande Monarquia da China*.

Esta primeira fase de aproximação entre a Europa e a China, entre 1509 e os anos 1760/1770/1780, vai ser “marcada pela ideia da China como Modelo,

marcada também a nível material, a nível do comércio e a nível da cultura material por um grande predomínio da China sobre a Europa” (Barreto, 2017, p. 87). Por seu turno, é a este período que novos estudos consideram ser o início da Era Moderna da História da China, que tem a ver com as atividades marítimas quinhentistas dos Portugueses, a divulgação na China das ciências e tecnologias modernas pelos missionários de uma Europa pós-renascentista, enfim, com a presença europeia na Ásia-Pacífico, que permitiram a ação lenta que veio a desencadear o despertar da China pós-cataclismo causado pelas Guerras do Ópio (Jin & Wu, 2007, p. 38ss.).

Camões foi partícipe dessa “ação lenta” que se iniciou (em 1509, segundo uns, em 1511, segundo outros, conforme se considere, penso eu, como início do processo os primeiros contactos em Malaca entre chins e lusos ou a intensificação dessas relações na Malaca já ocupada pelos Portugueses), e não desalinhou desses outros compatriotas na estupefacção perante a potência civilizada com que se depararam e na entusiástica receção dessas informações, fazendo-se arauto delas pela sua pena.

Vislumbro exemplos disso no Poema Épico. Por exemplo, no Canto X, 131-1-4) de *Os Lusíadas*:

Olha o muro e edifício nunca crido,  
Que entre um império e o outro se edifica,  
Certíssimo sinal, e conhecido,  
Da potência real, soberba e rica.

Que “potência real, soberba e rica” seria aquela, cujo perfil geográfico Camões alcançava até uma extensíssima distância, da crista do outeiro de Patane, em Macau? Que potência seria aquela que almejava edificar tamanha e inacreditável Muralha e que atingira tamanho grau de civilização, que o próprio João de Barros, sem sair de Lisboa, percebera? (vd. Ribeiro, 2012a, pp. 187-204).

Durante os dois anos que Camões estanciou em Macau, o nosso Poeta apartava-se tanto quanto possível dos ódios e vinganças próprios dos homens em ambientes de fronteira, tão soltos e carregados de soberba como de armas, nas palavras usadas pelo Irmão André Pinto em carta dirigida aos seus superiores na Índia em 1564 (Loureiro, 1997, doc. 6), ano em que Camões ainda estava em Macau.

Será dessa época o soneto em que ele se lamenta desta maneira:

*Julga-me a gente toda por perdido*

Vendo-me, tão entregue a meu cuidado,

Andar sempre dos homens apartado

E dos tratos humanos esquecido. (soneto, vv. 1-4)

Camões, já então quadragenário, estava mais interessado nos seus versos do que em disputas desordeiras, e mais ainda interessado estava no ambiente humano que o rodeava, nas gentes e nos costumes, na história e na geografia do Império de que via umas franjas do alto do outeiro de Patane.

É de presumir que não foi junto da *tanka* com quem partilhou a rede de dormir, e de cujas mãos saíam os acepipes que comia, que ele aprendeu fosse o que fosse sobre o Império do Meio. As informações orais que vai colhendo ouve-as de todos aqueles que tivessem contacto privilegiado com os mandarins e outros altos oficiais chineses, desde os fidalgos com quem se dava, aos missionários jesuítas, e aos mercadores que circulavam na China.

Muita dessa informação chegava diretamente dos cativos de Cantão que, após quinze anos de prisão, foram então libertados e começavam a chegar por essa altura a Macau, como foi o caso de um Amaro Pereira, libertado em 1561, que terá chegado a Macau por ocasião em que Camões lá estava.

Estes cativos de Cantão, mesmo antes de serem libertados definitivamente, eram importante fonte de informações, pois tinham “uma relativa liberdade de movimentos, assim como uma renda mensal de arroz”. De facto, com a convivência dos mercadores chineses, puderam fazer passar comunicações e informações aos portugueses de Macau, valendo-se do intenso tráfico fluvial que estabelecia ligações regulares com Cantão. O Capitão Leonel de Sousa, por exemplo, numa carta de janeiro de 1556 ao infante D. Luís, fala destes cativos que lhe terão dado informações atualizadas no porto de Cantão.

Um dos aspetos que julgo Camões ter recebido em Macau diz respeito ao sistema de exames imperiais, que visavam a criação de uma máquina burocrática administrativa assente numa meritocracia intelectual, que privilegiava a inteligência, a educação e as virtudes morais, em detrimento do nascimento, da riqueza ou da força bruta, que caracterizavam, como se sabe, a ascensão das classes possidentes nos reinos europeus (Loureiro, 2000, cap. 15 e 20; Min-fen, 2010, p. 16ss.).

Esse sistema, que remontava ao séc. II, alcançou o seu apogeu durante a dinastia Ming e veio a contribuir para o desenvolvimento político e social da China. O jesuíta português Álvaro Semedo (1585-1657) faz dele um retrato muito lisonjeiro e idealizado na sua obra *Relação da Grande Monarquia da China*, mas, curiosamente, é justamente apenas após Camões ter deixado Macau (1564) que a China Ming entra em decadência, com o imperador Wanli (1566-1620) “cada vez mais entregue aos prazeres, cada dia mais farto de administrar o país” (Minfen, 2010, p. 16ss.).

O nosso Poeta não pode ter ficado senão bem impressionado com estas informações e interrogo-me se não reflete influência desse conhecimento a parte final dos Cantos VI, VII e X, todos escritos, ou reformados, durante ou após a experiência chinesa.

No Canto VI (95-99), na narração da chegada do Gama à Índia, Camões intromete a sua opinião pessoal quanto ao pouco valor daqueles que viciosamente e ociosamente se encostam aos antigos troncos nobres dos seus antecessores, apontando, em vez disso, o alto valor do buscar honras próprias no sacrifício e trabalho forjado no aço, ouvindo o assobio do pelouro ardente, engolindo o mantimento corrupto, temperado com árduo sofrimento, num esforço que acabará por fazê-lo subir no mando, contra vontade sua e não rogando. Vejamos as estâncias mencionadas:

95

Por meio destes hórridos perigos,  
Destes trabalhos graves e temores,  
Alcançam os que são de fama amigos  
As honras imortais e graus maiores;  
Não encostados sempre nos antigos  
Troncos nobres de seus antecessores;  
Não nos leitos dourados, entre os finos  
Animais de Moscóvia zibelinos;

96

Não cos manjares novos e esquisitos,  
Não cos passeios moles e ociosos,  
Não cos vários deleites e infinitos,  
Que afeminam os peitos generosos;  
Não cos nunca vencidos apetitos,

Que a Fortuna tem sempre tão mimosos,  
 Que não sofre a nenhum que o passo mude  
 Pera algũa obra heróica de virtude;

97

Mas com buscar, co seu forçoso braço,  
 As honras que ele chame próprias suas;  
 Vigiano e vestindo o forjado aço,  
 Sofrendo tempestades e ondas cruas,  
 Vencendo os torpes frios no regaço  
 Do Sul, e regiões de abrigo nuas,  
 Engolindo o corruto mantimento  
 Temperado cum árduo sofrimento;

98

E com forçar o rosto, que se enfia,  
 A parecer seguro, ledó, inteiro,  
 Pera o pelouro ardente que assovia  
 E leva a perna ou braço ao companheiro.  
 Destarte o peito um calo honroso cria,  
 Desprezador das honras e dinheiro,  
 Das honras e dinheiro que a ventura  
 Forjou, e não virtude justa e dura.

99

Destarte se esclarece o entendimento,  
 Que experiências fazem repousado,  
 E fica vendo, como de alto assento,  
 O ba[i]xo trato humano embaraçado.  
 Este, onde tiver força o regimento  
 Direito e não de afeitos ocupado,  
 Subirá (como deve) a ilustre mando,  
 Contra vontade sua, e não rogando.

Também quando reforma o Canto VII, já em Moçambique, no regresso ao Reino, em momento de desespero e desencanto, empunhando com uma mão a espada (do suicídio, igual a Cànace, quando esta, escrevendo a sua última carta, empunhava a espada do suicídio com uma mão) e com a outra a pena (do talento), o Poeta pede ajuda às Ninfas do Tejo e do Mondego, parecendo

ter isso presente, ao dizer que não!, que não!, que está farto de cantar quem não o ouve, ou não o mereça, aqueles que, possuídos de ambição ou falta de justiça, só antepõem o seu interesse ao do bem comum, os hipócritas que se transformam, e enganam, e roubam o povo, os que se recusam a pagar o suor do trabalho da servil gente, os que avaliam os trabalhos alheios sem nunca terem experimentado. Há anos agarrado ao Epos, olhando ao seu redor e vendo a degradação moral da cobiçosa lusa gente, Camões desfalece em ânimo e pede apoio às Ninfas, garantindo que, em troca desse apoio, ele não cantará senão os justos e virtuosos, premiando com a imorredoura memória que o seu canto assegura os que alcançam a fama por feitos próprios.

Vede:

78

Um ramo na mão tinha... Mas, ó cego,  
Eu, que cometo, insano e temerário,  
Sem vós, Ninfas do Tejo e do Mondego,  
Por caminho tão árduo, longo e vário!  
Vosso favor invoco, que navego  
Por alto mar, com vento tão contrário  
Que, se não me ajudais, hei grande medo  
Que o meu fraco batel se alague cedo.

79

Olhai que há tanto tempo que, cantando  
O vosso Tejo e os vossos Lusitanos,  
A Fortuna me traz peregrinando,  
Novos trabalhos vendo e novos danos:  
Agora o mar, agora experimentando  
Os perigos Mavórcios inumanos,  
Qual Cánace, que à morte se condena,  
Nũa mão sempre a espada e noutra a pena;

80

Agora, com pobreza avorrecida,  
Por hospícios alheios degradado;  
Agora, da esperança já adquirida,  
De novo mais que nunca derribado;  
Agora às costas escapando a vida,

Que dum fio pendia tão delgado  
 Que não menos milagre foi salvar-se  
 Que pera o Rei Judaico acre[s]centar-se.

81

E ainda, Ninfas minhas, não bastava  
 Que tamanhas misérias me cercassem,  
 Senão que aqueles que eu cantando andava  
 Tal prémio de meus versos me tornassem:  
 A troco dos descansos que esperava,  
 Das capelas de louro que me honrassem,  
 Trabalhos nunca usados me inventaram,  
 Com que em tão duro estado me deitaram!

82

Vêde, Ninfas, que engenhos de senhores  
 O vosso Tejo cria valerosos,  
 Que assi[m] sabem prezar, com tais favores,  
 A quem os faz, cantando, gloriosos!  
 Que exemplos a futuros escritores,  
 Pera espertar engenhos curiosos,  
 Pera porem as cousas em memória  
 Que merecerem ter eterna glória!

83

Pois logo, em tantos males, é forçado  
 Que só vosso favor me não faleça,  
 Principalmente aqui, que sou chegado  
 Onde feitos diversos engrandeça:  
 Dai-mo vós sós, que eu tenho já jurado  
 Que não no empregue em quem o não mereça,  
 Nem por lisonja louve algum subido,  
 Sob pena de não ser agradecido.

84

Nem creiais, Ninfas, não, que fama desse  
 A quem ao bem comum e do seu Rei  
 Antepuser seu próprio interesse,  
 Imigo da divina e humana Lei.  
 Nenhum ambicioso que quisesse



Subir a grandes cargos, cantarei,  
Só por poder com torpes exercícios  
Usar mais largamente de seus vícios;

85

Nenhum que use de seu pode bastante  
Pera servir a seu desejo feio,  
E que, por comprazer ao vulgo errante,  
Se muda em mais figuras que Proteio.  
Nem, Camenas, também cuideis que cante  
Quem, com hábito honesto e grave, veio,  
Por contentar o Rei, no ofício novo,  
A despir e roubar o pobre povo!

86

Nem quem acha que é justo e que é direito  
Guardar-se a lei do Rei severamente,  
E não acha que é justo e bom respeito  
Que se pague o suor da servil gente;  
Nem quem sempre, com pouco experto peito,  
Razões aprende, e cuida que é prudente,  
Pera taxar, com mão rapace e escassa,  
Os trabalhos alheios que não passa.

87

Aqueles sós direi que aventuraram  
Por seu Deus, por seu Rei, a amada vida,  
Onde, perdendo-a, em fama a dilataram,  
Tão bem de suas obras merecida.  
Apolo e as Musas, que me acompanharam,  
Me dobrarão a fúria concedida,  
Enquanto eu tomo alento, descansado,  
Por tornar ao trabalho, mais folgado.

Parece ainda estar imbuído desta atitude de *virtude* oriental quando, já no final do Canto X (145-156), ainda de Lira destemperada e voz enrouquecida por cantar a gente surda e endurecida, desesperado com a pátria metida no gosto da cobiça e na rudeza duma austera, apagada e vil tristeza, se atreve a dirigir ao jovem rei que se rodeie apenas dos mais experimentados, daqueles

que a experiência tornou competentes para orientar; que favoreça apenas, em seus ofícios, os que exerçam a atividade, e só essa, para que sejam efetivamente competentes e, enfim, que em vez da Fantasia dos que sonham, imaginam e comandam sem nunca terem experimentado, antes prefira aos que viram, trataram e pelejaram.

Vejamos apenas as oitavas 145 a 153:

145

Nô-mais, Musa, nô-mais, que a Lira tenho  
Destemperada e a voz enrouquecida,  
E não do canto, mas de ver que venho  
Cantar a gente surda e endurecida.  
O favor com que mais se acende o engenho  
Não no dá a pátria, não, que está metida  
No gosto da cobiça e na rudeza  
Dũa austera, apagada e vil tristeza

146

E não sei por que influxo de Destino  
Não tem um ledor orgulho e geral gosto,  
Que os ânimos levanta de contín[u]o  
A ter pera trabalhos ledor o rosto.  
Por isso vós, ó Rei, que por divino  
Conselho estais no régio sólio posto,  
Olhai que sois (e vêde as outras gentes)  
Senhor só de vassalos excelentes.

147

Olhai que ledos vão, por várias vias,  
Quais rompentos leões e bravos touros,  
Dando os corpos a fomes e vigias,  
A ferro, a fogo, a setas e pelouros,  
A quentes regiões, a plagas frias,  
A golpes de Idolatras e de Mouros,  
A perigos incógnitos do mundo,  
A naufrágios, a pe[i]xes, ao profundo.

148

Por vos servir, a tudo aparelhados;  
De vós tão longe, sempre obedientes;  
A quaisquer vossos ásperos mandados,  
Sem dar re[s]posta, prontos e contentes.  
Só com saber que são de vós olhados,  
Demónios infernais, negros e ardentes,  
Cometerão convosco: e não duvido  
Que vencedor vos façam, não vencido.

149

Favorecei-os logo, e alegrai-os  
Com a presença e leda humanidade;  
De rigorosas leis desalivai-os,  
Que assi[m] se abre o caminho à santidade.  
Os mais exprimentados levantai-os,  
Se, com a experiência, têm bondade  
Pera vosso conselho, pois que sabem  
O como, o quando, e onde as cousas cabem.

150

Todos favorecei em seus ofícios,  
Segundo têm das vidas o talento;  
Tenham Religiosos exercícios  
De rogarem, por vosso regimento,  
Com jejuns, disciplina, pelos vícios  
Comuns; toda ambição terão por vento,  
Que o bom Religioso verdadeiro  
Glória vã não pretende nem dinheiro.

151

Os Cavaleiros tende em muita estima,  
Pois com seu sangue intrépido e fervente  
Estendem não sòmente a Lei de cima,  
Mas inda vosso Império preminente.  
Pois aqueles que a tão remoto clima  
Vos vão servir, com passo diligente,  
Dous inimigos vencem: uns, os vivos,  
E (o que é mais) os trabalhos excessivos.

152

Fazei, Senhor, que nunca os admirados  
 Alemães, Galos, Ítalos e Ingleses,  
 Possam dizer que são pera mandados,  
 Mais que pera mandar, os Portugueses.  
 Tomai conselho só de exprimentados,  
 Que viram largos anos, largos meses,  
 Que, posto que em cientes muito cabe,  
 Mais em particular o experto sabe.

153

De Formião, filósofo elegante,  
 Vereis como Anibal escarnecia,  
 Quando das artes bélicas, diante  
 Dele, com larga voz tratava e lia.  
 A disciplina militar prestante  
 Não se aprende, Senhor, na fantasia,  
 Sonhando, imaginando ou estudando,  
 Senão vendo, tratando e pelejando.

Luís Filipe Barreto (2017, p. 88), ao lembrar-nos a quão pouca consciência que hoje temos de qual foi o exato impacto comercial, manufatureiro, estético e intelectual da China nas Europas, da Europa do Renascimento ao Iluminismo, dá como exemplo do impacto intelectual nesta época justamente o *exame escrito* (que era sob anonimato, para evitar as fraudes e a corrupção [*apud* Minfen, 2010]): “É algo que entra na Europa à moda da China, no séc. XVI, algo que só vai ganhar condição na universidade europeia no século XVIII. A Europa não conhecia o exame escrito. O exame escrito, por via jesuíta, importado da China (ao molde e modelo do funcionalismo público chinês), é talvez o maior impacto intelectual da China nesta primeira fase, dos séculos XVI a XVIII. A ideia e a prática de um exame escrito acompanha a oficialização, funcionalização, por via, como se diz então, da espada e da pena. Cada vez menos Espada e cada vez mais Pena”.

Este aspeto é apenas um dos vários que constituíram o fluxo recíproco de ideias (que não só dos produtos) entre a Europa e o Império do Meio. E se, como vimos, Camões esteve no centro desse turbilhão das “renovadas ideias e tendências culturais” de que ele, e os seus contemporâneos, foram os “portado-

res” do Oriente para a Europa, “no que terá sido o contributo português para o Mundo Moderno”, pode também dizer-se, em sentido inverso, ter contribuído para a “formação da Era Moderna da História da China”, que “resultou da tensão verificada entre as mudanças em curso na sociedade chinesa quinhentista e a divulgação das ideias científicas europeias pós-renascentistas” (Jin & Wu, 2007, p. 40). Por outras palavras, que Camões, com todos os outros “pioneiros portugueses que vieram ao Oriente, juntamente com os missionários”, foram os “catalisadores do Renascimento chinês” (Jin & Wu, 2007, pp. 38-41).

A aprendizagem de Camões no contacto com a China Ming fez dele um humanista mais esclarecido. Iluminado do espírito pelo contacto com os clássicos, pertencia a um grupo que “comungava da mesma ideologia e da mesma frustração”, que “sonhava com uma república de homens sábios e sensíveis, que numa mão tivessem a espada e na outra a pena”, que pretendia erguer-se acima das misérias humanas e das paixões mesquinhas, atingindo a vivência e a fruição das mais altas virtudes e recompensas destinadas aos que conseguem ascender, por mérito próprio mais do que pela herança do sangue, à dádiva divina da imortalidade (Moniz, 2004, p. 39).

Por isto, Camões, se começou por ser Poeta português, e já era reconhecido no Reino como o *Virgílio Lusitano* antes mesmo de partir para o Oriente, é-o sem dúvidas Poeta de Macau, China, não só porque foi em Macau que escreveu os cantos V, VI e VII (Vasconcelos, ?), no primeiro dos quais põe o Adamastor a contar aos nautas uma história terrível de amor, aquela que todos os eruditos consideram ser uma história autobiográfica de amor, e que, como já defendi, foi imaginada e escrita nos *Penedos de Camões* em Macau (Ribeiro, 2012b, cap. V), mas também porque soube perceber que o Estado Chinês, se tinha um imperador absoluto, se organizava como uma “república das letras” (expressão do padre Álvaro Semedo no séc. XVII), entregando a administração a mandarins letrados com elevado grau académico.

Mais ainda: se Camões é português e de Macau, é-o também Poeta universal, por ter estado em comunicação de ideias com o Outro na imensa Ásia por onde peregrinou, às portas do Império do Meio, à vista da *terra, meio escondida*, do Sol Nascente (*Lusíadas*, X, 131, vv. 1 e 5), e ter apreendido a unidade essencial do género humano apesar das aparentes diferenças de cor, credos, raças, religiões, ajudando a construir da humanidade uma realidade experiencial sobre a antiga efabulação e fantasia.

E é para nos legar o seu testemunho que, no regresso da China para o Estado da Índia, quando sofre o naufrágio à latitude do Mecom, perdendo embora tudo quanto lhe era naquele momento mais caro - a moça china e parte da obra - faz das tripas coração para salvar o Poema Épico fruto do seu canto dos anos orientais (1553-1570). De facto, por alguns dos sonetos que chegaram até nós, podemos imaginar o esforço hercúleo que terá feito, não para sobreviver, mas para salvar o Epos, já que, num deles, escrito nas entranhas dos penedos da crista do morro do Patane, lamentava estar já *em vida morto, sepultado em vida*. Se no Mecom salvou a vida, foi para salvar a alma.

## Referências bibliográficas

- Barreto, L. F. (2006). *Macau: Poder e Saber, Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Editorial Presença.
- Barreto, L. F. (2017, janeiro). Europas-China: passado e presente. Uma breve reflexão. *Revista Militar*, 1, 85-94.
- Faria, M. S. (1624). *Discursos Vários Políticos*, impressos por Manoel Carvalho, impressor da Universidade, Évora.
- Jin, G. & Wu, Z. (2007). *Revisitar os Primórdios de Macau: para uma nova abordagem da História*. Macau: IPOR/FO.
- Júnior, A. S. (1963). *Luís de Camões, Obra Completa*. Org., introd., coment. e anotações. RJ: Aguilar.
- Loureiro, R. M. (1997). *Em busca das Origens de Macau*. Museu Marítimo de Macau.
- Loureiro, R. M. (2000). *Fidalgos, Missionários e Mandarins - Portugal e a China no Século XVI*. Lisboa: Fundação Oriente.
- Minfen, Z. (2010, janeiro). Os exames imperiais chineses na perspetiva do Padre Álvaro Semedo. *Revista de Cultura Internacional*, 33.
- Moniz, M. C. A. (2004). *Glória e Miséria nas Décadas da Ásia de Diogo do Couto*. Lisboa: Colibri.
- Ribeiro, E. (2012a). *Camões no Oriente*. Coletânea de textos. Lisboa: Labirinto de Letras.
- Ribeiro, E. (2012b). *Camões em Macau - Uma Verdade Historiográfica*. Lisboa: Labirinto de Letras.
- Silva, J. P. (2003). *Manuel Severim de Faria, “o mais douto português do seu tempo”*. Évora: A Defesa.
- Vasconcelos, C. M. (1956). Artigo na *Biblioteca Românica*, transcrito como prefácio à edição nacional de *Os Lusíadas*, feita por iniciativa de Afonso Lopes Vieira e revista pelo Dr. José Maria Rodrigues. In A. Dias, *Camões na Índia* (p. 99). Porto: Edições Beira e Douro.



# ESCREVER SOBRE A CHINA NO SÉCULO XVII: ÁLVARO SEMEDO E A OBRA *IMPERIO DE LA CHINA*

## 记述十七世纪的中国：曾德昭与其作品 《中华帝国》

Isabel Murta Pina

Centro Científico e Cultural de Macau, Lisboa

### I. Introdução

Nascido em 1585, por coincidência o ano da primeira edição de uma das mais populares obras sobre a China impressas na Europa dos finais do século XVI, *Historia del Gran Reyno de la China*, do agostinho Juan Gonzalez de Mendoza<sup>1</sup>, Álvaro Semedo iria também ele surgir, já no século seguinte, ligado a outra obra sobre este Império. Assim, viria a dar continuidade à constituição do conhecimento europeu sobre a China, que se aprofundara a partir da chegada dos portugueses aos mares da Ásia Oriental na primeira metade do século XVI e, sobretudo, com a entrada dos jesuítas na China continental, já na década de 1580<sup>2</sup>. A obra assinada por Semedo, *Imperio de la China i Cultura Evangelica*

---

<sup>1</sup> Mendoza, 1585. Note-se que Mendoza, que nunca esteve na China, fez amplo uso de textos como o de Galeote Pereira (composto em 1555) ou o de Gaspar da Cruz (1569/1570). É vasta a bibliografia sobre a obra de Mendoza. Veja-se, por exemplo, Lach, 1965, pp. 751-794; Oliveira, 2008; Villà, 2013; Ellis, 2006; ou Hsu, 2010.

<sup>2</sup> Sobre o contributo português para a constituição do conhecimento europeu sobre a China, veja-se, Loureiro, 2000; e Oliveira, 2003 e 2017. Veja-se, ainda, Boxer, 1961; e Brockey, 2012, pp. 69-84. Para uma perspectiva geral sobre o processo europeu de constituição desse conhecimento, pode ver-se o trabalho de Antonella Romano, 2016.



*en él*, editada em Madrid, em 1642, representou, pois, um novo momento de atualização da informação que se vinha a acumular sobre o Império Ming.

Natural de Nisa, no bispado de Portalegre, Semedo ingressou no noviciado da Companhia de Jesus em Évora, em 1602, sendo nesta cidade que estudou até embarcar para a Ásia em 1608<sup>3</sup>. Depois das obrigatórias passagens por Goa, onde completou o seu percurso académico e foi ordenado padre, e por Macau, Semedo foi finalmente enviado como missionário para a China continental, em 1613. Foi a esta missão da Companhia que permaneceu associado durante os 45 anos que se seguiram, até 1658, o ano do seu falecimento, em Cantão. E foi como representante desta missão, ou procurador enviado à Europa, que em 1642 surgiu como autor da já referida obra *Imperio de la China i Cultura Evangelica en él*.

O nome de Semedo, na altura da publicação deste livro, não era certamente estranho entre os jesuítas na Europa e entre todos aqueles que, de um modo geral, se interessavam pela China e a respectiva missão. Semedo ganhara particular visibilidade nos relatos da chamada perseguição de 1616-1617<sup>4</sup>. As imagens textuais da sua prisão em Nanquim, com a chegada ao cárcere extraordinariamente debilitado, ou da sua expulsão para Macau, enjaulado e vilipendiado pela turba reunida nas ruas, dificilmente deixavam indiferente a audiência europeia à qual se destinava. Para além das ânuas manuscritas de 1616-1617, em português e em italiano,<sup>5</sup> os acontecimentos circularam também impressos em outras línguas: em 1620, em francês, com base no testemunho do próprio Semedo, na obra *Narré veritable de la persécution excitée contre les chrétiens au royaume de la Chine, extrait des lettres du p. Alvarez Semede*, texto editado logo no ano seguinte em Antuérpia, em versão holandesa<sup>6</sup>; ou, em 1621, na compilação de ânuas, publicada nesse ano em Nápoles, em italiano,

---

<sup>3</sup> Desenvolvemos recentemente a biografia de Semedo em dois trabalhos (Pina 2016 e 2018). Para anteriores análises biográficas, veja-se, por exemplo, Pfister, 1976, pp. 143-147; Goodrich & Fang, 1976, pp. 1157-1158; O'Neill & Domínguez, 2001, pp. 3552-3553.

<sup>4</sup> Sobre a perseguição, veja-se, por exemplo, Dudink, 2001, pp. 191-224; e Kelly, 1971.

<sup>5</sup> Manuel Dias Sénior, “Relação da perseguição que a cristandade da China padeceu os anos de 616-617”, Macau, 14/1/1618, *Archivum Romanum Societatis Iesu* (Daqui em diante ARSI), Jap.Sin. 114, fls. 3-51. A versão italiana surge assinada por Camilo Constanzo, 15/1/1618, ARSI, Jap.Sin. 114, fls. 99-139.

<sup>6</sup> *Nieuwe Vervolginge pogheresen teghen de Christenen in't Coninckrijk van China*, François Fickaert.

*Lettere Annue del Giappone China, Goa, et Ethiopia*<sup>7</sup>. Nesse mesmo decénio, Semedo voltava a ter alguma notoriedade, como autor da ânuia da China de 1622, incluída numa nova compilação de cartas ânuas do Japão e da China, publicada em 1627, em línguas italiana, francesa e latina<sup>8</sup>.

Naturalmente, Semedo e o seu contributo assumiram uma nova dimensão por ocasião do regresso do jesuíta à Europa, investido nas funções de procurador da missão da China. Designado para este cargo em 1636, na altura em que se iniciou a crise com as ordens mendicantes a propósito da actividade missionária na China, Semedo chegou à Europa em 1639<sup>9</sup>. Nos primeiros meses do ano seguinte, desembarcou em Lisboa, quando se comemorava o primeiro centenário da Companhia de Jesus e às vésperas da restauração da independência portuguesa. Consigo Semedo trazia diversos materiais destinados à promoção da China na Europa, de que destacamos, no âmbito do presente artigo, aqueles que iriam ser utilizados na composição da obra *Imperio de la China*.

As questões ligadas à autoria e constituição deste texto são os pontos introdutórios que iremos abordar. Seguiremos depois para uma breve análise das diferentes edições e traduções e concluiremos com o contributo de Semedo na constituição e actualização do conhecimento sobre a China que se processava na Europa.

## II. Autoria e genealogia de uma obra

Redigida pouco depois da chegada de Semedo à Europa, no decurso de 1640, como o próprio nos dá conta (Semedo, 1642, p. 50), mas presumivelmente ainda em 1641, a obra *Imperio de la China* estava concluída o mais tardar antes de meados de Outubro deste último ano, data da sua primeira licença

<sup>7</sup> *Lettere Annue*, 1621, pp. 173-276.

<sup>8</sup> *Lettere Annue del Giappone dell'Anno MDCXXII e della Cina del 1621. & 1622*, Roma: per Francesco Corbelletti, 1627; *Histoire de ce qui s'est passé es (sic) Royaumes du Japon, et de la Chine*, Paris: Chez Sebastien Cramoisy, 1627; *De Novis Christianae Religionis Progressibus et certaminibus in Iaponia, anno M.DC.XXII in Regno Sinarum M.DC.XXI. et M.DC.XXII. Litterae*. Münster: Ex-Officina Typographica Michaelis Daelii, 1627.

<sup>9</sup> Sobre esta rivalidade, que iria resultar na chamada Controvérsia dos Ritos Chineses, veja-se, por exemplo, Mungello, 1994.

de publicação<sup>10</sup>. Saiu do prelo volvidos poucos meses, no primeiro semestre de 1642, em Madrid.

Foi seguramente nesta cidade que decorreu a redacção do texto<sup>11</sup>, num processo em que coube ao escritor português Manuel de Faria e Sousa (1590-1649)<sup>12</sup>, que aí residia havia vários anos, um papel central. No frontespício da edição, imputava-se-lhe a responsabilidade pela publicação (“publicada por”), enquanto Semedo era explicitamente identificado como autor do texto (“Com-puesto por”). Porém, o mais correcto será considerarmos a dupla autoria ou assinatura da obra, porquanto foi resultado de um trabalho desenvolvido em evidente parceria<sup>13</sup>.

Assim, por um período cuja duração exacta desconhecemos, mas que terá variado entre um mínimo de cinco meses e um máximo de onze (algures entre Novembro de 1640 e Outubro de 1641), Semedo e Faria privaram em Madrid e estiveram envolvidos na preparação do texto. O jesuíta encontrava-se aí, sabemo-lo por fonte documental, aquando da aclamação de D. João IV, a 1 de Dezembro de 1640, e continuava nos primeiros dias do ano seguinte<sup>14</sup>. Só no final deste ano o registamos já em Roma, onde chegou o mais tardar em Novembro.

Com uma vivência do Império Ming que, como invocava, era já longa de 22 anos<sup>15</sup>, Semedo era o narrador de parte substancial do texto. Com ele, já acima

---

<sup>10</sup> A 18 de Outubro desse ano foi concedida a licença eclesiástica pelo clérigo menor Manuel de Avila, incumbido pelo Vigário Geral, D. Lourenço de Iturrizarra.

<sup>11</sup> Vários autores referem ter sido a obra preparada em Goa, em 1638 (Sommervogel, 1890-1909; Pfister, 1976, p. 145; Lach & Kley, 1993, p. 349). Trata-se de um erro demasiado evidente, que tem por base a edição italiana da obra e as seguintes. Nestas, o texto era concluído com uma citação retirada de uma carta do patriarca da Etiópia, D. Afonso Mendes, datada daquela cidade e ano. Apesar da clareza da passagem, aqueles autores cometeram um erro, posteriormente repetido e difundido por outros autores.

<sup>12</sup> Sobre Faria e Sousa, veja-se Lach, 1993, pp. 354-355; Sousa, 1975; Pires, 1996, pp. 159-172; e Pereira, 2015. Veja-se ainda: Curto, 2007, 145-188.

<sup>13</sup> Sobre a pluralidade do regime autoral e as questões a ela ligadas, veja-se Romano, 2016, pp. 160-163. A autora discute em particular estas questões na principal obra jesuíta que precedeu a de Semedo, *De Expeditione Christiana apud Sina*, publicada em 1615 por Nicollas Trigault. O termo “dupla assinatura” que utilizamos é daqui retirado.

<sup>14</sup> Carta de Baltasar de Sá ao Padre Geral, s.l., 4/2/1641, ARSI, F.G. 757, fl. 59/1. Carta de Álvaro Semedo ao Padre Geral, Madrid, 31/12/1640, ARSI, Jap.Sin. 161, fls. 224-224v. Faria e Sousa refere explicitamente na sua nota ao leitor ter estado com Semedo em Madrid. Semedo, 1642.

<sup>15</sup> Semedo 1642, Prólogo (p. não datada) e pp. 4, 123, 148.

o referimos, tinha trazido da Ásia diversos materiais sobre a China e a missão, em que se incluíam “muitas [cartas] annuas excellentes”<sup>16</sup>, mas também outro tipo de apontamentos pessoais e de outros informadores (europeus e chineses). Algumas dessas notas lamentava ter perdido durante a viagem, mas “como acontece a quien se expone al agua, aun en mas cortas navegaciones, perdióse en un naufragio una arca, adonde venian estos papeles” (Semedo, 1642, p. 201). Chegado a Portugal e a Espanha, Semedo terá encontrado à sua disposição, nos colégios da Companhia por onde passou, outros materiais já publicados que viriam a ser utilizados na composição do texto.

Faria e Sousa, por sua vez, havia já cerca de dez anos em Madrid, autor de vasta obra (inédita e publicada), parte significativa da qual em língua castelhana<sup>17</sup>, era, além disso, um homem familiarizado com os meios editoriais madrilenos. A sua mais recente publicação, *Luis de Camoens, Principe de Poetas de España*, datava de 1639 e fora financiada pelo importante mercador de livros madrileno Pedro Coello<sup>18</sup> e impressa por Juan Sanchez (Delgado, 1996, pp. 631-632). São precisamente estes dois elementos que vão surgir envolvidos na edição de *Imperio de la China*, em 1642. Por outro lado, longe de poder ser reduzido à condição de editor ou até mesmo de tradutor de um texto originalmente escrito por Semedo, Faria e Sousa teve um papel bastante activo na produção da obra. Se é clara, por um lado, a presença ou marca de Semedo, de igual modo o é a de Faria e Sousa, em diversas partes. Temos, desde logo, a nota inicial dirigida aos leitores, que aquele assina, ou a “Advertencia que es menester se vea”. Mas temos também, ao longo do texto, vários comentários e referências que apontam para Faria e Sousa, quer pelas personagens citadas, quer pelo tom usado: é o caso de Camões, “nuestro Poeta” (Semedo, 1642, p. 93); ou de figuras épicas, como “el heroico e memorable don Vasco da Gama” (Semedo, 1642, p. 221); mas também dos “Reyes Portugueses”, capazes de “arriesgar tanta gente, i tanto caudal en tantas, i tan luzidas flotas” como aquelas que com “admiracion de todo el mundo osaron sondar la inmensidadde tantos i tan remotos mares” (Semedo, 1642, p. 221). Estes, entre outros, parecem-nos

<sup>16</sup> Carta de Manuel Barradas a Manuel Severim de Faria, Goa, 20/10/1637, Biblioteca Nacional de Portugal (daqui em diante BNP), Secção Reservados, cód. 7640, fl. 141v.

<sup>17</sup> Como nota Edward Glaser, três ou quatro anos depois de ter chegado a Madrid, Faria e Sousa já se atrevia a escrever em castelhano (Sousa, 1975, p. 90). Sobre o uso do castelhano por autores portugueses, veja-se Buescu 2004.

<sup>18</sup> Sobre Coello, veja-se, por exemplo, Bouza, 2014, pp. 42-44.

claros indícios da intervenção do escritor na redacção do texto e vêm dar consistência à sua reivindicação de autoria, que emerge a partir de 1646. Nesse ano, no seu *Nobiliario del Conde de Barcelos Don Pedro* (Sousa, 1646), Faria e Sousa declarava-se como autor de *Imperio de la China*, alegação que repetia em outro dos seus livros, *Asia Portuguesa*, no qual transcrevia literalmente partes substanciais daquela obra (Sousa, 1666-1675). Vemo-lo, assim, referir-se ao seu “Imperio de la China, escrito a instancia del Padre Alvaro Semmedo”, o qual, reconhecia de modo elogioso, “diò las mejores noticias con que hasta oy se escribiò deste Argumento” (Sousa, 1646); ou, no mesmo sentido, “Nuestro libro del Imperio de la China, sacado de los papeles, y noticias del Padre Alvaro Semmedo” (Sousa, 1666-1675, vol. I). Na sua autobiografia, *Fortuna de Manuel de Faria y Sousa*, acrescentava que entre os seus livros, aquele que “más a la ligera he [escrito] cierto fue el que se intitula Imperio de la China, a instancia de un religioso [...] y éste me llevó un año [...] y le escribí tres veces de mi mano”<sup>19</sup>. Logo em 1650, Francisco Moreno Porcel, no seu encómio a Faria e Sousa, era categórico, declarando que para “quien conoce estilos no era necesaria la advertencia de ser de nuestro Faria este libro”<sup>20</sup>.

No processo de preparação desta obra, a intervenção de Faria e Sousa poderá ter sido ainda fundamental na escolha do castelhano como língua de publicação; na redacção do texto nesse mesmo idioma, de que seguramente tinha um domínio superior ao de Semedo; assim como na própria organização e estruturação da obra. A isto podemos acrescentar a coordenação da edição e todas as diligências necessárias para a sua publicação. Aqui é possível incluir a participação de Pedro Coello como financiador e a escolha de Juan Sanchez como impressor<sup>21</sup>; o acompanhamento da impressão e a revisão de provas;

---

<sup>19</sup> Sousa, 1975, pp. 185-186. Volta a repetir a informação nesta obra: “Escribí el [libro] que se intitula *Imperio de la China*, solicitado del padre Alvaro Semedo, de la Compañia de Jesús” (pp. 379-380).

<sup>20</sup> Moreno Porcel, biógrafo de Faria e Sousa, dizia ainda que Semedo contribuíra com “el mejor aparato, y las mejores noticias, assi de su sitio, y calidades, como del progreso de nuestra Religion en ella, que hasta oy han venido de aquel Oriente.” Insistia na autoria de Faria e Sousa, não só “porque él lo dixo en varias partes”, mas porque “ni contradize esto, aver alegado él aquella Historia con nombre de aquel Padre”, porquanto “no era justo citarse a si mismo [aunque sea llana aquella dotrina] en prueba de su proposicion. Citò al Padre Semmedo por Autor de aquella noticia, aunque él lo sea de aquel Libro. El enfín es suyo”. Moreno Porcel, p. 27.

<sup>21</sup> Na verdade, Juan Sanchez terá falecido em 1639 e a obra terá sido impressa já pela sua viúva. Veja-se Delgado, 1996, pp. 631-632.

além da apresentação ao Conselho Real de Madrid do pedido para obtenção de licença e privilégio de publicação da obra.

O livro *Imperio de la China*, que se inscreve numa linha de continuidade com a produção textual anterior sobre o Império Ming, em termos de estrutura e de conteúdos abordados, é um texto parcialmente compósito, como era comum na época, nomeadamente na produção jesuíta.

Alguns materiais trazidos por Semedo e outros que já estavam em circulação, impressa ou manuscrita<sup>22</sup>, foram utilizados e integrados em *Imperio de la China*. Apontemos então alguns daqueles que conseguimos identificar, começando precisamente pela obra que mais directamente precedeu a de Semedo, *De Christiana Expeditione apud Sinas*. Esta fora editada em 1615, em Augsburgo, por Nicolas Trigault (1577-1628), quando, como Semedo, fora enviado à Europa, como procurador da missão da China. Considerada a primeira obra de grande fôlego sobre a China e a respectiva missão a ser publicada pela Companhia, rapidamente se tornou num êxito editorial, de enorme impacto. Antonella Romano nota, a esse propósito, que este livro conseguiu mesmo eclipsar o de Gonzalez de Mendoza<sup>23</sup>. Trata-se, pois, de uma obra amplamente utilizada na composição de *Imperio de la China*. Se, em algumas aspectos é possível constatar ter sido Trigault a fonte de informação (de que talvez o exemplo mais evidente seja relativamente ao número da população chinesa<sup>24</sup>), é na terceira parte da obra de Semedo, dedicada à actividade missionária, que ganha destaque o uso do livro de Trigault. Com efeito, uma importante parcela desta secção é claramente um resumo do texto editado pelo primeiro procurador, que, por sua vez, utilizara os textos de Matteo Ricci (1552-1610). Os títulos dos capítulos são os mesmos e o conteúdo consiste nitidamente na referida síntese.

Mas igualmente se recorreu, para compor o *Imperio de la China*, a outros trabalhos anteriores, como foi o caso de um dos manuscritos de João Rodrigues Tçuzu (1561-1633). O trabalho usado terá sido a *História da Igreja do Japão*, o qual, tendo sido escrito em Macau na década de 1620, apenas veio a ser publi-

<sup>22</sup> Sobre a circulação de manuscritos, veja-se, por exemplo, Bouza, 2001.

<sup>23</sup> Apesar disso, a obra de Mendoza continuou a ser lida (Romano, 2016, p. 153).

<sup>24</sup> Semedo utilizou seguramente os dados demográficos apresentados na obra editada por Trigault, que são na mesma ordem: 58.550.801 (Trigault, 1978, pp. 74-75) e 58.580.801 (Trigault, *Istoria de la China*, p. 4). As variações existentes resultam de erros tipográficos e não de qualquer actualização.

cado já em meados do século XX (Rodrigues, 1954). Embora o tema central fosse o Japão, também se discorria sobre a China, o que levou Francisco Roque de Oliveira a considerar a existência de um tratado (sobre a China) dentro de um tratado (sobre o Japão)<sup>25</sup>. Daqui foram recolhidos alguns elementos, como em certas partes se anunciava abertamente, ao salientar-se que “El Padre Iuan Ruiz que tambien paseo lo mejor destas tierras, dize que por averiguacion de los libros...” (Semedo, 1642, p. 131) ou que “El Padre Iuan Rodriguez, que tambien allà estuvo de espacio, i tratò de averiguar esto [...] dixo...” (Semedo, 1642, p. 171). Outros dados, convergentes com os de Rodrigues e diferentes dos indicados por Trigault, também parecem ter sido dali retirados. Assim terá sucedido no que diz respeito à antiguidade da língua chinesa<sup>26</sup>, ao aparecimento da imprensa na China<sup>27</sup> ou ainda ao contingente de eunucos existentes<sup>28</sup>, entre outros aspectos.

Outros autores e textos podem ainda ser assinalados em *Imperio de la China*, conquanto não sejam referidos de forma explícita. Por exemplo, temos claramente a utilização de um trabalho editado, em 1620, em Madrid, por Francisco Herrera Maldonado (1584-dp. 1633), com base em materiais jesuítas, *Epitome Historial del Reyno de la China. Muerte de su Reyna Madre deste Rey que oy vive*<sup>29</sup>. O relato sobre a morte da mãe do imperador Wanli 萬曆 (1563-1620), a imperatriz viúva Cisheng 慈聖 (1545-1614), que surge em *Imperio de la China* é daqui proveniente. Com efeito, reproduz-se ali, de forma mais sintética, o texto publicado por Maldonado, com base no manuscrito de

---

<sup>25</sup> Oliveira, 2009. Como já sucedera anteriormente em *De Missione Legatorum*, de Alessandro Valignano e Duarte de Sande, cujo colóquio 33 é dedicado à China. Veja-se a versão traduzida e editada por Américo da Costa Ramalho e Sebastião Tavares de Pinho (Sande, 2009, tomo II, pp. 708-743).

<sup>26</sup> Por exemplo, tanto Rodrigues como Semedo, fazem-na recuar 3700 anos. Cf. Semedo, 1642, p. 49; Rodrigues, 1954, vol. II, pp. 28-29.

<sup>27</sup> Ambos apontam estar em uso havia 1600 anos, número que difere, por exemplo, do de Trigault/Ricci (Rodrigues, 1954, p. 52; Semedo, 1642, p. 54). Sobre a discussão decorrente da percepção da origem chinesa da imprensa, veja-se, por exemplo, Gruzinski, 2014, pp. 50-51.

<sup>28</sup> Tanto Semedo como Rodrigues referem a existência de 12.000 eunucos na China, embora Rodrigues reporte-se ao ano de 1615 e não ao de 1640 (Rodrigues, 1954, vol. I, pp. 60-61; Semedo, 1642, p. 154).

<sup>29</sup> Maldonado, 1620. Veja-se Londoño, 2010.



Manuel Dias Júnior (1574-1659), missionário então de assento em Pequim<sup>30</sup>. Corrigia-se, porém, um erro grosseiro de Maldonado, que datara os acontecimentos de 1617, ao invés de 1614. Paralelamente, faziam-se alguns acrescentos, de que talvez o mais notório seja o do próprio testemunho de Semedo sobre as cerimónias fúnebres decorridas em Nanquim, a cidade onde residia à época<sup>31</sup>.

Outro impresso utilizado em *Imperio de la China* é o do jesuíta Gaspar Luís (1586-c. 1647)<sup>32</sup>, antigo colega de Semedo no noviciado de Évora. Intitulado, na sua versão francesa, *Advis Certain d'une plus ample decouverte du royaume de Catai avec quelques autres particularités notables de la coste de Cocincina, et de l'antiquité de la foy chrestienne dans la Chine*. [...] 1626, fora primeiro publicado em Bordéus em 1628<sup>33</sup> e, logo em 1631, em Roma, em língua italiana<sup>34</sup>.

Para além destes textos, temos as já referidas ânuas que Semedo levava ao regressar à Europa. Na redacção de *Imperio de la China* foram incluídas não apenas essas transportadas pelo procurador, mas mais duas, num total de sete, que surgem explícita ou implicitamente assinaladas. Destas, cinco eram da China e duas da Cochinchina e do Tonquim. No caso das da China, temos desde logo a utilização da ânuas de 1616/1617 e a de 1618, que desde 1621 circulavam impressas, em italiano, na compilação já anteriormente mencionada, *Lettere Annue del Giappone China, et Ethiopia*<sup>35</sup>. A narrativa da perseguição de 1616/1617 é nitidamente retirada da primeira ânuas, da qual se apresenta uma versão sumariada (Semedo, 1642, pp. 279-289). Da ânuas seguinte, a de 1618, foi transposto um memorial do Presidente/*shangshu* 尚書 do Ministério da Guerra/*bingbu* 兵部 apresentado ao imperador Wanli (Semedo, 1642, pp. 135-139). Semedo dava conta de o ter enviado anteriormente da China e que,

<sup>30</sup> Maldonado dizia ter usado uma relação vinda de Pequim, declarando a sua fidelidade a esse mesmo texto (Maldonado, 1620, p. 91). Manuel Dias Júnior, “Celebração das Exéquias das Raynhas na China”, BNP, Secção Reservados, cód. 8571, fls. 92-98. Este relato surge ainda incluído na carta ânuas da China de 1615, assinada pelo mesmo padre (ARSI, Jap.Sin. 113, fls. 395-401).

<sup>31</sup> Desde a sua entrada na China continental, até à sua expulsão para Macau, em inícios de 1617, Semedo viveu na residência jesuíta de Nanquim.

<sup>32</sup> Entrou no noviciado do colégio do Espírito Santo, em Évora no mesmo ano de Semedo.

<sup>33</sup> Por Séb. Cramoisy.

<sup>34</sup> Esta foi intitulada *Dichiaratione di vna pietra antica, scritta e scolpita con l'infrascritte lettere, ritrouata nel Regno della Cina*, Roma, Per il Corbelletti, 1631.

<sup>35</sup> *Lettere Annue*, 1621 (relação nas páginas 173-254).



por ocasião do seu regresso à Europa, se deparara com o mesmo já impresso (Semedo, 1642, p. 136). Esta alegação devia-se ao facto de ter sido ele o autor da versão manuscrita desta ânuia, em português<sup>36</sup>, entretanto publicada na tal compilação de 1621, em italiano, com a assinatura de Alfonso Vagnone (1566-1640)<sup>37</sup>. Quanto às outras ânuas da China, temos ainda a inclusão da de 1633<sup>38</sup> e da de 1634<sup>39</sup>, ambas assinadas por João Fróis, assim como a de 1635, de Manuel Dias Júnior<sup>40</sup>. Para além disso, foram integradas em *Imperio de la China*, contrariamente ao que sucedeu na edição italiana da obra, a ânuia do Tonquim de 1634<sup>41</sup>, de Gaspar do Amaral (1592-1646), e a ânuia da Cochinchina de 1635, de Gaspar Luís<sup>42</sup>. Com base neste conjunto de ânuas, maioritariamente da década de 1630, reportava-se o progresso da actividade missionária dos jesuítas na China e nos dois reinos vizinhos, nesses anos que tinham antecedido o retorno de Semedo à Europa.

Importa ainda notar, no âmbito dos autores e das obras que surgem referenciados em *Imperio de la China*, de forma implícita ou explícita, dois dos mais influentes nomes no panorama europeu. Por um lado, Marco Pólo (Marco Veneto), a quem se alude directamente, como aliás ainda era comum fazê-lo como fonte de autoridade<sup>43</sup>. Dele se dizia categoricamente que “escribió con verdad; porque de lo que apunta permanecen oy muchas cosas, i de otras las ruinas”<sup>44</sup>. A Pólo recorre-se, por exemplo, para comparar a realidade da dinas-

---

<sup>36</sup> ARSI, Jap.Sin. 114, fl. 173v.

<sup>37</sup> *Lettere annue*, 1621, pp. 249-254.

<sup>38</sup> Biblioteca da Ajuda, colecção *Jesuítas na Ásia* (daqui em diante BAJA) 49-V-11, China, 20/9/1633. Semedo, 1642, pp. 307-322.

<sup>39</sup> Hangzhou, 8/9/1634, BAJA 49-V-10, fls. 374-431. Semedo, 1642, pp. 322-332.

<sup>40</sup> Nanchang, 1/9/1636, BAJA 49-V-11, fls. 195-236v. Semedo, pp. 342-347.

<sup>41</sup> Hanoi, 30/12/1634, ARSI, Jap.Sin. 88. Semedo, pp. 332-341.

<sup>42</sup> Da Nang, Janeiro de 1636, ARSI, Jap.Sin. 71, fls. 129-140. Semedo, pp. 347-351.

<sup>43</sup> São inúmeros os autores que referem, neste período, Marco Pólo. A sua importância na cultura erudita europeia manteve-se na segunda metade do século XVII, o que, segundo Antonella Romano, revela a lentidão no processo de incorporação de saberes sobre a China. Romano, 2016, p. 236.

<sup>44</sup> Semedo, 1642, p. 217. Sobre Marco Pólo e a China, veja-se, por exemplo, Haw, 2006. Semedo, tal como vários outros autores seus contemporâneos, leu Marco Pólo, cujo relato se constituiu como o mais abrangente e de maior autoridade sobre a China, redigido antes de meados do século XVI. Veja-se Lach 1965, p. 36; ou Spence, 2000, pp. 1-18.

tia Ming com a anterior dos Yuan (1279-1368), de que Semedo não fora, obviamente, testemunha: “Destos no vi. Antiguamente en tiempo del Tartaro hubo muchos [...] i, segun Marco Veneto, hazian maravillas” (Semedo, 1642, p. 129). Por outro lado, e no sentido oposto, refere-se, sem se citar directamente, Gonzalez de Mendoza, contestando-se informação por ele disponibilizada, que se remetia para o domínio da fábula<sup>45</sup>.

### III. As diferentes edições e traduções

Juntos em Madrid, Semedo e Faria prepararam, então, em castelhano, a obra *Imperio de la China*, com base no testemunho do próprio Semedo e no conjunto de materiais jesuítas e não jesuítas acima referidos, além de outros autores também usados em menor dimensão. Naturalmente, presentes nesta equação estiveram também textos chineses, aos quais Semedo alude frequentemente, embora sem os identificar<sup>46</sup>.

Daqui resultou um texto dividido em três partes, as duas primeiras, num total de cerca de 200 páginas, sobre a China Ming; e a última, estendendo-se por cerca de 160 páginas, sobre a actividade missionária da Companhia na China, mas também na Cochinchina e no Tonquim.

Duas impressões da obra surgiram nesse ano de 1642, distinguindo-se apenas ao nível das dedicatórias e, por conseguinte, das portadas. A primeira era dedicada por Semedo ao chamado Apóstolo da Ásia, Francisco Xavier (1506-1652), na altura em que fazia cem anos sobre a sua chegada à costa ocidental indiana e duas décadas após a sua canonização. A segunda impressão surgia antes dedicada, por Faria e Sousa, a D. Marcelino de Faria y Guzman, provavelmente o membro do Conselho Real encarregado das provisões relativas à aprovação de *Imperio de la China*<sup>47</sup>.

<sup>45</sup> Ao descrever os palácios em Pequim, notava que “Las salas con esto, i sin colgaduras son hermosissimas, aunque falte en ellas lo que algunas relaciones dixeron, de ser una de oro, otra de plata, i otra de piedras preciosas porque esto es fabula”. Ora, uma dessas relações era iniludivelmente a de Mendoza. Semedo, 1642, pp. 151-152.

<sup>46</sup> Ao longo da obra (Semedo, 1642), podemos encontrar declarações do género: “como he visto en sus libros” (p. 76); “como consta de las escrituras chinas” (p. 99); “como dicen sus libros” (p. 121); “como consta de sus escritos” (p. 130); “en sus libros no ay memoria desto” (p. 130); “consta de sus Historias” (p. 130); “de que ay en sus Annales preciosissimas memorias” (p. 162); “de todo ay exemplos en sus Cronicas”.

<sup>47</sup> Alguns dados sobre o mesmo surgem em Sousa, 1680, p. 151.

Importa salientar que estas duas designadas “impressões” constituíram uma única edição, como o demonstra o cotejo de ambas. Com efeito, à exceção do já indicado, constata-se serem aquelas totalmente iguais, o que implica ter havido um único processo de composição tipográfica do texto e, logo, de impressão<sup>48</sup>. Apenas os chamados preliminares, isto é, as referidas portadas e dedicatórias, impressas depois do texto principal, são distintas e, como tal, resultado de processos separados.

Acrescente-se que no mesmo ano de 1642, em que *Imperio de la China* saiu em Madrid, era dado à estampa em Lisboa um outro texto da autoria de Semedo, desta feita em português. Pequeno opúsculo, de apenas onze fólios<sup>49</sup>, impresso por Paulo Craesbeek<sup>50</sup>, intitulava-se *Breve Recopilaçam dos Principios, Continuaçam, e estado da Christandade da China, em que está ao presente*. Este texto constituía, em larga medida, uma síntese do último capítulo de *Imperio de la China*. Nele se remetia qualquer informação mais extensa, “para relaçam mais detalhada”<sup>51</sup> – naturalmente, o *Imperio*. Este opúsculo raro, cujas licenças de impressão datam de Agosto e Setembro de 1642, terá sido preparado após o regresso de Semedo a Lisboa, vindo de Roma. Na capital portuguesa, desde Março do referido ano, Semedo terá tido, assim, tempo para compor aquele breve texto.

Recuando ligeiramente no tempo, ao partir de Madrid para Roma, em data posterior a Abril de 1641, é provável que o próprio Semedo tenha levado consigo uma cópia manuscrita de *Imperio de la China* (talvez um dos três manuscritos a que aludia Faria e Sousa). Em Roma, onde esteve, pelo menos, entre finais de 1641 (por certo ali chegou antes) e o termo de Janeiro do ano seguinte, o texto do procurador da China entrou, como não podia deixar de suceder, nos círculos jesuítas. De imediato, se começou a preparar uma nova edição. De acordo com informação que parece remontar a Charles Sommervogel, terá cabido ao reputado jesuíta siciliano Giovanni Battista Giattini (1601-1672) a tarefa de tra-

---

<sup>48</sup> Com efeito, no século XVII, o processo de impressão não permitia que se fizessem diferentes edições com a mesma composição. Para uma reedição, ainda que realizada dentro de um curto intervalo de tempo, era necessário compor de novo a obra, com as consequências textuais daí decorrentes. Veja-se a elucidativa descrição de Moll, 2000, p. 25.

<sup>49</sup> Ou dez, se não contarmos com o último fólio, apenas com as licenças de impressão.

<sup>50</sup> Sobre os Craesbeek, veja-se Dias, 1996.

<sup>51</sup> Semedo 1642(a), pp. não numeradas (1.<sup>a</sup> página).

dução e adaptação desta obra<sup>52</sup>. Porém, sobre esta alegação, não encontramos, até ao momento, qualquer prova documental.

Foi neste processo de reformulação, nos círculos jesuítas romanos, do texto originalmente preparado em Madrid, que o nome de Faria e Sousa foi totalmente eliminado da obra. Sobrepôs-se, desde então, à dupla assinatura, a autoria individual. Esta foi, aliás, reforçada pela própria inclusão do retrato de Semedo, outra das novidades da edição italiana. Talvez aqui se encontre a justificação para Faria e Sousa, no seu livro publicado em 1646, contestar o apagamento de que fora alvo, ao reclamar-se ele próprio como autor de *Imperio de la China* e remeter Semedo para o lugar de mero transmissor de informação. A contestação assumia-se ainda mais contundente, pouco tempo depois, em 1650, através de Moreno Porcel. Este, começando por notar que “Tradu-xole en Italiano no sé quien”, acusava depois o tradutor de ter retirado do livro “èl nombre de Manuel de Faria, no dexandole aun él de Publicador, que él de modesto puso” (Moreno Porcel, pp. 27-28).

Outra das alterações mais visíveis realizadas em Roma deu-se ao nível da estrutura do texto. Pela integração das duas primeiras partes sobre a China numa única, a divisão original em três partes, passou a apenas duas. Quanto ao conteúdo, é sem dúvida na área consagrada à actividade missionária que foram introduzidas as maiores mudanças. Tanto assim o é que se pode falar, em larga medida, em textos distintos. Com efeito, embora tanto a edição castelhana, como a italiana, comecem por usar os mesmos materiais, como o *Advis certain* de Luís Gaspar, o *De Expeditione* de Trigault, ou a relação da perseguição de 1616-1617, fazem-no de forma diferenciada. Isto é perfeitamente claro quando se cotejam as páginas baseadas no texto de Trigault ou no relato da perseguição. Sem grande margem para dúvidas, percebe-se aqui tratar-se de dois processos que decorreram de forma autónoma, não sendo a versão italiana uma tradução da castelhana<sup>53</sup>.

Os ajustamentos feitos em Roma resultaram ainda num conjunto de omissões; de adições; ou deturpações do sentido original; a par de erros tipográficos.

<sup>52</sup> Sommervogel, III, p. 1395. Sobre Giatinni, veja-se a entrada de Antonino Lo Nardo em *Dizionario Biografico Degli Italiani* (2000), vol. 54, Istituto dell’Enciclopedia Italiana.

<sup>53</sup> Atente-se, por exemplo, às grandes diferenças existentes entre uma e outra edição quando abordam a passagem de Ricci por Pequim, em 1598 (Semedo, 1642, p. 247; Semedo, 1643, p. 223); ou no que diz respeito à proverbial beleza das cidades de Hangzhou e Suzhou (Semedo, 1642, p. 248; Semedo, 1643, pp. 223-224).

cos, alguns dos quais muito significativos<sup>54</sup>. Visava-se adaptar o trabalho a uma audiência italiana (ou pelo menos não ibérica)<sup>55</sup> e, ao mesmo tempo, promover de forma mais adequada os interesses da Companhia de Jesus e da missão da China. Aliás, se na edição castelhana se tratara da Cochinchina e do Tonquim, integrando ânuas sumariadas, como já assinalado, na versão italiana optou-se pela sua eliminação.

Em Dezembro de 1642, o texto italiano já estava pronto, pois recebeu então a necessária licença de impressão, por parte de Pier Battista Borghi. A nova edição saiu do prelo em 1643, com o título *Relatione della grande monarchia della Cina*. Esta versão de imediato ganhou preponderância sobre a edição *princeps*, de Madrid, consagrando-se como a de referência. Efectivamente, foi com base nela que todas as seguintes foram preparadas, com a única excepção de uma edição em castelhano, impressa em Lisboa, quase cem anos mais tarde, em 1731<sup>56</sup>.

Perfizeram um total de cinco, as demais edições vindas a lume ao longo do século XVII, que passamos a indicar, seguindo um critério cronológico. Logo em 1645, surgiu a edição francesa, *Histoire Vniverselle du Grand Royaume de la Chine*. Traduzida por Louis Coulon (1605-1664)<sup>57</sup>, um padre que cinco anos antes deixara a Companhia, foi impressa por Sebastien e Gabriel Craimoisy, os editores oficiais dos jesuítas parisienses<sup>58</sup>. Já na década seguinte, em 1653, no mesmo ano em que chegava à Europa o terceiro procurador da China, Martino Martini (1614-1661), com novos materiais sobre aquele Império, apareceu mais uma edição italiana (Roma), cuja principal diferença residia no título, *Historica Relatione del Gran Regno della Cina*. Impressa por Vitale Mascardi, era financiada por Biagio Diversino e Zanobio Masotti. Dois anos mais tarde, em 1655, era dada à estampa a primeira versão inglesa, com o título *The History of that Great and Renowned Monarchy of China*. Impressa por E. Tyler, era

---

<sup>54</sup> Abordamos esta questão em Pina 2016 e 2018.

<sup>55</sup> A mero título de exemplo, se na versão castelhana se fazia referência ao Palácio do Escorial e à Basílica de São Marcos, em Veneza (Semedo, 1642, p. 255), na versão italiana apenas constava o segundo edifício (Semedo, 1643, p. 230). Ou ainda, se na versão castelhana se declarava “cosa en que tanto varia nuestra España” (Semedo, 1642, p. 94), este comentário era eliminado na versão italiana (cf. Semedo, 1643, p. 82).

<sup>56</sup> Lisboa: Oficina Herreriana.

<sup>57</sup> *Dictionnaire Historique* 1821, p. 8.

<sup>58</sup> Antonella Romano, *Impressions de Chine*, p. 240.

fruto de uma tradução efectuada por Thomas Henshaw (1618-1700), um dos membros fundadores da Royal Society. Henshaw queixava-se, quase quatro décadas volvidas, da falta de qualidade dessa sua antiga tradução, ao ponto de se confessar envergonhado<sup>59</sup>. Note-se que esta edição incluía a versão inglesa da obra de Martini, *De bello Tartarico in Sinis Historia*<sup>60</sup>. Só decorridos doze anos, em 1667, o ano em que Athanasius Kircher (1601-1680), publicou a sua *China Monumentis*<sup>61</sup>, encontramos nova edição de Semedo, a segunda em língua francesa e que igualmente incluía o texto de Martini. Intitulada *Histoire Vniverselle de la Chine*, era impressa em Lyon por Jérôme Prost e dedicada por este ao conselheiro régio Jean-Jacques Gayot (?-1684). Onze anos mais tarde, em 1678, aparecia mais uma edição italiana, a última a ser dada à estampa no século XVII<sup>62</sup>. Esta edição, de Roma e Bolonha, impressa por Giovanni Recaldini, retomava o título da de 1643 e, a exemplo desta, não integrava o texto de Martino Martini.

#### IV. Escrever sobre a China

Sete edições no decurso de 36 anos, entre 1642 e 1678, em quatro línguas diferentes, atestam a circulação de um número considerável de exemplares da obra de Semedo, embora numa dimensão mais modesta do que a registada com outros livros anteriores dedicados à China Ming. É o caso dos de Gonzalez de Mendoza e de Trigault, ambos com um número superior de edições<sup>63</sup>. De qualquer forma, é claro o interesse gerado pela obra em análise, que rapidamente

<sup>59</sup> Carta de Thomas Henshaw a Anthony Wood, Verão 1693, cit. por Pasmore, 1982, p. 180.

<sup>60</sup> Cujá primeira edição, em latim, datava de 1654.

<sup>61</sup> *China Monumentis, qua Sacris qua Profanis, Nec non variis Naturae & Artis Spectaculis, aliarumque rerum memorabilium Argumentis Illustrata*, Amesterdão: Apud Jacobum à Meurs. Kircher e Semedo estiveram juntos em Roma, como nos dá conta o primeiro na obra citada (p. 6). Sobre Kircher, veja-se, por exemplo, Findlen, 2004.

<sup>62</sup> A partir daqui, apenas conhecemos a edição do texto castelhano em 1731 e, depois, no século XX, a edição portuguesa de Luís Gonzaga Gomes, com base no texto italiano (Macau: Notícias de Macau, 1954 e Macau: DSEJ-Fundação Macau, 1994), além de outras reedições, já no século seguinte, em francês (Jean Pierre-Duteil, ed., Paris: éditions Kimé, 1998) e inglês (Primary Sources, Historical Collections, 2011).

<sup>63</sup> Por exemplo, no espaço de quinze anos, a obra de Mendoza conheceu quarenta edições. Quanto a Trigault, depois da primeira edição, em 1615, rapidamente vieram a lume cerca de quinze novas edições em latim, mas também em francês, italiano, alemão, castelhano e inglês. Veja-se, a este propósito, Lach & Kley, 1993, p. 513.

conferiu a Smedo o estatuto de especialista ou autoridade sobre a China na Europa do século XVII, mas também do XVIII. Vários autores, deste período, jesuítas e não jesuítas, citam-no nessa categoria. Entre estes, temos os já referidos Martino Martini e Athanasius Kircher, mas também António de Gouveia (1592-1677), outro jesuíta da missão da China, ou ainda Johann Nieuhof (1618-1672), Claude Bernou (ca. 1638-1716), Olfert Dapper (1635-1689) ou Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), entre outros.

A informação sobre a China, com que o livro abre, estende-se por cerca de 200 páginas, mais do que as dedicadas à actividade missionária, como já assinalado. Na tradição de obras anteriores, como as de Mendoza e de Trigault, abordava-se um variado leque de temas. Em certa medida, o texto constituía-se como uma espécie de enciclopédia, capaz de oferecer uma visão geral sobre a China e os chineses, recheado de pequenas histórias e comparações com realidades conhecidas do leitor/ouvinte. Numa retórica própria da época, Smedo declarava, no prólogo, que apresentava tão somente os pontos essenciais sobre a China, disponibilizando num “Libro corto” informação até aí dispersa “por muchos, i largos” livros; a qual se actualizava, uma vez que as anteriores obras “quedan muchos años atras”<sup>64</sup>. Smedo pretendia ainda corrigir informação mais antiga, pondo termo às persistentes fantasias sobre a China que continuavam a correr na Europa. A obra integra-se, pois, num evidente processo de acumulação e aperfeiçoamento de saberes sobre o Império Ming, em que se retomam notícias que já circulavam, mas que são emendadas, actualizadas e desenvolvidas.

Certos temas foram particularmente aprofundados pelo procurador, face a abordagens anteriores, como é o caso das questões relacionadas com a língua ou o sistema de exames. Estes tópicos ganham uma dimensão nova, através de um relato minucioso, especialmente bem informado. No caso específico dos exames, é notável a descrição do decurso das provas, pelo seu rigor e pormenor, mas também pela dinâmica da narrativa, de grande visualidade, permitindo recriar mentalmente o ambiente de um dia de provas, desde o pequeno cubículo do candidato, às instalações e actividade dos examinadores e restante pessoal, ao exterior do complexo e toda a logística e azáfama inerentes.

Por outro lado, também perfeitamente enquadrado no seu próprio tempo, Smedo traça uma representação da China extremamente positiva, marcada pelos habituais tópicos da grandeza do reino; da dimensão demográfica; da

<sup>64</sup> Smedo, 1642, “Prologo”, páginas não numeradas.



abundância de bens e auto-suficiência; do notável governo e aplicação da justiça; da dimensão intelectual da cultura chinesa, plasmada na promoção e dedicação ao estudo, assim como num complexo sistema de exames, que permitia a ascensão sócio-económica, ou na difusão da imprensa, isenta das restrições existentes na Europa. A imagem favorável estende-se aos chineses, enfatizando-se a grande cortesia, virtude ou habilidade manual daqueles.

Esta imagem encomiástica não deixa, porém, de ser acompanhada por um conjunto de críticas a aspectos considerados menos positivos. A mero título de exemplo, refiram-se questões como a da imensidão de pobres e iníqua distribuição da riqueza (Semedo, 1642, pp. 14-15); ou a cobiça e falta de escrúpulos dos comerciantes chineses; mas também, o enfaixamento dos pés das mulheres, aspecto em que Semedo se distingue como primeiro autor europeu a contestar esta prática, que reduzia a uma “gran tonteria” (Semedo, 1642, p. 47). Assinale-se, ainda, as suas considerações sobre a ineficácia da Grande Muralha, enaltecida por muitos autores europeus (Semedo, 1642, p. 33); ou sobre a negligência a que se tinham votado os assuntos da guerra, o que então se reflectia na incapacidade de fazer face aos ataques manchus, que perturbavam a ordem política e social do Império Ming (Semedo, 1642, p. 133). Este é, aliás, um dos pontos que mostra a actualidade da informação transmitida por Semedo, que dava conta das invasões manchus em cursos, tema que o procurador iria continuar a tratar após o seu regresso a Macau, em 1645, já depois da queda dos Ming<sup>65</sup>.

Se a obra de Semedo parece perder a sua importância a partir de 1678, ano da última edição conhecida no século XVII, constata-se, no entanto, que continuou a ser lida e citada por outros autores para lá dessa data. O aprofundamento e difusão do conhecimento europeu sobre a China, que decorria no século XVII, tem pois no texto de Semedo um inquestionável contributo.

---

<sup>65</sup> Veja-se, por exemplo, a sua “Breve Relação do Estado actual da Monarquia da China, composta pelo Padre Álvaro Semedo”, Macau, 30/11/1645, ARSI, Jap.Sin. 161, fls. 306-307.



## Referências bibliográficas

### Fontes Primárias

- A.A.V.V. (1621). *Lettere Annue del Giappone, China, Goa, et Ethiopia. Scritte Al M.R.P. Generale Della Compagnia di Giesù. Da Padri dell'istessa Compagnia degli anni 1615.1616.1617.1618.1619*. Nápoles: Per Lazaro Scoriggio.
- Maldonado, F. H. (1620). *Epitome Historial del Reyno de la China*. Madrid: Por Andre de Parras.
- Mendoza, J. G. (1585). *Historia de las cosas más notables, ritos y costumbres del gran reyno de la China*. Roma: Vicentio Accolti.
- Moreno Porcel, F. (1650). *Retrato de Manuel de Faria y Sousa, cauallero del Orden militar de Christo, y de la Casa Real*. Madrid: Diego Díaz de la Carrera.
- Rodrigues Tçuzu, J. (1954). *História da Igreja do Japão*. Ed. João do Amaral Abran-ches Pinto. Macau: Notícias de Macau.
- Sande, D. [& Alessandro Valignano] (2009). *Embaixadores Japoneses à Cúria Romana*. Ed. de Américo da Costa Ramalho & Sebastião Tavares de Pinho (tomo II). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra-Centro Científico e Cultural de Macau.
- Semedo, Á. (1620). *Narré veritable de la persécution excitée contre les chrétiens au royaume de la Chine, extrait des lettres du P. Alvarez Semede*. Paris: Chez Sebastien Chappelet.
- Semedo, Á. (1642). *Imperio de la China i Cultura evangelica en èl, por los religiosos de la Compañia de Iesus*. Madrid: Por Juan Sanchez.
- Semedo, Á. (1642a). *Breve Recopilaçam dos Principios, Continuaçam, e estado da Christandade da China, em que está ao presente*. Lisboa: Paulo Craesbeek.
- Semedo, Á. (1643). *Relatione della grande monarchia della Cina, del P. Alvaro Semedo*. Roma: Hermann Scheus.
- Semedo, Á. (1645). *Histoire universelle du grand royaume de la Chine*. Paris: Chez Sébastien Cramoisy.
- Semedo, Á. (1655). *The History of that Great and Renowned Monarchy of China*. Londres: E. Tyler.
- Sousa, M. F. (1975). *The “Fortuna” of Manuel de Faria e Sousa: an autobiography*. Introd., Notes and Index by Edward Glaser. Münster: Ascendorffsche Verlagsbuchhandlung.
- Sousa, M. F. (1646). *Nobiliario del Conde de Barcelos Don Pedro*. Madrid: Alonso de Paredes.
- Sousa, M. F. (1666-1675). *Asia Portuguesa* (3 Vols.). Lisboa: Oficina de Henrique Valente de Oliveira.
- Sousa, M. F. (1680). *Europa Portuguesa. Segunda Edicion Correta, Ilustrada, y Añadida en tantos lugares* (tomo III). Lisboa: Antonio Craesbeek.
- Trigault, N. (1978) [1615: 1.<sup>a</sup> ed. em Latim]. *Histoire de l'Expédition Chrétienne au Royaume de la Chine 1582-1610*. Paris: Desclée de Brouwer.

## Estudos

- A.A.V.V. (1821). *Dictionnaire Historique, Critique et Bibliographique, contenant les vies des hommes illustres, célèbres ou fameux de tous les pays et de tous les siècles* (t. VIII). Paris: Chez Ménard et Desenne Libraires.
- Bouza Alvarez, F. (2001). *Corre manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons.
- Bouza Alvarez, F. (2014). Costeadores de impresiones y mercado de ediciones religiosas en la alta Edad Moderna ibérica. *Cuadernos de Historia Moderna*, Anexo XIII, 42-44, 29-48.
- Boxer, Ch. (1961). Some Aspects of Western Historical Writing on the Far East, 1500-1800. In E.G. Pulleyblank & W.G. Beasley (Eds.), *Historians of China and Japan* (pp. 306-321). Londres: Oxford University Press.
- Brockey, L. (2012). The First China Hands: The Forgotten Iberian Origins of Sinology. In Ch. H. Lee (Ed.), *Western Visions of the Far East in a Transpacific Age, 1522-1657* (pp. 69-84). Surrey: Ashgate.
- Buescu, A. I. (2004, Jan.-Abril). Aspectos do bilinguismo português - castelhano na Época Moderna. *Hispania, Revista Española de Historia*, LXIV/I (216), 13-38.
- Chen Min-sun (1978). China in the early seventeenth century: Alvarez Semedo's history of the Great and Renowned Monarchy of China. *Annals of the Philippine Chinese Historical Association*, 8, 20-79.
- Costa, J. (2012). *Manuel de Faria e Sousa. Cidadão do Mundo e das letras ao serviço de Portugal*. Lousada: Centro de Estudos do Românico e do Território.
- Curto, D. R. (2007). *Cultura Escrita: séculos XV a XVIII*. Lisboa: ICS.
- Delgado Casado, J. (1996). *Diccionario de impresores españoles (siglos XV-XVIII)* (vol. II). Madrid: Arco/Libros.
- Dias, J. J. A. (1996). *Craesbeeck: uma dinastia de impressores em Portugal. Elementos para o seu estudo*. Lisboa: Associação Portuguesa de Livreiros Alfarrabistas.
- Dudink, A. (2001). Oppostion to the introduction of Western Science and the Nanjing Persecution (1616-1617). In C. Jami, P. Engelfriet & G. Blue (Eds.), *Statecraft & Intellectual Renewal in Late Ming China. The Cross-Cultural Synthesis of Xu Guangqi (1562-1633)* (pp. 191-224). Leida-Boston-Colónia: Brill.
- Ellis, R. R. (2006). The Middle Kingdom through Spanish Eyes: Depictions of China in the Writings of Juan González de Mendoza and Domingo Fernández Navarrete. *Bulletin of Hispanic Studies*, 83, 469-483.
- Findlen, P. (Ed.) (2004). *Athanasius Kircher. The Last Man Who Knew Everything*. Nova Iorque: Routledge.
- Goodrich, L. C. & Fang Chaoying (Eds.) (1976). *Dictionary of Ming Biography, 1368-1644* (2 vols.). Nova Iorque-Londres: Columbia University Press.
- Gruzinski, S. (2014). *The Eagle and the Dragon. Globalization and European Dreams of Conquest in China and America in the Sixteenth Century*. Cambridge-Malden: Polity Press.
- Haw, S. G. (2006). *Marco Polo's China: A Venetian in the Realm of Khubilai Khan*. Londres: Routledge.

- Hsu, C. Y. (2010). La imagen humanística del gran reino chino de Juan González de Mendoza. *Bulletin of Hispanic Studies*, 87, 187-201.
- Kelly, E. Th. (1971). *The Anti-Christian Persecution of 1616-1617 in Nanking*. Columbia University.
- Lach, D. (1965). *Asia in the Making of Europe* (vol. I): *The Century of Discover*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Lach, D. & Kley, E. J. (1993). *Asia in the Making of Europe* (vol. III, livro 1): *A Century of Advance*. Chicago-Londres: The University of Chicago Press.
- Londoño Rendón, M. (2010). La Biblioteca oriental de Francisco Herrera Maldonado. *Studia Aurea*, 4, 105-137.
- Loureiro, R. M. (2000). *Fidalgos, Missionários e Mandarins: Portugal e a China no Século XVI*. Macau: Fundação Oriente.
- Moll, J. (2000). La Imprenta Manual. In F. Rico (Ed.), *Imprenta y crítica textual en el Siglo de Oro*. Valladolid: Universidad de Valladolid-Centro para la Edición de los Clásicos Españoles.
- Mungelo, D. E. (1994). *The Chinese Rites Controversy. Its History and Meaning*. Nettetal: Steyler Verlag.
- Nardo, A. L. (2000). Giattini, Giovanni Battista. In *Dizionario Biografico Degli Italiani* (vol. 54). Istituto dell'Enciclopedia Italiana.
- O'Neill, Ch. E. & Domínguez, J. M. (Eds.) (2001). *Diccionario Histórico de la Compañía de Jesus* (4 vols.) Roma-Madrid: Institutum Historicum-Universidad Pontificia Comillas.
- Oliveira, F. R. (2003). *A construção do conhecimento europeu sobre a China, c. 1500-c. 1630. Impressos e manuscritos que revelaram o mundo chinês à Europa culta* (Tese de Doutoramento). Universitat Autònoma de Barcelona.
- Oliveira, F. R. (2008). Geografia e propaganda segundo a *Historia del gran Reyno de la China* de frei Juan González de Mendonça, 1585-1586. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, VII (13/14), 367-392.
- Oliveira, F. R. (2009). A Treatise inside a treatise: Chinese matters in the *Historia da Igreja do Japão* by João Rodrigues Tçuzu SJ. *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies*, 18/19, 135-173.
- Oliveira, F. R. (Ed.) (2017). *Percepções Europeias da China dos Séculos XVI a XVIII. Ideias e imagens na origem da moderna Sinologia*. Lisboa: CEG/UL-Palácio Nacional de Mafra.
- Pasmore, S. (1982). Thomas Henshaw, F.R.S. (1618-1700). *Notes and Records of the Royal Society of London*, 36 (2), 177-188.
- Pereira, P. S. (2015). Erudição, diálogo e instrução em *Noches claras* de Manuel de Faria e Sousa. *Hipogrifo*, 3 (2), 203-229.
- Pfister, L. (1976 [1932-1934]). *Notices Biographiques et Bibliographiques sur les Jésuites de l'Ancienne Mission de Chine, 1552-1773*. S. Francisco: Chinese Material Center.
- Pina, I.M. (2016). The European circulation of Álvaro Semedo's work. In L.F. Barreto & Wu Z. (Eds.), *China-Macau and Globalizations: Past and Present* (pp. 90-103). Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau - Macao Foundation.
- Pina, I. M. (2018). Representations of China in Álvaro Semedo's Work. In L. Saraiva & C. Jami (Eds.), *History of Mathematical Sciences: Portugal and East Asia V* –

- Visual and textual representations in exchange between Europe and East Asia* (pp. 31-53). Singapura: World Scientific Publishing.
- Pires, M. L. G. (1996). Manuel de Faria e Sousa: autobiografias e retratos. In *Xadrez de palavras. Estudos de literatura barroca*. Lisboa: Cosmos.
- Romano, A. (2016). *Impressions de Chine. L'Europe et l'englobement du monde (XVIe-XVIIe siècle)*. Paris: Fayard.
- Sommervogel, Ch. (1890-1909). *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*. Bruxelas.
- Spence, J. (2000 [1998]). *The Chan's Great Continent. China in Western Minds*. Londres: Penguin Books.
- Villà, L. (2013). La *Historia del Gran Reino de la China* de Juan González de Mendoza. Hacia un estudio de las crónicas de Oriente en la España del Siglo de Oro. *Boletín Hispánico Helvético*, 21, 71-97.



# ESCRITAS LITERÁRIAS SOBRE A CHINA: O ROMANCE HISTÓRICO NA RELAÇÃO LUSO-CHINESA

## 关于中国的文学创作：中葡关系中的历史小说

**Maria Helena do Carmo**

Escritora

A temática “Literatura e Tradução” abrange um leque diversificado da escrita sobre a China, que passa das crónicas de viagens à documentação e serve de base à historiografia nas suas inúmeras vertentes: diplomática, administrativa, económica, legislativa, linguística e literária, por mero acaso ou intencional, em contos, romances ou poesia.

Os cronistas dos séculos XV e XVI são hoje estudados na demanda da verdade sobre as relações de Portugal com os potentados do Extremo Oriente, época propícia ao desaparecimento de ofícios em naufrágios, enquanto outros se elaboravam de acordo com os interesses a defender no comércio, em que todos se viam envolvidos, ou no desempenho em cargos do Estado nas mãos de protegidos. Por haver documentos verdadeiros e outros apócrifos, importa valorizar as vivências de viajantes mercadores, cujas narrativas nos transportam ao mundo imaginário da China de outros tempos.

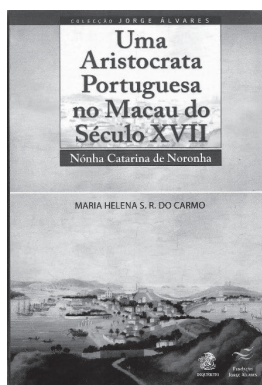
Com a chegada dos jesuítas à Índia, ao Japão e à China, a base de dados tornou-se mais fidedigna, graças à elevada cultura dos membros da Ordem, ao processo de cristianização pela aprendizagem das línguas indígenas e ao contacto estabelecido com os imperadores do Oriente. A preciosa documentação que nos deixaram tem alimentado o trabalho dos historiadores sobre os séculos XVII e XVIII, até a Ordem ter sido extinta pelo Marquês de Pombal.

A China continua a atrair a atenção de novos sinólogos que perpetuam o trabalho do Pe. Joaquim Guerra, digno sucessor dos padres Matheus Ricci, Gabriel Magalhães, Tomás Pereira, ou Adão Schall. As teorias filosóficas, as diferentes mentalidades, religiões, usos e costumes, são cada vez mais objeto de investigação para o estudo das “Relações de Portugal com a China”, muitas vezes tendo Macau no centro das atenções.

Conhecendo melhor a história de Macau dos séculos XVIII e XIX, venho focar dois períodos polémicos, tratados em romances históricos, que a cidade atravessou nas suas relações com o Império do Meio a nível dos mandarins locais e vice-rei de Cantão. Recorde-se que as embaixadas à corte de Pequim, quando a cidade se encontrava em apertos, ficavam sujeitas a regras protocolares de cortesia em ambiente de grande cordialidade, mesmo que resultassem em nada. As discórdias entre as autoridades portuguesas e sínicas tinham lugar em Macau.

As razões que me levaram a passar da historiografia à ficção devem-se à falta de documentação, ou desta me parecer confusa, enquanto o romance me permite preencher hiatos, considerados menos importantes pelos historiadores, formular hipóteses sem estar obrigada a prová-las com documentos, poder descrever quadros do quotidiano, na forma que achar mais aliciante para o leitor.

As dúvidas sobre a origem das fontes surgiram logo que entrei no processo de investigação. Ao estudar a época em que viveu Nhónha Catarina de Noronha para um trabalho a entregar na cadeira “Relações de Portugal no Espaço Ásia-Pacífico”, trabalho que motivou a escrita do meu primeiro romance histórico, encontrei uns manuscritos microfilmados do secretário de uma embaixada à Corte de Pequim, que já estavam datilografados e devidamente publicados em volumes de Arquivo, como sendo da autoria do embaixador. Cederam-me as cópias para estudo, sob a proibição de divulgar tais documentos, transcrevendo apenas duas ou três frases no romance, com a devida discrição (Carmo, 2006).



Descobri depois uns microfilmes antigos, meio apagados e de letra comprimida, com referências aos problemáticos amores de C’hien Lung, imperador de génio arrebatado, que enfrentou a venerável Mãe numa paixão pela princesa cativa. O documento, escrito por um sinólogo, dizia pouco sobre a tragédia dessa mulher, de nome Iparxan, que passou a chamar-se Chiang-Fei, a “*odorífera concubina*”. Por longo tempo esta princesa viúva, prisioneira de guerra, recusou entregar-se ao imperador, sendo condenada à morte pela Mãe imperatriz no Tribunal da Corte, quando viveu com ele um grande amor.

A aparente boa harmonia palaciana não permitiu que tal caso ficasse registado nos Anais, para evitar posterior divulgação pública, mas na época surgiram inúmeros escritos daquele romance com nomes falsos, por temor à pena de morte.

Entretanto, como os registos oficiais da corte de Pequim falam de outra concubina imperial, também muçulmana e da mesma província de Xinjiang, muito parecida com Iparxan de rosto e estatura, mas de temperamento diferente, submissa e alegre, de nome Maimur Azum, que ao entrar na corte tomou o nome de Zhen-Fei, os historiadores referem-se apenas a esta senhora, por ser a única que está devidamente documentada.

Só no final do século XX, quando se desmoronou o túmulo da concubina imperial, sepultada junto do mausoléu do imperador, os arqueólogos e filólogos concluíram tratar-se de duas mulheres distintas, que vemos retratadas nas imagens seguintes (Carmo, 2012). Chiang-Fei fora sepultada a 8 km da cidade de Kashgar, num grandioso túmulo que o imperador mandara erigir a seu pedido.





Retrato anónimo de Chiang-Fei.



A imperial Zhen-Fei, retratada por Castiglioni.

Não descansei até encontrar o fio à meada, recorrendo à mais variada gama de textos, documentos e romances, até à internet, para conhecer a vida do príncipe Bao, de nome Axinjueluo Honglie, que sucedeu no trono como Qianlong, quarto imperador da dinastia C'hing, ou Qing, a 22<sup>a</sup> da antiga civilização chinesa.

A personagem deste enigmático imperador proporcionava um trabalho histórico de grande envergadura, se a documentação fosse toda fidedigna. Nos cinco anos de pesquisa, levantaram-se algumas dúvidas perante a amálgama de textos sobre a vida de C'hien Lung, apenas coincidentes nos eventos históricos e quanto ao desenvolvimento das suas capacidades culturais e artísticas. Pela força militar estendeu as fronteiras do Império do Meio ao seu limite máximo, interveio na governação com autoridade absoluta por longos sessenta anos e mesmo depois de ter abdicado do trono, reformulou as leis C'hing e aplicou-as aos portugueses de Macau.

O mesmo não se poderia dizer em relação aos escândalos na Corte, com devaneios amorosos, paixões proibidas, únicas que o enlouqueciam, porque esposas teve quantas desejou e concubinas às centenas no seu harém privativo, desejosas de receberem a honra de o servir. Todas as noites retirava uma “estela do catálogo”, que o eunuco imperial lhe entregava, com o nome da escolhida.

Também a história de Macau no tempo deste imperador se encontra cheia de textos forjados para iludir a verdade dos factos. Entre os senadores e os mandarins as acusações e justificações aparecem descritas de forma diferente, consoante a sua origem fosse das autoridades sínicas ou das portuguesas.

Após encontrar uma linha condutora coerente, capaz de tecer a trama da complicada existência de C'hien Lung, decidi tratar o assunto num romance, género literário que dá ao escritor a liberdade de escolher a versão que entender

mais verosímil, reconstituir uma história difícil de ser entendida em fragmentos documentais. O romance abarca um quotidiano revelador de usos, costumes, mentalidades que se chocam no encontro de civilizações nas relações de comércio, ou sempre que haja necessidade de marcar uma posição forte entre quem detém o poder e quem deve submeter-se.

A ficção revela verdades encobertas, que se pretendem abafar a todo o custo, por ilações de raciocínio lógico. A pesquisa transporta-nos a quadros coevos, que julgamos reais nos ofícios do governo, nas ordens das chapas ou até nos testamentos às Misericórdias. À partida, tudo nos parece credível. Porém, muitos casos levantam problemas que nos a obrigam a uma investigação mais apurada.

Como o romance agrada ao grande público, optei pela ficção para retratar Macau, com leves referências ao que se passava na China, e assim surgiu “*Mercadores do Ópio - Macau no tempo de Quianlong*” (Carmo, M. Helena, 2012).



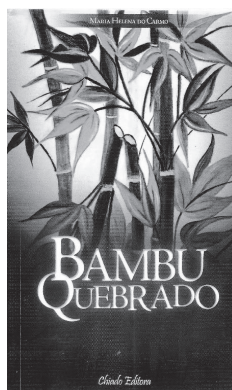
Atrás de um livro, outro aparece a preencher o vazio de um trabalho findo. Continuando a estudar a história dos portugueses em Macau, porque cada autor tem uma visão própria da verdade, encontro sempre temas aliantes em livros editados pelas instituições, lendo escritores nacionais e estrangeiros, como Charles Boxer, Pe. Benjamim Videira Pires, Montalvo de Jesus, ou Pe. Manuel Teixeira, que nas suas múltiplas histórias me levou a escrever outras, quando já me escasseia o tempo para as concretizar. Em cada obra algo de interessante me motiva a conceber novos trabalhos.

Para ter uma visão global e não ocidentalizada, sigo o método académico de investigação na consulta de autores chineses, tais como as “*Chapas Sini-*

cas” traduzidas, (Lao Fong 1997), “*Macao 400 Years*” (Fei Chengkang 1996), *Segredos da Sobrevivência* (Wu Zhiliang 1999), documentos traduzidos nos 4 volumes da “*Coleção de Fontes Documentais para a História das Relações Entre Portugal e a China*” (Vasconcelos Saldanha 1996), editados pela Fundação de Macau, entre muitos outros.

Ao ler em “*Ta-ssi-Yang-kuo*” (Marques Pereira 1995) sobre a morte do governador Ferreira do Amaral, verifiquei que o Arquivo Histórico de Macau nada tinha a seu respeito, nem havia registos das Actas do Leal Senado sobre esse período de governação na Biblioteca do Centro Científico e Cultural de Macau, onde existe bastante documentação. Só encontrei dados no Instituto do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no Arquivo Histórico Ultramarino, situação que me obrigou a ficcionar páginas que a História não guardou. A procura redobrou o interesse por este governador, não só pela escassez de documentos, mas por empatias com a senhora que ele amou e lhe deu dois filhos.

O assunto deu origem à biografia romanceada de João Maria Ferreira do Amaral (Carmo, 2014).



## Dois períodos críticos nas relações luso-chinesas

habitados a encontros cordiais no âmbito de cedências em chás de cortesia, para bem dos negócios, a história de Macau viveu dois grandes conflitos que destabilizaram a tolerância existente entre as duas nações. Agitaram-se os portugueses de Macau, que governavam a sua *república* como senhores da pequena península, contra a interferência dos mandarins e contra o poder que detinham os representantes do reino, considerando os governadores como simples chefes militares, ou “cabeça dos soldados”.

## 1. Primeiro momento de crise, no reinado de Qianlong, em meados do século XVIII

A cidade continuava a viver apenas do comércio, sem outros recursos, numa situação de porto de periferia, após ter perdido as rotas do Japão e de Manila que fizeram de Macau um grande centro mercantil da Ásia.

Retomadas as negociações, ou comerciando por vias indiretas, Macau sobrevivia do sândalo de Timor e Solor, do arroz e da prata mexicana muito apreciada na China, proveniente de Manila, dos chás verde e preto de Batávia, da pimenta comprada nos portos dos Mares do Sul, do algodão da Índia, onde buscavam também o lucrativo ópio, mercadoria de troca no Sul da China e causa de conflitos entre moradores das duas cidades: a cristã, virada para a Baía da Praia Grande, a chinesa descendo para o Porto Interior.

O negócio do ópio ganhou relevo pela sua grande procura, tendo o imperador Yongzheng publicado um Édito contra o *anfião*, em 1729. Mas esse comércio continuou a fazer-se livremente, ou em contrabando, devido à sua procura na China. Como o imperador Qianlong não editou qualquer proibição, as transações foram aumentando ao longo do século e todos se envolviam nesse lucrativo ramo mercantil: proprietários de navios, moradores por ações nas mercadorias, pilotos, marinheiros e intermediários. A cidade inteira encontrava no ópio o modo de enriquecer.

Em 1748, as transações comerciais sofriam já uma forte concorrência europeia e asiática com essa mercadoria, como consta numa carta enviada pelo Leal Senado a António Teles de Meneses, governador de Macau, sobre um requerimento dos capitães de barcos, pela atitude do general de Batávia no porto de Malaca. Passo a citar:

... apresando os barcos e tomando-lhes 24 caixões de anfião, à força, arrombando as escotilhas, arruinando esta cidade, para o que se pede remédio conveniente. Os holandeses quando tomaram o anfião, ameaçaram tomar também a pimenta e o calaim que eram proibidos, que os mercadores não podiam transportar nos seus barcos, que é o que só tem saída no Império da China... (Carmo, 1999, p. 35)

Competia ao procurador do Senado providenciar a solução de problemas mercantis com o Estado da Índia, por intermédio do governador. Como porta-voz do povo, considerado pelas autoridades chinesas o mandarim da cidade,

o procurador devia resolver quaisquer problemas em obediência às regras do império. Todas as questões pareciam de fácil solução, exceto quando se tratasse de casos de Justiça.

Segundo o código das leis C'hing, a aplicação das leis diferia de acordo com o local dos crimes e a nacionalidade dos arguidos. A Norte da Muralha da China vigorava a lei dos mongóis, mas a Sul todos se sujeitavam às leis chinesas, a não ser que envolvessem apenas estrangeiros. Em Macau as leis eram mistas para benefício do comércio, conseguindo os portugueses solucionar conflitos com os mandarins locais a troco de dinheiro, ou *saguates*. Raras vezes chegavam ao conhecimento do imperador, mas quando se tratava de crimes de morte agudizava-se a situação.

Em dezembro de 1743, três mandarins incorruptos desceram à cidade para examinarem o cadáver de um chinês, assassinado pelo marinheiro Anselmo, e exigiram que o homicida fosse entregue ao Tribunal Sínico para ser castigado com a morte, segundo a lei de “uma vida por vida”. O Senado recusou entregá-lo, por ser cristão e viver sob a administração do reino, mas acabou por mandá-lo enforcar em praça pública, após demorada polémica entre as autoridades militares, civis e religiosas, para se evitar que fechassem as Portas do Cerco.

Este incidente chegou aos ouvidos do imperador, que logo ordenou aplicar-se em Macau o Código de Leis C'hing, por ele reformulado, com novas leis penais sobre crimes de morte e severas penas aos magistrados chineses que se deixassem subornar. O mandarim, que ficou uns meses na cidade, veio a saber pelos “cabeças de rua” que muitos abusos praticados por malfeitores eram perdoados pelos padres, quando eles se mostravam arrependidos em confissão.

Nova polémica se levantou em 1748, quando dois chineses, Litenfu e Canay hú, morreram às mãos dos soldados da ronda, por andarem sem lanterna depois do toque do recolher e terem fugido, sendo tomados por ladrões. Uma coronhada na cabeça deitou um deles por terra, que o outro teve de ajudar a carregar, apesar de maltratado, vindo a falecer na prisão por greve de fome em consequência dos seus padecimentos.

O governador mandou entregar o caso ao procurador para os encaminhar ao mandarim da Casa Branca. Sem condições de guardar os presos, o procurador enviou-os de novo para a Fortaleza do Monte, tendo Teles de Menezes ordenado que metessem o morto na mina e o outro no calabouço, onde veio a falecer. Os dois acabaram por ficar sepultados na Fortaleza do Monte até haver navio que os levasse para Timor, junto com os agressores, que o gover-

nador também escondeu na fortaleza, por ser um local onde o mandarim não se atreveria a vasculhar.

Insistentes chapas do vice-rei de Cantão exigiam a entrega dos dois desaparecidos e daqueles que os fizeram desaparecer, para que fossem levados à sua presença. Desculpou-se o Senado, dizendo desconhecer a situação e o paradeiro de ambos, por terem os chineses a liberdade de atravessarem as Portas do Cerco. Os moradores também esconderam o caso, para não sofrerem retaliações no comércio.

As versões forjadas nos ofícios do Senado, pouco convincentes, levaram o mandarim a enviar uma chapa com a identificação dos assassinos:

... um cabo filho de Macau, de casta china e chamado Amaro, morador junto à Fortaleza do Monte e um soldado, filho de Macau de casta china, chamado Antônio, morador junto à Sé, e que o caso fora assim, que na noite de 3 de maio... (Carmo, 1999, p. 64)

Sem qualquer aviso prévio, o mandarim cortou as provisões de alimentos e ordenou a saída das mulheres chinesas. O caso tornou-se muito sério.

O Senado e os moradores juntaram dinheiro suficiente para oferecer 48 pães de ouro ao mandarim, depois de alinhavarem uma história mais credível, alegando que a ronda agira em legítima defesa ao ser agredida pelos ladrões a caminho da Fortaleza, tendo sido ambos castigados com o exílio para Timor. O mandarim aceitou o *saguete*, depois de os ouvir confessar os crimes, e concordou com a pena do desterro para Timor, por não terem incorrido em crime de morte.

O imperador não aceitou tão benévola sentença para quem merecia a pena máxima. Decretou que semelhantes casos fossem julgados pelas leis chinesas, mandou castigar os mandarins intervenientes no incidente, por conivência, duvidou da lealdade de Teles de Menezes, por ter exilado os matadores e castigado o denunciante com um tiro de canhão da Fortaleza. Submeteu a cidade a fortes medidas de segurança e ordenou ao vice-rei de Cantão que escrevesse uma carta ao rei de Portugal, relatando as ocorrências.

Segundo a tradução dessa carta, as autoridades sínicas afirmam que os mortos haviam sido atirados ao mar para encobrir os vestígios do crime, enquanto os documentos portugueses, do governador e do Senado, dizem estarem enterados na Fortaleza do Monte.

Uma vez mais, os documentos levantam dúvidas sobre a verdade histórica.

A cidade coletou mais dinheiro entre os moradores para oferecer novas prendas aos mandarins, a fim de voltar a ser reabastecida. Entretanto, o vice-rei de Goa, Marquês de Alorna, substituiu o governador por João Manuel de Melo.

Em consequência de tais incidentes destabilizaram-se as relações luso-chinesas. Os mandarins enviaram para Macau 14 capítulos para serem cumpridos pelos moradores, obrigando os chineses que não os aceitassem a sair da cidade no prazo de 20 dias. Como os senadores rejeitassem o 7º e o 14º, o Suintó chegou a acordo na aprovação de 12 artigos, que deveriam ser esculpidos em pedras nas línguas portuguesa e chinesa, para colocar uma no Senado e a outra na Rua do Bazar. Após novas negociações, estabeleceram que a versão chinesa ficasse no Tribunal do mandarim, em Mong-há.

Restava aos mercadores submeterem-se às leis do imperador ou partirem para outros portos do Oriente em busca de melhores condições de vida. Os que não foram autorizados a largar a cidade, como Manuel Vicente Rosa, por ser proprietário de embarcações em comércio, tiveram que sujeitar-se à nova situação. Macau entrou num período de estagnação económica e de miséria social, que perdurou mais de um século<sup>1</sup>.

#### Esculpições de Macau com os Chinsas

(Colecção de Mandarins — Mandarins sobre as pedras portuguesas na Ásia.)

Os artigos da capitulação sobre a polícia de Macau, convenções entre o Senado e os Mandarins superiores do Cantão no anno de 1719, foram mutuamente escriptos e assignados em caracteres Sinoos ou Portuguezes; aquellos foram insculpidos em pedra, e se conservam na casa do Alcaide em Moló; os da letra Portugueza registaram-se no Senado; mas no tempo do Ouvidor Antonio Pereira, por elle e quatro negociantes da cidade clandestinamente se formalizaram novos capitulos, resumidos os do Tratado de 1719, e foram gravados em uma pedra, que se conserva dentro da casa da camara. Os originaes artigos estão muito mal concebidos, nem merecem a pena de transcrever-se aqui.

Os emendados, *para ref injuria*, são na fôrma seguinte:

Artigo 1.º Que sejam lançados fora da cidade de Macau todos os chinsas jogadores, e do seu procedimento.

Art. 2.º Que as lordas dos Tanceres, e outras embarcações venham surgir de noite na praia pequena defronte da casa de Illopo.

Art. 3.º Que não vendam os Chinsas aos moços coisa alguma fadla, nem d'elles comprem o que lhes quizerem vender, por ser regularmente tudo o que venderem furtado a seus senhores.

Fazendo o contrario serão castigados, e lançados fora do alcaide.

Art. 4.º Que não andem fora do templo os Chinsas depois do quarto tonado, e apanhando-se algum, se entregará ao Procurador, e este o mandará ao Mandarim para o castigar; e nem se apague a lanternas dos Chinsas de noite, porque os que se apagam serão castigados, sendo solidado, pelo Capitão General desta cidade, e sendo paisano, que não seja obrigado ás milicias, pelo Juiz ordinario da mesma cidade.

Art. 5.º Que o que respeta ao que se ha de obrar se algum christão matar Chinsas, se assentou que se obrasse o esvillo, que se achar praticado, e que dêem os Portuguezes parte ao seu Monarcha.

Art. 6.º Que sendo devedores os Chinsas aos christãos, ou fazendo algum maleficio a estes, sejam entregues aos Mandarins, Ministros do Imperador, para os castigarem, e não os prendam nos carceres dos christãos.

Art. 7.º Que se não levantem edificios dos seus primeiros fundamentos de novo, e que se levantem somente os que com o tempo se tiverem arruinado, e fazendo-se de novo, serão lançados por terra, e serão castigados pelas justicias portuguezas.

Art. 8.º Que não comprem filloes ou filhas dos Chinsas, e se acaso se comprarem, serão castigados asperamente os compradores.

Art. 9.º Que se os noços coubitados com os Chinsas furtarem qualquer cousa, serão examinados, e castigados pelos Ministros do Imperador, e Juizes desta cidade.

Art. 10.º Que se passarem ordens apertadissimas a todos os moradores desta cidade, que não recolham em suas casas Chinsas vagabundos, e de mau procedimento; e os transgressores serão castigados com todo o rigor, e o mesmo se praticará com as mulheres, que agasalharem as Chinsas daquelle qualidade em suas casas.

Art. 11.º Que não irão os christãos á outra banda caçar, e só irão a negociar em Cantão, e os que contrariarem a determinação deste capitulo serão castigados pelas justicias portuguezas asperamente.

Art. 12.º O artigo 12.º respeita á prohibição de promulgar, e seguir a lei de Deos. O disposto nelle he hum agrado de blasfemias, e por isso mesmo em 1719 o Senado não consentiu; todavia está com outros insculpidos na casa do Mandarim.

Tal he o transumptio fiel extrahido da copia, que foi dado por hum Religioso da ordem dos Pregadores, fillo de Macau, e geralmente havido por homem de probidade, e conhecimentos litterarios.

<sup>1</sup> Carmo (1999, p.296). Documento anexo, extraído da *Colecção de Tratados e Concertos de Pazes*, Tomo VI.



## **2. Segundo período de tensão, na última década da primeira metade do século XIX, no tempo do imperador Tao Kuang**

O território mantinha-se igual a si próprio, sem mais uma casa aqui ou um acrescento acolá, para que o mandarim não mandasse demolir. As leis não permitiam que se acrescentasse uma só pedra às já existentes, por ser Macau terra da China. Mas nos últimos anos muita coisa havia mudado no quadro geopolítico do Delta do Rio das Pérolas.

O comércio do ópio atingiu níveis inconcebíveis ao longo do século XIX, por conviência dos mercadores com as autoridades sínicas, facto que levou o *tso-tang*, mandarim destacado para vigiar os moradores, a instalar casa dentro dos muros da cidade. O negócio ganhou nova dimensão na mão dos ingleses, situação que o imperador não tolerou, tendo proibido a importação desse produto, por ter uma população viciada e um exército inativo na província de Guangdong.

Desde há muito que os estrangeiros de várias nações, além da Casa da Companhia das Índias, tinham casas em Macau para residirem as famílias e os negociantes repousarem no intervalo das feiras de Cantão. Ali recebiam a ajuda dos macaenses intermediários na venda do ópio à China, que carregavam da Índia, mais precisamente o de Damão e Diu de melhor qualidade, ali pretendiam instalar-se os súbditos britânicos, vivendo na cidade para facilitar as transações a pretexto de serem aliados de Portugal.

Os mercadores de Macau tinham poucos barcos no porto, desprovidos de artilharia para aguentar um negócio de grande envergadura, estando os mares infestados de pirataria. Nem por isso os macaenses deixavam de traficar. Compravam parte da carga aos ingleses e revendiam-na aos chineses, conseguindo um lucro superior ao que teriam se fizessem a viagem à Índia, tendo em conta os custos mesmo não prevenindo os naufrágios.

Aos poucos, o Sul da China tornou-se palco de grandes transações e causa de graves conflitos. Os ingleses desobedeciam às leis sínicas e traficavam o ópio em alto mar.

O imperador Tao Kuang empreendeu uma série de medidas para acabar com o negócio do *anfião*. Entre elas, enviou para Cantão o alto comissário imperial Lin, que ao chegar mandou publicar editais para que todo o ópio lhe fosse entregue, incluindo o que estivesse carregado nos navios. Como ninguém se acusou, Lin fez queimar 20.000 caixas dessa mercadoria, incidente que viria a dar início à I Guerra do Ópio. Expulsou os ingleses da China, que se refugia-



ram em Macau, embora o governador Silveira Pinto se recusasse a proteger os que estivessem envolvidos nesse trato.

Os portugueses também foram notificados pelo mandarim da Casa Branca para entregarem todo o ópio que houvesse entre os moradores e levassem para fora da China os navios que o tivessem, sob a ameaça de encerrarem o porto à navegação e cortarem o abastecimento à cidade. O governador enviou para Manila todo o ópio que fora encontrado, enquanto editais do Senado proibiam o tráfico e o consumo, para aliviar a pressão das autoridades chinesas. A cidade voltou a entrar numa nova crise, que agravou a miséria económica e social dos moradores dependentes dessas traficâncias.

Vencedores da Guerra, os ingleses ocuparam a ilha de Hong Kong com total independência e soberania, abriram a Ilha ao comércio de todas as nações, exigiram privilégios no Tratado de Paz e passaram a controlar o porto de Cantão. A partir daí alteraram-se as tradicionais relações que a China mantinha com os potentados europeus.

Macau perdeu a exclusividade de intermediário nos negócios dos estrangeiros em Cantão, continuava sujeito às leis imperiais chinesas, limitado ao número de 25 barcos em comércio, vendo-se numa situação de inferioridade que não se ajustava à realidade.

O reino atravessava uma fase de instabilidade política desgastante, desde as invasões francesas à Revolução de 1820, agravada com as consequentes revoluções entre liberais e constitucionalistas, até ao Cabralismo. Mal podia controlar as sucessivas rebeliões, quanto mais acudir às colónias, ficando Macau em parte tão distante.

A necessidade de encontrar um homem com perfil adequado para enfrentar as discrepâncias nas relações da China com Portugal, face a outras nações que ganhavam força no Extremo Oriente, fez recair a escolha dos ministros do Reino na pessoa de João Maria Ferreira do Amaral. Este destemido e ousado liberal, já com uma carreira brilhante na defesa dos interesses do Estado, poderia responder ao desafio de manter a ordem em Macau e dignificar o nome de Portugal. Capitão-de-mar-e-guerra da confiança do governo, foi nomeado para o biênio de 1846/48, tendo ficado até 1849, por falta de substituto.

O assassinato deste governador antes de sair do território, findo o seu mandato, veio envergonhar as relações diplomáticas entre os dois países.

João Maria Ferreira do Amaral destacou-se pela autoridade que imprimiu no cargo durante os três anos de governação, conseguindo inverter os poderes de soberania.

Usou da força contra a revolta dos *faitiões*, afastou os mandarins na gerência interna do território e demarcou uma certa igualdade de tratamento entre os representantes das duas nações. Estabeleceu a Alfândega portuguesa e extinguiu as chinesas, retirou do Senado a pedra com as leis sínicas que humilhavam o governo português, alargou a posse sobre o território que pagava o foro-do-chão e ainda mandou construir na ilha da Taipa uma casa defensiva contra os ataques da pirataria, onde se passou a arvorar a bandeira portuguesa.

Aos poucos, foi tomando o poder sobre toda a cidade. Mandou romper uma estrada até às Portas do Cerco e ocupar terras em Monh-há, projeto que exigiu remover as sepulturas chinesas dispersas nesta zona fora das muralhas. Avisado do melindre da situação pelo seu ajudante de campo, o governador usou de toda a cautela na transladação das sepulturas e comparticipou nos custos aos mais necessitados. Todavia, não evitou ferir suscetibilidades em chineses mais conservadores das suas tradições.

Determinado a cumprir com todas as etapas a que se propôs como governador, Ferreira do Amaral reformou a Administração, dotou o contingente militar com melhores meios de defesa, determinou a participação de todos os homens válidos em caso de guerra, restringiu as funções dos senadores ao executivo camarário, aplicou impostos a todos os moradores, incluindo aos chineses que anteriormente pagavam às autoridades sínicas, cortou despesas e criou receitas, dignificou o cargo de governador como representante da cidade e não de um simples chefe militar.

Enfrentou uma série de dificuldades: a falta de apoio financeiro prometido pelo governo de Lisboa, vendo-se obrigado a instituir o exclusivo do jogo e da venda de carne; a adversidade da edilidade, que governara a cidade com poderes absolutos; dos militares de Goa, que iam para Macau subir de posto sem nada defenderem; dos mandarins locais, que viam nele um intruso insubmisso às leis do império; a animosidade de alguns chineses obrigados a impostos; a hostilidade dos vice-reis de Cantão, que não lhe perdoavam a arrogância de se igualar aos distintos funcionários imperiais.

As autoridades sínicas, habituadas ao servilismo dos moradores e à pouca relevância dos governantes, sempre dispostos a usarem de uma cordialidade fictícia em chás de cortesia, não aceitaram as imposições de um capitão-de-

-mar-e-guerra, igual a muitos outros que havia na China, ignorando que ele representava o poder da rainha de Portugal no desempenho das funções de governador. Ferreira do Amaral insistiu neste ponto para alcançar os seus objetivos em detrimento da soberania imperial no território, à semelhança do vice-rei de Cantão que defendia os interesses de Tao Kuang.

As incompatibilidades agravaram-se com a extinção da Hopu pequena, situada na Praia Grande, quando a província de Guangdong era já governada pelo novo vice-rei, Xu Guangjin. Ofendido com o encerramento dessa Alfândega, o Suntó passou a enviar sucessivas chapas, sendo constante a troca de correspondência entre ambos.

Mais ultrajado ficou Xu Guangjin, quando Ferreira do Amaral, que o Suntó considerava de uma “loucura contra toda a razão” (Carmo, M. H. 2014), mandou encerrar a Hopu grande, mais antiga e no centro da cidade, junto ao Bazar. O governador ordenou ainda a destruição do mastro com estandartes, símbolo do poder sínico, ouvindo-se uma voz no meio do silêncio: *Acabou Macau!*

Os moradores, habituados à mentalidade oriental, reconheciam a importância de usar maior diplomacia para continuarem em Macau. Uma chapa do Suntó terminava com este aviso:

Em uma palavra nós devemos prezar muito a paz, com razão tudo se concilia sem ela nunca se pode obrar. Não diga pois que não se lhe antecipou a tempo. (Carmo, 2017, p. 286)

Indiferente às ameaças de morte, desprezou os conselhos de Assan, um velho criado do palácio que se prostrou a seus pés para que não fizesse o seu passeio a cavalo. Ferreira do Amaral nessa tarde de 22 de agosto atreveu-se a passar para lá das Portas do Cerco. Convencido de que nenhum chinês lhe faria mal, fez o trajeto habitual acompanhado apenas pelo seu ajudante de campo. De regresso, já no Istmo, não suspeitou de um grupo de falsos mercadores que lhe solicitou atenção, sendo logo assassinado. Tudo se passou em menos de cinco minutos. No local onde se encontra hoje uma pedra gravada (Carmo, 2014, p. 328), cortaram-lhe a cabeça e o braço esquerdo que levaram pela Porta do Cerco, deixando toda a cidade de luto.



Pouco depois, começou um tiroteio fronteiriço entre as tropas portuguesas, que ocuparam o posto da guarda das Portas do Cerco, abandonado pela fuga dos guardas chineses, quando a tropa sínica fez fogo do forte de Passaleão. Os macaenses ripostaram, destacando-se Vicente Nicolau Mesquita em valentia ao tomar o forte chinês com mais 32 soldados. Foi Guerra de poucas horas, tendo Macau ganho a batalha.

Seguiu-se outra guerra, desta vez diplomática, entre a comissão governativa da cidade e o vice-rei de Cantão para que a China devolvesse os restos mortais do governador para ser sepultado condignamente. Alguns meses depois, Macau recebeu a cabeça e o braço do governador Ferreira do Amaral dentro de um balde.

Os dois incidentes referidos assinalam os períodos mais gravosos verificados nas relações de Portugal com o império da China. Mas não foram os únicos. Recorde-se o fracasso da primeira embaixada à Corte de Pequim por Tomé Pires, devido a atitudes arbitrárias dos navegadores portugueses nos Mares do Sul, e outros que se seguiram com a implementação de novos regimes políticos na República Popular da China. Ainda na segunda metade do século XX, o caso conhecido por “1, 2, 3” provocou desequilíbrios nas relações luso-chinesas, sempre recorrendo ambas as partes a negociações para se encontrar na cedência um clima de paz propício à convivência.

Contudo, a aplicação das leis sínicas à população de Macau no controlo de procedimentos e no comércio durante um século, como o assassinato do governador João Maria Ferreira do Amaral, marcaram a quebra dessa cordialidade habitual que sempre se pretendeu manter no relacionamento entre as duas nações.

## Referências bibliográficas

- Carmo, M. H. (1999). *Os Interesses dos Portugueses em Macau na primeira metade do século XVIII*. Macau: Universidade de Macau.
- Carmo, M. H. (2006). *Uma Aristocrata Portuguesa no Macau do Século XVII – Nhóna Catarina de Noronha*. Lisboa: Fundação Jorge Álvares.
- Carmo, M. H. (2012). *Mercadores do Ópio – Macau no tempo de Qianlong*. Lisboa: Editorial Tágide.
- Carmo, M. H. (2014). *Bambu Quebrado*. Lisboa: Chiado Editora.

# O CONTO DOS CHINESES DE CARDOSO PIRES: IMIGRANTES CHINESES NA LITERATURA PORTUGUESA

## 卡尔多斯•皮尔斯的《中国人的故事》：葡萄牙文学中的中国移民

**Paulo Jorge Teixeira Cavaco**

CEMRI, Universidade Aberta

**Rosa Maria Sequeira**

CEMRI, Universidade Aberta

Na linha da longa tradição de textos literários portugueses que ficionam a China e do diálogo intercultural entre Portugal e aquele país do Extremo Oriente, *O Conto dos Chineses* de José Cardoso Pires (1925-1998), publicado no ano de 1959<sup>1</sup>, aborda a presença de imigrantes chineses em Portugal continental.

Os cinco séculos de contactos luso-chineses traduziram-se, em termos de produção literária, numa multiplicidade de obras, concebidas em circunstâncias diversas, fortemente determinadas pelas vivências dos autores, e apresentando perspectivas distintas sobre a China, não obstante se privilegiar a ação das narrativas ambientada em espaços orientais, nos quais as personagens portuguesas contactam com locais. Os autores dessas produções literárias podem ser

---

<sup>1</sup> *O Conto dos Chineses* de José Cardoso Pires (1925-1998) foi publicado originalmente na revista *Almanaque*, em 1959, posteriormente integrado no livro de contos *O Burro Em Pé* (1979), contando mais recentemente com outras três publicações: uma, num volume *Fora de Série* da revista de contos *Ficções*, dedicado às ficções de comer, publicada em julho de 2002; outra, na *Antologia do Conto Português*, publicada pela Dom Quixote, com organização, prefácio e notas de João de Melo (2002); outra ainda, na coleção “Moinho de Vento” da Dom Quixote (2009), com ilustrações de Henrique Cayatte.

agrupados em quatro categorias: autores de Literatura de viagens como Fernão Mendes Pinto e Frei Gaspar da Cruz; autores portugueses estabelecidos no Oriente, sobretudo em Macau – porta de entrada dos ocidentais na China – por períodos de tempo variáveis como Camilo Pessanha, Wenceslau de Moraes ou Maria Ondina Braga; autores portugueses que escreveram sobre a China e Macau sem que, contudo, tenham tido uma experiência empírica desses espaços (Agustina Bessa-Luís e Eça de Queirós, por exemplo); e autores de literatura luso-macaense ou literatura macaense em português como Henrique de Senna Fernandes e Deolinda da Conceição.

A tematização da imigração neste conto é significativa, dando visibilidade a personagens imigrantes. Ao invés da situação atual na qual “o Portugal do século XXI é um país em trânsito constante, de chegada e de partida, migrante, emigrante e imigrante” (Sarmento, 2011: 9), este conto propiciou ao leitor português dos finais dos anos 1950 a reflexão acerca do Outro, numa época em que Portugal não tinha uma política de abertura ao mundo e, ao invés da emigração, a imigração era um fenómeno com pouca expressão na sociedade portuguesa.

Ao contrário da já significativa presença de personagens imigrantes na literatura portuguesa mais recente, oriundas do Leste europeu, do Brasil, da África lusófona e mesmo do Médio Oriente, como ocorre em *Myra* (2008) de Maria Velho da Costa, *Apocalipse dos Trabalhadores* (2008) de Valter Hugo Mãe, *O Vento Assobiando nas Gruas* (2002) e *A Noite das Mulheres Cantoras* (2011) de Lúcia Jorge, *A Sopa* (2004) de Filomena Marona Beja, e *Dentro de Ti Ver o Mar* (2012) de Inês Pedrosa, o imigrante chinês ainda não teve até ao momento uma presença na literatura portuguesa com relevância diegética significativa, não obstante a sua presença pontual e secundária em obras como *Hotel Memória* (2007) de João Tordo. Também no âmbito da literatura infantojuvenil, em diversos contos de *Desejos de Natal* (2007) de Luísa Ducla Soares e em *A Coleção* (2007) de Margarida Botelho, personagens imigrantes chinesas, em particular crianças, assumem protagonismo na narrativa.

Uma das linhas textuais baseia-se na interação entre as personagens migrantes e as locais. A análise desse relacionamento interpessoal tem por base as premissas subjacentes à noção de diálogo intercultural, procurando-se assim também constatar se o texto contístico de Cardoso Pires em estudo o promove. Partir-se-á da definição de diálogo intercultural proposta no *Livro Branco sobre o Diálogo Intercultural: Viver Juntos em Igual Dignidade*, lançado

pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros do Conselho da Europa por ocasião da sua 118.<sup>a</sup> reunião ministerial, em sete de maio de 2008, em Estrasburgo:

o diálogo intercultural designa um processo de troca de ideias aberto e respeitador entre indivíduos e grupos com origens e tradições étnicas, culturais, religiosas e linguísticas diferentes, num espírito de compreensão e de respeito mútuos. A liberdade e a capacidade de expressão, assim como a vontade e a capacidade de ouvir o que os outros têm a dizer, são elementos indispensáveis do diálogo intercultural. (2008, p. 21)

Este conto narra o encontro, à hora do almoço, de um guarda de obras português com dois imigrantes chineses, dedicados ao comércio ambulante, quando estes, dirigindo-se para Linda-a-Pastora a fim de participarem na feira de São João, procuravam comprar comida. O encontro tem lugar no estaleiro de construção civil, onde o português trabalhava, situado nos arredores de um centro urbano, num domingo, dia de São João.

O relato é assegurado por um narrador heterodiegético que estrutura a sua narração seguindo os acontecimentos pelo olhar do guarda, pelo que o Outro corresponde exclusivamente aos chineses. O guarda vê os forasteiros chegar junto de si e, após conviver com eles durante um curto período de tempo, vê-os abalar.

A aproximação dos dois “visitantes”, como o narrador passará a designar os chineses a partir de certo momento da narrativa, é captada por este olhar que converte as “duas sombras”, que vê ao longe, em “dois estranhos”, quando já estão suficientemente perto para concluir que não são conhecidos, acabando por identificá-los como “dois chineses”, meramente pelo aspeto físico.

A distinção entre os dois imigrantes chineses é assegurada apenas pela referência a um detalhe fisionómico, com contornos discriminatórios – “Um tinha focinho de rato [...] o outro tinha dentes de ouro” (2003, p. 26)<sup>2</sup> –, pelo que passam a ser designados respetivamente como o de Focinho de rato e o de Dentes de ouro, este também por Sorriso Dourado e Boca Dourada. Sendo a individualização destas personagens reduzida ao mínimo necessário para as distinguir, a sua singularização é preterida em favor da pertença ao grupo homogéneo que integram, pelo que os aspetos exteriores são valorizados em

---

<sup>2</sup> As citações do conto são extraídas da edição de 2003 de *O Burro-em-pé*, publicada pelo Círculo de Leitores.



detrimento das qualidades humanas, sustentando os traços exteriores a conceção de um todo uniforme, enquanto as qualidades humanas reportariam para traços individualizadores. Assim, na conceção destas personagens como pertencentes a um grupo uniforme projeta-se o efeito de homogeneização. Deste modo, estes são rotulados como diferentes e integrados na categoria do Outro que se distingue do Eu.

É sob o signo desta divisão que se alicerçará o encontro das personagens: de um lado, o Eu, na pessoa do guarda, o português que, como as filhas, está familiarizado com a realidade envolvente, ainda que não seja originário dali, ao passo que o Outro corresponde aos forasteiros estrangeiros, oriundos de outro espaço e de outra cultura, desconhecidos dos locais e desconhecedores do lugar. O uso dos termos estranhos e visitantes, por parte do narrador, para nomear os chineses, evidencia a exclusão destes do universo do Eu.

Mas as personagens portuguesas também são desprovidas de nomes próprios e a sua nomeação faz-se por meio de identificações de carácter genérico – o guarda é identificado como “um homem”, “esse homem” e “o guarda” (2003, p. 25), as suas filhas como “a mais velha e a mais nova” (2003, p. 25), convertendo assim as personagens em representantes da categoria em que foram incorporados.

O investigador de psicologia social, Scott Plous, considera que “o grupo ao qual uma pessoa pertence”, por ele designado grupo interno, produz um efeito de homogeneização relativamente aos indivíduos de um grupo externo:

Investigações sobre o efeito de homogeneização do grupo externo revelaram que, quando se trata de atitudes, valores, traços de personalidade e outras características, as pessoas tendem a ver os membros do grupo externo como mais idênticos que os membros do grupo interno. Como resultado, os membros do grupo externo têm o risco de ser vistos como intercambiáveis ou disponíveis, e têm mais probabilidades de serem estereotipados. (Plous, 2003)

Este efeito reflete-se na representação do Outro, como evidencia Carla Sarmento:

As representações generalizadas e infundadas de um qualquer ‘outro’, sustentadas num conhecimento superficial, redundam facilmente em estereótipos, positivos ou negativos, que exercem um grande poder sobre as práticas

e experiências concretas dos indivíduos, quando confrontados com esse ‘outro’ ou quando identificados como ‘outro’, respetivamente. (2011, p. 13)

O encontro destas personagens é protagonizado por sujeitos desprovidos de poder que vivem na margem da sociedade e que, nas palavras de Gayatri Spivak, são designados por subalternos. Apesar de o guarda se apresentar com uma indumentária que sugere o espaço citadino – “vestia de lavado, gravata e relógio com fita de nastro” (2003, p. 25) –, aspeto reforçado pela própria apresentação das filhas – “as crianças brincavam muito compostas, laço no cabelo, meias esticadas” (2003, p. 25) –, trata-se de um migrante, pessoa sem formação, que trocou o campo pela cidade, trabalhando nos estaleiros de construção civil que edificam o espaço urbano, estando, contudo, dele parcialmente excluído. O guarda tem de trabalhar quando os outros usufruem do domingo e continua a ter hábitos e gostos que remetem para vivências campesinas, indício da não adaptação ao novo espaço, que o modo de comer pausado denuncia: “comia lentamente, sem gosto” (2003, p. 26).

Os chineses, por seu turno, são duplamente excluídos, tanto da sociedade de origem como da de acolhimento. Daquela terão saído para tentar melhor sorte noutras paragens. Nesta sobrevivem graças a uma vida dura e repleta de sacrifícios.

Não obstante serem personagens arredadas dos círculos de poder, o contacto que temporariamente estabelecem rege-se por relações e “jogos de poder”, nas palavras de Michel Foucault, momentaneamente formados, dos quais emergem traços configuradores dos respetivos imagotipos.

No primeiro contacto, as relações de poder pautam-se pelo desequilíbrio em virtude da desigualdade entre as personagens, nomeadamente desigualdade de saber e de posses, pois o guarda conhece o espaço em que se movimenta, detém a informação que os forasteiros procuram e possui a comida desejada por estes, ao passo que os imigrantes são forasteiros, estão num espaço desconhecido, desprovidos de comida e da informação acerca de como obtê-la. Mas ao longo da narrativa constata-se um reequilíbrio de poderes, decorrente do saber que os orientais trazem para o encontro. Michel Foucault afirma, a propósito da relação entre poder e saber, que “o poder produz saber [...], não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (1987, p. 30).

A supremacia inicial do guarda é assim reequilibrada pelos chineses não só por pagarem o meio pão que aquele lhes vendeu e retribuírem a oferta do vinho e da sopa com o brinde de dois lápis para as filhas dele como também por serem detentores de saber sobre o mundo que o guarda desconhece. Ao contrário deste, que apenas conhece a realidade envolvente, os imigrantes conhecem duas realidades: a portuguesa e a da China. Eles são conhecedores, por exemplo, do sistema de escrita chinesa que desvendam ao guarda, enquanto este desconhece tanto o sistema de escrita da sua língua materna como do chinês. Assim, ao contrário do saber do guarda, baseado na realidade local, os chineses detêm um saber mais vasto sobre o mundo. Os orientais procuram assegurar as semelhanças entre as duas realidades, enquanto o guarda, que apenas conhece a realidade portuguesa, questiona as semelhanças entre as duas, levantando dúvidas.

O conhecimento relativamente ao Outro, sobretudo por parte do guarda em relação aos forasteiros, desempenha um papel relevante no modo como ocorre a aproximação do Eu ao Outro, visível, por exemplo, no modo como o guarda questiona os chineses acerca da realidade oriental, resumindo-se a sua abordagem a ver confirmadas, ou não, as informações acerca daquele país oriental. Não obstante o conhecimento superficial do guarda sobre a realidade chinesa, ele está “mordido de curiosidade” (2003, p. 31) em relação aos visitantes e esta curiosidade fomenta a sua aproximação ao Outro.

Tratando-se do encontro entre pessoas desconhecidas, mas interessadas em estabelecer contacto por razões distintas – necessidade para os chineses, curiosidade e hospitalidade para o guarda –, elas adotam estratégias de aproximação, por forma a manterem o equilíbrio na sua interação. Da parte do guarda, a estratégia de aproximação passa por gestos como o fornecimento das informações solicitadas, a cedência do pão, o convite para se acomodarem no seu espaço, a oferta da merenda e mesmo o aquecimento prévio da sopa antes de a obsequiar aos forasteiros.

Por seu turno, os chineses recorrem às seguintes estratégias: o uso do qualificativo “bonita”, por parte de um deles, para elogiar as raparigas, o pagamento do meio pão que o guarda lhes cedeu, a oferta de figos e a entrega de dois lápis para as suas filhas.

Se a adoção destas estratégias de boa convivência asseguram uma relação cordial entre as partes, o encontro foi, contudo, antecedido, por parte do guarda, momentos antes dos forasteiros lhe dirigirem a palavra, pela formulação para

si próprio de uma série de dúvidas acerca dos orientais, reveladora da pouca familiaridade com os chineses e da valorização de pormenores irrelevantes – a admiração pelo facto de os recém-chegados serem chineses e o espanto por corpos tão franzinos suarem –, para as quais procura sozinho resposta, numa atitude resignada de mera constatação e aceitação dos factos: “andavam por cá” e “Mas era assim, suavam” (2003, p. 26).

Embora o narrador afirme que “antigamente havia-os [os chineses] por todo o lado, mas hoje é curioso que se encontram muito raramente e cada vez menos”<sup>3</sup> (2003, p. 26), o guarda mostra um profundo desconhecimento a respeito dos orientais, revelador de que não tinha até ao momento contactado com chineses. Daí, a sua visão distorcida, sustentada quer em impressões genéricas, em ideias feitas e preconceituosas, quer em conhecimentos superficiais baseados no senso comum, sugerindo-se que o desconhecimento propicia a desconfiança e as dúvidas a respeito do Outro.

Ao longo da história, os estereótipos sobre a China e os chineses estão presentes em afirmações como as seguintes: “já não existe por lá a muralha dos mandarins de ouro” (2003, p. 26), “os Chineses não são muito amigos de pão. De arroz, arroz sim, e com dois pauzinhos” (2003, p. 27), “e não devemos esquecer de que a idade dos Chineses engana muito” (2003, p. 28), “imaginando a imensa muralha de mandarins, hoje destruída por guerras de milhares de anos. Viu ainda dragões, cobras de fogo” (2003, p. 29), “sempre era verdade que havia mandarins com as tais unhas compridas que se viam nas gravuras?” (2003, p. 29), “parece que vossemecês comem ratos” (2003, p. 30), “Ele sempre é verdade que na China se comem ratos?” (2003, p. 30) e “cobertos de um brilho de ouro, vestidos com cabaia de dragões como os mágicos do circo” (2003, p. 32).

O narrador refere-se aos chineses como “visitantes”, como já anteriormente sublinhámos, pois os comerciantes ambulantes orientais têm um encontro

<sup>3</sup> No estudo *Imagens e Estereótipos da Sociedade Portuguesa sobre a Comunidade Chinesa: Interação Multissecular via Macau*, Ana Matias refere uma vaga de imigrantes chineses, chegada a Portugal nos anos 20 do século passado: “A China dos anos 50 tinha uma sociedade social estagnada e complexa, de onde uma 1ª geração de chineses chegou a Portugal a vender gravatas em caixas rudimentares que serviam de mostruário na venda das mesmas. A maior parte dos cidadãos chineses, fugidos às más condições de vida do seu país, e tendo um grau de escolaridade baixo (muitos não sabiam ler ou então tinham as primeiras letras) e não tinham intenções cívicas ou políticas. Por isso, a sua intenção logo que conseguissem o dinheiro suficiente, era voltar para o seu país e para perto dos seus antepassados” (2010, p. 63).

temporalmente limitado com o guarda no barracão e a sua estada em Portugal é, na ótica do guarda, temporária. Sobressai assim o carácter transitório da presença dos chineses no espaço português, o que vinca a existência precária do migrante, facto em conformidade com a definição que Gilles Deleuze e Felix Guattari apresentam do migrante: “o migrante vai principalmente de um ponto a outro, ainda que este outro ponto seja incerto, imprevisto ou mal localizado” (1997, p. 51).

Apesar de percecionar os chineses com estranheza, a presença deles não deixa o guarda indiferente que ora elabora conjeturas acerca das suas vidas em Portugal – andariam a poupar dinheiro para a viagem de retorno à terra natal, cenário em consonância com a sua ideia de que Portugal não era um bom país para residir, razão pela qual os demais imigrantes chineses já teriam abandonado o país –, ora é sensível às suas condições de vida, salientando as dificuldades vividas: seres com fraca robustez física – “duas criaturas [...] sugadas, duas almas sem pingo de gordura” (2003, p. 26) –, obrigados a transportar malas pesadas durante um extenso trajeto, sob um grande calor, que apenas se refrescam com os chapéus que levam na mão, sendo a sua situação agravada pela fraca alimentação.

O domínio da língua do país de acolhimento e a capacidade de comunicar é outro dos aspetos que condiciona a vida quotidiana dos imigrantes. Não obstante as competências linguísticas limitadas ao nível do português, os chineses conseguem manter a comunicação com os nativos, embora, por vezes, com quebras, como ocorre com a alusão irónica do guarda sobre as cabras que os imigrantes apenas num segundo momento entendem. O narrador salienta igualmente limitações ao nível da pronúncia – um dos chineses diz “manine” em vez de “meninas” –, assim como ao nível da morfossintaxe – erros de concordância na formação do plural e a concordância entre o nome e o adjetivo como em “Menina bonita”.

Se os traços físicos e os poucos conhecimentos superficiais veiculados sobre os chineses consolidam o preconceito e o estereótipo e, portanto, sublinham a distinção do Outro relativamente ao Eu, o perfil dos orientais como organizados, metódicos, esforçados e eticamente corretos, isto é, traços individualizadores resultantes da personalidade, favorecem um imagotipo positivo.

A visão homogénea e estereotipada inicial dos chineses evolui posteriormente, embora não seja inteiramente erradicada, através do diálogo que o contacto direto proporcionou, para o esbatimento dessa visão, procurando-

-se vislumbrar nas personagens algum traço singularizador que as resgate do grupo homogêneo em que foram integradas.

O heteroimagotipo dos chineses revela-se positivo, pois é sustentado pelos sacrifícios que eles fazem e pelos esforços que realizam para superar os obstáculos que enfrentam. Dir-se-á que este imagotipo evolui de seres enigmáticos e conotados com elementos depreciativos para um imagotipo mais favorável, em virtude de o conhecimento superficial do guarda, baseado nas certezas aparentes, sustentadas por fontes anónimas, ter dado lugar a um conhecimento alicerçado no contacto direto com o Outro, isto é, resultante do diálogo estabelecido. A explicitação de crenças sobre a China, por parte do guarda, alicerça-se no anonimato da voz coletiva do povo, embora, por vezes, a personagem queira fazer crer que se trata de fonte fidedigna, conforme se pode constatar por expressões como “Segundo consta” (2003, p. 26), “de que tanto se falava” (2003, p. 26), “O guarda lembrou-se” (2003, p. 27), “Pelo menos é o que se ouve dizer deles” (2003, p. 27), “parece que” (2003, p. 30) e “Pois garantiram-me que sim” (2003, p. 30).

Marcado pelo preconceito face aos orientais e acentuado pelos respetivos estereótipos, o diálogo entre o guarda de obras português e os dois imigrantes chineses decorre num ambiente de tolerância, de respeito mútuo e abertura ao Outro, favorecedor da aproximação entre eles, concluindo o narrador que as diferenças entre ocidentais e orientais não são significativas – “Como nós” [...] tal e qual como nós. No comer e em tudo” (2003, p. 32) –, isto é, essas diferenças revelam-se superficiais, uma vez que, enquanto seres humanos, todos são semelhantes, não obstante a diversidade. Tomé e Bastos consideram que este conto é “um exemplo do possível e desejável diálogo entre culturas” (2013, p. 21) e é “a apologia do enriquecimento humano pelo confronto com a diversidade cultural” (2013, p. 22).

A reflexão em torno do Outro oriental potencia a abordagem da história em termos pedagógicos, uma abordagem de natureza intercultural, fomentadora da educação intercultural, onde se desconstroem preconceitos e estereótipos, valorizando-se a postura tolerante e recetiva face ao Outro e, deste modo, contribuindo para o aprofundamento do diálogo intercultural com a China, que encontra na literatura um espaço privilegiado.

No quadro da promoção do diálogo intercultural, a atitude do guarda, por um lado, e das filhas, por outro, espelham as duas posições possíveis, mas antagónicas, em relação aos visitantes chineses: a vontade de aproximação ou

a resistência em dar o passo em frente. Ao contrário do guarda, que procura o encontro, permitindo a aproximação dos forasteiros, as suas filhas – crianças ainda – mantiveram-se sempre afastadas dos visitantes, apesar da curiosidade que tiveram quando viram o pai conviver com os chineses, preferindo, contudo, evitar o encontro. Quando os chineses retomam a sua caminhada e se afastam do barracão, as filhas assumem um gesto de hostilidade ao cantar “Oh, oh, o maluco do chinês ... oh, oh, o maluco do chinês ...” (2003, p. 32) que evidencia uma imagem negativa e depreciativa, não fundamentada, relativamente àquele povo, mais uma vez propiciadora da persistência do estereótipo e fomentadora do desencontro. Dir-se-á que, ao invés do pai, as filhas deixam passar a oportunidade de se aproximar do Outro, persistindo antes nas ideias feitas e preconceituosas.

Também o sonho relatado no último parágrafo – “À sesta, deitado no fundo do telheiro, recordava ainda os chineses que o tinham visitado e, sem saber porquê, via-os cobertos de um brilho de ouro, vestidos com cabaias de dragões como os mágicos do circo” (2003, p. 32) – denota a persistência do estereótipo que não conseguiu ser completamente suplantado não obstante o contacto tido, denunciando-se que os preconceitos estão enraizados e são difíceis de ultrapassar, exigindo um trabalho aprofundado e permanente que é do âmbito da educação intercultural.

Retomando a definição de diálogo intercultural, apresentada no *Livro Branco sobre o Diálogo Intercultural*, o encontro destas personagens propiciou a troca de ideias de modo aberto e respeitador, “num espírito de compreensão e de respeito mútuo” (2008, p. 21), demonstrando os interlocutores liberdade, capacidade de expressão, vontade e capacidade de ouvir.

## Referências bibliográficas

- Deleuze, G., Guattari, F. (1997). *Mil Platôs*. São Paulo: Editora 34.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Conselho da Europa (2008). *Livro Branco sobre o Diálogo Intercultural: Viver Juntos em Igual Dignidade*. Estrasburgo: Conselho da Europa.
- Matias, A. (2010). *Imagens e Estereótipos da Sociedade Portuguesa sobre a Comunidade Chinesa: Interação Multissecurar via Macau*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Pires, J. C. (2003). O Conto dos Chineses. In *O Burro-em-pé* (pp. 23-32). Mem Martins: Círculo de Leitores.
- Plous, S. (2003). La Psicología del Prejuicio: Un resumen. In *Social Psychology Network*, 2002-2006 <http://www.understandingprejudice.org/apa/spanish/> (Tradução de

- The Psychology of Prejudice: An Overview. In S. Plous (Ed.) (2003). *Understanding Prejudice and Discrimination* (pp. 3-4.). New York: McGraw-Hill.
- Sarmento, C. (Coord.) (2011). *Diálogos Interculturais: Os novos rumos da viagem*. Porto: Vida Económica.
- Sarmento, C. (Coord.) (2013). *Comunicação, Representações e Práticas: Uma Perspetiva Global*. São Mamede Infesta: Centro de Estudos Interculturais / Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.
- Tomé, M. C. & Bastos, G. (2013). Cruzar Olhares para ver o Mundo: A Literatura Infanto-Juvenil e a Comunicação Intercultural. In C. Sarmento (Coord.), *Comunicação, Representações e Práticas: Uma Perspetiva Global* (pp. 3-48). São Mamede Infesta: Centro de Estudos Interculturais / Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.





# CORES E FRAGRÂNCIAS DO ORIENTE: *AS HISTÓRIAS DE MACAU* DE ALTINO DO TOJAL

## 东方的色彩与芬芳：阿尔迪诺·德·托加尔的 《澳门故事》

**Maria do Carmo Cardoso Mendes**

Universidade do Minho

1. As afirmações de Agustina Bessa-Luís em *A Quinta-Essência* a propósito de Macau e do Oriente – “um mundo para desvendar, tão profundo e avassalador que deixava muito atrás a história da Europa” – revelam um interesse indelével da escritora portuguesa, partilhado por outros ficcionistas contemporâneos, por espaços que ocupam um lugar privilegiado no imaginário cultural português.

Na literatura portuguesa contemporânea, escritores como Eugénio de Andrade, Maria Ondina Braga, José Jorge Letria, João Aguiar e Altino do Tojal revelam esse fascínio.

Neste ensaio, centrado nas quarenta narrativas que integram a obra de Altino do Tojal, *Histórias de Macau* (1987), procuro: 1) Reconstruir a viagem do narrador de Lisboa a Macau e o modo como ela é uma reinvenção do passado e um desafio de construção do futuro; 2) Identificar a dimensão multicultural destas narrativas de viagens e a forma como elas desconstróem estereótipos culturais; 3) Explicitar em que medida a obra de Altino do Tojal representa, no contexto da literatura portuguesa contemporânea, um relevante contributo para o entendimento dos diálogos interculturais Portugal-China.

Nascido em Braga, em 1939, Altino do Tojal tem uma vasta obra literária que contempla contos, novelas e romances. A narrativa de viagens marca um lugar relevante na produção do escritor e jornalista, quer em *Histórias de Macau* – resultantes de uma viagem ao Oriente –, quer em *Ruínas e Gente* – uma viagem pela cultura mediterrânica, com destaque para o Egito e a Grécia.

2. Identifiquei *Histórias de Macau* como narrativas de viagens. Ora a noção de viagem supõe forçosamente um confronto com o Outro, ou seja, com o princípio de alteridade. Como sustenta Carl Thompson (2011, p. 9), “all travel requires uses to negotiate a complex and sometimes unsettling interplay between alterity and identity, difference and similarity”.

Com efeito, as narrativas de viagens desvendam, no confronto com o espaço estrangeiro, “um princípio fundador: não há alteridade sem uma qualquer forma de identidade que propicie, simultaneamente, a distância e a aproximação” (Machado, 2011, p. 83).

Esta “negociação” entre alteridade e identidade mostra-se complexa nos contos de Altino do Tojal, porquanto as personagens que desfilam ao longo das quarenta narrativas se revelam pouco disponíveis para uma reconfiguração das suas próprias identidades e, ao mesmo tempo, firmemente fixadas na confirmação de imagens e pré-juízos que transportam na sua bagagem cultural. Dito de outro modo, as personagens de *Histórias de Macau* exibem dois comportamentos típicos do turista: o desejo de colecionarem fotografias dos lugares que um qualquer roteiro turístico contempla e a fixação em estereótipos. Quer isto dizer que os pressupostos de uma viagem, tal como os entende, por exemplo, uma escritora como Agustina Bessa-Luís, estão ausentes nas *Histórias de Macau*. Esses pressupostos são, retomando as palavras de Agustina na narrativa de viagens *Embaixada a Calígula*, a disponibilidade para a surpresa e a busca daquilo que não é contemplado num típico roteiro turístico:

A viagem, com o seu mistério e a sua intimação à consciência, com as suas aletrias que nascem inexplicavelmente dum golpe de vento na poeira sobre uma ponte, duma sensação de vida isolada e profunda quando atravessamos uma terra estrangeira – ah, essa viagem poucos a podem experimentar. (Bessa-Luís, 2009, p. 12)

Nas *Histórias de Macau*, julgo que é incontornável a referência à presença quase obsessiva de estereótipos. O estereótipo apresenta-se, na visão de Daniel-Henri Pageaux (2004, pp. 140-141),

[...] não como um ‘signo’ (como uma possível representação de significações), mas como um ‘sinal’ que remete automaticamente para uma única interpretação possível. O estereótipo é o índice de uma comunicação unívoca, de uma cultura em vias de bloqueio [...]. O estereótipo é o figurável monomorfo e monossémico [...]. O estereótipo coloca, de forma implícita, uma constante hierárquica, uma verdadeira dicotomia do mundo e das culturas.

Perpetuar lugares-comuns sobre Macau constitui, nos contos de Altino do Tojal, uma forma de, ao mesmo tempo, sustentar uma hierarquia de culturas e construir uma visão monossémica do território estrangeiro. São muitos os exemplos de estereótipos, derivando com frequência para um efeito pernicioso – a caricatura – redutor e pouco aberto ao conceito de alteridade. Tal acontece no início da viagem que leva o narrador de táxi até ao aeroporto de Lisboa. O taxista, que fizera o serviço militar em Macau, muitos anos antes, recorda “uns barquitos” onde “aquela gente faz muita vida” e “onde se vende de tudo” (Tojal, 1998, p. 7).

O narrador, por seu turno, não encontra uma explicação racional para uma inesperada viagem a Macau, realizada em 1974. Ela corresponde a um sonho ocasional e à constatação de que não pretendia senão “arrastar para outas paragens o meu gélido desencanto, este crescente fastio de viver” (Tojal, 1998, p. 8). A escolha de Macau é, assim, totalmente aleatória e privada de quaisquer expectativas.

As primeiras impressões são de natureza sensorial. Macau é percecionada por “um cheiro exótico, um cheiro adocicado e amolecedor, unânime e persistente, como os que se respiram nas lojas dos ervanários. É o cheiro do Oriente” (Tojal, 1998, p. 19). Os primeiros contactos com habitantes de Macau são um prolongamento da vivência de um ocidental: o narrador conhece um português fabricante de dragões, esforçado em reforçar impressões asfixiantes e que representam negativamente a cultura oriental. Alberto Kuan oferece-lhe uma imagem diabólica das mulheres macaenses: “– Fuja das mulheres de Macau! São o demónio! [...]. Destroem os homens do Ocidente, trincam-lhes o coração, pedacinho a pedacinho. Trincaram o meu, hão-de trincar o seu, se não fugir delas” (Tojal, 1998, p. 21). Ao retrato da capacidade da mulher oriental para

seduzir e destruir qualquer homem junta ainda o de todos os asiáticos, astutos e fascinados pela vida alheia:

Oh, como esta gente é astuta e subtil! Dominará o mundo! O insecto há-de sobreviver ao homem neste violento planeta, mas o homem asiático será, estou certo disso, o último a extinguir-se (Tojal, 1998, p. 23)

Comparada com estes asiáticos, a Mafia siciliana é um grupo de meninos do coro. Sangue português e chinês não liga bem e parece que só o pior de cada raça aproveita a formação do mestiço macaense. Como são cruéis! Unidos, astutos, rancorosos... (Tojal, 1998, p. 25)

A atitude do narrador pauta-se muito mais pelo desejo de conviver com portugueses que habitam em Macau. Uma das suas preocupações prioritárias é a admissão no Clube Militar, não só para “comer a preço razoável”, mas também para “poder falar com portugueses” (Tojal, 1998, p. 29). Esses contactos regulares e aqueles que acontecem casualmente no espaço público reforçam a construção de estereótipos – sobre a paixão pelo jogo e sobre o sistema de escrita – que leva uma turista portuguesa a dizer: “não sei como esta gente entende semelhantes gatafunhos” (Tojal, 1998, p. 39) – e a representação de imagens muito negativas, igualmente no olhar dessa turista portuguesa, que acabam por se transformar em afirmações xenófobas:

Não sabem o que é o vinho, coitados. Só acho graça ao costume de comerem com pauzinhos. Não sei como conseguem. [...] Esta gente horrível não devia existir. São piores que os pretos da África. [...] Gostava de ter conhecido esse Fernão Mendes Pinto. Trouxe a religião a esta gente herege. (Tojal, 1998, pp. 40, 45 e 47)

Se tais retratos tendem à depreciação do humano, parece não restar ao narrador senão uma atenção que se desloca para as fragrâncias e as cores do lugar. As impressões sensoriais tornam-se, por vezes, muito mais significativas do que as representações do Outro, numa espécie de compensação que a paisagem física oferece e que não tem equivalente humano.

O diálogo, dificultado ou mesmo impossibilitado por obstáculos linguísticos, acaba por conduzir o narrador a um estatuto de observador curioso e atento à vida de Macau, não perdendo, todavia, qualquer oportunidade de conviver com os portugueses aí residentes. Cada um desses momentos é marcado pela

reiteração de imagens estereotipadas e preconceituosas. Assim, a comemoração do S. Martinho na ilha de Coloane junta cerca de vinte portugueses, entre os quais se encontra o narrador, torna-se pretexto para um desfile de imagens estereotipadas de Macau, caracterizado, por um inspetor da Polícia Judiciária Portuguesa, como um lugar de “imigração clandestina, droga, assaltos, prostituições, massacres: Os marginais das sociedades secretas do crime raramente utilizam armas de fogo [...]. Em Macau mata-se à facada. E com a faca, acreditem, os chineses fazem do assassinato uma verdadeira arte” (Tojal, 1998, p. 181).

Significativamente, muitos dos protagonistas das *Histórias de Macau* são portugueses emigrados para o Oriente: missionários, soldados, alfaiates. Todos surgem afetados pela permanente nostalgia da pátria e por um sentimento obsidiante de saudade.

O narrador, por sua vez, vai paulatinamente fixando a sua atenção nos lugares mais relevantes: a Porta do Cerco, a gruta de Camões, a famosa Praia Grande, os bazares e os bairros. A desumanização dos habitantes de Macau caminha a par e passo com o progressivo interesse pelo espaço.

3. Se, como afirma Álvaro Manuel Machado (2003, p. 112), “O estereótipo distingue o Eu do Outro e constitui uma forma massificada de comunicação, uma expressão cultural simplista, fomentando mitos culturais”, as viagens de diversas personagens de *Histórias de Macau* correspondem a esta expressão cultural simplista, com frequência associada a uma atitude eurocêntrica. Isso fica a dever-se em grande medida ao facto de as personagens assumirem essencialmente comportamentos de turistas e não os de viajantes. Se os primeiros são habitualmente incapazes de se dissociarem dos valores que transportam consigo, os segundos vão em busca de uma reconfiguração da sua própria identidade e manifestam uma total disponibilidade emocional para a Outro.

Este eurocentrismo civilizacional que define a maioria das personagens de *Histórias de Macau* não poderá deixar de nos recordar as “Notas de Viagem” produzidas por Eça de Queirós aquando da jornada que realizou entre outubro e dezembro de 1869 para presenciar a cerimónia de inauguração do canal de Suez. Na cidade do Cairo, Eça refugia-se num britânico hotel onde se leem publicações ocidentais: o *Times* e o *Figaro*. Ou seja, abriga-se num mundo que qualifica como “nosso mundo europeu, civilizado, sábio, filosófico, egoísta e rico” (Queirós, 1966, p. 703), imune a uma capital onde vê “Miséria, podridão e fome” (Queirós, 1966, p. 719). Ainda que não oculte o seu fascínio

pelo exotismo oriental, Eça jamais abandona a atitude eurocêntrica que, um século depois, vemos representada nas personagens de *Histórias de Macau*. Todavia, nos textos contemporâneos a atitude do narrador sofre uma evolução, não tão determinante, é certo, quanto a que marca o protagonista do romance de Agustina Bessa-Luís *A Quinta- Essência*, mas ainda assim fundamental para a desvinculação dos comportamentos que definem as suas personagens: a fixação em estereótipos e a representação do Outro apoiada em padrões do Eu – eurocêntricos, portanto.

Não obstante esta visão com frequência redutora, as quarenta narrativas de Altino do Tojal permitem ao leitor a realização de uma viagem pela História de Macau, pelo papel relevante que aí tiveram missionários, viajantes, negociantes e exilados da pátria. O narrador, “estrangeiro” durante uma parte muito significativa dos contos, acaba por encarar o lugar estranho como “doméstico”, substituindo lentamente comparações culturais e civilizacionais dominadas por juízos de valor eurocêntricos por imagens que correspondem muito mais ao trajeto de um viajante do que ao de um turista.

O progressivo adentramento na identidade de Macau permite ao narrador reconhecê-lo como lugar multiétnico e multicultural. Se, desde a sua formação, Macau é um espaço que suscitou a imaginação literária, as *Histórias de Macau* de Altino do Tojal ocupam um lugar de destaque na revisitação contemporânea do último reduto territorial português no Oriente.

## Referências bibliográficas

- Bessa-Luís, A. (1999). *A Quinta-Essência*. Lisboa: Guimarães Editores.  
Bessa-Luís, A. (2009). *Embaixada a Calígula*. Lisboa: Guimarães Editores.  
Machado, Á. M. (2003). *Do Ocidente ao Oriente*. Lisboa: Editorial Presença.  
Machado, Á. M. (2011). Estudos Culturais e Literatura Comparada: o primado da literatura. *Diacrítica*, 25 (3), 81-102.  
Pageaux, D.-H. (2004). Da imagética cultural ao imaginário. In P. Brunel & Y. Chevrel (Org.), *Compêndio de Literatura Comparada* (pp. 133-166). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.  
Queirós, E. (1966). *Obras Completas*. Porto: Lello & Irmão Editores.  
Thompson, C. (2011). *Travel Writing*. London & New York: Routledge.  
Tojal, A. (1998). *Histórias de Macau*. Porto: Campo das Letras.

# O PROBLEMA DA IDENTIDADE HUMANA EM MACAU OU A EXPERIÊNCIA DE UMA EXISTÊNCIA QUÂNTICA

## 澳门人群特征问题暨量化存在之经验

**Paulo José Miranda**

Escritor

Recentemente numa entrevista dada ao jornal *Hoje Macau*, o artista plástico José Drummond dizia que uma das coisas que muito influenciava o seu trabalho era a noção de isolamento, e que essa é também uma condição dos ocidentais que estão na China. Embora possa não se sentir tanto em Macau, porque a comunidade portuguesa é, ainda assim, bastante grande e vai se entreajudando, esbatendo de algum modo essa sensação, mas quando se vai para dentro da China existe um isolamento maior, com a sua carga de solidão e com a questão do sentido da existência. Há um problema de existência, na medida em que não se sabe de onde se é e de se começar a perder as raízes por se querer fazer parte de qualquer coisa. A jornalista Isabel Castro pergunta-lhe então, de modo mais preciso: “Sente isso? Veio para Macau há já muitos anos. Começa a sentir as raízes distantes e, ao mesmo tempo, que não pertence aqui?” Ao que José Drummond responderá: “Sinto essa batalha quase diariamente, com a agravante de ter feito a parte mais importante da minha educação em inglês, e de ler e escrever muito em inglês. É quase a minha língua diária. Enquanto pessoa e autor, torna-me ainda mais fragmentado. Um dos aspectos que os curadores em Berlim e Nova Iorque apontam no meu trabalho é precisamente esse nível de fragmentação e de os trabalhos serem um híbrido estranho, porque já não são ocidentais, mas também não são asiáticos”.



Temos nestas palavras de José Drummond três linhas fundamentais para iluminarmos o problema da identidade humana e da sua fragmentação, que é uma experiência universal, embora haja lugares no mundo que são como que amplificadores da mesma, como é o caso de Macau. A primeira é a noção de isolamento, a segunda a de perda da língua e a terceira a de transformação do artista num ser híbrido, que já não é ocidental, mas também está longe de ser oriental.

O isolamento a que alguém está votado em Macau não será o mesmo de alguém no interior da China, como o próprio artista reconhece, devido à presença de uma comunidade portuguesa, ou talvez de várias pequenas comunidades portuguesas, que se ajudam uns aos outros a esquecerem que não estão em terras de Portugal, em terras onde a língua e os costumes do seu país de origem não estão efectivamente ali. São nessas pequenas ilhas de portugueses que a língua ainda se mantém, pois fora disso a língua de troca é o inglês. Mas sendo o inglês língua de ninguém, ao fim de algum tempo passa-se a sentir a vida também como sendo de ninguém, isto é, à imagem da língua com que se fala, começa-se a ver a vida como se ela não fosse a nossa própria vida, mas uma vida de troca, uma vida que usamos para estar aqui, uma vida que usamos para estar em Macau, embora essa não seja a nossa própria vida. Essa vida que se faz sentir, que na realidade é a vida mesma, a que somos ao caminhar do Leal Senado até ao café Caravela, faz-se sentir como se estivesse longe de si mesma. Aquele que caminha do Leal Senado ao Caravela, mais cedo ou mais tarde, irá sentir uma dobra temporal em si mesmo; um eu que caminha e que existe aqui e agora, e um eu que existe na projecção que faz de um ter sido do lugar de onde veio. Macau produz em nós uma experiência quântica, uma multiplicação da existência. Somos o que somos em Macau, mas também somos o que poderíamos ter sido de onde viemos.

De um modo leigo, podemos dizer que a mecânica quântica é a teoria que descreve o comportamento da matéria e da energia ao nível do microcosmos. Esse comportamento é definido como uma onda de probabilidades, através do princípio de incerteza, de Heisenberg. A teoria quântica tem três interpretações que tentam explicar aquilo que, fora do mundo da física, parece ser esquizofrenia: a interpretação de Copenhaga, os universos paralelos e as variáveis escondidas. A primeira diz que o observador é o responsável pelo colapso da função de onda, a segunda que todas as probabilidades se efectivam em numerosos universos e a terceira que existem propriedades desconhecidas da matéria que

impedem que percebamos o que realmente se passa. E a que aqui nos interessa é a interpretação dos universos paralelos, tal como foi definida por Hugh Everett III (1930 - 1982), físico dos Estados Unidos da América, que propôs a interpretação de muitos mundos da física quântica, na qual ele chamou formulação do “estado relativo”. Segundo ele, todos os sistemas isolados evoluem de acordo com a equação de Schrödinger. Se a teoria quântica indica que átomos podem estar deteriorados e não deteriorados ao mesmo tempo, então a interpretação de muitos mundos conclui que devem existir dois universos: um em que a partícula está deteriorada e outro em que isso não aconteceu. O universo, portanto, se ramifica cada vez que um evento quântico ocorre, criando um número infinito de universos quânticos. Fazendo uma analogia, é como se alguém ao decidir ir viver para Macau, nos anos 80 do século passado, continuasse ainda a viver em Lisboa, ou na Covilhã, hoje em dia, com a vida que teria tido se tivesse decidido não partir. Independentemente de isto ser ou não mais ficção científica do que ciência, não impede que produza uma pujante metáfora acerca da existência humana, em determinadas situações da vida, como é o caso daquele que vive em Macau uma vida, depois de ter começado a viver uma outra em Portugal.

Num romance que escrevi, *O Mal* (Cotovia, 2002) centrado em Macau, o narrador começa a sua narrativa um dia após o *handover*, a passagem da administração portuguesa para a administração chinesa. Trata-se de alguém que, ao tempo, vivia há quase quinze anos no território e tinha ido para lá leccionar e fazer uma tese sobre Camilo Pessanha, acabando por se perder em drogas e sexo. E à página 58 do livro, ele fala desta experiência quântica da identidade humana: “Será que se nunca me tivesse mudado para este Oriente longínquo a minha vida seria à imagem do que um dia desejei que fosse? Lisboa, ter continuado a viver lá, poderia ter sido não acordar com esta vida de total desinteresse que hoje sou. Sinto que estes quase quinze anos em Macau, no Oriente, foram mais decisivos na minha vida do que se tivesse o mesmo tempo de casamento com quem quer que fosse, em Lisboa. Uma pessoa não se nos impõe tanto quanto um lugar, especialmente se esse lugar for nos antípodas, e não só geográficos, do primeiro lugar que deixámos (o casamento em si não implica necessariamente renúncia). Mais tarde, essa vida que poderíamos ter tido no lugar de onde viemos nunca mais deixará de se aproveitar das fraquezas da vida que vamos tendo aqui. Vivo aqui como se com uma vida de empréstimo, que, mais cedo ou mais tarde, vou ter de, ou querer, devolver. Sem dúvida, nesta experiência alarga-se o horizonte humano, mas com isso também aumenta a

angústia.” E agora escute-se também o que o narrador escreve à página 66 do mesmo livro: “A distância espacial acaba por produzir uma maior deturpação nos juízos acerca das realidades a avaliar do que a distância temporal. Quantas vezes não cheguei a gastar manhãs a pensar em pessoas que tinha conhecido em Portugal, com quem a vida poderia ter sido diferente, querendo este diferente dizer “melhor”! Pessoas de quem, sei-o muito bem, se tivesse ficado em Lisboa, não me lembraria nunca. Tudo o que está à mão não exerce tanto poder. Mas uma pessoa no outro lado do mundo não é apenas uma pessoa, é uma efectivação perdida; uma ferida que não fecha. Vive-se essa lembrança como um crime cometido. Deste lado do mundo consegue-se preservar um amor do outro lado dele”.

Como se pode ver, pelas reflexões deste narrador, ele sente como se experienciasse uma existência quântica, que parece ser tão típica de Macau, como também vimos pela entrevista de José Drummond, ou típica de quem troca de lado do mundo. Em *Ser e Tempo*, de Hiedegger, ficamos a saber que quase toda a nossa vida é feita de outros, feita do ambiente onde crescemos, da língua com que crescemos, dos erros que herdamos. O *Dasein*, que podemos traduzir livremente por existência, está desde sempre lançado no mundo, no mundo que é aquele onde nasce, onde cresce, onde aprende. O português que aos vinte ou aos trinta anos vai para Macau viver, encontra-se consigo mesmo sem si mesmo. Evidentemente, isso só se faz sentir ao fim de algum tempo, não é imediato. O português que vai viver para Macau, aos poucos deixa de ser português, nunca deixando totalmente de o ser, mas jamais será chinês, pois não foi ali que o seu ser se abriu ao mundo. E a dificuldade radical da língua lembra-nos isso a cada instante, a cada esquina, a cada sonho.

Por outro lado, a distância aqui é um elemento preponderante para esta experiência quântica da existência. Pois se pudéssemos viajar até Lisboa em duas horas, não sentiríamos Macau como o outro lado do mundo, como se realmente as nossas vidas se tivessem partido em duas. A distância, aqui, faz com que o tempo se faça sentir como uma pedra, um muro enorme e intransponível, à imagem do muro da china na antiguidade. O tempo, aquilo que somos, encontra na barreira do espaço a impossibilidade de se ver a ser por inteiro. É evidente que há sensibilidades mais ou menos propensas para sentir isto, acerca do qual estou aqui a falar, mas que alguém não sinta, por exemplo, saudade, não implica necessariamente que esse sentimento não exista ou que ele não se faça sentir na maioria dos seres humanos. Saudade foi a palavra que se arranjou

para dizer que sentimos a vida a fugir-nos. Por isso a saudade dói tanto. Porque o que dói mais é o que já não somos. E se este já não somos, que para alguém que vive toda a sua vida em Lisboa, para além das viagens de negócios ou de férias, é passado, para aquele que mudou a sua vida para Macau é actual; o já não sou em Macau existe ainda na modalidade de poder ter sido diferente se não tenho vindo para cá. A saudade que se sente em Macau, além da saudade do passado é a saudade do agora, a saudade do que poderia estar a ser, se não tenho mudado de lado do mundo. Sentirmos a nossa vida, a nossa existência como se fosse em outro lugar que não o nosso, onde estamos, como se pudesse, não o ter sido, mas estar neste momento a ser, como se não existisse interrupção na minha existência com a decisão da partida, é o que chamo de experiência de existência quântica. Mas há outros modos de assim nos sentirmos, mesmo sem mudar de lado do mundo. Quem assistiu ao filme *Café Society*, de Woody Alan, pôde assistir a algo muito semelhante.

Um jovem de Nova Iorque vai para a Califórnia e apaixona-se por uma jovem que trabalha no escritório do tio dele e que é amante deste. Quando estão para casar, o jovem e a jovem, o tio deixa a sua mulher e pede a jovem em casamento, ao que ela aceita, deixando o jovem de coração partido, que regressa a Nova Iorque, e abre um *Night Club*, com o seu irmão gangster. Ao fim de algum tempo, consegue esquecer a outra jovem e ao conhecer uma mulher deslumbrante, casa-se com ela e tem uma filha. Passados uns anos, a jovem que se casara com o seu tio entra pelo seu *night club* adentro, com o tio a tiracolo. E não só o jovem volta a sentir o que antes sentia pela jovem, como também a jovem passa a querer viver o que nunca fora vivido, isto é, experimentar a outra decisão que acabou por não fazer. Deste momento, e até ao fim do filme, adivinha-se que até ao fim das vidas desses dois personagens, aquilo que poderia ter sido passa a ser vivido diariamente ao lado do que está realmente a acontecer. A vida fragmenta-se, ou talvez melhor seja dizer, a vida *quântico-ifica-se*. E esta experiência de viver o que nunca foi, como sendo ainda possível ser vivido, como se a vida depois da escolha pudesse ser recuperada naquele instante, como se pudéssemos rebobinar a vida, é uma experiência que para nós portugueses tem um lugar privilegiado chamado Macau.



# A CRIAÇÃO DA DIOCESE DE MACAU NO CONTEXTO DA POLÍTICA RÉGIA DA COROA PORTUGUESA PARA O SUDESTE ASIÁTICO (c. 1566-1583)

## 1566年-1583年葡萄牙王国东南亚统治政策背景下澳门教区的设立

**Kevin Carreira Soares**

Doutorando PIUDHist, ICS, UL<sup>1</sup>

### Introdução

Nos impérios ibéricos da Época Moderna, a criação de dioceses correspondia à continuação da política de apropriação dos espaços imperiais, integrando-os nas lógicas de governo das monarquias católicas e densificando a malha jurisdicional que recaía sobre cada território. Na Ásia portuguesa, a construção da rede diocesana seguiu de perto os ritmos de expansão geográfica do Coroa Portuguesa, implementando novos bispados em zonas que era necessário reenquadrar administrativamente. No caso do bispado de Macau (1576), bem como do Japão (1588), o envio de bispos foi também um modo de dar resposta às necessidades do labor evangelizador que se apresentava profícuo, procurando dar-lhe maior apoio e consistência, ao mesmo tempo que se reforçava a autoridade régia sobre os territórios, diminuindo, mas não anulado, a autonomia dos comerciantes locais e da Companhia de Jesus (Alves, 1998, pp. 305–307; Barreto, 2006, pp. 112–113).

---

<sup>1</sup> Bolseiro FCT com a referência PD/BD/128124/2016. Agradeço a Carlos F. T. Alves e a Roger Lee de Jesus, os comentários que fizeram a este texto, na sua fase de redação.

Será útil recordar que os bispos de Portugal e do seu Império, a partir do reinado de D. Manuel I (1495-1521), passaram a ser indivíduos que, na sua globalidade, eram escolhidos pelo Rei, que os recrutava entre as suas redes clientelares. Assim, tendiam a ser indivíduos fiéis ao monarca, a defender a ordem política e a zelar pela aplicação dos decretos régios. A ação disciplinadora dos prelados sobre as populações, o controlo que procuravam impor sobre a consciência dos indivíduos e a repressão sobre comportamentos considerados pecaminosos, funcionavam como mecanismos de sujeição à Igreja e, nesta dinâmica, também à própria ordem política (Paiva, 2006, pp. 171–213; Palomo, 1997, pp. 129–131).

Este processo de *confessionalização* da monarquia operou-se em simultâneo com o reforço da autoridade episcopal promovida pelo Concílio de Trento (1545-1563). Por toda a Europa, muitos prelados diocesanos puseram em prática mecanismos de vigilância e controlo dos comportamentos dos fiéis, enquanto desenvolviam políticas com o intuito de reforçar a sua autoridade em relação a outras instituições como os cabidos ou as Ordens Religiosas<sup>2</sup>.

É certo que os reflexos das disposições Tridentinos nos territórios imperiais são ainda pouco conhecidos, devido à ausência de estudos que demonstrem os ritmos e estratégias da sua aplicação, à luz da convicção e da capacidade política de cada bispo e dos diferentes contextos sociais de cada território. É sabido que em algumas zonas, como o Brasil, as disposições Tridentinas afirmaram-se, em pleno, apenas no século XVIII, pese embora se notem algumas influências logo no século XVI. Já em Goa, e nas dioceses que lhe eram sufragâneas, tende a apontar-se o bispado de D. Gaspar de Leão (1558-1567; 1572-1576) como o início da aplicação das normas conciliares no *Estado da Índia*, ainda que com bastantes limitações (Feitler, 2014, pp. 163–165; Xavier, 2014).

Para este texto, importa ter presentes as duas características acabadas de apontar. Por um lado, que os bispos nomeados nesta cronologia eram agentes nomeados pelo rei que deviam, no plano teórico, participar na consolidação da autoridade régia e, a segunda, que deviam zelar pela reforma dos comportamentos dos fiéis, mantendo um lugar de primazia na hierarquia eclesiástica local, muitas vezes limitada pelas múltiplas imunidades e resistências de outras organizações (nomeadamente as Ordens Religiosas). Interpretar os conflitos locais

<sup>2</sup> A bibliografia sobre a *confessionalização* das monarquias modernas é extensa. Para uma visão sobre a sua aplicação e alguns dos mecanismos utilizados na inculcação de uma cultura de obediência, ver Palomo, 1995, pp. 588–603, 1997 e a bibliografia aí citada.

partindo destes pressupostos permitirá entender com maior rigor o alcance e o significado da ação de cada grupo ou indivíduo envolvido.

Do ponto de vista historiográfico, são ainda reduzidos os estudos monográficos sobre os bispos da Ásia portuguesa, o que impede a criação de visões de conjunto sobre a sua relevância para o trabalho missionário ou sobre o seu papel enquanto defensores da autoridade real. Para o episcopado Macaense, a obra de Manuel Teixeira continua a ser a de referência, carecendo de revisão do ponto de vista metodológico e atualização face aos novos debates historiográficos (Teixeira, 1940, vol. II e XII, 1968, 1970). No campo do episcopado, para o caso de Macau apenas, conhecem-se vários trabalhos da autoria de Rui Manuel Loureiro, Tereza Sena, Miguel Lourenço (Loureiro, 2010; Lourenço, 2014; Sena, 2014) e um estudo de conjunto sobre os bispos nomeados para a Diocese de Macau segundo um prisma político e sociológico (Soares, 2015).

No processo de escolha de um prelado entravam em diálogo diversos atores com significado e peso variável em cada caso. Entre os primeiros constam alguns organismos de natureza formal, como os conselhos régios e os oficiais que podiam ser admitidos a dar o seu parecer. Eram também importantes de natureza mais informal, como aqueles que podiam ser levados a cabo pelo próprio candidato e a sua família, bem como por figuras próximas do monarca, como o seu confessor. Terminado o processo de auscultação, o rei indicava o bispo escolhido à Santa Sé que reservava o direito de o confirmar. Recebidas as bulas, o novo bispo era revestido de nova autoridade e estava apto a ser sagrado.

Neste processo, eram tidos em conta seis fatores principais, no que José Pedro Paiva designou de “equação episcopal”. Eram eles o mérito do candidato, o seu percurso ou do grupo ao qual pertencia (família, de sangue ou religiosa, por exemplo), os serviços prestados à monarquia, a origem familiar, a sua inserção em redes do tipo clientelar que o ligassem ao Rei, a oportunidade política presente no momento de cada escolha concreta e, finalmente, o equilíbrio entre a diocese que era necessário prover e o mérito e qualidades do candidato (Paiva, 2013, pp. 84–91).

Partindo do panorama geral traçado por José Pedro Paiva, no que concerne à nomeação de bispos para o império português no século XVI, seria de esperar que, para a Diocese de Macau, ultra-periférico no contexto imperial português, fossem enviados indivíduos não nobres, muitos dos quais provenientes das Ordens Religiosas. Ao mesmo tempo, deviam ser indivíduos com boa preparação teórica e pastoral, conforme as exigências Tridentinas, e que se adequassem



ao modelo do bispo pastor, tão frequente no episcopado nomeado durante o século XVI (J. p. O. e Costa, 2014, pp. 153–157; Paiva, 2006, pp. 132–139; Sá, 2010, pp. 270–272).

Partindo deste quadro, a presente comunicação tem como ambição atender ao modo como o poder episcopal se instalou em Macau e perscrutar o tipo de estratégias que motivaram o envio e nomeação dos primeiros prelados. É sabido que D. Belchior Carneiro (1516?-1583) chegou àquele território em 1568, na sequência de um breve papal emitido dois anos antes. Porém, a historiografia tem demonstrado alguma confusão sobre o título que lhe deve ser atribuído, no que respeita à sua ligação a Macau, e nem sempre tem sido competente na interpretação do breve de 1566<sup>3</sup>. Ao mesmo tempo, a partir da criação do bispado, em 23 de janeiro de 1576, foi nomeado o primeiro bispo - D. Diogo Figueira (1576-1578) - que nunca aceitou esta nomeação. Porém, a sua escolha pelo rei remete para as características individuais que a Coroa achou importante privilegiar no processo que levou à sua nomeação. Dois anos mais tarde, foi enviado D. Leonardo de Sá (1578-1597), que enfrentou a resistência da Companhia numa altura em que esta se empenhava em manter o controlo sobre o território. D. Leonardo de Sá e D. Belchior Carneiro partilharam o espaço diocesano, com títulos e funções distintas, como se verá, até à morte do segundo, em 1583, ano que representa o fim da presente análise.

## **O envio do episcopado da Etiópia para a Ásia do Sueste**

O primeiro bispo a chegar ao sudeste asiático foi D. Belchior Carneiro. Natural de Coimbra, fez parte do primeiro grupo de jesuítas em Portugal, particularmente próximo de manifestações religiosas ascéticas, marcada por práticas penitenciais rigorosas, no domínio público e privado (Franco, 1719, pp. 261-262; Loureiro, 2010; Soares, 2015, pp. 39-43, 129-155). No contexto em que o envio de bispos para a Etiópia se encontrava ainda ligado ao mito do Preste João, seguindo o projeto da conversão universal ao Cristianismo, foi um dos bispos nomeados para essa igreja, a par com D. André de Oviedo (1517[?]-1577), 1º coadjutor, e D. João Nunes Barreto (1510-1562), patriarca. Chegou a Goa em setembro de 1555, onde se apressou a conhecer as condições políticas

---

<sup>3</sup> D. Belchior Carneiro surge com frequência como primeiro bispo de Macau ou como governador do bispado de Macau, algumas vezes em cronologias em que o próprio bispado ainda não havia sido criado (Sousa, 1722 sem numeração).

do território para o qual tinha sido enviado (Alonso Romo, 2006; Franco, 1719, p. 465; Marcocci, 2012, pp. 161–168).

Impedido de viajar para a Etiópia devido à instabilidade política e militar da região, manteve-se ao serviço das igrejas locais, ao lado de D. João Nunes Barreto, que veio a morrer em 22 de dezembro de 1562. Por estes anos, manifestaram-se também os primeiros sintomas de duas doenças que atormentaram Carneiro até ao fim da sua vida: a asma e as pedras nos rins<sup>4</sup>. As frequentes crises que essas duas patologias lhe impunham, chegaram a colocar em risco a sua sagração, que veio a acontecer, não sem algum debate, em 15 de dezembro de 1560 (Wicki, 1958, p. 276). Após a morte de D. João Nunes Barreto, em 1562, e estando D. André de Oviedo na Etiópia, onde a turbulência militar e política desaconselhava o envio do 2.º coadjutor, D. Belchior Carneiro embarcou de Goa para Malaca, em 1565, com o objetivo de aliviar as crises de saúde que o clima de Goa lhe provocava e auxiliar a Cristandade daquela praça portuguesa (Wicki, 1960, p. 607).

Importa destacar que D. Belchior Carneiro não partiu para Malaca com o objetivo de viajar para China. Entrou naquele território esperando que as condições naturais do território lhe fossem mais favoráveis, aproveitando para colaborar com a Igreja local (Wicki, 1960, p. 587). Em 3 de dezembro de 1565, escreveu mesmo ao geral da Companhia, que na impossibilidade de viajar para a Etiópia, não devia ir para o Japão, dado ser “terra fria como Allemanha e todollos asmaticos que llá vão fiquão aleijados pera não poderem fazer nada”, sugerindo que o melhor seria “ir a Maluquo e lá acabar os meus dias” (Wicki, 1960, pp. 586–587). Esta carta é relevante porquanto demonstra que Carneiro não tinha intenção de viajar para o Japão, por receio de ficar impossibilitado de executar qualquer tarefa pastoral, nem para a China, hipótese que nem referiu.

Foi neste contexto que lhe chegou notícia dos breves de Pio V, de fevereiro de 1566, na qual se ordenava a partida e de D. André de Oviedo para a China ou para o Japão (Soares, 2015, pp. 317–320), territórios que se mostravam promissores do ponto de vista missionário e que ainda não constituíam dioceses

---

<sup>4</sup> Em 26 de dezembro de 1558, uma carta do padre António da Costa, para os jesuítas de Portugal, deu conta que D. Belchior teve de interromper um curso que estava a ministrar, em Goa, em virtude de “huma maa despossessão que lhe sobreveio no peito à maneira de cattarom juntamente com dor de colica” (Wicki, 1956, p. 190). Logo no ano seguinte, uma carta de outro jesuíta, Melchior Nunes Barreto, referia as pedras nos rins e a asma e os efeitos nocivos que estas doenças tinham sob a personalidade de D. Belchior (Wicki, 1956, p. 503).

próprias. Carneiro demonstrou ter conhecimento deste documento pontifício em dezembro de 1566, quando escreveu ao geral da Companhia informando-o ter recebido uma cópia de um manuscrito que ordenava a ida do Patriarca da Etiópia (D. André de Oviedo) para os territórios referidos, com os mesmos poderes que tinha na Etiópia. Acrescentou que, embora não fosse referido diretamente, tinha visto outra carta do monarca que o informava que havia sido redigido outro breve semelhante dirigido a si. É de notar o pedido de D. Belchior Carneiro ao Geral, no sentido de não ser obrigado a cumprir tal ordem, por se encontrar melhor de saúde na região de Malaca, onde havia trabalho pastoral a desempenhar (Wicki, 1962, p. 159).

Foi, pois, com resistência, que partiu para Macau, em 1 de maio de 1568, recusando a igreja nipónico para a qual esperava que D. André de Oviedo fosse enviado, após sair da Etiópia (algo que nunca chegou a acontecer) (Wicki, 1962, pp. 316, 518). Permaneceu em Macau até à sua morte, mantendo a ligação com patriarcado da Etiópia, Igreja da qual nunca foi desvinculado.

### **A criação da diocese de Macau (23 de janeiro de 1576)**

Com a bula de criação da diocese, foi nomeado o primeiro bispo, D. Diogo Figueira (1576-1578)<sup>5</sup>. Tal como havia sucedido no caso da criação da diocese funchalense, em 1514, os proveitos económicos gerados pela cidade com benefício para todo o *Estado da Índia*, particularmente por via do comércio com o Japão, a existência de uma economia próspera e a inserção de Macau em redes comerciais com importância crescente foram fatores que contribuíram para o nascimento do bispado (Alves, 1998, p. 305). Apesar de carácter temporário que Macau mantinha aos olhos de algumas autoridades sónicas e do próprio imperador, para a Coroa portuguesa e para o Papado, neste contexto cronológico, não havia motivos para esperar a saída dos portugueses da China em breve tempo. A cidade mantinha uma presença relevante da Companhia de Jesus desde 1555 e, em 1569, foi fundada uma confraria da Misericórdia com a

<sup>5</sup> ASV - *Acta camerarii*, vol 11, fl. 193v. Fortunato de Almeida referiu que D. Diogo Figueira recusou igualmente as mitras do Congo e de Angra, que também lhe foram oferecidas (Almeida, 1967, p. 704). D. José Barbosa referiu a sua igual recusa ao lugar de prior-mor de Avis, tendo aceitado pertencer ao Cabido de Évora devido à sua proximidade pessoal com D. Teotónio de Bragança, bispo de Évora (Barbosa, 1727, p. 88). Todas as informações retiradas das fontes do Arquivo Secreto do Vaticano foram-me cedidas por José Pedro Paiva, a quem muito agradeço a pronta disponibilização de toda esta relevante informação.

envolvência direta de D. Belchior Carneiro. Alguns anos mais tarde, em 1580, os franciscanos chegaram a Macau, em 1583, foi atribuído o primeiro foral e fundada a Câmara Municipal, com a participação dos dois bispos presentes na cidade; em 1586 chegaram os agostinhos e, em 1587, os dominicanos.

Junto da bula que criou a diocese de Macau foi expedida outra que confirmava como primeiro bispo de Macau, D. Diogo Figueira. A observação do *cursus honorum* deste prelado não é desprecienda, porquanto esclarece quanto à sua proximidade em relação à figura de D. Henrique (1578-1580) e das correntes ortodoxas do catolicismo, associada com a prática de uma vida austera. D. Diogo Figueira nasceu em Mértola, por volta de 1546, formou-se em Teologia e Leis, em Coimbra, onde chegou a ser empossado colegial do prestigiado colégio de S. Paulo da Universidade Conimbricense, no ano de 1571, onde se manteve, pelo menos, até 1573 (Almeida, 1967, p. 704; Teixeira, 1940, vol. 2, p. 84)<sup>6</sup>. Em maio desse ano, por provisão assinada pelo cardeal D. Henrique, D. Diogo Figueira foi nomeado deputado do tribunal do Santo Ofício de Coimbra<sup>7</sup>. Em 1576 foi nomeado bispo de Macau, tendo-lhe sido aceite a renúncia em 1578, com a nomeação de D. Leonardo de Sá, primeiro bispo diocesano a residir em Macau (Eubel, 1923, p. 231). Em 1578 transitou para o Tribunal do Santo Ofício de Évora e, em 1583, por razões que não são claras, foi dispensado de manter qualquer ligação como aquele tribunal<sup>8</sup>. Morreu em 28 de junho de 1613, inserido no ambiente conventual da Ordem seráfica de S. Francisco, em Mértola, convento que ajudou a fundar (Barbosa, 1727, p. 88).

Foi assim que, pese embora ter sido criada em 1576, a diocese de Macau foi provida de pastor apenas em 1578, com a nomeação de D. Leonardo de Sá. A sua proximidade com a Ordem de Cristo enquadra-se na estratégia de D. Sebastião em nomear indivíduos oriundos destas ordens, no contexto em que se procedia à sua reforma e favorecimento dos seus membros, preparando-as para as campanhas no Norte de África que o monarca almejava executar (Paiva, 2006, pp. 350–351). Foi o segundo bispo a ser preconizado para a mitra de Macau, em 22 de outubro de 1578<sup>9</sup>. Chegou ao território em 1581, tendo governado o

<sup>6</sup> Foi empossado em 16 de dezembro de 1571 (Barbosa, 1727, p. 88).

<sup>7</sup> ANTT - *Tribunal do Santo Ofício. Conselho Geral. Habilitações. Diogo*, Maço 1, doc. 24. Fez juramento em 11 de junho de 1573, ANTT - *Inquisição de Coimbra*, livro 252, fl. 84-84v.

<sup>8</sup> ANTT - *Inquisição de Évora*, livro 146, fl. 146-146v. (e bilhete anexo ao fl. 146).

<sup>9</sup> ASV - *Acta camerarii*, vol. 11, fl. 256v.

bispado com alguma dificuldade pela grande autoridade que os jesuítas mantinham sobre o território e devido à falta de cômgrua. Em 1593, depois de ter participado no IV concílio provincial em Goa (1592), ficou cativo na costa do Achém na viagem de regresso a Macau, onde esteve por dois anos. Morreu em Macau no dia 15 de setembro de 1597 (Soares, 2015, pp. 159–165).

## **O bispo, o patriarca e as ordens religiosas**

Com a chegada de D. Leonardo de Sá a Macau, em 1581, a cidade passou a contar com dois bispos ali residentes. D. Leonardo de Sá foi enviado para bispo numa circunstância bastante peculiar, pois não pertencia a nenhuma das Ordens Religiosas presentes no território, pelo que não poderia contar com o seu apoio para o exercício da sua missão pastoral e, ao que as fontes permitem apurar, era excecionalmente novo<sup>10</sup>. Ainda, não tinha qualquer experiência em territórios do império, traço também incomum, e chegou a um território onde se encontrava um bispo, D. Belchior Carneiro, com franca autoridade sobre a população local e ligado à Companhia de Jesus, com grande influência no governo da terra (Penalva, 2005, vol. 1, pp. 50-59; 70-72). A juntar a estes obstáculos, somavam-se a impossibilidade de constituir cabido, pela já mencionada falta de cômgrua, que apenas começou a ser paga com regularidade, no século XVIII (Soares, 2015, pp. 103–107).

A ausência de cômgrua era assunto de suma importância para o governo episcopal. Como escreveu D. Eugénio Trigueiros, já no século XVIII, o não pagamento obrigava o bispo a sujeitar-se aos empréstimos dos comerciantes locais, com juros que ascendiam aos 10%, remetendo-o a uma situação de dependência face a estes grupos. De igual modo, a falta de estipêndio impedia a celebração dos sacramentos com a solenidade desejada e diminuiu o aparato de que o bispo se devia rodear, de acordo com a dignidade episcopal, embaraçando-o diante dos portugueses e dos povos estrangeiros<sup>11</sup>. Assim se percebe porque razão D. Leonardo optou por se deslocar a Goa, de modo a exigir o pagamento da cômgrua que lhe era devida (Wicki & Gomes, 1984, pp. 572–573). De facto,

---

<sup>10</sup> Rui Manuel Loureiro sugeriu o ano de 1550 como a data provável para o seu nascimento (Loureiro, 2011, vol. IV, p. 1320). Sendo verdade, tinha 28 anos quando foi nomeado bispo de Macau, em 1578, dois anos mais novo do que o exigido pelo Concílio de Trento, o que se pode explicar pela distância física de Macau e a vontade de proporcionar bispados mais longos e, deste modo, diminuir as vacâncias (Paiva, 2006, pp. 28–37).

<sup>11</sup> AHU – Macau, cx. 3, doc. n.º 68.

ao contrário do que sucedia com D. Belchior Carneiro e com D. frei João da Piedade, nomeado em 1603, ambos religiosos de Ordens implementadas no território e às quais podiam recorrer, D. Leonardo de Sá não dispunha de redes de solidariedade que o amparassem, dependendo da capacidade da Fazenda Real para se manter além das esmolas e do pagamento pela celebração de alguns officios divinos.

Não há indícios encontrados até ao momento que apontem para a existência de uma relação conflitual entre D. Belchior Carneiro e D. Leonardo de Sá<sup>12</sup>. Deve salientar que o breve de 1566, responsável pela ida de Carneiro para Macau, dizia explicitamente que a autoridade destes prelados se mantinha apenas enquanto não fosse enviado bispo próprio e particular (Soares, 2015, p. 318), pormenor que não passou despercebido a este bispo, tendo em conta o seu sentido de obediência à hierarquia eclesiástica e às ordens da Santa Sé.

Até ao momento, os primeiros atritos identificados entre D. Leonardo de Sá e a Companhia de Jesus sucederam apenas após a morte de D. Belchior Carneiro, em 19 de agosto de 1583 (Teixeira, 1940, vol. XII, p. 46). Em sentido contrário, conhecem-se elementos que apontam para uma relação próxima entre D. Leonardo de Sá e os jesuítas, em datas anteriores. A título de exemplo, em carta escrita em dezembro de 1580 pelo jesuíta Gomes Vaz que se encontrava em Malaca com D. Leonardo de Sá, este comunicou ao Geral que o bispo era “mui afeiçoado às cousas da Companhia e desejou muito morar aquy perto do nosso collegio, pera nos ajudar com suas pregações” (Wicki, 1972, pp. 157–158). Os primeiros conflitos conheceram-se apenas em dezembro de 1584, quando Valignano deu conta de uma disputa em relação à pertença de umas casas que D. Leonardo de Sá alegava pertencerem ao bispado e não à Companhia de Jesus (Wicki, 1975, pp. 575–599). Neste sentido, é até possível sugerir que a presença de D. Belchior Carneiro possa ter servido como forma de neutralizar possíveis conflitos, hipótese que merece exploração futura.

Deve apontar-se que situação similar aconteceu com os dois bispos nomeados para o Japão, D. Pedro Martins, bispo titular nomeado em 1592, e D. Luís Cerqueira, bispo coadjutor nomeado em 1593 para o mesmo bispado. Após as

<sup>12</sup> Em 12 de dezembro de 1584, Alexandre Valignano escreveu a Cláudio Acquaviva que D. Belchior Carneiro era “colérico em summo grado y dándoseles ocasión haze en esta pasión grandes excessos, y parte por la edade, parte por la indisposición no rege tanto ni tiene tanto assiento como esso, y por esso no es en nenguna manera para govierno”. Destaque-se a referência à idade avançada e à debilidade física que, segundo Valignano, levaram à adoção de comportamento crescentemente intransigentes (Wicki, 1975, p. 669).

execuções dos primeiros mártires no Japão, em 1597, D. Pedro Martins viu-se obrigado a regressar a Macau por receio da ação repressora do imperador e, uma vez naquela cidade, encontrou D. Luís Cerqueira, seu coadjutor. Na altura de decidir qual dos dois devia regressar ao Japão, seguindo a interpretação de João Paulo Oliveira e Costa, D. Pedro Martins foi obrigado a viajar para Goa, no culminar de um mau relacionamento entre ele e outros membros da Companhia de Jesus (J. p. A. O. Costa, 1998, pp. 273–278). Apesar de, no caso da Igreja nipónica, ambos os bispos estarem vinculados ao Japão, situação que nunca se verificou em Macau até ao século XVIII, também naquele caso não se conhece qualquer conflito aberto entre os dois bispos. Este facto alude para a tato político destes indivíduos e das redes que os rodeavam. Ao mesmo tempo, remete para a noção clara das hierarquias existentes entre os indivíduos e para a noção de obediência e sujeição a estas, recorrendo a outras formas de negociação e de contacto, que não seguissem o conflito aberto.

Após esta análise, importa esclarecer qual o cargo que cada um destes bispos ocupou, na sua ligação com a Igreja Diocesana Macaense. D. Diogo Figueira foi o primeiro bispo nomeado e confirmado, em 1576, cargo que nunca aceitou, não tendo chegado a ser sagrado. A este sucedeu D. Leonardo de Sá, bispo de Macau a partir de 1578. Quanto a D. Belchior Carneiro, permaneceu bispo de Niceia e coadjutor do Patriarca da Etiópia até lhe suceder no título. Em 1566, foi ordenado a viajar para o Japão ou para a China, ordem a que tentou resistir; em 1577, ano da morte de D. André de Oviedo, recebeu, por direito de sucessão, o título de Patriarca, apesar de nunca ter entrado naquele território. Nesta condição morreu em 19 de agosto de 1583.

É demonstrativo deste facto as referências que lhe são feitas nos catálogos dos jesuítas enviados anualmente pelo provincial, onde era designado de “Patriarcha Ehtiopiae”. Ainda, em carta escrita em 12 de dezembro de 1584, Alexandre Valignano referiu-se a D. Belchior utilizando o título de “Padre Patriarca”, reconhecendo que a avançada idade e as doenças de que padecia o deixavam muito debilitado e lhe alteravam o estado de espírito (Wicki, 1975, p. 669). Num tópico que merecerá atenção de trabalhos futuros, importa salientar que D. Belchior Carneiro foi apontado como primeiro bispo de Macau, pela primeira vez, nas primeiras décadas do século XVII, quando a Companhia de Jesus procurava manter e justificar o exclusivo sobre aqueles territórios. Foi nesta altura que surgiram os primeiros tratados e crónicas atribuindo-lhe este título (Franco, 1719, pp. 261–262; Gonçalves, 1960, p. 431).



## Conclusão

Em 1593, o quadro voltou a complexificar-se com a chegada a Macau de D. Pedro Martins, primeiro bispo do Funai e, em 1595, de D. Luís Cerqueira, seu coadjutor, ambos pertencentes à Companhia de Jesus. A figura de D. Leonardo de Sá deve ser lida no contexto da grande autoridade que a Companhia mantinha por toda a Ásia do Sueste, que procurava preservar e defender. Como bispo de Macau mantinha, no plano teórico, a autoridade maior sobre o entreposto, na esfera religiosa. Porém, a dinâmica conflitual das relações de poder na cultura da Época Moderna, agravada pelas imunidades alcançadas pelas ordens e a existência de outros ofícios que representavam um reforço da autoridade dos seus titulares (nomeadamente de deputados do Santo Ofício), num contexto cultural em que a fronteira entre as esferas de poder mantinha um carácter assaz líquido, dificultava esta afirmação.

Deste texto resulta a consciência da necessidade de entender a ação dos bispos em quadros institucionais maiores, respondendo à difusão de determinados cânones vigentes e enquadrados na projeção de determinadas políticas régias não só na nomeação de indivíduos considerados aptos, mas também na promoção de redes clientelares. Estes dois elementos, que por vezes se opunham, pesavam na nomeação de uma das mais importantes elites de Portugal da Época Moderna e tinham consequências diretas na forma como o episcopado interferia no governo dos territórios. Nos territórios imperiais, os bispos eram, em diferentes conjunturas, parte da elite local mais bem preparada, mantendo grande autoridade e interferindo no governo local. A observação da nomeação dos bispos de Macau tendo em conta estas variáveis, trará novos elementos ao entendimento de como a monarquia percecionava o território e enriquecerá a leitura da sua ação, melhorando a compreensão em torno das dinâmicas sociais e políticas da cidade.

## Referências bibliográficas

### Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino [AHU]

AHU – Macau, cx. 3, doc. n.º 68

Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT]

ANTT - *Tribunal do Santo Ofício. Conselho Geral. Habilitações. Diogo*

ANTT - *Inquisição de Coimbra*, livro 146 e 252

Arquivo Secreto do Vaticano [ASV]



ASV - *Acta camerarii*, vol. 11

## Fontes impressas

- Barbosa, D. J. (1727). *Memórias do Collegio Real de S. Paulo da Universidade de Coimbra, e dos seus Collegiais, e procionistas, offerecidas a elRey nosso Senhor D. João V.* In *Collecção dos Documentos & Memórias da Academia Real da História Portuguesa*. Lisboa: Na Officina de José António da Silva.
- Eubel, C. (Ed.). (1923). *Hierarchia catholica medii aevi sive summorum pontificum, S. R. E. Cardinalium, ecclesiarum antistitum series: e documentis tabularii praesertim Vaticani collecta, digesta, edita* (Editio altera, Vol. III). Monasterii: Sumptibus et typis Librariae regensbergianae.
- Franco, A. (1719). *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Jesus em Coimbra em Portugal. Na qual se contem as vida, e sanctas, mortes de muitos homens de grande Virtude, que naquella Sancta caza criaram* (Vol. 1). Évora: Na Officina da Universidade.
- Gonçalves, S. (1960). *Primeira parte da Historia da Companhia de Jesus e do que fizeram com a divina graça na conversão dos infieis a nossa santa fee catholica nos reynos e provincias da India Oriental*. (J. Wicki, Ed.) (Vol. II: *História da Companhia de Jesus no Oriente 1546-1561*). Coimbra: Atlântida.
- Sousa, A. C. de. (1722). *Catálogos dos Arcebispos de Goa, Primazes do Orientes, dos Bispos de Cochim, Meliapor, China, Japão, Macao, Nankim, Malaca, Patriarcas da Ethiopia, Arcebispos de Cranganor, e Serra*. In *Collecçam dos documentos e memorias da Academia Real da Historia Portuguesa, que neste anno de 1722, se compuzeraõ, e se imprimiraõ por ordem dos seus censores*. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva.
- Wicki, J. (Ed.). (1956/84). *Documenta Indica* (Vol. IV, 1557-1560). Roma: Tipografia Unione Arti Grafiche; Tipografia Pontificiae Universitatis Gregorianae; Arti Grafiche Città di Castello; Tipografia Editrice M. Pisani, vol. IV (1557-1560), V (1561-1563), VI (1563-1566), VII (1566-1569), XII (1580-1583), XIII (1583-1585), XVI (1592-1594)

## Estudos

- Almeida, F. (1967). *História da Igreja em Portugal* (Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, Vol. 2). Porto: Portucalense Editora: Livr. Civilização Editora.
- Alonso Romo, E. J. (2006). Andrés de Oviedo, patriarca da Eteopía. *Península*, 3, 215–231.
- Alves, J. M. S. (1998). Cristianização e organização eclesiástica. In A. H. O. Marques (Ed.), *História dos portugueses no Extremo Oriente. Em torno de Macau* (1º vol, tomo I, pp. 301–347). Lisboa: Fundação Oriente.
- Barreto, L. F. (2006). *Macau: poder e saber: séculos XVI e XVII*. Lisboa: Presença.
- Costa, J. P. O. (2014). O império marítimo. In J. P. O. Costa (Ed.), *História da expansão e do império português* (pp. 99–200). Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Costa, J. P. A. O. (1998). *O cristianismo no Japão e o episcopado de D. Luís Cerqueira* (Dissertação de Doutoramento). Universidade Nova de Lisboa.

- Feitler, B. (2014). Quando chegou Trento ao Brasil. In A. C. Gouveia, D. S. Barbosa, & J. P. Paiva (Eds.), *O Concílio de Trento em Portugal e nas Conquistas: Olhares Novos* (pp. 157–173). Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa.
- Loureiro, R. M. (2010). Carneiro, D. Melchior (?-1583). In *Ditema. Dicionário Temático de Macau* (Vol. I). Macau: Universidade de Macau.
- Loureiro, R. M. (2011). D. Leonardo de Sá (1550?-1597). In *Ditema. Dicionário Temático de Macau* (Vol. IV, p. 1320). Macau: Universidade de Macau.
- Lourenço, M. R. (2014). Bispo da China e Inquisidor Apostólico. D. Leonardo de Sá e os Inícios da Representação Inquisitorial em Macau. *Revista de Cultura*, 48, 49–67.
- Marcocci, G. (2012). *A consciência de um Império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Paiva, J. P. (2006). *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Paiva, J. P. (2013). O episcopado lamacense desde D. João Madureira (1502) a D. Miguel de Portugal (1644). In A. M. de S. Saraiva (Ed.), *Espaço, poder e memória: a Catedral de Lamego, sécs. XII a XX* (pp. 81–103). Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa.
- Palomo, F. (1995). La autoridad en los Prelados Postridentinos. El gobierno de Don Teotonio de Braganza en el Arzobispado de Évora (1578-1602). *Hispania Sacra*, 47, 587–624.
- Palomo, F. (1997). “Disciplina christiana”. Apuntes historiográficos en torno a la disciplina y el disciplinamiento social como categorías de la historia religiosa de la alta edad moderna. *Cuadernos de Historia Moderna*, 18, 119–136.
- Penalva, E. (2005). *As lutas pelo poder em Macau (c. 1590-c. 1660)* (Dissertação de Doutoramento). Universidade de Lisboa.
- Sá, I. dos G. (2010). Estruturas Eclesiásticas e Acção Religiosa. In F. Bethencourt & D. R. Curto (Eds.), *A expansão marítima portuguesa: 1400 - 1800* (pp. 265–292). Lisboa: Edições 70.
- Sena, T. (2014). A diocese de Macau. In M. Castello-Branco (Ed.), *Portugal-China: 500 anos* (pp. 99–109). Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- Soares, K. C. (2015). *Os bispos de Macau (1576-1782)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Teixeira, M. (1940). *Macau e a sua diocese* (Vols. 1–15). Macau: Escola Tip. Salesiana.
- Teixeira, M. (1968). *O fundador do Leal Senado*. Macau: Tip. Missão do Padroado.
- Teixeira, M. (1970). *D. Melchior Carneiro: fundador da Stª Casa da Misericórdia de Macau*. Macau: Comemorações do IV Centenário da Santa Casa da Misericórdia de Macau.
- Xavier, Â. B. (2014). Gaspar de Leão e a recepção do Concílio de Trento no Estado da Índia. In A. C. Gouveia, D. S. Barbosa, & J. P. Paiva (Eds.), *O Concílio de Trento em Portugal e nas Conquistas: Olhares Novos* (pp. 133–156). Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa.



# A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA DE YONGLE (r. 1402-1424): IDEOLOGIA E PROPAGANDA POLÍTICA DO “SEGUNDO FUNDADOR” DA DINASTIA MING E AS *BEIJING BAJING TU* (“OITO VISTAS DE BEIJING”)

永乐大帝公众形象之建立：大明“第二建国者”的政宣理念与北京八景图

**Elisabetta Colla**

Estudos Asiáticos, Universidade de Lisboa

## Nota introdutória

Este ensaio irá focar-se no processo de “fabricação” da identidade política de Yongle (r. 1402-1424), também conhecido como o “segundo fundador” da dinastia Ming, centrando a análise nas *Beijing bajing tu*, ou “Oito vistas de Beijing”.

Peter Burke, na sua obra *The fabrication of Louis XIV* (2005), elaborou uma profunda análise sobre a figura de Louis XIV, explicando como o mito em torno do “Rei Sol” foi o resultado de uma exemplar campanha de propaganda. Embora em tempos e formas diferentes, a obra de Peter Burke deixa alguns pontos de reflexão apresentando-se funcional à análise da figura de Yongle. É um facto que Louis XIV e Yongle não pertencem à mesma época histórica, no entanto o processo de “construção simbólica da autoridade” (Burke, 2005, p. 22) de ambos tem alguns pontos comuns.

No caso de Yongle, este processo de construção da autoridade imperial teve como principal objectivo mitigar a sua imagem de usurpador<sup>1</sup>. Na obra de Peter Burke (2005) é sobretudo interessante o processo que levou à “mitificação”, à “construção” e à “auto-afirmação” de Louis XIV, o qual pode ser igualmente observado na subida ao poder de Yongle. Os próprios palácios de Versailles, símbolo da monarquia absoluta, poderiam ser comparados à construção da “Cidade Proibida” em Beijing, por aquilo que estas duas grandes cortes simbolizavam. Yongle acabou por encarnar, como acontecerá no século dezassete a Louis XIV, um conjunto de elementos simbólicos presentes em vários contextos, entre eles a Cidade Proibida. Devido à conjuntura histórica em que surge Yongle, encontramos neste processo vários exemplos que mostram como a persuasão, expressa em vários planos e momentos, acabou por ser uma arma fundamental para chegar à construção de um sistema sólido que levou à auto-afirmação do próprio poder.

Yongle 永樂 (r. 1402-1424)<sup>2</sup>, ou “Felicidade Eterna”, é o título do reinado do terceiro imperador da dinastia Ming (1368-1644), cujo nome pessoal era Zhu Di 朱棣 (1360-1424)<sup>3</sup>. Quarto filho<sup>4</sup> do imperador Hongwu 洪武 (r. 1368-1398), Zhu Di recebeu em 1370 o principado de Yan 燕<sup>5</sup> estabelecendo o seu quartel-general perto do antigo palácio imperial dos Yuan em Dadu 大都. Desta

---

<sup>1</sup> Processo que por exemplo não ocorreu durante a dinastia Tang quando subiu ao trono a única mulher “imperador” da história da China, como evidenciam as crónicas dinásticas oficiais de matriz confucionista.

<sup>2</sup> Este era o nome do reinado do Príncipe de Yan, quando se tornou imperador. O seu nome próprio era Zhu Di (1360-1424); segundo a tradição os títulos dos reinados eram constituídos por dois caracteres e após uma longa análise dos significados, eram anunciados publicamente. Embora na China imperial fosse hábito mudar os títulos dos reinados mais que uma vez, a partir da dinastia Ming esta prática foi abandonada, tendo os imperadores ficado sempre com o mesmo título ao longo de todo o reinado (feita excepção no caso de Zhu Qizhen 朱祁鎮 que tendo sido capturado pelos mongóis subiu inicialmente ao trono com o nome de Zhengtong 正統, antes da captura e Tianshun 天順 quando foi libertado).

<sup>3</sup> Os nomes próprios dos imperadores eram tabú e não podiam ser pronunciados, pelo que normalmente são conhecidos pelos nomes dos seus reinados ou pelos títulos póstumos; que neste caso era Chengzu.

<sup>4</sup> Todas as datas são baseadas na obra de Mote, 1999; veja-se a tabela da sucessão dinástica da família Zhu 朱 em Mote, 1999, p. 625.

<sup>5</sup> Em Abril de 1370, Hongwu criou oito principados para atribuir aos seus filhos. A cerimónia de atribuição do principado ocorreu na sala *Fengtian [dian]* 奉天[殿], dedicada ao Céu, onde o chanceler Li Shanchang 李善長 (1314-1390) lhe entregou o livro e o carimbo, ambos de ouro, onde constava a inscrição “Tesouros do Príncipe de Yan” (Tsai, 2001, p. 26).

“grande capital”<sup>6</sup> Mongol ficou apenas uma recordação. E para evitar que se perpetuasse qualquer ligação com a dinastia “bárbara”, Hongwu passou a designar esta cidade por Beiping 北平, ou “Norte pacificado” (Tsai, 2001, p. 21). Este foi um de vários sinais que não só acompanharam a fundação de uma nova dinastia, como também prenunciaram o início de uma nova era (Mote, 1999, p. 595).

Se a criação da dinastia Ming ocorreu com Hongwu, Yongle fez história como o “segundo fundador da dinastia Ming” (Mote, 1999). A primeira fase (Hongwu), com a capital principal no sul em Nanjing, caracterizou-se pela reestruturação do império, mas foi na realidade com Yongle que o império foi consolidado e ampliado, tendo a capital principal passado definitivamente para norte em Beijing, que – como veremos – foi reconstruída nesta ocasião.

Além da planificação da nova cidade imperial, aspecto que aprofundaremos oportunamente, Yongle foi promotor de outras obras importantes, das quais podíamos salientar como exemplos a decisão de limpar o Grande Canal, a construção do grande mausoléu de Xiaoling 孝陵 e o impulsionamento das famosas viagens do almirante Zheng He 鄭和<sup>7</sup>, que marcaram o apogeu de uma grande campanha diplomática. Dos dezasseis imperadores da dinastia Ming, o reinado de Yongle foi aquele que não só marcou os primeiros anos da dinastia, mas que também deixou um legado ainda hoje presente na história da China contemporânea.

Neste processo de renovação, é, todavia, importante realçar que a dinastia Ming não cortou completamente com o seu passado mais recente e, se por um lado voltou ao neo-confucionismo, por outro continuou com um conjunto de tradições introduzidas pelos mongóis<sup>8</sup>. Quando os Khan completaram a conquista da China em 1279, ao anunciar a nova dinastia não escolheram um topónimo como de tradição chinesa, mas um adjectivo: Yuan 元, ou “origem”. Zhu Yuanzhang 朱元璋 (Hongwu)<sup>9</sup>, ao escolher o nome “Brilhante”, “Lumi-

<sup>6</sup> Dadu significa literalmente “Grande Capital”.

<sup>7</sup> As viagens marítimas do almirante-eunuco Zheng He levaram os chineses até à costa oriental de África. Sobre este assunto leia-se Fei, Ptak, 1996; Ma, Guida, Fei, 1996; Pereira, Jin, 2006, entre outros.

<sup>8</sup> Os quais escolheram Yuan, “Origem”, “Primórdios” do Universo para definir a dinastia mongol. A mesma tradição continuará até à fundação da República no século XX.

<sup>9</sup> Sobre a vida deste imperador leia-se o *Zhu Yuanzhang zhuan* 朱元璋傳, do qual existe uma tradução francesa (Wu, Perront, 1991), Goodrich; Fang, 1976, pp. 381-392 e Mote; Twitchett, 1988, pp. 107-181.

nosa”, não teve como único objectivo perpetuar uma nova tradição introduzida pelos mongóis, quis também promover alguns aspectos religiosos, com base nos quais o imperador era visto como um salvador: um “Príncipe da Luz”, ou seja, um soberano que tem como um poder superior de proteger o seu reino de qualquer desastre (Tsai, 2001, p. 20). A resposta a tal atitude poderá ser encontrada na biografia de Zhu Yuanzhang que de simples monge oriundo do Anhui se tornou o primeiro imperador da dinastia Ming. Esta mistura de elementos novos com tradições antigas<sup>10</sup>, poderá ser também suportado pela escolha do título do reinado: Hongwu 洪武, ou “Vasto Poder Militar”, um título paradigmático dado que Zhu Yuanzhang, com este título, queria evidenciar a sua longa e vitoriosa batalha contra os mongóis. O que se observa nestes dois factos (a escolha do nome da dinastia e do título do reinado) é uma atitude extremamente pragmática onde tanto a retórica, como o simbolismo dos objectos que acompanham essa retórica, visam um único objectivo: consolidar a posição do imperador enquanto líder indiscutível.

O seu sucessor foi Zhu Yunwen, mais conhecido pelo seu título póstumo de Jianwen 建文 (ou “Edificador da Cultura”), subiu ao trono de forma accidental, dado que o príncipe herdeiro indigitado pelo imperador Hongwu, Zhu Biao 朱標, morreu prematuramente em 1392. O reinado de Jianwen (r. 1398-1402), que teve que ocupar o lugar do pai antes do tempo, foi breve e acabou por ser um mistério<sup>11</sup>, Jianwen desde o início do seu reinado entrou em conflito com os oito príncipes aos quais o avô, Hongwu, na década de setenta do século catorze, havia distribuído um conjunto de principados como forma de garantir a continuidade do império que tinha acabado de fundar. Na realidade Hongwu não previu que esta medida pudesse desencadear uma série de rivalidades entre os vários príncipes. De facto aconteceu com Zhu Di<sup>12</sup> e ainda que o jovem Jianwen tenha percepcionado a rivalidade rapidamente, a nada serviu. Em pouco tempo e após a morte de Zhu Biao, Zhu Di, sentindo-se defraudado do poder imperial, organizou um exército e começou a sua marcha em direcção a Jinling 金

<sup>10</sup> Hongwu tentou fortalecer o nacionalismo chinês bem como alguns aspectos culturais ortodoxos acompanhados por valores sociais neo-confucionistas.

<sup>11</sup> Para uma biografia deste imperador, bem como dos outros, leia-se em Goodrich, Fang 1976 e Mote, Twitchett, 1988, p. xiii.

<sup>12</sup> Hongwu distribuiu um principado a cada filho e a atribuição do principado de Yan a Zhu Di foi um acto de grande consideração por parte do imperador, pois era um dos principados mais importantes do reino (Mote, 1999, p. 595).

陵, actual Nanjing<sup>13</sup> (Mote, 1999, p. 552). Começou assim uma longa luta pelo poder imperial, que terminou com o misterioso desaparecimento do imperador Jianwen, que tanto atormentou a vida do tio Zhu Di e futuro imperador Yongle. A partir deste momento, com a morte (ou suposta morte)<sup>14</sup> de Jianwen, dá-se a usurpação do trono por parte de Yongle em 1402, o qual como primeiro acto ordena a execução dos ditos “Quatro Mártires”<sup>15</sup>. Começa a nova fase da dinastia Ming (Brook, 1998, p. 94), que virá a ser caracterizada pelo processo que levou à fundação da “capital do norte”, Beijing, como novo centro do poder político Ming, permanecendo assim até hoje. A construção do novo palácio imperial foi apenas um dos aspectos de propaganda política promovida por Yongle, que passou toda a sua vida a construir a sua imagem pública através de uma hábil campanha de “marketing”, que teve como principal objectivo legitimar a sua posição como “filho do Céu”. Neste processo de “fabricação” da sua posição de imperador surgem as famosas “*Beijing bajing tu* 北京八景圖”, ou “Oito vistas de Beijing”<sup>16</sup>.

<sup>13</sup> Esta cidade tornou-se capital do império Ming. Em 1368 passou de Jiqing (época Yuan) para Yingtian, embora Zhu Yuanzhang a tivesse ocupado já em 1356. Foi reconstruída a partir de 1368, tendo entretanto todos os documentos sido guardados e transferidos para esta nova capital do sul. A construção da nova capital acabou em 1377 (Mote, 1999, pp. 552; 568).

<sup>14</sup> Durante o século dezasseis circularam documentos como aquele redigido por Chen Xiao (1499-1566) *Jianwen xungou ji* (Relato sobre a abdicação do imperador Jianwen) de 1566 (Mote, Twitchett, 1988, p. 204). Este foi um dos muitos relatos que visavam esclarecer o que teria acontecido realmente ao sucessor de Hongwu. Sobre este assunto consulte-se Chung-yun, 2012.

<sup>15</sup> Fang Xiaoru 方孝孺 (1357-1402), Qi Tai 齊泰 (m. 1402), Huang Zichen 黃子澄 (1353?-1402) e Lian Zining 練子寧 (m. 1402) todos com o título de *jìnshi*, ficaram na história como os 4 mártires que se bateram contra a usurpação do trono por parte do Príncipe de Yan (Mote, 2003, p. 585). Não foram os únicos a ser executados, nesta altura, pois Yongle tinha mandado executar todos os assistentes do sobrinho Jianwen que não queriam submeter-se à vontade do novo imperador (Link, Mote, 2009: 72; 75). Para uma biografia dos quatro mártires leia-se (Association for Asian Studies, Fang, Goodrich, 1979, pp. 224-27; 426-33; 911-12).

<sup>16</sup> Rolo anónimo pintado numa época posterior à Wang Fu 王紱 criado como parte do projecto que visava justificar a fixação da capital em Beijing após a destituição de Jianwen. Como iremos analisar, este rolo contém uma série de inscrições que louvam a escolha de Beijing como capital.



## “Oito vistas de Beijing” e a agenda política de Yongle

Porquê Beijing? Em termos gerais é importante realçar que este núcleo urbano existiu pelo menos desde a dinastia Liao 遼 (916-1125)<sup>17</sup>, tornando-se ao longo do tempo uma cidade central na história da China. Durante a dinastia Ming, várias terão sido as razões que levaram Yongle a escolher a antiga capital dos Yuan como sede do seu reinado. A principal, deve-se provavelmente ao facto de ser uma cidade localizada numa região que Zhu Di conhecia profundamente; além disso, não podemos esquecer que Beijing era bastante longe de Nanjing<sup>18</sup>, a capital da primeira fase Ming e o local onde se tinha consumado o assassinio do imperador Jianwen e de toda a sua família. Outra razão, embora não deixe de ser uma mera conjectura, poderá ter sido o facto de Yongle ter ficado no Norte, não apenas por razões estratégicas e militares, mas eventualmente por razões familiares. Ainda que a sua mãe putativa fosse a imperatriz Ma 馬[皇后], Zhu Di terá sido o fruto da relação do pai, Hongwu, com uma consorte coreana<sup>19</sup> ou mongol (Tsai, 2001; Link, Mote, 2009, p. 381). Seja qual for a verdade sobre este assunto, o ambiente onde se formou Zhu Di era mais próximo desta região. Era aqui que – não obstante todas as barreiras físicas<sup>20</sup> construídas ao longo dos séculos – a China dos “han” se fundia gradualmente com outras tribos das estepes partilhando usos, costumes e credos, tornando estas comunidades em realidades fluídas. Este aspecto podia ser observado em

<sup>17</sup> Os Liao, ou Qidan 契丹 (Khitan), são uma dinastia de origem “não han”. De realçar que Beijing foi escolhida prioritariamente (excepção feita aos Ming) como capital das populações “não han” fundadoras de dinastias barbáricas, tais como os Jin 金, Yuan e finalmente Qing 清. A escolha deste local tem naturalmente a ver com a proximidade territorial que esta cidade tinha dos países com populações como os jurchen, os khitan, os mongóis e os manchus. Veja-se também mapa apresentado em Steinhardt, 1999, p. 20.

<sup>18</sup> Nanjing foi completada em 1377 e foi chamada de Jingshi 京師 (capital) em 1378. No entanto Fengyang 鳳陽 tornou-se Zhongdu 中都 (capital central) e Kaifeng 開封 a capital setentrional. A cidade foi construída ao longo do reinado de Hongwu, ainda que ele nunca tenha ficado completamente satisfeito com a sua localização. Por esta razão terá enviado o seu filho mais velho e herdeiro aparente Zhu Biao para que inspecionasse outras capitais antigas das dinastias Han e Tang. A viagem de Zhu Biao não trouxe qualquer resultado, dado que este adoeceu e a ideia de instalar mais uma capital acabou por não se concretizar (Mote, 1999, p. 568).

<sup>19</sup> Os Yuan mandavam vir mulheres coreanas para a sua corte em Dadu, uma tradição que continuou com Yongle, entre outros. Na “Cidade Proibida”, além das consortes e criadas coreanas podiam-se também encontrar eunucos de origem coreana que eram utilizados como mensageiros do imperador nas missões tributárias (Link, Mote, 2009, p. 304).

<sup>20</sup> A grande muralha *in primis*.

muitos dos rituais que ocorriam em Beijing durante o domínio mongol e que continuaram durante as épocas sucessivas.

Durante a época Yuan, Beijing foi sempre alvo de ritos de purificação que visavam limpar a cidade de qualquer tipo de poluição espiritual negativa. Nestas ocasiões os Khan convocavam os lamas tibetanos em Dadu<sup>21</sup>. Estes rituais continuaram durante a dinastia Ming especialmente durante o reinado de Yongle e, embora com algumas interrupções, continuaram ao longo da dinastia Qing. Era evidente que Yongle não queria apenas promover-se como imperador, “Filho do Céu”; queria afirmar-se como um “Imperador Universal” (Robinson, 2008, p. 400). Esta escolha deu, de certa forma, continuidade à posição do pai, o qual ao escolher “Luz”/“Brilhante” como nome da dinastia evidenciou a sua profunda ligação ao budismo, sobretudo lamaísta. Existem vários registos deste culto e dos ritos que envolviam grande número de monges tibetanos em Nanjing, práticas que continuaram em Beijing pelo filho Yongle o qual se afirmava um “*bala cakravartin*” (*cakravartin* que exerce a força). Yongle recebeu ensinamentos de lamas tibetanos, alguns dos quais conseguiram o título de preceptores imperiais (*guoshi* 國史). As instruções religiosas envolviam sobretudo o budismo esotérico ou mais especificamente ritos relacionados com Mahākāla e Hevajra, figuras centrais para a consagração do *cakravartin*, “Soberano Universal” ou “Rei dos Reis” (Robinson, 2008, p. 375). É importante salientar que muita da familiaridade de Yongle para com o Budismo devia-se também à ligação que ele manteve desde muito novo com o monge Daoyan 道衍 (1335-1418)<sup>22</sup>. O percurso de Yongle apoiou-se assim na “fabricação” de um ideal imperial que conjugasse uma concepção “chinesa” de soberano, mas mantendo também alguns aspectos da regência “mongol” (Dreyer, 1982, p. 173). Conservaram-se assim muitas das práticas dos Khans como – por exemplo – a manutenção das visitas dos monges tibetanos à corte imperial. Mas a ligação com o Tibete não

<sup>21</sup> Sobre este assunto leia-se Sørensen; Orzech, 2010, pp. 539-549.

<sup>22</sup> Daoyan, também conhecido por Yao Guanxiao 姚廣孝, do qual existe um belíssimo retrato (rolo, tinta e cor sobre seda, dinastia Ming, colecção do Museu do Palácio de Beijing); este retrato é um extraordinário exemplar de *kesi* 緙絲 que foi recentemente (2014) exposto em Londres no Museu Britânico (Clunas, Harrison-Hall, 2014, p. 43). Não menos precioso é o retrato do mestre budista tibetano Śākya Yeshé (1354 – 1439) o qual chegou à corte imperial em 1415. Ambos os retratos testemunham a influência do budismo na corte Ming, bem como o carácter cosmopolita tanto de Nanjing como de Beijing.

era apenas espiritual, pois existiam também razões económicas e políticas que levaram à manutenção deste laço<sup>23</sup>.

Desde o início do seu reinado em 1402, Zhu Di teve sempre preocupação com a sua imagem enquanto imperador, pois tendo consciência de ter estado envolvido na morte do sobrinho, sabia que a usurpação do trono colocava o seu “Mandato”<sup>24</sup> em risco constante. Construir Beijing foi um acto político que começou em 1416 tendo planificando a cidade com uma equipa de arquitectos liderada pelo eunuco vietnamita Nguyễn An/Ruan An 阮安(m. 1453)<sup>25</sup> o qual se ocupou do projecto dos palácios, dos templos e da muralha de defesa em torno da cidade<sup>26</sup>. Foi uma obra de dimensões extraordinárias cuja construção contou com madeiras oriundas de regiões como o Sichuan, Shanxi, Jiangxi, Hunan, Hubei e Zhejiang, as quais viajaram principalmente pelo Grande Canal tendo-se utilizado uma grande quantidade de mármore de Fangshan 房山 (arredores de Beijing). No projecto, não apenas de operários locais, participou também muita mão-de-obra estrangeira, sobretudo vietnamita (Clunas, Harrison-Hall, 2014, p. 31). Os interiores foram decorados com materiais nobres nacionais e internacionais. A cidade levou anos a ser planificada, tendo sido terminada apenas no reinado de Zhengtong (Steindhart, 1990, p. 170). O plano e a distribuição dos edifícios principais foram concebidos tendo como modelo a cidade de Nanjing. Beijing foi considerada capital permanente no dia 14 de novembro de 1441, mas apenas na segunda metade do século quinze foram concluídos os três palácios

---

<sup>23</sup> A aliança com o Tibete era garantida pela circulação dos monges tibetanos na capital, bem como pelo patrocínio de obras ligadas ao budismo tibetano. Era uma forma para evitar que os mongóis voltassem em massa para China. Um problema que será enfrentado pela dinastia manchú (os Qing) adoptando a mesma estratégia contra os oirates-zúngaros (Mote, 1999, p. 937).

<sup>24</sup> O *tianming* 天命, é um mandato que se funde com o conceito de missão moral, onde o cultivo moral pessoal (característica interior) se expressa no bom governo (característica exterior). Yongle contrariando a vontade do pai Hongwu que tinha designado Zhu Biao como herdeiro aparente e não reconhecendo Jianwen como legítimo sucessor ao trono, não respeitou todo um conjunto de regras que podiam fazer insurgir o Céu e os antepassados. Para mais leia-se Puett, 2011.

<sup>25</sup> Eunuco de origem vietnamita que liderou o projecto do complexo palaciano e de todos os altares dentro e fora da cidade proibida, contando com o apoio do eunuco Cheng Gui e a supervisão directa do imperador. A reestruturação da nova capital devia seguir uma planificação com base num conjunto de regras cosmológicas objectivando a protecção do imperador (Zhu, 2003, p. 28).

<sup>26</sup> Na altura era o maior complexo palaciano amuralhado existente ao mundo. A muralha tinha mais de um quilómetro quadrado com nove entradas protegidas por torres de vigias.

distribuídos no eixo central Sul-Norte e abertos às audiências oficiais da corte externa (Fengtian, Huagai, Jinshen) e da corte interna (Qianqing e Kunning).

Quando Yongle subiu ao trono, Beijing não foi logo aceite como capital imperial principal, pois tal representava aos olhos de muitos letrados mais ortodoxos, um acto que demonstrava uma grande falta de “piedade filial” (*xiao* 孝)<sup>27</sup> por parte de Yongle, dado que a decisão de não manter Nanjing como capital contrariava uma decisão do pai. Por esta razão demorou bastante tempo até ser declarada definitivamente capital principal, algo que aconteceu só após um longo caminho de persuasão e uma grande campanha política (Clunas, Harrison-Hall, 2014, p. 31).

As “Oito vistas de Beijing”<sup>28</sup> foi uma obra paradigmática deste processo de “marketing e comunicação” e contribuiu para a construção da imagem positiva do imperador. Este magnífico rolo de cerca de 20 metros conservado no Museu Nacional de Beijing visava justificar a escolha da nova capital, conforme demonstram os vários poemas e colofónios que louvam a localização de Beijing e a sua associação com antigos soberanos do passado (Clunas, Harrison-Hall, 2014, p. 31).

Esta obra, que foi exposta recentemente em Londres no Museu Britânico (2014), foi preservada por muito tempo no *Qian Qing gong* 乾清宮, ou “Palácio da Pureza Celeste” e ficou registada no famoso catálogo *Shiqu baoji xubian* 石渠寶笈續編<sup>29</sup> (Liscomb, 1988, p. 127). Não se sabe ao certo qual terá sido a primeira versão das “Oito vistas de Beijing”<sup>30</sup> (I, 2016, p. 285); sabe-se – porém

<sup>27</sup> *xiao* 孝, virtude cardina do pensamento filosófico confucionista e sobre a qual se baseia a virtude do *rei* 仁 ou reciprocidade, pois trata-se da resposta natural de uma criação ao amor dos pais garantindo assim a harmonia familiar e – por extensão – da sociedade em geral (Chen, 1997, p. 66).

<sup>28</sup> As “Oito vistas de Beijing” é uma pintura muitas vezes atribuída ao artista Wang Fu (1362-1416). Desta obra existe uma cópia da época Joseon (Coreia). Existe ainda uma antologia dos poemas das “Oito vistas de Beijing” conservado na Biblioteca Nacional da Coreia em Seul, a qual, segundo I Luo-fen (2016, p. 285), será a mais completa e terá o maior número dos poemas citados no prefácio à pintura.

<sup>29</sup> Da autoria de Wang Jie et al., é um inventário das pinturas e caligrafias da colecção imperial de Qianlong editado em 1793 (do qual existe uma edição facsimile de 1971 em 4 volumes). É importante pois encontra-se a catalogação de todas as pinturas e as caligrafias da colecção do imperador Qianlong, que foi um grande coleccionador de obras de arte e mecenas tanto de artistas chineses bem como europeus.

<sup>30</sup> As “Oito vistas de Beijing” são “Jintai Xi Zhao” (Por do Sol na Torre Dourada), “Taiye Qing Bo” (Ondas Cristalinas no Encharco Taiye), “Qion-dao Chun Yun” (Núvens Primavera na

– que foi muito importante para o processo de legitimação da nova capital. O prefácio está datado do 12º ano do reinado de Yongle (1414). Esta obra da autoria de Hu Guang 胡廣 (1370-1418), o Grande Secretário no Directório da Instrução da dinastia Ming, foi acompanhada por um colofónio de Yang Rong (1371-1440), tutor do Príncipe Herdeiro, também do Directório da Instrução. O conteúdo destes dois textos evidenciam claramente como este rolo foi mandado pintar como objectivo de suportar a decisão de Yongle – de instalar a capital em Beijing (Liscomb, 1988, p. 128). O colofónio<sup>31</sup> de Yang Rong 楊榮 (1371-1440) fala de como o imperador depois ter inspeccionado atentamente todas as principais cidades do seu império, chegou à conclusão que não existia cidade mais bela e imponente que Nanjing, mas que ainda assim Beijing acabava por ser superior em termos estratégicos (Liscomb, 1988, p. 128). Segundo Yang Rong, quando o imperador Hongwu recebeu o “Mandato do Céu” e unificou o império escolheu Nanjing por parecer a “cauda de um dragão” e porque, neste local, o Rio Yangzi acabava por representar uma barreira natural que protegia a cidade (Liscomb, 1988, p. 128). Quando Hongwu subiu ao trono, deixou Beijing como capital do Norte, pois desta cidade podia-se controlar directamente o deserto e os povos das estepes (Liscomb, 1988, p. 128). Por esta razão, ainda segundo Yang Rong, Beijing era considerada “*tianxia duhui* 天下都會”, isto é, digna de se tornar capital imperial<sup>32</sup> (Liscomb, 1988, p. 128). Após uma prévia investigação nos arquivos – continua Yang Rong – Hu Huang e Zou Ji não encontraram a obra dedicada às “Oito vistas de Yanshan” que devia ter servido de modelo para esta obra (“Oito vistas de Beijing”). Assim, Zou Ji decidiu compor o primeiro poema sobre as “Oito vistas de Beijing” e Hu Huang contribuiu com um prefácio para a obra. Foram ainda treze outros poetas que escreveram poemas sobre o mesmo assunto, sendo Yang Rong um deles (Liscomb, 1988, p. 128). Nem todos os investigadores concordam com esta ideia e, segundo Yi Ruofen 衣若芬 (2016), na realidade, parece que os poemas,<sup>33</sup> (dos quais foram

---

Ilha de Qionghua), “Yuquan Chui Hong”(Arco Iris no Rio Chui), “Juyong Die Cui”(Sombras Verdes no passo Juyong), “Ji-men Yan Shu”(Árvores e Novoeiro em Jimen), “Lu-gou Xiao Yue”(Luar na Ponte Lugou) “Xishan Ji Xue”(Limpando Neve na Montanha Ocidental) (I, 2016, p. 284).

<sup>31</sup> Traduzido integralmente por Kathlyn Liscomb (1988, pp. 128-129).

<sup>32</sup> Lit. torna-se capital do *tianxia* ou do ‘tudo por baixo do Céu’.

<sup>33</sup> Não existe uniformidade no número de poemas, pois nem todos foram encontrados. Para mais consulte-se Yi, 2016, p. 285, notas 1, 2 e 3.

encontrados apenas uma parte dos atribuídos aos treze autores que trabalhavam na corte imperial de Yongle), não foram compostos de propósito para este rolo, mas terão sido sugeridos por Zou Ji 鄒緝 (?-1422). Ainda de acordo com Yi Ruofen a obra “Oito vistas de Beijing” utiliza na realidade uma referência a um poema de Wang Fu e, por esta razão acabam por não ser as mesmas “Oitos Vistas de Beijing” às quais se refere Yang Rong (Liscomb, 1988, p. 130)<sup>34</sup>. No âmbito deste ensaio, não fará sentido detalhar ou clarificar a questão da autoria, pois não é a autenticidade desta obra que nos interessa; interessa perceber em que medida esta obra foi utilizada como instrumento de propaganda política.

Muitas mudanças ocorreram ao longo do reinado de Yongle, entre elas, sem dúvida aquela de mudar a capital da dinastia para Beijing – um marco evidente ainda hoje<sup>35</sup>. No dia do novo ano de 1421, depois do príncipe herdeiro e da sua família terem chegado a Beijing, Yongle proclama formalmente a cidade capital nacional, mantendo Nanjing como capital auxiliar (Tsai, 2001, p. 127). Na mesma altura organizou um contingente de vinte e seis oficiais de alto nível para começar um tour entre as principais províncias do império, acompanhados por militares, com o objectivo de pacificar as zonas mais turbulentas e verificar a aceitação pela população do novo imperador (Tsai, 2001, p. 127). Estabeleceu ainda um contingente de setenta e dois batalhões com o objectivo de proteger a nova capital e a família imperial (Tsai, 2001, p. 127). Ao longo destes anos Ruan An dirigiu magistralmente a equipa que construiu a “Cidade Proibida”<sup>36</sup> e contribuiu para criar o grande complexo de colinas artificiais, pavilhões, esculturas, tendo mandado plantar flores raras e ciprestes para tornar a cidade ainda mais elegante e sobretudo digna para acolher o filho do Céu (Tsai, 2001, p. 127; Steinhardt, 1999, p. 168). Beijing foi desde a sua construção, na época Ming, uma cidade ligada directamente ao Céu, pois a cosmologia chinesa regulamentava que a planificação urbana e todos os elementos que constituíssem uma cidade fossem orientados com base em cálculos astronómicos complexos. Em termos genéricos, ao longo da história da China acreditava-se que o cosmo

<sup>34</sup> Na realidade sobre a monografia sobre Wang Fu da autoria de Yu Jianhua, chegou-se a conclusão que os colofónios que se podem ler na cópia das “Oito vistas de Beijing” até podiam ser falsos (Liscomb, 1988, p. 130).

<sup>35</sup> Desde então permaneceu como capital da China, feita excepção ao período da República da China durante o qual a capital voltou para Nanjing entre 1927 e 1949, no mesmo local.

<sup>36</sup> Também conhecida como “Cidade Purpúrea” (*Zi jing cheng* 紫京城) ou, ainda, “Cidade Amuralhada Capital Polar” (Steinhardt, 1990, pp. 163; 173).

regulamentasse a vida na terra onde o homem agia numa estrutura hierarquicamente organizada. Segundo estas crenças, o objectivo último do homem era manter harmoniosa a sua ligação com o Céu e a Terra, num ritmo cíclico onde existia uma continuidade das partes no todo<sup>37</sup>. Estes conceitos encontram-se na base da cultura chinesa e é difícil transmiti-los em poucas linhas. Constituem parte integrante da acção humana no mundo e explicitam-se de várias formas, sendo a cidade uma delas. A conjugação entre Céu e Terra era a obsessão de Yongle o qual investiu muitos recursos humanos e financeiros na construção de um centro palaciano que fosse expressão do seu poder e magnificência, mas também que o protegesse de qualquer tipo de calamidade. Yongle passou apenas três anos e meio no novo centro palaciano imperial mas o seu nome acabou por ficar ligado à história da “Cidade Proibida” ainda hoje visitada por milhares de turistas por ano<sup>38</sup>.

### **A “construção” de um imperador: Yongle e a sua campanha de persuasão**

Imperadores como Yongle acabaram por ser grandes promotores de imagem e de “marketing político”, demonstrando saberem conjugar magistralmente técnicas de comunicação efectiva com formas de construção simbólica. Como temos visto, a propaganda política promovida por Yongle foi principalmente uma forma para garantir que a sua posição fosse aprovada pelo povo e pelo Céu. Yongle tentou, e conseguiu, através da construção de uma imagem sólida, transmitir confiança e segurança aos seus súbditos. A propaganda surgiu como meio para assegurar a estabilidade do reino e para garantir a harmonia entre o Céu e Terra. A glória, a vitória, o prestígio e a grandeza pautaram a vida deste imperador como símbolo público do poder. Distinguiu-se na arte, na arqui-

---

<sup>37</sup> Quem observa a planta da “Cidade Proibida” do céu não pode não reparar na tentativa de criar uma harmonia entre o Céu e a acção humana. Os cinco elementos reflectem-se na disposição dos palácios de forma evidente: a Este, encontramos um complexo “verde”, onde residiam os príncipes (Este, verde, madeira); a Sul, os beirais são vermelhos (Sul, fogo, vermelho) sobretudo na Porta meridional; a Imperatriz vivia a oeste, onde se encontrava o “rio dourado interior” (metal/ouro, branco, Oeste); a Norte, encontra-se um templo para venerar o espírito da água que continha o carácter *shui* 水 (Norte, água, preto); e por fim, no centro, encontra-se o complexo palaciano do imperador constituído por três salas distribuídas de modo a constituir idealmente o carácter *tu* 土, terra (centro, Terra, amarelo).

<sup>38</sup> Sobre uma evolução de Beijing de capital imperial para cidade olímpica em 2008, leia-se Li; Dray-Novey e Kong, 2008.



itectura, na literatura<sup>39</sup>, na história, nas viagens e nas campanhas militares que promoveu ao longo do seu reinado.

Desde finais do século catorze, tornou-se evidente a vontade do príncipe de Yan em tornar-se imperador a todo o custo. Além do desaparecimento de Jianwen, houve outras acções – não raras na história da China – como por exemplo os casos de manipulação de alguns documentos oficiais, entre eles, o registo de nascimento de Yongle.

O desaparecimento da certidão de nascimento de Zhu Di, filho de Hongwu permaneceu por muito tempo um mistério. Neste caso a máxima *mater semper certa est, pater nunquam*, funcionou ao contrário sendo que a dúvida incidia sobre o facto de a imperatriz Ma (1332-82) será ou não a sua mãe biológica. Circulava a notícia que na realidade o futuro imperador Yongle podia ter sido o resultado de uma relação que o pai tivera com uma *gongfei* 宮妃 coreana ou mongol de segundo grau que fazia parte do seu vasto *harém* (Tsai, 2001, p. 20)<sup>40</sup>. Se os historiadores tivessem confirmado este facto Yongle teria sido colocado numa posição desfavorável, quando comparado com os outros príncipes.

Na sua propaganda transparece muito da sua educação que foi acompanhada, tanto por monges budistas, como por letrados neoconfucionistas da época. O príncipe de Yan foi ainda instruído por grandes generais amigos do pai, como por exemplo Xu Da 徐達 (1332-1385), do qual recebeu também em casamento a filha maior Xu Yihua 徐儀華 (1376)<sup>41</sup> e futura imperatriz Renxiao a qual foi crucial no processo de propaganda (Tsai, 2001, p. 137). Segundo as fontes oficiais, Yongle cresceu forte e tinha vocação para artes marciais, bem como um profundo conhecimento dos clássicos confucionistas e – como temos visto – uma grande fé na religião budista. Muitas foram as campanhas

<sup>39</sup> Como a grande Enciclopédia de Yongle (*Yongle dadian* 永樂大典) foi transferida para o “pavilhão da literatura” localizado dentro da própria cidade imperial em 1421 (Tsai, 2001, 135).

<sup>40</sup> Nem todos os historiadores concordam com esta ideia achando que esta história conforme fontes mongóis poderá ser uma mera lenda (Tsai, 2001, p. 20).

<sup>41</sup> Conhecida formalmente com a imperatriz Renxiaowen (Renxiaowen Huanghou 仁孝文皇后), um nome que mostra como a imperatriz, uma mulher culta e activa politicamente, devota ao budismo estava também ligada ao neoconfucionismo, como atestam as obras da sua autoria: *Quanshan shu* 勸善書 (Sobre a acumulação de méritos) com um conteúdo que apresenta sincretismo religioso entre neo-confucianismo, budismo e taoísmo. Também o *gujin lienü zhuan* 古今列女傳 (Biografias de mulheres ilustres passado e presente) de 1403 foi muito apreciado pelos soberanos coreanos da era Joseon ou ainda as *neixun* 內訓 (Instruções familiares) de 1404. Para uma tradução de excertos desta última obra leia-se De Bary, 2008, p. 442.



que conduziu contra os mongóis ainda que liderado por velhos generais, uma experiência que moldou a sua resistência no campo militar.

Zhi Di (Yongle) tinha uma concepção da governação completamente distinta do seu sobrinho Zhu Yunwen, sendo que este último concentrou grande parte do seu brevíssimo reinado na tradição neo-confucionista dando primazia ao *wen* 文 (refinamento cultural) em prejuízo do *wu* 武 (domínio guerreiro). Não se sabe ao certo quando Zhu Di decidiu enfrentar a corte. Alguns autores sugerem que terá sido sob a influência do monge budista Daoyan (também conhecido por Yao Guangxiao) o qual previu que Zhu Di subiria ao trono do dragão. Circulava uma história de que em 1382, durante o funeral da imperatriz Ma, Daoyan que realizou os ritos funerários juntamente a outros oficiais, terá encontrado pela primeira vez o Príncipe Yan. Conta-se que, nesta ocasião, o monge terá dito ao príncipe que queria entregar-lhe um chapéu branco (Tsai, 2001, p. 43): uma frase simbólica que queria exemplificar o gesto de colocar um chapéu branco (*bai* 白) na cabeça do príncipe (*wang* 王). Se considerarmos o carácter utilizado para designar o imperador, *huangdi* 皇帝, o termo *huang* 皇 é representado pela combinação do *bai* 白 por cima do *wang* 王 (*ibid.*), mostrando assim como Zhu Di fosse destinado a tornar-se imperador. Com base nesta história, entre outras, o príncipe de Yan sentia-se herdeiro legítimo ao trono.

Toda a fase de conquista e usurpação do trono foi habilmente architectada para que parecesse um acto legítimo. A guerra civil que ocorreu entre 1399 e 1402 foi promovida como sendo uma acção que visasse colocar um fim a uma série de problemas internos. Alegando que segundo as “injunções ancestrais”<sup>42</sup> instituídas pelo próprio imperador Hongwu, que reconheciam autonomia militar por parte dos principados, o príncipe Yan sentiu-se autorizado para promover uma expedição punitiva contra o sobrinho, uma campanha que foi justificada de várias formas. Uma das razões alegadas foi o facto do imperador Jianwen não ter informado o príncipe de Yan (Zhu Di) da doença do pai impedindo assim que este pudesse presenciar os ritos funerários; outra razão foi o facto do imperador Jianwen ter sido mal aconselhado por uma série de mandarins bajuladores os quais acusaram o futuro Yongle de ter organizado injustamente

<sup>42</sup> As “injunções ancestrais”, também conhecidas como *jiafa* 家法 (ou leis da “família imperial”) foram estabelecidas pelo imperador Hongwu e serviam principalmente para fortalecer as ditas *guofa* 國法 (ou “leis do império”). Se por um lado visavam controlar o poder dos príncipes os quais gozavam de uma certa autonomia militar e política, por outro deram-lhe paradoxalmente maior autonomia do poder central (*vide* Mote, Twitchett, 1988, pp. 176-79).

– na perspectiva do tio – uma campanha militar contra o próprio imperador e a sua corte (Mote, Twitchett, 1988, p. 195).

O lema que acompanhou esta campanha punitiva que assinala o início da ascensão de Zhu Di, *fengtian jingnan* 奉天靖難 (“Eliminar o desastre para responder à vontade do Céu”), foi alimentado pelo falso propósito de salvar o sobrinho daqueles ministros que o aconselharam mal incentivando-o a reduzir o poder efectivo dos *xiaofan* 消藩, ou “feudos”<sup>43</sup> indo contra as “Injunções Ancestrais” de Hongwu (Link, Mote, 2009, pp. 66-68).

O decurso dos factos é importante para entender como, passo a passo, Zhu Di conseguiu fortalecer a sua posição e suportar que a sua acção contra o sobrinho não só era necessária, mas que se enquadrava no mais profundo respeito da “piedade filial” confucionista (Link, Mote, 2009, pp. 66-68). As técnicas de persuasão, que foram também um dos tópicos tratados na obra de Peter Burke sobre o “Rei Sol” (2005, p. 27), foram muito complexas e Zhu Di teve de se apoiar em vários meios que pudessem amplificar a visibilidade do aspirante imperador. Neste âmbito, é importante salientar como a ampla preocupação com a glória de Yongle tenha sido revelada nalgumas obras literárias, entre as quais relembremos *yinglie zhuan* 英烈傳 (Biografias de heróis) e a sua continuação redigida na época Qing, *xu yinglie zhuan* 續英烈傳 (Biografias de heróis-Continuação); ambas as obras apresentam em forma de romance histórico os processos que levaram à fundação da dinastia Ming, e o processo que culminou com a usurpação do trono por parte de Yongle<sup>44</sup>. No início da expedição o príncipe de Yan, comandava um exército de apenas 100.000 homens, um número não muito grande se tivermos em consideração que o imperador tinha um exército de 300.000 homens. A qualidade do exército do príncipe Yan ainda era superior porque contava com o apoio da cavalaria mongol e de combatentes *Uriyangkhad* (tribos nómadas da floresta), e ainda da sua determinação em vencer. Foi assim que entre 1399 e 1401, a campanha punitiva contra o imperador, que inicialmente ficou confinada aos arredores de Beijing, chegou até Jinan no Shandong (Mote, Twitchett, 1988, p. 299). De nada valeram as tentativas do imperador Jianwen para conter a rebelião, tendo acabado por sofrer grandes perdas. O príncipe de Yan graças a uma série de informações fornecidas por eunucos e generais, conseguiu finalmente chegar

<sup>43</sup> Não existe uma tradução deste termo em português, que podia muito bem ser designado por “principado”. Na China não existiu nada de parecido ao feudalismo europeu.

<sup>44</sup> Sobre este assunto leia-se o ensaio de Chan Hok-Lam em Link, Mote, 2009, pp. 51-93.

à corte de Nanjing e marchar em direcção a Suzhou. Jianwen (Zhu Yunwen) foi-se retirando e o exército de Zhu Di entrou no palácio imperial executando grande parte da corte, o sobrinho e toda a sua família (Mote, Twitchett, 1988, p. 299). Seguiu-se uma acção de “limpeza” geral onde grande parte dos arquivos imperiais foram queimados e muitos documentos oficiais destruídos, entre os quais, constava muito provavelmente o tal certificado de nascimento do qual falámos anteriormente.

O imperador Yongle, após ter conquistado o trono e enquanto construía a nova capital imperial, tencionou expandir o seu império muito além das fronteiras estabelecidas pelo pai. Mandou assim as tropas para norte, chegando até Ulan Bator tendo estabilizado a situação com os mongóis através de uma intensa campanha diplomática. Mas a atenção de Yongle não se focou apenas em fronteiras sensíveis como aquelas setentrionais, avançou também noutras direcções. Entre 1402 e 1424 enviou mais de setenta eunucos para fora da China, para fortalecer a relação com outros países tributários, mas também – como aconteceu na maior parte destas operações militares – para continuar a procurar o “fantasma” de Jianwen (Tsai, 2001, p. 186). As missões diplomáticas em países vizinhos quais a Coreia, o Japão, as ilhas Ryukyu, o Champa, o Camboja, o Sião, Java, Burma e o Bórneo entre outros, eram promovidas por vários motivos entre os quais a necessidade de levar as estátuas de Buda, ou ainda participar em casamentos e funerais reais (Tsai, 2001, p. 186). A sua expansão chegou até regiões como o Nepal, Turfan e Hami (Tsai, 2001, p. 186), mas também em áreas bem mais longínquas quais por exemplo Aden, Bengala, Brava, Isfahan, Khorasan, Malaca, as Maldivas, Palembang, as Filipinas, Samarcanda, o dito “Corno de África” e o Sri Lanka. Através das viagens de Zheng He, Yongle conseguiu dominar os mares, ainda que por um breve período. Se em algumas regiões a relação era esporádica, noutras tornou-se mais estável, como nos casos do actual Qinghai e Tibete, onde estabeleceu uma série de departamentos administrativos. Com o Tibete manteve ainda uma relação cordial, pelas razões que já foram descritas anteriormente, e prova disso foi por exemplo a presença de sua santidade o lama Halima na China e o envio do eunuco Yang Sanbao para o Tibete (Tsai, 2001, p. 187).

O apogeu da relação com os países vizinhos culminou sem dúvida com as expedições marítimas do eunuco muçulmano Zheng He (1371-1434), que se enquadravam neste intenso quadro de actividades diplomáticas promovidas pelo imperador em várias direcções (Tsai, 2001, p. 186). As expedições do

almirante foram precedidas por outras missões menos conhecidas: aquela do eunuco Hou Xian e do monge Zhi Huang no Tibete (1403-1406-1413-1415-1427) e ainda por missões na Ásia Central (1413-1416-1420). Todas estas viagens serviam naturalmente para consolidar e glorificar a magnificência de Yongle e, como já frisámos várias vezes, garantir que o imperador Jianwen não voltasse a reclamar o trono. A chegada e o envio de prendas eram acompanhados por cerimoniais e assumiam um valor simbólico que confirmava a posição de Yongle como soberano do “*tianxia* 天下” (“tudo por baixo do Céu”).

Em jeito de conclusão, a imagem de Yongle projectada ao longo do seu reinado foi a de um imperador excepcionalmente dedicado à auto-afirmação, como diria Peter Burke, o culminar de um conjunto de acções colectivas que levaram à “construção” da sua imagem (2005: 73). Uma interpretação mais exemplificativa do que representava Yongle e o seu vasto império foi oferecida pelo retrato oficial de Yongle, preservado no Museu do Palácio Nacional em Taipei. Este retrato, também recentemente (2014) exposto em Londres, mostra um Yongle no típico traje amarelo de imperador, sentado no seu trono segurando um belíssimo cinto em ouro e pedras preciosas. Mostrar o imperador deste modo, não foi uma escolha inocente, mas um esforço coordenado de representar o imperador com os seus triunfos diplomáticos: pois segurar o cinto representa simbolicamente o controlo que Yongle possuía das regiões de onde provinham aquelas pedras preciosas.

## Notas conclusivas

Com Zhu Di e a sua sucessão ao trono observa-se um processo de legitimação do poder e de propaganda política que não foi um caso único na história da China.<sup>45</sup> Não obstante, não se pode deixar de observar algumas características que lhe são próprias: a escala e o impacto que teve ao longo dos séculos. Entre os vários momentos que pautaram a rápida ascensão do Príncipe de Yan, sem dúvida a escolha de Beijing como capital imperial e as viagens de Zheng He, foram aqueles que tiveram maior ressonância dentro e fora do império chinês. Subjacente a estes dois momentos, o *leitmotiv* de todo o reinado de Yongle foi a procura de Jianwen. Esta procura desenfreada pelo sobrinho por parte do “segundo fundador da dinastia Ming”, desencadeou um fenómeno que pode-

---

<sup>45</sup> Sobre este tema consulte-se (Knechtges, Vance, 2014).

ríamos definir, para o tornar mais compreensível ao público português, de “Sebastianismo com características chinesas”.

Se as viagens de Zheng He são o fenómeno mais estudado e conhecido, as “Oito vistas de Beijing” igualmente importantes, mas menos divulgadas, são sobretudo um forte meio de propaganda política. Este rolo foi um método utilizado para convencer os letrados da época, sobretudo os mais ortodoxos, representando um hábil instrumento de auto-afirmação que não apresentava apenas a imagem de um rei patrocinador das artes, mas também aquela de um homem com um aguçado senso de publicidade que avançava em várias frentes, ainda que nem sempre explícitas. É claro que se olharmos para a magnificência da cidade imperial (ainda que reconstruída durante as épocas sucessivas ao reinado de Yongle e hoje sensivelmente reduzida) não é difícil ficarmos impressionados com o projecto que homenageia um imperador que usurpou o trono, contrariando todas as leis terrenas e celestes que regulamentavam o “Mandato do Céu”.

As campanhas diplomáticas, as guerras bem-sucedidas, contribuíram para a construção da imagem de um imperador herói conquistador, cuja grandeza nunca foi proclamada directamente pelo próprio, mas sim concretizada através dos seus actos. Actos, estes, que mostravam principalmente de dever o seu poder ao Céu. Os meios que utilizou nos seus actos de persuasão presentes em vários campos desde a arte, a arquitectura, a literatura mostram como Yongle tinha noção da importância da cultura como meio para fortalecer o culto ao soberano por parte das elites e, por reflexo do povo. Com efeito, foi necessário investir muito na linguagem da comunicação política, tanto literária como visual, sendo que as “Oito vistas de Beijing” foi um obra de arte – entre outras – que visou representar a sua posição enquanto legítimo herdeiro do império fundado pelo pai, Hongwu.

## Referências bibliográficas

- Association for Asian Studies., Fang, Z., & Goodrich, L. C. (1979). *Dictionary of Ming biography, 1368-1644*. Taipei: Mei Ya.
- Brook, T. (2011). *The confusions of pleasure: Commerce and culture in Ming China*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Burke, P. (2005). *The fabrication of Louis XIV*. New Haven: Yale University Press.
- Chan, H. (2008). The “Song” Dynasty Legacy: Symbolism and Legitimation from Han Lin’er to Zhu Yuanzhang of the Ming Dynasty. *Harvard Journal of Asiatic Studies*, 68 (1), 91-133. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/40213653> (22/12/2016)

- Cheng, A. (1997). *Histoire de la pensée chinoise*. Paris: Seuil.
- Chung-yun, L. (2012). The Emperor's Returning Ghost: Transforming the Jianwen Emperor in Ming Dynasty China. (English). *Xin Shixue* (New History), 23 (4), 61.
- Clunas, C., In Harrison-Hall, J., & British Museum. (2014). *Ming: 50 years that changed China*. Seattle: University of Washington Press.
- De Bary, W. T. (2008). *Sources of East Asian tradition* (Vol. 1). New York: Columbia University Press.
- Di Cosmo, N. (2007). *Ancient China and its enemies: The rise of nomadic power in East Asian history*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- Ditmanson, P. (2007). Venerating the Martyrs of the 1402 Usurpation: History and Memory in the Mid and Late Ming Dynasty. *T'oung Pao*, 93 (1/3), second series, 110-158. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/40376305> (accedido 15/02/2017)
- Dreyer, E. L. (1982). *Early Ming China: A political history 1355-1435*. Stanford, Cal: Stanford University press.
- Fei, X., Mills, J. V. G., & Ptak, R. (1996). *Hsing-ch'a-sheng-lan: The overall survey of the star raft*. Wiesbaden: Harrassowitz.
- Goodrich, L. C., Fang, C., & Association for Asian studies. (1976). *Dictionary of Ming biography 1368-1644*. New York: Columbia U.P.
- Hok-Lam Chan 陳學霖. (2005). Xie Jin (1369-1415) as Imperial Propagandist: His Role in the Revisions of the "Ming Taizu Shilu". *T'oung Pao*, 91(1/3), second series, 58-124. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/4528997> (23/12/2016)
- Yi, L. 衣若芬 (2016). 玉堂天上: 清宮旧藏明代《北京八景图》新探 [A New Exploration on Qing Palace's Collection of Ming Artist Wang Fu's Painting – "The Eight View of Beijing"]. *Gugong xuekan* 故宫学刊[*Journal of Gugong Studies*], 7 (16), 283-296.
- Knechtges, D. R., & Vance, E. (2014). *Rhetoric and the Discourses of Power in Court Culture: China, Europe, and Japan*. Vancouver: University of Washington Press.
- Li, L. M., Dray-Novey, A. J., & Kong, H. (2008). *Beijing: From imperial capital to Olympic city*. New York, NY [u.a.: Palgrave Macmillan.
- Link, E. P., & Mote, F. W. (2009). *The scholar's mind: Essays in honor of Frederick W. Mote*. Hong kong: Chinese University Press.
- Liscomb, K. (1988). "The Eight Views of Beijing": Politics in Literati Art. *Artibus Asiae*, 49 (1/2), 127-152. doi:10.2307/3250048
- Ma, H., Guida, D., Gong, Z., & Fei, X. (1996). *Verso l'Oceano occidentale: Viaggiatori cinesi in Asia meridionale*. Lecce: Argo.
- Menon, S. (2009). From Peking to Beijing. *India International Centre Quarterly*, 36(3/4), 360-372. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/23006423> (12/11/2016)
- Mote, F. W. (1999). *Imperial China, 900-1800*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- Pereira, J. M., Jin, G., & Academia de Marinha (Portugal). (2006). *Navegações chinesas no século XV: Realidade e ficção*. Lisboa: Academia de Marinha.
- Puett, M. J. (2011). *To become a God: Cosmology, sacrifice, and self-divinization in early China*. Breiningsville, PA: Harvard University Press.
- Rawski, E. S. (2015). *Early modern China and Northeast Asia: Cross-border perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Robinson, D. M. (2008, January 01). The Ming Court and the Legacy of the Yuan Mongols. *Harvard East Asian Monographs*, 301, 365-422.
- Steinhardt, N. S. (1999). *Chinese imperial city planning*. Honolulu, Hawaii: University of Hawai'i Press.
- Tsai, S.-S. H. (2001). *Perpetual Happiness: The Ming Emperor Yongle*. Seattle: University of Washington Press.
- Mote, F. W., Twitchett, D., & Cambridge Histories Online. (1988). *The Cambridge History of China: Volume 7*. Cambridge: Cambridge University Press. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.1017/CHOL9780521243322> (22/12/2016).
- Jie Wang et al. (1971). *Shíqú bǎojí xùbiān* 石渠寶笈續編 (Catálogo das pinturas e caligrafias da coleção imperial). Taipei: Guoli gugong bowuyuan yinxing.
- Yonglin, J. (2010). In the Name of “Taizu”: The Construction of Zhu Yuanzhang’s Legal Philosophy and Chinese Cultural Identity in the “Veritable Records of Taizu”. *T’oung Pao*, 96(4/5), second series, 408-470. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/41354708> (22/12/2016).
- Wu, H., & Perront, N. (1991). *Le Tyran de Nankin: empereur des Ming*. Arles: P. Picquier.

# O CAFÉ E O CHÁ NAS CULTURAS DE PORTUGAL E DA CHINA

## 中葡文化中的咖啡与茶

Jiaqi Zhu

Universidade de Aveiro

### Introdução

O chá, ligado ao Oriente, tal como o café associado ao ocidente, tem uma história muito longa. Portugal foi o primeiro país europeu a consumir o chá proveniente da China. Logo a seguir, a princesa Catarina introduziu-o em Inglaterra. O café também foi transportado pelos marinheiros portugueses para o Brasil. Então, não é exagero dizer que Portugal contribuiu muito para divulgar o chá e o café em todo o mundo.

Hoje em dia, é indescutível que o chá e o café são imprescindíveis quer na cultura portuguesa, quer na cultura chinesa. Tendo em consideração este pressuposto, pretendo fazer um estudo comparativo entre os atos de tomar chá e café e, assim, investigar as semelhanças e as diferenças entre estas culturas tão distantes.

Para atingir os objetivos propostos, utilizei os seguintes métodos: pesquisar e recolher os documentos das referências bibliográficas em português, em inglês e em chinês; visitar os cafés de Portugal e as casas de chá na China; levantar informações em sítios da internet.

### 1. Breve história do chá na China

De acordo com as lendas chinesas, a bebida de nome *chá* terá nascido de uma história proveniente da obra *Shennong Bencaojing*, que foi compilada



durante o Período dos Reinos Combatentes (475- 221 a.C.). Nesta altura, o chá foi usado para fins medicinais. De acordo com a primeira alusão escrita ao chá, que remonta ao terceiro milénio antes da nossa era, um cirurgião chinês receitava as folhas de chá para aumentar o poder de concentração. Portanto, o chá era um remédio e um ingrediente culinário antes de ser uma bebida.

Curiosamente, durante a dinastia Han (206-220), os chineses que começaram a gostar de beber chá eram intelectuais: escritores, políticos, historiadores, entre outros. O facto de a classe intelectual ter começado a tomar chá, fez com que o chá começasse a ter relevo na área cultural. Para os poetas, o chá ajudava a expressar os pensamentos; para os taoistas e os budistas, o chá era uma boa forma para obter a paz e a serenidade, uma vez que se dizia que auxiliava na comunicação entre as pessoas e os fantasmas.

Durante o período das Cinco Dinastias e dos Dez Reinos (907- 960)<sup>1</sup>, surgiram as primeiras casas de chá (*tangshe*)<sup>2</sup>, onde os intelectuais podiam comentar e discutir as qualidades do chá.

Antes da dinastia Tang (618-907), ainda não tinha aparecido o carácter *chá*. Com a difusão do *Clássico do Chá* de Lu Yu, o carácter *tu*<sup>3</sup> passou a designar o *chá*. O historiador Wang Congren acha que a evolução do nome do chá traduz a evolução da função do chá, ou seja, da função medicinal da bebida (Wang, 2011, p. 21). Durante a dinastia Tang, o chá tornou-se numa bebida nacional e a degustação e apreciação do chá tornou-se num reconhecido ato social. A preparação do chá passou a ser uma honra reservada ao chefe da casa, e a incapacidade para se preparar bem um chá de modo elegante era considerada uma desgraça. As festas ou os banquetes, cujo foco era o chá, tornaram-se populares na corte, onde o imperador tomava chás especiais, feitos com água transportada de nascentes específicas. Isso conduziu à tradição de se oferecer tributos de chá ao imperador todos os anos. Nesta dinastia, eram principalmente os intelectuais, budistas e taoistas que apreciavam a bebida do chá. Não está claro como e quando o chá se espalhou pela China, mas parece que se deve aos monges budistas, seguidores da religião fundada na Índia no século VI a.C. Como o

<sup>1</sup> Foi uma época de instabilidade política situada cronologicamente entre as Dinastias Tang e Sung. Durante este período, cinco Dinastias sucederam-se rapidamente no Norte e mais de uma dúzia de estados independentes, principalmente no Sul, foram criados, ainda que só dez deles sejam enumerados tradicionalmente, daqui o nome dos “Dez Reinos”.

<sup>2</sup> Em Chinês: 汤社

<sup>3</sup> Em Chinês, 茶 significa chá.

chá começou a ter uma função cultural, espiritual e social, tornou-se na bebida nacional, não só devido à sua popularidade, como também pelas razões económicas e culturais a ela associadas. A historiadora Wang Lin considerou que a cultura do chá nasceu durante a dinastia Tang.

Na dinastia Song (960-1279), o consumo do chá passou a ser acessível ao povo. O costume de tomar chá espalhou-se pela etnia do Norte do país, não se limitando ao Centro como na dinastia Tang. Portanto, o chá também servia como elo de comunicação, de cultura e de economia entre o Norte e o Sul. O ritual do chá também foi introduzido nos casamentos. Nesta altura, o chá produzido na China era o chá verde que servia de moeda de troca.

Para enfatizar a extensão e a diversidade do império mongol, o renovado entusiasmo pelo consumo do chá foi então uma maneira pela qual a cultura chinesa se reafirmou depois da expulsão dos mongóis e com o estabelecimento da dinastia Ming (1368-1644) (Standage, 2005, pp. 403–405). Os chineses, neste momento, bebiam grandes quantidades de chá.

A partir da dinastia Yuan (1271-1386), tornou-se corrente o provérbio, famoso até hoje, que diz que “os setes elementos essenciais do lar são: lenha, arroz, óleo, sal, molho de soja, vinagre e chá”<sup>4</sup>. Podemos, assim, afirmar que o chá estava intimamente ligado à vida diária dos chineses.

Na dinastia Qing (1616-1912), o ambiente para tomar chá mudou radicalmente. Os chineses preferiam apreciar chá nos lugares domésticos. Mas surgiram muitas casas de chá. Por exemplo, em Pequim, no final da dinastia Qing, encontravam-se casas de chá por toda a cidade para as diferentes classes sociais. Sabemos que anteriormente os intelectuais tinham tomado chá e considerado o chá uma bebida elegante. Mas, na dinastia Qing, surgiram também muitas maneiras de tomar chá. Por exemplo, o chá *kongfu* e o chá *ganwan* apareceram nesta época.

## 1.1 A chegada do chá a Portugal

Marco Polo, um dos primeiros ocidentais a percorrer a Rota da Seda, passou muitos anos na corte chinesa durante a dinastia Yuan<sup>5</sup>. A sua obra

<sup>4</sup> A tradução é minha. O provérbio original em Chinês é: “早晨开门七件事，柴米油盐酱醋茶”.

<sup>5</sup> Era uma série de rotas interligadas através da Ásia do Sul, usadas no comércio da seda entre o Oriente e a Europa. Conectava Chang'an (atual Xi'an) na República Popular da China até Antioquia na Ásia, assim como a outros locais. A sua influência alargou-se até à Coreia e ao Japão. Formava a maior rede comercial do mundo antigo.

*As Viagens de Marco Polo* indica que ele trouxe porcelana e chá para o Ocidente. Para não perderem o aroma e fomentarem os lucrosos produtores, na dinastia Ming, inventaram duas outras qualidades de chá: o chá preto e o chá perfumado com flores. A fim de conservarem o perfume das folhas do chá, os produtores descobriram o processo de fermentação ao ar, que decorria até que as folhas ficassem com uma cor vermelha, cozendo-as depois para fazer parar o processo natural de decomposição. O chá estava pronto para ser transportado para longas distâncias. Assim apareceu o chá preto<sup>6</sup>. Nesta altura, os primeiros ocidentais que chegaram à costa chinesa por mar e lançaram negócios com os chineses foram os portugueses Jorge Álvares, em 1513, e Rafael Perestrelo, em 1515. Neste ano, preparou-se em Lisboa uma armada com destino à China, que foi em missão diplomática, encabeçada por Tomé Pires, o autor da *Suma Oriental* que é a primeira descrição europeia do Oriente. O chá preto teve de imediato um peso considerável nas exportações<sup>7</sup> para a Europa. A China tornou-se para os portugueses o padrão de uma civilização exemplar e fonte de inspiração na literatura portuguesa do século XVI. Frei Gaspar da Cruz escreveu no *Tratado das Cousas da China*:

Qualquer pessoa ou pessoas que chegam a qualquer casa de homem limpo, têm por costume oferecerem-lhe em uma bandeja galante uma porcelana, ou tantas quantas são as pessoas, com uma água morna a que chamam chá, que é tamalavez vermelha e mui medicinal, que eles costumam a beber, feita de um cozimento de ervas que amarga tamalavez. Com isto agasalham comumente todo género de pessoa[s] que têm algum respeito, quer conhecidos quer não, e a mim ma ofereceram muitas vezes. (F C G, 2002)

No século XVI, os portugueses mantinham o monopólio da rota do Cabo, impedindo o acesso de navios europeus aos mares da China. Lisboa era, na altura, o mercado que abastecia a Europa de riquezas orientais, entre elas o chá, símbolo de exotismo e de poder de compra. As mercadorias, notícias, técnicas e costumes chegavam à Europa pela via de Macau. Surgem na cidade de Lisboa postos de desembarque destas mercadorias, salientando-se a Casa da Índia. Os

<sup>6</sup> Mas na china, o chá preto chama-se o chá vermelho.

<sup>7</sup> Durante muito tempo, os europeus acreditavam que o chá verde e o chá preto advinham de plantas diferentes. No entanto, em 1848, o botânico Rober Fortune desmistificou esta ideia e provou que ambos eram feitos a partir da mesma planta, a *camélia sinensis*. O que os diferencia é o método de tratamento das folhas.

marinheiros portugueses traziam pequenas quantidades para Lisboa. Por isso, o consumo não era feito em grande escala, uma vez que era um produto caro e raro, acessível a uma minoria. Mas a moda desta bebida foi introduzida, em 1662, em Inglaterra, por Catarina de Bragança, filha de D. João IV e casada com Carlos II de Inglaterra. O gosto pelo chá teve uma imediata adesão na corte e entre a aristocracia inglesa. O chá, para além das suas propriedades medicinais, assumiu um papel social de relevo na Europa.

Os mercadores e missionários portugueses aderiram ao consumo desta bebida pelo conforto da alma e pelo perfume dos sentidos. A mais antiga referência à existência desta planta nos Açores data do século XVI, na Ilha Terceira (Abreu, 2002, p. 39). As plantações criadas na ilha de S. Miguel, que advieram da China através de Macau, são consideradas até hoje, as únicas do género na Europa. A fábrica de chá de Porto Formoso, localizada numa zona privilegiada, produziu entre os anos de 1920 e 1980. Em 1998, os atuais proprietários apostaram numa exploração com uma vertente turística de divulgação do património – a cultura do chá açoriano (Machado, 2012). A Quinta de Porto Formoso tem instalações para alojar visitantes e um espaço etnográfico com objetivos ligados a esta atividade agrícola, desde o cultivo e a recolha até à transformação industrial, ao tratamento das folhas e à embalagem do chá (“Porto Famoso,” n.d.). Em Portugal continental sucederam-se várias iniciativas para a plantação do chá em Trás-os-Montes e no Alentejo. Sabe-se que o rei D. Fernando II mandou plantar na Serra de Sintra, no local denominado “Alto do chá”, plantas do chá e delas se obtiveram colheitas, que resultaram num chá de fino aroma (“Gorreana,” n.d.).

## **2. A breve história do café em Portugal**

Os cafés espalharam-se por toda a Europa no século XVIII, sob a influência da Revolução Francesa (Moura, 2015, p. 24).

Assim, as novas formas de sociabilização deslocam-se para academias, salões e cafés (Philippe, 1961, p. 45). Ali, as pessoas debatem ideias e trocam informações. No que diz respeito a Portugal, os cafés surgiram no início do século XVIII, um pouco mais tarde do que em outros países europeus. Por isso, há quem afirme que “entre nós, os cafés têm sido apenas umas vezes a cópia grotesca, caricatural, outras vezes a fotografia pessimamente retocada dos lá de fora” (Carvalho, 1991, p. 21).

No princípio, antes do terramoto de 1755, os cafés situavam-se em zonas degradadas de Lisboa. Eram lugares frios, sombrios, com mesas e bancos nada agradáveis e que se destinavam essencialmente a boémios e a gente menos abastada.

Na reconstrução de Lisboa, o Marquês de Pombal mandou que todos os botequins ostentassem tabuleta publicitária e fomentou a proliferação destes letreiros pelas ruas da Baixa reconstruída. O Marquês foi um frequentador das tertúlias de botequim (Dias, 1999, p. 19). Nestes botequins, os portugueses costumavam discutir, lutar e jogar. Segundo Moura (2015, p. 36), a paixão pelo jogo – qualquer tipo de jogo – juntava desde marginais a nobres, apesar de a lei ser bem clara no Regimento dos Taberneiros de 1797: “Nenhum taberneiro consentirá nas suas tabernas qualidade alguma de jogo às pessoas que a elas forem comer; e muito menos aos criados de servir e escravos” (Silva, 1828, pp. 367–368).

De acordo com Fátima Moura, quando os cafés finalmente chegaram a Portugal, causaram alguma confusão com o conceito de botequim que quer dizer estabelecimento comercial popular onde se servem bebidas, lanches, tira-gostos e, eventualmente, alguns pratos simples. É como se fossem os cafés portugueses: para além de chá e café, também se podia beber álcool, deixando para as tabernas o tradicional vinho barato a copo. Regra geral, o botequim era um espaço de dimensões reduzidas com um aspeto pouco limpo: a entrada de luz restringia-se a uma ou duas janelas a uma porta. À medida que os primeiros cafés se foram estabelecendo em Portugal, os portugueses começaram a reunir-se nestes espaços, de acordo com os seus gostos. Alguns cafés eram o espaço ideal para boémias, e outros pareciam favorecer a discussão política, literária e artística.

A partir do século XIX, a principal atração de alguns cafés era a tertúlia literária ou política. Aí, até se congregaram revoluções e assassinios.

### **3. As casas de chá na China e os cafés em Portugal como espaço de lazer e sociedade**

#### **3.1. Os cafés em Portugal entre os séculos XVII e XX**

Os cafés, também designados “fontes dos pensadores”, “escolas do saber” ou “esferas públicas de política”, eram locais onde as pessoas debatiam ideias e onde todas as classes sociais podiam entrar. Eram estabelecimentos onde se

vendia não só a bebida negra, mas também outras bebidas espirituosas e algumas refeições ligeiras. Hoje em dia, os cafés oferecem um ambiente inteiramente novo. Servem para intercâmbio social, intelectual, comercial e político, sendo, por isso, o espelho da cultura e da sociedade.

Na Europa, a partir da segunda metade do século XVII, o consumo de café espalhou-se rapidamente, e Portugal não fugiu a esta tendência. Durante o século XVIII, apareceram os primeiros cafés públicos<sup>8</sup>, inspirados nas tertúlias francesas do século XVII e influenciados pela Revolução Francesa de 1789, a partir da qual os cafés ganharam popularidade por todo o mundo. Após o Terramoto de 1755, o Marquês de Pombal tomou algumas iniciativas urbanísticas e comerciais e os cafés tornaram-se então espaços de animação cultural e artística. Surgiram, assim, vários cafés famosos, entre os quais se salientam o Martinho da Arcada, o Marrare, a Brasileira, o Majestic, entre outros.

Na história do café, é curioso verificar que onde se introduzia o café, espalhavam-se as revoluções. Parece que o café se tornou numa bebida radical capaz de pôr o povo a pensar e de, assim, lutar pela liberdade de pensamento e de ação. Os cafés eram lugares de criação e de circulação de informações e também de boatos. No século XVII, as notícias, os folhetos de propaganda e os jornais divulgavam-se através dos cafés. Os cafés, portanto, eram particularmente cómodos para uma conversa livre e para ler com tranquilidade as notícias impressas, e outras publicações periódicas. As notícias corriam rapidamente através dessa rede de comunicação alimentada pelo café. A formação política dos lisboetas, durante XVIII, passou muito pela mesa dos cafés.

Tom Standage, na sua obra *A history of world in 6 glasses*, salienta que o café foi na Europa a bebida ideal para a Idade da Razão (Standage, 2005). Ao promover a acuidade e a clareza do pensamento, o café ajudou os intelectuais iluministas a regularizar o dia de trabalho, acordando-os pela manhã e garantindo que ficassem vigilantes até ao final do dia ou até mais, se fosse necessário. E ele era servido em estabelecimentos calmos, sóbrios e respeitáveis que promoviam a conversação polida e a discussão e representavam um fórum para a educação, o debate e o auto-aperfeiçoamento. Por isso, os cafés tornaram-se locais procurados por cientistas, intelectuais, comerciantes e burocratas – atualmente nós chamar-lhe-íamos “artífices da informação” –, que executavam trabalho mental em escritórios, em vez de trabalho físico ao ar livre. Os cafés,

---

<sup>8</sup> Ou melhor, os primeiros botequins portugueses.

em Portugal, foram autênticas academias de moda e de pensamento e foram sede de tertúlias literárias, artísticas e políticas. “Do romantismo à Geração de 70, dos modernistas aos surrealistas, dos presencistas aos neo-realistas, todos escreveram sobre o mármore das mesas” (Dias, 1999, p. 9).

No século XX em Portugal, os café passaram a ser também lugares de ócio, onde estavam vulgarizados o bilhar, o dominó, as damas, o xadrez e diversos jogos de cartas. Eram um local de atualização e de inspiração para artistas, uma fonte de informação para jornalistas e um meio de difusão de ideias e ideais.

Conforme refere Dias (1999, p. 9), os cafés de Lisboa, entretanto, depararam-se com problemas muito concretos de falta de civismo, asseio ou fidelidade dos seus clientes novos. Entretanto, a cidade ia precisando de mais dependências bancárias, mais seguradoras. No final do século XX, quase todos os cafés sofreram a influência da finança e foram substituídos por dependências bancárias. Os trespases eram milionários porque as rendas tinham sido congeladas, os empregados deixaram de ser pagos com gorjetas, os fluxos migratórios traziam para Lisboa quem nunca se importava de comer em pé com pré-pagamento (Dias, 1999, p. 9). Nos anos 70, com o café já muito decadente em termos de frequência, os proprietários tentaram viabilizá-lo instalando ali um salão de jogos (Dias, 1999, p. 98). Os cafés passaram a encerrar portas a uma boa média anual, sem complacências ou salvação.

Em suma, os cafés são um espelho da vida económica, social, cultural e artística da cidade, durante os séculos XIX e XX. São verdadeiros locais de intervenção cultural, social, económica e até religiosa. Podemos encontrar, assim, “cafés de elite económica, de contestação, do operariado, de pequenos comerciantes, de marítimos ou de professores” (Fernandes & Martins, 1989, p. 3).

Hoje em dia, na Europa, os cafés estão tão ligados ao nosso dia-a-dia, quer seja em casa, quer seja fora de casa, que se pode dizer que a sua influência se exerce desde o nascimento. O café é a bebida que as pessoas tomam quando se encontram para conversar e trocar ideias e informações. Como escreveu Balzac: “O café é o parlamento do povo”.

### 3.2 As casas de chá da China

As casas de chá chamam-se *Cháguan*, na maioria das regiões da China. Semelhantes aos cafés europeus, as casas de chá muitas vezes servem como

espaço de lazer e de socialização, são como um espelho capaz de refletir as rotinas diárias dos chineses.

Como a China é um país com uma história remota e uma área enorme, os nomes de casas de chá mudam de acordo com o tempo e com os dialetos. Durante a dinastia Tang, a casa de chá passou a ser denominada por *Mingpu*, que significa, literalmente, “lojinha do chá”. Logo a seguir, na dinastia Sung, passou a chamar-se *Chasi*, até à dinastia Ming, onde passou a ser intitulada de *Cháguan*, tendo permanecido assim até à atualidade. Hoje em dia, os nomes das casas de chá ainda variam de região para região. No Sul chamam-se *chá-lou*, literalmente “edifícios altos de chá”. Em Pequim, a população local prefere tratá-las por *cháting*, isto é, “quiosque de chá”. Mas na maioria das regiões da China, costumam chamar-lhes *cháguang*. Mesmo que os nomes tenham mudado ao longo dos anos, todos remetem para “o estabelecimento onde as pessoas bebem chá”, entre outras bebidas.

As primeiras casas de chá eram lugares onde os cidadãos ou os comerciantes podiam descansar e matar a sede. Mas depois da dinastia Sung, as casas de chá deixaram de ser simples abastecimentos (L. Wang, 2013, p. 132). A animação económica e a popularidade da cultura do chá entre os habitantes ofereceram uma ótima oportunidade para o desenvolvimento das casas de chá, que se disseminaram rapidamente por todo o país e começaram a ser construídas em edifícios exclusivos. As casas de chá na dinastia Sung eram locais que propiciavam negociações, discursos e até concertos e podiam ser mesmo casinos.

Na passagem da dinastia Sung para a Dinastia Yuan, houve muitos anos de conflito armado que causaram danos à sociedade e à economia. As casas de chá não foram uma exceção. Durante a dinastia Yuan, foram conhecidas por *cháfang*, o que significa “quarto de chá”. Ainda que existissem casas de chá nas cidades, a sua prosperidade foi posta em causa.

Durante a dinastia Qing, dada a prosperidade do comércio, as casas de chá tiveram uma grande oportunidade para se desenvolverem. Aumentaram as dimensões dos estabelecimentos, assim como as suas funções e os espaços passaram a ser cada vez mais sofisticadas. Só na cidade de Nanjing existiam mais de mil casas de chá. Na capital dessa época, Pequim, surgiram algumas casas de chá para atividades específicas. Para realizar negócios, tinha-se as *Qing Chaguan*. Para as refeições, tinha-se as *Erhunpu*. Para assistir à Ópera de Pequim, tinha-se as *Shuchaguan*. Nesta época, a Ópera de Pequim chegou ao auge e, por isso, os teatros de ópera chinesa e as casas de chá foram dois



dos lugares mais frequentados da época. As casa de chá passaram a ter palcos e, com o passar do tempo, os teatros de ópera chinesa passaram a designar-se *cháyuan*, “parques de chá”. Por isso, os chineses costumam dizer que “a Ópera de Pequim é uma arte influenciada pelo chá”.

Durante a história moderna, mais especificamente após a dinastia Qing, a China passou por um período duro e agitado. Da dinastia Qing até ao estabelecimento da República Popular da China, em 1949, a economia esteve em recessão, sobretudo durante os oito anos de defesa contra a invasão japonesa, em que houve a ocupação de muitas cidades chinesas. Mesmo tendo recebido diversos restauros no pós-guerra, as casas de chá tornaram-se menos abundantes. Em 1932 havia 585 casas de chá na cidade de Hangzhou; em 1949 apenas restavam 348. A partir de 1949, algumas casas de chá não conseguiram adaptar-se à reforma socialista (1953-1956) e sucumbiram sob a influência da economia planificada (1949-1956)<sup>9</sup>. Neste contexto, as casas de chá quase foram extintas no final da década de 80 (Chen, 1996, p.187).

Como dissemos, as casas de chá facilitam as comunicações, os negócios, o lazer, etc. As pessoas que as frequentam são de diferentes áreas: intelectuais, estudantes, comerciantes, habitantes, agricultores. Eles escolhem as casas de chá conforme os seus objetivos e gostos. Por exemplo, as *Shu cháguan*, que significam literalmente “casas de chá do livro”, estão associadas ao *pingshu* que que é uma arte chinesa de narração de histórias, representando uma forma de entretenimento da cultura de massas na China. Para as pessoas que preferem apreciar os chás, há as *Qing cháguan*. O caráter *Qing*, em chinês, representa a pureza, a elegância. Podemos, assim, concluir que *Qing cháguan* são as casas de chá que servem apenas para apreciar chá e, muitas vezes, para desfrutar o tempo ou para sentir a paz com uma chávena de chá numa casa de chá tranquila. Para os que gostam de jogar xadrez chinês e ao mesmo tempo tomar chá, existem casas de chá dedicadas a este jogo, que são lugares de ócio, com decorações normalmente simples. Como os habitantes de Pequim têm o costume de viajar pelos arredores da cidade durante todo o ano, apareceram os *Ye cháguan*, que se encontram normalmente fora da cidade, em lugares com paisagens pitorescas.

As casas de chá têm características diferentes, de acordo com os diferentes locais. Assim, no sul da China, destacam-se as casas de chá de Sichuan e

---

<sup>9</sup> Também chamada de “economia centralizada” ou “economia centralmente planeada”.

Cantão. Como Sichuan, por causa do seu relevo, não é muito acessível, as notícias frescas, obtinham-se nas casas de chá, que se tornaram assim em centros fundamentais de comunicação social. Para os frequentadores, a casa de chá é um lugar de ócio onde os chineses podem descansar, passar o tempo, comprar gatos, apreciar os pássaros, jogar xadrez, ouvir o *Pingshu*, ou mesmo até assistir a espetáculos. As casas de chá são espaços de partilha, podem reforçar as amizades e servem também para aliviar o stress do dia-a-dia e para resolver conflitos. A população chegou mesmo a designá-las por “tribunais folclóricos”. Em épocas remotas, quando os locais entravam em conflito, os juizes realizavam muitos dos julgamentos nas casas de chá.

Para os comerciantes, as casas de chá de Sichuan são o lugar de eleição para fazer negócios. Na cidade de Chengdu, apareceram casas de chá específicas para negócios. Em Cantão, surgiram os *Erli Guan* durante a dinastia Qing, que se tornaram na casas de chá universais de Cantão. Foram construídas nos mercados de modo a proporcionar descanso fácil aos trabalhadores. O nome deste tipo de casa de chá veio de “dois trocos”. Vendia-se chá muito barato, geralmente a dois trocos<sup>10</sup>. Os *Erli Guan* não só ofereciam chá, como também refeições<sup>11</sup> a preços muito acessíveis.

Hoje em dia, na China, quer nas cidades, quer nas vilas, nas aldeias, ou nos burgos, abundam as casas de chá. De acordo com os dados estatísticos, apenas na província de Sichuan há mais de 10 mil casas de chá. Em Guangzhou e Taipé, as casas de chá encontram-se em quase todos os lados. Há mais de 125 mil casas de chá na China. Podemos dizer então que a cultura de chá constituiu ao longo dos tempos, e constitui agora também, uma das culturas mais importantes na China.

## Conclusão

Seguindo o provérbio popular da China “Os setes elementos essenciais do lar são lenha, arroz, óleo, sal, molho de soja, vinagre e chá”<sup>12</sup>, podemos dizer que o chá desempenha um papel imprescindível na cultura chinesa. Do mesmo

<sup>10</sup> Mais ou menos 0.001 *juan*.

<sup>11</sup> Aqui quer dizer o pequeno almoço tradicional cantonês, por exemplo, doces, pão com recheio a vapor, etc.

<sup>12</sup> A tradução é minha. Este é o provérbio original em chinês: “早晨开门七件事，柴米油盐酱醋茶”.

modo, os portugueses não conseguem passar um dia sem tomar um café ou um chá. Este fenómeno é deveras interessante para pensar nos pontos de contacto entre as duas culturas.

Quer o chá, quer o café, ao ajudarem a esclarecer os pensamentos, são bebidas ideais para políticos, escritores, comerciantes e filósofos, e são reconhecidas pelos seus fins medicinais. Os estabelecimentos onde as pessoas tomam chá e café são como um espelho capaz de refletir as rotinas diárias dos habitantes. São locais propícios ao desenvolvimento de atividades políticas, literárias, filosóficas e comerciais e são ainda espaço de lazer e sociabilização.

Quando olhamos para a história dos cafés portugueses e das casas de chá na China, reparamos inesperadamente que ambos os estabelecimentos sofreram uma recessão. Na China, as casas de chá quase foram extintas no final da década de 80 e voltaram a florescer após a Reforma económica. Em Portugal, os cafés surgiram no início do século XVIII, e difundiram-se rapidamente pelo país, ainda que o terramoto de 1755 tenha destruído os edifícios históricos, e, 150 anos depois, no final do século XX, muitos cafés tenham sido convertidos em dependências bancárias.

A cultura é o reflexo da sociedade e também é o produto da mistura de diferentes civilizações. A historiadora chinesa Wang Lin considera que a maior diferença entre a cultura ocidental e a cultura oriental reside no facto de os orientais, particularmente os chineses, costumarem usar utensílios ou objetos de modo a expressar ideologias e estados de espírito, ao passo que, para os ocidentais, os objetos e o espírito surgem separados um do outro (Wang, 2011). Na China, o consumo popular do chá não está relacionado com as culturas chinesas do confucionismo, do taoísmo e do budismo, que têm os seus próprios costumes e rituais. Está intrinsecamente ligado às tradições e atividades culturais e representa bem a combinação da cultura do chá e da cultura popular.

Com a globalização, estas duas bebidas cruzam-se como se fossem pontes que ligam o Oriente e o Ocidente.

## Referências bibliográficas

- Abreu, A. C. (2002). *As Bebidas Exóticas e as Artes Decorativas: o Chá, o Café e o chocolate*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Carvalho, P. (1991). *Lisboa d'outros Tempos* (vol. II, os cafés). Lisboa: Fenda.
- Chen, T. (1996). *Estudo na Área da Cultura de Chá da China*. Pequim: Agricultura.
- Dias, M. T. (1999). *Os cafés de Lisboa*. Lisboa: Quimera.

- Fernandes, J. A. R., & Martins, L. P. S. (1989). *Fragmentos de Um Século de Vida dos Cafés, Restaurantes e Hotéis do Porto*. Porto: Ateneu Comercial do Porto.
- Fundação Calouste Gulbenkian, B. (2002). História e Antologia da Literatura Portuguesa – Século XVI – Literatura de Viagens. In *Tratado das Coisas da China*. Lisboa, Portugal: Edições Cotovia.
- Gorreana. (n.d.). Recuperado de <http://gorreana.pt/pt/>
- Machado, M. V. R. (2012). *A Cultura do Chá na Ilha de S. Miguel*. Ponta Delgada.
- Moura, F. (2015). *Conversas de Café*. Lisboa: Clube do Colecionador dos Correios.
- Philipe, S. D. (1961). *Tratado Novo & Curioso do Café, do Chá e do Chocolate* (4.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Junta da Exportação do Café.
- Porto Famoso (n.d.). Recuperado de [http://www.chaportofamoso.com/principal\\_portugues.php](http://www.chaportofamoso.com/principal_portugues.php)
- Silva, A. D. (1828). *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das ordenações, Legislação de 1791 a 1801*. Lisboa: Typ. Maígrense.
- Standage, T. (2005). *História do Mundo em 6 copos*. Nova York: Walker & Company.
- Wang, C. (2011). *A Cultura do chá chinês* (5.<sup>a</sup> ed.). Shangai: Shangai Livros.
- Wang, L. (2013). *A cultura do chá chinês* (6.<sup>a</sup> ed.). Pequim: Novo Continente.



# O PAPEL CRIADOR DA DEUSA NÜWA: O MITO DA CRIAÇÃO DA HUMANIDADE COMO DIÁLOGO INTERCULTURAL ENTRE CHINA E OCIDENTE

## 女娲造人的角色: 作为中西跨文化对话的人类 创世神话

**João Marcelo Mesquita Martins**

Universidade do Minho

### **1. Breves considerações sobre o Momento da Criação**

Desde os primórdios das comunidades humanas, o mito, independentemente da narrativa que propaga, oferece, através da sua própria transmissão de geração em geração, um conjunto de formulações sobre o mundo e seus constituintes. Estas formulações expressam-se, por vezes, numa série de indagações sobre a separação do céu e da terra, a ordenação do universo ou sobre a unidade precursora de todos os fenómenos que se encontram associados a tais realidades, revelando o fascínio cada vez mais enraizado que o ser humano possui sobre o rastreamento da criação e formação do universo que o cerca.

No que diz respeito ao mito de origem, dependendo do sistema onde se insere, este pode surgir de dois momentos ligeiramente diferentes: por um lado, a sociedade conta a narrativa de origem de dada realidade, disponibilizando, para tal, uma explicação ou justificação da génese das personagens envolvidas, ou, por outro, tal explanação não é concedida e a narrativa decorre sem qualquer tipo de interferência ou explicação anterior. As linhas de pensamento seguidas pela comunidade que o criou são, todavia, passíveis de mudança, esta

advinda sobretudo do crescimento e alteração da comunidade em si, o que reflete a possibilidade de existência de múltiplas versões de uma mesma narrativa. Esse conceitualizar da origem do mundo, no caso chinês, é constituído por um mosaico de narrativas cujo enredo é amiúde bastante complexo, visto que o território é habitado por mais de meia centena de etnias, todas elas com língua, cultura e, por conseguinte, linhas tradicionais de pensamento distintas:

Consequentemente, numa sociedade tão diversificada a nível étnico, as especulações sobre a origem e formação do mundo assumem variegadas formas, o que se traduz numa notória diferença quando o comparamos, por exemplo, com a narrativa de origem judaico-cristã. Não existe apenas um mito definido como aquele que conta a verdadeira origem do mundo e do homem, pelo contrário, existem, sim, vários mitos, por vezes paradoxais, sobre esta matéria. Assim sendo, é mais correto falar de um pluralismo de concepções cosmogónicas chinesas. (Martins, 2015, p. 66)

Nesta lógica, e para o caso chinês, de forma a possibilitar um enquadramento mais concreto e, consequentemente, mais profícuo no que concerne ao momento de criação da humanidade, é necessário que, num período inicial, se dialogue brevemente sobre o momento da organização do caos em cosmos (vulgo criação do mundo) e sobre a personagem mítica que tornou tal ocorrência possível, Pangu (盘古, *Pángǔ*).



Figura I. Pangu separando o Céu e a Terra

A narrativa conta que, numa época em que céu e terra formavam ainda uma só unidade, Pangu nasceu de um ovo. Rodeado por um negrume infinito, esta personagem encontrou rapidamente uma forma de solucionar o problema: brandindo um machado, rachou o caos e permitiu a diferenciação/separação entre Céu, composto por elementos leves e límpidos, e Terra, composta por elementos pesados e turvos. Assim sendo, temendo que estes se reunissem, o gigante Pangu colocou-se entre eles, procedendo a um trabalho de separação que durou anos incomensuráveis. Aquando da constatação de que ambos os elementos não se misturariam novamente, Pangu sentiu que a sua tarefa estava concluída e, caindo com um forte estrondo, morreu. Nesse momento, todo o corpo se transfigurou e originou os elementos constituintes deste mundo, entre os quais se destacam o vento (surgido do ar que expirava Pangu), o sol e a lua (astros oriundos dos seus olhos), os rios (transformado a partir do sangue do gigante) e as plantas que todo o género (vindas da sua pele e pilosidade que não fosse cabelo nem barba), isto apenas para elencar alguns (Yuan, 2006).

Embora seja possível construir imediatamente uma ponte de ligação entre este mito e outros porventura mais divulgados no Ocidente, o intuito do presente artigo não se prende com o mito de criação do mundo, mas com o da criação da humanidade, que, em algumas das versões descritas no próximo ponto, aproxima-se muito de Pangu e da narrativa a si associada. No entanto, sublinha-se desde já que, conquanto se encontrem limitadas por incontáveis barreiras geográficas, muitas culturas elaboraram mitos de criação com critérios análogos.

## **2. Nüwa cria a Humanidade (女媧造人, Nǚwā zào rén)**

Neste seguimento, no sistema mitológico chinês, tal como o próprio mito da criação do cosmos, o da criação da humanidade apresenta uma multiplicidade de versões. Pangu, a título de exemplo, o gigante cósmico responsável pela organização e transformação do caos, assume outrossim o papel de criador da humanidade: os seres humanos teriam nascido, assim, a partir dos parasitas encontrados na pilosidade corporal do gigante e, pela ação do vento, assim que estes foram criados, espalharam-se posteriormente pelo mundo. Conquanto tal narrativa engrandeça até dado ponto o papel cosmológico de Pangu, fere simultaneamente a auto-estima dos seres humanos, o que, porventura, explica a sua impopularidade. Na mitologia nórdica, a título de exemplo, é possível traçar um paralelo comparativo com esta narrativa, dado que o gigante Ymir,



curiosamente surgido do vapor que constituía o abismo sem fundo que era o caos, morto por deuses, deu origem, assim como o gigante chinês, ao universo pela divisão das partes do seu corpo. O suor que brotava do seu corpo possibilitou a formação dos humanos e de outras criaturas. Ainda, noutras versões, a Pangu era atribuída uma esposa, responsável pela continuidade da humanidade. Todavia, à semelhança da descrição inicial, esta versão denigre a fantasia que gira em volta da grandiosidade de Pangu, porquanto lhe rouba a glória de fonte cosmogónica exclusiva.

A utilização dos conceitos imemorráveis de Yin e Yang (阴阳, *yīnyáng*) é igualmente muito comum no que concerne a esta abordagem da cosmogonia. Efetivamente, aquando da divisão das duas essências, na qual se verificou a subida dos elementos lípidos e leves (Yang) e a queda dos elementos turvos e pesados (Yin), ambas propiciaram a formação de dois tipos de criaturas. A partir de Yin, originaram-se insetos, peixes, aves e mamíferos. De Yang, surgiram os seres humanos.

É ainda de mencionar uma outra variante deste mito: os deuses reuniram-se para criar os seres humanos, sendo que a cada um coube a atribuição de uma dada característica, como, por exemplo, os órgãos internos, os sete orifícios da cabeça humana (七窍, *qīqiào*) ou os membros superiores e inferiores. Os seres humanos seriam, desta maneira, uma espécie de obra coletiva dos deuses. Contudo, a vasta maioria dos deuses intervenientes nesta obra não é (re)conhecida pelas variegadas etnias existentes em solo chinês, o que, desde muito cedo, dificultou a sua transmissão e decorrente proliferação pelo território.

O mito mais consagrado e divulgado como o legítimo transmissor das origens da humanidade é, sem embargo, aquele que implica a deusa Nüwa (女娲, *Nǚwā*), o qual se transcreve em seguida:

Depois da separação do céu e da terra, embora nesta última se encontrassem montanhas, rios, plantas e até mesmo animais de toda a espécie, não existiam humanos. O mundo mantinha-se ainda sombrio e desolado. A grande deusa Nüwa, caminhando por essa terra assim tão erma, sentia-se indubitavelmente só e cria que, naquele mundo, deveria existir mais alguma coisa. Refletiu e voltou a refletir. Agachando-se à beira de uma lagoa, Nüwa pegou num punhado de terra amarela, adicionou-lhe água e, tendo como modelo a própria imagem refletida na água, transformou-a numa pequena criança. Assim que a colocou no chão, [...] esta ganhou vida,

emitindo alguns sons e dançando alegremente. O seu nome era “pessoa”. O corpo de pessoa, ainda que minúsculo, tinha sido moldado pelas próprias mãos da deusa e era completamente diferente dos pássaros no ar e dos bichos na terra. Parecia ter o fervor que controlava o universo. Nüwa estava bastante satisfeita com a sua requintada criação e continuou a usar as próprias mãos para moldar e transformar a terra amarela. Assim, a deusa criou com sucesso muitos homens e mulheres que, nus, a cercaram enquanto dançavam e aclamavam por si. Depois, sozinhos ou em grupo, foram-se dispersando pelo território.

Surpresa, mas consolada, Nüwa continuou a sua tarefa. A qualquer altura, pequenas criaturas vivas saltavam das suas mãos para o chão. Ouvindo os sons das mesmas nas redondezas, a deusa nunca mais se sentiu sozinha, porquanto o mundo era habitado pelas criaturas que criara.

Nüwa desejava que estas pequenas criaturas sagazes povoassem todo o mundo. No entanto, este era demasiadamente vasto. A divindade trabalhara durante um longo período tempo, porém não tinha ainda atingido o seu objetivo e, ademais, sentia-se extremamente cansada. Por fim, pegando numa corda ou uma cana que tinha puxado de uma escarpa - não se sabe bem -, deitou-a no lamaçal, revolveu a lama e, atirando-a contra o chão, os salpicos também se transformaram repentinamente em pequenas pessoas que gargalhavam e dançavam. Como esperado, esse método poupava mais tempo. Agitar a cana fazia com que surgissem muitos mais seres humanos. Pouco tempo depois, o mundo apresentava já as marcas da humanidade. Dado que já existiam os seres humanos, Nüwa pensou que essa tarefa estava concluída. Contudo, reconsiderando a situação, não se via capaz de dispor de uma maneira que permitisse a sobrevivência das pequenas criaturas. Seria demasiado trabalhoso ter de criar mais um grupo de humanos quando os que já existiam morressem. Nesse sentido, uniu homens e mulheres, incumbindo-os de criar a geração seguinte e de arcar com a responsabilidade de educar os mais novos. A semente humana foi, assim, espalhada e multiplicada todos os dias.



Figura II. Nüwa e a criação da humanidade

Como Bodde (1961) ou Yang e An (2005) reiteram, a personagem mítica de nome Nüwa é nomeada em duas obras históricas: o *Clássico das Montanhas e dos Mares* (山海经, *Shānhǎijīng*) e o *Canções do Sul* (楚辞, *Chǔcí*), nomeadamente nas *Indagações ao Céu* (天问, *Tiānwèn*), datando de cerca do século IV a.C. Nesta última obra, faz-se a pergunta “Quem moldou o corpo de Nüwa?” (Yuan, 2006, p. 47), a qual é frequentemente interpretada como “Nüwa criou os hum nos. Quem a criou?”. Yang e An afirmam outrossim que *Discípulos de Huainan* (淮南子, *Huáinánzǐ*) referencia também esta deusa ao destacar o seu enorme poder criativo no contexto da reparação do céu. Posteriormente, tal enunciado foi comprovado quando vários mitólogos e comentadores destas obras observaram que Nüwa, nos finais da Dinastia Han Oriental (东汉, *Dōng Hàn*) (25 - 220), era considerada potestade primeva e fundacional (Yang & An, 2005).

Por seu lado, Birrell (1993) dá conta que, atentando em alguns pormenores do mito descrito, é exequível traçar uma linha comparativa entre este e outros a nível mundial. Na cosmogonia da mitologia grega, existe a narrativa de Cadmo, fundador lendário da cidade de Tebas, na sua demanda pelo sítio ideal para a fundar. A pedido do oráculo, Cadmo seguiu uma vaca até que esta caísse de cansaço. Nesse local, Cadmo matou um dragão para obter água de uma fonte. A conselho de Atena, deusa da civilização e da sabedoria, semeou os dentes da besta que tinha matado, sendo que cada um dos dentes semeados deu origem a vários guerreiros armados. O mito continua, narrando que, após um processo de seleção, apenas cinco ficaram vivos, os espartos, que eram os ancestrais das famílias nobres de Tebas. Num outro mito, após a separação entre céu e a terra, alguns resquícios celestiais permitiram a Prometeu criar os

humanos a partir da moldagem de uma mistura de terra com água. Prometeu criou-os à imagem dos restantes deuses, dando-lhes porte ereto de forma a que estes, ao contrário dos restantes animais, pudessem levantar a cabeça e olhar para o céu (Birrell, 1993). Por outro lado, a utilização de terra, pó ou barro para conceber a humanidade não constitui um assunto particular deste mito, já que, no Livro de Génesis, capítulo 2, versículo 7, se diz “E formou o Senhor Deus o homem do pó da terra, e soprou-lhe nas narinas o fôlego da vida; e o homem tornou-se alma vivente”.

A estratificação social está igualmente presente neste mito, na medida em que a utilização da corda para formar os humanos deixa transparecer o menor cuidado de Nüwa na realização de tal tarefa. Por conseguinte, a menor perfeição daí advinda espelha o estatuto inferior dessas mesmas criaturas. Enquanto os nobres e/ou aristocratas da sociedade de então foram inicialmente moldados pelas próprias mãos da deusa, os pobres e/ou os deficientes não receberam tal tratamento.

Numa pequena nota, Yuan (2006) indica que Nüwa foi ainda incumbida da implantação do sistema matrimonial (婚姻制度, *hūnyīn zhìdù*) ao dividir as novas criaturas em homens e mulheres e ao responsabilizá-las pela renovação geracional. A deusa tornou-se, destarte, conhecida como Deusa do Casamento (婚姻之神, *hūnyīn zhī shén*), podendo identicamente ser venerada como Deusa da Fertilidade pelos casais que não conceberam filhos até ao momento. A relevância que assume ainda hoje para o povo chinês é indubitável.

As pessoas oferecem sacrifícios a esta deusa do matrimónio com cerimónias reverentes. Constroem altares nas regiões rurais e erguem templos [...] para a venerar. Todos os anos, na Primavera, realizam-se grandes encontros nas proximidades desses templos, nos quais se reúnem todos os jovens do país. [...] Basta que ambas as partes se entendam, podendo casar sem a realização de qualquer ritual. [...] Ninguém se pode opor a esta ação por parte deles. A isto chama-se “União Divina”. (Yuan, 2006, p. 49)

A Nüwa imputa-se a criação humana, não só como divindade autónoma, mas também como divindade associada a uma outra - neste caso, a Fuxi (伏羲, *Fúxī*) -, e a reparação do céu aquando da destruição de um dos pilares que o sustentavam, um episódio que se encontra profundamente ligado ao dilúvio, narrativa mítica generalizada a nível mundial. A este preceito, atinente a pinturas ou esculturas de épocas anteriores, Rong Geng (容庚, *Róng Gēng*),

paleógrafo moderno, descreve ambos os deuses utilizando uma expressão que poderá ser traduzida por “Cabeça de Homem, Corpo de Serpente” (人首蛇身, *rénshǒu shéshēn*) (apud Yuan, 2006). Por outras palavras, na parte superior do corpo, os deuses apresentam atributos humanos e, na parte inferior, apresentam corpo de serpente, sendo que ambas as caudas se entrelaçam firmemente uma na outra. De resto, nas mãos, Fuxi carrega um esquadro de carpinteiro e Nüwa um compasso (ou uma corda) ou, então, noutras figuras, Fuxi sustém o sol, dentro do qual existe uma ave dourada, e Nüwa a lua, cuja superfície apresenta um sapo. Estas imagens fazem crer que ambos são o casal encarregue da criação e reprodução da raça humana (Martins, 2015).



Figura III. Nüwa e Fuxi.

Todavia, uma outra explanação (Apud Yang & An, 2005) para a origem dos humanos, defendida por Li Rong (李冗, *Lǐ Rǒng*), escritor da Dinastia Tang (唐朝, *Tángcháo*), no seu *Tratado das Histórias Fantásticas* (独异志, *Dúyìzhì*), e muito apreciada entre certas etnias do Sul da China, tais como as Miao (苗族, *Miáozú*) e Yao (瑶族, *Yáozú*), não retrata primeiramente estas duas personagens como um casal, mas como um par de irmãos que se tornou num casal.

O mito narra que Nüwa e Fuxi, irmãos com pouco mais de dez anos, residiam com o pai. Certo dia, enquanto este trabalhava fora de casa e os irmãos brincavam à sua volta, surgiu uma grande tempestade. A chuva forte e abundante e os trovões fizeram com que os três se abrigassem dentro de casa. Concluindo que uma terrível catástrofe estava para suceder, o pai foi buscar uma

jaula preparada anteriormente, pois desconfiava que o Deus do Trovão (雷神, *Léishén*) estaria nas redondezas. No segundo dia após a captura do mesmo, como tinha de tratar de alguns assuntos no mercado, o pai admoestou os irmãos, dizendo que não podiam oferecer água ao deus. No entanto, o Deus do Trovão, perspicaz, convenceu-os a oferecerem-lhe algumas gotas de água, o que lhe restaurou as energias. Escapando da jaula, a divindade decidiu recompensar as pequenas crianças e ofereceu-lhes um dente. Em seguida, incitou-os a plantarem o dito dente e partiu.

Quando o pai regressou, apercebeu-se da gravidade da situação e prontamente começou a construir um barco para que o desastre que estaria prestes a acontecer, a vingança do Deus Trovão, fosse minimizado. Concomitantemente, as crianças plantaram o dente e, muito surpresas, verificaram que, pouco tempo depois, rompeu do solo um pequeno broto. Desse pequeno broto, surgiu um fruto. No dia seguinte, esse fruto tinha dado origem a uma grande cabaça cujo interior era constituído por incontáveis dentes. Além disso, a cabaça albergava perfeitamente os dois irmãos.

Ao terceiro dia, o Deus do Trovão regressou ao local para proceder à sua vingança. Subitamente, o céu escureceu e chuvas torrenciais provocaram cheias. Tentando salvar as suas vidas, o pai incitou os filhos a refugiarem-se no barco. Os filhos, porém, fugiram para dentro da cabaça. Quando a fortíssima tempestade terminou e os irmãos saíram do seu esconderijo, o mundo estava virado do avesso e eles eram os últimos dois humanos vivos.

Alguns anos depois, Fuxi e Nüwa tornaram-se adultos e Fuxi começou a cortejar a irmã. Esta, não conseguindo recusar continuamente o irmão, informou-o de que, se a conseguisse apanhar enquanto corriam, eles se casariam imediatamente. Nüwa era, para infortúnio do irmão, extremamente rápida e, por conseguinte, impossível de apanhar. Correndo em torno de uma árvore, Fuxi nunca a tinha conseguido caçar, até que, um dia, correndo na direção oposta à da irmã, esta lhe caiu nos braços. Após o casamento e a consumação do mesmo, em que ambos utilizaram um leque para esconder as faces, a irmã deu à luz uma estranha bola de carne. Ambos decidiram cortá-la em pequenos pedaços, embrulhá-los e transportá-los para o céu através de uma escadaria que fazia a ligação entre os dois mundos. Assim que se acercaram do local, um súbito sopro de vento causou a queda dos pequenos embrulhos que, assim, se espalharam pela terra. Surpreendentemente, a humanidade surgiu dos pequenos pedaços de carne, sendo que os apelidos desses seres foram atribuídos con-

soante o lugar onde os pedaços tivessem caído. Por outras palavras, pessoas que caíssem em cima de folhas chamar-se-iam Ye (叶, *Yè*, folha), pessoas que caíssem em cima de pessegueiros teriam o apelido de Tao (桃, *Táo*, pêssego), pessoas que parassem na água apelidar-se-iam Shui (水, *Shuǐ*, água). Este último ponto oferece, então, a explicação para os chamados Cem Apelidos (百家姓, *Bǎijiāxìng*) (Martins, 2015).

Assim como no primeiro mito apresentado, Nüwa é mais uma vez responsável, ainda que juntamente a Fuxi, pela instauração e implementação de um regime matrimonial, tornando-se ambos progenitores da humanidade. Todavia, Nüwa assiste à perda do seu papel criador, que repercutia a importância da mulher na sociedade de então, torna-se mortal, já que deixa de ter o estatuto de grande deusa criadora, e assume uma postura subserviente à do homem num contexto de relações matrimoniais tradicionais. Noutro ponto de vista, é ainda viável uma pequena comparação com Adão e Eva no Jardim do Éden. Logo após terem cometido o pecado, Adão e Eva apercebem-se do seu estado e, vulnerabilizados e vexados, servem-se de folhas de figueira para cobrirem a sua nudez. Nüwa e Fuxi, por sua vez, envergonhados pela união sexual, fazem uso do leque para esconderem as faces um do outro. Através destes atos, ambos os casais admitem e expressam a culpa e a vergonha que sentem com a transgressão cometida.

### 3. Nüwa remenda o Céu (女娲补天, *Nǚwā bǔ tiān*)



Figura IV. Nüwa remendendo o céu.

Por fim, e numa nota mais breve, no que diz respeito ao outro episódio mítico que envolve esta deusa, nomeadamente o mito que ficou conhecido por



“Nüwa Remenda o Céu” (女娲补天, *Nǚwā bǔ tiān*), embora se possa conectá-lo ao tema do dilúvio, o que verdadeiramente se descreve é a ocorrência de uma catástrofe cósmica e não apenas uma inundação de proporções gigantescas. Em algumas variações étnicas, inclusive, a calamidade pode ser vista como consequência direta de eventos distintos: ou tem origem na queda dos quatro pilares, geralmente montanhas, que sustentam o céu, o que, na realidade, está registado n’*Os Discípulos de Huainan*, ou deriva da destruição da Montanha Buzhou (不周山, *Bùzhōu Shān*) resultante de uma guerra entre deuses. Neste último ponto, aliás, é geralmente referido que um dos deuses, o Deus da Água (共工, *Gònggōng*), colérico por ter perdido a contenda, destruiu a supramencionada montanha, não só permitindo a abertura de um enorme buraco no céu como também trazendo grandes infortúnios para a humanidade. De um momento para o outro, inextinguíveis incêndios emergiram raivosamente, fortes chuvas fizeram rios e outros cursos de água galgarem as margens e bestas de todo o género devoraram humanos. Tal desgraça levou à intervenção de Nüwa que, extraíndo variegadas pedras de cinco cores de rios e ribeiros, criou uma cola através da sua fundição. Esse líquido foi posteriormente utilizado para remendar os buracos abertos no céu. De seguida, a deusa sacrificou uma tartaruga, cortou-lhe as pernas e usou-as como pilares para o suportar. O problema causado pelas bestas foi também rapidamente solucionado e, após tudo isso, a deusa-mãe queimou algumas plantas e usou a sua cinza para deter as cheias.

Certas etnias chinesas consideram estas suas ações como a justificação que explica não só o porquê de a humanidade poder ver cores, dado que cinco pedras diferentemente coloridas foram usadas para reparar o céu, como também o facto de a China ser, a nível topográfico, muito mais elevada a Oeste do que a Este (西高东低, *xīgāo dōngdī*), visto que as patas de tartaruga mais compridas foram utilizadas para sustentar o céu a Oeste do território. A imagem atrás descrita de Nüwa ostentando um compasso vem precisamente daqui, porquanto é esta deusa que procede à reparação do mundo.

#### 4. Considerações finais

Os mitos que envolvem Nüwa estão vivos em toda a China e são veiculados oralmente de pessoa em pessoa, de geração em geração. Quando comparados com outras narrativas cuja origem remonta a textos clássicos, as que a envolvem apresentam quase sempre uma tipologia semelhante, embora possam diferir



em dados pormenores ou em algumas interpretações. A título de exemplo, as versões oriundas de províncias como Henan (河南省, *Hénán shěng*), no Norte do país, contam que, após Nüwa e Fuxi se terem casado, estes criaram os seres humanos através da moldagem de barro do Rio Amarelo. Aquando da sua seca-gem, começou a chover e, de forma a protegê-los, o casal transportou-os para uma cave, sem, no entanto, evitar que alguns modelos perdessem as pernas e/ou os braços ou ferissem as orelhas e os olhos. Explica-se, com este episódio, a origem das pessoas portadoras de alguma deficiência física. Nos dias de hoje, Nüwa conserva ainda um estatuto moderadamente elevado nas crenças do povo chinês. Em certas zonas do país, como as províncias de Henan ou Shaanxi (陕西省, *Shǎnxī shěng*), celebram-se, durante o terceiro mês do calendário lunar, importantes festividades dedicadas à deusa. Nelas, as pessoas cantam e dançam em honra de Nüwa, aguardando pelas bênçãos da sua avó.

## Referências bibliográficas

- Birrell, A. (1993). *Chinese Mythology: An Introduction*: Baltimore & Londres: The Johns Hopkins University Press.
- Bodde, D. (1961). Myths of Ancient China, in Samuel Noah Kramer. In *Mythologies of the Ancient World* (pp.369-408). Nova Iorque: Anchor Books.
- Ma, C. 马昌仪 (1994). 中国神话学文论选萃 (*Zhōngguó shénhuàxué wénlùn xuǎncuì*). *Recortes Literários sobre Mitologia Chinesa* (Vols. 1 e 2). Pequim: 中国广播电视出版社 (*Zhōngguó guǎngbò diànshì chūbǎnshè*): Imprensa de Rádio e Televisão Chinesas.
- Martins, J. M. M. (2015). *Uma Visão Comparada sobre Diferentes Cosmogonias* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho.
- Yang, L. 杨利慧, & An, D. 安德明 (2005). *Handbook of Chinese Mythology*. Santa Barbara: ABC-CLIO.
- Yuan, K. 袁珂 (2006). 中国古代神话 (*Zhōngguó gǔdài shénhuà*), *Mitos da China Antiga*. Pequim: 华夏出版社 (*Huáxià chūbǎnshè*) Editora Huaxia.

## Webibliografia

- [http://www.zwbk.org/edit/file/20100909122150886\\_6650.jpg](http://www.zwbk.org/edit/file/20100909122150886_6650.jpg) [Acedido a 13 de abril de 2017].
- [http://i2.w.yun.hjfile.cn/doc/201306/aboafe47-9724-49c9-90eb-1c2525693d68\\_00.jpg](http://i2.w.yun.hjfile.cn/doc/201306/aboafe47-9724-49c9-90eb-1c2525693d68_00.jpg) [Acedido a 14 de abril de 2017].
- <http://www.bclsw.com/uploads/120723/1-120H3194315562.jpg> [Acedido a 14 de abril de 2017].
- <http://culture.kaiwind.com/features/201403/20/W020140320402180426418.jpg> [Acedido a 15 de abril de 2017].

## 7. Anexos

### Anexo I

女娲造人 (Nǚwā zào rén)  
(Yuan, 2006, pp. 47/48/49) (TdA)

“当天地开辟了以后，虽然大地上已经有了山川草木，甚或也有了鸟兽虫鱼，可是没有人类，世间仍旧荒凉而且寂寞。行走在这一片荒寂的土地上的大神女娲，她的心里感觉着非常的孤独，她觉得在这天地之间，应当添一点儿什么东西进去才有生气了。

她想了一想，就在一处水池旁边蹲下身子来，掘了池边地上的黄泥，搀和了水，仿照水里自己的形貌，揉团成第一个洋囡囡样的小东西。刚一放到地面上，（...），这小东西就活了起来，呱呱地叫着，欢喜地跳着了，他的名字就叫做“人”。人的身体虽然渺小，但因为神亲手创造的，和飞的鸟、爬的兽都不相同，看来似乎就有管领宇宙的气概。女娲对于她这优美的创造品是相当的满意的，便又继续用手揉团搀和了水的黄泥，成功地造了许多男男女女的人，赤裸的人们都围绕着女娲跳跃，欢呼，然后或单独、或成群地走散了。

心里面充满了惊讶和安慰，女娲继续着她的工作，于是随时有活生生的人从她手里降到地面，随时听得周围人们笑叫的声音，她再也不感觉着寂寞和孤独了，因为世间已经有了她所创造的儿女。

她想把这些灵敏的小生物充满在大地上，但是大地毕竟太大了，她工作了许久，还没有达到她的志愿，而她却已经弄得疲倦不堪了。最后，她只得拿了一条绳子——（...）就是顺手从山崖壁上拉下的一条藤条，伸入泥潭里，搅混了浑黄的泥浆，向地面上一挥，泥点溅落的地方，居然也还是成了呱呱地叫着、欢喜地跳着的一些小小的人。这方法果然省事很多，藤条一挥，就有好些活的人类出现，大地上不久就布满了人类的踪迹。

大地上既然已经有了人类，女娲的工作似乎可以终止了。但是她又考虑着，怎样才能使他们继续生存下去呢？人类是要死亡的，死亡一批又再造么，太麻烦了。于是 she 就把男人们和女人们配合起来，叫他们自己去创造后代，担负婴儿的养育责任，人类的种子就这样地绵延下来，并且一天比一天加多了。”

(“Dàng tiāndì kāipìle yǐhòu, suīrán dàdìshàng yǐjīng yǒule shānchuān cǎomù, shènhuò yěyǒule niǎo shòu chóng yú, kěshì méiyǒu rénlèi, shìjiān réngjiù huāngliáng érqǐ jìmò. Xíngzǒu zài zhè yīpiàn huāngjì de tǔdìshàng de dàshén nǚwā, tā de xīnlǐ gǎnjuézhe fēicháng de gūdú, tā juédé zài zhè tiāndì zhī jiān, yīngdāng tiān yīdiǎn er shénme dōngxì jìnqù cái yǒu shēngqīle.

Tā xiǎngle yī xiǎng, jiù zài yī chù shuǐchí pángbiān dūn xià shēnzi lái, juéle chí biān dìshàng de huáng ní, chānhuole shuǐ, fǎngzhào shuǐ lǐ zìjǐ de xíng mào, róu tuán chéng dì yī gè yáng nǎnnān yàng de xiǎo dōngxī. Gāng yī fàng dào dìmiàn shàng,[...], zhè xiǎo dōngxī jiùhuóle qǐlái, guāguā de jiàozhe, huānxǐ dì tiàozhe, tā de míngzì jiù jiàozuò “rén”. Rén de shēntǐ suīrán miǎoxiǎo, dàn yīn wéi shì shén qínshǒu chuàngzào de, hé fēi de niǎo, pá de shòu dōu bù xiāngtóng, kàn lái sìhū jiù yǒu guǎn lǐng yǔzhòu de qìgài. Nǚ wā duì zì tā zhè yōuměi de chuàngzào pǐn shì xiāngdāng de mǎnyì de, biàn yòu jìxù yòng shǒu róu tuán chānhuole shuǐ de huáng ní, chénggōng de zàole xǔduō nánánǎnnǚ de rén, chīluǒ de rénmen dōu wéirào zhe nǚ wā tiàoyuè, huānhū, ránhòu huò dāndú, huò chéng qún de zǒu sànle.

Xīnlǐ miàn chōngmǎnle jīngyà hé ānwèi, nǚ wā jìxùzhe tā de gōngzuò, yúshì suíshí yǒu huóshēngshēng de rén cóng tā shǒu lǐ jiàng dào dìmiàn, suíshí tīng dé zhōuwéi rénmen xiào jiào de shēngyīn, tā zài yě bù gǎnjuézhe jìmò hé gūdúle, yīnwèi shìjiān yǐjīng yǒule tā suǒ chuàngzào de érnǚ.

Tā xiǎng bǎ zhèxiē língmǐn de xiǎo shēngwù chōngmǎn zài dà dìshàng, dàndì dà dì bìjīng tài dàle, tā gōngzuòle xǔjiǔ, hái méiyǒu dádào tā de zhìyuàn, ér tā què yǐjīng nòng dé píjuàn bùkānle. Zuìhòu, tā zhídé nále yītiáo shéngzi— [...] Jiùshì shùnshǒu cóng shānyá bì shàng lā xià de yītiáo téng tiáo, shēn rù nítán lǐ, jiǎohunle hún huáng de níjiāng, xiàng dìmiàn shàng yī huī, ní diǎn jiànluò dì dìfāng, jūrán yě háishì chéngle guāguā de jiàozhe, huānxǐ dì tiàozhe de yīxiē xiǎo xiǎo de rén. Zhè fāngfǎ guórán xǐng shì hěnduō, téng tiáo yī huī, jiù yǒu hǎoxiē huó de rénlèi chūxiàn, dà dìshàng bùjiǔ jiù bù mǎnle rénlèi de zōngjī.

Dà dì shàng jìrán yǐjīng yǒule rénlèi, nǚ wā de gōngzuò sìhū kěyǐ zhōngzhǐle. Dàndì tā yòu kǎolùzhe, zěnyàng cáinéng shǐ tāmen jìxù shēngcún xiàqù ne? Rénlèi shì yào sǐwáng de, sǐwáng yī pī yòu zàizào me, tài máfanle. Yúshì tā jiù bǎ nánrénmen hé nǚrénmen pèihé qǐlái, jiào tāmen zìjǐ qù chuàngzào hòudài, dānfù yīng’ér de yǎngyù zérèn, rénlèi de zhōngzǐ jiù zhèyàng de miányán xiàlái, bìngqiě yītiān bǐ yītiān jiā duōle.”)

# O POVO PORTUGUÊS, SEGUNDO TEÓFILO BRAGA<sup>1</sup>

## 迪奥菲洛·布拉加眼中的葡萄牙民族

Yuxiong Zhang

Universidade de Aveiro

### Introdução

No decurso do meu contacto com a cultura portuguesa, tenho procurado dar resposta a duas interrogações que, como estrangeiro, considero particularmente instigantes: “quem são os *portugueses*?” e “como se pode definir o *povo português*?”. Este estudo procura documentar essa trajetória de interrogação e descoberta da especificidade cultural portuguesa, averiguando não apenas as circunstâncias que, efetivamente, contribuíram para a independência política de Portugal, mas atendendo também à singularidade da sua cultura no contexto peninsular, onde historicamente se sucederam e coexistiram múltiplos grupos étnicos de distinta origem. Este estudo inscreve-se, portanto, no debate em torno da singularidade da nação portuguesa, partindo da leitura do ensaísmo histórico-antropológico, de orientação nacionalista, de Teófilo Braga, um dos pensadores que, em finais do século XIX, mais sistematicamente problematizou a identidade portuguesa.

A interrogação obsessiva da identidade nacional, objeto de aceso debate ao longo de todo o século XIX, sob o influxo do ideário romântico-nacionalista, procurou precisamente dar resposta a estas questões, tentando destrinçar as circunstâncias e fatores explicativos do caráter *sui generis* da nação portu-

---

<sup>1</sup> O artigo resulta de uma dissertação de mestrado que foi feita sob orientação do professor doutor Paulo Alexandre Pereira, Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro.

guesa. Importa salientar que a centúria de Oitocentos representou um tempo decisivo da história nacional, uma vez que Portugal se viu, simultaneamente, confrontado com uma situação de crise nacional e de premente transformação política. Os discursos da identidade nacional, confirmando a associação estreita entre cultura e política, desempenharam, nesse contexto, um papel crucial na revolução social e política iniciada neste período.

Teófilo, o divulgador pioneiro e entusiasta da filosofia positivista em Portugal, argumenta que se verifica uma flagrante continuidade que aproxima os povos primitivos e os atuais, conjugando-se aquela com a novidade cultural, assim originando uma diferença intrínseca entre culturas distintas. No caso da nação portuguesa, foram os habitantes primitivos da Península Hispânica que determinaram a singularidade da nação, podendo ainda rastrear-se, na cultura do presente, a repercussão dos povos antigos. Os Lusitanos constituem, a este respeito, um caso exemplar e entre eles e os portugueses deteta-se, observa o autor, uma indubitável continuidade cultural. Assim se compreende o destaque que Teófilo Braga concede ao estudo do povo lusitano, que aliás será objeto de atenção assídua em grande parte da sua obra etnográfica, designadamente nos artigos que, entre 1883 e 1886, dá à estampa na *Revista de Estudos Livres*.

Os Lusitanos não foram, no entanto, o único povo destacado pelo autor em *O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições*. No capítulo “A invasão dos Árabes e a sua influência no desenvolvimento da população livre”, Teófilo sublinha a importância da influência islâmica na cultura portuguesa, sustentando que “sem o estudo desta grande classe social dos moçárabes é impossível compreender a formação da nacionalidade portuguesa e as suas íntimas relações com os povos da Espanha ou da província do Andaluz, que já no período da ocupação céltica formavam uma certa unidade territorial e étnica” (Braga, 1883, p. 488).

De acordo com a argumentação aduzida pelo autor de *Epopêas da Raça Mosárabe*, na nova classe social dos moçárabes radica o verdadeiro espírito ibérico, produto da conciliação entre o sangue semita e ariano, o que contribui para o carácter essencialmente dualista da cultura portuguesa e se repercute na diferença regional entre o norte e sul.

A vasta obra de Teófilo Braga visa, deste modo, facultar uma explicação omnicompreensiva da especificidade da nação portuguesa, alicerçada na indagação do espírito nacional, assim como na análise das circunstâncias da sua formação etnográfica. Por um lado, a reflexão antropológica do autor incide

sobre os fatores externos, de natureza histórico-geográfica, que determinaram a formação da nação portuguesa. Quer isto dizer que os estudos etnográficos se propõem definir, de certo modo, a morfologia da nação portuguesa.

Naturalmente tributária da ideologia (e dos preconceitos) romântico-positivistas de que é contemporânea, a monumental investigação desenvolvida por Teófilo Braga documenta, ainda assim, um espírito de conciliação interdisciplinar que permitirá ao autor propor uma explicação poliédrica da formação da nacionalidade portuguesa, contribuindo decisivamente para a construção do discurso da identidade nacional oitocentista

### **Teófilo Braga e o povo português: as bases positivistas de uma antropologia nacionalista**

Como o mais empenhado obreiro da literatura portuguesa da segunda metade do século XIX, Teófilo Braga foi certamente considerado por Castelo Branco Chaves como “um agente do movimento nacionalista português, e foi em grande parte da sua obra que os nacionalistas de 1890 e os integralistas de 1910 aceitaram as ideias-sentimentos que constituem o fundo ideológico da sua doutrina e que são: a Raça, a Tradição, a Nacionalidade como fenómeno de ordem estática e o Popularismo estético” (Chaves, 1935, p. 8). Ao mesmo tempo, o autor de *o Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições* – a primeira obra de reflexão sistemática em torno da nação portuguesa – foi também o introdutor e infatigável arauto, em Portugal, da filosofia comtiana, visto que “em seu juízo, a agitação social desencadeada pela Revolução Francesa explicava a preocupação de Auguste Comte de procurar ‘um princípio de ordem, que não fosse a estabilidade, e uma forma de progresso que não fosse a agitação anárquica’” (Luz, 1996, p. 183).

A questão da identidade nacional pode, em certa medida, como antes se referiu, ser abordada sob o ângulo da psicologia étnica. A teoria da identidade nacional em Teófilo Braga deve, portanto, ser interpretada à luz desta teoria psicológica de cunho positivista.

De facto, o primeiro estado da psicologia centra-se no fenómeno aparente que apresenta um carácter estático. Tratando-se de um resultado exterior, ele requer a observação. Todavia, a parte dinâmica que Braga reconhece no fenómeno, constituindo manifestação de uma causa interior, necessita de uma metodologia dedutiva, apta a esclarecer a sua causalidade. Por fim, torna-se

indispensável também analisar a relação entre o fenómeno exterior e a causa interior, de modo a perceber, de maneira abrangente, a questão em causa.

No caso específico da identidade nacional, centrada na determinação da particularidade de uma nação ou etnia, a manifestação exterior consubstancia-se em fenómenos culturais e folclóricos típicos dessa comunidade. Contudo, a exterioridade de uma nação manifesta-se, igualmente, de forma direta na essência do próprio povo, através dos carateres da raça.

A raça é, aliás, centro de aceso debate entre os intelectuais no decurso destes dois séculos. No que diz respeito à interioridade de uma comunidade nacional, o sentimento coletivo é, irrefutavelmente, a sua demonstração mais eloquente. Divulgador do ideário comtiano em Portugal, Teófilo procurará escorar a sua metodologia de investigação, patente neste estudo, numa base de estrita racionalidade, em consonância com a natureza invariável das leis naturais, no propósito de determinar os carateres nacionais. Na sua perspectiva, os traços caracterizadores da nação revelam, na sua espontaneidade, “as relações de dependência” entre “o estado moral e social do povo de hoje” e “o representante inconsciente” do passado (Braga, 1985, p. 37). A raiz étnica constitui, à luz da argumentação aduzida pelo autor, a pedra angular da explicação etnológica de um povo, fundada na premissa da hereditariedade histórica. O presente pode, pois, ser encarado como reflexo da causalidade ou resultado racional do passado. Não se trata de perspetivar o passado segundo uma conceção estática, mas, inversamente, de reconhecer que uma ação singular pode exercer influência permanente. Teófilo cita, a este propósito, as palavras do historiador positivista Fustel de Coulanges: “Felizmente, o passado nunca morre completamente para o homem. O homem pode esquecer-se dele, mas guardá-lo-á sempre em si. Porque, tal qual é em cada época, ele é o resumo e o produto de todas as épocas anteriores” (Braga, 1985, p. 38). O passado é, por outras palavras, a base do presente e este último, mesmo que se manifeste sob uma aparência distinta, não pode existir sem a raiz do passado. Esta postulação articula-se com a relação dialética entre novidade e continuidade, preconizada por Teófilo Braga, e clarificada por José Luís Brandão da Luz nos seguintes termos:

Na linha de Spencer, Teófilo procura elaborar uma noção de movimento segundo o modelo paradigmático da evolução biológica, em que se combinam dois aspetos essenciais que coexistem: a novidade, que permite integrar

a criação ou a emergência do que de novo vai aparecendo; a continuidade, que assegura a filiação numa estrutura que sucessivamente reforça e alarga as suas potencialidades. (Luz, 1996, 192)

A existência dos povos antigos ou primitivos é, em consequência, ponto fulcral da história antropológica da Península Ibérica, visto não constituir mera memória remota, tendo desempenhado papel decisivo na composição dos habitantes autóctones no presente.

## **A génese do povo português: em demanda da linhagem perdida**

Portugal é, reconhecidamente, o Estado com a mais longa história da Europa. Com efeito, já no século XIII, se encontram definidas as fronteiras do território coincidentes com as atuais. A nação portuguesa manifesta, pois, indisputavelmente, uma especificidade e uma solidariedade orgânica, constituindo, nas palavras de Teófilo Braga, “um organismo nacional autónomo” (Braga, 1883, p. 7). Não obstante, a divisão territorial de Portugal e Espanha – isto é, a sua demarcação dos antigos estados hispânicos – não decorreu, na realidade, de motivos geográficos, uma vez que não existiam barreiras orográficas que isolassem Portugal do resto da Península. Assim, Teófilo Braga destaca a importância que, nesse processo de emancipação territorial, desempenhou o fator da continuidade étnica, na definição de uma essência dos portugueses, na qual o autor faz radicar a independência orgânica de Portugal.

Não se pode ignorar que a situação geográfica peculiar da Península Ibérica propicia a confluência do Mediterrâneo e do Atlântico. É ela que permite explicar a existência, em território peninsular, de inúmeros vestígios dos diversos povos e de civilizações distintas que nele se fixaram em épocas antigas. O advento e extinção dos povos e o apogeu e declínio de culturas distintas explicam, pois, a espetacular história da Península, definindo, sincronicamente, as características idiossincráticas do povo português.

No decurso desse lento processo da migração e fusão étnica, revelam-se principalmente, à luz da argumentação expendida por Teófilo, “as duplas tendências separatista e unificadora” dos povos antigos (Braga, 1883, p. 10). O autor ilustra esta pressuposição através de exemplos demonstrativos:



Se o sangue semita prevalecia pela ocupação dos Fenícios, dos Cartagineses, dos Judeus e dos Árabes, preponderava a tendência separatista; se a disciplina dos Romanos preponderava, quer pela centralização administrativa, quer pela unificação moral e dogmática do catolicismo, assim os diferentes estados eram submetidos à dependência de um só, sem que essa aparente unidade política apagasse as diferenças dialetais e costumes locais, que estavam constantemente proclamando a íntima dissidência. A história de Portugal depende completamente desta circunstância. (Braga, 1883, p. 10)

Por outras palavras, verifica-se, para Teófilo, uma diferença nítida entre os povos que permaneceram em terras ibéricas, no que diz respeito à sua repercussão cultural. Por um lado, os grupos raciais apresentavam caracteres culturais diferentes que não deixaram de se traduzir de modo diverso na continuidade cultural. Por outro, não pode deixar de considerar-se o facto objetivo de essas nações remotas, porque detinham desigual poder económico e militar, terem uma influência cultural variável na conformação do carácter nacional. Quando apareceu uma potência racial forte, como aconteceu, por exemplo, no caso dos Romanos, a sua preponderância cultural atenuou o impacto de outras civilizações contemporâneas. Este facto não significou, ainda assim, a extinção dos povos e das suas culturas, que se convertem em componente objetivo da cultura preponderante, inscrevendo a sua herança, de modo perene, na Península Ibérica.

Teófilo Braga refere, em *O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições*, “a unidade primitiva” da raça ante-histórica da época miocena, com base arqueológica na dolicocefalia, que se desenvolve similarmente em Itália, Espanha, nas Gálias, na Bretanha e até na Berbéria (Braga, 1985, p. 59), distinguindo-a da braquicefalia do basco francês (Braga, 1883, p. 13). Em *Elementos da Nacionalidade Portuguesa*, o autor salienta as afinidades das Antas na Península Ibérica com os monumentos megalíticos na África, chegando, contudo, à conclusão de que se verifica uma disparidade das duas raças, “uma que desceu do norte da Europa para o seu centro, e outra que ocupou a orla ocidental vindo da África através das ilhas do Mediterrâneo” (Braga, 1883, pp. 13-14).

Esta clivagem entre as duas raças – os Euskarianos, ou seja, os Aquitânios e os Iberos – traduz-se também na diferença cultural entre o Norte e Sul de Portugal; por exemplo, “as hachas de bronze são muito aperfeiçoadas no Minho, tendo aneis, e meia cana na parte superior, ao passo que no Alentejo são simples, e no Algarve extremamente raras” (Braga, 1883, p. 14). Esta dife-

rença permite, por seu turno, ilustrar os resultados concretos da diversidade da origem étnica. As duas tendências raciais distintas prosperaram e começaram a expandir-se, influenciando as zonas circunvizinhas. Por fim, as duas culturas primitivas encontraram-se na Península Ibérica. Como explica Teófilo:

Esta diferença étnica que observamos no solo ante-histórico de Portugal, leva a dividi-lo em duas zonas, uma verdadeiramente galliziana, desenvolvida pela entrada de ramos áricos, sendo os lusitanos os primeiros representantes dessa migração; e outra algarvia, que se desenvolveu precocemente pela vinda dos fenícios à exploração metalúrgica, constituindo ao sul do território que veio a ser Portugal a notável civilização Bastulo-fenícia [...]. Ao norte da orla marítima estabeleceram-se colónias gregas, enquanto que ao sul se fixavam colónias líbio-fenícias. A Beira era o ponto de contato, e é por isso que todos os antigos escritores consideravam a Beira como, por assim dizer, o centro dos costumes nacionais e das tradições portuguesas, e da vernaculidade da linguagem. (Braga, 1883, p. 15)

A cultura portuguesa é, segundo Teófilo Braga, a modelar consubstanciação de constantes interseções étnicas e culturais. As persistências culturais dos povos antigos entrelaçaram-se incessantemente com as novas culturas, num processo de fecunda contaminação que fundou a essência da nacionalidade portuguesa, sendo ainda responsável pela evolução das instituições locais; as instituições municipalistas do alano e do “velho pelásgico”, bem como a enfi-teuse do fenício, desenvolveram-se sob o governo romano, evoluindo para o sistema conhecido por colonato. Durante a decadência do Império Romano, o colonato foi substituído pelo direito público provincial. Sob o contexto histórico da conquista árabe, por seu turno, a forma provincial reorganizou-se em concelhos e behetrias dos condados cristãos (ibidem: 67). Pode, em virtude da sua persistência, argumentar-se que o elemento cultural dos povos primitivos “nunca chegou a ser extinto” (Braga, 1883, p. 72).

Teófilo Braga preconiza a organização dos diversos povos em três raças fundamentais – a mongoloide, a semita e a árica –, incluindo o escandinavo em virtude das invasões no norte de Portugal no decurso dos séculos X e XI. Assim sendo, todas as tribos ou grupos étnicos podem ser considerados como variedades destas três raças (Braga, 1883, p. 72). A raça mongoloide, nomeadamente a turaniana, foi a primeira “horda exótica” que chegou à Península Ibérica. É, por outro lado, esta tribo errante aquela que primeiramente se vai

miscigenar étnica e culturalmente com os autóctones da Península, convertendo-se em componente essencial do povo ibero. No decurso do longo processo de cruzamento, o contato dos celtiberos com os diversos grupos étnicos teve como consequência a singularidade cultural da Península Ibérica, imputável a um dualismo cultural que foi definido pelo autor como a “oscilação já para os caracteres étnicos dos semitas, já para os dos ramos áricos” (Braga, 1883, p. 72). Neste caso, as incessantes interseções culturais e étnicas podem perspetivar-se como duas tendências basilares que, efetivamente, determinaram o desenvolvimento e transformação da nacionalidade.

Torna-se, por outro lado, inegável que a diversidade dos cruzamentos foi devida à procedência variada dos diversos grupos étnicos, oriundos de diferentes regiões ou continentes e fixados na Península Ibérica em momentos distintos e por razões diversas. Isto significa que, embora as razões subjacentes à sua expansão fossem acentuadamente diferentes, em virtude de condicionantes geográficas e outros elementos objetivos (de natureza ambiental ou climática, por exemplo), os processos de cruzamento cultural na Península foram múltiplos e permanentes. Por outras palavras, embora a influência dos diversos povos tenha essencialmente dependido das regiões, redundou, de uma maneira geral, numa forte homogeneidade da cultura ibérica.

É em função deste contexto de intenso hibridismo cultural que deve compreender-se a especificidade da nação portuguesa e a sua diferenciação da espanhola. Em primeiro lugar, a fundação dos territórios continentais no século XII impõe, indubitavelmente, uma delimitação política que garante, em certa medida, a unidade nacional. A esta circunstância acresce o facto de a Espanha ter realizado o seu processo da unificação política somente no fim do século XV. O motivo desta coesão tardia foi, segundo Teófilo, a “preponderância de elementos semitas na raça espanhola” (Braga, 1883, p. 73). E acrescenta ainda o autor:

Assim os Fenícios, os Cartagineses, os Árabes e os Judeus formaram a maior parte dos habitantes com hábitos de isolamento, ao passo que Portugal se constituiu na região de nordeste, aonde não chegaram os exploradores fenícios, nem os invasores árabes. O elemento céltico introduzido na Península pelo Norte, e ocupando de preferência a fronteira marítima, mantém no carácter português uma certa brandura, o génio aventureiro e a tendência para as explorações marítimas. Na história de Espanha desco-

bre-se um constante movimento de oscilação entre os esforços para uma unificação nacional e as circunstâncias que fomentam a desmembração. (Braga, 1883, p. 73)

A peculiar situação geográfica de Portugal constitui, indubitavelmente, o elemento decisivo desta particularidade nacional. Estado localizado no extremo ocidental do continente eurásio, Portugal mantém um vínculo indissolúvel com o oceano Atlântico, enquanto a Espanha se encontra fundamente enraizada na cultura mediterrânica. A aliança de Atlântico e Mediterrâneo confere à Península Ibérica uma fisionomia cultural *sui generis* e, no plano sincrónico, é responsável pela diferença entre as duas nações. Teófilo sublinha que foi a corajosa audácia dos diferentes povos que permitiu vencer os desafios do mar tenebroso e pisar solo ibérico, e essa natureza intrépida e espírito aventureiro inscreveram-se perpetuamente na alma peninsular: “De facto a proximidade do mar, assim como fez distinguir o Holandês do Alemão”, observa o autor, “também contribuiu para separar mais profundamente o Português do Espanhol. O mar, considerado como uma barreira defensiva e como um estímulo de atividade, fazendo-nos mais cedo entrar na vida histórica pela unificação nacional, e pela riqueza, fez de nós um povo navegador cioso da sua liberdade” (Braga, 1883, pp. 73-74). Em data bastante posterior, o antropólogo Jorge Dias não deixará de insistir ainda na importância crucial do mar na fundação da nacionalidade portuguesa:

De qualquer maneira, a unificação das nações com regiões culturais heterogêneas tem de se apoiar num poderoso elemento polarizador das energias nacionais. A maior parte das vezes esse elemento é político e resulta da imposição, mais ou menos violenta, dos padrões de cultura duma província às outras que com ela formam um conjunto nacional [...]. Portugal, porém, apresenta uma curiosa particularidade de unificação. Embora a origem da Nação se deva também à política, à vontade dum príncipe, que naturalmente se aproveitou de certas aspirações de independência latentes nas populações de Entre Douro e Minho, a unificação e a permanência da Nação devem-se ao mar. (Dias, 2004, p. 9)

A disparidade da composição racial, verificável entre o nascente e poente da Península Ibérica, dá origem a uma evidente divisão cultural entre Portugal e a Espanha, ao passo que as influências germânica e berbere, na constituição da

nacionalidade portuguesa, geram uma distinção cultural entre a zona meridional e setentrional do país. A heterogeneidade das culturas regionais, no interior do coletivo nacional, é explicável através das intervenções políticas. Deste modo, as distintas repercussões das mesmas raças primitivas ou tribos em diferentes regiões fomentam, em contexto peninsular, um individualismo regional.

Ainda assim, na zona ocidental da Península, verifica-se uma semelhança etnológica atribuível a motivos históricos. O fator político, nomeadamente a fundação do reino de Portugal, incentivou também a unificação da nacionalidade portuguesa. Se bem que, na Península Ibérica, predomine uma inegável heterogeneidade regional, é também indiscutível a base e essência comuns da cultura ibérica. Embora a Península Ibérica compartilhe uma origem etnológica idêntica, as influências culturais dos múltiplos grupos raciais fixados em cada região ibérica tornam evidente uma ampla variedade, devida aos distintos processos de migração. Assim, na faixa litoral da Península que confina com o oceano Atlântico, é verificável, desde o século XII, uma relativa uniformidade cultural, por razões de ordem política. Na conformação da identidade portuguesa, coexistem, em síntese, homogeneidade nacional e particularidade regional. Como ressaltou Jorge Dias, “não devemos esquecer que, a par da cultura nacional, existem ainda hoje regiões naturais muito definidas, com culturas próprias bem caracterizadas, fruto, não só de condições ambientais diferentes, como de ascendência cultural e possivelmente étnica diversas” (Dias, 2004, p. 11).

A persistência da cultura dos povos primitivos e a incorporação de novos elementos culturais ajudam a explicar a diversidade da cultura portuguesa atual. Como sustenta Jorge Dias, as explicações etnológicas de Teófilo Braga, claramente devedoras do seu ideário positivista, apresentam essa diversidade como uma “reação química” aos cruzamentos culturais. No seu ensaio *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, refere o antropólogo que,

A cultura nacional é um curioso fenómeno do espírito coletivo e resulta da combinação de muitos elementos. No momento em que na combinação entrem elementos novos, ou faltem outros, o composto que daí resulta já não pode ser o mesmo. Passa-se isto quase como num composto químico formado de elementos simples. O resultado não é a soma de todos eles, mas um corpo novo, com características próprias. Quer isto dizer que, se a cultura de um povo encerra em si, transformados, todos os elementos

que a constituem (culturas locais), nem por isso esses elementos, tomados separadamente, permitem compreender o conjunto. (Dias, 2004, p. 11)

Porque a nacionalidade não se compõe de um único elemento português, incorporando, antes, dados culturais e etnológicos heterogêneos, a diversidade constitui justamente o seu traço singularizador. A nacionalidade portuguesa representa, pois, uma nova forma da existência das culturas primitivas, ainda que inevitavelmente transformadas por fatores externos, o que contribui, de forma determinante, para a novidade da cultura nacional onde essa ampla diversidade das persistências culturais surge decantada.

Na sequência da teorização de Teófilo Braga, esta diversidade será frequentemente interpretada pelos eruditos finiseculares como um dualismo cultural, em função do qual são conciliáveis continuidade e novidade, gerando uma distinção manifesta entre o norte e sul do país.

## **Árias e Semitas: sob o signo do dualismo rácico**

À luz da teoria positivista de Braga, a formação do povo português alicerça-se principalmente no cruzamento do elemento celta e germano com o berbere e mediterrânico, posteriormente definidos como as raças árica e semita. Os Áricos, que compreendem os Celtas, os Romanos, os Gregos e os Germanos, foram os antigos habitantes da Europa, enquanto os Semitas, principalmente os Fenícios, Cartagineses, Árabes e Judeus, chegaram à Península Ibérica através do Mediterrâneo. Porque nele se torna patente a conciliação da raça árica com a semita, o povo português define-se por um “dualismo etnológico” (Braga, 1985, p. 72).

Esta análise etnológica, de cunho positivista, teve um impacto determinante no meio intelectual, repercutindo-se na obra de vários eruditos e escritores no século seguinte e convertendo-se em motivo frequentemente glosado nas reflexões em torno da formação da nacionalidade portuguesa. Será, por exemplo, retomada por Teixeira de Pascoaes, o arauto do Saudosismo, que sublinha:

Sabe-se que a Península Ibérica foi, nos antigos tempos, povoada por diversos povos de que descendem os actuais castelhanos, andaluzes, vascos, catalães, galegos e os portugueses. Esses antigos povos pertenciam a dois ramos étnicos distintos, diferenciados por estigmas de natureza física e moral. Um dos ramos é o ária (Gregos, Romanos, Celtas, Godos, Normandos, etc.); e o outro é o *semita* (Fenícios, Cartagineses, Judeus e Árabes). O ária criou a civilização grega, o

culto da Forma, a Harmonia plástica, o Paganismo, o *semita* criou a civilização judaica; o Velho Testamento, o culto do Espírito, a Unidade divina, o Cristianismo que é a suprema afirmação da vida espiritual. (Pascoaes, 1988, p. 45)

As afinidades entre a reflexão de Pascoaes e a teorização de Teófilo Braga são flagrantes. No contexto da reflexão saudosista, a originalidade étnica da nacionalidade portuguesa será objeto de uma explicação ainda mais circunstanciada. De facto, Pascoaes socorre-se dos fatores da cultura e da religião para documentar a persistência das culturas ariana e semita, do mesmo modo que Teófilo Braga tinha defendido a existência de tribos antigas na Península Ibérica, a partir de vestígios históricos e fenómenos linguísticos. Para o autor de *O Povo Português...*, a persistência cultural dos povos primitivos determina a nacionalidade, influenciando as crenças e tradições da nação. Idêntico argumento será explorado pela reflexão saudosista que insistirá no dualismo da cultura portuguesa. Nesse sentido, a religião, constituindo um dos fatores culturais que, de modo mais decisivo, influenciam a crença nacional, faculta a evidência mais objetiva do dualismo cultural português, moldado pela convergência de Cristianismo e Paganismo.

Ora, ao passo que o Cristianismo designa a crença nacional dos portugueses, o Paganismo existe inerentemente no âmago dos povos em que se manifesta o amor pela natureza. De acordo com as postulações de Pascoaes, na religião pagã, prepondera a alegria instintiva do ser humano e a sua face eufórica; na cristã, inversamente, exprime-se a fatalidade trágica e a sua face sombria. Nas expressivas palavras do autor, “o *Deus* do ária é o sol aquecendo e definindo as atitudes, as linhas, as formas voluptuosas; a *Divindade* dos *semitas* é o astro da noite, a lua desmaiando e delindo em sombra espiritual os aspetos corpóreos das Cousas e dos Seres. O ária cantou nos cumes do Parnaso e verde alegria terrestre; o *semita* glorificou nos cerros do Calvário a dor salvadora que eleva as almas para o céu” (Pascoaes, 1988, p. 45).

É tentador estabelecer uma homologia entre esta expressão religiosa dualista e os conceitos de *yin* e *yang* do taoísmo oriental, princípios complementares que representam o equilíbrio do universo. *Yin* simboliza a escuridão e a passividade, consentâneos com a ascética severidade do Cristianismo, regulado por uma escatologia apocalíptica. Por outro lado, *yang* simboliza a luz e o dinamismo, representando a vitalidade da natureza. Poderia, assim, argumentar-se que a coabitação dos elementos ariano e semita na cultura portuguesa é geradora de harmonia.

Se a religião árica se funda na tristeza e angústia da Virgem Dolorosa, a semita valoriza o entusiasmo e vontade instintiva. Como sustenta Pascoaes, “*Vénus* é a suprema flor do naturalismo grego; a *Virgem Dolorosa* a suprema flor do espiritualismo judaico; aquela, é o amor carnal que continua a vida; esta, é o amor espiritual que purifica e diviniza” (Pascoaes, 1988, p. 45). O Paganismo, cujos deuses representam a natureza, as vontades e sentimentos primitivos do ser humano, encontra-se fundado na crença naturalista. Assim sendo, a liberdade e o instinto representam a essência da religião árica, fortemente radicada num desejo carnal. Inversamente, o Cristianismo afirma-se como religião dogmática centrada nas vontades primitivas do ser humano, como o pecado original. A religião semita revela-se, em consequência, uma crença que oprime a vontade instintiva e a vocação natural da humanidade para a perseguição do amor espiritual.

Para Pascoaes, é, pois, indiscutível que as raças ariana e semita determinam, em grande medida, a fisionomia da nação portuguesa. Os elementos culturais inerentes a estes dois grupos raciais persistem durante o longo processo de cruzamento cultural, até se converterem em crenças espirituais. A vocação inata para a conquista da liberdade e a reverência à natureza que caracterizam os Arianos confere à sua religião uma humanidade primitiva. A crença árica constitui, pois, a expressão espontânea da vontade primitiva do ser humano, revelando a sua sensibilidade.

Os Semitas, por seu turno, são um povo que se define pelo primado do pensamento racional, influenciando decisivamente na cultura agrícola da Península Ibérica. Por outro lado, as religiões abraâmicas criadas por este povo desempenham um papel crucial no decurso de toda a história antropológica. Uma delas, o Cristianismo, constitui uma componente nuclear da crença nacional portuguesa. Ora, esta religião demonstra precisamente a racionalidade semita, responsável pelas restrições à liberdade e humanidade que, no plano doutrinário, nela encontramos. Os instintos e características naturais do ser humano – que constituem a essência do Paganismo – são interpretadas pelo Cristianismo como fonte do pecado original. Para além de restringirem as necessidades instintivas e vontades primitivas do ser humano, os dogmas cristãos investem a crença semita de uma fatalidade apocalíptica. Deste modo, no povo português, a dor profunda, decorrente da repressão dos instintos primitivos, coexiste com o desejo carnal inerente ao espírito nacional, firmando um vínculo indissociável entre dor cristã e desejo pagão.



Pode-se, pois, afirmar que entre as essências ariana e semita se verifica uma relação de mutualidade que oscila entre a contenção e a expressão. Os dois grupos raciais que, segundo Teófilo Braga, confluem na nacionalidade portuguesa, explicam as persistências da cultura árica e semita. A saudade portuguesa é, à luz da argumentação aduzida por Pascoaes, uma criação cultural idiossincrática, distinta da dor semita e do desejo ariano, mas na qual se tem que reconhecer a continuidade, sob uma espécie peculiar, das persistências culturais. “O Povo português criou a Saudade,” observou Pascoaes, “porque é a única síntese perfeita do sangue ariano e do semita” (Pascoaes, 1988, p. 45). Segundo o poeta-filósofo saudosista, o povo espanhol, em virtude da preponderância de elementos semitas na sua raça, é “ferozmente espiritualista, violento e dramático”, ao passo que o sangue árico domina nos italianos que são extremamente pagãos (Pascoaes, 1988, p. 45). É flagrante a coincidência desta leitura com as reflexões de Teófilo Braga que não deixa, de igual modo, de reconhecer a “preponderância de elementos *semitas*” na raça espanhola (Braga, 1985, p.73). Os portugueses são, por isso, o único povo apto a compreender “verdadeiramente” a saudade.

Esta dualidade da crença portuguesa consiste, com efeito, numa tentativa de conciliação de dois elementos culturais, que, à luz do ideário positivista, definiam intuitivamente a nacionalidade portuguesa: a sensibilidade e a racionalidade. Assim, a reflexão saudosista insiste no equilíbrio que, na cultura portuguesa, se verifica entre a natureza primitiva do instinto humano e o comedimento racional da humanidade.

## Conclusão

O século XIX revelou-se um tempo de singular transformação para Portugal. Por um lado, à medida que a noção da liberdade e a ideologia humanista se difundiam na Europa, começam a fazer-se sentir na sociedade portuguesa fortes ventos de mudança. Por outro, com a transformação do xadrez político-económico mundial, Portugal, pequeno Estado periférico europeu, percebeu a aproximação iminente da crise dos territórios ultramarinos. A ameaça da soberania portuguesa pelas potências poderosas, no episódio do *scramble for Africa*, gerou acentuada perturbação social.

Confrontado com estas crises da sociedade portuguesa oitocentista, Teófilo Braga, presidente do Governo Provisório de Portugal, tentou apaziguar a agita-

ção social com a panaceia republicana. O republicanismo é, no entendimento de Teófilo, inseparável da fundação de uma consciência coletiva.

Pioneiro dos estudos positivistas em Portugal e divulgador da filosofia comtiana, Teófilo tentou comprovar a natureza idiossincrática da cultura portuguesa através de investigações etnológicas, nos domínios das manifestações culturais, tradições, crenças e origem racial, tratados pelo autor como condicionantes objetivas do fenómeno cultural. Em *O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições*, publicado em 1885, o autor apresentou, pela primeira vez, um estudo sistemático sobre a origem etnográfica do povo português que teve grande impacto no mundo académico e influiu decisivamente sobre o rumo da ciência antropológica nacional.

A teoria etnográfica de Braga baseia-se na interação dialética que, no plano dos fenómenos culturais, se verifica entre continuidade e novidade. De facto, o passado revela a sua persistência, ao prolongar-se no presente, sem que nunca se extinga completamente. Em certo sentido, o presente constitui, efetivamente, o reflexo objetivo do passado e ambos se relacionam estreitamente por meio de elos de causalidade. Por outro lado, a emergência de uma nova cultura implica necessariamente uma diferença. Existe, assim, nas culturas modernas uma novidade que não resulta diretamente das primitivas. Ora, baseando-se em argumentos de natureza historiográfica, Teófilo salientou a relação verificável entre os povos antigos que habitaram a Península Ibérica e os portugueses.

Para o autor, o orgulho nacional era a melhor maneira de fomentar a consonância da sociedade, dando assim resposta ao imperativo de sondar a individualidade da nacionalidade portuguesa. Os fundamentos teóricos culturais convertem-se, deste modo, no apoio espiritual da revolução política, tornando manifesta uma associação estreita entre o cultural e o político, bem como a dependência recíproca de Nação e Estado. O Estado, como forma para a existência de uma comunidade, requer uma coletividade alicerçada no terreno cultural, isto é, uma consciência nacional. Quer isto significar que a nação é condição prévia de existência do Estado e que o Estado é garante da existência da nação. A consciência coletiva que sustenta a existência da Nação e do Estado constitui a identidade nacional.

Tributários do clima ideológico e intelectual de finais do século XIX, os estudos de Teófilo Braga sobre a formação etnográfica da nação portuguesa aspiram à definição tão exaustiva quanto possível da identidade nacional, por forma a averiguar o verdadeiro significado da nação portuguesa. Esbatendo

as fronteiras entre investigação e sentimento patriótico, Teófilo funda, assim, uma antropologia nacionalista.

## Referências bibliográficas

- Braga, T. (1883-1884). *Revista de Estudos Livres* (Vol. I). Lisboa: Nova Livraria Internacional
- Braga, T. (1985 [1885]). *O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições*. Lisboa: D. Quixote.
- Chaves, C. B. (1935). *Teófilo Braga e o Nacionalismo*. Lisboa: Seara Nova.
- Dias, J. (1984). *Antropologia Cultural*. Lisboa: ISCSP.
- Luz, J. L. B. (1996). *Sílvio Romero e Teófilo Braga*. Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileira.
- Pascoes, T. (1988). *A Saudade e o Saudosismo*. Lisboa: Assírio & Alvim.

# UMA FAIXA, UMA ROTA: VISÃO E AÇÕES DA ESTRATÉGIA CHINESA

## 一带一路：中国战略的展望与行动

**Anabela Santiago**

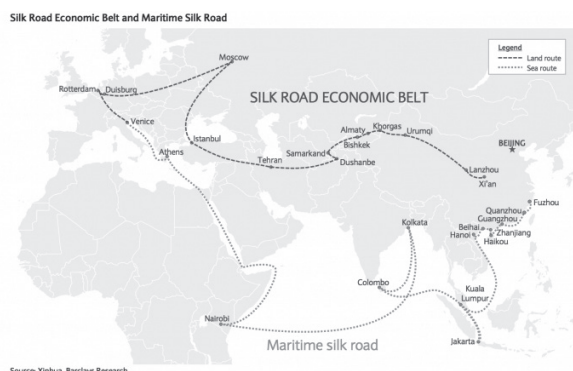
Universidade de Aveiro

Tendo tido início em 2013 e estando agora inserida no 13.º Plano Quinquenal como parte da sua estratégia política atual, a República Popular da China delineou uma estratégia à qual deu o nome de “Uma Faixa, Uma Rota”. Esta iniciativa tem por objetivo central retomar o conceito base da Antiga Rota da Seda, ou seja, fomentar as trocas comerciais e civilizacionais entre o Oriente e o Ocidente. “Visão e Ações sobre a Construção da Cintura Económica da Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda do Século XXI” é o nome do documento de referência que contém as linhas orientadoras do novo programa de cooperação internacional da China.

Com efeito, a Rota da Seda era um conjunto de rotas marítimas e depois terrestres que serviam para a transação comercial da seda entre a Ásia e a Europa. Foi muito importante também na troca de conhecimentos e experiências culturais, sobretudo se pensarmos que tem mais de 2000 anos. No início, a rota ligava a cidade de Chang’an na China até Antioquia na Ásia Menor, mas o seu espectro de influência foi aumentando chegando até à Coreia e ao Japão, dando assim origem à maior rede comercial do Mundo Antigo. O auge do comércio da seda transportada através destas rotas aconteceu durante a dinastia Wu-ti (140-186 d. C.), entrando em declínio séculos mais tarde por causa das convulsões que tiveram lugar na Ásia Central. Essas rotas comerciais contribuíram adicionalmente para a expansão das doutrinas budistas (século II) e mais tarde do nestorianismo (século VII).

Hoje, a República Popular da China pretende retomar o espírito dessa Rota da Seda e criar uma nova rota, desta vez uma rota que abarca mais países e não só 2 regiões do Globo, uma rota a nível global. O projeto conta já com a participação de mais de 60 países, sendo portanto reconhecido na arena da política internacional. O governo chinês afirma que, além de promover o benefício mútuo e aprofundar a cooperação entre os países, ela permitiria a criação de uma comunidade com partilha de interesses e inclusão cultural, além de promover a integração económica e aumentar as transações comerciais entre os participantes.

Existem efetivamente duas vertentes dessa Rota, a da via terrestre e a da via marítima. A via marítima vai de Fuzhou a Veneza passando por cidades como Kuala Lumpur, Jakarta, Kolkata, Nairobi e Atenas, entre outras. O foco está na construção de redes de transporte marítimo eficientes e seguras que permitam a ligação entre os principais portos ao longo da rota. Assim, os principais corredores económicos seriam o corredor China-Paquistão e o Bangladesh-China-Índia-Mianmar. A Rota terrestre vai de Xian a Roterdão passando por cidades como Teerão, Istanbul e Moscovo, entre outras.



O objetivo máximo desta estratégia é a conectividade Ásia-Eurásia, essencialmente, mas também Ásia-África. A conectividade cobre cinco principais áreas de interesse: a coordenação política, a construção de infraestruturas (que passa muito pela construção de auto-estradas e de caminhos de ferro de bitola padrão), o comércio livre com a livre circulação de bens e serviços e a harmonização de normas alfandegárias (harmonização códigos pautais e das leis de tributação a nível internacional), a integração financeira e a partilha cultural. Uma das principais metas é a criação de um corredor comercial para forneci-

mento direto de produtos do Oriente para Ocidente. Tudo isto, claro está, num clima de paz e coexistência pacífica entre os povos, pois a República Popular da China não quer abrir mão do seu *Soft Power* e pretende continuar a reger-se pelos princípios da igualdade e dos benefícios mútuos, da complementaridade de vantagens e da multiplicidade de formas de cooperação.

O conceito de *Soft Power* foi originalmente usado em finais dos anos 1980 por um professor da Universidade de Harvard, Joseph Nye Jr., por oposição ao termo “Hard Power” que se refere essencialmente ao poder de influência através do poderio bélico de uma nação.

Teve o seu ponto de partida em 1997, após o rebentar da “crise asiática”, quando a China, perante o cenário de crise, recusou desvalorizar a sua moeda para não afundar ainda mais as economias dos seus países vizinhos. Foi apenas o seu primeiro passo. A partir daí, os líderes chineses enfatizam nos seus discursos que Beijíng se preocupa em ouvir as vozes das outras nações e em ajudar aquelas que necessitem de ajuda externa, baseando-se sempre nos 5 princípios de coexistência pacífica. Esses princípios, segundo notas do governo chinês, são os principais orientadores da política externa chinesa na atualidade. São eles: (1) respeito mútuo pela soberania e integridade territorial; (2) não agressão mútua; (3) não ingerência nos assuntos internos de cada povo; (4) benefício e igualdade mútuos e desenvolvimento conjunto; (5) se manter atualizado no que tange a reformas e inovação.

No entanto, os chineses já usavam o *Soft Power* no século XVIII, quando os emigrantes dessa altura - ou seja, os comerciantes espalhados na costa da Índia - ocupavam mesmo o papel de comerciantes, mercadores que estabeleciam a ponte entre as populações indígenas e os colonos europeus da época, optando por não interferir nos assuntos internos dos povos.

Séculos mais tarde, no final dos anos 60, a imagem dos Estados Unidos da América estava abalada pelo desfecho da Guerra do Vietname. Era do interesse comum dos Estados Unidos e da China combater o poderio militar da União Soviética e a sua forma particular de Comunismo, o que os levou a aliarem-se neste combate, mas sempre com um propósito paralelo por parte dos EUA de ter a China “debaixo de olho”, integrando-a em organismos internacionais e obrigando-a a acatar as regras internacionais. Assim, a China é hoje Membro Permanente do Conselho de Segurança da ONU, membro da Organização Mundial de Comércio, do G-20, entre outras organizações / instituições. O objectivo da República Popular da China era mesmo esse: integrar-se na

comunidade internacional para ajudar o seu povo a desenvolver-se e retirar a população chinesa do estado de pobreza em que muitos se encontravam. Aliás, na opinião de muitos sinólogos, esta estratégia “Uma Faixa, Uma Rota” é um produto do pensamento neo-mercantilista chinês, na medida em que se traduz numa expansão do capitalismo Estatal chinês, movido por um excesso de capacidade produtiva da sua indústria.

A estratégia “Uma Faixa, Uma Rota” vai permitir o desenvolvimento de algumas regiões da China menos desenvolvidas até à data, inserindo-se numa das metas do 13.º Plano Quinquenal, nomeadamente no alcance da equidade social, que passa por reduzir ou fazer desaparecer o fosso regional que existe na China, tentando erradicar a pobreza e dando qualidade de vida à população em geral.

Com efeito, 2016 marcou a entrada em vigor do 13.º Plano Quinquenal do Partido Comunista Chinês que vigorará até 2020. Os planos quinquenais, como o próprio nome indica, são planificações por um período de 5 anos, estes planos traçam as linhas orientadoras da ação do Partido Comunista Chinês e são elaborados desde a década de 1950.

Este Plano Quinquenal assenta em dois conceitos fundamentais que são:

- o do desenvolvimento baseado simultaneamente na inovação e pesquisa científica e na proteção ambiental, almejando um crescimento dito sustentável a longo prazo;
- o da equidade social com desenvolvimento baseado no povo (urbanização, aprofundamento de reformas estruturais, acesso à educação, segurança social, apoio à velhice, saúde, etc.);

Relativamente ao primeiro aspeto, a aposta num crescimento sustentável prende-se com a necessidade de manter o nível de crescimento atingido, implicando isso uma subida na cadeia de valor dos produtos que a China lança para o mercado. A aposta em produtos de maior valor acrescentado há muito que se faz sentir. As áreas de investimento do capital chinês são por isso mais específicas, orientadas para setores virados para a pesquisa científica e o avanço tecnológico.

O segundo aspeto prende-se com a entrada da economia chinesa na chamada “nova normalidade”. O país almeja erradicar a pobreza de toda a população até 2020. O presidente Xi Jinping reconhece que esse será o maior desafio deste Plano Quinquenal, mas já tem planos para melhorar as infraestruturas

das áreas rurais. A melhoria dos serviços como segurança social, cuidados de saúde e educação também é uma prioridade.

O Plano de Ação ligado à estratégia “Uma Faixa, Uma Rota” é sem dúvida alguma o elemento central da diplomacia económica chinesa nos dias de hoje e da política externa do presidente Xi Jinping. Em termos de infraestruturas, há já projetos em andamento, entre os quais é possível salientar o caminho de ferro que liga a China ao Laos, um porto no Vietname e uma auto-estrada no Paquistão. Todos estes projetos são financiados por organismos maioritariamente chineses tais como o *Asian Infrastructure Investment Bank*, o *New Development Bank* e o *Silk Road Fund*. O peso destas entidades de financiamento e da moeda chinesa, o renminbi, torna-se inegável e aí entramos no campo da tão almejada integração financeira com uma tendência crescente para que a moeda chinesa se possa vir a tornar moeda de transação negocial em termos mundiais a par com o Euro e o Dólar norte-americano.

Em termos políticos, a tendência de isolacionismo na cooperação externa indiciada pela nova administração dos Estados Unidos na pessoa de Donald Trump, particularmente no que toca a África, leva a crer que a estratégia chinesa “Uma Faixa, Uma Rota” pode vir a assumir um impacto bem forte naquele continente. De fato, a China já referiu que pretende ocupar os lugares deixados vazios pelos Estados Unidos.

A proposta chinesa para África inclui entre outras coisas o financiamento de infra-estruturas ferroviárias, rodoviárias e energéticas, interligando os países vizinhos (Burundi, RD do Congo, Ruanda, Sudão do Sul, Tanzânia e Uganda). A criação destas infra-estruturas está inserida num pacote de projetos que ascende a 60 mil milhões de dólares prometidos pela China no final do ano de 2015.

Em termos culturais, esta estratégia é um esforço abismal para a China no sentido de se abrir a novas filosofias e entendimentos do Mundo para entender culturas de países como a Índia e outras civilizações mundiais.

No caso de Portugal, a China fez o convite para que o país fizesse parte desta Rota e numa cerimónia comemorativa dos 10 anos de parceria estratégica Portugal-China” em Lisboa, o representante chinês, o embaixador Huang Songfu, disse as seguintes palavras em Março 2015: “Convidamos Portugal a aproveitar esta oportunidade e a explorar juntamente com a China a possibilidade de cooperação no quadro de ‘uma faixa e uma rota’, promovendo assim a nossa cooperação pragmática em benefício dos dois povos e elevando a parceria estratégica global sino-portuguesa para um novo patamar”.



Referiu ainda: “Portugal é um Estado-membro importante da União Europeia, e ao mesmo tempo um bom amigo e parceiro da China. Na história, Portugal tinha a tradição de navegação e os descobrimentos marítimos abriram o caminho marítimo ao Oriente, contribuindo assim para a conexão dos continentes e para a emergência da globalização. Realçamos que, neste período de tempo, Portugal sempre foi uma ponte importante dos intercâmbios comercial e cultural entre a China e a Europa, por introduzir os produtos chineses como o chá, a porcelana e a seda no continente europeu. Recentemente, Portugal aderiu oficialmente ao AIIB como membro fundador, revelando a sua confiança e apoio às cooperações sino-europeias e à construção de ‘Uma Faixa e Uma Rota’.

Acreditamos que Portugal, posicionado no centro da rota marítima do Atlântico, poderá ter um papel imprescindível na realização de ‘Uma Faixa e Uma Rota na Europa’. É nossa esperança sincera que ‘Uma Faixa e Uma Rota’ seja construída conjuntamente por todos os países, incluindo Portugal, no sentido de beneficiar os seus povos na partilha dos frutos do desenvolvimento, contribuindo ainda mais para o progresso da civilização humana”.

De acordo com as palavras do mesmo embaixador, o projeto ambicioso de “Uma Faixa, Uma Rota” pode ser resumido do seguinte modo:

‘Uma Faixa e Uma Rota’ atravessa os continentes da Ásia, da Europa e de África, faz a ligação do círculo mais dinâmico da Ásia Oriental ao círculo mais desenvolvido da Europa e abrange vários países com enorme potencial para o desenvolvimento económico. A população destes espaços totaliza cerca de 4,4 mil milhões e reúne um volume económico de 21 mil milhões de dólares, o que faz representar, respectivamente, 63% e 29% do mundo inteiro.

‘Uma Faixa’ liga principalmente a China, a Ásia Central, a Rússia e a Europa (o Mar Báltico) com o Golfo Pérsico e o Mar Mediterrâneo através da Ásia Central e do Oeste, bem como com o Sudeste e o Sul da Ásia e o Oceano Índico, enquanto ‘Uma Rota’ é projetada da costa chinesa à Europa através do Mar do Sul da China, do Oceano Índico e do Pacífico Sul, através do Mar do Sul da China. Sendo a continuação do espírito da Rota da Seda, ‘Uma Faixa e Uma Rota’ proporcionará ao mundo um caminho de cooperação de benefício mútuo na promoção do desenvolvimento comum, um caminho de paz e amizade na promoção de entendimento, confiança e intercâmbios. O Governo Chinês espera que, através desta iniciativa caracterizada

pela confiança política mútua, integração económica e inclusão cultural, os países participantes possam realizar as cooperações pragmáticas em todas as áreas e construir uma comunidade de interesses, destino e responsabilidades compartilhadas. [...]

O embaixador da China em Portugal disse ainda que o Governo chinês está a incentivar as empresas de transporte marítimo chinesas a utilizarem um porto português para canalizarem mercadorias para o mercado da União Europeia (UE), devido à posição geográfica de Portugal.

A “cooperação trilateral” entre a China, Portugal e os países de língua oficial portuguesa também é de salientar e tem bastante interesse para todas as partes envolvidas.

Em suma, a República Popular da China almeja com esta Nova Rota da Seda do séc. XXI resolver questões internas como a necessária ampliação do escoamento de excedentes, a obtenção de energia para consumo interno e o desenvolvimento das regiões centro e oeste do país. Tendo estas necessidades satisfeitas, facilmente manterá o crescimento e conseguirá a ascensão no cenário internacional. Deste modo, o Império do Meio demonstra ao mundo a capacidade que possui como líder asiático.

## Referências bibliográficas

- Fallon, Th. (2015). The New Silk Road: Xi Jinping’s Grand Strategy for Eurasia. *American foreign policy interests* 37(3), 140-147.
- Xiaoming, L. (2015). New Silk Road is an opportunity and not a threat. *Financial Times*, 24 May (<https://www.ft.com/content/c8f58a7c-ffd6-11e4-bc30-00144feabdc0>)
- Oliveira, H. A. (1999). A Crise Asiática e a China, *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP (<http://www.pucsp.br/geap/coordenador/acriseasi.PDF>)

Website

<https://monthlyreview.org/2017/01/01/one-belt-one-road/>



# A SEGURANÇA ENERGÉTICA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS<sup>1</sup>

## 能源安全: 挑战与策略

**Carla Fernandes**

IRPI, Universidade Nova de Lisboa

### Introdução

Tal como a China precisa de conhecer melhor o mundo, também o mundo precisa de conhecer melhor a China

Xi Jinping, 15 de novembro 2012

Um dos momentos mais significantes na história da política internacional ocorreu em 1993, quando a República Popular da China (RPC) passou de país exportador a importador de petróleo, terminando com o período de autossuficiência energética<sup>2</sup> que tinha mantido durante três décadas. Em 2009 superou o Japão como segundo maior importador mundial de petróleo e, desde então, a sua dependência petrolífera tem vindo a crescer incessantemente. De acordo com a Agência Internacional de Energia (2017), em 2014 ultrapassou os Estados Unidos da América (EUA) como maior importador mundial de petróleo

<sup>1</sup> Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Projeto «PTDC/IVC-CPO/1245/2014».

<sup>2</sup> A política de “autossuficiência” energética (*Zili Gengsheng*) foi instituída por Mao Zedong na década de 1960, após as consequências negativas do “Grande Passo em Frente” (*Dayue-jin*, 1958-1960) e da separação Sino-soviética, nomeadamente a quebra de abastecimento energético proveniente da URSS e estagnação da indústria do carvão. O princípio da autossuficiência implicava que a produção de energia fosse suportada por recursos endógenos que incluíam o capital humano, o capital físico e os recursos naturais chineses (Zhang Jian, 2011, p. 5).

bruto e de produtos petrolíferos. Seguindo a mesma trajetória de consumo e de importação, a RPC passou a importador de gás em 2007 e de carvão em 2009, sendo atualmente o terceiro maior importador mundial de Gás Natural Liquefeito (GNL) (EIA 2015).

A China é o maior país em desenvolvimento, a segunda maior economia mundial e o país mais populoso do mundo. É também e simultaneamente, o maior produtor e o maior consumidor de energia a nível mundial. O crescimento rápido da sua economia, a acelerada industrialização e urbanização foram sucedidos por um consumo energético de grande intensidade, que não foi acompanhado pelo aumento da produção interna, criando gradualmente desafios à segurança de aprovisionamento. E levando a que a liderança chinesa se preocupasse com os desafios da crescente fome energética do país e com os efeitos negativos que essa dependência possa provocar na economia chinesa, na estabilidade político-social e na segurança nacional.

Neste artigo iremos caracterizar a segurança energética chinesa e os desafios a ela associados. Posteriormente analisaremos e avaliaremos as estratégias adotadas, dando maior relevo às externas que procuram colmatar os desafios da grande dependência de fontes de energia importadas. Concluiremos que essas estratégias estão a permitir uma maior participação de Pequim no mercado energético regional e internacional, seja como consumidor seja como produtor, e a reduzir alguns dos desafios colocados à insegurança de aprovisionamento energético e de transporte.

## O “Ressurgimento” da China e a Segurança Energética

长风破浪会有时，直挂云帆济沧海

I will mount a long wind some day and break the heavy waves

And set my cloudy sail straight and bridge the deep, deep sea

Li Bai (李白), *The Hard Road* (行路难)

Em Novembro de 2012, num discurso durante a visita à exposição *O Caminho em Direção ao Rejuvenescimento* no Museu Nacional da China, Xi Jinping citou o poema *The Hard Road* do poeta Li Bai da Dinastia Tang. Com este poema aludia que, após 170 anos de luta depois da Guerra do Ópio, a RPC mostrava-se “confiante e capaz” de atingir um dos “maiores sonhos” da nação chinesa: a sua grande revitalização (*zhonghua minzu weida fuxing*). Em discursos poste-

riores, Xi Jinping usou o conceito<sup>3</sup> “sonho chinês” (*zhong guo meng* - 中国梦)<sup>4</sup>, enfatizando que o “rejuvenescimento da nação chinesa” era a concretização do maior “sonho” na história moderna do país (Tian Shaohui, 2016).

Na linha do pensamento de alguns analistas chineses (Wanfan Zhang, 2009; Ye Zicheng, 2011; Suisheng Zhao, 2015) o “sonho chinês de rejuvenescimento” pode ser compreendido como o regresso da China ao estatuto perdido de “grande poder” (*Da Guo*). Defendem que a China sempre pertenceu ao grupo dos “grandes poderes” devido à sua dimensão e população, à sua história milenar e à sua economia e, presentemente está num processo de recuperação de seu estatuto como grande potência regional e, eventualmente, como grande potência (*Da Guo*). Com efeito, a emergência da China, de uma economia isolada para uma das maiores forças de mercado do mundo, é um feito incomparável na história da humanidade. Se tivermos em conta que a economia da China, desde o início do século XVI até aos inícios do século XIX, foi uma das maiores do mundo, poderemos sublinhar que a sua ascensão é mais uma das evidências de que o fim da guerra-fria não marcou o “fim da História” defendido por Francis Fukuyama, mas o regresso da História, com o “ressurgimento” da China como um “*Da Guo*” (Fernandes, 2013, p. 448).

Depois do 18.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China realizado em 2012, Xi Jinping integrou as duas metas centenárias (*Liang Ge Yibai Nian*) como a base a alcançar no “sonho chinês”. Na primeira meta, a China irá ter uma sociedade moderadamente próspera até 2021, ano do aniversário da constituição do partido comunista chinês. Na segunda, até 2049, ano da comemoração do centenário do estabelecimento da República Popular da China, irá ser um país socialista forte, civilizado, harmonioso e moderno, completando assim a grande revitalização da nação chinesa (Huaxia, 2015).

Todavia, este “sonho chinês” de “ressurgimento” enfrenta grandes desafios para ser alcançado. Para o antigo vice-presidente da Escola do Partido

<sup>3</sup> A utilização de frases e de conceitos é uma prática utilizadas pelas várias gerações de líderes chineses e que define os objetivos ou as ações orientadoras dos seus governos. Ao antigo Presidente Jiang Zemin associa-se a “Teoria das Três Representações” (*Sāngè Dàibiǎo*) e a Hu Jintao os conceitos de “Sociedade Harmoniosa” (*héxié shèhuì*) e do “Mundo Harmonioso” (*héxié shìjiè*) que reunidos com o conceito de “Desenvolvimento Científico” (*kexue Fazhan Guan*), transformaram-se nos valores mais importantes para a defesa do “Desenvolvimento Pacífico” da China (*Zhōngguó héping fāzhǎn*) (Fernandes, 2013, p. 447).

<sup>4</sup> O conceito de “sonho chinês” foi apresentado por Xi Jinping depois de ter sido empossado como secretário-geral do partido no 18.º Congresso do Partido Chinês.

Comunista Zheng Bijian (2013) o “sonho chinês” significaria a “resolução dos problemas chineses”, uma vez que o desenvolvimento da China tem vindo a acarretar uma série de grandes desafios, tais como “os recursos e as restrições ambientais sobre o crescimento económico, o desenvolvimento económico e social desequilibrado, incluindo os desequilíbrios entre investimento e consumo, entre investimentos estrangeiros na China e os investimentos chineses no exterior, entre as cidades e as áreas rurais e entre as regiões leste e oeste; a difícil reestruturação industrial e insuficiente pesquisa e desenvolvimento tecnológico; recursos humanos incapazes de atender às necessidades da estrutura de emprego e a distribuição desigual de renda”.

Em termos de energia, os efeitos do consumo energético com base nas energias fósseis, especialmente do carvão, criaram grandes desafios ambientais para o país e para o mundo. A China é, atualmente, o maior emissor de dióxido de carbono, contribuindo um quarto do total das emissões mundiais (9,2 Gt CO<sub>2</sub> em 2013), 1,5 vezes mais do que os EUA. Se não forem estabelecidas medidas efetivas, estas emissões podem aumentar em mais de 50% nos próximos 15 anos (Zhu Liu, 2016). Apesar de Pequim liderar o investimento mundial em energias limpas, incluindo na energia eólica e biomassa e dos esforços governamentais para aumentar o valor das energias renováveis no *mix* energético, o consumo de energia primária continua a ser dominado pelos recursos fósseis e os graves problemas ambientais persistem.

Antes de analisarmos e avaliarmos os desafios à segurança energética chinesa é importante clarificar o significado do conceito, visto que, na China, como em outros países, o termo segurança energética (*negyuan anquan*) é frequentemente empregue mas poucas vezes definido ou clarificado. Quando o país passou a ser importador de petróleo em 1993, a energia passou a ser um conceito utilizado no discurso chinês. No entanto, foi só a partir de 2000, que a segurança energética começou a ser um tema comum no discurso público, surgindo gradualmente os primeiros conceitos de segurança energética<sup>5</sup>.

Este conceito tem seguido o padrão de evolução das políticas energéticas chinesas, integrando novos objetivos com o evoluir das preocupações energéticas nacionais. Na década de 1990, como na maioria dos países consumidores ocidentais, prevalecia uma visão tradicional e realista da segurança energética, em que a segurança era centrada no Estado, focada no fornecimento energético

<sup>5</sup> O primeiro artigo sobre a questão energética chinesa e com o título de segurança energética foi publicado em 29 de fevereiro de 2009.

e a insegurança provinha da dependência externa, especialmente do petróleo. O objetivo era o de “assegurar fornecimentos adequados e estáveis de petróleo para a China a longo prazo” (Chang, 2001, p. 233) e as recomendações aduzidas enfatizavam a diversificação das fontes de fornecimento e o desenvolvimento de novas infraestruturas de transporte para diminuir o risco de possíveis embargos e de outros riscos e ameaças.

Nos últimos anos, com o ampliar dos desafios, nomeadamente com a dependência de outros combustíveis energéticos, das implicações ambientais e climáticas da dependência excessiva do consumo de recursos fósseis, começaram a surgir perspetivas alternativas à análise tradicional da segurança energética da RPC (Downs, 2006; Kennedy, 2010; Yang Gao, 2012). Tanto os líderes chineses (Ministry of Foreign Affairs of People’s Republic of China, 2006) como os analistas de segurança energética chinesa nacionais e internacionais (Qin Yi; Xinhua Liu, 2002; Zhang Wenmu, 2003; Xinhua Liu; Yi Qin, 2003; Zha Daojiong, 2005; Kong, 2005; Qingyou Guan & He Fan, 2007) têm exposto outras abordagens para a segurança energética, já não centradas unicamente na procura ativa de recursos no exterior e no petróleo, mas na defesa do desenvolvimento dos recursos energéticos endógenos, na conservação energética, na proteção ambiental e climática e na cooperação energética. Paralelamente, alguns analistas chineses (Yang Gao, 2012) tendem a defender a necessidade de reconceptualização do conceito de segurança energética chinesa não com base nos conceitos ocidentais, mas assente nas características chinesas. Partilhando esta visão, neste artigo defendemos que a segurança energética chinesa tem características que as distingue dos outros países consumidores, sendo que o conceito de segurança energética deve possuir “características chinesas” e espelhar as vulnerabilidades e as estratégias energéticas da China.

## **Panorama Energético Chinês e os Desafios à Segurança Energética Chinesa**

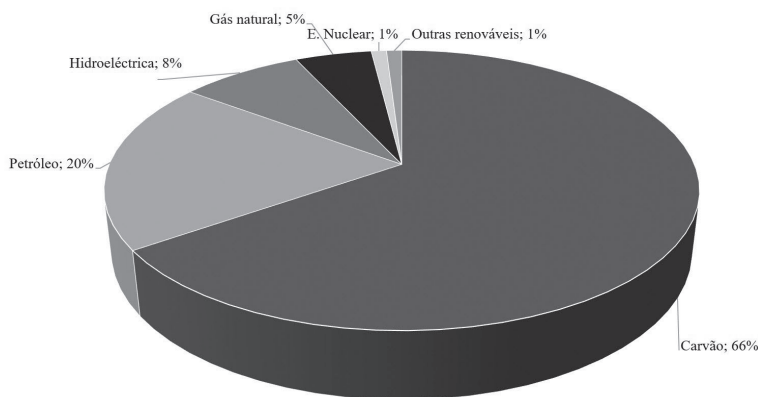
A RPC possui amplos recursos energéticos. De acordo com a IEA (2015) possui as quintas maiores reservas de carvão do mundo, as segundas maiores reservas de petróleo e de gás da Ásia-Pacífico e as maiores reservas de *shale gas*. Os seus recursos energéticos estão repartidos pelo território diferentemente, com o carvão situado, principalmente, na parte norte da região central e ocidental do território, as hidroelétricas no sudoeste, e o petróleo e o gás natural



no leste, centro e oeste e ao longo da costa chinesa. Enquanto algumas províncias, designadamente Sichuan, possuem recursos e produzem vários tipos de energia, outras como as do litoral, são muito carentes e dependentes. As zonas costeiras, no sudeste do território, onde a economia é mais desenvolvida, são as zonas de maior consumo de recursos energéticos. A diferença na localização entre áreas produtoras e consumidoras tem conduzido a uma estrutura básica do fluxo de energia na China com o transporte, em grande escala e a longas distâncias, do carvão e do petróleo do norte para o sul e a transmissão de gás natural e de eletricidade de oeste para este (Fernandes, 2013, pp. 448-449)

Na China, o carvão (66%) e o petróleo (20%) dominam o consumo primário de energia e, apesar de estarem a ser regularizados esforços e a estabelecer metas para aumentar a participação de energia de combustíveis não fósseis, as fontes hidroelétricas, do gás natural, da energia nuclear e de outras energias renováveis representam ainda uma diminuta percentagem na sua matriz energética (Cf. Gráfico 1).

**Gráfico 1.** Consumo Primário de Energia, por tipo de fonte, 2014 (%)



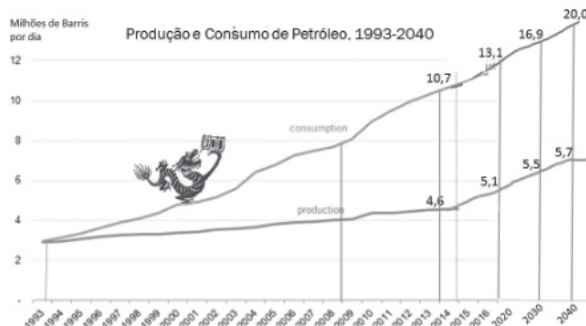
Fonte: EIA, 2015.

Embora o carvão seja a fonte de energia que domina o consumo de energia primária, é o petróleo que mais desafios acarreta para a insegurança de aprovisionamento energético na China. A RPC é o quarto maior produtor de petróleo a nível mundial. Gradualmente, desde 2010, tem conseguido vir a aumentar os níveis de produção, projetando-se que continue com essa linha crescimento, transpondo os 4,6 milhões barris diários (b/d) para 5,7 milhões b/d, entre 2014 e 2040 (EIA, 2015). Este aumento deve-se, essencialmente, à recuperação dos

campos de petróleo maduros e da exploração *offshore*, sobretudo na Bacia de Bohai e no sul do mar da China<sup>6</sup>.

Não obstante este panorama aparentemente positivo, a produção petrolífera endógena não é suficiente para o consumo atual e futuro, prevendo-se que continue a aumentar cerca de 2,6% ao ano até 2040, atingindo 13,1 milhões de b/d em 2020, 16,9 milhões de b/d em 2030 e 20,0 milhões de barris por ano em 2040 (Cf. Gráfico 2). A EIA estima que o consumo de petróleo da China excederá a dos Estados Unidos até 2034 (EIA, 2015). O consumo de petróleo tem sido impulsionado pela crescente demanda de matérias-primas petroquímicas, pela procura de combustíveis para o transporte de mercadorias e pelo gradual aumento do número de veículos particulares<sup>7</sup>.

**Gráfico 2.** Produção e Consumo de Petróleo na RPC, 1993-2040



Fonte: Produção da autora com dados da EIA, 2015 e do *Energy Outlook Internacional de 2014* (IEO2014).

Como consequência do aumento do consumo e também da construção de reservas estratégicas de petróleo<sup>8</sup>, a taxa da dependência em termos de importações de petróleo aumentou dramaticamente, nas últimas décadas, superando

<sup>6</sup> A produção de petróleo chinesa é maioritariamente *offshore* (80%), sendo que a *onshore* (20%) está localizada nas províncias ocidentais e centrais de Xinjiang, Sichuan, Gansu e Mongólia Interior (EIA, 2015).

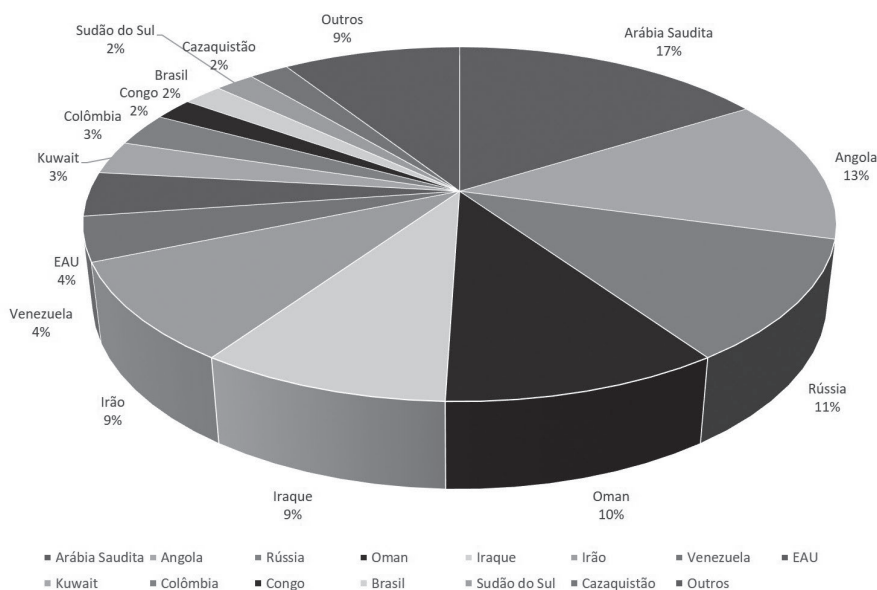
<sup>7</sup> Em 2009, a China ultrapassou os EUA, como o maior mercado de automóveis do mundo.

<sup>8</sup> Existem outros fatores que contribuem para o aumento das importações chinesas de petróleo bruto. Por exemplo, em julho de 2015, o governo chinês começou a permitir que refinadoras independentes (que não pertencem ao governo) importassem petróleo bruto. Anteriormente, estas tinham restrições sobre a quantidade de petróleo bruto que poderiam importar e dependiam do fornecimento doméstico (EIA, 2017).

os 30% de 2000 e atingindo os 57% em 2014<sup>9</sup>. De acordo com projeções da EIA a dependência externa de petróleo da China irá aumentar para 75% em 2035, representando o maior incremento na demanda de petróleo mundial (EIA, 2011d).

Tradicionalmente, a Arábia Saudita é o principal fornecedor de petróleo à China, embora Angola concorra por esse lugar e já o tenha superado, por pequenos períodos, em 2006, 2008 e 2010. A Rússia, um vizinho e parceiro estratégico da China, é o terceiro maior importador desde 2012. Ocupa a posição do Irão, após Pequim ter reduzido os níveis de importação devido às sanções americanas e europeias às exportações iranianas de petróleo bruto, resultantes dos desentendimentos sobre o programa nuclear do Irão. As autoridades chinesas diversificam os países fornecedores por todos os continentes, sendo que, nos últimos anos, as importações chinesas de petróleo bruto tem vindo, cada vez mais, de países que não pertencem à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) (Cf. Gráfico 3).

**Gráfico 3.** Fontes de Importação de petróleo para a China, 2014



Fonte: EIA, 2015.

<sup>9</sup> Só entre 2013 e 2014, registou-se um aumento de 9%, passando de 5,5 milhões para 6,2 milhões b/d (EIA, 2015)

Esta necessidade contínua das importações é uma vulnerabilidade estratégica para o país. Os riscos e as ameaças associados a essa dependência são questões de grande preocupação para as autoridades chinesas que temem sobretudo três situações: que ruturas bruscas na oferta de petróleo no mercado global possam provocar alterações nos preços, afetando negativamente a economia chinesa; que a China possa ser afetada por interrupções no abastecimento energético; e que o Japão e os EUA tentem negar o fornecimento de petróleo à China (Tønnesson & Kolås, 2006, p. 19).

A possibilidade de vir a ser afetada por interrupções do fluxo energético advém do facto de as importações de petróleo estarem concentrados num número restrito de países, localizados em zonas instáveis e volúveis. Desde 1993, o Médio Oriente (52%) é a principal região fornecedora de petróleo, enquanto a África (22%) é a segunda maior região. A potenciar ainda mais a insegurança energética, está o facto de as suas importações serem maioritariamente transportadas por via marítima (90%) e cruzarem regiões marítimas onde a instabilidade, assim como a ameaça da pirataria, grassa (Fernandes, 2013). Embora a RPC já possua outras linhas adicionais de fornecimento de petróleo, nomeadamente por via terrestre procedente do Cazaquistão e de Myanmar, mantêm uma elevada dependência do transporte marítimo das importações, atravessando *chokepoints* geoestratégicos, como o Estreito de Ormuz e o de Malaca.

Tal como outros grandes importadores asiáticos, a China preocupa-se com a segurança do transporte, especialmente através do Estreito de Malaca, por onde circulam 80% das suas importações de petróleo. Essa preocupação foi evidenciada pelo Presidente Hu Jintao que, em novembro de 2003, se referiu ao Estreito de Malaca como o “Dilema de Malaca” (*Maliujia kunjing*), afirmando que certos “grandes poderes” poderiam empenhar-se em controlar o Estreito, interrompendo o fornecimento de petróleo à China, e apelando à adoção de estratégias para mitigar esta vulnerabilidade energética (Storey, 2006). Esta perspetiva também é partilhada por alguns analistas chineses (Wei Da, 2005; Zhang Zhong Xiang, 2011; Chen Shaofeng, 2010), segundo os quais, a incapacidade de defender esse Estreito poderá ser desastroso para a segurança nacional chinesa, pois quem controlar o Estreito de Malaca também controla a segurança do abastecimento de petróleo à China. Com uma ótica contrária, vários autores chineses defendem a impossibilidade da ocorrência de um embargo no Estreito de Malaca. Xue Li (2010), por exemplo, considera que o “Dilema do Estreito Malaca” é uma ilusão, defendendo que é muito improvável a ocorrência de um

congestionamento neste Estreito, que o risco da pirataria, terrorismo e acidentes contra navios mercantes chineses é pequeno e que o Estreito poderia ser totalmente contornado sem grande custo.

## **Estratégias Externas e Internas para a Segurança Energética Chinesa**

A energia é uma fonte de insegurança e um desafio para a segurança nacional da China, visto que está dependente de fontes externas de energia para sustentar o seu crescimento económico e manter estável, política e socialmente, um país com mais de 1,3 biliões de pessoas. Como ressalta Cao e Bluth (2012, p. 381) a “energia é uma base física importante do desenvolvimento económico, do progresso social e da construção de civilizações modernas [bem como] um recurso estratégico e o principal elemento da segurança de um país”.

Perante os desmedidos desafios atuais e futuros, a RPC está a desenvolver estratégias internas e externas para a sua segurança energética. São estratégias cuja liderança chinesa tem um papel primordial, mas onde participam outros atores nacionais, como as empresas petrolíferas estatais e os bancos estatais chineses.

As estratégias internas são estruturadas a três níveis: do fornecimento, do consumo e do institucional. O primeiro nível tem por meta o desenvolvimento da produção de energia nacional chinesa, através de medidas que fomentem: (1) a produção e exploração *onshore* e *offshore*, sobretudo do petróleo e de gás; (2) a produção de energias alternativas menos poluentes, em particular as energias renováveis e a energia nuclear<sup>10</sup>; (3) e a exploração das reservas não convencionais de gás (especialmente o *shale gas*<sup>11</sup> e o *coalbed methane*) e de petróleo (nomeadamente o *shale oil* e o *tight oil*) no território.

---

<sup>10</sup> Em 2009, a RPC superou os EUA como maior investidor em energias renováveis. Atualmente é um dos maiores produtores mundiais de turbinas eólicas e painéis solares, sendo o maior produtor mundial de energia solar desde 2016.

<sup>11</sup> A China possui as maiores reservas mundiais de *shale gas*, com reservas tecnicamente recuperáveis de cerca de 36 triliões de metros cúbicos, doze vezes superiores às suas reservas de gás convencionais. Estas reservas estão localizadas maioritariamente nas bacias marinhas de Sichuan e de Tarim, nas regiões sul e oeste e nas bacias do nordeste da China, e são um recurso estratégico para a sua segurança energética pois poderão permitir, a médio e a longo prazo, ampliar a contribuição deste gás não convencional no fornecimento de gás ao território (Fernandes, 2013, p. 106).

No segundo nível, as autoridades chinesas procuram alterar o padrão de consumo energético chinês, através da diversificação energética, do consumo de energias renováveis, em detrimento do consumo das energias fósseis. A meta estabelecida por Pequim é aumentar o consumo de energias não fósseis no *mix* energético para 15% em 2020 e 20% em 2030; e aumentar o consumo de gás natural de 5% (2014) para 10% até 2030 (EIA, 2015).

O último nível engloba a concretização de um conjunto de medidas a fim de, entre outras, organizar e centralizar a administração do sector energético e colmatar os problemas estruturais de transporte e reservas energéticas nacionais. Para isso estão a ser desenvolvidas um conjunto de ações variadas, tais como: (1) a criação das reservas estratégicas de petróleo e gás (nacionais e privadas) de acordo com as diretrizes da Agência Internacional de Energia; (2) a reestruturação da produção e distribuição do carvão no país; (3) o melhoramento e integração da rede nacional de oleodutos e gasodutos com as conexões internacionais e (4) a reforma e centralização do sistema de administração do sector energético.

O maior desafio para a segurança energética de Pequim, mais importante do que assegurar o fornecimento externo, é para o diretor do *Center for International Energy Security*, Zhao Daojiang (2006, p. 187), administrar o setor energético de forma eficiente. Um desafio, atribuído à incapacidade de criar um órgão governamental centralizador e abrangente, que é observável pela constante reformulação do Ministério da Energia desde da Fundação da República Popular da China. Entre 1949 e 2010, foram criadas e dissolvidas várias agências nacionais. A indústria energética chinesa experimentou uma série de reestruturações que se traduziram em medidas conflituantes e mesmo opostas, que refletiam a grande desorganização que existia no sector energético do país. Só em 2010, com a fundação da Comissão Nacional para a Energia, foi criado um órgão administrativo mais abrangente, presidido pelo Primeiro-Ministro, capaz de controlar e administrar de forma global e centralizada o sector, e de implementar e supervisionar as estratégias energéticas. A composição deste superministério, onde participam ministros de diferentes sectores, líderes de ministérios e comissões e altas patentes-militares, demonstra a determinação da liderança chinesa em coordenar os objetivos entre diferentes autoridades e a importância da segurança energética para a segurança nacional.

As estratégias externas para a segurança energética chinesa abrangem um conjunto de diferentes, mas interligados, objetivos, sendo os principais:

(1) diversificar as rotas de transporte e os países importadores; (2) reduzir os riscos da dependência externa, especialmente o domínio marítimo da segurança energética; (3) obter novos investimentos para as companhias energéticas chinesas; (4) acesso a *know-how* na produção dos recursos energéticos não convencionais e em águas ultra profundas, necessário para exploração dos recursos endógenos e, por último (5) aumentar a cooperação energética e reduzir a possibilidade de conflitos de interesses com outros países consumidores, sobretudo países vizinhos.

Men Honghua (2005, p. 33) defende que a segurança energética “não é uma simples questão de energia ou uma questão económica. Ela envolve a segurança nacional, os interesses económicos estratégicos e a diplomacia”. De facto, a diplomacia tem sido um elemento-chave da política externa chinesa, nas estratégias externas de segurança energética desde meados da década de 1990. Desde que o Primeiro-Ministro Li Peng considerou como objetivo da segurança energética assegurar “fornecimentos de petróleo longos e estáveis” (Li Peng, 1993 citado por Chang, 2001, p. 233), Pequim tem utilizado a Diplomacia Energética (*Nenggyuan waijiao*). Uma diplomacia que pode ser analisada para três grupos de países: os produtores, os de trânsito terrestre e marítimo e os países consumidores

O objetivo da Diplomacia Energética para o primeiro grupo é a segurança de fornecimento, ou seja, obter fornecimentos de energia acessíveis, estáveis e seguros, e ampliar as oportunidades de investimentos das companhias estatais chinesas no sector energético desses mesmos países. Para o segundo grupo, a Diplomacia Energética tem por base a segurança do transporte terrestre ou marítimo dos hidrocarbonetos, através da criação de rotas alternativas de transporte. Por último, a diplomacia energética para os países consumidores é designada para coordenar as potenciais áreas de conflito de interesses com outros países consumidores.

Os objetivos para estes três grupos podem ser interligados, já que muitas vezes os países podem ser, simultaneamente, produtores e de trânsito, ou consumidores e de trânsito. Concomitantemente, as autoridades chinesas indagam a segurança de fornecimento e de transporte na “sua vizinhança” reforçando as relações diplomáticas e de cooperação com os países da Ásia Central e do Sul, Sudoeste Asiático e Rússia e acordando com os países vizinhos novos contractos de fornecimento a longo prazo e a construção de novas e alternativas rotas terrestres de transporte de petróleo e de gás, destacando-se três já fina-

lizadas: o oleoduto Cazaquistão-China<sup>12</sup>, oleoduto Rússia-China<sup>13</sup> e oleoduto Myanmar-China<sup>14</sup>.

Os dois primeiros oleodutos permitem que a China importe petróleo dos países vizinhos e parceiros estratégicos, e o terceiro que importe petróleo do Médio Oriente e da África sem ter que passar pelo Estreito de Malaca e o Mar da China Meridional. Estas novas infraestruturas de fornecimento não são apenas compostas por oleodutos e gasodutos, pois englobam projetos mais amplos de construção, nomeadamente o melhoramento das redes de transportes (autoestradas, malha ferroviária, pontes e portos) entre os países vizinhos e a China. Por outro lado, esta rede interligada de transporte e de fornecimento energético pode ser completada ou interligada a projetos existentes ou projetados, tais como o gasoduto Irão-Paquistão-Índia (IPI) e o Turquemenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia (TAPI). O que significaria que Pequim poderia ultrapassar a área vizinha e importar por via terrestre energia do Médio Oriente e da Ásia Central.

Como *supra* referido, a RPC procura obter a segurança de fornecimento através da diversificação de fontes de importação. Desde 2000 tem vindo a reforçar as relações com os países produtores de diferentes continentes, mediante um conjunto de ações que abrangem as visitas de altos funcionários governamentais, o apoio financeiro, a assinatura de acordos de comércio livre e o estabelecimento de Parcerias Estratégicas (*zhanlue huoban guanxi*). Estas medidas estão a permitir contractos de fornecimento a longo prazo e criam um ambiente favorável para que as companhias petrolíferas chinesas conquistem, posteriormente, a exploração dos recursos energéticos desses países.

A par da diplomacia energética Pequim lançou, em 2002, a estratégia *Going Out (zouchuqu)* como um importante elemento da estratégia da segurança

---

<sup>12</sup> O oleoduto estende da cidade de Atyrau para Atasu, no Cazaquistão, passando pela passagem de Alataw na Região Autónoma Uigure de Xinjiang, distribuindo petróleo essencialmente às regiões do oeste da China, desde 2006.

<sup>13</sup> Oleoduto que cruza 2,7 mil km entre a Sibéria e a província de Daqing, no nordeste da China, inaugurado em 2011. Até começar a funcionar o petróleo russo chegava à China por comboio. Projetado para transportar transportará 15 milhões de toneladas de petróleo bruto da Rússia a China cada ano até 2030, mas terá capacidade para o dobro do transporte quando estiver em funcionamento pleno (Xinhua, 2017).

<sup>14</sup> Projetado para 2014, só entrou em funções em 2017, podendo transportar 22 milhões de toneladas de petróleo bruto por ano (cerca de 442 mil barris por dia) entre o terminal na ilha Made da Myanmar até à província de Yunnan (Ting Shi & Jing Yang, 2017).



energética, incentivando e apoiando, política e financeiramente, as companhias de petróleo chinesas a investir em toda a cadeia de exploração, produção e distribuição de energia. Isto envolve a compra de participações em mercados estrangeiros, a integração em novas explorações, a participação nas perfurações e/ou refinação e o investimento na construção de refinarias, gasodutos e oleodutos fora do território chinês.

O apoio financeiro caracteriza-se por empréstimos com condições preferenciais de bancos estatais, como o *Eximbank* da China e o *China Development Bank*, às companhias chinesas que investem no estrangeiro em sectores prioritários definidos pelo governo chinês, sobretudo a nível de recursos naturais. Por seu turno, o apoio político envolve negociações de alto nível de governo para governo, através da “Diplomacia dos Grandes Líderes” que é caracterizada pelas visitas dos mais altos representantes do Estado, como o Presidente Xi Jinping, a diferentes partes do mundo destinadas a ampliar o comércio, o diálogo e as relações de cooperação com os países produtores de energia. Essas negociações de alto nível de governo para governo resultam muitas vezes em “pacotes de oferta”, que podem ter formas diferentes consoante as políticas e o desenvolvimento económico do país recetor, sendo os mais empregues os pacotes com os países africanos de “empréstimos por petróleo” e “infra-estruturas-por-petróleo”.

Com base nestes créditos dos bancos estatais, as empresas chinesas, como a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), a PetroChina, a Sinopec, a China National Petroleum Corporation, têm conseguido contratos de fornecimento de longo prazo e aceder a projetos que lhes permitem obter *know-how* e conhecimentos técnicos em diferentes áreas geográficas, como, por exemplo, no pré-sal do Brasil, cuja aprendizagem é útil para a exploração em águas profundas no sul do Mar da China e no Mar Meridional da China. Também estão a participar em projetos de liquefação na Indonésia e na Austrália e a ganhar experiência em projetos de GNL no exterior, procurando adquirir participações, para obter experiência em toda a cadeia de fornecimento de GNL e ficarem mais bem capacitadas para atender ao aumento da procura de gás na China. Por último, também investem nos recursos não convencionais tanto na China como no exterior, principalmente na extração de metano das jazidas de carvão e de gás xistoso e nos projetos de areias petrolíferas.

À medida que a marinha chinesa ultrapassa a sua zona económica exclusiva de 200 milhas e expande a sua influência para os Oceanos Pacífico e Índico, desafia o poder naval dos seus vizinhos e grandes consumidores de energia,

como o Japão e a Índia. A RPC e a Índia partilham o interesse de combater a pirataria e ao terrorismo, mas com o aumento da influência chinesa na Ásia do sul e na costa africana ocidental, crescem os receios de Nova Deli no tocante ao seu vizinho asiático.

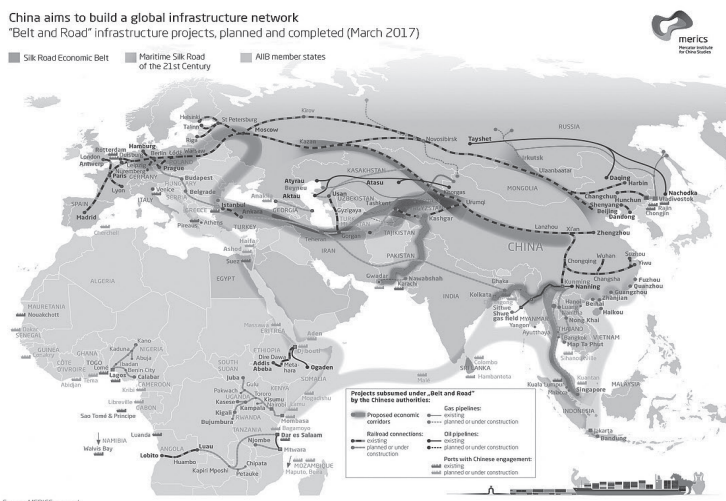
A estratégia de “Colar das Pérolas”<sup>15</sup>, competitiva com a estratégia indiana no Oceano Índico, tem vindo a permitir à China construir um “colar” de relações estratégicas ao longo das linhas de comunicação marítimas. As pérolas são identificadas pelos portos alternativos construídos ou financiados por Pequim, localizados estrategicamente em países por onde passam as importações de energia e de matérias-primas chinesas, tais como Gwadar no Paquistão, o Shitte em Myanmar, o Chittagong no Bangladesh, o Hambantota no Sri Lanka, o Laem Chabang na Tailândia e o Sihanoukville no Camboja. Estes portos ou “pérolas” integram-se nos projetos mais amplos de investimentos chineses anteriormente referidos, que procuram melhorar as redes de transporte entre os países litorais e a China e interligar Pequim com os países da Ásia Central, do Sudoeste Asiático e Médio Oriente.

A estratégia “Colar das Pérolas” juntamente com a construção de rotas de transporte terrestres alternativas, permite reduzir o tempo de transporte e evitar os riscos e as ameaças associados ao “Dilema de Malaca” (*Maliujia Kunju*), contribuindo para a segurança do transporte energético e para a projeção do poder marítimo chinês no Oceano Índico.

Recentemente, Pequim comutou esta estratégia por uma mais abrangente e global: a Iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” (*yidai yilu* - OBOR na sigla inglesa). Uma iniciativa que visa criar uma rede comercial, energética e de conectividade e que abrange 65 países da Ásia, África e Europa, 65% da população mundial, três quartos dos recursos energéticos globais e 40% do PIB (Campbell, 2017). Lançada em 2013 pelo Presidente chinês Xi Jinping, o OBOR é constituído por duas vertentes, a primeira a “Faixa Económica da Rota da Seda” e a segunda a “Rota Marítima da Seda do Século XXI”. A primeira liga a China, a Ásia Central, a Rússia e a Europa (o Mar Báltico) com o Golfo Pérsico e o Mar Mediterrâneo através da Ásia Central e do Oeste, bem como com o Sudeste e o Sul da Ásia e o Oceano Índico. Enquanto a segunda liga a costa chinesa à Europa através do Mar do Sul da China, do Oceano Índico e do Pacífico Sul (Cf. Figura 1).

<sup>15</sup> A expressão “Colar de Pérolas” foi empregue pela primeira vez, em 2005, num documento interno do Departamento de Defesa da EUA intitulado *Energy Futures in Asia* de Booz Allen Hamilton.

**Figura 1.** Mapa da Iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”



Inserido nesta iniciativa e aproveitando as infraestruturas logísticas existentes, as cidades e os portos importantes, muitos deles já desenvolvidos, construídos ou financiados pela RPC, está projetado a construção de seis corredores económicos internacionais que complementam os esforços de integração física na Eurásia: (1) New Eurasian Land Bridge; (2) China-Mongólia-Rússia; (3) China-Paquistão; (4) China-Ásia Central-Ásia Ocidental; (5) Bangladesh-China-Índia-Myanmar; e (6) China-Península Indochina. Em 2014, a China estabeleceu o Fundo de Rota da Seda para financiar as iniciativas integradas no OBOR e está a realizar investimentos em vários projetos-chave, nomeadamente no Paquistão.

Desde 2006<sup>16</sup>, estava ponderada a construção de um Corredor Energético entre o porto de Gwadar no Paquistão até (Kashi) Kashgar na província chinesa de Xinjiang, ao longo da estrada de Karakoram que liga o Paquistão com a China, por via rodoviária, ferroviária ou mais provavelmente oleoduto. Este projeto transformaria o Paquistão num corredor de transporte do petróleo proveniente do Golfo Pérsico para abastecer o faminto gigante asiático chinês,

<sup>16</sup> O interesse na construção deste corredor foi formalizado numa reunião bilateral entre os Ministros de Energia do Paquistão e da China países em Abril de 2006. Durante a visita do Primeiro-Ministro paquistanês Yousuf Raza Gilani à China, em Maio de 2011, foi debatido a possibilidade de construção deste corredor energético (Krishnan, 2011).

e transformá-lo-ia numa das peças do “Wéiqí energético chinês” (Fernandes, 2013, p. 243).

Porém, só em 2015, e no âmbito do OBOR, é que o corredor começou a ser edificado, já não apenas como energético, mas como o Corredor Económico China-Paquistão (sigla em inglês CPEC)<sup>17</sup>. O projeto no valor de US\$ 46 mil milhões envolve o desenvolvimento de um conjunto amplo de infraestruturas, entre outras de redes de fibra ótica, autoestradas, caminho-de-ferro entre a costa paquistanesa e a província de Xinjiang, de aeroportos e de zonas de desenvolvimento económico (CPEC, 2017). A nível energético abrange investimentos nos recursos energéticos do Paquistão, com a exploração de minas de carvão, a construção de centrais de energia solar e eólica.

O CPEC é apresentado como um projeto potenciador do desenvolvimento regional e é estratégica e economicamente importante para todos os países envolvidos. Para a China representa mais um corredor energético alternativo para as importações do Médio Oriente e de África, reduzindo o tempo de transporte e ultrapassando o dilema de Malaca.

Em 2006, durante a Cimeira dos G8 em São Petersburgo, o Presidente Hu Jintao (Ministry of Foreign Affairs of People’s Republic of China, 2006) defendeu que, na segurança energética, deve haver cooperação entre todos os atores do mercado energético, com base nos princípios da igualdade, reciprocidade e benefícios mútuos. A cooperação energética é importante na relação da China com outros países consumidores, sobretudo com os países vizinhos, cujos objetivos e políticas energéticas podem colidir com os interesses e objetivos de Pequim, nomeadamente quando ambos tentam aceder às mesmas reservas de aprovisionamento de energia em zonas contíguas e nos seus territórios.

O Japão e a China, dois antigos impérios na Ásia Oriental que sustiveram períodos de cooperação e de tensão ao longo da sua história, possuem algumas más memórias históricas que ainda se espelham na sua relação. Atualmente, partilham desafios energéticos, associados à crescente dependência externa de energia. Competem pelo acesso de recursos energéticos limítrofes e vizinhos, destacando-se dois exemplos controversos: a construção do oleoduto oriundo

---

<sup>17</sup> O CPEC foi proposto pelo primeiro-ministro chinês Li Keqiang, durante a sua visita a Islamabad, em maio de 2013. E acordado entre os dois países durante a visita do presidente Xi Jinping ao Paquistão em abril de 2015.

da Sibéria<sup>18</sup> e as disputas sobre a exploração dos campos de gás no Mar da China Meridional, conhecido na China como *Donghai* <sup>19</sup>.

A diferença de interpretações da delimitação das suas zonas económicas exclusivas (ZEE) é importante para compreender a competição neste segundo exemplo. A China está a desenvolver campos de gás a oeste do que o Japão reivindica como a linha mediana separando a ZEE dos dois países. Isso faz com que o governo japonês se oponha à exploração desses recursos, numa área onde a ZEE reclamada por ambos países se sobrepõe. Acreditando que a China poderá estar a explorar reservas de gás localizadas no lado japonês. A China, por sua vez, defende que o Japão não pode protestar contra as suas atividades de exploração dos campos de gás porque estão na área chinesa da sua ZEE, como é o caso do campo de gás Chunxiao/Shirabaka, localizado a 4 km a oeste da linha mediana defendida pelo Japão

Para além da competição, as preocupações pela insegurança energética também têm impulsionado, embora muitas vezes sem grande resultado, a cooperação da China e do Japão no sector energético. Em termos históricos pode-se remetê-la para a década de 70, quando a Pequim exportava petróleo para os países vizinhos, nomeadamente para o Japão. Por diversas vezes, entre 1985 e 2001, as companhias petrolíferas chinesas e as do Japão, como a SINOPEC, a CNOOC, a Teikoku Oil e a Japan National Oil Corporation (JNOC), promoveram negociações para desenvolverem de forma conjunta os recursos no mar da China Meridional (Yarita, 2004, p. 24). Presentemente, a cooperação entre a China e o Japão é impulsionada pelo acordar de ações de interesse mútuo, sobretudo para projetos que fomentem o desenvolvimento de energia renováveis, a eficiência energética e a energia nuclear. A interdependência económica entre os países consumidores e a partilha de desafios na segurança energética

---

<sup>18</sup> Em jogo estava o trajeto da rota de um oleoduto russo com petróleo proveniente da Sibéria, que tanto Pequim como o Tóquio cortejaram para o seu território desde finais da década de 90, pois poderiam obter um fornecimento maior de petróleo de um fornecedor de um país vizinho, apoiando a estratégia de segurança energética de segurança pela proximidade. Pequim propunha que o percurso deste oleoduto fosse a partir da cidade russa Angarsk até Daqing, no nordeste chinês, enquanto o Tóquio deslocava a rota de Angarsk para Nakhodka, um porto russo no Pacífico.

<sup>19</sup> Mar da China Meridional é um mar semifechado que faz fronteira a norte com o Mar Amarelo, a sul com o Mar sul da China e Taiwan, e a Oriente, com as ilhas japonesas Ryukyu e Kyushu.

são fatores explicativos para que os Estados escolham, muitas vezes, a cooperação em detrimento da competição.

## Considerações Finais

A energia é crucial e indispensável para a sociedade moderna. Daí ser uma questão primordial nas políticas nacionais e internacionais atuais. Para Pequim, devido à contínua e elevada dependência externa, sobretudo de petróleo, a energia é uma questão primordial para a segurança e estabilidade do país.

A China tem sido tradicionalmente uma epirocracia mas, à medida que o país se está a integrar na economia global, cada vez mais dependente de fontes de aprovisionamento longínquas que obrigam ao recurso a extensas rotas marítimas de abastecimento, está a expandir o seu poder marítimo. A marinha chinesa já não se encontra unicamente preocupada com a defesa da costa e está substituir, no Oceano Índico, as embarcações de expedição do eunuco Zheng He. Pequim, em vez de recolher tributos e comercializar seda e porcelana, está a negociar portos, estradas, caminhos-de-ferro, oleodutos e gasodutos que permitam a segurança marítima das suas importações energéticas e criar alternativas de transporte de energia para a China.

As suas estratégias externas estão a permitir que Pequim interligue as “peças”, crie o seu “*wéiqí*” energético e reforce a sua segurança energética, estabelecendo ligações entre os países da Ásia Central e a China, e interligando-as com outras existentes ou projetadas oriundas da Ásia Sul, do sudoeste Asiático, do Médio Oriente.

A diplomacia energética para os países dos corredores de transporte terrestres e marítimos está a ajudar o renascimento da antiga Rota da Seda como uma atual rota de energia para a China. O OBOR é um projecto que foi oficialmente apresentado em 2013 na Ásia Central e no sudoeste asiático e que engloba a interligação da China com a Europa e a Ásia, por via terrestre e por via marítima.

Muitos dos projetos que estão a ser desenvolvidos, como é o caso do corredor económico Paquistão-China, já há muitos anos eram referenciados, mas só quando foram integrados no OBOR é que começaram a ser implementados. Na *Weltanschauung* chinesa, o Paquistão assume uma importância estratégica para a China, visto que, pela sua posição geoestratégica, poderá ser um *hub* energético interligando o fluxo dos recursos energéticos terrestres do Médio Oriente, da Ásia Central à China. Esta nova “rota da seda” poderá ajudar a transformar

a Ásia Central de *land-locked* para uma *land-linked* com acesso ao mercado, aos portos marítimos do Oceano Índico e ao Golfo Pérsico.

Assegurar energia para o próximo, médio e longo prazo é um dos maiores desafios que os líderes chineses enfrentam. Como um importante consumidor de energia, num mundo integrado em que as políticas domésticas são inseparáveis da política externa, as estratégias de segurança energética chinesa têm e continuarão a ter impacto a nível global. O certo é que muito antes do Acordo de Paris, a China já liderava o caminho para um futuro sem combustível fósseis, apostando nas energias renováveis, construindo centrais de energia solar no deserto de Gobi e parques de energia eólica em todas as suas províncias. Neste período de “oportunidade estratégica” para atingir o “sonho chinês de revitalização”, Pequim apresenta um papel cada vez mais ativo no mercado energético mundial, assim como na governação energética e nas negociações sobre mudanças climáticas globais.

## Referências bibliográficas

- Campbell, C. (2017, 12 de maio). *China Says It's Building the New Silk Road. Here Are Five Things to Know Ahead of a Key Summit*. Obtido em 14 de maio de 2017, de *Time*: <http://time.com/4776845/china-xi-jinping-belt-road-initiative-obor/>
- Cao, W., & Bluth, C. (2012). Challenges and Countermeasures of China's Energy Security. *Energy Policy*, 53, 381-388.
- Chang, F. K. (2001). Chinese Energy and Asian Security. *Orbis*, 45 (2), 211-240.
- Chen, Sh. F. (2010, janeiro). China's Self-Extrication from the Malacca Dilemma” and Implications. *International Journal of China Studies*, 1 (1), 1-24.
- CPEC. (2017). *About CPEC*. Obtido em 15 de maio de 2017, de *China Pakistan Economic Coreedor*: <http://cpec.gov.pk/>
- Downs, E. (2006, 12). China. *The Brookings Foreign Policy Studies Energy Security Series*, pp. 1-67.
- EIA (14 de abril de 2017). More Chinese crude oil imports coming from non-OPEC countries. Obtido em 15 de maio de 2017, de *Today in Energy*: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=30792>
- EIA (2011d, Setembro 19). *International Energy Outlook 2011*. Retrieved Setembro 28, 2011, from U.S. Energy Information Administration: [http://www.eia.gov/forecasts/ieo/pdf/o484\(2011\).pdf](http://www.eia.gov/forecasts/ieo/pdf/o484(2011).pdf)
- EIA (2015, maio 14). *China Analysis*. Retrieved janeiro 8, 2017, from US Energy Information Administration: <https://www.eia.gov/beta/international/analysis.cfm?iso=CHN>
- EIA (2017, abril 14). More chinese crude oil imports coming from non-opec countries. Retrieved maio 20, 2017, from *US Energy Informtion Adminstration*: <http://eis.gov/todayinergy/detail.php?id=30792>



- Fernandes, C. (2013). *China Hoje – Necessidades Energéticas e Relações Internacionais. As relações com os Países de Língua Portuguesa* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Fettweis, C. J. (2009). No Blood for Oil: Why Resource. In G. Luft, & A. Korin (Eds.), *Energy Security Challenges for the 21st Century. A Reference Handbook* (pp. 66-76). Santa Barbara: ABC-CLIO, LLC.
- Huaxia (2015, outubro 26). China's national Five-Year Plan Achievements a Milestone for Centenary Goal. Retrieved janeiro 10, 2016, from *Xinhuanet: news.xinhuanet.com/english/2015-10/26/c\_13478390.htm*
- Kennedy, A. (2010). China's New Energy Security Debate. *Survival*, 52 (3), 137-158.
- Kong, B. (2005). An Anatomy of China's Energy Insecurity and its Strategies. *Relatório para o Departamento de Energia dos EUA*, Pacific Northwest Center for Global Security, Washington.
- Krishnan, A. (2011). Gilani's China visit to firm up ties. Obtido em 11 de Maio de 2011, de *The Hindu*: <http://www.thehindu.com/news/international/gilanis-china-visit-to-firm-up-ties/article2006452.ece>
- Li, X. (2010). An analysis of the Malacca Strait dilemma and China's response. *Zhongguo Jingji yu Zhengzhi*, 10, 117-160.
- Men, H. H. (2005). Quebao Zhongguo nengyuan anquan di zhanlue yiyi (The Strategic Significance of Ensuring China's Energy Security). *Taipingyang Xuebao (Journal of the Pacific Ocean)*, 1, 33-44.
- Merics (2017, Março). China Mapping Silk Road Initiative. Retrieved maio 15, 2017, from *Mercator Institute for China Studies*: <https://www.merics.org/en/merics-analysis/china-mapping/china-mapping/>
- Ministry of Foreign Affairs of People's Republic of China. (2006). *Hu Jintao's Address at the G8 Outreach Session at Constantine Palace, St Petersburg*. Obtido em 15 de Junho de 2009, de Ministry of Foreign Affairs of People's Republic of China: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjdt/zyjh/t264261.htm>
- Orttung, R., & Perovic, J. (2010). Energy security. In M. Cavelty, & V. Mauer (Eds.), *The Routledge Handbook of Security Studies* (pp. 211-220). Oxon.
- Shi, T. & Yang, J. (11 de maio de 2017). China Opens Delayed Myanmar Oil Pipeline to Get Mideast Crude Faster. Obtido em 12 de maio de 2017, de *Bloomberg*: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2017-04-11/china-opens-delayed-myanmar-oil-link-to-get-mideast-crude-faster>
- Storey, I. (2006, Abril 12). China Malacca Dilemma. (T. J. Foundation, Ed.) *China Brief*, 6, 8. Retrieved from China Brief.
- Tian, Sh. H. (2016, Janeiro 5). Xi's worldwide diplomacy benefits China, the world. Retrieved Janeiro 10, 2016, from *Xinhuanet*: [http://news.xinhuanet.com/english/2016-01/05/c\\_134980392.htm](http://news.xinhuanet.com/english/2016-01/05/c_134980392.htm)
- Tønnesson, S., & Kolås, Å. (2006). Energy Security in Asia: China, India, Oil and Peace. *Relatório para o Ministros dos Negócios Estrangeiros da Noruega*, International Peace Research Institute, Oslo.
- Wei, D. (2005). Zhongguo de Haiyang Anquan Zhanlue (Estratégia de segurança Marítima Chinesa). In Y. Mingjie (Ed.), *Haishang Jiaodao Anquan yu Guoji Hezuo* (pp. 360-382). Pequim: Shishi Chubanshe.



- Xinhua (5 de maio de 2017). Oleoduto China-Rússia transporta 100 milhões de toneladas de petróleo bruto. Obtido em 14 de maio de 2017, de *Xinhua Português*: [http://portuguese.xinhuanet.com/2017-05/22/c\\_136304388.htm](http://portuguese.xinhuanet.com/2017-05/22/c_136304388.htm)
- Yang, G. (2012). Energy Security in China: Going Beyond the Traditional Approach. Obtido em 12 de Setembro de 2012, de *5th Oceanic Conference on International Studies*: [http://www.ocis.org.au/papers/OCIS%202012\\_Energy%20Security%20in%20China%20-%20Going%20Beyond%20the%20Traditional%20Approach.pdf](http://www.ocis.org.au/papers/OCIS%202012_Energy%20Security%20in%20China%20-%20Going%20Beyond%20the%20Traditional%20Approach.pdf)
- Yarita, S. (12-13 de 2004). Toward Cooperation in the East China Sea. In S. S. Harrison (Ed.), *Working Paper on Seabed Petroleum in the East China Sea: Geological Prospects, Jurisdictional Conflicts and Paths to Cooperation. April 12-13, 2004, Beijing, China* (pp. 23-29). Washington D.C: Woodrow Wilson International Center for Scholars.
- Ye, Z. Ch. (2011). *Inside China Grand Strategy. The perspective from People's Republic*. Kentucky: The University Press of Kentucky.
- Zhang, J. (Julho de 2011). China's Energy Security: Prospects, Challenges, and Opportunities. (T. B. Studies, Ed.) Obtido em 24 de 9 de 2011, de *The Brookings Institution*: [http://www.brookings.edu/~media/Files/rc/papers/2011/07\\_china\\_energy\\_zhang/07\\_china\\_energy\\_zhang\\_paper.pdf](http://www.brookings.edu/~media/Files/rc/papers/2011/07_china_energy_zhang/07_china_energy_zhang_paper.pdf)
- Zhang, W. F. (2009). Tapping Soft Power: Managing China's "Peaceful Rise" and the Implications for the world. In S. G. Hua, *New Dimensions of Chinese Foreign Policy* (pp. 109-132). New York: Lexington Books.
- Zhang, Zh. X. (2011). China's energy security, the Malacca dilemma and responses. *Energy Policy*, 39, 7612-7615.
- Zhao, D. J. (2006). China's Energy Security Domestic and International Issues. *Survival*, 48 (1), 179-190.
- Zhao, S. Sh. (2015). Rethinking the Chinese World Order: the imperial cycle and the rise of China. *Journal of Contemporary China*, 96, 961-982.
- Zheng, B. J. (2013). China's Road of Peaceful Development and the Building of Communities of Interests. Obtido em 25 de Março de 2013, de *5th World Forum on China Studies*: <http://www.chinastudies.org.cn/e/617.htm>
- Zhu, L. (2016). China's Carbons emissions Report 2016: Regional Carbon Emissions and the Implications for China's Low Carbo Development. *Environment & Natural Resources Program*. Cambridge: Harvard kennedy School.

# POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA: UMA REVISÃO DA SUA EVOLUÇÃO AO NÍVEL DO TURISMO EMISSOR

## 中华人民共和国旅游公共政策：出境旅游行业 发展之回顾

**Jiawei Xing**

DCSPT, Universidade de Aveiro

**Zélia Breda**

DEGEIT, Universidade de Aveiro

### 1. Introdução

O turismo é uma das indústrias que mais têm crescido nos últimos anos a nível mundial. Nos finais do século XX, quando Hall e Jenkins publicaram o livro *Tourism and Public Policy* (1995), os dois autores chamaram a atenção para a importância do crescimento e desenvolvimento do turismo, prevendo que o turismo iria continuar a manter a sua posição como a maior indústria do mundo no século XXI (Hall & Jenkins, 1995). Atualmente, o turismo é já um dos sectores mais dinâmicos da economia a nível mundial, sendo uma indústria que se está a tornar cada vez mais importante para o desenvolvimento de muitos países, sendo o seu contributo globalmente reconhecido.

A China é hoje em dia uma das principais economias do mundo, ocupando uma posição significativa no palco internacional, e desempenhando a sua função como um elemento indispensável neste palco global. A globalização tem fornecido possibilidades de interação e cooperação entre países, pelo que, a

China tem cada vez mais ligações internacionais, potenciando o desenvolvimento do turismo emissor.

O planeamento e o desenvolvimento do turismo é atualmente considerado como uma agenda política importante para reforçar o poder económico da China. De acordo com a *China National Tourism Administration* (CNTA), após o consentimento do Conselho de Estado, o Plano de Desenvolvimento do Turismo Nacional foi incluído, pela primeira vez, na categoria do plano nacional de prioridade e de propósito específico para o período do 13.<sup>o</sup> Plano Quinquenal (2016-2020), e isso marca um ponto simbólico em toda a história do desenvolvimento do turismo. Na realidade, o governo chinês controla o desenvolvimento do sector do turismo através da elaboração e da implementação de planos, para manter o turismo de acordo com as políticas definidas pelo Estado (Agostinho, 2012; Tse, 2013).

Devido ao seu crescimento notável e à sua importância para o desenvolvimento da economia nacional, o turismo emissor chinês tem sido um tema cada vez mais analisado e discutido por investigadores, tanto na própria área do turismo, como nas áreas da economia, política, ciências sociais, entre outras. Na área da política verifica-se uma maior atenção dada à análise do papel do governo e do contributo das políticas para o desenvolvimento do turismo chinês. No entanto, notamos que, apesar de haver uma maior atenção no que refere às políticas do turismo emissor chinês nos últimos anos, este tipo de investigação ainda é incipiente.

Verifica-se que as mudanças ocorridas no turismo ao longo do tempo estão relacionadas com as políticas lançadas durante esse período. De facto, por um lado, o crescimento da economia nacional tem acompanhado e apoiado o desenvolvimento do turismo, providenciando melhores condições económicas aos cidadãos chineses e permitindo a expansão do mercado do turismo emissor, e, por outro lado, a administração do sector, assim como as políticas lançadas sobre o turismo emissor, incentivaram o seu desenvolvimento. Desta forma, a revisão das políticas que foram lançadas ao longo do tempo torna-se relevante, pois este tipo de revisão ajuda-nos a perceber melhor a evolução do turismo emissor chinês, evidenciando o seu contributo para o desenvolvimento da economia, sociedade e relações internacionais.

## 2. Turismo e políticas públicas

Hoje em dia, a importância do turismo na economia é reconhecida de uma forma global. Na verdade, o turismo tem ganho alguma importância na área da política, e muitos países começam a usar o turismo como um instrumento político para o desenvolvimento da economia e da sociedade no mundo contemporâneo:

The massive growth of tourism, the involvement of governments, and the perceived negative impacts of tourism in developing countries helped bring about an increase of activity in tourism policy analysis especially in the late 1980s and early 1990s, with the work of Matthews (1975, 1978, 1983; Matthews and Richter 1991) and Richter (1980, 1983, 1984, 1989; Richter and Waugh 1986) providing a seminal contribution to scholarship. (Hall & Jenkins, 2004, p. 525)

Dye (1992, p. 2) refere que as políticas públicas são “whatever governments choose to do or not to do”. Com base nesta definição, Hall & Jenkins (1995, p. 8) interpretam que as políticas públicas para o sector do turismo são “whatever governments choose to do or not to do with respect to tourism”. Geoldner e Ritchie (2009, p. 414) definem as políticas públicas do turismo como “a set of regulations, rules, guidelines, directives, and development/promotion objectives and strategies that provide a framework within which the collective and individual decisions directly affecting long-term tourism development and the daily activities within a destination are taken”.

Efetivamente, o interesse dos investigadores sobre a própria área das políticas públicas só começou a aumentar de uma forma notável a partir dos anos 60 do século XX (Hall & Jenkins, 1995). Por outro lado, Hall e Jenkins (2004) relembram que, tendo em conta a atenção dada tardiamente à investigação das políticas públicas a nível académico, o interesse dos investigadores sobre as políticas do sector do turismo apenas começou a despertar nos anos 70 do século XX, pois só a partir desta altura as políticas públicas começaram a ganhar atenção elevada do governo nos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento (Hall & Jenkins, 2004). De facto, durante alguns anos, como confirma Airey (2015), entre os estudos e as investigações na área do turismo, pouca atenção foi dada às políticas para o sector do turismo. No entanto, devido ao desenvolvimento do próprio sector e ao seu contributo para a economia glo-

bal, o turismo tem ganho cada vez mais atenção por parte dos investigadores, nomeadamente a partir do século XXI.

Vários autores enfatizam a importância de estudar as políticas públicas para o sector do turismo. Edgell (1990) defende a articulação entre a política pública e o turismo, referindo que é necessário dar mais atenção às políticas públicas do turismo, pois são estas que desenham o caminho do turismo, determinam os objetivos e guiam o seu desenvolvimento. Richter (1989, p. 2) enfatiza que o turismo é “a highly political phenomenon”. Hall e Jenkins (2004) salientam que as políticas públicas desempenham o papel de regulação das atividades turísticas, sendo, desta forma, relevante considerá-las como um elemento importante no desenvolvimento do turismo e perceber como, ou de que forma, é que estas o influenciam.

Scott (2011) defende também a relevância do estudo das políticas públicas para o sector do turismo, mencionando que esta importância se manifesta no aspeto teórico, uma vez que o turismo, sendo uma indústria de serviços, funciona como um sistema aberto que representa um microcosmo da sociedade onde se insere, e assim faz parte de um contexto onde se podem testar teorias de outras disciplinas mais tradicionais. Por outro lado, na vertente prática, o contributo do turismo para a economia é atualmente reconhecido, pois os governos consideram o turismo como uma indústria com grande potencial para alavancar o crescimento da economia. No entanto, o desenvolvimento do turismo, especialmente o turismo internacional, exige o envolvimento do governo, assim como a cooperação e a negociação entre governos de países diferentes. Os governos têm o poder de controlar ou influenciar os fatores necessários para o desenvolvimento do turismo. Portanto, de modo a incentivar o crescimento da economia através do desenvolvimento do turismo, é necessário primeiro ter em conta o envolvimento do governo e as políticas do sector do turismo (Scott, 2011). De acordo com Jenkins e Henry (1982), o envolvimento do governo no sector do turismo pode ser ativo ou passivo. Quando o governo está envolvido ativamente, as suas ações são deliberadas, e este tipo de envolvimento pretende normalmente favorecer o sector do turismo, pelo contrário, o envolvimento passivo não tem como objetivo favorecer ou influenciar o sector, mas pode ter implicações no sector do turismo (Jenkins & Henry, 1982).

### 3. Evolução política do turismo chinês

Tendo em conta a rápida evolução do turismo na China, este tema tem atraído a atenção de académicos, tanto chineses como estrangeiros. De modo a perceber o enquadramento político-administrativo e a evolução política do sector do turismo, achamos importante, em primeiro lugar, elaborar uma análise da evolução do desenvolvimento do turismo chinês, assim como a evolução global das políticas públicas lançadas para o sector do turismo.

#### 3.1 Evolução do desenvolvimento do turismo chinês

Durante três décadas após a fundação da República Popular da China (RPC), na sequência da liderança de Mao Zedong (1949-1976), o país esteve relativamente isolado do resto do mundo (Zhang & Heung, 2001). Tal como outros países socialistas da Europa de Leste, a China tinha receio de ser contaminada pela ideologia dos países ocidentais, pelo que mantinha as suas “portas” fechadas à maioria dos países do resto do mundo, existindo uma espécie de restrição sob o turismo nacional e internacional (Zhang & Heung, 2001). Barry Mak salienta que, durante o período da liderança do Presidente Mao, o turismo internacional quase que não existia (Mak, 2013, p. 1).

Contudo, na realidade, o turismo na China começou a desenvolver-se nos anos 20 do século XX (Tang, 2017), tendo a primeira agência de viagens sido criada a 1 de agosto de 1923. Nos anos 30 e 40, o desenvolvimento do turismo foi impedido devido à guerra entre a China e o Japão e à guerra civil chinesa. Nos anos 50 e 60, o país deu alguns passos para desenvolver o sector do turismo, tendo sido criado em Pequim, em 1954, o *China International Travel Service* (CITS), atualmente designado *China International Travel Service Limited*. Neste período, o CITS tinha como principal função receber os visitantes estrangeiros, sendo a sua motivação essencialmente política e diplomática. Em 1964, foi criado o *China Bureau of Travel and Tourism* (CBTT), responsável pela organização das atividades do turismo doméstico e internacional, atualmente designado *China National Tourism Administration* (CNTA)<sup>1</sup>.

Mais tarde, entre 1966 e 1976, a Revolução Cultural deixou novamente as atividades turísticas paralisadas, uma vez que “during the period of Cultural

---

<sup>1</sup> Em 1983, após a aprovação do *Standing Committee of the National People's Congress* (NPCSC), o *China Bureau of Travel and Tourism* passou a designar-se *China National Tourism Administration* (CNTA).

Revolution (1966-1976), the Communist Party was extremely against rightists and capitalists. Most tourism activities were stopped and banned because they were considered capitalist practices” (Mak, 2013, p. 8).

Em 1978, foi realizada a 3.<sup>a</sup> Sessão Plenária do Comité Central do 11.<sup>o</sup> Congresso do Partido Comunista da China (PCC), e a partir desse momento, a China, sob a liderança de Deng Xiaoping, adotou a estratégia de *Chinese economic reform and open up*, o que definia a implementação de políticas para a reforma económica dentro do país e abrir as portas ao mundo exterior. He Guangwei (Ex-diretor de CNTA) afirma que Deng foi o fundador e o criador do turismo da China (Xiao, 2006). Durante 1978 e 1979, ele realizou cinco discursos importantes em que apontou a relevância deste sector. Deng defendia que o turismo devia ser utilizado como uma opção para o desenvolvimento da economia (Xiao, 2006), dado o seu potencial para aumentar o rendimento nacional, e ser desenvolvido como uma indústria abrangente (Xiao, 2006). O ano de 1978 é apontado como o verdadeiro início do turismo chinês enquanto indústria, sendo aberta uma nova página para o turismo chinês.

Nos anos 80, a China reforçou, em certo grau, o desenvolvimento do sector do turismo. Em 1981, o Conselho de Estado organizou, pela primeira vez, uma conferência nacional de trabalho sobre turismo. Nesta reunião o turismo foi apontado como uma indústria abrangente, sendo parte integral da economia nacional, que está relacionada intimamente com a subsistência dos cidadãos. Para além disso, no mesmo ano, foi publicado a *Decision on Strengthening Tourism Work*, que reforçou a ideia de que se devia desenvolver o sector do turismo. Em 1986, foi criada a *China Tourism Association* e o planeamento do desenvolvimento do sector do turismo foi incluído no Plano Nacional para o Desenvolvimento Socioeconómico (7.<sup>o</sup> Plano Quinquenal (1986-1990)).

Zhang, Chong e Ap (1999), e Breda (2004) referem que, entre 1978 e 1985, a natureza do turismo é simultaneamente política e económica.

During this period, on the one hand, as an important component of foreign affairs work, tourism industry played a role of service trade in opening to the outsider world; on the other hand, it was also an important supplementary channel of foreign exchange shortage at the beginning of economic and social construction in China. (Tong & Zhang, 2015, p. 2)

Nos anos 90 foi clara a maior importância dada pelo governo chinês ao sector do turismo. À medida que várias políticas direccionadas para o sector foram

lançadas, a posição do turismo na economia nacional foi-se definindo e ganhando cada vez mais importância, sendo considerado uma indústria relevante para o crescimento da economia nacional. Em 1992, o Conselho de Estado publicou *Decisions on Accelerating the Development of Tertiary Industry*, tendo o sector do turismo sido considerado uma indústria-chave das indústrias terciárias. Em 1995, foi colocado em primeiro lugar entre as novas indústrias do sector terciário, as quais deviam ser desenvolvidas ativamente. Em 1998, a Conferência Central de Trabalho Económico (*Central Economic Work Conference*) definiu a indústria do turismo como o novo ponto de crescimento.

No século XXI, o desenvolvimento do turismo entrou numa nova fase, devido à atenção crescente que lhe tem sido dada, especialmente no que respeita ao seu contributo para a economia nacional. Em 2001, o Conselho de Estado publicou a *Notification about further Accelerating Tourism Development* (GuoFa, 2001 No. 9), apontando que para acelerar o desenvolvimento do sector do turismo, é preciso “estabelecer um conceito de macro-turismo, mobilizar totalmente o entusiasmo em vários aspetos, tentar expandir a escala do desenvolvimento do turismo, e desempenhar ainda mais o papel da indústria do turismo como um novo ponto de crescimento da economia nacional”<sup>2</sup>. Em 2009, o Conselho de Estado lançou *Opinions about Accelerating Tourism Development* (GuoFa, 2009 No. 4), referindo novamente que o turismo é uma indústria estratégica, sendo um sector que pode trazer benefícios abrangentes para a economia nacional, uma vez que o turismo consome poucos recursos e fornece mais oportunidades de emprego, tendo uma ligação forte com as outras indústrias, logo conduz ao desenvolvimento destas indústrias<sup>3</sup>. Neste documento, foi também apontado que “todas as regiões, todas as entidades envolvidas devem sensibilizar a importância de acelerar o desenvolvimento do turismo, devem reforçar o conceito de macro-turismo e o turismo ser uma indústria abrangente, considerando a indústria do turismo como uma nova indústria e ponto de crescimento económico novo, cultivando-a e apoiando-

<sup>2</sup> O conteúdo foi retirado do documento original da *Notification about further Accelerating Tourism Development* (GuoFa, 2001, n.º 9) e traduzido. O conteúdo em língua original (em chinês) é «树立大旅游观念, 充分调动各方面的积极性, 努力扩大旅游发展规模, 进一步发挥旅游业作为国民经济新的增长点的作用。»

<sup>3</sup> O conteúdo em língua original (em chinês) é «旅游业是战略性产业, 资源消耗低, 带动系数大, 就业机会多, 综合效益好。»



-a”<sup>4</sup>. Em 2013, a lei do turismo foi aprovada em abril e entrou em vigor a 1 de outubro do mesmo ano, o controlo do governo sobre o sector do turismo foi reforçado com a entrada desta lei, marcando um ponto importante na história do desenvolvimento do turismo.

### 3.2 Evolução das políticas públicas de turismo

Uma vez que o governo chinês e outras entidades governamentais desempenham um papel significativo na administração e planeamento do turismo, o seu desenvolvimento está diretamente associado às políticas lançadas por estes. Tong e Zhang realizaram uma análise das políticas relacionadas com o sector do turismo lançadas desde 1978. Os dois autores consideram que a evolução das políticas públicas do turismo pode ser dividida em quatro fases, sendo que na primeira (1978-1985) as políticas “fornecem o suporte completo e criam condições” (Tong & Zhang, 2015, p. 2); na segunda (1986-1997) as políticas “ultrapassaram as restrições e criam o ambiente” (Tong & Zhang, 2015, p. 2); na terceira (1998-2008) as políticas “padronizam a ordem e melhoram a qualidade” (Tong & Zhang, 2015, p. 2); e na quarta (2009-2014) as políticas entram numa fase de transição, e as principais características deste período são reformas e inovação (Tong & Zhang, 2015, p. 2).

O Plano Nacional para o Desenvolvimento Socioeconómico (conhecido como Plano Quinquenal) é constituído por uma série de iniciativas de desenvolvimento social e económico, e faz parte dos planos de longo prazo da economia nacional, definindo os objetivos e a direção do desenvolvimento da economia nacional. Cada plano tem a duração de cinco anos, e o primeiro vigorou de 1953 a 1957. Tendo em conta a importância deste plano para o desenvolvimento da economia nacional e as indústrias, considera-se que a sua análise pode ajudar a perceber a evolução das políticas públicas para o sector do turismo. Tang (2017) realizou uma análise sobre as políticas lançadas entre 1949 e 2013 para o desenvolvimento do turismo da China, em termos da quantidade das políticas lançadas durante diferentes Planos Quinquenais, concluindo que

---

<sup>4</sup> O conteúdo foi retirado do documento original de Opinions about Accelerating Tourism Development (GuoFa, 2009, n.º 4), e traduzido. O conteúdo em língua original (em chinês) é «各地区、各有关部门要提高对加快发展旅游业重要意义的认识，强化大旅游和综合性产业观念，把旅游业作为新兴产业和新的经济增长点加以培育、重点扶持.»

The “Sixth Five Year Plan” period witnessed the start of China’s tourism [...] The Seventh Five Year Plan” period witnessed the fastest growth of various policies [...] The “Eighth Five Year Plan” period witnessed the real start of China’s domestic tourism industry, with the fast development of various tourism policies (95 policies in number) accounting for 25.0% of the total quantity of policy documents. (Tang, 2017, p. 261)

No entanto, é referido que, entre 9.º Plano Quinquenal e 10.º Plano Quinquenal, o número de políticas lançadas para o sector do turismo diminuiu, pois, segundo os dados recolhidos, no período do 9.º Plano Quinquenal (1996-2000) houve no total 60 políticas e durante o período do 10.º Plano Quinquenal (2001-2005) ocorreu uma pequena diminuição, passando para 54 (Tang, 2017, p. 261). Tang (2017, p. 261) salienta que “the Eleventh Five Year Plan period was a critical phase featuring mass tourism, and the quantity of policies increased to 68, accounting for 17.9% of the total”.

De acordo com a análise de Tang (2017), verifica-se que até ao período do 6.º Plano Quinquenal (1981-1985), a quantidade de políticas para o desenvolvimento do turismo é muito reduzida, pois, como referido anteriormente, entre 1966 e 1976, as atividades relacionadas com o turismo entraram numa fase de paralisação total devido à Revolução Cultural. Durante estes dez anos, não houve uma única política que tenha sido lançada para o desenvolvimento do turismo. A partir do período do 6.º Plano Quinquenal até ao período do 9.º Plano Quinquenal, o número de políticas foi crescendo.

No que diz respeito às estratégias em relação ao desenvolvimento do turismo, tal como mencionado anteriormente, em 1986 o planeamento do desenvolvimento deste sector foi incluído no 7.º Plano Quinquenal (1986-1990). A estratégia para o desenvolvimento do turismo neste período era desenvolver vigorosamente a indústria do turismo, aumentar os ganhos cambiais, assim como promover a amizade com os povos de vários países, tendo também o objetivo de receber 5 milhões de turistas estrangeiros até 1990<sup>5</sup>. Segundo Zhang, Chong e Ap (1999), de 1986 a 1991, a natureza do turismo tornou-se mais económica do que política.

No 8.º Plano Quinquenal (1991-1995) é apontado o desenvolvimento do turismo internacional, uma vez que este pode trazer vários benefícios. Por um

<sup>5</sup> O conteúdo em língua original (em chinês) é «大力发展旅游业, 增加外汇收入, 促进各国人民之间的友好往来, 1990年, 争取接待国外旅游者500万人».

lado, o turismo internacional leva ao aumento dos ganhos cambiais, por outro lado, facilita os contactos entre o povo chinês e os povos de outros países, o mundo pode conhecer melhor a China e a amizade entre o povo chinês e os outros povos pode ser promovida.

No 9.º Plano Quinquenal (1996-2000), o governo chinês decide “explorar ativamente e utilizar completamente os recursos turísticos, acelerar o desenvolvimento do turismo internacional e o turismo doméstico”<sup>6</sup>. No 10.º Plano Quinquenal (2001-2005), várias estratégias foram propostas para o turismo se tornar um novo ponto de crescimento económico. No 11.º Plano Quinquenal (2006-2010), o Governo apela ao desenvolvimento do turismo doméstico de uma forma abrangente, ao ativo desenvolvimento do turismo recetor e à padronização do desenvolvimento de turismo emissor. No 12.º Plano Quinquenal (2011-2015) para o desenvolvimento da indústria dos serviços, foi proposta a estratégia para o sector do turismo: “Vigorously develop domestic tourism, and actively develop inbound tourism, and orderly development of outbound tourism”. Neste período a indústria do turismo ficou completamente integrada no sistema estratégico nacional, ficando já na vanguarda do desenvolvimento da economia nacional, tornando-se uma indústria pilar estratégica. Além disso, com o lançamento de várias políticas a nível nacional e regional, um sistema de políticas para o turismo foi formado, sendo que neste sistema a Lei de Turismo desempenha um papel central, e os outros regulamentos e políticas locais prestam apoio e suporte.

Atualmente, estando no período do 13.º Plano Quinquenal (2016-2020), na sequência do lançamento da diretriz para desenvolvimento do sector do turismo a 7 de dezembro de 2016, é previsto que a indústria vá entrar numa época dourada do seu desenvolvimento.

#### 4. Evolução das políticas do turismo emissor

No contexto global, o turismo internacional (tanto na vertente recetiva como emissora) tem-se desenvolvido de uma forma estável em todo o mundo. Segundo Li (2011), o crescimento dinâmico do turismo no mundo começou depois da Segunda Guerra Mundial, devido ao desenvolvimento económico,

---

<sup>6</sup> O conteúdo foi retirado do documento original de *Outline of the Ninth Five-Year Plan for the National Economic and Social Development of the People's Republic of China*, e traduzido. O conteúdo em língua original (em chinês) é «积极开发和充分利用旅游资源，加快国际旅游业和国内旅游业的发展»

ao ambiente internacional tranquilo e ao ajustamento das políticas do turismo. No entanto, no caso da China, o turismo emissor não obteve prioridade logo após a fundação da República Popular da China, pois na realidade o turismo emissor sofreu um controlo apertado e rígido entre 1950 e 1983 (Dai, Jiang, Yang & Ma, 2017). O governo chinês deu prioridade ao desenvolvimento do turismo recetor e turismo doméstico, só depois, quando o turismo recetor e o turismo doméstico se tornaram um grande mercado na China, nos anos 90 do século XX, o turismo emissor finalmente começou a se desenvolver de uma forma significativa (Xie & Li, 2009).

Olhando para a evolução global do turismo emissor chinês, verifica-se que este tem passado por períodos diferentes do seu desenvolvimento ao longo do tempo, sendo cada período marcado por características distintas. O desenvolvimento do turismo emissor chinês é constituído por três fases, sendo que estas são marcadas cronologicamente pelo início do turismo emissor para Hong Kong e Macau, seguido pelos países da Ásia e depois pelos países fora da Ásia.

Geralmente o ano de 1983 é considerado como o início do desenvolvimento do turismo emissor chinês, pois nesse ano o Governo chinês autorizou parcialmente, pela primeira vez, viagens cujo motivo fosse visitar familiares e amigos em Hong Kong, sendo que na altura essa autorização só era dada aos residentes da província de Guangdong. Em 1984, o Conselho de Estado lançou o documento *Organizing Returned Oversea Chinese and their Relative to visit Hong Kong and Macao*, aprovando oficialmente a organização de viagens de turistas chineses (Continente) para Hong Kong e Macau cujo motivo fosse visitar amigos e familiares. Adicionalmente, as viagens deviam ser organizadas sob regras rígidas, uma delas sendo que as despesas de viagem deviam ser suportadas por amigos e familiares de Hong Kong e Macau. Estes dois acontecimentos realmente marcaram o começo do desenvolvimento do turismo emissor da China, e em particular o começo do turismo emissor para Hong Kong e Macau. Em 1993, o Departamento de Relações Internacionais da CNTA e o Gabinete de Administração de Entrada e Saída do Ministério da Segurança Pública distribuíram juntamente um documento sobre a indicação de algumas agências de viagens em Hong Kong e Macau autorizadas a organizar viagens e a tratar de vistos coletivos. Em 1997 foi publicada a *Temporary Measures of the Administration of Chinese Self-Expenses' Citizens Outbound Travel*, que marcou o início de viagens de turismo emissor de turistas chineses por conta própria.

Após Hong Kong e Macau retomarem à administração da RPC, respetivamente em 1997 e 1999, o número de agências que organizam viagens para as duas regiões tem aumentado gradualmente. Em 2002, a política lançada em 1997 foi substituída pela política *Measures for the Administration of the Overseas Tours of Chinese Citizens*, e, entretanto, o sistema da quota diária de turistas para Hong Kong e Macau foi abolido. Segundo Li (2011), com a abolição desta regra, foi registado um aumento de 53,4% em termos do número de chegadas a Hong Kong, havendo alguns investigadores que consideram que o ano de 1997 foi o verdadeiro início do turismo emissor chinês. Em 2003, foi assinado o *Mainland and Hong Kong Closer Economic Partnership Arrangement* (CEPA), que liberalizou os negócios entre Hong Kong e a China. Nesse mesmo ano, foi introduzido o Esquema de Visita Individual para os habitantes de algumas regiões da China, incluindo Beijing, Shanghai e Guangdong. A introdução deste esquema permitiu os chineses destas regiões viajar para Hong Kong e Macau como turistas individuais, estabelecendo um novo marco para o turismo emissor para estas duas regiões, constituindo um ponto de partida para o turismo emissor chinês na sua forma contemporânea (Law, Sun, Fong, Fong & Fu, 2016).

No que diz respeito do turismo emissor para os países da Ásia, em 1987, a CNTA e o Ministério do Comércio Externo e Cooperação Económica autorizaram agências de viagens em Dandong a operarem viagens de um dia para a cidade de Sinuiju, na Coreia do Norte, simbolizando o início do turismo emissor para países fronteiriços. Em 1990, o Conselho de Estado autorizou o pedido da CNTA relativamente à intenção de autorizar a entidade de turismo da província de Heilongjiang a organizar viagens de grupos de intercâmbio com despesas por conta própria para a União Soviética. Nesse mesmo ano, foi publicado *Provisional measures concerning the administration of arranging Chinese citizens to southeast three countries*, sendo que os três países autorizados são a Tailândia, Singapura e Malásia. No entanto, os chineses também só podiam viajar para estes países se os motivos fossem visitar familiares ou amigos e a despesa de viagem fosse paga por familiares ou amigos desses três países. Mais tarde, foi adicionado à lista de destinos dos turistas chineses as Filipinas (1992) e a Coreia do Sul (1998). A fim de regular as viagens para os países fronteiriços, foi publicado em 1997 o *Provisional Administration Measures of Border Tourism*.

A terceira fase do turismo emissor chinês foi marcada pela assinatura do acordo de *Approved Destination Status* (ADS) com a Austrália e a Nova Zelândia, simbolizando o começo do turismo emissor chinês para países fora da Ásia. Para além disso, considera-se relevante mencionar o turismo emissor chinês para a União Europeia (UE), uma vez que o desenvolvimento do turismo emissor chinês para a UE tem contribuído para o seu crescimento. Em 2003, a China e a UE assinaram o Memorando de Entendimento China-UE sobre ADS, com base nisso, em 2004, a CNTA e a UE assinaram o Memorando de Entendimento sobre vistos e questões relacionadas com viagens de grupo dos chineses na Europa. Li (2011) refere que a assinatura deste memorando foi um evento muito importante na evolução do desenvolvimento do turismo internacional, pois nesse ano o acordo de ADS deu um grande contributo para o desenvolvimento do turismo emissor. A China celebrou o acordo com 35 países, e assim passou a ter uma lista de 63 países com os quais tinha o ADS assinado. De 2003 até 2005, o número de turistas emissores chineses cresceu de 20,2 milhões para 31 milhões. Segundo os dados publicados pela CNTA, até agora, existem no total 124 países que assinaram o acordo de ADS com a China. Por um lado, o número elevado de países com o ADS contribui tanto para o aumento da saída de turistas emissores como para o contínuo crescimento do turismo emissor chinês, por outro lado, isso também mostra que o turismo emissor chinês está a ganhar importância no palco global, e que os países têm forte interesse em expandir o mercado do turismo com a China.

Em 2007, a China e os Estados Unidos assinaram o *Memorandum of Understanding Between the Government of the People's Republic of China and the Government of the United States to Facilitate Tourist Group Travel From China to the United States*. Em maio desse ano, uma declaração foi feita no Segundo Diálogo Económico Estratégico entre os Estados Unidos e a China, realizado em Washington, para lançar viagens de lazer de grupos de chineses para os Estados Unidos (Tse, 2013). Com base nisso, em 2008, a China adicionou oficialmente os Estados Unidos à lista de ADS. Além do mais, nesse ano, Taiwan também foi aberto para turistas chineses.

Com o argumento apresentado anteriormente, identificámos que, ao longo da evolução do desenvolvimento do turismo emissor chinês, as políticas têm acompanhado o aumento do número de turistas, com marcos simbólicos da sua evolução. Entretanto, considera-se importante analisar as políticas numa perspetiva macro, especialmente a nível nacional, uma vez que as políticas para

o turismo são implementadas de acordo com as estratégias de desenvolvimento da economia nacional. Através de uma breve análise de alguns planos ou estratégias nacionais, é possível compreender melhor a evolução das políticas para o turismo emissor.

Seguimos a evolução do lançamento dos Planos Quinquenais para identificar a importância em crescimento das políticas públicas para o turismo emissor. Sendo que o planeamento do desenvolvimento do turismo foi incluído apenas a partir do 7.º Plano Quinquenal, analisamos as políticas para o turismo emissor a partir deste plano, incluindo também algumas políticas públicas para o turismo emissor, a fim de salientar o seu papel e a sua função no desenvolvimento do país. Na proposta para a formulação do 8.º Plano Quinquenal (1991-1995), apontou-se para o desenvolvimento do turismo internacional, pois considerava-se que o desenvolvimento do turismo internacional, por um lado, pode aumentar os ganhos cambiais, por outro lado, pode tornar a China mais conhecida no mundo, fortalecendo a amizade entre o povo chinês e os povos do mundo.

No 9.º Plano Quinquenal (1996-2000) e no 10.º Plano Quinquenal (2001-2005), o incentivo do turismo internacional foi salientado novamente. Em 2001, o Conselho de Estado, publicou *Notice about Accelerating Tourism Development*, em que foi referida a estratégia de desenvolvimento do turismo emissor, ao mesmo tempo, é mencionado que para desenvolver o sector do turismo é preciso, por um lado, implementar ativamente e de forma constante a estratégia “going out”, incentivar as grandes empresas a criarem agências de viagens no exterior e outros projetos de gestão do turismo, de modo a expandir o mercado internacional; por outro lado, simplificar o processo de entrada e saída de turistas.

No 11.º Plano Quinquenal (2006-2010), a estratégia para desenvolver o turismo emissor foi definida como “Standardize the development of outbound tourism”. No entanto, no 12.º Plano Quinquenal (2011-2015), a estratégia para o desenvolvimento do turismo emissor passou a ser “Develop orderly outbound tourism”.

Em 2014, foi publicado *Several Opinions of the State Council on Promoting the Reform and Development of Tourism*, em que se propôs a promoção da cooperação com outros países e a exploração do mercado internacional, ao mesmo tempo que foi identificada a necessidade de fortalecimento da cooperação com outros países no sector do turismo e a organização de atividades de



“Ano do Turismo” com países importantes. Em 2015, foi proposta a Estratégia 515 para o desenvolvimento do turismo da China, sendo um plano constituído por cinco objetivos, dez ações e 52 medidas para o desenvolvimento do turismo de 2015 a 2017. Entre as dez ações, a oitava indica que é necessário praticar a diplomacia do turismo e formar um novo padrão de abertura do mercado turístico ao resto do mundo. Sob esta ideia, foram propostas quatro medidas específicas e relacionadas com o turismo emissor para concretizar esta proposta:

1. Lançar a cooperação internacional no domínio do turismo centrada na iniciativa Belt and Road;
2. Destacar a cooperação turística com as principais potências do mundo;
3. Aprofundar a cooperação turística com os destinos do turismo emissor;
4. Aprofundar a cooperação com a Organização Mundial do Turismo.

Verifica-se que o Governo da China tem utilizado o turismo emissor como um instrumento político. A Estratégia 515 é um bom exemplo da intenção do governo chinês em usar o turismo emissor para promover a cooperação internacional e as relações internacionais. Além do mais, no Relatório sobre a Conferência Nacional de Trabalho de Turismo de 2016, é resumido que houve seis mudanças consideráveis para o sector do turismo em 2015, sendo uma delas a passagem do turismo da margem da diplomacia para fazer parte integrante desta. No final de 2016, a CNTA publicou o planeamento para o desenvolvimento do turismo no período do 13.º Plano Quinquenal, em que se sugerem várias medidas para o desenvolvimento do turismo emissor, especialmente no sentido da realização da estratégia para o turismo diplomático, como, por exemplo, fortalecer a cooperação internacional, promover a cooperação do turismo para Hong Kong, Macau e Taiwan, desenvolver de forma ordenada o turismo emissor, e promover a influência internacional do turismo da China (CNTA, 2016). Tudo isso veio comprovar a transformação gradual das novas funções do turismo emissor, como confirma Tse (2013) no artigo intitulado *Chinese outbound tourism as a form of diplomacy*. O turismo emissor está associado à política e é uma manifestação de *soft power*, sendo utilizado pelo Governo da China como um instrumento diplomático para lidar com as relações internacionais.



## 5. Conclusão

O estudo sobre as políticas públicas para o sector do turismo está a ganhar atenção crescente por parte dos académicos, sendo que o turismo é atualmente uma indústria dinâmica e contribui efetivamente para o desenvolvimento da economia global. As políticas públicas são um elemento relevante para o desenvolvimento do turismo, pelo que, tendo em conta a sua importância, consideramos que perceber as políticas públicas é indispensável para o melhor desenvolvimento do setor do turismo.

Após esta revisão das políticas públicas para o turismo chinês, especialmente o turismo emissor, é possível ter uma visão geral e abrangente sobre a evolução do desenvolvimento do turismo emissor desde 1949, e percebemos que o seu papel tem mudado ao longo do tempo. Identificámos que o turismo emissor sofreu uma grande evolução, desde uma restrição rígida a uma liberalização gradual. Verificámos que o turismo emissor está a ganhar cada vez mais importância no desenvolvimento do próprio sector do turismo e no desenvolvimento da economia nacional. É esperado que o turismo emissor continue a crescer de uma forma significativa nos próximos anos e tenha novas funções.

É de notar que as estratégias para o desenvolvimento do turismo emissor chinês apontam para o incentivo ao desenvolvimento das relações internacionais nos últimos anos. Consideramos que isto poderá ser outro contributo do turismo emissor chinês para o desenvolvimento do país, sendo um aspeto inovador (bastante recente) para a investigação sobre o turismo emissor chinês. A nossa investigação futura irá abordar as políticas públicas relativamente ao turismo emissor chinês, no sentido do desenvolvimento das relações internacionais e da diplomacia chinesa, com base nas discussões e resultados de investigação agora apresentados.

## Referências bibliográficas

- Agostinho, M. S. (2012). *Chinese Outbound Tourists: Profile and Perceptions of Portugal*. (Dissertação de Mestrado). Instituto Universitário de Lisboa.
- Airey, D. (2015). Developments in understanding tourism policy. *Tourism Review*, 70 (4), 246–258.
- Breda, Z. (2004). O desenvolvimento do sector do turismo na República Popular da China e o seu contributo para o crescimento económico do país. In A. Amaro, R. Leão & S. Dias (Coords.), *Estudos Sobre a China VI* (Vol. II, pp. 567–594). Lisboa: ISCSP.
- Dai, B., Jiang, Y., Yang, L., & Ma, Y. (2017). China's outbound tourism and stages, policies and choices. *Tourism Management*, 58, 253–258.

- Dye, T. (1992). *Understanding public policy* (7th ed.). Englewood Cliffs, N.J: Prentice-Hall.
- Edgell, D. (1990). *International Tourism Policy*. New York: Van Nostrand Reinhold.
- Goeldner, C. R., & Ritchie, J. R. B. (2009). *Tourism: Principles, practices, philosophies*. John Wiley & Sons, Inc., Hoboken, New Jersey.
- Hall, C. M., & Jenkins, J. M. (1995). *Tourism and public policy*. London: Routledge
- Hall, C.M., & Jenkins, J. M. (2004). Tourism and public policy. In A. A. Law, C. M. Hall & A. M. Williams (Eds.), *A companion to tourism* (pp. 525–539). Malden: Blackwell Publishing.
- Law, R., Sun, S., Fong, D. K. C., Fong, L. H. N., & Fu, H. (2016). A systematic review of China's outbound tourism research. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 28 (12), 2654–2674.
- Li, S. (2011). *Policy and development: A study of outbound tourism in China 1978–2008*. Recuperado de <https://tampub.uta.fi/handle/10024/76550> em 22 de janeiro de 2017.
- Jenkins, C. L., & Henry, B. M. (1982). Government involvement in tourism in developing countries. *Annals of Tourism Research*, 9 (4), 499–521.
- Mak, B. (2013). The influence of political ideology on the outbound tourism in China. *Journal of China Tourism Research*, 9 (1), 1–26.
- Richter, L. K. (1989). *The politics of tourism in Asia*. Honolulu: University of Hawaii Press.
- Scott, N. (2011). *Tourism policy: A strategic review*. Woodeaton, Oxford: Goodfellow Publishers Limited.
- Tang, X. (2017). The historical evolution of Chinese tourism development policies (1949–2013): A quantitative perspective. *Tourism Management*, 58, 259–269.
- Tong, B. & Zhang, H. (2015). On the innovation of the framework of China's tourism policies under the new normal. *Journal Beijing International Studies University*, 7, 1–6.
- Tse, T. S. M. (2013). Chinese outbound tourism as a form of diplomacy. *Tourism Planning & Development*, 10 (2), 149–158.
- Rodrigues, V. (2013). *O mercado emissor chinês em Portugal: O caso do turismo de negócios* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Aveiro.
- Xiao, H. (2006). The discourse of power: Deng Xiaoping and tourism development in China. *Tourism Management*, 27, 803–814.
- Xie, Y. & Li, M. (2009). Development of China's outbound tourism and the characteristics of its tourist flow. *Journal of China Tourism Research*, 5(3), 226–242.
- Zhang, Q. H., Chong, K., & Ap, J. (1999). An analysis of tourism policy development in modern China. *Tourism Management*, 20, 471–485.
- Zhang, H. Q. & Heung, V. C. S. (2001). The emergence of the mainland Chinese outbound travel market and its implications for tourism marketing. *Journal of Vacation Marketing*, 8 (1), 7–12.
- Zhang, G., Pine, R., & Zhang, H. Q. (2000). China's international tourism development: Present and future. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 12 (5), 282–290.



# VIAJANTES CHINESES A NÍVEL INTERNACIONAL: A ASCENSÃO DO TURISTA INDEPENDENTE

## 走出国门的中国旅行者：自由行游客的兴起

**Ana Marília Henriques**

DCSPT – Universidade de Aveiro

**Zélia Breda**

DEGEIT e GOVCOPP – Universidade de Aveiro

### Introdução

O desenvolvimento do turismo emissor chinês é um fenómeno impressionante. Só na década de 1980 é que a República Popular da China começou a permitir, em moldes muito restritos, as viagens de cidadãos chineses ao estrangeiro, com o propósito de lazer. Num espaço de pouco mais de trinta anos, a China transformou-se no maior mercado emissor de turistas do mundo e aquele que maiores receitas gera nos destinos. Em vista do interesse que um mercado com esta dimensão e poder aquisitivo naturalmente gera, o principal objetivo deste artigo é tentar conhecer quem é, atualmente, o turista chinês e tentar caracterizá-lo em função do seu modo de viajar, de aspetos sociodemográficos e psicográficos.

Para tal, este artigo encontra-se estruturado em três partes. Começou por abordar-se o turismo emissor chinês, através da descrição das suas principais etapas de desenvolvimento, sobretudo a partir da implantação da República Popular da China, em 1949. Procurou-se, num segundo momento, realçar o crescimento da tendência para as viagens em moldes independentes (*Free Independent Travel* – FIT) e proceder à sua caracterização, nomeadamente

em termos de segmentação. Há que recordar que a China é um país de enormes dimensões e que a sua população é bastante heterogénea. Os turistas FIT refletem em maior grau essa heterogeneidade. Para além disso, este tipo de turista viaja, cada vez mais, motivado pela vivência de experiências e, no que diz respeito à Europa, deseja imbuir-se do estilo de vida europeu. Finalmente caracterizou-se a procura chinesa relativamente ao destino Portugal. A metodologia deste trabalho assentou na revisão de bibliografia e recolha de alguns dados estatísticos fornecidos por fontes secundárias.

## 2. Desenvolvimento do turismo emissor chinês

O turismo com destino no estrangeiro não era um costume na China ancestral. Embora sempre tenham existido fortes movimentos migratórios em massa dentro do território chinês, a saída para o estrangeiro com “propósitos de lazer, aventura ou proselitismo para áreas para lá do reino da cultura Han nunca existiu” (Arlt, 2013, p. 130).

Até às Guerras do Ópio, no século XIX, existia uma autorrepresentação do país como o centro do mundo (império do meio), o que inibia o ímpeto de viajar para o estrangeiro (Cohen & Cohen, 2014), embora se tenha assistido, por esta altura, ao primeiro movimento de saída em massa do país, inserido num contexto de emigração (Arlt, 2006).

Apesar de não existir uma tradição de turismo para o exterior, existia no povo chinês um entendimento das viagens que se assemelha, em muito, ao espírito do ‘*Grand Tour*’ ocidental (Cohen, 2001). Segundo Zhang (1997, citado por Arlt, 2006, pp. 24-25), “existe uma tradição antiga de turismo na nação chinesa que visa o alargar do conhecimento e compreensão do mundo e da sociedade, promovendo o cultivo do saber, a criação de amizades e o intercâmbio cultural” – esta citação inclui um velho provérbio chinês, segundo o qual “aquele que viaja sabe muito”. Reiterando esta ideia, o próprio Presidente da República Popular da China (RPC), Xi Jinping, proferiu o seguinte, no discurso da cerimónia de abertura do “Ano da China na Rússia”, em 2013: “Desde os tempos antigos, o povo chinês tem procurado a combinação entre as viagens e a leitura e ele acarinha a ideia de ler mil livros e viajar mil milhas” (Xi, 2013).

Com a instauração da RPC, sob um regime comunista, em 1949, o ato de viajar por lazer era condenado por ser considerado “um comportamento desnecessário e denunciador de um estilo de vida burguês” (Arlt, 2006, p. 26). As

viagens para o estrangeiro eram, para além disso, consideradas perigosas e um meio de fuga de divisas.

Entretanto, o turismo era encarado como tendo uma função política, nomeadamente de carácter diplomático. Foram, por isso, criados organismos como o *Beijing Overseas Chinese Travel Office* (BOCTS), em 1953, e o *China International Travel Service* (CITS), em 1954. O primeiro destinava-se a regular a entrada de chineses da diáspora a fim de visitarem familiares e amigos e o segundo fornecia serviços de apoio aos estrangeiros simpatizantes políticos, na maioria russos, cujo propósito era colaborar com as autoridades chinesas na implementação do primeiro Plano Quinquenal (1953-1957) (Arlt, 2006; Breda, 2002).

Nos anos 1960, a cisão política e diplomática entre a União Soviética e a RPC, assim como a implementação das políticas do Grande Salto em Frente e da Revolução Cultural Chinesa, geraram, não só a degradação económica geral e das instituições ligadas ao turismo, como adensaram a rejeição oficial de tudo o que fosse estrangeiro (Arlt, 2006; Breda, 2002).

Após este período, a partir de 1978, já com Deng Xiaoping no poder, o turismo na China conheceu um novo fôlego com as políticas de abertura ao estrangeiro (*Open Door Policy*), sendo gradualmente reforçada oficialmente a sua posição como um setor importante, do ponto de vista económico e político.

Em 1986, é criada a Administração Nacional do Turismo Chinês (*Chinese National Tourism Administration* – CNTA), que substitui os antigos organismos responsáveis por delinear e implementar as políticas de turismo e que redigiu o primeiro “Plano Nacional de Turismo”.

É de notar que a tónica do desenvolvimento do turismo foi sempre colocada na perspetiva recetiva, tendo o turismo emissor conhecido uma abertura bem mais controlada e cautelosa.

As viagens para o estrangeiro, por parte de cidadãos chineses, consistiam, até 1983, quase exclusivamente em viagens oficiais de delegações políticas, viagens de trabalho ou de estudantes no estrangeiro. A deslocação dos chineses, mesmo internamente, estava condicionada pelo seu registo de residência (*hukou*) e pela sua vinculação às unidades de trabalho (*danwei*). Todas as viagens para o estrangeiro tinham de ser aprovadas pela unidade de trabalho a que se pertencia e esta era a única maneira de obter legalmente bilhetes de transporte. Outro fator condicionante era o facto de os cupões de racionamento

para a aquisição de comida e outros bens só serem aceites dentro da área de residência em que se estava registado (*hukou*) (Arlt, 2006).

Em 1983, o governo permitiu, pela primeira vez, a saída de cidadãos chineses do território nacional, a título privado, não oficial. Esta autorização começou por ser restrita aos residentes da província de Cantão (*Guangdong*), apenas com destino ao território contíguo de Hong Kong, com a finalidade de visitar amigos e familiares (*Visit Friends and Relatives* – VFR), sendo que o pagamento de todas as despesas inerentes à viagem e alojamento teria de ser assegurado pelos familiares ou amigos de acolhimento naquele território. Em 1984, o governo chinês estendeu esta medida às visitas ao território de Macau (Arlt, 2006; Rodrigues, 2013).

Em 1987, o turismo fronteiriço foi autorizado, apenas para viagens de um dia, a partir da cidade de *Dandong*, na província de *Liaoning*, com destino à cidade fronteiriça de *Simuiju*, na Coreia do Norte (Hua & Yoo, 2011).

O racionamento de comida e artigos têxteis foi, entretanto, abolido na década de 1980 e, nos anos 1990, o sistema de registo de residência (*hukou*) começou a ser flexibilizado.

Na década de 1990, para além das medidas mencionadas acima, o governo aliviou as restrições às viagens e autorizou, em 1991, a saída do país com propósito de VFR e lazer, em grupos organizados, com destino a países vizinhos da China no Sudeste Asiático, como Singapura, Malásia e Tailândia, onde residiam vastas comunidades chinesas e de onde provinha grande parte do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) (Arlt, 2006; Rodrigues, 2013).

Em 1995, o governo implementa a semana de trabalho de cinco dias e, em 2000, cria as chamadas “*golden weeks*” – três semanas completas de férias referentes às principais datas comemorativas na China: Ano Novo Chinês, por volta de fevereiro, a Festa do Trabalhador, a 1 de maio, e a Festa Nacional, a 1 de outubro, data da instauração da RPC. Para além disso, também uma crescente parte da sociedade chinesa, afluente economicamente, começa a exercer pressão para uma maior abertura do turismo para o exterior (Chiang, 2012).

Em 1997, o governo emite uma norma que autoriza que as despesas das viagens para o exterior sejam inteiramente suportadas pelos próprios viajantes chineses, designada como “*Provisional Regulations on the Management of Outbound Travel by Chinese Citizens*” (Rodrigues, 2013).

Em 1995, é implementado formalmente o Estatuto de Destino Oficial (*Approved Destination Status* – ADS), que existia desde 1983 e tinha já servido

de esteio para a liberalização de viagens para Hong Kong, Macau e os países vizinhos do Sudeste Asiático.

O ADS assenta na celebração de acordos bilaterais na área do turismo entre a RPC, enquanto país emissor, e outros países, enquanto países recetores, através do qual é permitido aos cidadãos chineses a realização de viagens em pacotes turísticos previamente definidos, a expensas próprias e com um visto especial de grupo. Apenas os países que possuam o ADS podem ser devidamente promovidos como destinos turísticos pela comunicação social e outros meios de promoção chineses (Arlt, 2006; Rodrigues, 2013). Esta medida permite ao governo chinês controlar a saída de cidadãos chineses, assim como a quantidade de moeda gasta no exterior (Arlt, 2006). Para os países recetores, este acordo, para além da oportunidade de receberem grandes quantidades de turistas, representa também a possibilidade de abrir um escritório de representação na China (*National Tourist Office* – NTO) e aí capitalizar a sua presença no mercado (Arlt, 2006; Breda 2008, citado por Rodrigues, 2013).

A entrada da RPC na Organização Mundial do Comércio, em 2001, confirmou a posição chinesa de liberalização crescente das suas relações comerciais e veio potenciar as probabilidades de celebração de acordos ADS. Em 2002, o governo chinês emite uma nova norma “que se traduziu no aumento do número de agências de viagens autorizadas a operar no mercado emissor – ‘*The Management Regulation on Chinese Outbound Tourism*’” (Rodrigues, 2013, p. 53).

Em 2013, 148 países possuíam o estatuto ADS (UNWTO, 2013a). Em paralelo, apesar da disseminação do estatuto ADS e da generalização das viagens feitas ao abrigo deste esquema, as viagens a título individual, isentas da obrigatoriedade da inclusão num grupo, de pelo menos cinco pessoas, foram também conhecendo a liberalização, ainda que paulatina.

De acordo com a “Lei de Entrada e Saída de Pessoas” de 2012 (11<sup>th</sup> National People’s Congress, 2012), os cidadãos que pretendessem sair do país teriam de possuir um passaporte e obter um visto por parte do país de destino (11<sup>th</sup> National People’s Congress, 2012, Article 12).

Em 2003, as autoridades chinesas emitiram pela primeira vez, uma autorização que permitia a realização de viagens individuais de âmbito turístico. Este visto foi inicialmente emitido apenas para visitas às Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e Macau. Anteriormente a esta medida era necessário, para o efeito, requerer uma autorização especial da unidade de trabalho (*danwei*), assim como das autoridades policiais e municipais para a emissão de



um Passaporte Privado (Arlt, 2006; Rodrigues, 2013). Segundo a Lei de 2012, que mencionámos acima, os cidadãos chineses, oriundos da China continental, que visitassem as Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e Macau, assim como o território de Taiwan, deveriam apenas requisitar uma Licença de Entrada e de Saída (*Exit/Entry Permits*) (11<sup>th</sup> National People's Congress, 2012, Article 9).

Em 2009, um passo importante foi dado quando o Conselho de Estado do Governo chinês emitiu um documento orientador das políticas relacionadas com o turismo e o posicionou como um setor estratégico na economia – “*Opinions of the State Council on accelerating Tourism Development*” (Rodrigues, 2013).

Em 2013, foi aprovada a Lei do Turismo da RPC, na 2.<sup>a</sup> Sessão do Comité Permanente da 12.<sup>a</sup> Assembleia Nacional Popular (CNTA, 2013). Nesta Lei, o Estado assumiu a obrigação de incorporar o interesse do desenvolvimento da indústria do turismo no planeamento da economia nacional e do desenvolvimento social (CNTA, 2013, Article 17). Esta lei veio acabar com algumas práticas abusivas e degradadoras da satisfação dos turistas, como a obrigação tácita de consumo de determinados produtos ou serviços no destino, para além do inicialmente pago pelos pacotes de viagem como meio de compensar os operadores turísticos pelos baixíssimos preços praticados, num mercado que se tornou extremamente competitivo. Este documento deixa ainda impressa a preocupação de promover o turismo dentro de padrões de qualidade e de desenvolvimento saudável e sustentável. O turismo emissor permanece ao abrigo de algum controlo, pois as agências de viagens para exercerem atividade no âmbito do turismo emissor ou de fronteira têm necessariamente de obter licença prévia do governo (CNTA, 2013, Article 29; EU SME Centre, 2015).

Atualmente, não parece existir dúvidas de que as políticas públicas chinesas são bastante impulsionadoras do turismo emissor e, mesmo as recentes medidas de moralização da sociedade chinesa relativamente ao enriquecimento ilícito e à ostentação, que implicaram restrições públicas de acesso a determinados bens de luxo, deixaram incólumes as viagens ao exterior (Arlt, 2013).

A crescente sofisticação do mercado emissor chinês tem levado a uma tendência emergente por parte dos turistas chineses de viajarem cada vez mais individualmente ou em pequenos grupos. Esta tendência é sobretudo mais evidente junto dos chineses mais jovens e daqueles que possuem maior disponibilidade financeira (ABC Radio Australia, 2014).

A introdução da nova Lei do Turismo, como já foi referido, veio acabar com a prática de preços baixíssimos nas viagens de grupo e aproximar os custos praticados relativamente às viagens em moldes FIT. Segundo Ma, Qu, Hsiao e Jin (2015), num estudo recente que pretende analisar o impacto da Lei do Turismo nos principais *stakeholders* do turismo emissor chinês, a Lei foi sobretudo penalizadora das más práticas das viagens de grupo e favorecedora do movimento, já crescente, das viagens independentes.

Existem, atualmente, dois principais tipos de vistos turísticos: os vistos ADS, emitidos para grupos de cinco ou mais pessoas, nos moldes já acima descritos, e que têm de ser solicitados por agências devidamente acreditadas pelo Governo para operarem no âmbito dos acordos ADS e os Vistos Individuais, para turistas independentes que constroem o seu próprio itinerário e cujo processo de solicitação é normalmente “mais complexo, demorado e mais propenso a ser rejeitado” (EU SME Centre, 2015, p. 9). No entanto, a imposição da realidade do impressionante crescimento do turismo independente tem pressionado os países de destino no sentido de promulgarem medidas de facilitação de atribuição de vistos.

Segundo o relatório “*Chinese International Travel Monitor 2013*”, levado a cabo pela organização Hotels.com, 62% dos turistas chineses participantes das sondagens efetuadas referiram preferir viajar de modo independente do que em pacotes de grupo (Chan et al., 2013, p. 7).

### **3. O turista chinês que viaja de forma independente**

Segundo Arlt (2006), citando um estudo de Hofstede, o turista chinês traduz traços culturais próprios no seu comportamento em viagem: (i) a orientação para o longo prazo leva-os a rentabilizar o seu tempo de viagem não só para o lazer, mas também como oportunidade de aprendizagem, sobretudo para as suas crianças ou para prospeção de negócios e investimentos; (ii) o tempo despendido nas compras tem muitas vezes o objetivo de encontrar os presentes ideais para familiares, colegas, amigos e outros membros das suas redes de *guanxi*; (iii) a aceitação de grande distanciamento ao poder revela-se em termos turísticos, sobretudo no comportamento nas viagens em grupo, em que os turistas se veem numa posição de seguirem com grande rigidez as orientações do líder e do guia da viagem e dos programas pré-definidos; (iv) os chineses revelam ainda, relativamente aos outros povos do estudo, um modo de ser muito mais

coletivista, em detrimento de interesses puramente individuais, o que, mais uma vez, remete para a importância que as viagens lhes trazem em termos de reforço de estatuto social dentro do grupo e para a importância dos presentes de prestígio trazidos do estrangeiro para reforço do *guanxi* (Zhu, Xu, & Jiang, 2015). É esta preocupação com o grupo que faz com que o turista chinês tenha preferência por ter registos de ter estado de facto nos locais mais reconhecidos e prestigiantes, e fazer tudo o que é tido como típico (Arlt, 2006, pp. 102-106).

O estudo de Fu, Cai e Lehto (2015), que analisa as motivações dos chineses para viajar à luz dos valores confucionistas, acaba por corroborar estas características particulares e reforçar ainda a importância primordial da harmonia, no sentido da construção de relações. Os autores defendem que todos os traços que já foram mencionados, tais como respeito pela autoridade, construção e reforço do seu grupo relacional (*guanxi*), e orientação para o coletivo, se entreligam para cumprir o desígnio principal do respeito pela harmonia, no sentido de construir relações harmoniosas.

No entanto, a tendência crescente das viagens a título individual, a sua banalização e a própria sofisticação crescente dos turistas chineses, sobretudo das gerações mais novas (Jing Daily, 2015), leva autores, como Arlt, a avisar que uma nova vaga de turistas chineses se tornou hoje determinante (Arlt, 2013) e chegar mesmo a afirmar que “o turista chinês já não existe, mas a segunda vaga está a chegar” (Arlt, 2015a).

No entanto, mesmo assumida a mudança do turista chinês, Arlt (2013, p. 126) adverte que continua a ser importante adaptarmo-nos “às necessidades e expectativas especiais deste novo tipo de visitante chinês, que é hoje global, mas é também patriótico”.

Em 2012, a China tornou-se o maior mercado emissor de turistas a nível mundial e os turistas chineses classificaram-se em primeiro lugar como os que mais dinheiro gastam nos países de destino, suplantando os Estados Unidos e a Alemanha (UNWTO, 2013a). Este estatuto tem-se mantido inabalável e a Organização Mundial do Turismo registou que, em 2015, existiram 128 milhões de turistas internacionais chineses e que estes gastaram o valor recorde de 292 mil milhões de dólares nos destinos visitados (UNWTO, 2016).

A maior heterogeneidade de interesses por parte dos turistas independentes exige uma correspondente segmentação do turista chinês e a deteção de uma série crescente de produtos de nicho, nos destinos.

Agostinho (2012, p. 21) cita a segmentação dos turistas chineses que consta de um relatório dedicado ao tema realizado pela consultora KAIROS (2012) para a *European Travel Commission* (ETC):

- Grupo tradicionalista;
- Grupo *Wenyi*;
- Viajantes centrados na experiência;
- Hedonistas;
- *Connoisseurs*.

Com a exceção do “grupo tradicionalista”, considerado o mais vasto e que viaja sobretudo em grupo, todos os restantes segmentos são constituídos por pessoas que viajam sozinhas ou em pequenos grupos.

O grupo dos “*connoisseurs*” é caracterizado por gostar de viajar com maior profundidade, procurar qualidade e possuir gostos mais requintados. Os “viajantes centrados na experiência”, nomeadamente os subgrupos dos “intergeracionais” e dos “*sunset-travellers*”, consistem em jovens urbanos que viajam com a família para a Europa e em pessoas mais velhas com rendimentos consideráveis em busca de experiências mais profundas e autênticas (Agostinho, 2012, p. 22).

Em 2016, o relatório “*Chinese International Travel Monitor 2016*”, publicado pela organização hotels.com, apresenta igualmente uma proposta de segmentação do turista chinês (Hotels.com, 2016, pp. 9, 30–35):

- “*Detailed explorers*”;
- “*Cautious connectors*”;
- “*Experience seekers*”;
- “*Indulgers*”;
- “*Basic pleasure seekers*”.

Esta segmentação, à semelhança da anterior, também evidencia as motivações essencialmente de procura de experiências profundas, diversificadas, muitas vezes ligadas à natureza e à ecologia, e ainda, principalmente nos grupos de faixas etárias mais jovens, motivações de natureza hedonística. Existe também uma grande preocupação em usufruir de experiências de imersão cultural e de carácter educacional.

Os grupos “*detailed explorers*” e os “*cautious connectors*” pertencem às gerações nascidas nas décadas de 1960 e 1970 e os “*experience seekers*”, os “*indulgers*” e os “*basic pleasure seekers*” pertencem às gerações nascidas nas

décadas de 1980 e 1990. Arlt (2013, pp. 131-132) caracteriza o que ele designa de “novos turistas chineses” (NTC), da segunda década do milénio, como sendo pessoas jovens com idade inferior a 45 anos, que possuem uma cultura global, falando línguas estrangeiras e tendo, com frequência, residido, em algum momento, no estrangeiro, a trabalho ou em estudo, possuindo assim uma rede de contactos pelo mundo e um elevado nível de sofisticação cultural.

Segundo um estudo levado a cabo pelo *Bank of America Merrill Lynch*, conforme citado por um artigo do site *Jing Daily*, 35% dos turistas internacionais chineses têm idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos e os turistas com idades entre os 15 e os 24 constituem 27%, sendo que no conjunto perfazem 62% de todo o mercado emissor de turistas na China. O estudo revela que este grupo tem preferência por viajar em moldes independentes (*Jing Daily*, 2015).

A sofisticação cultural dos novos turistas não implica, contudo, que não apreciem, com orgulho patriótico, a utilização de informação turística traduzida em mandarim ou conteúdos adaptados à cultura chinesa no estrangeiro.

A importância da presença de elementos culturais chineses no estrangeiro estende-se para o universo da gastronomia. Relativamente ao turista chinês que viaja num contexto de turismo massificado, esta é uma questão pertinente, sendo importante a possibilidade de consumo de comida chinesa no local de destino. Isto não é indicativo, contudo, de uma ausência de desejo de conhecer ou experimentar a gastronomia local, mas sim da necessidade de manter uma ligação emocional com a pátria mãe, quando fora de casa. Esta característica tem levado muitas unidades hoteleiras a incluir comida chinesa nos seus menus e a disponibilizar cafeteiras elétricas e garrafas térmicas com água fervente gratuita nos quartos para a confeção de chá e mesmo de *noodles*.

A geração mais jovem parece conviver melhor com a ausência de comida chinesa e com a expectativa de experiências gastronómicas locais, conforme verificaram Chang, Kivela e Mak (2010), no estudo que realizaram sobre as preferências alimentares dos turistas chineses em contextos culturais diferentes do seu (“*tourism dining*”), e Agostinho (2012), no seu estudo com estudantes universitários chineses. Com a globalização, os hábitos alimentares dos chineses absorveram novos sabores e existem hoje na China, principalmente nos grandes centros urbanos, locais de origem da maioria dos novos turistas, jovens e de rendimentos elevados, uma profusão de restaurantes de comida étnica, o que faz com que os turistas mais jovens gostem de frequentar restaurantes e investir em experiências *gourmet* (Agostinho, 2012; Chang et al., 2010).

Os NTC continuam bastante direcionados para as compras, mas, desta feita, mais para si do que apenas para as suas redes de relações e mais num contexto de consumo de experiências e estilos de vida do que apenas bens materiais de marcas de prestígio – aquilo que Yao e Button (2013, citado por Arlt, 2013, p. 132) referem como sendo “a mudança da marca para o estilo”. Absorver a experiência autêntica da vivência do estilo de vida dos países europeus é uma das maiores motivações dos jovens turistas chineses, nomeadamente jovens empresários, que mais do que a visita a monumentos históricos e culturais, desejam imbuir-se do estilo de vida local, como a vida noturna, eventos, hábitos gastronómicos, incluindo a cultura do vinho nos países vitivinícolas (Corigliano, 2011).

Os NTC ou os FIT chineses têm preferência por organizarem eles próprios as suas viagens, mesmo que o possam realizar, por vezes, com recurso parcial às agências de viagens. Este tipo de turista faz as suas próprias pesquisas e é naturalmente muito sensível ao universo das novas tecnologias e redes sociais, à possibilidade de reservas e pagamentos *online* e a toda a informação que é veiculada pela Internet, de forma mais ou menos institucional. Esta geração de turistas é particularmente atenta ao universo da blogosfera e vários autores já se dedicaram à análise da influência das redes sociais, das aplicações para *smartphones* e dos blogues na escolha de destinos (Li, Yang, & Pan, 2015; O'Reagan & Chang, 2015; UNWTO, 2013b).

No estudo realizado junto de jovens chineses de elevados níveis de rendimentos e educacionais, Corigliano (2011) verificou que, relativamente às pesquisas de informações sobre viagens para a Europa, nomeadamente Itália, estas tiveram como principal fonte a Internet (40%), muito à frente da segunda fonte de eleição representada pela opinião de familiares e amigos (28%).

A informação que circula pelo chamado “de boca a boca ou passa palavra” é um dos fatores mais importantes para a escolha de um destino e, no caso de estes novos turistas, é sobretudo relevante o “passa palavra ao quadrado”, expressão que faz mais sentido no trocadilho conseguido em língua inglesa “*WOM squared – word of mouth and word of mouse*” (Arlt, 2013). Agostinho (2012) chama a atenção para o facto de, nas suas estratégias de promoção turística na China, alguns países, como a Nova Zelândia, Espanha, Egipto, Nepal ou o Reino Unido, terem optado por interagir diretamente com *microbloggers*.

No estudo efetuado por Li et al. (2015) junto de uma população de jovens universitários chineses, relativamente à forma como procedem ao planeamento

das suas viagens através da Internet, foi detetado que o padrão mais comum é o de iniciar a procura através de um motor de busca, daí passar para um site de uma agência de viagens *online* (*Online Travel Agency* – OTA) e então para o site de um negócio/ produto em específico. Os autores concluíram que os sites mais consultados foram os seguintes: *Baidu* (49,9%); *Qunar* (8,9%); *Ctrip* (7,9%) e *Cncn* (6,9%) (Li et al., 2015).

Atualmente, para além dos portais/ agências de viagens *online* acima mencionados, o portal *Alitrip*, pertencente ao gigante das vendas na Internet *Alibaba*, que possui igualmente a maior ferramenta de pagamentos *online* – *Alipay* –, é uma importante fonte de consulta e preparação das viagens. As redes sociais *WeChat* e *Weibo* são também importantíssimas fontes de informação e divulgação de viagens. Tal como acontece com o *Alipay*, a aplicação *WeChat Pay* (através da leitura de códigos *Quick Response* (QR), a partir dos telemóveis) começa a ser um dos meios de pagamento preferenciais na China, incluindo todas as operações inerentes às viagens (COTRI & Dragon Trail, 2017).

Existe uma diversidade, cada vez maior, de plataformas *online*, nomeadamente aplicações móveis, que pretende ir ao encontro das expectativas dos turistas *millennials* chineses e gerações posteriores, oferecendo-lhes informação e funcionalidades customizadas.

Segundo Arlt (2015b), o turista independente chinês, está a dar lugar ao “turista modular” (Figura 1), que é um turista independente cada vez mais sofisticado e experiente, que organiza de forma autónoma a sua viagem, mas que recorre eventualmente a agências *online* para a aquisição de vários “módulos de experiências” que insere no seu roteiro.



Fonte: Elaboração própria, com a base em Arlt (2015b)

Com a informação apresentada neste trabalho, para proceder à caracterização da ascensão do turista independente chinês e dos seus principais traços sociodemográficos e psicográficos, compilámos a proposta de perfil que se apresenta no quadro 1.

Quadro 1. Perfil do turista independente chinês

Idade	Inferior a 45 anos
Género	Masculino e feminino
Nível educacional	Tem uma cultura global e contactos globais; é sofisticado. Fala inglês ou outras línguas estrangeiras. É cada vez mais usual que os chineses da nova geração já tenham trabalhado ou estudado num país estrangeiro.
Nível socioeconómico	Elevado
Origem geográfica	Grandes centros urbanos, sobretudo das zonas costeiras leste e sul da China.
Modo de viagem	Turista independente que organiza a própria viagem, na totalidade ou parcialmente, recorrendo a agências de viagem apenas para a obtenção dos vistos, voos e eventuais marcações de hotel; As viagens tendem a ser mais longas, menos pressionadas pelo tempo e com uma estadia maior no mesmo lugar, no sentido de usufruir de experiências mais profundas, sendo que, mesmo assim, o conceito de “ <i>value for money</i> ” continua a ser importante. Para destinos de longo curso, são muito frequentes as viagens em pequenos grupos de amigos ou família. Duração da viagem de cerca de duas semanas.
Principais motivações	Viver experiências; Imbuir-se de cultura e conhecimento, fomentando o desenvolvimento educacional (próprio e dos filhos); Adquirir prestígio social e uma imagem de sofisticação; Comprar produtos de marca, que podem já não ser as marcas tradicionalmente reconhecidas, mas que estão sempre conotadas com um alto nível de sofisticação (eg. produtos de designers em ascensão); Aproveitar para conjugar a viagem de lazer com prospeção de negócios ou aproveitar uma viagem de negócios para fazer turismo de lazer.
Fontes de informação	Sobretudo a Internet. Secundariamente, opinião de amigos e familiares (muito importante), revistas, filmes e agências de viagens.

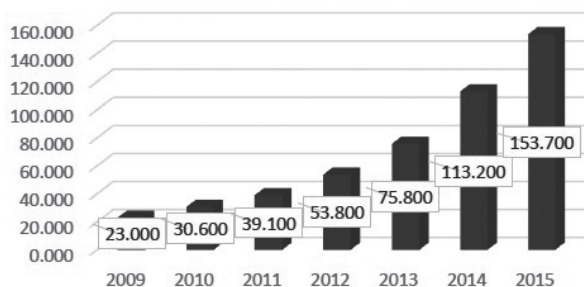
Fonte: Elaboração própria

#### 4. Portugal enquanto destino do mercado chinês

Em 2014, Portugal recebeu 113.000 hóspedes oriundos da China, número que corresponde a uma percentagem de 1,3% sobre todas as viagens de turistas chineses à Europa, nesse ano, classificando Portugal no 18.º lugar no *ranking* dos países europeus mais visitados pelos chineses (Turismo de Portugal, 2014). Em 2009, o número de hóspedes chineses em Portugal foi de 23.000 e em 2015 era já de 153.700, o que representa uma taxa de crescimento de 568% (Figura 2).



Figura 2. Número de hóspedes chineses em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos e outros



Fonte: Equipa do Turismo de Portugal na China - Xangai (2016)

A maioria dos visitantes chineses desembarca de avião em Lisboa e acaba por permanecer na área metropolitana da cidade durante toda a sua estada no país (76%). Cerca de 11% visitam o Norte, com destaque para a cidade do Porto (Eccles, 2013; Turismo de Portugal, 2014). A duração média da estada dos turistas chineses em Portugal é de cerca de dois dias. A maioria segue depois viagem, normalmente para Barcelona ou Madrid (Eccles, 2013). A não existência de voos diretos para a China a partir de Portugal em muito contribuiu para esta situação. O primeiro voo direto está já previsto para julho de 2017 (Eccles, 2017). “Enquanto país de origem de receitas turísticas para Portugal, a China registou uma quota de 0,5% no respetivo montante global em 2014, sendo a percentagem mais elevada dos últimos cinco anos” (AICEP - Portugal Global, 2015, p. 19).

Em Portugal, os turistas chineses revelam preferência por se alojarem em estabelecimentos hoteleiros de alta qualidade, sobretudo em hotéis de 4 estrelas (Turismo de Portugal, 2014). Há que ter em conta que os chineses têm altas expectativas quanto à qualidade dos hotéis, nomeadamente os de 4 estrelas. O desenvolvimento do turismo na China, como já foi referido, é relativamente recente, conhecendo um desenvolvimento interno intenso nas últimas décadas, pelo que a maioria dos estabelecimentos hoteleiros são de construção moderna, recorrendo a materiais e equipamentos igualmente atuais. Muitas vezes, os turistas chineses ficam dececionados quanto às expectativas que tinham dos hotéis europeus (Agostinho, 2012).

As principais motivações dos turistas chineses para visitarem Portugal residem essencialmente no interesse pela cultura de natureza europeia, na possibilidade de fazerem compras de luxo em condições vantajosas e numa oferta

com uma boa relação qualidade/preço (Agostinho, 2012; Edeluc & CCILC, 2013; IPDT, 2017).

As visitas a Portugal são, muitas vezes, motivadas por negócios, estudos ou visita a familiares e amigos que estudam em Portugal, ou então a visita é feita como complemento de uma viagem multidestinos pela Europa (Agostinho, 2012, p. 52; Edeluc & CCILC, 2013; Portal Martim Moniz, 2017).

Portugal é percecionado como um país europeu e os chineses olham geralmente para a Europa como um todo. A Europa é valorizada pelos turistas chineses em aspetos como: a riqueza do seu passado cultural e a preservação do seu património histórico; o elevado nível de sofisticação cultural; a claridade do céu e ar pouco poluído; o clima pacífico; a limpeza e ordenamento das cidades; o cuidado com a preservação ambiental; o bom sistema de transportes; e a boa gastronomia aliada à segurança alimentar, entre outros (Agostinho, 2012).

Portugal possui três centros de solicitação de vistos de turismo: na Secção Consular da Embaixada, em Beijing, e nos Consulados Gerais de Shanghai e de Macau. Desde agosto de 2014, Portugal passou a dispor de um Centro de Atendimento de Vistos, em Beijing, dedicado à receção de pedidos de Vistos Schengen (Embaixada Portuguesa na China, 2016). O tempo médio de espera para a atribuição de um visto a um cidadão chinês, por parte das autoridades portuguesas, é de seis dias (VFS. Global, 2016).

## 5. Considerações finais

O turismo de lazer em massa, nas dimensões que temos conhecido, por parte dos chineses, é uma realidade relativamente recente, quando comparada com o Ocidente. Na China comunista, o turismo emissor, para efeitos de lazer (excluindo situações de viagens oficiais de cariz público ou para efeitos de estudo), começou por ser proibido e foi sendo gradualmente liberalizado, sobretudo a partir da década de 1980, até aos dias de hoje, em que é verdadeiramente encorajado pelas autoridades.

Os turistas chineses ainda viajam muito em grupo, mediante pacotes de viagem previamente programados, que, muitas vezes, implicam a visita ao máximo de destinos possíveis, dentro do tempo que têm disponível. No entanto, a tendência tem evoluído no sentido de cada vez mais os turistas organizarem as suas próprias viagens, recorrendo às ferramentas, também elas, cada vez mais frequentes, na Internet. Estes turistas FIT pertencem a gerações mais novas

do que os viajantes em grupo, são abastados em termos económicos, cultos e sofisticados, e viajam sobretudo em família ou em pequenos grupos de amigos.

Esta investigação contribui para a compreensão do comportamento de viagem deste mercado, o qual é de grande interesse para diversos destinos europeus, incluindo Portugal. A riqueza cultural e histórica, a facilidade em adquirir produtos de luxo, as viagens multidestino e a possibilidade de desenvolver laços comerciais e de negócios, constituem os principais motivos de interesse pelo continente europeu. Perante as características deste mercado, e a sua recente descoberta de Portugal como destino de férias, urge a necessidade de criar estratégias de modo a atrair maiores fluxos de visitantes chineses.

## Referências bibliográficas

- 11<sup>th</sup> National People's Congress (2012). *Exit and Entry Administration Law of the People's Republic of China*. The State Council of the People's Republic of China (2012). 27<sup>th</sup> meeting of the Standing Committee of the Eleventh National People's Congress on June 30, 2012. Recuperado de [http://english.gov.cn/archive/laws\\_regulations/2014/09/22/content\\_281474988553532.htm](http://english.gov.cn/archive/laws_regulations/2014/09/22/content_281474988553532.htm)
- ABC Radio Australia. (2014). *China's booming outbound tourism industry*. Recuperado de <http://www.radioaustralia.net.au/international/radio/program/asia-pacific/chinas-booming-outbound-tourism-industry/1250554>
- Agostinho, M. S. (2012). *Chinese outbound tourists: Profile and perceptions of Portugal* (Dissertação de Mestrado), ISCTE Business School, Lisboa.
- AICEP - Portugal Global (2015). *China - Ficha de mercado*. Recuperado de <http://www.portugalglobal.pt/>
- Arlt, W. G. (2006). *China's outbound tourism*. New York: Taylor & Francis e-Library.
- Arlt, W. G. (2013). The second wave of chinese outbound tourism. *Tourism Planning & Development*, 10 (2), 126–133.
- Arlt, W. G. (2015a). The Chinese tourist doesn't exist anymore, second wave is coming... Recuperado de <http://www.4hoteliers.com/itb/newsarticle/414>. Acedido a 9 de março de 2015.
- Arlt, W. G. (2015b). *Chinese modular travelers: Independent but organized*. Recuperado de <http://www.forbes.com/sites/profdrwolfgangarlt/2015/12/01/chinese-modular-travelers-independent-but-organised/#cbf57e27f2c2>. Acedido a 13 de fevereiro de 2017.
- Breda, Z. (2002). *Turismo na República Popular da China: Políticas e desenvolvimento económico* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Aveiro.
- Chan, Z., Bonanati, Y., Hopcraft, K., Couper, A., Watts, L., & Peppard, L. (2013). *Chinese International Travel Monitor 2013*. Recuperado de <https://pt.slideshare.net/FormazioneTurismo/chinese-international-travel-monitor-2013-hotelscom>
- Chang, R. C. Y., Kivela, J., & Mak, A. H. N. (2010). Food preferences of Chinese tourists. *Annals of Tourism Research*, 37 (4), 989–1011.

- Chiang, M.-H. (2012). The changing role of tourism in China's economy. *Journal of China Tourism Research*, 8 (2), 207–223.
- CNTA. (2013). *Tourism Law of the People's Republic of China*. Recuperado de <http://en.cnta.gov.cn/html/2013-6/2013-6-4-10-1-12844.html>. Acedido a 30 de janeiro de 2015.
- Cohen, M. (2001). The Grand Tour: Language, national identity and masculinity. *Changing English*, 8 (2), 129–141.
- Cohen, E., & Cohen, S. A. (2014). A mobilities approach to tourism from emerging world regions. *Current Issues in Tourism*, 18 (1), 11–43.
- Corigliano, M. A. (2011). The outbound Chinese tourism to Italy: The new graduates' generation. *Journal of China Tourism Research*, 7 (4), 396–410.
- Eccles, G. (2013). *A importância do mercado chinês na sua estratégia de promoção internacional*. Chinese Tourists Welcoming Training Programme, COTRI Portugal, Edeluc, Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa, Porto. Recuperado de <http://www.ccilc.pt/sites/default/files/programa.pdf>
- Eccles, G. (2017). Ligações Oriente-Occidente. *Anuário de Tendências - Turismo'17*, 68–70.
- Edeluc & CCILC (2013). Lançamento COTRI Portugal - Chinese Tourists Welcoming Training Programme. In Edeluc & CCILC (Eds.), Lançamento COTRI Portugal - Chinese Tourists Welcoming Training Programme. Porto, Portugal.
- Embaixada Portuguesa na China (2016). Alteração importante relativa à apresentação de pedidos de Vistos Schengen na Jurisdição Consular de Pequim. Recuperado de [http://www.portugalembassychina.com/sections/con\\_sec.php?lng=](http://www.portugalembassychina.com/sections/con_sec.php?lng=). Acedido a 3 de março de 2016.
- Equipa do Turismo de Portugal na China - Xangai. (2016). *Travel BI - China - Setembro 2016*. Xangai.
- EU SME Centre (2015). *The tourism market in China*. Recuperado de [http://www.ccilc.pt/sites/default/files/eusme\\_centre\\_report\\_-\\_tourism\\_market\\_in\\_china\\_update\\_-\\_sept\\_2015.pdf](http://www.ccilc.pt/sites/default/files/eusme_centre_report_-_tourism_market_in_china_update_-_sept_2015.pdf)
- Fu, X., Cai, L., & Lehto, X. (2015). A Confucian analysis of Chinese tourists' motivations. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 32(3), 1–19.
- COTRI & Dragon Trail (2017). Keeping up the pace: New online information and marketing sources for Chinese outbound tourism. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=wh225Nl9CT4>
- Hua, Y., & Yoo, J. J.-E. (2011). Travel motivations of mainland Chinese travelers to the United States. *Journal of China Tourism Research*, 7 (4), 355–376.
- Hotels.com. (2016). *Chinese international travel monitor 2016*. Recuperado de <http://www.citmhotels.com/english.pdf>
- IPDT (2017). À conversa com Luís Araújo, Presidente do Turismo de Portugal. *Anuário de Tendências - Turismo*, 17, 58–59.
- Jing Daily (2015). *Chinese millennial tourists shake up travel industry with adventure-driven attitude*. Recuperado de <http://jingdaily.com/chinese-millennial-tourists-shake-up-travel-industry-with-adventure-driven-attitude/>. Acedido a 17 de julho de 2015.

- Portal Martim Moniz (2017). Portugal quer afirmar-se como destino turístico de referência. Recuperado de <http://ptmm.pt/pt/article-portugal-quer-afirmar-se-como-destino-turistico-de-referencia-na-china>. Acedido a 17 de abril de 2017.
- Li, J., Yang, M., & Pan, B. (2015). Network analysis of navigation paths of tourists' trip planning and power structure of the online tourism in China. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 20, 1451-1465.
- Ma, E., Qu, C., Hsiao, A., & Jin, X. (2015). Impacts of China tourism law on Chinese outbound travelers and stakeholders: An exploratory discussion. *Journal of China Tourism Research*, 11(3), 229-237.
- O'Reagan, M., & Chang, H. (2015). Smartphone adoption amongst Chinese Youth during leisure-based tourism: Challenges and opportunities. *Journal of China Tourism Research*, 11 (3), 238-254.
- Rodrigues, V. (2013). O mercado emissor chinês em Portugal: O caso do turismo de negócios (Dissertação de Mestrado). Universidade de Aveiro.
- Turismo de Portugal (2014). *China: Mercado em números - 2014* [pdf]. Recuperado de [http://www.turismodeportugal.pt/Português/ProTurismo/mercados/Documents/Mercado em números China \(2014\).pdf](http://www.turismodeportugal.pt/Português/ProTurismo/mercados/Documents/Mercado em números China (2014).pdf)
- UNWTO (2013). *Tourism Highlights 2013*. Madrid: UNWTO.
- UNWTO (2013b). *Understanding Chinese outbound tourism: what the Chinese blogosphere is saying about Europe*. Madrid: UNWTO.
- UNWTO (2016). *Tourism Highlights 2016*. Madrid: UNWTO.
- VFS. Global. (2016). Portugal Visa Information - China - Portuguese - Perguntas Frequentes. Recuperado de <http://www.vfsglobal.cn/Portugal/China/Portuguese/faqs.html>. Acedido a 21 de março de 2016.
- Xi, J. (2013). President Xi Jinping's address at the opening ceremony of "Tourism Year of China" in Russia (fulltext). Recuperado de <http://en.cnta.gov.cn/html/2013-6/2013-6-4-10-13-25919.html>. Acedido a 17 de fevereiro de 2015.
- Zhu, D., Xu, H., & Jiang, L. (2015). Behind buying: The Chinese gaze on European commodities. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 21 (3) 293-311.

# A ATUAL REALIDADE DAS RELAÇÕES ECONÓMICAS LUSO-CHINESAS E PERSPETIVAS FUTURAS

## 中葡经济关系的现状与未来展望

**Rui P. Pereira<sup>1</sup>**

Ministério da Economia

É para mim um enorme gosto intervir neste painel económico, no âmbito do Congresso Internacional “Diálogos Interculturais Portugal-China”, organizado pelo Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro, em parceria com diversos Departamentos desta Universidade.

Desde o restabelecimento de relações diplomáticas em 1979, é legítimo considerarmos que as relações económicas atravessam a fase mais dinâmica de sempre, bem evidenciada na frequência dos contactos oficiais e empresariais entre os dois países.

Em outubro de 2016, o Primeiro-Ministro português realizou uma visita oficial à R. P. da China (com passagens por Pequim, Xangai, Macau e Cantão), que se saldou por um assinalável sucesso, com uma agenda de contactos ao mais alto nível (político e empresarial), e que terá servido, sem dúvida, para consolidar o excelente momento atual das relações bilaterais luso-chinesas.

Não obstante as diferenças existentes entre os dois países, seja em termos culturais ou de dimensão (a população global de Portugal é inferior à de Pequim, por exemplo), ou ainda a distância geográfica, os últimos anos confirmam que

---

<sup>1</sup> Chefe de Divisão das Relações Internacionais na Direção-Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia. As opiniões expressas neste texto apenas vinculam o autor.

estas diferenças representam, ao mesmo tempo, grandes oportunidades, se forem devidamente aproveitadas.

A este respeito, importa ter presente que, não obstante algum abrandamento recente, a China continua a ser um mercado de grandes oportunidades para as empresas portuguesas, esperando-se que continue a crescer acima de 6% nos próximos anos, com consumidores cada vez mais exigentes e sofisticados.

A China evoluiu, assim, da 14.<sup>a</sup> para a 10.<sup>a</sup> posição como cliente das exportações portuguesas entre 2011 e 2015, o que é, sem dúvida, significativo.

Em 2016, de acordo com dados do INE, as exportações nacionais de bens para a R.P. da China elevaram-se a €677 milhões (-19,4% em relação ao ano anterior) e as importações situaram-se em €1,8 mil milhões (+2,4% face a 2015), com uma cobertura (das exportações pelas importações) de 37,2%. Neste ano, a China foi o 11.<sup>o</sup> cliente e o 7.<sup>o</sup> fornecedor de Portugal.

Os dados provisórios já conhecidos de 2017 (janeiro-setembro) apontam para um crescimento significativo do comércio bilateral em termos homólogos. As exportações portuguesas de bens cresceram 27,9%, tendo atingido €618 milhões, e as importações elevaram-se a €1,5 mil milhões (+13,6%). Neste período, a China voltou a ascender ao top-10 das exportações portuguesas (10.<sup>o</sup> cliente) e foi o 6.<sup>o</sup> fornecedor das nossas importações.

Quanto à composição das trocas comerciais de bens em 2016, destacam-se, nas *exportações*, os seguintes grupos de produtos: Material de Transporte (veículos automóveis), com 22% do total (forte descida face a 2015), Minérios e Metais (sobretudo matérias minerais e minérios), 19,6%, Madeira, Cortiça e Papel (sobretudo pasta de papel), 18,2%, Máquinas e Aparelhos (destaque para transformadores, cabos e aparelhos de distribuição de energia; aparelhos de som e imagem), 11,4%, e Agroalimentares (destaque para bebidas alcoólicas), 10,5%.

No período *janeiro-setembro de 2017*, a estrutura manteve-se inalterada, com o grupo Material de Transporte a liderar (representando 33,3% do total), seguindo-se Madeira, Cortiça e Papel (15,8%), Minérios e Metais (14,7%), Agroalimentares (11,8%) e Máquinas e Aparelhos (9,1%).

No que toca às *importações*, salientaram-se, em 2016, Máquinas e Aparelhos (destaque para aparelhos de som e imagem, cabos e aparelhos de distribuição de energia), 35,7%, Têxteis e Vestuário, 12,5%, Minérios e Metais (em particular ferro, aço e suas obras), 11,4%, Químicos (destaque para plásticos e outros petroquímicos), 11,1%, e Produtos Acabados Diversos (incluindo mobiliário, colchões e candeeiros), 10,9%.



De janeiro a setembro de 2017, manteve-se o predomínio de Máquinas e Aparelhos (35,9% do total), secundado por Têxteis e Vestuário (12,4%), Químicos (11%), Produtos Acabados Diversos (10,9%) e Minérios e Metais (10%).

No que respeita ao comércio bilateral de serviços, também deficitário para Portugal, no ano de 2016 as exportações portuguesas elevaram-se a €196 milhões, enquanto as importações originárias da China atingiram cerca de €259 milhões, com uma cobertura de 49,4%.

De acordo com os últimos dados disponíveis (2015), mais de 1.000 (1357) empresas portuguesas já se encontram a exportar para a China, o que é significativo, para um país da dimensão de Portugal.

Seja ao nível dos bens ou dos serviços, existe ainda margem de progressão com vista à sua intensificação e diversificação, sendo também muito importante desenvolverem-se esforços no sentido de se promover um maior equilíbrio do nosso comércio bilateral.

No entanto, mais do que no comércio, é no investimento bilateral que se registaram os desenvolvimentos mais significativos.

Atualmente, Portugal é o quinto maior destino do investimento direto oriundo da China, com valores acumulados que ultrapassam já os €12,5 mil milhões, após a aquisição de participações em empresas estratégicas como a EDP, REN, Galp (no Brasil), Fidelidade (e Hospital da Luz), bem como do grupo francês Veolia (tratamento de águas) e do BESI.

De notar que estes montantes não se encontram devidamente refletidos nas estatísticas oficiais nacionais, em virtude de grande parte das operações em causa ter sido concretizada em termos financeiros através de subsidiárias dos grupos chineses em países terceiros (nomeadamente, no Luxemburgo).

Considerando apenas o ano de 2014, o investimento chinês realizado em Portugal atingiu €1.839 milhões, equivalente a cerca de 1% do PIB português. Em montantes absolutos, ficámos atrás do Reino Unido, Itália e Holanda. No entanto, atendendo à dimensão da riqueza dos países em causa, a economia portuguesa foi a que absorveu o maior peso de capital chinês ao nível dos países da UE.

Portugal encontra-se, assim, no radar dos investidores chineses enquanto destino preferencial no espaço europeu, de acordo com o padrão seguido em países desenvolvidos, ou seja, privilegiando a entrada/tomadas de posição em capital de empresas pré-existentes, e não o investimento em projetos de raiz (*greenfield*).



Como tal, seria desejável que o investimento chinês em Portugal fosse também dirigido para a produção de bens e serviços transacionáveis, e manutenção e criação de novos postos de trabalho, contribuindo, desta forma, para o reforço da competitividade da nossa economia.

Para além do setor energético, *utilities*, banca, seguros, saúde e imobiliário, entre muitos outros com potencial, ao nível do transporte marítimo-portuário, tal como já foi referido em diversas ocasiões, Portugal manifesta o seu interesse em fazer parte da vertente marítima da “nova rota da seda”, nomeadamente tirando proveito da nossa posição estratégica entre a Europa e o Atlântico e do porto de águas profundas de Sines.

A localização geográfica estratégica do Porto de Sines, aliada à sua capacidade de expansão (através do seu terminal de contentores) e a possível criação de uma plataforma logística, fazendo de Sines uma porta de entrada privilegiada na Europa, tem merecido particular atenção por parte dos investidores e decisores políticos chineses.

De notar ainda o facto da China se constituir como o principal beneficiário do programa de Autorizações de Residência para Atividade de Investimento (ARI), também conhecido como “Vistos Gold”. Assim, dos 5.505 Vistos Gold atribuídos até novembro de 2017, 3.575 tiveram, como destinatários, cidadãos de origem chinesa.

Quanto ao Investimento Direto de Portugal na China, é ainda bastante modesto, sendo de destacar dois projetos relevantes no setor automóvel, ambos em Dalian (Grupo Salvador Caetano - em parceria com a empresa chinesa Brilliance criou uma unidade industrial para o fabrico de autocarros de transporte de passageiros em aeroportos; Grupo Sodecia - criou uma unidade industrial para fornecimento de componentes automóveis à sua cliente Volkswagen neste mercado), bem como outros investimentos nas áreas farmacêutica e cortiça, acrescendo a existência de representações comerciais em diversos setores.

## Perspetivas Futuras

Podemos considerar que, no plano do relacionamento económico bilateral com a China, avultam, como áreas de maior interesse, as energias renováveis e interligações energéticas; o setor financeiro; a cooperação marítima e ambiental; o apoio ao empreendedorismo e à inovação; o turismo; o setor agroalimentar; e a cooperação tripartida.

Como é sabido, o setor energético e o setor financeiro têm constituído o maior foco de investimento chinês em Portugal nos últimos anos, esperando-se a manutenção desta tendência no futuro, face à aposta chinesa nas renováveis e na internacionalização do RMB, entre outros fatores.

Existem boas perspetivas para a cooperação marítima e no domínio ambiental, nomeadamente em matéria de proteção do ambiente (mitigação da emissão de gases poluentes) e de gestão dos recursos hídricos.

No que toca ao apoio ao empreendedorismo, salienta-se a importante cooperação bilateral em curso no domínio das *startups*.

Em sequência do bem-sucedido evento “Startup Macau Forum” (outubro de 2016, com a presença do Primeiro-Ministro português), o objetivo é tirar partido do papel de plataforma de Macau para as startups portuguesas acederm ao mercado chinês, e Portugal servir igualmente de porta de entrada das startups chinesas no mercado alargado da União Europeia.

Como é sabido, Portugal tem estado na vanguarda europeia neste domínio, e é também por esse motivo que o nosso país foi selecionado para organizar a *Web Summit*, o maior evento tecnológico e de startups à escala global. Na segunda edição, realizada em novembro de 2017, estiveram presentes cerca de 60.000 participantes de aproximadamente 170 países, sendo ainda de destacar cerca de 1.400 investidores e 2.000 startups.

O turismo tem florescido em Portugal nos últimos anos, registando-se um aumento de 19% nas receitas entre janeiro e setembro de 2017.

Portugal afirma-se como um destino de qualidade, que quer receber cada vez melhor os visitantes da China. No período janeiro-setembro de 2017, o turismo chinês em Portugal aumentou 40% em termos homólogos, para o que também contribuiu a operação de voos diretos entre Portugal e a China, iniciada em julho do mesmo ano.

A captação de turistas chineses é um objetivo prioritário do Governo português, encontrando-se em curso diversas campanhas promocionais na R. P. da China com esse objetivo. Para além de estágios de profissionais chineses em Portugal e do aprofundamento de contactos entre operadores turísticos, Portugal tem estado a promover (conjuntamente com Espanha) o destino Península Ibérica na China.

No que respeita ao setor agroalimentar, para além do interesse chinês em investir em Portugal (nomeadamente, na zona do Alqueva), e da conclusão dos processos de habilitação das exportações portuguesas de produtos de origem

animal e vegetal para a China, destaca-se o projeto de criação de um Centro de Produtos dos Países de Língua Portuguesa (PLP) em Tianjin (Norte da China).

Tianjin, cidade portuária localizada a cerca de meia hora de distância de Pequim, e com um rápido desenvolvimento nos anos mais recentes, faz parte de uma das três maiores zonas económicas especiais da China, tendo sido lançada, em abril de 2015, a *Tianjin Pilot Free Trade Zone*.

A iniciativa de criação deste Centro de Produtos dos PLP, com enfoque nos agroalimentares (embora seja extensível a outros produtos), resulta de uma parceria estabelecida entre a Região Administrativa Especial de Macau (através da Associação de Exportadores e Importadores de Macau) e o município de Tianjin, tendo já obtido aval do Conselho de Estado da R.P. da China.

Com a entrada em funcionamento (desde junho de 2017) deste Centro de Produtos em Tianjin, Portugal constituiu-se como o primeiro país europeu a dispor de um centro de distribuição e logística na R.P. da China, com uma série de vantagens associadas (direitos aduaneiros reduzidos, estrutura logística com custos de transporte e de armazenamento, acesso privilegiado a canais de distribuição, incluindo plataformas online, centro de exposição), o que é, sem dúvida, significativo.

Para que Portugal tire o devido partido desta iniciativa, importará aferir a capacidade de resposta dos nossos produtores e exportadores, nomeadamente do ramo agroalimentar, face a uma procura que poderá ser muito superior aos padrões a que estamos habituados.

Uma última menção, para as potencialidades a explorar ao nível da cooperação empresarial luso-chinesa nos países de expressão portuguesa (em particular, na África Lusófona e em Timor).

O acordo celebrado entre a EDP e a China Three Gorges para a criação da empresa Hydroglobal, com vista ao desenvolvimento de projetos conjuntos nos mercados africanos (e também no continente sul-americano), constitui um excelente exemplo, a replicar nesta e noutras áreas/setores em que existam interesses complementares.

Esta colaboração poderá ser igualmente prosseguida no âmbito do Fórum de Macau, com a eventual apresentação de candidaturas conjuntas a projetos a desenvolver nos países lusófonos, para apoio do Fundo de Cooperação e Desenvolvimento do Fórum de Macau (com um montante global de mil milhões de USD).

Finalmente, a adesão de Portugal, enquanto Membro fundador, ao *Asian Infrastructure Investment Bank/AIIB* (sediado em Pequim), irá, por certo, proporcionar novas oportunidades de expansão do investimento português na China e em toda a Ásia.

Em outubro de 2017, realizou-se a primeira visita institucional ao AIIB, chefiada pelo Secretário de Estado da Internacionalização, Eurico Brilhante Dias, que se fez acompanhar de uma comitiva empresarial, para promoção de contactos e melhor conhecimento do modo de funcionamento desta instituição multilateral.

O atual momento das relações económicas permite-nos antecipar que estamos perante uma oportunidade estratégica de reforço do relacionamento entre os dois países.

Não deveremos ter complexos em assumir que Portugal é importante para a China, não apenas pelas suas vantagens intrínsecas, mas também pela sua localização geográfica estratégica, pela herança da sua presença em Macau e pela ligação ao mundo de expressão portuguesa.

Com uma conjugação e aproveitamento inteligente de todas as nossas valências, estaremos em condições de tirar maior partido das relações económicas com a China. Com mais exportações, mais investimento, mais parcerias empresariais, em benefício de um relacionamento que se pretende mais equilibrado e mutuamente vantajoso.

Versão original de fevereiro de 2017, revista e atualizada em dezembro.



# O SOCIALISMO CHINÊS PARA O SÉCULO XXI: O SONHO CHINÊS. A CHINA FORMOSA E A NOVA ROTA DA SEDA PARA A PAZ

## 二十一世纪的中国社会主义：中国梦-美丽中国与通往和平的新丝绸之路

**António dos Santos Queirós**

Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Centro de Filosofia. Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal China (CCDPCh)

### **I. A II Guerra Mundial e o nascimento da Nova Democracia na China**

O que significa uma heurística positiva em matéria de ciência política e filosofia das ciências? A elaboração de preposições não falsificáveis. No Museu Militar de Paris, no *Palais des Invalides*, e no setor dedicado à II Guerra Mundial, há um quadro trágico que regista o número e a nacionalidade das suas vítimas. No topo, a URSS, com 26 milhões de mortos. A China logo a seguir, com 12,6 milhões de mortos. A Alemanha e a Polónia partilham o mesmo número de 6 milhões mais 6 milhões de mortos. O Japão segue-os com 2,6 milhões. A Jugoslávia com 1, 5 milhões. As Filipinas com 1 milhão. A França com 580.000. A Roménia e a Grécia com 460.000 mais 460.000. A Itália com 444.500. O Reino Unido com 445.000. A Checoslováquia com 360.000. Os EUA com 340.000. A Holanda com 240.000. A Bélgica com 100.000. A Índia com 50.000. O Canadá com 45.000. A Austrália com 21.000. A Bulgária com 20.000. A Nova Zelândia com 18.000 fecha esta escala fatídica, que se aproxima dos 50 milhões de víti-

mas mortais, das quais mais de 30 milhões eram civis. As nações e os povos de todo o mundo deram a sua vida pela causa da liberdade e da soberania nacional, pelos ideais da democracia liberal ou socialista e pela esperança num mundo mais justo e pacífico. E falo das nações vencedoras e vencidas, pois a sorte da guerra abriu a todas elas o direito a escolher o regime económico e social e o tipo de democracia em que iriam construir um futuro comum.

## Os direitos humanos

Assim foi escrita e aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela ONU em 10 de Dezembro de 1948 (A/RES/217). Esboçada principalmente por J. P. Humphrey, do Canadá, teve no Dr. P.C. Chang, representante da República Popular da China (RPCh) e das posições dos países asiáticos, o principal mediador dos consensos estabelecidos nos seus 30 artigos. Devo aqui sublinhar que em nenhum dos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos se consagra o modelo de democracia liberal como o modelo ideal da democracia política. E tão pouco pode ser reduzida à questão das “liberdades políticas” formais. O que o seu Artigo 21.<sup>o</sup> prescreve é o caminho para a cidadania e para a diversidade dos regimes democráticos:

### Artigo 21<sup>o</sup>

1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte na direção dos negócios públicos do seu país, quer diretamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos.
2. Toda a pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país.
3. A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos: e deve exprimir-se através de eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto.

Todos os outros 29 artigos, que consagram os direitos democráticos fundamentais, como o direito ao trabalho e à proteção social, à igualdade perante a lei ou de género, possuem a mesma dimensão política e estão subordinados a dois imperativos éticos que a Declaração proclama o imperativo da dignidade e o imperativo da paz:

[...] o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

Essa dignidade será protegida através de “...um regime de direito, para que o homem não seja compelido, em supremo recurso, à revolta contra a tirania e a opressão”, e só será defendida com “...o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações”. Mas há naquela estatística, que mal conhecemos ou ignoramos, um sinal inquietante, de que carecemos de olhar o outro lado do mundo, na sua complexa diversidade e ultrapassar a visão etnocêntrica. Para que a nossa visão incompleta das coisas não se transforme em “verdade histórica” e em “pensamento único”. Há no pensamento político e económico ocidental um preconceito comum que atravessa a direita e a esquerda e a que se chama etnocentrismo, assim definido por um dos maiores antropólogos modernos, Jorge Dias:

Etnocentrismo é uma atitude emocionalmente condicionada que faz considerar e julgar outras sociedades pelos critérios originados pela própria cultura. É fácil ver que esta atitude leva ao desprezo e ao ódio de todas as espécies de vida que são diferentes daquela do observador. (Dias, 1961)

A historiografia que enforma a cultura a ocidente e a sua difusão multimédia e na comunicação social precisa pois de ser reescrita com as contribuições de todos os países e nações.

## **A China na II Guerra Mundial**

O segundo conflito mundial não foi o fruto da loucura de um ditador, dos sonhos de grandeza perdida de outro tirano e da vontade imperial de um terceiro. A guerra moderna é o resultado da concorrência económica e depois política, entre as oligarquias financeiras, económicas, políticas e militares, que se forjam na construção dos impérios, na corrupção das democracias e dos socialismos ou sobre os seus escombros.

Os financiadores de Hitler não foram apenas as poderosas famílias de Thyssen e Kirdoff, mas também empresas multinacionais alemãs, como a I.G. Farben e a A.E.G., onde o capital internacional, sobretudo norte-americano, investira fortemente, beneficiando das simpatias políticas pelo nazismo dos líderes de companhias e bancos como o JP Morgan, Dupont, Singer, GM e Sun



Oil, conspiradores contra o governo democrático de Roosevelt. E o próprio Deutsche Bank, segundo concluiu o “Relatório do OMGUS” (do Governo Militar dos EUA para Alemanha, em 1946/47). Ou como a Fiat em Itália. E os grandes conglomerados financeiros (*zaibatsu*), no Japão, controlados pelas famílias que os fundaram desde o século XIX. O conflito militar torna-se inevitável quando se esgotam os meios pacíficos de disputa dos mercados e os “interesses nacionais dos países” são invocados para justificar o recurso à violência do estado. As novas potências emergentes lutam para ocupar o espaço vital do mercado globalizado. Mas a origem da guerra é também a causa do seu fim anunciado, porque todos os conflitos militares impõem uma solução política.

China e Japão sofreram no século XIX dos mesmos “Tratados Infames”, impostos pelas potências ocidentais, que abriram as suas economias à concorrência dos produtos ocidentais e ao comércio do ópio, desorganizaram e arruinaram as suas economias agrárias e semifeudais.

A China, que no século XIX possuía um PIB oito vezes superior ao da Inglaterra, a potência industrial hegemónica na época, entrou no século XX com a sua economia agrária arruinada pelo roubo do chá praticado pelos ingleses, a abertura forçada dos portos ao comércio do ópio e das mercadorias estrangeiras, a soberania amputada nas concessões impostas pelas oito grandes potências e o regime imperial em decadência. Neste quadro, a revolução democrática de 1911, dirigida por Sun Yat-sen, proclamou como objetivo derrubar a monarquia absoluta da dinastia Qing e fundar uma República Democrática, resgatar a soberania nacional, pôr fim ao regime feudal de propriedade da terra e ao poder dos caudilhos militares, desenvolver a indústria e a economia capitalistas. Numa primeira fase, apenas a região do Tibete, onde o feudalismo religioso era mais forte, tentou proclamar a sua independência da nova república, mas ficou isolada, na China como perante a comunidade internacional. Na década seguinte e sobretudo após o período da I Guerra Mundial, as potências europeias e os EUA recuperaram todo o seu poder colonial, os caudilhos militares tomaram o controlo de vastas regiões do país, a China continuou a ser um país semifeudal e semicolonial e o governo democrático viu-se envolvido num confronto militar e numa guerra civil generalizados.

O partido Kuomintang, sob a liderança de Sun Yat-sen, congregou então todas as forças e classes progressistas da China, incluindo liberais e comunistas, a intelectualidade e a burguesia nacional. Os camponeses chineses despertaram da sua dominação milenar e, juntamente com os operários fabris das concessões

coloniais (onde se encontravam também inúmeras fábricas de capital Japonês), foram os protagonistas da grande revolução de 1924-1927.

Mas uma nova direção tomou conta do Kuomintang, quebrou a aliança nacional que este representava e instituiu na China um regime militar autoritário, passando a hostilizar e a perseguir os democratas e comunistas, suprimindo as liberdades democráticas nos territórios que controlava. No advento da II Guerra Mundial, a China era um país envolvido numa guerra civil generalizada, com os caudilhos militares a Norte, o governo do Kuomintang subordinado às potências estrangeiras e algumas regiões remotas onde tinha sido realizada a reforma agrária e instituídos os primeiros soviets.

A II Guerra Mundial desencadeia-se na Europa após o fracasso da “política de apaziguamento” do nazi-fascismo, que permitiu o esmagamento da República Espanhola, a anexação da Áustria e o desmembramento da Checoslováquia, já em 1938. Na China decorre um processo político semelhante, tendo o Japão como potência agressora. Em 18 de Setembro de 1931 o exército japonês, acantonado no Nordeste da China, iniciou uma campanha militar que lhe permitiu ocupar as províncias de Liaoning, Jiling e Heilongjiang, ricas em minerais e petróleo e ameaçar Xangai, criando a república fantoche do Manchukuo, com Pu Yu, o último herdeiro da dinastia Qing.

Através da mediação da Inglaterra e dos EUA o governo do Kuomintang, sediado em Nanquim, cedeu a soberania do Nordeste da China. Mas aqui se iniciou a II Guerra mundial. O Kuomintang dividiu-se e um exército de guerrilha unificado, incluindo comunistas e democratas, iniciou nessa região a guerra patriótica de resistência ao Japão.

Em 1935, e explorando a política de não resistência do Kuomintang, os militaristas japoneses passaram ao assalto de todo o norte da China, contando com a colaboração dos setores mais retrógrados da sociedade chinesa. Por todo o país se começou a elevar um clamor para a unidade nacional contra a agressão, pelo fim da guerra civil e a constituição de um Governo de Defesa Nacional e de um Exército Aliado anti-japonês, e pelo restabelecimento das liberdades democráticas em toda a nação. Em 7 de Julho de 1937, dois anos antes da ocupação da Polónia, as forças armadas japonesas avançaram sobre Pequim e Tianjin para conquistar toda a China. Uma vez mais, é necessário acertar o calendário da história da II Guerra Mundial.

O povo chinês passou à resistência e criou a Frente Única Nacional Anti-Japonesa. As potências ocidentais, na Europa como na China, prosseguiram

na sua política de cedências e apenas a URSS, que assinara com o Governo nacional da China um pacto de não-agressão, enviou em sua ajuda assessores militares e esquadrilhas aéreas voluntárias, recursos financeiros e materiais.

## **O contributo militar da China para a derrota do fascismo mundial**

Em finais de 1941 as forças armadas japonesas contavam com 2.100.000 mil efetivos nas forças terrestres e 300.000 nas forças navais.

Na sua ofensiva no Pacífico, contra os EUA e as colónias inglesas, o Japão lançou 400.000 soldados, deixando em reserva, para defesa do seu território, outros tantos. Para conquistar a China e enfrentar a resistência do seu povo, teve de concentrar neste país a maior parte dos seus soldados, um exército de 1.300.000 soldados.

Os invasores japoneses e as tropas que recrutaram localmente sofreram na China mais de 1.714.000 baixas, das quais 524.000 eram soldados japoneses. Aquando da rendição, em 2 de Setembro de 1945, 1.280.000 efetivos do exército japonês depuseram as armas, o que significa, que todas as reservas da nação japonesa foram sacrificadas na guerra contra a China e que a resistência do seu povo deu a maior contribuição estratégica para a vitória dos aliados na Ásia Pacífico. Sem essa resistência, o Japão poderia ter quadruplicado a sua capacidade militar nos outros teatros de guerra. O exército unificado da China teve ainda um papel determinante, com o britânico, na libertação da Birmânia (Myanmar) e no apoio à Frente Democrática da Coreia, na época liderada pelo seu Partido do Trabalho.

O Governo do Kuomintang nunca implantou nas regiões sob a sua autoridade um regime democrático e, sistematicamente, prosseguiu as suas campanhas militares para cercar e aniquilar as bases do Exército Popular de Libertação. Os seus líderes, ligados aos setores exportadores e financeiro, acumularam gigantescas fortunas de guerra, enquanto a inflação dos bens essenciais e dos impostos esmagava o povo. Em nenhuma região implementaram as medidas de reforma agrária. A sua estratégia de guerra convencional conduziu à perda das principais cidades e províncias da China, que caíram sucessivamente sob o domínio japonês.

A definição de uma estratégia militar de guerra popular prolongada, que englobava a combinação da estratégia operacional da guerra de guerrilhas e da guerra de movimento, levou à criação de bases de apoio anti-japonesas (que

em 1940 já englobavam 100 milhões de camponeses e se estenderiam por mais de um milhão de km<sup>2</sup>), onde foi instaurada uma administração democrática, diferente dos denominados soviéticos, segundo a regra dos três terços, isto é a representação nos órgãos de poder de um terço de representantes comunistas, outro terço para outros setores de esquerda e ainda um terceiro para os nacionalistas, onde a reforma agrária prosseguiu mas com a expropriação da terra substituída por uma política de redução das rendas e empréstimos aos camponeses, a propriedade empresarial e dos camponeses ricos respeitada. O Exército Popular de Libertação introduziu na estrutura militar o sistema dos comissários e instrutores políticos e a participação nas atividades produtivas, levantando em armas mais de dois milhões de milicianos e tropas locais e o seu quadro, que foi incorporando grandes unidades que desertavam do Kuomintang, chegaria ao 1.200.000 de efetivos.

O projeto de criação de um governo democrático de frente única, através da convocação de uma Conferência consultiva nacional, foi ganhando os setores intermédios da sociedade e deixou isolados os setores militaristas do Kuomintang e o seu líder Jiang Jieshi ou Chiang Kai-shek, que no seu livro *O Destino da China* proclamara a sua oposição não apenas a qualquer forma de socialismo mas também à democracia liberal.

Seguro da sua superioridade militar e do apoio das potências colonizadoras da China, agora já sob o signo da Guerra Fria, quebrou todos os acordos e compromissos e escolheu o caminho da guerra civil, mas levantou contra ele a nação chinesa e acabou derrotado.

A aliança política forjada na resistência contra o Japão e consolidada neste período levou à convocação da Conferência consultiva política do povo chinês em Pequim, entre 21 e 30 de Setembro de 1949, que, antes da constituição da Assembleia Popular Nacional eleita por sufrágio universal se assumiria as suas funções. A República Popular da China foi proclamada a 1 de Outubro, por Mao Tse Tung, o seu primeiro presidente.

A Nova Democracia, assumindo a forma de República Popular, nasceria na China sob direção do seu Partido Comunista, com duas singularidades que iriam alterar o modelo ortodoxo da revolução socialista: o seu regime político seria um regime pluralista, assente num sistema de consulta e partilha do poder, que a futura Constituição iria consignar. A China iria percorrer o seu próprio caminho para o socialismo.

## **II. A primeira etapa de transição para o socialismo de características chinesas**

### **Os partidos democráticos**

Podemos sistematizar o nascimento dos oito partidos democráticos, em três ciclos:

O período da primeira República de Sun Yat-sen: Em paralelo com a fundação do pequeno partido comunista em 1921, que se tornou progressivamente o maior da China, o Partido Zhi Gong remonta a 1920 e integra sobretudo chineses que retornaram ao país, contando atualmente com 48.000 membros; o Partido Democrático Camponês e Operário da China, teve origem em 1930, já no período de transformação da República e do partido que a fundou, o Kuomintang, num regime antiliberal e numa força política anticomunista (os comunistas aderiram ao Kuomintang na sua fase democrática), conta hoje com 145.000 inscritos, representando quadros e trabalhadores intelectuais

O período posterior, da Guerra de Resistência à Agressão Japonesa, que conduziu a uma trégua e a uma aliança temporária entre o Kuomintang e o PCCh, permitiu o nascimento da Liga Democrática da China, em 1941, atualmente um núcleo de 282.000 intelectuais do sector educativo e cultural e da Associação da Construção Democrática da China, em 1945; hoje, com 156.808 aderentes, e composto por empresários e quadros empresariais, que é o maior dos partidos democráticos.

A Guerra Civil que se seguiu à derrota japonesa, separou de novo o campo nacional e democrático das forças que representavam a velha sociedade dos senhores da guerra, militaristas e exportadores ligados às potências coloniais, conduzindo a duas cisões no seio do Kuomintang, com a criação da Liga para a Democracia e Autonomia de Taiwan, fundada em 1947 por personalidades nascidas naquela ilha, hoje com 3.000 membros; e à fundação do Comité Revolucionário do Partido Komingtang da China, atualmente com cerca de 127.930 membros, fundado em 1948, que tem como seu principal objetivo a reunificação do país. Anteriormente, a Associação de Fomento da Democracia da China, com 170.000 membros, foi fundada em 1945 e a Sociedade de Três de Setembro, nascida em 1946, inclui hoje 167.218 aderentes; em conjunto, representam sobretudo quadros técnicos e outros trabalhadores qualificados, de todos os setores, completando o sistema multipartidário chinês, que fundou a República Popular da China e permaneceu até à atualidade inscrito na

Constituição da sua República Popular. Os presidentes dos comitês centrais dos oito partidos democráticos são regularmente eleitos vice-presidentes do Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional ou da Comissão Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês.

### **A falácia do estado comunista**

A Guerra Fria trouxe consigo não apenas a heurística do medo das armas nucleares, justificativa do “equilíbrio do terror” e da sua produção em massa e aperfeiçoamento mortífero, mas um novo campo de batalha, o do confronto ideológico absoluto, que invadiu todos os domínios sociais, declarando que em nenhum lugar a neutralidade seria salva, e assim sendo, mobilizou igrejas e universidades, não poupou nem a ciência nem as artes e, sobretudo, monopolizou a comunicação social moderna.

O conceito de “estado comunista” é um produto dessa guerra sem tréguas nem limites, completamente estranho à doutrina marxista, qualquer que seja a sua tendência e desenvolvimento. Marx preconizou a construção de uma nova ordem social comunista sem necessidade de um aparelho coercivo dos cidadãos, ou de uma classe sobre as outras. Para tanto, e tirando lições da insurreição da Comuna de Paris (1871), teorizou um novo sistema de poder transitório, a Comuna, com os líderes eleitos e permanentemente renováveis em assembleias populares, sem estatuto de privilégio, servido pela força militar já não de um exército de caserna, profissional, mas pelo conjunto dos cidadãos que tomam armas para defender os seus ideais. Nas revoluções russas de 1917 e 1918 surgiram espontaneamente essas assembleias populares, mas agora num novo contexto político. A Revolução Proletária Soviética, de Outubro de 1918, conduzida pelos bolcheviques, foi a primeira revolução que criou, de forma permanente e através de amplas assembleias, novas estruturas de poder, controlados pela “vanguardas operárias politizadas” e pelos seus intelectuais orgânicos, oriundos da classe média, os denominados soviets, que, como Marx assinalou, emergiram espontaneamente na Comuna de Paris e tomaram então a forma de comitês de representantes eleitos diretamente e universalmente pelo sufrágio popular direto.

Durante o período da revolução democrática na China, o lugar da classe operária foi substituído pela grande massa dos camponeses, e os primeiros soviets chineses surgiram nas zonas rurais controladas pelo exército vermelho,

como os instrumentos embrionários de um novo estado que visava realizar a Reforma Agrária da China semifeudal e dos caudilhos militares proprietários de vastos latifúndios. Começava a nascer o socialismo de características chinesas, que Mao teorizou como uma longa marcha por etapas, a Nova Democracia fundada pela República Popular da China, a utopia comunista universal (a extinção do estado com o advento do comunismo mundial) como ideário, com o fim de qualquer tipo de estado opressor, mas não como regime a instituir de imediato, esse seria o do “socialismo com características chinesas”, adaptado às condições históricas deste vasto país com 56 nacionalidades, berço das primeiras civilizações da humanidade, desde há quatro mil anos. Na Constituição chinesa o socialismo é definido constitucionalmente como um período longo e faseado onde

... o Estado persiste no sistema económico fundamental, tendo por principal a propriedade pública com o desenvolvimento conjunto da economia de propriedades diversificadas, e no sistema de distribuição tendo por principal “a cada um segundo o seu trabalho” com a coexistência de meios diversificados de distribuição.

Esse caminho conduziu a fracassos e vitórias, e a diversas fases de desenvolvimento que permitiram elaborar o conceito de “economia socialista de mercado”, questão mal estudada a ocidente, e baralhar o pensamento dogmático, como o princípio político “um país, dois sistemas”, aplicado à transição de Hong Kong e Macau, até ao período atual de reforma e abertura e agora de transição ecológica da economia, com a inscrição nos próprios estatutos do PCCh dos princípios de defesa do ambiente.

Sumariemos os princípios que configuram o conceito de *governance* política da economia socialista de mercado, cuja base económica antes citámos diretamente da própria Constituição, a propósito do papel da propriedade coletiva e da iniciativa privada: o governo pretende que o mercado decida, mas não lhe concede todo o poder. O governo assegurará a estabilidade da macroeconomia. Continuará a prestar os serviços públicos. Defenderá a justa competência no mercado. Procederá à supervisão do mercado. Manterá um mercado ordenado. Promoverá o desenvolvimento sustentável. Intervirá quando o mercado falhar.

### III. A Filosofia Política da Nova China

#### A Coexistência Pacífica. A China Formosa. O Sonho Chinês

Ainda em plena Guerra Fria, a RPCCh elaborou uma nova estratégia para a paz mundial, uma “grande estratégia”, na asserção das ciências políticas e militares. Que engloba uma estratégia nacional, assente já não apenas na prosperidade geral da nação, mas na transição ecológica da economia e das comunidades, recuperando o património natural da China, “A China Formosa”. Nação entendida aqui já não na oposição de classes mas na harmonização dos seus interesses através do sistema da economia socialista de mercado e do “império da lei”, mas de modo a aproximar a cidade do campo, nivelar as 56 nacionalidades e a elevar o nível de bem estar das classes populares, limitando o poder e aumentando o contributo social dos novos milionários e da camada superior da classe média, através da fiscalidade e, sobretudo, da permanência do controle do estado no setores fundamentais da economia e do capital financeiro, da sacralização da propriedade da terra, cujo usufruto é partilhado e mesmo mercantilizado, mas não pode ser apropriada pelos interesses individuais, enquanto símbolo de uma cultura cinco vezes milenar e na correção das disfunções e crises do mercado. Realizando “O Sonho Chinês” da plena soberania nacional, que inclui obviamente o Tibete, Hong Kong e Macau e a reintegração pacífica de Taiwan, e o respeito do mundo, acompanhados com o acesso aos bens da civilização para todo o povo chinês, numa lógica de cooperação e partilha internacional assente nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica: igualdade, reciprocidade, benefício mútuo, não ingerência e resolução pacífica dos diferendos. Uma estratégia militar de autodefesa, que recusa e se opõe à hegemonia, às políticas intervencionistas, à corrida ao armamento ofensivo e às alianças militares e determina a integração do poder político e militar, sob a direção daquele. E uma estratégia operacional de cooperação internacional que recusa a subalternização da ONU, preconiza a aplicação integral da sua Carta e a passagem para esta instância internacional da mediação e decisões sobre todos os conflitos<sup>1</sup>.

O principal contributo do Partido Comunista Chinês (PCCCh) para fundar o denominado regime de “democracia popular”, com base na democracia econó-

<sup>1</sup> Sobre a política militar da China e os conceitos fundamentais das ciências militares que a enquadram, recomendamos na Bibliografia os excelentes trabalhos do Tenente-Coronel António Carriço, nomeadamente, *People's Republic of China Defense White Papers (1998-2010)*.



mica e tendo em conta a Declaração Universal dos Direitos do Homem, muito citada mas pouco conhecida nos seus 30 artigos, foi na época a distribuição aos 500 milhões de camponeses da posse da terra, que tornaram agricultável ao longo de quatro mil anos de civilização (Declaração Universal dos Direitos Humanos, Artigo 17.º: Toda a pessoa, individual ou coletivamente, tem direito à propriedade) e tê-los libertado do flagelo dos senhores da guerra, e conquistado a paz, a coexistência pacífica entre 56 nacionalidades, instrução, cuidados primários de saúde e assistência social básica, tal como o direito generalizado ao trabalho. A população, que era de 542 milhões, cresceu para quase 1.400 milhões de cidadãos. A esperança de vida passou de 36,5 para 74,5 anos. O rendimento *per capita* elevou-se de 51 dólares para 6.500 USD, o equivalente a dois terços dos EUA, mas o *Purchasing Power Parity* ( Paridade do Poder de Compra) supera o daquele país, que desde o século XIX liderava o ranking mundial. Em 1979 os impostos e taxas dos camponeses correspondiam a 41% da receita fiscal. Caíram, à medida que se desenvolviam a indústria e os serviços, para 1% do total da receita fiscal no ano de 2003. A partir de 2006, as *Foreing-exange reserves*, anteriormente inexistentes, elevaram-se até 3,2 “triliões” de dólares, as maiores do mundo. O número de estudantes no ensino superior passou de 112.000 para mais de 5 milhões em cada ano letivo. E inclui 400.000 estudantes de outros países. E 460 000 a estudar no estrangeiro. O analfabetismo, que atingia 80% da população, desceu abaixo de 4% e o ensino obrigatório de 9 anos (passará a 12 anos) apresenta uma taxa de cobertura de 99,7%. O ensino básico e secundário abrange hoje 206 milhões de jovens. A mortalidade infantil caiu de 1.500 para 15,6 por 100.000 nascimentos. As 56 nacionalidades da China vêm a sua autonomia política respeitada, não apenas na preservação e ensino da sua língua e cultura, como através da eleição dos seus próprios representantes. E, ao contrário do que se divulga na opinião pública, a educação, os serviços de saúde, o apoio aos deficientes e aos direitos femininos, o respeito e cuidado com os mais velhos, são parte integrante dos direitos constitucionais e sociais generalizados sobretudo nos últimos 40 anos de República Popular<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Introduzimos na bibliografia em anexo uma obra selecionada da vasta produção literária de Mo Yan, Prémio Nobel da Literatura em 2012 e “escritor inconformista”, cuja tradução em português poderia ser “A Dura Lei do Karma”, porque constitui uma narrativa que cobre todo o período que vai da reforma agrária na Nova China até ao processo de Reforma, e Abertura, desenvolvida a partir de uma pequena aldeia e do destino de um núcleo restrito das suas famílias camponeses. Como testemunho do processo inicial dessa mudança

Em tese, concluímos: não existe um caminho único para a democracia e é um direito inalienável de cada nação escolher esse caminho. Cabe-os a nós cidadãos não alienados escrutinar essas democracias (liberal e socialista), à luz do pensamento político mais avançado da nossa época, o que consignou os 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e elaborou a crítica da Filosofia Ambiental e da sua Ética à ideologia liberal e à ideologia socialista, a crítica aos fundamentos da cultura moderna assente no antropocentrismo e ao etnocentrismo.

### **O “experimentalismo chinês” ou ainda o problema da nossa própria visão eurocêntrica?**

É comum, mesmo na academia, catalogar o pensamento político, a filosofia política contemporânea da China como pragmática, isto é, sem princípios e experimentalista, isto é, sem plano estratégico, como se os pensadores chineses não soubessem de onde vêm e para onde querem ir. Erro grosseiro, do nosso desconhecimento ou preconceito. É por ter sido vítima da política imperialista das potências democráticas, que a intelectualidade chinesa questiona as democracias liberais. É por terem construído a sua própria estratégia política e militar na guerra de resistência ao Japão, e no caminho da democracia e do socialismo, que entraram em confronto com a III Internacional dirigida pelos soviéticos e confrontaram as práticas sem princípios, autoritárias e imperialistas dos novos líderes da URSS pós-Estaline.

Mais recentemente, e partindo das escolas de pensamento anglo-saxónico, surgiram tentativas de catalogar as múltiplas correntes ideológicas que coexistem na China, a partir de categorias que carecem de demonstração científica e desprezam a análise crítica do pensamento político elaborado no seio da maior organização partidária que o mundo já conheceu: o Partido Comunista da China, com os seus 84 milhões de militantes. Por essa razão, faremos o caminho inverso, partiremos da filosofia política sucessivamente reelaborada pelos teóricos do partido, que agora já não são os mandarins do imperador,

---

e do seu impacto no quotidiano do povo chinês, aconselhamos ainda o leitor crítico a percorrer o caminho que o escritor Jaime Roseira fez na China durante oitenta dias, relatado três anos após, no seu livro *Eu subi à Grande Muralha* (1988), crónica de viajantes, sem proselitismo nem pré-conceitos, que constitui além disso um vasto fresco realista sobre o mundo rural chinês e a sua paisagem cultural (agricultada), pontuado por reflexões políticas, poéticas e filosóficas, de quem se empenha em desvendar a China para o nosso desconhecimento e etnocentrismo.

mas os próprios líderes. Seguiremos primeiro o caminho chinês: Que cem flores desabrochem e cem escolas rivalizem! E chegaremos depois aos *Chinese think-tankers and political theorists*, procurando avaliar a sua expressão social e dimensão orgânica.

### **Que cem flores desabrochem e cem escolas rivalizem**

Dos sucessos e fracassos do período maoista e ainda com o contributo deste líder para conter os radicais da Revolução Cultural, surgiu uma estratégia a cem anos para reunificar o país, modernizar a sua economia e garantir a paz mundial, assente na convicção de que nenhum país se pode hoje desenvolver á margem do mercado mundial, incorporando a defesa de uma nova ordem internacional assente, não no confronto da Guerra Fria, mas nos cinco princípios da coexistência pacífica<sup>3</sup>. Chu En-Lai e Deng Xiaoping, o Pensamento de Deng Xiaoping de Abertura e Reforma, teorizaram essa visão estratégica, mas sem abandonar os denominados 4 princípios cardeais, que aqui citamos na tradução oficial:

We must keep to the socialist road; We must uphold the dictatorship of the proletariat; We must uphold the leadership of the Communist Party; We must uphold Marxism-Leninism-Mao Zedong Thought.

### **Thought of Three Represents**

Jiang Zemin formulou a *Thought of Three Represents*, na 4.<sup>a</sup> reunião plenária do Comité Central do PCCh (1998), debatida e desenvolvida pelo 16.º Congresso do partido (2002). De novo a reafirmação desses princípios, mas também a abertura do partido, que se reclama das classes trabalhadoras, ao povo chinês, incluindo a nova classe de empresários “patriotas” e à nação chinesa, com as suas 56 diferentes nacionalidades:

The Communist Party of China is the vanguard both of the Chinese working class and of the Chinese people and the Chinese nation. Marxism-Leninism

---

<sup>3</sup> Os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica (1954): 1) respeito mútuo da soberania e integridade nacional, 2) não-agressão, 3) não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro, 4) igualdade e benefícios recíprocos e 5) coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes. Adotados pelo Movimento dos Países Não-Alinhados (1961).

are correct and have tremendous vitality, that the highest ideal of communism pursued by Chinese Communists can be realized only when the socialist society is fully developed and very advanced, and that the development and improvement of the socialist system is a long historical process.

Enfatizando ainda que, só representando, simultaneamente, as forças mais avançadas da economia, isto é, do mercado socialista aberto e internacionalizado, respeitando as suas leis económicas próprias, incorporando no pensamento político os avanços da ciência – e neste ponto, se colocou a necessidade de mudar o paradigma de desenvolvimento para a transição ecológica da economia e para a sua sustentabilidade ambiental, e, finalmente, terceira representação, correspondendo aos interesses e aspirações da grande massa popular – educação, saúde, habitação, segurança social, acesso aos modernos bens da civilização turismo cultural, cultura cibernética, etc, a economia privada e pública passaram a reorientar-se também para desenvolver o mercado interno. A *Xiaokang* sociedade de Yang Zemin não é um *slogan* geral, tem um conteúdo concreto. Os partidos democráticos e as confederações empresariais foram chamados a consulta e debate...

Parties to Cooperate with CPC for Nation's Xiaokang, to strive for a *xiaokang* society – one that is well-off both materially and socially – and the early reunification of the motherland.

Nation's chamber of commerce, promised to help private enterprise improve quality, establish modern corporate systems, introduce advanced management and upgrade innovation capabilities.

... que subiu à Assembleia Nacional Popular e se desenvolveu nas estruturas da Conferência Política Consultiva do Povo Chinês:

The strategic objectives of economic and social development at the new stage in the new century are to consolidate and develop the well-off standard of living initially attained, bring China into a well-off society of a higher level to the benefit of well over one billion people by the time of the Party's centenary and bring the per capita GDP up to the level of moderately developed countries and realize modernization in the main by the time of the centenary of the People's Republic of China.

...A line to unify thinking, unify actions and unswervingly persist in doing so for a long time...raise its ability to resist corruption, prevent degeneration and withstand risks, constantly strengthen its class foundation, expand its mass base and enhance its creativity, cohesion and combat effectiveness.

Vale a pena determo-nos aqui um pouco sob a ênfase na unidade e na resistência a todo o tipo de corrupção.

### **Como a China enfrentou o problema das dissidências internas**

Depois de conhecermos a história e a trajetória política dos diferentes partidos na China da Frente Única, organizada contra a invasão japonesa, podemos reconhecer, desde os primórdios da República Popular, a sua opção por outro tipo de democracia e a procura dominante da resolução pacífica das contradições de classe no período do socialismo, mesmo que a denominada “revolução cultural”, dirigida pelo próprio Mao contra a direção do seu partido (a sua palavra de ordem central era: “fogo contra o quartel-general”), se lhe tenha querido opor e fracassado. Provavelmente, depois de conhecido melhor o balanço deste período, comparado com o conflito de Tiananmen, onde a origem do confronto resultou da passagem para o exterior e para o meio estudantil de Pequim das divergências internas no topo do partido, concluiremos que provocou incommensuravelmente mais danos e sofrimento que a repressão da Paz Celestial (Tiananmen) em 1989 (400 a 800 mortos, segundo o maior jornal americano<sup>4</sup>, e que as suas principais vítimas foram os militantes comunistas de longa data.

É no entanto forçoso distinguir aquela fase de confusão e conflito na vida da nação chinesa, do trágico insucesso da iniciativa maoísta do “Grande Salto em Frente”, onde a coletivização e industrialização voluntaristas, às quais faltavam base científica e técnica, foram aplicadas sem o recurso à violência, sendo que conduziram ao fracasso, à desorganização da economia chinesa e a grandes privações do seu povo. A ascensão das novas lideranças do PCCh realizou-se sem derramamento de sangue dos seus adversários internos, consolidando a tradição do Partido de privilegiar a reabilitação dos seus membros e a sua reintegração social com plenos direitos. Regressemos ao 16.º Congresso do PCCh (2002) que elegeu a nova direção liderada por Hu Jintao e aprovou a sua contribuição político-filosófica para o novo passo do socialismo com características chinesas.

---

<sup>4</sup> *A Reassessment of How Many Died In the Military Crackdown in Beijing* By Nicholas D. Kristof, Special to The New York Times Published: June 21, 1989.

## Scientific Outlook on Development

Começemos por citar as resoluções do Congresso:

The principal contradiction in Chinese society is one between the ever-growing material and cultural needs of the people and the low level of production. Owing to both domestic circumstances and foreign influences, class struggle will continue to exist within a certain scope for a long time and may possibly grow acute under certain conditions, but it is no longer the principal contradiction. In building socialism Puts people first and calls for comprehensive, balanced and sustainable development.

Consolidava-se a orientação política para resolver de forma pacífica as divergências internas no seio do PCCh, mas também as contradições de classe na sociedade, que resultam do desenvolvimento do setor privado da economia, da ascensão de 2,7 milhões de milionários, da retirada da pobreza de 800 milhões e do crescimento da classe média (600 a 700 M), mas mantendo-se uma grande diferença entre os níveis de vida do campo e da cidade. Em simultâneo, inicia-se o caminho (2003), sob a consigna “A China Formosa”, que conduzirá ao conceito de “socialismo ecológico” como novo paradigma do processo de Reforma e Abertura, depois de quase duas décadas de industrialização massiva e crescente poluição, já no 18.º Congresso (2012), onde, fato histórico na evolução doutrinária dos partidos comunistas, os estatutos e programa do PCCh são renovados para acolher, ao lado das contribuições dos ideólogos socialistas, os princípios da filosofia e da ética ambientais, sob proposta do novo líder Xi Jinping:

The Party must promote all-around economic, political, cultural, social, and ecological progress in accordance with the overall plan for the cause of socialism with Chinese characteristics. In leading the cause of socialism, the Communist Party of China must persist in taking economic development as the central task, making all other work subordinate to and serve this central task. The Party must lose no time in speeding up development, implement the strategy of rejuvenating the country through science and education, the strategy of strengthening the nation with trained personnel and the strategy of sustainable development, and give full play to the role of science and technology as the primary productive force...The Party works

to balance urban and rural development, development among regions, economic and social development, relations between man and nature, and domestic development and opening to the outside world; adjust the economic structure, and transform the growth model. The Communist Party of China leads the people in building a harmonious socialist society. In accordance with the general requirements for democracy and the rule of law, equity and justice, honesty and fraternity, vigor and vitality, stability and order, and harmony between man and nature and the principle of all the people building and sharing a harmonious socialist society.

Mas como harmonizar a diferenciação de novas classes e reverter em favor do bem-estar geral a riqueza que se concentra nalguns segmentos sociais, nas cidades, municípios e províncias de economia aberta? É altura para abrir dois novos temas de reflexão: Aprofundar a consigna “O Sonho Chinês”. E analisar o papel da Assembleia Nacional Popular e da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, os órgãos do estado de “democracia popular”.

O que significa uma heurística negativa em matéria de ciência política e filosofia das ciências? Afastar do nosso caminho de investigação tudo o que é a babugem da luta ideológica sem princípios, o pesado véu da nossa própria ignorância e preconceito etnocêntrico, “os sete véus da consciência”, ou serão setecentos? Aqui analisaremos brevemente questões como o Partido único, a alternância democrática, o monolitismo e o pluralismo ideológico, a hegemonia do PCCh e das oligarquias ocultas, como referenciais de uma reflexão comparada entre os regimes democráticos a ocidente e a oriente.

## **O Sonho Chinês**

A terceira sessão plenária do 18.<sup>o</sup> Comité Central eleito em 2012 é conhecida por definir políticas econômicas e lançar reformas políticas do novo governo, e pela sistemática a que procedeu acerca do Sonho Chinês, por contraste com o Sonho Americano: combinar o espírito da nação com o patriotismo como núcleo e o espírito dos tempos com a reforma e a inovação como núcleo. O ressurgimento da nação chinesa é o seu maior sonho na história moderna. O sonho chinês é o sonho do povo. Devemos torná-lo realidade apondo-nos estreitamente no povo e criando benefícios para o povo. O povo aspira a melhor educação, a um emprego mais estável, um aumento dos seus rendimentos, uma segurança social mais ampla, melhores serviços médicos e sanitários, melhores condições

de habitação, assim como um melhor meio ambiente. Completar a construção de uma sociedade moderadamente desenvolvida e fazer da China um país socialista moderno, que seja próspero, democrático, avançado culturalmente e harmonioso. Um crescimento económico sustentável e de alta qualidade. Promover a paz e o desenvolvimento internacional, recusar o hegemonismo<sup>5</sup>. Tal é a síntese e o discurso do PCChina.

### **A Assembleia Nacional Popular**

Vimos já como a tradição do socialismo chinês é a do pluralismo partidário, fruto das condições históricas da China – a ocupação japonesa e a evolução autoritária do Kuomintang e que os oito partidos democráticos nasceram em três ciclos que datam de há 90, 80 e 70 anos e foram ativos fundadores da RPCh segundo os princípios vertidos na sua Constituição. Mas qual é a sua influência real na sociedade chinesa? A resposta mais frequente é que na prática o PCCh manda em tudo e a prova empírica é que desde 1949 detém o governo e controla a comunicação social e agora as redes sociais, reconhecendo-se embora, que, no campo da economia, o setor privado e misto têm vindo a ser desenvolvidos pelo processo de Reforma e Abertura. Apliquemos o mesmo critério às democracias liberais: Os regimes democráticos a ocidente, mesmo nos casos do pluripartidarismo constitucional, evoluíram até à crise financeira de 2007/2008, em todo o mundo, para um sistema de poder monopolizado pela oligarquia de dois partidos, sendo frequente a transferência de quadros e dirigentes entre ambos, e a troca de cadeiras dos ministros e altos funcionários entre os governos e as grandes empresas e bancos que antes tutelavam, sem escândalo social. No Japão americanizado pós 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, e onde vigora o sistema bipartidário importado deste país, o fenómeno de corrupção da democracia política, por subordinação ao capital financeiro e societário, deu origem ao conceito de *amakurady*, que significa literalmente “alcançar o Paraíso” e foi decisivo para que o Partido do Liberal Democrata governasse o Japão ininterruptamente desde 1955 a 2009, monopolizando o poder durante

---

<sup>5</sup> Para olhar de perto a China eterna, as suas paisagens humanizadas e espiritualizadas, a diversidade das suas comunidades, para visualizar a história e um património milenar, aflorar a obra de grandes poetas desconhecidos a ocidente, os livros de António Graça de Abreu constituem um testemunho único, que se questiona a si próprio e proporciona aos seus leitores uma viagem completa por “Toda a China”, um dos títulos que recomendamos em anexo e que contém indicações sobre todas as obras que publicou.



54 anos, um período superior à ditadura de Salazar em Portugal. E nos EUA institucionalizou-se com a legalização dos *lobbies* político-económicos, que compram e vendem influências e mobilizam os formidáveis recursos financeiros exigidos para as campanhas eleitorais.

Como fundamental, no processo manipulação da democracia, é o controlo da comunicação social, veja-se o caso da ascensão de Berlusconi na Itália; a privatização da comunicação social, inicialmente nas mãos do estado, devido aos elevados níveis de investimento nas suas infraestruturas, tem conduzido sempre à concentração e ao predomínio de um punhado de grandes grupos deste sector. O cinema, depois de ter nascido como a sétima arte, tem evoluído sob a hegemonia de Hollywood, e como difusor da visão americana do mundo, embora aqui persistam nichos de mercado e mesmo produtores e realizadores independentes, que asseguram uma presença nos principais mercados e festivais, mesmo que claramente minoritária.

Analisemos então como funciona a democracia popular na China, agora que conhecemos as suas origens e o processo da sua fundação e o papel histórico do PCCh. A Assembleia (ou Congresso) Nacional Popular é o órgão do poder supremo na China. Todos os cidadãos maiores de 18 anos têm o direito de eleger (e ser eleito) o seu representante ao Congresso Nacional Popular. Na China, os representantes da assembleia popular aos níveis de aldeia e distrito são eleitos diretamente. Os representantes aos níveis mais altos são eleitos indiretamente. A Assembleia Nacional Popular é composta por representantes eleitos em todas as províncias, regiões autónomas, municípios e no exército. Os Congressos populares dos níveis superiores têm o mandato de cinco anos e os restantes de três anos.

Politically, the CPC is the ruling party and the leading core of the cause of socialism with Chinese characteristics. The NPC is the organ of state power.

As funções básicas da Assembleia Nacional Popular da China incluem a elaboração e aprovação do programa nacional de desenvolvimento económico e social, cabendo-lhe, além do poder legislativo, eleger ou demitir as principais lideranças chinesas, tais como, o presidente do país, o Comitê Permanente da Assembleia Nacional Popular (161 membros da lista de 174 apresentada a sufrágio, em 2012), o primeiro-ministro e o Conselho de Estado, o presidente e o vice-presidente do Supremo Tribunal Popular, tal como eleger o Presidente e os membros da Comissão Militar Central, facto que simboliza a subordinação

do poder militar ao poder político e do poder do Comité Central do PCCh à vontade política da ANP. A tradição chinesa de liderança política pelos comissários dos Corpos das Forças Armadas e esta arquitetura constitucional, são causas fundamentais que impediram a militarização do regime, como aconteceria na Coreia do Norte ou no Camboja dos Kmers vermelhos de Pol Pot<sup>6</sup>. Os 3.000 deputados eleitos para a Assembleia Popular Nacional (APN, 2012) da China, por sua vez e por voto secreto, elegeram o presidente e oito membros do partido comunista para vice-presidentes e outros cinco vice-presidentes representando os partidos democráticos: Chen Changzhi (ANCDCh), Yan Junqi (APDCh/F), Wan Exiang (KMT, TPS), Zhang Baowen (LDCh) e Chen Zhu (PDCOCh/ex-Ministro da Saúde). Destes números resulta uma situação de hegemonia do PCCh mas não de exclusividade e arbitrariedade de poder. Ele é partilhado e a proporção de 5 em 13 tem peso político. Esta relação percorre toda a estrutura das Assembleias Populares, que se organiza segundo a divisão administrativa da República Popular da China, apresentando três níveis principais (Artigo 30.º da Constituição): 1.º O país divide-se em províncias, regiões autónomas e municipalidades directamente dependentes do Governo Central; 2.º As províncias e as regiões autónomas dividem-se em municípios autónomos, distritos, distritos autónomos e cidades; 3.º Os distritos e os distritos autónomos dividem-se em cantões, cantões de nacionalidades e vilas. No 3.º nível as eleições são directas e permitem constituir as Assembleias também chamadas Congressos Populares, com a participação de todos os cidadãos maiores de 18 anos. Aquelas, compostas pelos delegados eleitos, elegem os seus mandatários aos níveis superiores do Estado, que por sua vez escolhem os respectivos governos. No topo, a Assembleia Nacional Popular, que equivale à nossa Assembleia da República, mas, diferentemente do nosso país, elege também a Presidência da República e do Supremo Tribunal, tal como a Comissão Militar Central. A China introduziu no seu sistema político uma limitação constitucional à eleição para os mais altos cargos do estado a dois mandatos de 5 anos consecutivos, a fim de combater o risco de constituição de grupos de interesses, medida que tem um alcance universal face à história recente do culto da personalidade nos regimes socialistas e à constituição de oligarcas e oligarquias inamovíveis, de dois partidos gémeos, nas democracias liberais. Existe igualmente na China uma forma de democracia direta, que é a eleição dos conselhos de aldeia, generalizada a partir

<sup>6</sup> Sobre o papel dos militares na preparação do processo de Abertura e Reforma, ver Ewan Al Feigenbaum (2003). *China's Techno-Warriors*. Stanford. Cal: Stanford University Press.

da década de 80 e, depois de 1998, aberta a candidatos independentes, envolvendo à época 700 milhões de camponeses da China. As 56 nacionalidades da China veem a sua autonomia política respeitada, não apenas na preservação e ensino da sua língua e cultura, como através da eleição dos seus próprios representantes. Politicamente, o PCCh é o partido do governo e o núcleo principal da causa do socialismo com características chinesas; a ANP é o órgão do poder do estado. Esta é a mensagem que nos chega da República Popular da China.

### **A Conferência Nacional Consultiva do Povo Chinês**

É um órgão consultivo do estado de caráter original, o qual, nascido da frente única que derrotou o Japão e venceu os exércitos do Kuomintang apoiados pelas antigas potências coloniais, funcionou como Assembleia Constituinte (29 de setembro de 1949) e depois como uma espécie de senado e tribunal constitucional, mas em modo negocial e com uma ampla base social e popular. Para não trair o seu estatuto político, voltamos a citar a tradução oficial:

As principais funções da Comissão Nacional e Comissões Locais da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês incluem a consulta política, supervisão democrática, participação nos assuntos políticos.

A supervisão democrática é a aplicação da Constituição, leis e regulamentos nacionais. A aplicação dos importantes princípios e políticas, bem como o trabalho de órgãos nacionais e dos seus funcionários são supervisionados.

Organiza-se em pirâmide, de baixo para cima

Local committees of the CPPCC are set up at three levels, i.e. in provinces, autonomous regions and municipalities directly under the Central Government; in autonomous prefectures and cities at prefectural level; and in counties, autonomous counties and cities at county level and districts under the jurisdiction of cities, where conditions are appropriate. By the end of 2008, there were 3,118 local CPPCC committees at all levels, with a total of 632,000 members.

O 11.º Comité Nacional da CCPPCh (2008-2012) era composto por 2.237 membros representando 34 grupos sociais da China. Os seus delegados apresentaram um total de 28.930 propostas de alteração legislativa, nos cinco anos

de exercício. Quanto à sua composição, segue o princípio da minoria de comunistas (1/3), sim, minoria, senão como seria consultivo do PCCh?:

The Eleventh CPPCC National Committee has a total of 2,237 members, of whom 895, or 39.99 percent, are CPC members, and 1,342, or 60.01 percent, non-CPC members.

O que este breve relato, conexionado com a história da RPCh pretendeu demonstrar não é que não existe hegemonia do PCCh, mas como ela foi conquistada e permanece. E assim, o debate e a controvérsia pode prosseguir, mas agora noutra base, graças à heurística negativa que eliminou proposições falsificadas pela ignorância, o preconceito etnocêntrico ou a propaganda anti-chinesa.

### **Chinese think-tankers and political theorists**

Se podemos encontrar na China, não apenas no espaço cibernético dos seus 700 milhões de utilizadores dos modernos *smarthphones*, mas em literatura científica e de opinião publicada, numerosos intelectuais que pensam de forma semelhante às correntes políticas comuns a ocidente, muitos deles tendo estudado fora do país, outra coisa é determinar se esse pensamento tem expressão social e orgânica, pelo que o catálogo deve ser prudente. Julgo que podemos reconhecer na sociedade chinesa, intelectuais e quadros, trabalhando e exprimindo-se sem censura nas universidades ou outras instituições estatais, que podemos listar como adiante se faz, usando conceitos políticos ocidentais:

Leftism: school of intellectual thought that is critical of capitalism and aspects of the Chinese economic reforms. New Leftism most strongly resemble the “democratic socialism” and “humanistic Marxism” (Wang Hui; Cui Zhiyuan; Wang Shaoguang). Highlights: Contemporary Chinese Thought and the Question of Modernity; The End of the Revolution: China and the Limits of Modernity; Second Liberation of Thought, Liberal Socialism and the Future of China. Wrestling with the Invisible Hand: Soft-Budget-Constraint in the Capitalist Economy; China, India and Beyond: Development Drivers and Limitations...Or liberal left...Or...postmodern left. Or... neomaoisme .

New Right: Neoliberal and Anti- Keynes (Zhang Weiying).

Mas se usarmos o critério da estrutura orgânica e expressão social, o panorama parece reduzir-se. Destacarei duas entidades, associadas ao ideário liberal: O Sanya Forum e a Carta 08:

Organized by China Association for International Friendly Contact (CAIFC), and presented by CAIJING Magazine, the Sanya Forum is a high-profile platform convening top- ranking business executives, think-tank leaders and far-sighted policy makers to explore pressing issues facing the world and propose solutions. Highlights: The secret to a growing economy, is wealth creation, which depends on innovation, which depends on entrepreneurism. Government stimulus and, especially, a government industrial policy is not part of this equation. Boyuan Foundation (Qin Xiao, Chairman of China Merchants Group) from Hong Kong focuses on mid and long-term issues in Chinese macro-economy, society and international relationship.

He Di, o maior banqueiro de Hong Kong, acompanhado por outras figuras do mundo financeiro, incluindo quadros do Banco da China, lidera este grupo, bem implantado na antiga colónia britânica e em Pequim, dispondo de uma revista teórica e de uma Fundação. Dele diz a imprensa internacional que “... aspires to enable Chinese people to live in a world of liberty, democracy and free markets. The challenge, for Boyuan, is that these “universal values” are the antithesis of the principles by which the Communist Party keeps itself in power”.

O movimento de subscritores da *Charter 08*, cuja autoria é atribuída ao dissidente e por essa razão premiado Nobel da Paz, Liu Xiaobo, advoga a evolução da China para o modelo atual de capitalismo neoliberal, assim resumido:

We shouldn't establish a Committee on State-Owned Property, reporting to the national legislature that will monitor the transfer of state-owned enterprises to private ownership in a fair, competitive, and orderly manner. We should institute a land reform that promotes private ownership of land, guarantees the right to buy and sell land, and allows the true value of private property to be adequately reflected in the market.

Outras categorias, cuja designação me dispense de referir, estão mais próximas das fantasias dos seus autores do que da realidade chinesa, salvo melhor e mais fundada opinião, já que na China, os novos-ricos não têm cor partidária.

## **IV. A “grande estratégia para a paz” e a Rota da Seda**

### **OMC**

Em 11 de dezembro de 2001, a China assinou o termo de entrada na OMC. A China confere tratamento de Nação Mais Favorecida (NMF) a quase todos os membros da OMC. Outrossim não parece ser a posição do parlamento europeu que votou recentemente contra o reconhecimento da China como “economia de mercado”, cedendo assim às pressões protecionista do lóbi franco-alemão do aço, abrindo deste modo o risco de uma guerra comercial em que todos perderão, mas sobretudo a UE.

### **Cooperação Sul-Sul**

A partir de janeiro de 2009, a RPCh concedeu tarifas preferenciais unilaterais para 41 países menos desenvolvidos. As autoridades pretendem aumentar a cobertura deste esquema para 95% das importações dos PMDs. A assistência da China desenvolveu-se também nas áreas das infraestruturas, agricultura e desenvolvimento de recursos humanos bem como através da isenção de direitos aduaneiros e o “perdão da dívida” concedido aos países menos desenvolvidos (PMDs).

### **Os BRICS**

O reconhecimento da sua identidade não resulta de um plano obscuro engendrado pela China. Quem a reconheceu primeiro foi o próprio FMI. Representam 25% do território, 40% da população, 25% do PIB e mais de 50% das reservas internacionais do mundo. China e Brasil são, respetivamente, o segundo e o quinto maiores credores dos Estados Unidos. Por crescerem mais que a Europa e os Estados Unidos, e terem mais reservas internacionais, os Brics querem maior poder no Banco Mundial e no FMI. Como isso lhes tem sido negado, criaram (2015) o próprio banco, com capital inicial de US\$ 100 bilhões.

Na área de internet, Rússia e Índia já declararam o seu apoio ao regulamento que o Brasil propõe para a rede mundial. Está a ser planeado o Brics Cable, um cabo ótico submarino de 34 mil quilómetros que, sem passar pelos Estados Unidos ou pela Europa, ligará o Brasil à África do Sul, Índia, China e Rússia, em Vladivostok.

O que distingue esta aliança económica e política dos tratados e acordos internacionais que surgiram sob a égide da OMC, dos EUA ou da UE? A procura de uma reforma no comércio internacional que assegure a manutenção da paz e a cooperação justa. A China não é uma predadora de matérias-primas, paga por elas mais do que os “monopólios naturais” do mercado o faziam. O saldo da balança Comercial Brasil-China em 2015 e 2016 que foi favorável ao Brasil em 1.755 e 8.561 milhões de USD, explica muito do que o Brasil pôde fazer para retirar da pobreza 28 milhões de cidadãos. Comércio, cooperação para a ciência e o ensino, transferência de tecnologia para fins pacíficos são os eixos de cooperação em franco desenvolvimento.

### **One Belt, One Road, and One World**

A grande diferença deste projeto de cooperação face aos modelos liderados pelos EUA ou pela UE é que assenta na criação de um banco onde o capital chinês é preponderante mas minoritário, com 26% e esse banco proporciona financiamento a juros simbólicos das grandes obras estruturantes do comércio nos países que integram os vários percursos da Rota. Vejamos de novo a tradução oficial deste projeto em língua inglesa:

A development strategy and framework, proposed by Chinese paramount leader Xi Jinping (2013) that focuses on connectivity and cooperation among countries.

Primarily between the People's Republic of China and the rest of Eurasia, which consists of two main components, the land-based “Silk Road Economic Belt” (SREB) and oceangoing “Maritime Silk Road” (MSR). The initiative calls for the integration of the region into a cohesive economic area through building infrastructure, increasing cultural exchanges, and broadening trade

This economic belt is benefit many other countries, and open the foreign trade North belt goes through Central Asia, Russia to Europe. Central belt goes through Central Asia, West Asia to the Persian Gulf and the Mediterranean. South belt starts from China to Southeast Asia, South Asia, the Indian Ocean. Central belt is spoken down due to complex religion problems and separation mo One Road has been contrasted with the two US-centric trading arrangements, the Trans-Pacific Partnership and the Transatlantic Trade and Investment Partnership

AIIB The Asian Infrastructure Investment Bank (2015), is a development bank dedicated to lending for projects regarding infrastructure. As of 2015, China announced that over one trillion yuan (\$160 billion US) of infrastructure projects were in planning. Bank has an authorized capital of \$100 billion, 75% of which will come from Asian and Oceanian countries. China will be the single largest stakeholder, holding 26% of voting rights along the belt.

University Alliance of the Silk Road centered at Xi'an Jiaotong University.

No terreno, existem já “The China Pakistan Economic Corridor (CPEC) with the port of Gwadar forming the crux of the CPEC project and the Bangladesh-China-India-Myanmar (BCIM) Economic Corridor”. Como acontece com o corredor que liga a China à Europa por comboio, a RPCh investe nessas estruturas sem ânimo de lucro direto, pois elas constituem vias essenciais e alternativas para assegurar o fluxo estratégico das matérias-primas e do comércio internacional deste país. O corredor ferroviário já chega a Londres e Madrid:

The first “belt” linked Chongqing with Duisburg in Germany. From this point, a veritable network rapidly began arising, with new lines connecting cities like Chengdu, Suzhou, Lianyungang, Wuhan, Xiamen, Zhengzhou, and Yiwu with Lodz, Warsaw, Hamburg, Lyon and Madrid.

The countries of the Eurasian landmass, from the east of China to the west of Europe are gradually being pulled together into a contiguous market covering 60 countries, and 60% of the population, 75% of the energy resources, and 60% of the GDP in the world. It has been estimated that within ten years trade throughout this region could top \$2.2 trillion annually.

Sobre os temas em presença e outros que a dimensão de um artigo não comporta, o leitor interessado poderá aceder livremente aos artigos e relatórios publicados pelo autor em <http://philoetichal.blogspot.pt/>.

## Referências bibliográficas

- Abreu, A. (2013, 2014). *Toda a China* (vol.1 e 2). Lisboa: Guerra e Paz.
- Kristof, N. D. (1989, June 21). A Reassessment of How Many Died In the Military Crackdown in Beijing. *The New York Times*.
- Carriço, A. (2012). *People's Republic of China Defense White Papers (1998-2010)*. Lisboa: IDN.



- Carriço, A. (2015). *A Diplomacia Militar da China: Tipologia, Objetivos e Desafios*. Lisboa: IDN.
- Communiqué of the Third Plenary Session Of the 11th Central Committee of The Communist Party of China, (Adopted on December 22, 1978). *Beijing Revue* [http://www.bjreview.com.cn/special/30yearsofreform/200811/29/content\\_167170.htm](http://www.bjreview.com.cn/special/30yearsofreform/200811/29/content_167170.htm). Acedido a 19.02.2017
- Constitution of Communist Party of China (Adotada em Nov. 14, 2012) [http://www.china.org.cn/china/18th\\_cpc\\_congress/2012-11/16/content\\_27138030.htm](http://www.china.org.cn/china/18th_cpc_congress/2012-11/16/content_27138030.htm) Accessed 19.02.2017
- Dias, J. (1961). *Estudos de Antropologia* (vol. I). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Ewan A. F. (2003). *China's Techno-Warriors*. Stanford, Cal: Stanford University Press.
- Enlai, Z. (1989). *Selected Works of Zhou Enlai* (vol. II, pp. 59-64). Pekin: Foreign Languages Press. (<http://en.theorychina.org/ldbook/> Acedido a 19.02.2017).
- Enlai, Z. (1989). *Selected Works of Zhou Enlai* (vol. II, p. 28). Pekin: Foreign Languages Press. (<http://en.theorychina.org/ldbook/> Acedido a 19.02.2017).
- European Commission, Joint Research Centre (JRC)/Netherlands Environmental Assessment Agency (PBL). Emission Database for Global Atmospheric Research (EDGAR), release version 4.3.1 <http://edgar.jrc.ec.europa.eu/overview.php?v=431>, 2016. Acedido a 19.02.2017
- Jinhong, Y. (2016). Fight against Corruption Since the 18th National Congress of the CPC: New Characteristics and Challenges. People's Forum. Theory China. <http://en.theorychina.org/ldbook/> Acedido a 19.02.2017
- Jintao, H. (2012). *Full text of Hu Jintao's report at 18th Party Congress*. Pequim. [http://www.china-embassy.org/eng/zt/18th\\_CPC\\_National\\_Congress\\_Eng/t992917.htm](http://www.china-embassy.org/eng/zt/18th_CPC_National_Congress_Eng/t992917.htm). Acedido a 19.02.2017
- Kaiming, R. & Baoshan, L. (2011). *A New Insight on Deng Xiaoping's "One Country, Two Systems" Theory*. Macao: One Country Two Systems Research Center of Macao Polytechnic Institute.
- Kuhn, T. S. (1962). *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press.
- Lakatos, M. (1970). *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Marx, K. (1970). *Marx/Engels Selected Works* (vol. 3, pp. 13-30). Moscow: Progress Publishers.
- Mao, (1960). *Selected Works of Mao Tse-tung* (vol. I, pp. 295-342). Peking: People's Publishing House.
- Mao, (1961). *Selected Works of Mao Tse-tung* (vol. IV, pp. 11-27). Peking: People's Publishing House.
- Queirós, A. (2013). *Handbook of Research on Promoting Global Peace and Civic Engagement through Education*. Chapter: The dawning of the Environmental Ethics and the new holistic paradigm for peace. Edited by Kshama Pandey (Dayalbagh Educational Institute, India) and Pratibha Upadhyay (University of Allahabad, India) Pages 242-265. 2016. Series Editor(s): Siran Mukerji (IGNOU, India) and Purnendu Tripathi (IGNOU, India). IGIGlobal, USA

- Queirós, A. (2013). Towards a golden age in China-Portugal higher education cooperation: a perspective inside the Portuguese university. *International Conference on Quality of Sino-foreign Cooperation in Running Schools*. December 8 -10, 2013, Xiamen, China. Report, limited access. See public version in <http://philoeitichal.blogspot.pt/2014/06/towards-golden-age-in-china-portugal.html#more>. Acedido a 19.02.2017.
- Queirós, A. (2011). A new education paradigm, from China to the World. *International Conference on "Standardizing Chinese-foreign Cooperation in Running Schools, Exercising Administration According to Law and Promoting Sustainable Development"* (June 20th -21st, 2011, Xiamen, China). Report, limited access. See public version in [http://philoeitichal.blogspot.pt/2012/01/new-education-paradigm-from-china-to\\_o8.html#more](http://philoeitichal.blogspot.pt/2012/01/new-education-paradigm-from-china-to_o8.html#more) Acedido a 19.02.2017
- Roseira, J. (1988). *Eu subi a Grande Muralha*. Lisboa: Edição do Autor.
- Tsering, T. (1999). *The Struggle for Modern Tibet: The Autobiography of Tashi Tsering by Melvyn C. Goldstein and gvb William R Siebenschuh*. UK: Routledge.
- Xiaobo, L. (2008). Charter 08 (Chinese and English). The Congressional-Executive Commission on China of the USA. <http://www.cecc.gov/resources/legal-provisions/charter-08-chinese-and-english-text>. Acedido a 19.02.2017.
- Yan, M. (2009). *La Dure Loi du karma*. Traduit par Chantal Chen-Andro. Paris: Seuil.
- Xiaoping, D. (2012). Realize the four modernizations and never seek hegemony. In *Selected Works of Deng Xiaoping* (vol. II). People's Daily Online. <http://english.cpcnews.cn/206216/7999713.html>. Acedido a 19.02.2017.
- Xiaoping, D (1995). *Selected Works of Deng Xiaoping* (vol. I). Pekin: Foreign Languages Press.<http://en.theorychina.org/ldbook/>. Acedido a 19.02.2017.
- Zemin, J. (1998). Thought of Three Represents Fourth Plenary Session of the Thirteenth Party Central Committee (1998) of China ratified by the Sixteenth Party Congress in 2002 <http://en.people.cn/90002/92169/92211/6274616.html> <http://english.cpc.people.com.cn/66739/4521344.html>
- Zemin, J. (2009). *Selected Works of Jiang Zemin* (vol. I). Pekin: Foreign Languages Press.

#### Websites

- <http://en.theorychina.org/ldbook/>. Acedido a 19.02.2017.
- [https://www.constituteproject.org/constitution/China\\_2004.pdf?lang=en](https://www.constituteproject.org/constitution/China_2004.pdf?lang=en) Accessed 19.02.2017
- <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tibete>. Acedido a 19.02.2017.
- <http://english.cpc.people.com.cn/69241/index.html>. Acedido a 19.02.2017.



# INCURSÕES NO MUNDO DA CULTURA CHINESA: UM TESTEMUNHO

## 在中国文化世界中遨游：一次亲历

**Paulo Sá Machado**

Ensaísta, assessor autárquico, curador de exposições temáticas chinesas

Quando o tempo volta para trás, neste caso, remonta aos tempos de aluno da Universidade de Coimbra, e com certa nostalgia que o revivemos,

Vontade de conhecer o mundo, muito para além da velha Europa, atraía-nos de forma muito forte e especial, talvez por tudo que tivemos oportunidade de viver, numa altura de forte contestação estudantil (1962–1967), numa das mais célebres e carismáticas Reais Repúblicas Coimbrãs.

O descobrir o mundo, novas maneiras de sentir, de viver, de reagir, era atraente e enigmática e uma curiosidade enorme, para conhecermos muito para além, que nos confinava este rectângulo á beira Atlântico implantado.

Como curiosidade refira-se que a “República de Coimbra” é a mais antiga instituição universitária portuguesa, que remonta á época medieval aquando do Acto de estabelecimento de Estudos Gerais em Coimbra – Diploma Régio de 15 de Fevereiro de 1309.

O fascínio pelo mundo asiático, e muito especialmente pela China, desde muito jovem nos seduziu, pela atração ao diferente, à sua história, mas também pela profunda curiosidade em conhecer novos mundos, maneira de viver e com uma paisagem muito diferente, ao que estamos habituados a conhecer. As próprias pessoas, a forma de se vestirem, calçarem, modo de viver, o profundo respeito pelos mais velhos, a própria música, e uma gastronomia, que só passados centenas de anos chega até nós.



Refira-se que a gastronomia chinesa que podemos apreciar, é totalmente diferente daquela que podemos degustar na China, com pratos esquisitos, mas nem por isso menos apreciados e saborosos.

Mundo de novas descobertas, à China deve-se a descoberta da pólvora, e mais tarde o fogo de artifício de que são mestres, bússola, papel e logo a tinta, sismógrafo, seda, para enumerar os mais significativos.

Na gastronomia realce para a invenção do garfo, inicialmente feito com ossos, álcool a partir de plantas e a seda, que veio a ser fundamental nas rotas terrestres e marítimas – as célebres Rotas da Seda, como forma de expansão chinesa.

A exposição de Instrumentos Musicais Chineses, que desde 2006 tem percorrido todo o País, cerca de trinta e cinco municípios já a acolheram, a par da exposição de bronzes chineses, é marco assinalável na entrada da cultura chinesa na Europa e mais concretamente em Portugal.



Por convite da Embaixada da Republica Popular da China, em Lisboa, tivemos a primeira oportunidade de visitar Zhengzhou, na altura da realização do International Mayor's Forum on Tourism – 2010. Nessa altura fomos conhecer Pequim e Xangai, duas cidades já totalmente ocidentalizadas, com um movimento enorme e onde se podem encontrar redutos da velha China,

o que nos atrai, quando invadimos a interior da China. Basta afastarmo-nos algumas dezenas de quilómetros dos grandes centros comerciais, para poder viver a verdadeira China, aquela que nos fascina e que muito nos ensina.



Esta primeira experiência, marcou-nos, não só por ser a primeira vez, mas pela forma acolhedora, simpática, como fomos recebidos, pela população anónima e campesina. Tivemos oportunidade de assistir a vários eventos, destacando-se entre eles, um sensacional espectáculo de ópera, visitas a museus e enormes centros comerciais.

Ponto importante a visitar são os Guerreiros de Xi'an, com a particularidade de existir um em Boticas, no Centro Europeu de Documentação e Interpretação da Escultura Castreja (CEDIEC), que tivemos interferência directa para a sua vinda para Portugal.

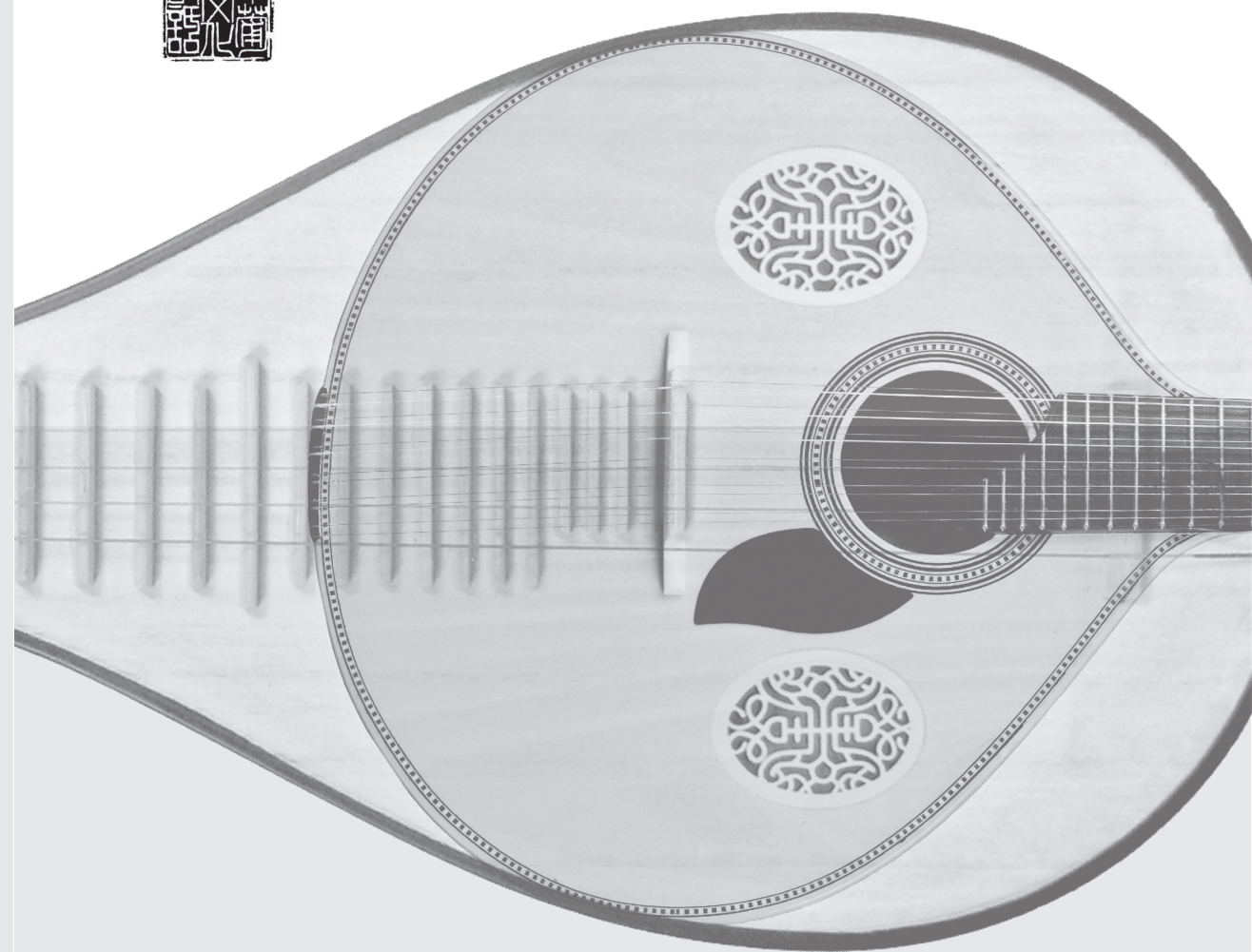


Por tudo, e pelo muito pouco que descrevemos, achamos que a China continua a ser a China enigmática, majestática e apelativa que nos desperta a máxima curiosidade.



## Parte II: Línguas e artes em diálogo

### 下篇 对话中的语言与艺术







# CLASSICAL TRANSLATION AND HERMENEUTIC DIMENSIONS

## 经典翻译与阐释学维度

**Zhu Yuan**

School of Foreign Languages, Renmin University of China

It is my great pleasure and honor to attend this International Conference “Intercultural Dialogues Portugal-China” at University of Aveiro. This is my first trip to Portugal and I am very much impressed by your hospitable people, and by your beautiful and artistic country. The theme of today’s conference has particular resonance for me as I specialize in Classical Chinese translation into English, and intercultural dialogues are inevitably and substantially bound up with translation. The contact between Portuguese and Chinese started as early as the 16th century when some Portuguese travelers and explorers entered Guangdong in 1513. By the mid-16th century (1553), such contact had been much substantiated when some Portuguese settled down in Macao. Then Macao became the earliest and most important springboard for the cultural communication and exchange between Portuguese/Westerners and Chinese, particularly when the Jesuits set off from Lisbon and sailed to Macao, where they conducted their missionary work, preaching, writing and translating. These Jesuits became the earliest Western Sinologists, who consequently initiated the earliest intercultural dialogues between the Western culture and Chinese culture. Although the focus of my own research and specialty is on classical Chinese translation into English, I hope that I can offer some general information and idea, and certain frame of reference on the topic of “Intercultural Dialogues Portugal-China.”

As the title of my presentation suggests, my attempt is to borrow, extend and combine two groups of key notions and methods in both the Western and Chinese traditions of interpreting classical works, which prove to be the precondition and crucial stage in the whole process of translation. Through my reading, research, synthesis and exploration, I try to provide some illumination and reference of the Western hermeneutics and the Chinese exegetics for classical translation in particular.

I would take the Western hermeneutics as the ontology of classical translation. The rationale goes as follows: First of all, it explores how translation reveals the human spirit and the inner working mechanism of the mind. Secondly, it demonstrates the relationship between translation and cultural exchange and the issue of inheritance. Thirdly, it explains the character, function and nature of translation. Fourthly, it introduces translation strategies for various purposes. Meanwhile, I would use the Chinese exegetics as the methodology for classical translation. The reasons go as follows: First of all, the steps of exegeses are comparable with the steps of translation as the indispensable stage before and during the verbal rendering into the target language. Secondly, the exegetical methods as a long and resourceful tradition in China can throw much light to the translation activities. Thirdly, the exegetical criteria can be valuable reference to translation norms.

In addition, there are some post-modern critical theories related to both Western hermeneutics and translation thoughts or theories. Firstly, in contrast to the insistence on the sacredness of meaning in traditional translation thoughts, there is considerable affirmation of the uncertainty or even denial in terms of the fidelity between the source text and target text from the deconstructionist viewpoint. Secondly, in the deconstructionist translation views, the meaning of the source text is not determined by the text itself but by the translation of the text through the translator's and the target-text readers' interpretations. Without the constantly updated translation or annotations/interpretations of the text, the source text cannot survive. Thirdly, Walter Benjamin implies deeper and multiple perspectives toward translation by his notion of "pure language" and the "afterlife" of the text (Venuti, 2000). Fourthly, some concepts in semiotics on meaning and signifier can be illuminating in explaining the translation process, such as the "limitless derivation of meaning." In the semiotic view, interpretation is the beginning of another signification process.

It can only delay the previous signification process but it cannot terminate the extension of meaning itself (Zhao, 2016).

The German philosopher Gadamer has considerable commentary and insight on translation in his master work *Truth and Method* although his focus is on philosophical hermeneutics. It has immense ontological and theoretical value for translation. Gadamer's thoughts on translation can be classified into different topics in terms of the nature and function of translation. In the discussion of the relationship between translation and interpretation, he states: "Thus every translation is at the same time an interpretation....It is the completion of the interpretation that the translator has made of the words given him" (Gadamer, 1999, p. 346). As is clearly seen, the essential character of translation starts from understanding, interpretation and then the verbal rendering of what is understood and interpreted into the target language. Strictly speaking, the adequate balance between the interpretation and the verbalism of both the source text and target text remains crucial. The translator must respect and observe the target culture and genre where the source text is born and creatively follow the tradition of the target culture where the translation occurs. The understanding of the reality and end results of translation differs greatly between traditionalists and modernists or post-modernists. It concerns the issue of translation norm and objectives. Gadamer envisages and accepts the "distance" between translation and the original text:

Where a translation is necessary, the gap between the spirit of the original words and that of their reproduction must be accepted. It is a gap that can never be completely closed (p. 346).

Here no one can doubt that the translation of a text, however much the translator may have felt himself into his author, cannot be simply a re-awakening of the original event in the mind of the writer, but a recreation of the text that is guided by the way the translator understands what is said in it (p. 347).

(For) every translator is an interpreter. (p. 349).

All understanding is interpretation (p. 350).

Consequently, translation is in essence the verbal composite of what the translator understands and interprets of the source text. What's more, the translator must try to maintain and convey what is the most meaningful, impressive and stylistic in the source text into the target text. There will be multitudes of

choices to take in the actual verbal rendering, including metaphrase, paraphrase or imitation as John Dryden suggested, depending on the degree of verbal closeness between the source text and target text and the acceptability of the target readers.

From another perspective, Gadamer considers translation performance as “highlighting”:

“Translation, like all interpretation, is a highlighting” (p. 348). “Every translation that takes its task seriously is at once clearer and flatter than the original...in rare cases of really fine translation the loss can be made good or even lead to gain...” (p. 348). However, the American scholar Venuti, as both a translation practitioner and theorist, makes somewhat corrective comments on the same issue: “Translation does not so much clarify the meaning of the foreign text as aim to fix a meaning in it by creating formal and semantic possibilities that work in the translating language and culture” (Venuti, 2008, p. 31). He takes translation as metalanguage by indicating that one language takes another language as its object as Rolan Bathes suggested. He emphasizes the concept of interpretant as a pattern of use in a cultural practice performed and regulated within a social institution (Venuti, 2008, pp. 35-36). Venuti seems truer and more realistic in revealing the intricacy of the actuality of translation while Gadamer generally seems to suggest certain loss and pity in translation, as similarly stated by Robert Frost: “Poetry is what is lost in translation.” In striking contrast, Dai Wangshu, the Chinese modern poet, strongly acclaims: “Good poetry is what still remains after repeated translation.” In fact, such seemingly contradictory comments on translation are reasonable, as we understand the complexity of translation and the different texts, readers and objectives they refer to.

The language used in translating with all the possibilities to be explored is, curiously enough, neither totally the target language nor the source language but a kind of compromise and eclecticism between the two, as Gadamer describes in the following:

As in conversation, when there are such unbridgeable differences, a compromise can sometimes be achieved in the to and fro of dialogue, so the translator will seek the best solution in the toing and froing of weighing up and considering possibilities--a solution which can never be more than a compromise. (As in conversation)...

the translator also tries to get right inside his author. But...nor for the translator does this kind of empathy mean that there is a successful recreation. ...the translator must respect the character of his own language, into which he is translating, while still recognising the value of the alien... finding a language which is not only his, but is also proportionate to the original. (pp. 348-349)

In terms of the the nature of reading, understanding and interpretation, Gadamer elaborates on the concept of “empty space” (p. 357):

To understand it (literature) does not mean primarily to reason one’s way back into the past, but to have a present involvement in what is said... What is fixed in writing has raised itself publicly into a sphere of meaning in which everyone who can read has an equal share...The understanding of something written is not a reproduction of something that is past, but the sharing of a present meaning...The horizon of understanding cannot be limited either by what the writer had originally in mind, or by the horizon of the person to whom the text was originally addressed...However, it is not only the limiting of the meaning of a text to the “actual” thoughts of the author that is questionable. Even if we seek to determine the meaning of a text objectively by seeing it as a contemporary document and in relation to its original reader, as was Schleiermacher’s basic procedure, such limitation is a very chancy affair...What is fixed in writing has detached itself from the contingency of its origin and its author and made itself free for new relationships. Normative concepts such as the author’s meaning or the original reader’s understanding represent in fact only an empty space that is filled from time to time in understanding...To interpret means precisely to use one’s own preconceptions so that the meaning of the text can really be made to speak for us. (pp. 353-358)

Thus, they coincide or have affinity with the semiotic notion of understanding the text in revealing the truth that the extension of the meaning of a text is limitless. Meanwhile we must believe in certain inheritable truth particularly in the classical texts that people generally revere as George Steiner calls it “trust” for the texts (Steiner, 1998), so that the fine parts of the humanities can be carried on and serve the present purpose, and so that civilization can

be sustained. This is particularly true in many disciplines in the humanities in the Chinese environment.

Many other key concepts proposed by Gadamer equally well serve the purposes of revealing and explaining the common practice and endeavor of translation and translating. The most essential concept for understanding and interpretation is “horizon” defined as “the range of vision that includes everything that can be seen from a particular vantage point” (p. 269). Derived from it are several other more pointed concepts as follows:

Historical horizon: the person who thinks historically comes to understand the meaning of what has been handed down, without necessarily agreeing with it, or seeing himself in it.

Moving horizon/ horizon in motion: The horizon is, rather, something into which we move and that moves with us. ...Our own past, and that other past towards which our historical consciousness is directed, help to shape this moving horizon out of which human life always lives, and which determines it as tradition.

Placing ourselves in a situation: If we place ourselves in the situation of someone else, for example, then we shall understand him, ie become aware of the otherness, the indissoluble individuality of the other person, by placing ourselves in his position. This placing of ourselves is not the empathy of one individual for another, nor is it the application to another person of our own criteria, but it always involves the attainment of a higher universality that overcomes, not only our own particularity, but also that of the other. (pp.270-271)

Thus there is the abstracted commonality or universality of the humanity that makes understanding and interpretation and then translation possible. As a result, nothing is untranslatable. Although “prejudice” (p. 240) always exists, by acquiring “horizons” and “fusion of horizons,” we broaden and improve our understanding, which helps greatly in our translation, for the concept of the “horizon” “expresses the wide, superior vision that the person who is seeking to understand must have. To acquire a horizon means that one learns to look beyond what is close at hand--not in order to look away from it, but to see it better within a larger whole and in truer proportion” (pp. 271-272). Translation is essentially the “fusion of horizons”, for “understanding, rather, is always the fusion of these horizons which we imagine to exist by themselves” (p. 273). The

way of seeking the objectivity and truth of meaning is suggested as follows: "...a truly historical consciousness always sees its own present in such a way that it sees itself, as it sees the historically other, within the right circumstances... Hence it is constantly necessary to inhibit the overhasty assimilation of the past to our own expectations of meaning. Only then will we be able to listen to the past in a way that enables it to make its own meaning heard" (p. 272).

To avoid the nihilism of meaning in a way, the American hermeneutical philosopher Hirsch makes the distinction between "significance" and "meaning" of a text. He defines "significance" as the substance of representability and stability in a text while he maintains that "meaning" has the character of changeability and relationality (Hirsch, 1967). This partly solves the dilemma of seeking meaning of the text while meaning is open and elusive in a sense. Thus there is certainty and definiteness in the totality of the meaning of a text while some parts of the meaning can be open to different interpretations. Therefore, translation is always something between certainty and uncertainty, past and present, and representation and recreation. Closely related to hermeneutics, George Steiner proposes the "hermeneutic motion": trust, aggression, incorporation, compensation (Steiner, 1998). Philosophically, he probes into the relationship between language, culture, interpretation and translation.

Now we turn to the Chinese scene of interpreting classical texts--the Chinese classical exegetics. It is very much practice oriented with very pragmatic and methodological functions. The Chinese people worship the ancestry as a way of sustaining the culture and civilization, and therefore classical works are most revered as they record what the ancestry did and said. Thus the Chinese classical exegetics has long become an established tradition and discipline as long as over two thousand years. We can draw many resources in this field as reference to the practice and research of translation. As early as the Western Han dynasty (202 BC-8 AD), prominent Confucian scholars practiced exegetics and expounded the definitions and methods of the Chinese exegetics. For example, Mao Heng explained his methods of explicating and interpreting *The Book of Poetry* in his work *The Exegesis of The Book of Poetry*. (毛亨的《诗诂训传》). Then other scholars followed throughout different dynasties. Zheng Xuan in the Eastern Han dynasty (25-220) wrote *Notes and Commentary on the Book of Poetry* (郑玄的《毛诗传笺》). Kong Yingda in the Tang dynasty (618-907) wrote *The Corrective Book of Poetry* (孔颖达的《毛诗正义》), in which he defined: 诂 (gu) means to translate from the ancient to the present; 训 (xun)



means to describe the looks of things to tell the readers; 传 (zhuan) means to make the meaning understood. Ma Ruichen in the Qing dynasty (1636--1912) wrote *Notes and Interpretations of the Book of Poetry* (马瑞辰的《毛诗传笺通释》), where he defined: 诂 (gu) is focused on explaining words; 训 (xun) on sentences and figures of speech; 传 (zhuan) on connotations. Huang Kan (黄侃 1886-1935) is a transitional figure in Chinese philology between traditional and modern scholarship. He provides modern definitions of 训诂 (xungu), with the focus on linguistic interpretations of texts in time and place and the attempts to establish modern Chinese philology. The contemporary Chinese scholars such as Lu Zongda (陆宗达), Wang Ning (王宁) and Xu Jialu (许嘉璐) have continued and developed the tradition of philology and exegetics with their own characteristics (Chen, 2005).

In the practice of the Chinese exegetics, the three steps of gu, xun and zhuan are often combined to form the structures and paradigm for interpreting ancient Chinese classics to achieve the maximum results. These combined exegetical steps of gu+xun+zhuan can be further illustrated as the following (Zhou, 2002): Gu: to explicate by meaning, sound, form and comparison; to provide explications in time, place, category, illustration or description. Xun: to paraphrase by sentence, grammar, figures of speech. Zhuan: to explore the connotations and themes.

Reviewing the whole tradition of the Chinese exegetics, scholars have synthesized the four basic methods for analyzing and interpreting ancient Chinese classics (Zhou, 2002): 1. Linguistic method. 2. Historical method. 3. Psychological method. 4. Arousing-experiencing method.

This arousing-experiencing method was initiated and developed by Zhu Xi (朱熹 1130--1200), the greatest Neo-Confucianist in the Song dynasty. In fact his method includes both linguistic and psychological approaches. It goes through 4 steps: Arousing--Experiencing--Immersing--Awakening:

1. Arousing: It involves initial input to stimulate, activate or inspire, with the focus on the dialog with the ancients.
2. Experiencing: It is related to real-life experience, mind-to-mind communication with the ancients, total involvement with the subject and familiarity and unity with the subject.
3. Immersing: It includes the understanding from the simple and basic actuality of life, application of personal experience, gradual and continuous contacts, eventual immersion with the meaning and thorough connectivity between various subjects.

4. Awakening: It requires in-depth thinking and full dedication, purgation of superficiality, thorough clarity and transparency of the mind to reach the sincerity of the intention, righteousness of the mind and cultivation of the self and then to educate and govern others for full integrity.

Yet, there is the difficulty and limitation of seeking the original meaning by the ancients and traditionalists though they take it as the priority to seek the original meaning of the classical texts. The sages' teachings are circumstantial in time, events or topics. Lacking such circumstances, the moderns and modernists cannot reveal the full meanings of the ancient classical texts. As a result, they advocate the limitless derivation or extension of meaning of classical texts and open up new potentials to inherit, sustain and enrich the classical texts for both the present purposes and the sustainability of the culture and civilization. The Western hermeneutics helps us probe deeper into the nature and various intricacies of translating and translations while the Chinese traditional exegetics provides us with practical approaches to getting at the essential substance of the classical texts. Both prove to be effective and valid for a better understanding of translation in general and for a particular stage of the translating process. They need to be further explored to help enhance translating and translation studies as the interdisciplinary both ontologically and methodologically.

## References

- Chen, F. 陈绂 (2005). *Basics of Chinese philology*. Beijing: Beijing Normal University Press. (In Chinese)
- Gadamer, H. G. (1999). *Truth and method*. Beijing: China Social Sciences Press.
- Hirsch, E. D. (1967). *Validity in interpretation*. New Haven: Yale University Press.
- Steiner, G. (1998). *After Babel: Aspects of language and translation*. Oxford, New York: Oxford University Press.
- Venuti, L. (2008). Translation, interpretation, canon formation. In Alexandra L. & Zajko V. (Eds.), *Translation and the classic identity as change in the history of culture* (pp. 31-36). Published to Oxford Scholarship Online: September 2008.
- Venuti, L. (Ed.) (2000). *The translation studies reader*. London and New York: Routledge.
- Zhao, Y. H. 赵毅衡 (2016). *Semiotics: Principles and problems* (Rev. ed.). Nanjing: Nanjing University Press. (In Chinese)
- Zhou, Q. G. 周庆光 (2002). *Introduction to Chinese classical exegetics*. Beijing: Zhonghua Book Company. (In Chinese)



# OU-MUN KEI-LEOK (1950) OU BREVE MONOGRAFIA DE MACAU (2009): UMA OBRA ORIGINAL E ÚNICA, TRADUZIDA POR LUÍS GONZAGA GOMES E JIN GUO PING

## 1950年版与2009年版《澳门记略》：高美士与金国平翻译的独特原创

**Vanessa Sérgio**

Université Paris Nanterre

Levado pelo desejo de divulgar a civilização chinesa entre a comunidade portuguesa de Macau, Luís Gonzaga Gomes traduziu do chinês *Ou-Mun Kei-Leok – Monografia de Macau* (publicado em 1950), obra singular que reflete o olhar de dois magistrados chineses do século XVIII<sup>1</sup> - Tchong-Ü-Lâm e Ian-Kuong-Iâm - sobre as relações entre Portugal e a China. Ademais, esta monografia oferece um retrato curioso dos “estrangeiros”, ou seja, dos portugueses e dos macaenses, nesta longínqua época. O texto apresenta um duplo interesse, isto é, um interesse histórico, com a evocação das relações diplomáticas entre Portugal e a China ; e um interesse sociológico, pela descrição do quotidiano e dos costumes dos primeiros moradores de Macau. Além do interesse sócio-histórico, esta tradução revela o olhar “inédito” dos chineses do século XVIII sobre Macau e a população. Este texto insere também numerosos documentos oficiais chineses da época, pouco acessíveis, que se encontram, por isso,

<sup>1</sup> Funcionários de baixa ou média hierarquia, pertencem também à elite intelectual, segundo Zhao Chunchun.

reproduzidos na íntegra. Vários poemas percorrem o texto, tal como gravuras que representam por exemplo os missionários de diversas ordens. Num prefácio, Luís Gonzaga Gomes (o tradutor da obra) salienta o carácter inédito desta monografia por existirem poucos testemunhos chineses sobre Macau, e por ser a primeira e a única tradução (na época) em português.

Jin Guo Ping traduziu por sua vez esta obra a partir do texto de Zhao Chun-chen publicado em Cantão em 1988 - primeira edição crítica da *Aomen Jilüe* de Yin Guangren e Zhang Rulin<sup>2</sup> - apoiando-se em fontes chinesas e portuguesas. Em 1992, o Instituto Cultural de Macau publica uma edição em cantonense da *Aomen Jilüe*, a partir da versão fixada por Zhao Chun-chen, com mais de mil notas explicativas. A versão de Luís Gonzaga Gomes precisava de uma revisão já que essa se baseou em várias versões um pouco afastadas do trabalho original de Guangren e Rulin. Além disso, relembremos que o tradutor macaense era um autêntico autodidata.

Num discurso repleto de estereótipos, Luís Gonzaga Gomes aponta para a pretensa “veracidade” de certos dados – revelados pelos autores desta monografia – que situa no contexto chinês da época, marcado por um surto nacionalista.

Nem todos os elementos que esta obra fornece para a passada história de Macau são suficientemente seguros ou precisos, porquanto, registados numa época em que os chineses consideravam, ativamente, o seu país como o ‘Império do Meio’ ou o ‘Celeste Império’ e em que o Imperador era respeitado e venerado como ‘Filho do Céu’, não é de admirar que certos factos nela narrados houvessem sido referidos com arrogante petulância, insolente parcialidade e, propositadamente deturpados, quiçá para os seus autores não ficarem mal colocados perante os seus concidadãos e também por isso lhes ser ditado pela sua índole estultamente orgulhosa. (Gomes, 1979, p. 8)

As expressões usadas pelo tradutor macaense, nitidamente pejorativas, como “arrogante petulância”, “insolente parcialidade” ou “índole estultamente orgulhosa”, demonstram que o ponto de vista do outro é rejeitado com violência. Luís Gonzaga Gomes encarna aqui a mentalidade colonial da época, que recusa ver-se num espelho diferente do seu, sobretudo quanto este reflete uma

<sup>2</sup> Luís Gonzaga Gomes latinizou os nomes e utiliza o dialecto de Cantão nos nomes chineses, por isso o leitor não deverá surpreender-se por ler “Tchong-Ü-Lâm” por “Yin Guangren” e “Ian-Kuong-Iâm” por “Zhang Rulin”.

imagem disforme, não correspondendo em nada àquela veiculada pela ideologia dominante na Europa, que encontramos na comunidade portuguesa de Macau: “Le fait d’être un Européen en Orient implique *toujours* que l’on ait conscience d’être distinct de son entourage, et d’être avec lui dans un rapport d’inégalité” (Said, 2005, p. 184). Além disso, a leitura pseudo-crítica desta obra por Marques Pinto, publicada na revista *Mosaico*, remete para o discurso de Luís Gonzaga Gomes. Assim, para a comunidade portuguesa de Macau, este livro constitui uma curiosidade cujo exotismo é realçado pelas palavras “primitivismo” e “exótico”: “A explicação sobre a natureza e formação das marés, dum encantador primitivismo, é bastante curiosa, e termina com um cântico um tanto ou quanto exótico, como não podia deixar de ser” (Pinto, 1951, p. 545). É de salientar que no prefácio da edição anotada, Zhao Chunchen aponta para o carácter “superficial” de certas informações e para a presença de alguns preconceitos.

Esta obra, assim, além de ser uma reprodução fiel e vivencial da vida social dos primeiros tempos de Macau, é testemunho do intercâmbio comercial e cultural entre a China desse período, dando a conhecer aos chineses, que viviam isolados do resto do mundo, certas informações sobre o Ocidente e sobre algumas culturas diferentes da sua (embora estas informações fossem superficiais e não destituídas de observações imediatistas, com forte cunho de sensacionalismo, com erros e, até por vezes, com preconceitos). (Guangren & Rulin, 2009, p. XXIV)

Chunchen realça a dicotomia nítida entre a “Grande China” e os “bárbaros”, nesta *Monografia de Macau*<sup>3</sup>.

No que diz respeito ao estilo da obra original, o tradutor macaense insiste sobre a dificuldade imposta pela língua chinesa erudita (reforçada aqui pela ausência de pontuação), a utilização de caracteres arcaicos, e a presença de poemas que entrecortam o texto, destinados a tornar a leitura mais agradável.

---

<sup>3</sup> “Os co-autores, embora fossem os mais relevantes mandarins nos contactos com as realidades do Ocidente e na sua compreensão, não deixavam de ter uma visão bastante limitada do mundo sem terem podido sair do tradicional molde que opunha a «grande China» aos «bárbaros». Apesar da sucessiva vinda de diferentes nações do Ocidente e das suas culturas, continuavam, grosso modo, num estado de ignorância confusa, bem patente na obra” (Guangren & Rulin, 2009, p. XXV).

Relativamente à tradução dos poemas, o autor macaense confessa ter adotado uma certa liberdade falando em adaptação.

Comparando as traduções de um mesmo poema...

Tradução de Luís Gonzaga Gomes:

Macau festivamente límpido (Tchèong-U-Lâm)

Pela enseada, o resto do Outuno é melancólico.

No zénite, dardeja o Sol os seus ofuscantes raios do meio-dia.

As nuvens, na baía, dissolvem-se, abrindo-se a caixa do espelho.

Os pomares das restingas surgem como um tabuleiro de xadrez.

Ouve-se a água caindo ruidosamente na talha.

De longe vêem-se iluminados, os bosques e as flores das bananeiras,

Através da janela, balouçando com a pureza da sua frescura, e voltados para nós.

Tradução de Jin Guo Ping:

Macau, inesperadamente límpida (Zhang Rulin)

Pelas entranhas do mar ainda persiste uma certa melancolia outonal,

Pelo zénite irradia o Sol, abrindo o céu ao meio-dia.

As nuvens sobre Macau desapareceram, deixando o céu tão claro como fora da caixa de maquilhagem.

Nas hortas de solos arenosos como tabuleiros de xadrez

As águas do riacho correm fundas e ruidosas.

Vêem-se mais claras as florestas e flores ao longe,

As bananeiras mostram a sua nova folhagem pelas janelas,

Baloçando ao vento, trazem-nos lufadas de frescura.

Apesar dos vários obstáculos, que fazem com que este texto seja um verdadeiro desafio para o tradutor, o leitor adivinha (entre as críticas) a paixão devorante de Luís Gonzaga Gomes pela língua chinesa.

Os caracteres desta obra, redigida no obsoleto estilo erudito, seguem-se uns atrás dos outros sem um único sinal de pontuação a facilitar a compreensão do texto, além de que as letras arcaicas abundam com farta prodigalidade, para maior desespero daqueles que se abalançam a decifrar o texto original. A cada passo, topa-se com um poema intercalado, a meio

do texto, e ninguém desconhece quão difícil é traduzir para uma língua europeia, versos chineses com as mirabolantes imagens criadas pela fértil fantasia dos poetas nativos e as suas gongóricas citações mitológicas e históricas, num desconcertante alarde de exótica erudição. (Gomes, 1979, p. 8)

O uso do adjetivo “gongóricas” para descrever o estilo das citações criadas pela imaginação dos poetas chineses, coloca o tradutor macaense na posição de digno representante dos intercâmbios culturais luso-chineses. Luís Gomes procura seduzir um público neófito cruzando o olhar português (através das notas) com o olhar chinês sobre a história de Macau<sup>4</sup>.

Como o indica o plano, a obra divide-se em duas partes, cada parte formando inicialmente um volume. A primeira parte ou “Primeiro Tomo” é dedicada à topografia do território, através do estudo das marés e dos ventos, e, à administração. Os autores transcrevem vários documentos oficiais que vão refletir as posições das autoridades chinesas ou seja em defesa de uma política protecionista, contra a presença dos “bárbaros” que representam uma ameaça para o mercado chinês, como o demonstra o retrato assaz pitoresco que é feito dos estrangeiros instalados em Macau:

A sua índole é ardilosa, o seu vestuário estranho, e as suas espadas aguçadas e os tiros das suas peças reboam ultrapassando montanhas e mares. Encontrando-se satisfeitos são como seres humanos mas, se estão encolerizados, são como bestas. Assim é, geralmente, o seu temperamento. (Gomes, 1979, p. 104)

São homens de estranhas andanças e de vestuário invulgar, mas têm umas espadas bem afiadas e umas peças que disparam tiros estrondosos, que ressoam por mares e montanhas. Portam-se como seres humanos quando andam satisfeitos e transformam-se em bestas quando encolerizados. Assim é o seu temperamento. (Guangren & Rulin, 2009, p. 80-81)

Os documentos inseridos nesta Monografia tratam também da questão da evangelização na China. As autoridades chinesas condenam a conversão religiosa de numerosos chineses em Macau como o comprova o documento “Memorial de Tchèong-U-Lâm, solicitante a interdição do T’ong-Iân-Miu” (ou

---

<sup>4</sup> Na edição de Luís Gonzaga Gomes encontramos 125 notas que esclarecem a leitura da Monografia. Na edição de Jin Guo Ping são centenas de notas que explicitam alguns dados.



“Memorial de Zhang Rulin, a solicitar o encerramento do Tangrenmiao” na versão traduzida por Jin Guo Ping). A expressão *T'ong-Iân-Miu*, traduzida por Igreja dos Chineses (ou Igreja dos Conversos), segundo Luís Gonzaga Gomes, designaria a igreja de Nossa Senhora do Amparo, espécie de seminário dirigido pelos jesuítas, destinado a educar os chineses católicos.

É, por isso, da minha obrigação vir solicitar que seja arrazado ou confiscado o templo dos conversos ; que os ídolos e os livros desse templo sejam lançados ao fogo ou que sejam ordenados a sua entrega aos bárbaros ; que aos naturais dos distritos não sejam permitidos vir a Macau para praticarem o culto ; que sejam presos e julgados os que desobedecerem e que, em todos os distritos vizinhos, sejam afixados mais editais.

[...]

Desta forma, parece-nos que o mal advindo da vinda anual dos naturais de todos os distritos a Macau para se converterem, poderá, a pouco e pouco, ser exterminado. (Gomes, 1979, p. 129)

Por isso, solicita-se que seja autorizada a destruição ou o encerramento da Jinjiaosi. As imagens de santos e os livros de oração serão queimados ou serão retirados pelos bárbaros, mediante uma ordem neste sentido. Proíbam-se os naturais do distritos vizinhos de virem fazer culto dominical a Macau. Os contraventores deverão ser presos e castigados. Além disso, devem ser dadas instruções às autoridades das terras vizinhas de Macau no sentido de mandarem fixar editais para que os que se converteram em Macau possam abjurar livremente, sendo os reincidentes castigados com pena a dobrar. [...]

Desta forma, parece-nos que o mal advindo da peregrinação anual dos naturais de todos os distritos vizinhos de Macau para se converterem, poderá, a pouco e pouco, ser exterminado. (Guangren & Rulin, 2009, p. 103)

Tchèong-U-Lâm (ou Zhang Rulin) enumera vários casos complexos de conversos entre os quais o mais problemático diz respeito aos chineses de Macau que possuem um comércio e que constituíram família com mulheres macaenses.

Quanto aos conversos de Macau é assunto que tem de ser tratado com vagar e madura ponderação, pois eles possuem capitais e, de há muito mantêm relações com os bárbaros. É, portanto, muito difícil proceder-se imedia-

tamente à sua expulsão, pois, se os forçamos a separar das suas mulheres e filhos, parece-nos desumano, mas se permitirmos que os levem consigo, então as kuâi-nui (filhas do diabo), isto é, as mulheres estrangeiras, entrarão no interior, passando a existir o receio de mais facilmente difundirem a sua religião. (Gomes, 1979, p. 130)

Quanto aos conversos residentes em Macau, trata-se de um assunto que deve ser resolvido com mais vagar e mais madura ponderação. São pessoas com capitais, que mantêm relações comerciais com os bárbaros há muito tempo. É, portanto, difícil liquidar os seus negócios com os bárbaros, uma vez ordenada a sua expulsão de Macau. Parece-nos desumano forçá-los a separarem-se das suas mulheres e filhos; mas se permitirmos que levem consigo, para o interior, as filhas dos diabos, mais facilmente poderão difundir a sua religião. (Guangren & Rulin, 2009, p. 103)

A expressão “filhas do diabo” designa provavelmente as jovens mulheres órfãs (muitas vezes de origem chinesa), que trabalhavam por conta de uma família macaense. Estas mulheres eram às vezes adotadas por essas famílias que lhes transmitiam o apelido paterno. Nas páginas seguintes, o autor denuncia a prática da religião católica na China como sendo o factor principal da desobediência dos “bárbaros” (os portugueses) às leis chinesas. O autor deste documento narra dois acidentes que perturbaram, no século XVIII, as relações entre as autoridades chinesas e os “bárbaros”, avançando argumentos a favor das leis chinesas. É de salientar que o tradutor macaense opõe-se (numa nota) à versão defendida pelo autor do documento, ou seja o funcionário, co-autor da obra, que tenta desse modo, justificar os seus atos: “O caso não se passou, absolutamente, como conta o autor chinês que, sendo mandarim responsável por todos os graves incidentes que se seguiram, pretende justificar a sua acção.” (Gomes, 1979, p. 289). Luís Gonzaga Gomes chega a defender o antigo governador de Macau acusado de ter hospedado e protegido os dois homens – Amaro et António – que teriam assassinado os dois chineses Lei-T’eng-Fu e Kán-Á-I (ou Li Tingfu e Jian Yaer), antes de abandonarem os corpos. Para o tradutor macaense, o governador agiu de modo a denunciar os abusos de poder, cometidos pelos mandarins. Assim, Luís Gonzaga Gomes viola o princípio de neutralidade defendido pelos historiadores considerando essa personagem – geralmente retratada como tirânica – um herói na história das relações luso-chinesas.

António José Teles de Meneses foi o primeiro Governador que, antes de Amaral, pretendeu acabar com os abusos dos mandarins e incutir um pouco de dignidade e coragem nos tíbios ânimos das autoridades senato-riais. Foi ríspido, déspota e mesmo cruel mas não podia deixar de agir da forma como actuara, numa época em que se sacrificavam o brio e o decoro por amor de dinheiro. (Gomes, 1979, p. 289)

Ora, para os autores chineses, trata-se de demonstrar - a partir deste episódio e de outro relatando o assassinio de um comerciante chinês, por um bárbaro chamado “Anselmo” - que é preciso estabelecer as mesmas leis para todos, “nativos” como “bárbaros”, questão difícil aprofundada no documento intitulado “Extracto dum memorial explicativo enviado pelo Ministério da Justiça” (ou “Extracto de um memorial descritivo ao trono, apresentado pelo Ministério da Justiça”). Na tradução de Jin Guo Ping, uma nota indica-nos que existem divergências entre as fontes chinesas e as fontes estrangeiras relativamente ao assassinio dos dois chineses, Li Tingfu et Jian Yaer: “Há investigadores que opinam que as circunstâncias descritas na *Aomen Jilüe*, teriam sido fabricadas por Zhang Rulin, após ter sido subornado pelos portugueses, não correspondendo à verdade, pois a gravidade do caso teria sido atenuada”(2009).

A segunda parte ou “*Segundo Tomo*” fala-nos da população de Macau, com particular interesse nas comunidades portuguesa e macaense, ou seja, os “estrangeiros” ou “bárbaros”. Apesar deste plano em duas partes, a obra caracteriza-se por uma total desorganização, ou seja, os capítulos sucedem-se sem nenhuma transição, com temáticas que se repetem nos dois eixos.

Segundo o tradutor macaense, os dois autores da Monografia de Macau teriam tido acesso a escritos históricos da Dinastia Ming, chegando a retranscrever trechos compridos que narram os primeiros contactos entre a China e os povos bárbaros. Os primeiros contactos com os portugueses (ou “*fât-lóng-kei*”) sucedem em Cantão (Guangdong), em 1519, por intermédio dum embaixador chamado “*Ká-Pit-Táng Mei-Tang*”. Para o tradutor macaense trata-se do “Capitão Mendes”, um pseudónimo usado por Tomé Pires. Esta hipótese emitida pelo tradutor mostra o quanto ele desenvolveu uma reflexão em torno dos documentos oficiais e dos factos históricos avançados pelos dois autores chineses. Jin Guo Ping informa-nos que o enviado Huozheyasan, que “caiu na boas graças do imperador” não seria o embaixador português mas o seu intérprete muçulmano. Luís Gonzaga Gomes confessa numa nota não saber quem

está por trás desse nome (Fó-A-Sám): “Não nos foi possível identificar este Fó-A-Sám e não conhecemos nome ou apelido estrangeiro que, eufonicamente, se assemelhe a esta transliteração. Seria um português ou algum asiático ao serviço dos Portugueses?” (1979). Descritos, nos primeiros tempos, como seres violentos e astutos, os portugueses conseguem ganhar a confiança das autoridades chinesas que decidem “conceder-lhes” o território de Macau, para construir casas e estabelecerem comércio.

Depois de terem descrito os holandeses, e evocado de forma breve a Itália, os autores esboçam, minuciosamente, um retrato dos portugueses que vivem em Macau: “Esta gente (os Portugueses) é da raça branca, de alto nariz, os olhos verde-escuros, mas sem brilho. Não deixam crescer a barba e o cabelo quer seja preto ou branco, deixam-no cair da cabeça até ao pescoço, onde fica pendendo encaracoladamente ou solto” (Gomes, 1979, p. 207). Tch'ong-U-Lâm e Iân-Kuong-Iâm não se limitam a um simples retrato físico dos portugueses. Com efeito, eles evocam também, de maneira confusa, isto é, sem verdadeiro plano, os costumes, as práticas religiosas ligadas ao catolicismo, o funcionamento da administração, e outras temáticas aparentemente mais ligeiras como o vestuário, a alimentação, as casas ou os objetos do quotidiano. Os autores chineses realizam além disso uma breve descrição dos escravos, considerados como sinal de riqueza entre os portugueses. É com certo prazer que o leitor descobre os hábitos alimentares dos primeiros habitantes de Macau, decifrados pelo olhar incisivo dos autores chineses.

Não usam bancos, mesas ou faichis (pauzinhos que servem de talheres). Os homens e as mulheres assentam-se de mistura uns com os outros e os escravos negros servem-lhes de comida que é levada à boca com garfos de prata. Comem sempre primeiro os assados e sentam-se, tendo todos a mão direita estendida por baixo duma iok (almofada) sem a empregarem. Chamam a isto tch'ôk-sâu (mão imóvel). Quando comem comida muito misturada empregam infalivelmente a mão esquerda, tirando-a com os dedos. Primeiro, quebram vários ovos crus de galinha e chupam-nos. Depois, trincham os assados e usam de um pano branco para limparem as mãos e, de cada vez que as limpam, põem-no de parte para o mudarem por um novo. Comem também bolos e pastéis e todos os sete dias matam o boi uma vez e, durante cinco dias, comem carne. Jejuam dois dias, não comendo nem carne de vaca nem de porco, não lhes sendo porém proibido

comer camarões e hortalíça. Lançam os sobejos da comida num recipiente parecido com uma mangedoura. Os escravos, quer homens quer mulheres, tiram-nos então com a mão para os comer. (Gomes, 1979, p. 208-209)

Não usam bancos, nem mesas individuais, nem pauzinhos. Os homens e as mulheres sentam-se todos juntos, à volta de uma única mesa grande, sem que haja lugares marcados para um e outro sexo. Os escravos negros trazem a comida e os senhores comem os assados com garfos de prata. Os comensais que se sentam à mesa usam a mão esquerda para levar a comida à boca, escondendo a mão direita debaixo da almofada. Chamam a esta “mão de contactos”, achando-a suja. Usam exclusivamente a mão esquerda para comerem. Começam por quebrar alguns ovos crus para os chuparem e depois cortam os assados. Limpam a mão à toalha de *baizhan*, a qual é posta de parte, depois de usada. Sempre se usa uma limpa. Também comem *zhanghuang*<sup>5</sup>, *futuo*<sup>6</sup> e *juzhuang*<sup>7</sup>. De sete em sete dias faz-se uma matança de vaca. Comem carne durante cinco dias e nos restantes dois dias jejuam. Durante o jejum não podem comer vaca ou porco, mas não estão proibidos de comer camarão ou hortalíças. Ao acabar a comida, despejam os sobejos num recipiente, semelhante a uma manjedoura, de onde os criados e as criadas de raça negra comem à mão. (Guangren & Rulin, 2009, p. 193)

Os autores descrevem escrupulosamente as roupas usadas pela comunidade portuguesa, com especial destaque para os homens, e que os leitores podem facilmente imaginar graças a uma gravura intitulada “Um estrangeiro”. Relativamente às mulheres, os dois autores evocam a “saraça” usada pelas cristãs de Macau, que se transformará mais tarde no “dó” das “nhonhonha” (nome dado às mulheres macaenses), e que reconhecemos na gravura que tem por título “Uma estrangeira”. Esta ilustração representa uma mulher que leva na cabeça um longo véu, e que segura na mão um terço<sup>8</sup>.

---

<sup>5</sup> Caramelos secos, doces. Um alimento de massa.

<sup>6</sup> Uma massa cozida.

<sup>7</sup> Um alimento feito de mel e massa, em forma de tiras, e frito.

<sup>8</sup> Ver *O traje da mulher macaense : da saraça ao dó das Nhonhonha de Macau* (1989) de Ana Maria Amaro.

As mulheres, mesmo no rigor do Inverno, só usam uma blusa que chega apenas até a cintura. O vestuário inferior é composto de três peças. Uma que chega até aos joelhos, uma que esconde as pernas e outra para calçar os pés e que é feita de seda de cinco cores.

[...] Quando saem, cobrem toda a cabeça, com um véu de rendas que se chama Kân-mán (brocado). (Gomes, 1979, p. 209)

As mulheres, mesmo no rigor do Inverno, só usam uma blusa que chega apenas até à cintura. O seu vestuário inferior é composto por três peças: a primeira chega aos joelhos, a segunda esconde as pernas e a terceira tapa os pés. Esta peça costuma ser feita com sedas coloridas. [...] Quando saem à rua, cobrem a face com um véu de brocado que se chama xaille. (Guangren & Rulin, 2009, p. 194)

A descrição das moradias revela a admiração dos autores chineses que veem (ou imaginam) nas formas variadas das casas frutas e flores. Por isso, eles dedicaram vários poemas à beleza das casas edificadas pelos portugueses como “A rendilhada mansão numa manhã de Primavera” por Iân-Kuóng-Iâm (ou “Versos sobre a aurora primaveril, num pavilhão de madeira talhada” por Yin Guangren). Depois de terem evocado as numerosas portas e os fortes da cidade como “Sá-Lei-T’âu Mun” (Porta da cabeça de Pera Areenta)<sup>9</sup>, que o tradutor macaense identifica como sendo a “Porta do Patane”, ou ainda, “Sám-Pá P’áu-T’ói” (Fortaleza da Porta Tríplice)<sup>10</sup>, ou seja, a “Fortaleza do Monte”, segundo Gomes<sup>11</sup>, os autores retranscrevem alguns versos dedicados ao forte da Guia, “Versos sobre a fortaleza da Guia”, compostos por um certo Sêk Kám Tchông<sup>12</sup>. Iân-Kuóng-Iâm prefere cantar a poesia que se desprende do famoso farol da Guia (primeiro farol europeu edificado na Ásia), num poema sobria-

<sup>9</sup> Ou Shalitoumen (Porta de Patane), na tradução de Jin Guo Ping.

<sup>10</sup> Ou Sanbapaotai (Fortaleza de S. Paulo do Monte), na tradução de Jin Guo Ping.

<sup>11</sup> Jin Guo Ping realça numa nota algumas confusões relativamente às identificações feitas por Luís Gonzaga Gomes: “O desfazamento entre os topónimos macaenses em chinês e em português é sobejamente conhecido. O nome português correspondente a Sanbamen é Porta de Santo António ou Santo Antão” (Guangren & Rulin, 2009, p. 270). O tradutor chinês apoia-se em duas fontes portuguesas, *Toponímia de Macau* do Padre Manuel Teixeira e *Fortificações de Macau* de Jorge Graça.

<sup>12</sup> “Versos do miradouro do mar” por Shi Jinzhong, na tradução de Jin Guo Ping.

mente intitulado “Versos sobre o Farol da Guia”<sup>13</sup>, que permite a Luís Gonzaga Gomes exprimir, mais uma vez, a sua veia poética. Os dois autores chineses também abordam os “templos” religiosos, isto é, as igrejas de Macau, como a de Sâm-Pá, ou São Paulo, cujas ruínas continuam a seduzir os turistas. Iân-Kuóng-Iâm dedica um poema ao sino da igreja de São Paulo e ao seu mecanismo em: “Versos sobre o magnífico relógio de S. Paulo”<sup>14</sup>. Outras igrejas, outros seminários ou conventos são também lembrados como o Seminário de São José, a igreja de São Domingos, a Sé Catedral, a igreja de São Lourenço, o convento de São Francisco, a igreja de Santo António, o convento de Santa Clara, ou ainda, a igreja de Santo Agostinho, conhecida sob a expressão *Lông-Sôn-Miu*, isto é, a “Igreja da Juba do Dragão”. Desejosos por esclarecer os seus compatriotas sobre a origem dos cultos praticados pelos “bárbaros”, como as missas, as procissões e outras celebrações religiosas que serão meticulosamente retratadas, os autores explicam – de maneira resumida – a história de Cristo, segundo a religião católica.

Em todos os templos se venera o Senhor do Céu encontrando-se neles as imagens do Nascimento, Paixão e Ascensão. Dizem que Jesus, tendo ido pregar, chegara a um país cujos naturais o vexaram, amarrando-o a um caixilho em forma da letra sâp (dez, isto é, uma cruz), pregando a sua cabeça e os seus quatro membros. Ao terceiro dia ressuscitou e voou, voltando ao seu país de origem e, quarenta dias depois, ascendeu ao Céu com a idade de trinta e três anos. (Gomes, 1979, p. 218)<sup>15</sup>

O Senhor do Céu venera-se em todos os templos, personificado em imagens do Nascimento, Paixão e Ascensão. Dizem que Jesus, tendo ido pregar, chegou a uma terra cujos naturais o desnudaram e o amarraram a uma cruz de madeira à qual pregam a cabeça e os membros. Ao terceiro dia ressuscitou e voou para o seu país de origem. E 40 dias depois, ascendeu ao Céu com a idade de 33 anos. (Guangren & Rulin, 2009, p. 204)

Os autores salientam a diversidade das ordens religiosas existentes em Macau, como os Dominicanos e os Franciscanos. Além disso, quatro gravuras

<sup>13</sup> “Versos sobre as luzes no mar” Yin Guangren, na tradução de Jin Guo Ping.

<sup>14</sup> “Soar matina do sino de Sanba” Yin Guangren, na tradução de Jin Guo Ping.

<sup>15</sup> Todas as informações entre parênteses são do tradutor macaense.

ilustram as diferentes confrarias religiosas, para que o leitor as possa distinguir. O peso “político” do Bispo ou “*Fát-uóng*”, figura eminentemente respeitada pela população (sobretudo pelas mulheres, no olhar acerado dos dois autores chineses), é também realçado, o poder deste sendo superior ao do governador. Depois de terem evocado as principais ordens, os autores demoram-se na descrição dos costumes dos outros padres:

Os restantes, isto é os da Sé, São Lourenço, Santo António e da Santa Casa da Misericórdia bem como os de todas as outras igrejas de Macau, são indivíduos que se fizeram padres por sua livre vontade. Cobrem o alto da sua cabeça com chapéus redondos, vestem comprido hábito azul, não têm esposas nem casas mas são rodeados de mulheres europeias que tomam conta deles. Fazem das igrejas suas casas e ali se abrigam para maior conveniência como os bonzos tauistas. [...] Todos este bonzos (padres) frequentam as casas dos estrangeiros. Quando saem, para entrar nessas casas, a fim de visitar as mulheres dos estrangeiros, levam uma bengala ou guarda-chuva que deixam fora da porta. Os homens, quando voltam, deparando com essas coisas, escondem-se deles. (Gomes, 1979, p. 219-220)

Os restantes, isto é, os de Damião, Fengxing, Huawang e Zhiliang, bem como os das outras ordens, são religiosos que professaram por sua livre vontade em Macau. Não usam cabelo no alto da cabeça e cobrem-se com um barrete redondo. Andam vestidos de hábitos pretos compridos. São celibatários, mas rodeados de mulheres bárbaras, que tomam conta deles e se ocupam dos trabalhos domésticos, tanto nas igrejas como nas residências. São do género de *huoju*<sup>16</sup> e bonzos. [...] Os padres frequentam as casas dos bárbaros. Mesmo quando os homens estão fora, podem entrar nas casas para visitar as mulheres bárbaras, mas, deixando à porta a sua bengala de rota ou o guarda-sol, como sinal da sua presença. Os homens, ao verem estas coisas, escondem-se deles. (Guangren & Rulin, 2009, p. 206)

O lugar de observador exterior, assumido pelos autores, permite tratar com maior liberdade (ou falsa inocência) factos conhecidos de todos como a proximidade (por vezes duvidosa) entre os padres e as mulheres condenadas a ficar trancadas em casa, fora dos passeios até a igreja para assistir à missa. “Os

---

<sup>16</sup> Tauistas casados.



homens [...] escondem-se deles” talvez por medo de serem “castigados” como o veremos noutra citação. Lembremos que as únicas visitas masculinas que as mulheres cristãs de Macau podiam receber, na ausência dos maridos, eram as dos representantes da Igreja. Alguns pormenores jocosos como a bengala ou o guarda-chuva à porta das casas, para indicar aos outros a presença do padre (ou para afastar os maridos delas), provoca o sorriso cúmplice do leitor.

Em relação às profissões exercidas pelos portugueses, alguns homens são comerciantes influentes cujas esposas ficam em casa. Os homens que pertencem a meios sociais menos favorecidos são marinheiros ou soldados, e as mulheres oriundas da mesma classe social fazem bordados ou bolos destinados à venda. Segundo os autores da monografia, as famílias ricas possuem navios que transportam mercadorias. Podemos acrescentar que os portugueses são-nos representados, de modo geral, como sendo arrogantes e gastadores.

Estes estrangeiros são, porém, de natureza pródigos. Com o que ganham, a pouco e pouco, vivem em casas, vestem-se e comem com luxo e extravagância, procurando excederem-se uns aos outros. Quando saem vão infalivelmente protegidos por um guarda-sol e de carro e, ao avistarem os conhecidos, tiram o chapéu, por isso ser de praxe. (Gomes, 1979, p. 224)

Estes bárbaros são, porém, pródigos por natureza. Mal têm algum dinheiro, competem entre si para verem quem ostenta maior luxo em relação à casa e à alimentação. Quando saem, nunca saem sem pátio e cadeirinha. Quando se encontram com conhecidos, tiram os chapéus numa vénia, em sinal de respeito. (Guangren & Rulin, 2009, p. 208)

Sem transição, os costumes dos portugueses de Macau, opostos aos costumes chineses, são-nos também expostos como a (suposta) preferência dada ao sexo feminino, quando nasce uma criança. Esta afirmação é provavelmente o resultado de uma conclusão demasiado rápida : os homens deixam o lar familiar para casar, enquanto na China, é a mulher que corta definitivamente os laços com a própria família para integrar a família do marido. Segundos os autores, os homens portugueses não podiam ter concubinas como os chineses, ora sabemos que muitos homens mantinham “clandestinamente” ligações com mulheres asiáticas. Algumas curiosidades, confusões ou fabulações, por parte dos autores surgem no texto como a punição infligida pela Igreja católica aos esposos infiéis, o direito para as mulheres portuguesas de casarem com homens

chineses, união supostamente incentivada pelo governo de Macau. Esta última asserção parece curiosa se pensarmos na literatura de Macau como o romance *A Trança Feiticeira* de Henrique de Senna Fernandes, no qual as uniões mistas entre chineses e portugueses/macaenses são raras e violentamente criticadas – pelas duas comunidades - até a primeira metade do século XX.

Os homens saem da família quando casam e não podem sustentar amantes em casa. Se transgredirem, as suas mulheres queixam-se ao bispo que os condenam à morte ou consentem que se arrependam e se emendem. Emprega-se então um gancho de ferro para arranharem os seus pés e mãos. O sangue correrá e, depois disso, evitarão as mulheres. Às mulheres não são proibidas ter mais homens. Se tomarem um chinês para marido, todos as congratulam. (Gomes, 1979, p. 225)

Os homens, quando casam, saem da sua casa e vão viver para casa da esposa. Para além da legítima esposa não podem ter amantes. Os maridos adúlteros são denunciados pelas suas próprias mulheres ao bispo, que os pode condenar à morte ou a um castigo corporal, o qual consiste em colocar uns ganchos de ferro na extremidade dos seus membros até que sangrem, para não tornarem a praticar adultério. Às mulheres não é proibido ter mais do que um homem. Quando tomam um chinês como genro, toda a gente fica muito contente. (Guangren & Rulin, 2009, p. 209)

Os autores da Monografia evocam também a fauna e a flora macaenses através de uma longa enumeração de flores (que inspiraram várias composições poéticas) e de animais, uns comuns, outros mais exóticos e até imaginários (unicórnios), que teriam passado pelo território. Segundo Boxer, vários navios que chegavam de Goa com destino ao Japão passavam por Macau (fonte citada por Graciete Batalha em *Luís Gonzaga Gomes e o intercâmbio cultural luso-chinês*, 2007). Algumas descrições mais fantasistas que apresentam animais extraordinários que teriam vivido no continente europeu demonstram o saber limitado dos dois autores da monografia.

Há caranguejos que, transversalmente, excedem uma braça de comprimento. As suas tenazes podem apertar a cabeça de um homem. Partindo-se-lhe a carapaça e voltando-a sobre o solo parece-se com uma casa baixa, podendo uma pessoa dormir por baixo dela. ” (Gomes, 1979, p. 240).

Há caranguejos tão grandes que atingem um zhang de diâmetro. As suas tenazes matam uma pessoa, cortando-lhe a cabeça. Quando repousam em terra, as suas carapaças parecem casas baixinhas, sendo capazes de suportar uma pessoa deitada em cima. (Guangren & Rulin, 2009, p. 222)

Como o realçou Luís Gonzaga Gomes, estas descrições de animais míticos ou lendários traduzem o desconhecimento dos autores que preferem soltar a sua imaginação fértil.

Os pretensos conhecimentos que os dois autores desta Monografia presumem possuir de plantas, animais, factos históricos, etc., dos países estrangeiros à China são duma ingenuidade fantástica e, na sua maioria, puras invenções. Muitos nomes de plantas, animais, etc., pelos mesmos citados são de impossível identificação. (Gomes, 1979, p. 294-295)

Fora de Marques Pinto, colaborador da revista *Mosaico* que já citamos e que homenageou o trabalho realizado por Luís Gonzaga Gomes, salientando o papel das notas que acompanham a leitura dos neófitos, os jornalistas do jornal *O Clarim* elogiaram a tradução do autor macaense, obra que apresentaram como “[...] notável documentário, espelho antigo no qual os chineses apreciavam os costumes, religião e maneiras de viver da gente lusíada nestas paragens” (1951, p.5). Este livro suscita a curiosidade do leitor de outrora assim como o leitor mais contemporâneo que se delicia com as descrições insólitas, produzidas pela imaginação transbordante dos autores chineses. Esta obra permite viajar no tempo e no espaço, mas sobretudo, desvendar o olhar do outro sobre si mesmo, numa espécie de espelho torto. Por este motivo, a realidade aparece nebulosa aos olhos dos leitores portugueses de Macau, como se os contornos traçados pelos autores chineses permanecessem indefinidos, imperfeitos, ou até grosseiros. Alguns parágrafos, nomeadamente os que evocam os hábitos alimentares dos portugueses, ou ainda, os códigos vestimentares, lembram os relatos deixados pelos missionários portugueses que tentaram descrever o Oriente e as suas populações, como o texto do padre Luís Fróis - *Europa Japão – Um diálogo civilizacional no século XVI*<sup>17</sup> - no qual o autor oferece um retrato inédito dos costumes do povo japonês.

---

<sup>17</sup> Edição de 1993.

## Referências bibliográficas

- Amaro, A. M. (1989). *O traje da mulher macaense : da saraça ao dó das Nhonhonha de Macau*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Batalha Nogueira, G. (2007). *Luís Gonzaga Gomes e o intercâmbio cultural luso-chinês*. Macau: Instituto Internacional de Macau.
- Fernandes Senna, H. (1993). *A Trança Feiticeira*. Macau: Fundação Oriente.
- Fróis, L. (1993). *Europa Japão – Um diálogo civilizacional no século XVI*. Lisboa: Oceanos.
- Gomes, L. G. (1979). *Ou-Mun Kei-Lèok – Monografia de Macau*. Macau: Quinzena de Macau.
- Guangren, Y., Rulin, Z. (2009). *Breve Monografia de Macau*. Tradução de Jin Guo Ping. Macau: Instituto Cultural da R.A.E. de Macau.
- Pinto, M. (1951). *Ou-Mun Kei-Leok (Monografia de Macau)* de Iân-Kuóng-Iâm e Tchéong-U-Lâm – Tradução de Luís Gonzaga Gomes. *Mosaico*, I (5), 544-547.
- Said, E. W. (2005). *L'Orientalisme – L'Orient créé par l'Occident*. Paris: Seuil.
- S.A. (1951, 25 de março). 'Ou-Mun Kei-Leok' (Monografia de Macau). *O Clarim*, III (47), 5.



# EUFEMISMO NA TRADUÇÃO FONÉTICA PARA CHINÊS

## 葡汉音译中的雅译问题

**Wang Suoying**

Universidade de Aveiro. Investigadora do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa

No mundo de hoje, com a globalização cada vez mais intensa, a tradução fonética desempenha um papel cada vez mais importante na comunicação interlingual e intercultural. Os nomes estrangeiros, que incluem antropónimos, topónimos, nomes de produtos de novas tecnologias, nomes de objetos ou fenómenos próprios a um micromundo cultural para os quais os tradutores não encontram a palavra correspondente em outras línguas, normalmente são traduzidos foneticamente para a outra língua, e também para a língua chinesa.

Perante uma grande quantidade de traduções fonéticas, que encontramos no nosso dia a dia, podemos constatar que a questão do eufemismo na tradução fonética para chinês está longe de ser devidamente valorizada.

O que é eufemismo? “Eufemismo é uma figura de linguagem que emprega termos mais agradáveis para suavizar uma expressão”. “Determinadas palavras e expressões, quando empregadas em certos contextos, são consideradas desagradáveis, ou por apresentarem uma idéia muito negativa ou por chocarem quem ouve. Por isso, é muito comum os falantes substituírem essas expressões por outras mais suaves, mais delicadas, que, mesmo tendo o mesmo sentido, causam menor impacto em quem as ouve”<sup>1</sup>.

E o que entendemos por eufemismo na tradução fonética para chinês? A escrita chinesa é composta por caracteres que representam uma combinação de forma, fonética e conceito, exprimindo sobretudo o conceito. Por isso, é cos-

---

<sup>1</sup> Eufemismo. InfoEscola. Consultado em fevereiro de 2017.

tume usar o termo “ideogramas” para referir os caracteres chineses, por serem sinais que exprimem sobretudo ideias.

Assim, quando os nomes portugueses são representados pelos caracteres chineses, independentemente dos sons idênticos dos caracteres escolhidos, a tradução pode ficar bonita, por ser representada por caracteres ou grupos de caracteres que revelam ideias positivas e agradáveis, mas também pode resultar feia, ridícula e chocante, por agrupar caracteres que revelam ideias negativas ou desagradáveis, ou originam associações esquisitas, provocam gargalhadas, etc.

Resumindo, o eufemismo na tradução fonética representa o senso estético do tradutor na tradução, nomeadamente a sua capacidade de decidir e seleccionar caracteres adequados, bonitos, positivos e agradáveis para a tradução fonética.

Cito dois exemplos que são considerados belos exemplos do eufemismo na tradução fonética para chinês.

**Exemplo 1:  
eufemismo na tradução fonética**

coca-cola  
可口可乐/kekou kele  
saborosa e alegre

Um aluno contou-nos a seguinte história: durante uma viagem a um país estrangeiro, assistiu a um anúncio na televisão que dizia: “Sabem que na língua chinesa, coca-cola significa saborosa e alegre?”

**Exemplo 2:  
eufemismo na tradução fonética**

Carrefour  
家乐福/jia le fu  
família feliz e alegre

O modelo de supermercado foi introduzido na China em meados dos anos 90 do século passado, revolucionando tanto o sistema como o conceito tradicionais de comércio a retalho dos chineses. A tradução fonética de Carrefour em chinês, revela vivamente a cena em que a família toda, incluindo os bebés ou as crianças, vai alegremente às compras, pois no comércio tradicional, os chineses não costumavam levar os bebés ou as crianças ao colo às praças ou aos armazens (tipo *El Corte Inglés*) para compras, mas com o supermercado,

com crianças a serem transportadas nos carrinhos, é possível irem às compras com toda a família.

Em oposição a estes belos exemplos, citamos alguns outros exemplos, tanto na história como na atualidade, que representam traduções fonéticas esquisitas, ridículas e até ofensivas.

**Exemplo 3:  
falta do eufemismo na tradução fonética**

MOÇAMBIQUE

Tradução antiga:

莫三鼻给/Mosanbigai

NÃO/TRÊS/NARIZES/DAR

Tradução atual:

莫桑比克/Mosangbike

Durante dezenas de anos, deparámo-nos sempre com 莫三鼻给/Mosanbigai nos jornais e revistas. Tendo respetivamente significados de “não/莫”, “três/三”, “nariz/鼻” e “dar/给”, esta combinação, embora correspondente em termos fonéticos, resulta deselegante, por causar associações estranhas. Depois da independência de Moçambique, a China, no momento do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países, alterou a tradução antiga para 莫桑比克/Mosangbike. Apesar de cada um dos caracteres continuar a ter os seus significados, a nova tradução, com valor mais neutro, já não faz nenhuma associação estranha.

Outro exemplo famoso foi o nome de Napoleão.

**Exemplo 4:  
falta do eufemismo na tradução fonética**

Napoleão

拿破轮/Napolun

拿/segurar 破/roto; estragado 轮/roda

项羽拿破轮论/Xiang Yu Napolun Lun

Comentários sobre Xiang Yu e Napoleão

Comentários sobre Xiang Yu que segurou uma roda estragada



Na última dinastia chinesa, Qing, quando o nome de Napoleão entrou na China, foi traduzido para 拿破轮, sendo à letra 拿/na(segurar) 破/po(roto; estragado) 轮/lun(roda). A partir de 1901, foram introduzidos nos exames destinados a selecionar mandarins temas sobre a política e a história estrangeiras, por ordem da imperatriz-regente Cixi, pelo que num exame, o título da redação era 项羽拿破轮论/Xiang Yu Napolun Lun, isto é, Comentários sobre Xiang Yu e Napoleão.<sup>2</sup> Xiang Yu foi um herói chinês que viveu entre 232 e 202 a.C.; depois de muitas vitórias, acabou por ser vencido por Liu Bang na guerra pelo governo da China. A vida dele inspirou imensas obras artísticas e literárias, pelo que era conhecido por todos os examinandos. Mas o mesmo não aconteceu com Napoleão. Então, um examinando, tendo entendido que o título significava “Comentários sobre Xiang Yu que segurou uma roda estragada”, escreveu mais ou menos o seguinte texto: “Xiang Yu, um herói conhecido pela sua enorme força física que lhe permitia mover uma montanha, como seria incapaz de segurar uma roda estragada? Além disso, como chegou a segurá-la, se a sua reparação cabia a pessoas encarregadas desse trabalho? Se não venceu com rodas boas, muito menos com rodas estragadas!” Quem consegue conter as gargalhadas ao ouvir tal anedota? Mas o primeiro tradutor do nome de Napoleão não devia assumir também alguma responsabilidade? Hoje em dia, Napoleão foi traduzido para 拿破仑, evitando a ideia de “roda rota”, mas continua a ter os caracteres “segurar” e “roto”.

Na nossa prática profissional de docência e tradução, constatamos que existem hoje dois defeitos na tradução fonética dos antropónimos portugueses para chinês:

1. Escolher caracteres feios e deselegantes para a tradução;
2. Apagar as marcas indicadoras do sexo das pessoas.

Vamos ver exemplos com o primeiro defeito:

<sup>2</sup> [http://www.timeku.com/view\\_event.php?eid=2727](http://www.timeku.com/view_event.php?eid=2727), última consulta em 25/08/2015.

**Defeito 1:****Escolher caracteres feios e deselegantes**

Maria/麻利亚

麻/ma (insensível; sarampo; lepra)

Lara/啦啦/lala (onomatopeia)

Morais/莫赖斯

赖/lai (mau; patife; desdizer-se; depender)

Em relação ao segundo defeito:

**Defeito 2:****Apagar as marcas indicadoras do sexo das pessoas**

Paula

包拉/Baola

Cândida

刚彼得/Gangbide

坎迪达/Kandida

Uma vez, um compatriota chinês mandou uma mensagem para o meu telemóvel: “Pode dar-me o contacto telefónico de 刚彼得/Gangbide?” “Mas quem é 刚彼得/Gangbide, não conheço esse homem,” respondi. “É a médica oftalmologista macaense que me apresentou uma vez, que é sua aluna e fala chinês.” “Ah, é a Cândida!” Qualquer chinês, ao olhar para o nome de 刚彼得/Gangbide, pensa logo que se trata de um senhor e não uma senhora.

Por isso, como tradutores, temos que saber quais os caracteres que servem para traduzir antropónimos, quais são adequados para nomes de homens e quais para nomes de mulheres. Como docentes de língua chinesa, ao ensinarmos os caracteres a portugueses, temos que esclarecer os critérios ou princípios da sua seleção para a tradução fonética.

**Sugestão 1:**  
**Escolher caracteres de sentido positivo**

马/ma cavalo, que é um animal muito apreciado pelos chineses, com bom simbolismo, sendo também um apelido bastante vulgar na China. Serve para traduzir a sílaba “ma” nos nomes masculinos estrangeiros ou topónimos: 马里奥/Mali’ao → Mário;

玛/ma, que entra na formação da palavra 玛瑙/manao (ágata). Serve para traduzir a sílaba “ma” nos nomes femininos estrangeiros: 玛丽娅/Maliya → Maria

Muitos nomes podem ter a mesma pronúncia, mas têm caracteres diferentes para sexos diferentes:

**Sugestão 2:**  
**Escolher caracteres indicadores de sexo**

Para rapazes:

劲/jing

强/qiang

雷/lei

力/li

亚/ya

路/lu

沙/sha

纳/na

Para raparigas:

静/jing

蔷/qiang

蕾/lei

丽 ou 莉/li

娅 ou 雅/ya

露/lu

莎/sha

娜/na

Para os chineses, enquanto um rapaz recebe o nome de “亚非/Yafei”, uma rapariga é denominada de “娅菲/Yafei”, numa forma feminizada, devido aos radicais de “mulher/女” e de “erva/+”.

Vai uma lista sugerida para a tradução de alguns nomes portugueses para chinês:

**Sugestões:****Tradução de antropónimos portugueses para chinês**

- Paulo/ 保罗
- Paula/ 宝拉
  
- Manuel/ 马努埃尔 ou 马努艾尔
- Manuela/ 玛努爱拉
  
- Luís/ 路易斯
- Inês/ 伊内丝
  
- José Maria/ 若泽 • 马利亚
- Maria José/ 玛丽娅 • 菊珊
  
- Céu/ 赛妩 em vez de 赛乌 ou 赛吴
  
- Cândida/ 甘蒂妲 em vez de 刚彼得 ou 坎迪达
  
- Ester/ 爱丝黛儿 em vez de 埃斯特尔
  
- Morais/ 莫拉伊斯 ou 莫莱斯 em vez de 莫赖斯

Além de recorrermos à tradução fonética, na tradução dos nomes estrangeiros para a língua chinesa podemos seguir o exemplo dos nomes chineses, que são compostos normalmente por três caracteres, com a sequência de “apelido (um caractere) + nome próprio (dois caracteres)”. Nesses casos, os caracteres que formam os nomes à chinesa têm todos um sentido positivo, além de revelar o sexo da pessoa referida.

Existem três práticas na tradução de nomes estrangeiros à chinesa:

**1. Traduzir foneticamente uma sílaba do apelido original e duas sílabas do nome próprio original:**

- 利马窦/Li Madou  
Matteo Ricci (1552-1610), famoso jesuíta italiano que divulgou o catolicismo na China, por ordem do rei português, durante quase 30 anos
- 高雅珊/Gao Yashan  
Alexandra Gomes (coordenadora da antiga Missão de Macau em Lisboa)
- 林宝娜/Lin Baona  
Paula Laborinho (Presidente do Instituto Camões)
- 白洁丽/Bai Jieli  
Zélia Breda (docente da Universidade de Aveiro)

**2. Traduzir apenas uma sílaba do apelido original, escolhendo outros dois caracteres de sons diferentes, mas com um significado positivo, para ser nome próprio, tal como os últimos três governadores de Macau:**

- |                  |                 |
|------------------|-----------------|
| · 马俊贤/Ma Junxian | Pinto Machado   |
| · 文礼治/Wen Lizhi  | Carlos Melancia |
| · 韦奇立/Wei Qili   | Rocha Vieira    |

**3. Traduzir apenas o apelido ou o nome para três caracteres chineses, sendo o primeiro um apelido chinês:**

- |                |   |
|----------------|---|
| · 李安道/Li Andao | Garcia Leandro (antigo governador de Macau)       |
| · 高斯达/Gao Sida | Almeida e Costa (antigo governador de Macau)      |
| · 安德雅/An Deya  | Andreia Peralta (aluna da Universidade de Aveiro) |

Aproveitamos para fazer uma ligeira abordagem sobre o senso estético na paginação dos textos chineses. Hoje em dia, há cada vez mais livros ou trabalhos em chinês produzidos em Portugal ou fora da China Continental, pelo que

precisamos de ter muito cuidado em manter a estética da língua combinada com a sua forma visual.

Os textos chineses seguem a sua formatação específica. Os sinais de pontuação nunca aparecem no início das linhas.

Vamos ver o seguinte texto:

<p>鸡年</p> <p>心地善良， 有爱心，聪明， 精明，足智多谋， 完美主义者。 好社交， 性格多变， 爱幻想，注重 外貌。</p>	<p><b>ANO DO GALO</b></p> <p>Os nativos deste signo são gentis, amáveis, astutos, perspicazes, engenhosos, perfeccionistas. Bons conversadores, têm por vezes temperamento instável, são indecisos e dão muita importância à aparência.</p>
--	---

Vamos sugerir a seguinte correção (ideia mais próxima do texto original em português; expressões de quatro caracteres; ausência de sinais de pontuação; um subtítulo para indicar que essas qualidades se referem aos antivos do signo do galo e não do ano do galo):

属鸡者  
彬彬有礼  
富有爱心  
聪明精明  
足智多谋  
追求完美  
善于交际  
  
但有时  
性格易变  
犹豫不决  
注重外貌

Outro exemplo de falta de senso estético na paginação:

Deparámo-nos, há meses, numa exposição em Lisboa, com o seguinte painel procedente de Macau, perante o qual, nenhum chinês percebe o que significam os três caracteres grandes:



Afinal, trata-se da tradução de “escrita alfabética” para a língua chinesa, 字母语言/*zimu yuyan* em chinês.

Em primeiro lugar, a tradução não está correta, pois os quatro caracteres significam “língua de letras” ou “língua alfabética” em vez de “escrita alfabética”.

Em segundo lugar, a unidade lexical “língua (语言/*yuyan*)” em chinês, foi arbitrariamente cortada, encontrando-se o segundo ideograma numa outra linha de caracteres pequeninos, como se escrevesse em português:

#### LÍNGUA DE Letras

Obviamente, o *designer* responsável pelo painel não percebe a língua chinesa, procurando apenas a beleza estética visual, em prejuízo da comunicação interlingual.

Concluindo, o eufemismo na tradução fonética, assim como o senso estético na paginação dos textos em chinês devem ser devidamente valorizados, em prol da comunicação intercultural entre mundos diferentes, sobretudo o mundo lusófono e o mundo chinês. Todos os trabalhadores bilingues, de chinês e português, enfrentamos a importante tarefa de contribuir para melhorar a tradução, para que essa comunicação intercultural seja mais sensata e humana.

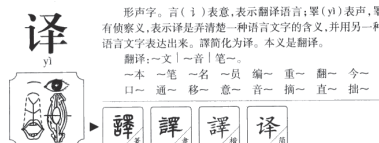
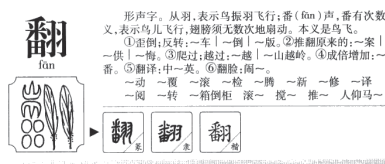
# TENDÊNCIAS NA TRADUÇÃO DA ATUAL SINOLOGIA PORTUGUESA

## 葡萄牙现代汉学翻译趋向

Ana Cristina Alves

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (colaboradora)

### 1. Breve análise etimológica do conceito de tradução



#### 1.1 翻译: Traduzir

A palavra dissilábica traduzir é composta por dois caracteres. O primeiro *fān* (翻) significa no dicionário “traduzir”, mas também “virar ao contrário”, “reverter”, “multiplicar” e “atravessar”. Do ponto de vista etimológico *fān* (翻) significa, antes de mais, “o voo do pássaro”, e as inúmeras vezes que ele necessita de bater as asas.

De facto, o sentido etimológico de tradução na China vem ao encontro das mais recentes teorias da tradução que defendem ser o acto de traduzir uma viagem, como podemos ler na obra de Dominique Grandmont: “Traduzir é uma viagem estranha da qual talvez nunca se regressa” (2013, p. 59).

O tradutor ao traduzir bate frequentemente as asas sobre os campos por onde viaja. Anda à procura do melhor terreno para pousar, bem como de vento favorável para levantar, ou melhor, de boas circunstâncias, dum ambiente cultural propício. Do ponto de vista estritamente pragmático, interessa saber para



onde vamos e qual o melhor caminho a seguir para chegar a um qualquer porto de abrigo linguístico. Segundo as palavras de Grandmont, o tradutor afeiçoa-se à viagem, sobretudo se tiver boas recordações dos seus primeiros voos, sentindo-se seguro e orientado é muito provável que deseje continuar a conhecer cada vez mais mundos. Para tal precisa de alguns apoios nos campos teórico e prático: técnicas e metodologias, bem como conselhos relativos à melhor postura existencial ser-lhe-ão de grande benefício.

## 1.2. 译 Yì Traduzir, interpretar

- O segundo caractere<sup>1</sup> yì (译) no dicionário significa “traduzir”, “interpretar”, de acordo com a etimologia da palavra, e portanto na sua apresentação de chinês tradicional, yì (譯) quer dizer manifestar ou trazer à visão o sentido implícito das palavras numa língua, transferindo-as para uma outra língua.
- A transferência numa língua para a outra e a comunicação do sentido têm ocupado os teóricos da tradução e os próprios tradutores. Se pensarmos em termos da tradução chinesa, desde os tempos de Dao An (道安) em 382, em que se realizaram os primeiros comentários às traduções dos sutras budistas, ao monge da dinastia Tang Xuanzang (玄奘), 602-664, que partiu em busca dos sutras no Oeste.

Dao An (道安) comentou o *Sutra da Perfeita Sabedoria*, denunciando as cinco perdas (五失) no texto traduzido para chinês, por os tradutores não privilegiarem o sentido dos textos originais, são elas:

- 1) reversão da ordem das frases;
- 2) preferência dum estilo literário e elegante ao sentido original;
- 3) resumo e encurtamento de longas exposições e/ou cânticos;
- 4) omissão de explicações e comentários;
- 5) exclusão de palavras-chave que funcionam como sumários. (Alves, 2016, p. 30)

Desde os tempos de Dao An até aos nossos dias muitos têm sido os teóricos preocupados com as metodologias que permitam obter as melhores traduções.

<sup>1</sup> Optou-se por denominar os caracteres da língua chinesa no singular “caractere” e não “carácter”, como tantas vezes encontramos, para enfatizar o cunho específico desta forma de escrita, mais próxima da materialidade dos caracteres da impressão escrita.

Veja-se o esforço de sistematização de Sara Laviosa-Braithwaite, no artigo intitulado “Universais da Tradução” (2004, pp. 288-291).

A teórica da tradução avança com 5 regras práticas da tradução que denomina *universais*:

- 1.<sup>a</sup> regra – Simplificar e evitar repetições presentes no texto original;
- 2.<sup>a</sup> regra – Explicitar o que pode parecer obscuro ou opaco no texto original;
- 3.<sup>a</sup> regra – Normalizar de acordo com as normas linguísticas e culturais do texto de chegada;
- 4.<sup>a</sup> regra – Evitar a interferência da língua original na transferência do discurso;
- 5.<sup>a</sup> regra – É preciso ser sensível à distribuição de certos termos lexicais na língua de chegada.

Ao nível das metodologias nem sempre os teóricos concordam: uns, como Dao An (道安), pugnam pela manutenção do sentido original em detrimento do estilo e da elegância, bem como da fidelidade quase absoluta ao texto-fonte; outros como Sara Laviosa-Braithwaite privilegiam o texto-alvo e, portanto, a comunicação do sentido à comunidade de chegada. A maior divisão, do ponto de vista das teorias que têm percorrido a história da tradução, radica entre a colocação do acento tônico nas posturas semânticas ou comunicativas. No entanto, há que chamar a atenção para o seguinte: desde os primeiros tradutores e comentadores chineses dos sutras budistas aos teóricos da tradução e tradutores dos nossos dias, verificamos uma constante preocupação com a fidelidade ao sentido. Este poderá, à maneira da proposta de Sara Laviosa-Braithwaite, ser preparado para efeitos comunicativos, de forma a ser trabalhado numa linguagem simples e de acordo com as normas da cultura de chegada, mas não deve ser adulterado, atraído ou omitido.

Eis, também, a meu ver, as linhas de força que devem continuar a orientar a ação dos tradutores, a fim de permanecerem fiéis ao sentido etimológico do ato de traduzir, explicitado na etimologia da língua chinesa como: *um voo constante, no qual se transmite duma língua para a outra um sentido que o tradutor consegue ver duma maneira clara*.

Não se pode omitir que esta visão clara depende dum sujeito mergulhado numa determinada cultura, pelo que o seu olhar marcará com um cunho intersubjetivo muito específico o texto de chegada. Também nos estudos de tradução longe vão os sonhos duma objetividade à maneira da ciência antiga que

sonhava poder permitir a vários tradutores obterem uma tradução equivalente dum qualquer texto apresentado.

Sabe-se que não é assim. A tradução depende em muito do estilo de cada tradutor e por isso há teóricos como Venuti que defendem ser as grandes traduções obras de verdadeira co-autoria. Também as traduções na área da sinologia não escapam à regra do equilíbrio entre a subjetividade, intersubjetividade e a objetividade, sendo a sábia Via do Meio, aquela que é cultivada pelos tradutores cientificamente mais bem preparados.

## **2. Reflexões chinesas sobre a tradução**

### **2.1 A comparação de Bill Gao (高明)**

O Em *Culturas em Diálogo. A Tradução Chinês-Português* (Alves, 2016) chamei a atenção para uma interessante comparação nos estudos de Teoria da Tradução, realizada por Bill Gao (高明) em 《翻译杂谈集》 (*A Collection of Opinions on Translation and Interpretation*, 2011). Segundo o autor, traduzir é como cozinhar. Há que escolher os ingredientes, prepará-los e cozinhá-los para que o prato fique bom:

翻译工作和烹饪工作都是把“原料”加工程“成品”的过程。两份工作的特点都是对火候的把握。厨师可以把牛排加工七成热、五成热，译者也可以根据不同的场合，不同的要求把原语言加工成诙谐幽默的口语，也可以加工成正式书面语。(2011, p. 59)

O trabalho de tradução, como o da culinária, é um processo de transformação dos ingredientes em alimentos. Ambos os trabalhos devem passar pelo controlo do fogo. Para que a costeleta de vaca fique cozinhada, terá de passar por cinco ou sete etapas, tal como o tradutor deverá ter em consideração diferentes circunstâncias e requisitos para dar ao texto-fonte o humor ou a formalidade erudita pretendidos.

### **2.2 Estratégias para a tradução na área da sinologia: Experiências culinárias**

Concordo com Bill Gao (Gao Ming 高明) quando defende que traduzir, ou melhor, bem traduzir, é uma arte tão científica como cozinhar, mas podemos

levar um pouco mais longe a comparação estendendo-a às estratégias e planos para os estudos de tradução.

A organização das actividades de tradução poderá ser perspectivada como uma espécie de gastronomia.

Assim, e antes de mais, quais as áreas a privilegiar nas práticas de tradução? Podemos traduzir o que quer que seja? Importa averiguar os domínios onde já foram realizadas traduções de chinês para português e vice-versa?

Indagar sobre as estratégias a seguir na tradução dos estudos sinológicos é uma tarefa de grande valor. Não se está a perder tempo, muito pelo contrário. As interrogações levantadas, vão conduzir a um caminho seguro, podem poupar tempo, evitando andar às voltas, por não se possuírem indicações úteis ou, modernamente falando, GPS intelectual que nos oriente sobre a direção ou direções válidas a seguir.

Por isso, saber colocar as questões é muito importante para o desenvolvimento da sinologia tradutória. Notem-se algumas das que considero essenciais, produzidas com recurso ao campo metafórico viabilizado por Bill Gao:

- 1) Inova-se nos campos de tradução ou segue-se a tradição?
- 2) É importante criar um menu de traduções, ou deixa-se a atividade tradutória ao sabor dos acontecimentos?
- 3) Quais os pratos a oferecer ao público no restaurante da tradução?
- 4) E qual é o público visado? O académico ou o não-especializado?
- 5) Ter-se-á um ou vários restaurantes em funcionamento, em termos práticos, um ou vários menus de tradução?
- 6) Entrega-se a actividade de traduzir às tendinhas de rua, quer dizer, aos privados, aos restaurantes chiques, entenda-se centros e fundações, ou às associações de tradutores já existentes?

#### 2.2.1. Resposta a algumas das questões levantadas

- 1) Será aconselhável criar uma Associação de Tradutores apenas vocacionada para o chinês.
- 2) Esta Associação, a fim de evitar despesas extraordinárias, funcionaria dentro dum Centro, Fundação ou Universidade já existentes.
- 3) A Associação dos Tradutores de Chinês terá como principal propósito criar uma política de tradução para os estudos sinológicos a implemen-

tar a nível nacional, que coordene os esforços de tradução dos vários organismos ligados à sinologia.

- 4) Esta Associação também se compromete a aceitar e apoiar propostas de trabalhos de tradução que surjam espontaneamente, não se limitando ao menu das suas ofertas, sendo ainda orientada pelo princípio da espontaneidade ou, como a tradição chinesa gosta de lhe chamar, da sinceridade.

### **3. A valorização da espontaneidade/sinceridade na filosofia chinesa, uma postura extensível aos estudos de tradução, nas suas vertentes teórica e prática**

#### **3.1 A valorização da sinceridade na filosofia confucionista**

Lemos na *Doutrina do Meio*, obra alegadamente atribuída ao neto de Confúcio, Zi Si (子思), mas possivelmente datada dos tempos Han, no capítulo da “Compreensão Sincera” (诚明):

(*Chinês Clássico*)

自誠明，謂之性。自明誠，謂之教。誠則明矣，明則誠矣。

翻译 (tradução para chinês moderno)

从诚心上明白这个道理，叫做自然的天性。明白了这个道理再去涵养诚心，叫做认为的教化。越是真诚就越能明白道理，越是明白道理就会越加真诚。

O instinto natural permite ao homem compreender o caminho do Céu por meio da sinceridade. A educação viabiliza que se seja sincero na compreensão do caminho do Céu. A sinceridade assegura a compreensão e a compreensão garante a sinceridade. (1999, p. 70).

#### **3.2. A valorização da espontaneidade na filosofia taoísta**

A espontaneidade é o movimento existencial mais valorizado também pela escola taoísta. Recorde-se o louvor de Laozi e Zhuangzi à pessoa verdadeira (Zhēnrén 真人). Esta deve mostrar-se tal como é, sem procurar copiar ou seguir modelos. A este respeito há uma história proverbial muito conhecida em *Zhuangzi*, contada no capítulo 14, “Os Movimentos Celestiais (庄子。天运，第十四)”, relativa a uma das beldades mais famosas da China antiga, Xishi (西施), intitulada “Xishi Franze as Sobrancelhas (西施皱眉)”. Resumindo, Xishi, uma beldade dos tempos antigos, franzia as sobrancelhas e toda a gente admi-

rava a beleza da rapariga, mas quando uma mulher feia procurou imitá-la, as pessoas fugiram.

Moral da história, deve-se procurar ser aquilo que se é, sem pretender copiar os outros, porque as cópias são sempre inferiores aos modelos. Na perspectiva da filosofia taoísta, os movimentos miméticos são prejudiciais para as pessoas, países e suas culturas. Por muito que sejam admiradas as culturas francesa, americana ou chinesa pela portuguesa, há que encontrar o nosso próprio modo de expressão, pois só assim manifestamos, numa leitura possível, mais uma faceta do Tao (道), enquanto mente universal de que somos prolongamentos. Tal raciocínio quando aplicado às traduções na área da sinologia portuguesa vai viabilizar um voo tradutório original.

#### 西施皱眉 (*Xishi Franze as Sobrancelhas*)

西施因心口痛而在乡邻间总是皱着眉头，乡邻中的一位丑闺女到后觉得很美，回去后也在乡邻间捂着心口皱着眉头。结果，邻里的有钱人见了她，把门关得紧紧的，不愿外出；贫穷的人见了她，牵着老婆孩子跑得远远的。她只知道皱眉好看，却不知道皱眉为什么好看。（庄子·天运，第十四）

Num certo período da sua vida, Xishi sofreu do coração, por isso se agarrava a ele, franzindo as sobrancelhas. Uma rapariga muito feia da vizinhança achou que franzir as sobrancelhas agarrada ao coração era muito bonito. No regresso a casa começou também a fazer o mesmo. Resultado, os ricos quando a viam corriam a fechar-se nas suas habitações e os pobres agarravam nas mulheres e filhos fugindo para bem longe. Ela apenas sabia que franzir as sobrancelhas era bonito, sem compreender a razão porque o era. (Zhuangzi, Movimentos Celestiais, Capítulo XIV)

## 4. Referência a sinólogos portugueses e brasileiros na área da tradução chinês-português<sup>2</sup>

Atendendo à tradição, os portugueses privilegiam determinados campos sinológicos na tradução, a saber:

- 1) A língua e os encontros linguísticos sino-portugueses:

<sup>2</sup> Do lado chinês, são muitos os distintos tradutores que contribuíram para o diálogo sino-português, distinguirei apenas alguns nomes, tais como: Chan Mónica, Chen Yongyi, Cui

A) Surgem vários dicionários, recorde-se o *Dicionário Português-Chinês* do século XVI, em c. 1580, obra colectiva com a participação de M. Ruggiero e o macaense luso-chinês Sebastião Fernandes/Tchong Min-Jen.

B) Manuais de ensino, criação e tradução de gramáticas, tendo sido pioneiro neste campo o Padre Joaquim Afonso Gonçalves (1781-1841), do qual distinguimos as seguintes obras:

*Arte China Constante Alphabeto e Grammatica* 《汉语技巧：字母、文法及各种文章范例》（1829年）；*Vocabularium Portuguese-China* 《洋汉合字汇》（1831年）；*Vocabularium China-Portuguez* 《汉洋合字汇》（1833年）。

E ainda a tradução por Maria Trigo de uma *Gramática Concisa da Língua Chinesa* (1996).

Há também a distinguir o trabalho sinológico de Pedro Nolasco da Silva e, atualmente, de João Canuto e Ana Meireles.

C) Estudos teóricos na área da tradução: António Graça de Abreu, Ana Cristina Alves, Bruna Peixoto, Cláudia Ribeiro, Márcia Schmaltz.

- 2) Literatura e Poesia António Graça de Abreu, Ana Cristina Alves, Manuel Afonso Costa, Luís Cabral, Fernanda Dias, Camilo Pessanha, Giorgio Sinedino de Araújo, Gonçalo Xavier, Márcia Schmaltz e Sérgio Capparelli, Tiago Nabais, entre outros.
- 3) Filosofia e obras clássicas António Graça de Abreu, Cláudia Ribeiro, Luís Gonzaga Gomes, João Reis e Pe Joaquim Guerra.
- 4) Áreas pouco desenvolvidas, A) Ciências Sociais (História, Política...), B) Arte Elisabetta Colla, que escreve principalmente em inglês.

Os tradutores chineses da área da sinologia têm vindo a desenvolver muito trabalho nestas áreas, sendo a ausência mais notada, traduções em ramos científicos e científico-tecnológicos.

---

Weixiao, Deng Lan Zhen, Fan Weixin, Han Lili, Huang Huixian, Alexandre Li Ching, Jorge Lau, António Lei, Li Junbao, Li Ping, Lu Ping Yi, Jin Guo Ping, Li Changsen, Li Xiangyu, Lu Yanbin, Monsenhor António André Ngan, Sun Cheng Ao, Sun Lam, Wang Quanli, Wang Suoying, Wang Wei, Wang Zengyang, Wu Zhiliang, Yao Jingming/Yao Feng, Yao Yuexiu, Stella Lee Shuk Yee, Yu Xiang, Zhang Weimin, Zhao Hongying...

## 5. A Via do Meio ou um plano concertado nos estudos de tradução

O papel reservado a uma futura Associação de Tradutores de Chinês seria:

- 1) Compilar e organizar o acervo tradutório existente nos vários domínios sinológicos;
- 2) Definir uma política de tradução, orientada pela Via do Meio, em que seriam privilegiadas as traduções nas áreas sinológicas já existentes, mas simultaneamente se criaria espaço às iniciativas individuais ou de equipas para a tradução de obras em domínios pouco explorados ou mesmo inexistentes na tradução sinológica;
- 3) Criar uma revista *online* de tradução sinológica;
- 4) Favorecer o aparecimento dum espaço nas editoras vocacionadas para as publicações orientais, concentrado na tradução sinológica.

### Referências bibliográficas

- Alves, A. C. (2016). *Culturas em Diálogo. A Tradução Chinês-Português*. Macau: Universidade de Macau.
- 高明 (Gao Bill) (2011). 《翻译杂谈集》 (A Collection of Opinions on Translation and Interpretation) 澳门: 正圆工作室
- Grandmont, D. (2013). *A Viagem de Traduzir*. Ramada: Edições Pedagogo.
- Laviosa-Braithwaite (2004). Universals of Translation. In Baker & Malmkjaer, *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. Shanghai: Shanghai Foreign Language Education Press.
- Zhuangzi (《庄子》) (1999). (Vol. I e II). Trad para Inglês de Wang Rongpei e para Chinês moderno de Qin Xuqing e Sun Yongchang. Hunan, Beijing: Hunan People's Publishing House, Foreign Language Press
- 傅云龙 (Fu Yunlong) (中文译注) (1996). 《大学中庸》 *The Great Learning. The Doctrine of Mean*, ed. Bilingue. Beijing: Sinolingua.

### Webgrafia

- 秀文苑字体转换工具和有价值的名人文化中心/ 翻<http://www.xiuwenyuan.com/zi/ziyuanimg/e7bfb.png>, acedido a 5 de abril de 2017.
- 秀文苑字体转换工具和有价值的名人文化中心 / 译<http://www.xiuwenyuan.com/zi/ziyuanimg/e8af91.png>, acedido a 5 de abril de 2017.





# A CRIAÇÃO DO CONCEITO DE INTERCULTURALIDADE NA AULA DE TRADUÇÃO PORTUGUÊS-CHINÊS

## 葡中翻译课堂上跨文化意识的培养

**Wei Ming**

Universidade de Estudos Internacionais de Pequim

Gostaria de começar por apresentar a situação da disciplina de Tradução Português-Chinês na Universidade de Estudos Internacionais de Pequim. Nesta minha universidade, temos o Curso de Licenciatura de Língua e Cultura Portuguesas, com a duração de quatro anos letivos. No primeiro ano, as disciplinas incluem Português elementar, audição, conversação e leitura. No segundo ano, as disciplinas são semelhantes, mas de nível intermédio. Após estes dois anos, o aluno possuirá o nível que equivale a B2, de acordo com o *Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas* (QECR). A partir do terceiro ano, o aluno começa a aprender a tradução entre as línguas portuguesa e chinesa. Nesta altura, os alunos são proficientes em chinês, a sua língua materna, e possuem já conhecimentos significativos nas áreas da língua e da cultura portuguesas. No entanto, falta-lhes o sempre necessário contacto direto com a cultura portuguesa.

1.º	Português elementar, audição, conversação e leitura	A1, A2
2.º	Português intermédio, audição, conversação e leitura	B1, B2
3.º	Português avançado, tradução, etc.	C1, C2
4.º	Economia, Cultura de língua portuguesa, interpretação, tese, etc.	

A disciplina de tradução tem a duração de um ano letivo, com quatro horas por semana. No primeiro semestre do terceiro ano, depois de uma breve introdução às teorias de tradução, o aluno passa à prática da tradução português-

-chinês. No segundo semestre do terceiro ano, a disciplina destina-se principalmente à tradução de chinês para português.

## **I. A consciência do conceito de interculturalidade na aula de tradução português-chinês**

Durante a aula de tradução, ao fazer exercícios práticos, o aluno utiliza dois dicionários, um de chinês-português e outro de português-chinês. Depois de ler o texto, pode consultar as palavras nos dicionários. Porém, é desde logo alertado para o facto de uma tradução não ser uma mera correspondência de palavras ou de estruturas linguísticas. É necessário também considerar aspetos culturais para que a tradução expresse totalmente o sentido da língua de partida.

Para se fazer uma tradução não basta saber apenas falar ou escrever duas línguas. É necessário ter em consideração as diferenças quer no que respeita à estrutura linguística, quer quanto à expressão dos modos de pensar. Enquanto o português pertence ao sistema linguístico latino e tem muitas mudanças formais, o chinês pertence ao chinês-tibetano e tem caracteres e ideogramas. Além disso, existem também muitas diferenças culturais entre Portugal e a China. Assim, a tradução não só é a conversão do português para o chinês ou vice-versa, mas também a conversão entre as culturas portuguesa e chinesa, pelo que convém consciencializar o aluno para as questões específicas de cada cultura, durante a aprendizagem dos mecanismos de tradução. O aluno precisa de interiorizar que a tradução é um processo de comunicação intercultural, um modo de observar o mundo de um outro ângulo. A tradução constitui uma ponte não só entre duas línguas, mas também entre duas culturas.

Numa aula de tradução, usei como texto de exercício, uma notícia intitulada “Portugal descasca laranja e avança para os quartos-de-final”. A crónica relatava um jogo de futebol entre Portugal e a Holanda, que a seleção portuguesa venceu. Para que a tradução do título da notícia seja devidamente feita, os alunos precisam de compreender que metáfora que alude ao “descascar da laranja” não se refere às laranjas, abundantes em Portugal, no inverno, mas à cor das camisolas envergadas pelos jogadores da seleção holandesa. Só depois desta reflexão se pode conseguir uma tradução em chinês tão sugestiva como a do texto de partida.

O que mais caracteriza a cultura de um aluno chinês, às vezes, é ainda mais difícil de expressar em outra língua. Por exemplo, na medicina tradicional chi-

nesa (MTC) fala-se sempre de “中医治未病”, expressão que provém de *Huangdi-neijing* (“Cânone da Medicina Interna do Imperador Amarelo”), obra antiga de medicina tradicional chinesa. Isso significa que a MTC se preocupa muito com a prevenção da doença, tratando-a quando ainda não são visíveis os sintomas. Num exercício de interpretação do oral, o intérprete que não conheça muito da medicina tradicional chinesa pode usar o carácter “未” ou o carácter “胃”, que se pronunciam de igual modo em chinês. Mas, enquanto o primeiro significa “não”, o segundo tem o sentido de “estômago”. Assim, uma má interpretação, por desconhecimento da cultura, pode resultar numa tradução errada, como esta: “a MTC trata as doenças de estômago”. Este é, assim, mais um exemplo de como o conhecimento da cultura é importante para uma correta tradução.

Na cultura chinesa, alguns termos são difíceis de expressar em língua portuguesa. Por exemplo, de acordo com uma teoria fundamental da cultura chinesa, o universo é constituído por duas forças complementares que têm equilíbrio dinâmico: *Yin* e *Yang*. *Yin* tem sentido negativo, feminino; *Yang*, tem sentido positivo, masculino. No famoso romance clássico intitulado “Sonho da Câmara Vermelha”, Shi Xiangyun, menina de uma família nobre, e a sua criada tiveram uma conversa interessante relativamente a *Yin* e *Yang*. Xiangyun disse que todas as coisas do mundo têm *Yin* e *Yang*, e a interação entre *Yin* e *Yang* resulta em seres diferentes. E apresentou exemplos: o céu é positivo, a terra é negativa; o fogo é positivo, a água é negativa; o sol é positivo, a lua é negativa; e no reino animal, os seres ora são femininos, ora masculinos. De facto, o conceito *Yin e Yang* ocupa um lugar importante na cultura chinesa e não é fácil de traduzir para outra língua.

## II. Como criar no aluno o conceito de interculturalidade?

### **Levar o aluno a conhecer as semelhanças e as diferenças existente entre as culturas chinesa e portuguesa**

O professor, nas aulas de tradução, deve ajudar os alunos a identificarem as semelhanças e as diferenças entre as culturas chinesa e portuguesa. Por exemplo, na cultura ocidental judaico-cristã, existe a narrativa bíblica da Arca de Noé. Similarmente, na cultura chinesa, existe a história de que na antiguidade aconteceu uma grande inundação. Sob o comando de Da Yu, o povo sobreviveu à inundação e acabou por controlá-la.

No caso dos provérbios ou das expressões idiomáticas, as diferenças são significativas, nem sempre fáceis de decifrar ou de resolver numa tradução. Partindo da referência ao galo, signo do ano de 2017, o docente pode começar por referir que o Galo de Barcelos, feito por Joana de Vasconcelos, foi exposto nas cidades de Pequim e Shanghai, para celebrar o ano chinês do galo, passando depois para as expressões chinesas relacionadas com o galo. Algumas, como esta – “Ao ouvir o som do galo na manhazinha, começou a praticar artes marciais” (闻鸡起舞) –, têm um sentido positivo. De facto, esta frase indica que a pessoa se esforça por fazer algo de útil. Outras, porém, têm um sentido menos positivo. Por exemplo, a expressão “galo de ferro não arranca penas” (铁公鸡, 一毛不拔), aplica-se a uma pessoa muito mesquinha. Com isto, o docente alerta o aluno para a necessidade de interpretar e avaliar os diferentes sentidos de determinadas palavras, quando inseridas em expressões idiomáticas.

### **Conhecer a cultura dos países de língua portuguesa**

O aluno pode conhecer mais da história dos países de língua portuguesa, através de telenovelas e romances. Por exemplo, as telenovelas brasileiras *Escrava Isaura* e *A Casa das Sete Mulheres* foram exibidas na televisão da China. Com esta experiência, os alunos tiveram interesse em ler os romances que estiveram na origem das telenovelas e conheceram mais sobre a época em que decorriam os enredos.

### **Conhecer a diferença nos modos de pensar e de agir**

No que diz respeito aos modos de pensar e de agir, existem também diferenças. Por exemplo, quando fui às compras, notei que me deram primeiro o troco em moedas e só depois em notas. Ora, na China, quando se entrega o troco, procede-se de forma contrária: primeiro, dá-se as notas; depois, as moedas. Outro exemplo é o do tarifário que, em Portugal, se apresenta sempre com letras muito pequenas, obrigando o utente a aproximar-se para ver bem.

A disposição das vias nas cidades de Portugal é diferente da que temos nas cidades da China. Em Portugal, as ruas são como raios à volta de praças ou de largos; na China, as ruas são quadriculadas. Portanto, em Portugal, se se escolher mal a rua, será difícil encontrar o destino, ainda que se esteja a curta distância; será preciso voltar para o centro e escolher outra rua. Na China, basta seguir a rua e logo se encontra o destino.

Às vezes, o aluno faz tradução de chinês para português, mas usando o seu modo de pensar chinês. Por exemplo, nesta frase – 完成/了/准备/工作 (*completar, preparação, trabalho*), o aluno traduziu “completar o trabalho de preparação”, de acordo com o sentido literal. No entanto, a tradução correta é “completar a preparação do trabalho”.

### **Ter consciência de que as diferenças culturais não são fáceis de apreender**

Entre as culturas chinesa e portuguesa, existem diferenças nem sempre inteligíveis para um aluno chinês com pouco contacto com a cultura portuguesa. Por exemplo, enquanto na China a avestruz é símbolo de longevidade, na cultura portuguesa é símbolo de natalidade.

Outro exemplo, entre muitos, é a palavra “atrás”, que pode corresponder ao carácter chinês “后”. Ao indicar o espaço, opõe-se a “frente” (前). Indicando o tempo, opõe-se ao passado. Mas, na cultura chinesa, “后” significa o futuro e “前” tem o sentido de passado. Por exemplo, na frase “o homem começou a produzir bronze há cerca de quatro mil anos (atrás)”, “há quatro mil anos (atrás)”, em chinês diz-se “四千年前”.

### **Os provérbios, expressões com um profundo significado cultural**

O aluno precisa de saber o sentido profundo dos provérbios, quando traduz e de procurar um provérbio chinês que corresponda a esse sentido. Não pode fazer uma tradução literal. Por exemplo, o provérbio português “A fama bem longe soa, e mais depressa a má que a boa” não deve ser traduzido palavra a palavra. O aluno deve procurar o provérbio chinês que corresponda a este sentido, ou seja, 好事不出门, 坏事传千里. O sentido literal é: “a boa não sai da porta, mas a má soa a mil quilómetros”, ou seja, “coisas bem feitas não saem da casa, coisas mal feitas voam para longe”.

Para este outro exemplo – “A pedra e a palavra, não se recolhem depois de arremessadas” –, existe a expressão chinesa 说出去的话, 泼出去的水, que significa que as palavras lançadas, tal como a água, não mais se recolhem.

### **Conhecer a importância da cultura greco-romana e judaico-cristã na língua portuguesa**

Entre as várias influências recebidas pela língua portuguesa está a da cultura greco-romana. Por exemplo, é habitual ver-se em artigos de jornal a expressão “calcanhar de Aquiles”. Para bem traduzir, o aluno precisa de conhe-

cer a mitologia grega. Para o efeito, o professor deve apresentar uma síntese do mito, esclarecendo que, quando Aquiles nasceu, a mãe tentou fazê-lo imortal, mergulhando-o no rio Estige. Ao mergulhar a criança no rio, todo o corpo foi submerso, exceto o calcanhar pelo qual a mãe segurava a criança. Ao crescer, Aquiles tornou-se um grande herói. No entanto, na Guerra de Troia, o inimigo conhecia o único ponto fraco do seu corpo – o calcanhar. E foi por aqui que o inimigo o matou. Esta expressão significa o ponto mais fraco ou vulnerável de alguém. Depois de conhecer a origem, o aluno saberá o sentido verdadeiro da expressão e traduzirá corretamente.

Na cultura ocidental, a Bíblia ocupa também um lugar muito importante. Algumas expressões da cultura portuguesa provêm dos textos bíblicos. Assim, será importante que o aluno conheça algumas das histórias da Bíblia e alguns acontecimentos como os relativos ao Natal, ao nascimento de Jesus, à Arca de Noé, etc.

### A dificuldade na tradução dos números e dos dias da semana

A tradução dos números não é fácil, porque os grupos de números são diferentes entre as línguas chinesa e portuguesa. Por exemplo, em chinês, o número baseia-se em 万,亿..., enquanto no português se baseia em mil, milhão, bilhão...

十亿	亿	千万	百万	十万
1000000000	100000000	10000000	1000000	100000
bilhão	Cem milhões	Dez milhões	Milhão	Cem mil

万	千	百	十	一
10000	1000	100	10	1
Dez mil	mil	cem	dez	um

Por outro lado, em português a vírgula colocada no número equivale ao ponto em chinês. Assim, ao ver o preço de um artigo, é necessário ter em atenção esta diferença.

O mesmo cuidado se deve ter com a tradução dos dias da semana. Vejamos a seguinte tabela para conhecer bem a relação da expressão dos dias da semana entre duas culturas:

星期一	星期二	星期三	星期四	星期五	星期六	星期天/日
1	2	3	4	5	6	
segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira	sábado	domingo

Enquanto, na cultura portuguesa, o domingo é o primeiro dia da semana, na cultura chinesa, o primeiro dia é a segunda-feira. Deste modo, o aluno tem de atender a esta diferença para não se enganar no exercício de tradução.

### III. A importância da experiência cultural do professor

A maior experiência cultural do professor ajuda o aluno a conhecer não só a língua, mas também a cultura dos países que falam as línguas envolvidas no exercício de tradução. Assim, neste processo pedagógico, o professor deve levar o aluno a pensar na origem cultural do que é típico de cada país. Por exemplo, relativamente à típica calçada portuguesa, o professor pode perguntar se o aluno sabe a razão pela qual se usa tanto este pavimento de pequenos cubos de pedra granítica ou calcária? E, de seguida, explicar que isso se deve à geografia local. Como muitas cidades portuguesas são acidentadas, a calçada está adaptada ao terreno, auxiliando a locomoção das pessoas.

Para a explicação de um aspeto da cultura chinesa, tomemos como exemplo o processo de transformação da zona *Tianqiao* de Pequim. *Tianqiao* é o nome de um lugar, que, como outros, tem uma origem cultural. No passado, o imperador que residia na Cidade Proibida (Palácio Imperial) costumava ir ao Templo do Céu para rezar por boas colheitas. Para facilitar o acesso, construiu-se uma ponte entre os dois locais, à qual se deu o nome de *Tianqiao*, que deriva de *Tian* (“céu”), uma vez que o imperador tinha o epíteto de “Filho do Céu”, e de *Qiao* (“ponte”), a ponte por onde passava o Filho do Céu a caminho do Templo do Céu. Com a evolução dos tempos, agora não há esta ponte, mas o nome do lugar continua a existir. Estes dois exemplos servem, assim, para consciencializar o aluno para a necessidade de equacionar a origem e o porquê das coisas que integram a cultura de um povo.

Concluindo, podemos afirmar que a tradução constitui uma ponte não só entre duas línguas, mas também uma ponte entre duas culturas. Na aula de tradução português-chinês, o professor tem como principal tarefa ajudar o aluno a conhecer as diferenças entre as duas culturas, a chinesa e a portuguesa, desenvolvendo nele o conceito interculturalidade, para que seja mais competente no exercício de tradução.



## Referências bibliográficas

Samovar, L., Porter, R. & McDaniel, E. (2009). *Communication between cultures*. Seventh Edition. Boston: Wadsworth.

Huikang, J. (2003). 跨文化交际翻译. Beijing: 中国对外翻译出版公司.

# ENCONTROS INTERCULTURAIS: FRA- TURAS E CONTINUIDADES DESCOBER- TAS NO DIÁLOGO ENTRE ESTUDANTES CHINESES E PORTUGUESES

## 跨文化相遇：中葡学生对话中所发现的阻断 与连续

**Luís Barbeiro**

Instituto Politécnico de Leiria. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

### **Introdução**

A expansão do ensino do Português em universidades chinesas tem sido assinalada frequentemente em encontros que reúnem autoridades políticas e académicas chinesas e portuguesas e emerge também em reflexões publicadas, por exemplo, Zhilang (2014). A criação de cursos universitários de Português tem sido acompanhada pelo estabelecimento de parcerias com estabelecimentos de ensino superior portugueses, universidades e institutos politécnicos, com vista a proporcionar aos estudantes chineses desses cursos, de forma mais ou menos alargada, programas de estudo em Portugal, para aprendizagem da língua e da cultura em contexto de imersão.

A existência de um número elevado de estudantes chineses nos programas oferecidos pelas instituições diminui as dificuldades iniciais provocadas pelo isolamento, mas também pode limitar a procura ativa de interação, que potenciaria o uso da língua. A essas limitações pode ainda surgir associado o carácter reservado, frequentemente referido como um traço sociocultural dos estudantes chineses (Spencer-Oatey & Xiong, 2006).

Para promover a interação, o desenvolvimento de projetos de atribuição de parceiros, estudantes portugueses, aos estudantes chineses constitui um fator catalisador para acelerar a aprendizagem da língua por parte de estudantes chineses que se encontram em Portugal. O seu alcance não se limita ao desenvolvimento das competências linguísticas, mas inclui a realização de descobertas em relação à cultura, à sociedade e aos modos de viver dos colegas-parceiros.

Nas etapas ou encontros iniciais, em que o conhecimento dos colegas enquanto indivíduos começa a ser construído, os participantes partem de representações que já detêm acerca dos portugueses ou chineses, frequentemente correspondentes a representações simplistas e a estereótipos largamente difundidos (Nikitina, 2016). O processo de descoberta e de construção do conhecimento do parceiro envolve o sujeito em relação com o outro, perspectivado entre essas representações referentes ao(s) grupo(s) a que pertence e a construção de uma representação enquanto indivíduo. Nesse processo, encontram-se diferenças ou fraturas, mas também eixos de continuidade em relação ao próprio sujeito, tomado igualmente como indivíduo e como membro de grupo(s) de pertença.

Este texto analisa as reflexões produzidas por estudantes chineses, na sequência do primeiro encontro com parceiros de língua portugueses. O objetivo da análise é apreender a abordagem por parte dos estudantes chineses para a construção e expressão do conhecimento do parceiro, podendo ser focada na descoberta de diferenças, fraturas, ou de semelhanças, continuidades, ou numa conjugação das duas vertentes. O ensino da cultura de um povo, designadamente ligada à aprendizagem da língua, em relação a dimensões como o seu modo de viver e de ser, tende a assentar em traços generalizadores correspondentes a estereótipos mais ou menos expandidos. Contudo, a relação com esse povo não se faz com estereótipos, mas com pessoas individualizadas. O conhecimento dos processos e representações envolvidos no estabelecimento das relações entre indivíduos de diferentes povos e culturas (neste caso, estudantes chineses e portugueses) pode refletir-se beneficentemente na construção de uma perspectiva sobre a cultura do outro que inclua na complexidade e na densidade da representação não apenas traços generalizadores, mas também o fervilhar de individualidades que nela cabem, em relação mais ou menos próxima com o grupo. É esta dimensão de relacionamento com os indivíduos que é posta em prática nos encontros entre parceiros de língua.

## **Aprender língua e cultura no seu contexto – potencialidades com desafios**

As potencialidades associadas à realização de um período de estudos no país em que se fala a língua que se pretende aprender encontram-se quer no plano linguístico quer no plano cultural. O aumento da proficiência linguística, designadamente em relação à compreensão e à expressão orais, constitui o benefício mais procurado (Llanes, 2011; Llanes Baró & Serrano Serrano, 2011; Silvio, Donovan & Malone 2014; Baker-Smemoe, Dewey, Bown & Martinsen, 2014). Contudo, para que esse benefício possa concretizar-se, diversos fatores exercem a sua influência: a duração da estada (Llanes, 2011; Baker-Smemoe et al., 2014), o nível de proficiência à chegada (Llanes, 2011), o ambiente em que decorre a imersão e o tipo de interações que proporciona (Kinginger, 2008, 2013). Os fatores individuais são também determinantes, como a procura de participação na vida local ou a capacidade de iniciativa para estabelecer a interação ou a participação (Byram & Feng, 2006; Gu & Schweisfurth, 2006; Duperron & Overstreet, 2009; Goldoni, 2013). Nenhum destes fatores é absoluto, antes se conjuga com os demais para se alcançar determinado nível de resultados. Assim, por exemplo, espera-se que à maior duração corresponda um maior nível de desenvolvimento, mas os outros fatores, como o tipo e frequência de interações, a sua procura, o seu acompanhamento por uma atitude ativa de aprendizagem, etc. exercem igualmente a sua influência. De modo similar, espera-se que a estada no contexto em que se fala a língua dê um grande empurrão em relação à proficiência linguística dos aprendentes dos níveis baixo e intermédio. Contudo, um nível baixo não permite participar em toda e qualquer interação e a descolagem só acontecerá, no grau pretendido, se contar com a ação favorável dos fatores ambientais e individuais.

O estudo de Spencer-Oatey e Xiong (2006), relativo ao contexto universitário britânico, mas com pontos de paralelismo com o contexto de imersão encontrado pelos estudantes chineses em Portugal, torna saliente que “social interaction was the aspect of sociocultural adjustment that the respondents perceived as the most difficult” (p. 48). Os estudantes apontam a existência de poucas oportunidades para se encontrarem e conviverem com os indivíduos britânicos, pois na base do seu programa de estudos estava o curso preparatório de língua, que não era frequentado por estudantes nativos, mas apenas por outros estudantes chineses e de outras nacionalidades. As diferenças quanto ao

estilo de vida e valores levavam-nos a distanciar-se de iniciativas organizadas por associações juvenis, predominantemente marcadas por uma cultura de “pub”.

A procura de interação é ainda prejudicada pela falta de confiança no nível de língua. Os estudantes chineses sentiam-se relutantes em tomar a iniciativa para interagir, nas situações em que essas oportunidades surgiam. Quando acontece, nos encontros proporcionados pela vida quotidiana, essa interação raramente vai além de um nível superficial. Também Mendelson (2004) refere a dificuldade em estabelecer contactos com os nativos, a sua escassa frequência e sua superficialidade no quotidiano dos programas de estudo no estrangeiro.

Na dimensão cultural, refletem-se também os fatores atuantes em relação à concretização dos ganhos de proficiência linguística. Duração da estada, participação ativa na vida local, estabelecimento de interação e procura empenhada de informação e de compreensão sobre os usos e costumes na sociedade em que o sujeito se encontra terão reflexos não apenas na proficiência linguística, mas também na apreensão e compreensão da cultura.

A dimensão cultural, para além do conhecimento e compreensão alcançados, apresenta outras vertentes de potencialidades para o sujeito: a construção da sua própria identidade (Kinginger, 2013), que passa a contar com o contributo das vivências experienciadas no contexto em que decorreu a estada, e a aquisição de competências interculturais, capacidade de mobilidade e de ajustamento a novos contextos (Gu & Maley, 2008).

Uma duração mais longa da estada tende a proporcionar o aumento da interação e de participação, de forma progressiva e natural. A ação limitadora dos fatores anteriormente mencionados é atenuada ou vencida, mas nem sempre os programas se estendem pelo tempo suficiente para que o salto qualitativo e aproveitamento das potencialidades, nas vertentes linguística e cultural, tenha lugar no grau pretendido (Barbeiro, João & Barros, 2015). Por conseguinte, as potencialidades, para que se vejam concretizadas, surgem acompanhadas de desafios, que se colocam aos indivíduos que participam nos programas de estudo e às instituições que os proporcionam. Esses desafios requerem a adoção de atitudes de participação por parte dos estudantes e a realização de iniciativas por parte das instituições.

Neste artigo apresentamos elementos que se enquadram numa iniciativa, o projeto “Oriente.com.pt”, promovida institucionalmente por uma escola de ensino superior português, para reforçar a interação entre os estudantes chineses e os seus colegas portugueses da mesma escola. O foco da análise incidirá

sobre a vertente (inter)cultural do projeto, procurando apreender, na perspectiva dos estudantes chineses, diferenças e semelhanças, fraturas e continuidades, descobertas na interação inicial com os colegas-parceiros portugueses.

## **O projeto “*Oriente.com.pt*”**

O projeto “*Oriente.com.pt*” constitui um projeto de atribuição de parceiros de língua portuguesa aos estudantes chineses que se encontram numa escola de ensino superior portuguesa (Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria) a frequentar um programa de aprendizagem do Português. A designação do projeto remete para a parceria entre os estudantes chineses (“*Oriente*”) e os estudantes portugueses (“*pt*”), unidos na designação pela preposição “*com*”. Foi criado com a intenção de corresponder ao desafio de ultrapassar limitações e criar oportunidades de interação entre os estudantes chineses e os estudantes portugueses, colegas da mesma escola, para além da aula e da comunicação “superficial” do quotidiano.

Constitui uma iniciativa institucional criada e dinamizada por professores dos estudantes chineses que também lecionam turmas de estudantes portugueses e que viram nessa condição a possibilidade de incentivarem e reforçarem a interação dos estudantes chineses com os seus colegas portugueses. Entre os seus objetivos, sobressai, numa perspectiva intercultural, o de promover o estabelecimento de contactos entre os estudantes chineses e os colegas portugueses, orientados para o desenvolvimento da proficiência linguística em Português dos primeiros e da descoberta intercultural de todos os participantes.

Partindo da análise das potencialidades e dos constrangimentos à interação entre os dois grupos (Barbeiro, João & Barros, 2015), o projeto adotou estratégias com o objetivo de a comunicação ir para além da superficialidade da interação do quotidiano que já tinha lugar no contexto da escola, procurando contrariar a falta de tema para a conversação e combater a inércia e rarefação temporais dos encontros. Para isso, adotou a estratégia de focar a comunicação, colocando-a também ao serviço da aprendizagem, designadamente no domínio (inter)cultural.

Assim, os dinamizadores não se limitaram à atribuição de parceiros portugueses aos estudantes chineses, mas estabeleceram a realização de encontros regulares, apoiados em guiões temáticos, com apresentação de produtos (reflexões escritas) associadas a tarefas integradas nas atividades das unidades

curriculares. A existência de guiões temáticos tinha como objetivo combater a falta de tema para conversação, já referida, que era um dos obstáculos indicados pelos estudantes chineses em questionários que procuravam apreender o nível de interação alcançado ao fim de uma primeira fase (entre um e dois meses) de duração da estada (Barbeiro, João & Barros, 2015). Esses guiões incidiram sobre temas diversificados, ligados ao domínio cultural: “Boa mesa” – Gastronomia; “A minha vida: a minha casa e a minha família”; “As minhas leituras”; “Ao som da música”, etc. Na sequência da realização do encontro, os estudantes chineses eram chamados a apresentar uma reflexão sob a forma de um texto escrito que desse conta das aprendizagens e descobertas realizadas. Esse texto era integrado nas tarefas das unidades curriculares frequentadas.

O guião do primeiro encontro apresentava um carácter particular. Sob o tema “Prazer em conhecer-te!”, visava o conhecimento inicial do parceiro. Com base nos textos resultantes desses encontros iniciais, desenvolvemos o presente estudo. Na verdade, para além da apresentação de traços de caracterização do parceiro, frequentemente, os estudantes chineses adotam a perspetiva de expressar semelhanças e diferenças em relação a si próprios, numa perspetiva intercultural. A investigação desta perspetiva, no âmbito do projeto, permite não só realizar ajustamentos e aproveitar potencialidades, mas também compreender como o relacionamento (inter)individual contribui para a construção do conhecimento intercultural.

## **Metodologia**

### **Participantes**

Os participantes correspondem aos estudantes chineses que realizam em Portugal o 3.º ano do curso e, de forma indireta, aos seus parceiros, estudantes portugueses, com participação nos encontros que estiveram na base da elaboração das reflexões. Estes parceiros partilham os mesmos espaços, pois frequentam os seus cursos na mesma escola, nas áreas da educação e das ciências sociais. A participação dos estudantes portugueses decorreu da divulgação do programa e do incentivo à participação realizados pelos professores.

### **Corpus**

O *corpus* em análise é constituído por 44 textos escritos por estudantes chineses, correspondentes às reflexões que produziram em relação ao primeiro

encontro com seus os parceiros portugueses, no âmbito do projeto “Oriente.com.pt”. O *corpus* integra textos dos anos letivos de 2014-2015 e de 2015-2016. O encontro em causa e recolha dos textos ocorreu na fase inicial do ano letivo e colocação em campo do projeto, ou seja, no caso destes anos, cerca de um mês/mês e meio após o começo do ano letivo.

## **Análise**

A análise dos textos que constituem o *corpus* seguiu a metodologia de análise de conteúdo. O primeiro passo consistiu na identificação, em cada texto, de segmentos discursivos (unidades ideacionais), em que se assinalasse uma diferença, fratura, ou uma semelhança, continuidade, entre o que se apreendeu no encontro com o colega e as próprias características ou perspetivas.

A identificação desses segmentos permite uma abordagem quantitativa para verificação da presença e da saliência quanto à ocorrência da perspetiva de diferença ou de semelhança. Permite ainda a identificação dos domínios em relação aos quais se encontram as fraturas ou as continuidades. Numa perspetiva qualitativa, procurou-se fazer emergir a própria voz dos sujeitos, interpretando-a segundo a mesma categorização de afirmação de fraturas ou identificação de continuidades, e também no sentido de apreender processos de estabelecimento da relação com o outro numa perspetiva intercultural, ou seja, processos orientados para o conhecimento da cultura do outro decorrentes da comunicação estabelecida no encontro.

## **Resultados da análise**

Todos os textos apresentam o tipo de segmentos em análise, segmentos discursivos que estabelecem diferenças ou continuidades, a partir do que se apreendeu em relação ao conhecimento do colega. No total, foram identificados nos textos 198 segmentos deste tipo, variando entre o mínimo de 1 e o máximo de 13, correspondendo a uma média global de 4,5 segmentos por texto, em que se expressam estas perspetivas de diferenças ou semelhanças face ao colega-parceiro e à sua cultura. Encontrar diferenças e afinidades com os parceiros é, por conseguinte, uma dimensão relevante para o conhecimento do outro.

Em relação à categorização segundo os eixos de análise, correspondentes às perspetivas de fratura ou de continuidade, os resultados são apresentados na tabela seguinte.



Tabela 1 – Distribuição dos segmentos discursivos pelos eixos da análise

Perspetivas	Segmentos	
	N.º	%
Fratura	102	52%
Continuidade	96	48%

As perspetivas correspondentes aos dois eixos em análise emergem de forma relevante e com pouco distanciamento entre eles.

Os domínios mais marcantes do eixo de fraturas são domínios como: a vida académica, os hábitos quotidianos, os temas de conversa, a gastronomia, os gostos pessoais, etc. O domínio da língua surge também em evidência como um domínio de fratura, pelas dificuldades que coloca à comunicação e à compreensão.

No domínio da vida académica, a perspetiva de fratura manifesta-se sobretudo em relação à praxe. O encontro e a reflexão subsequente ocorreram na parte inicial do ano letivo, numa altura coincidente com a semana de receção ao caloiro, o que colocou em foco algumas atividades de praxe e o desfile. A fratura manifesta-se pelos traços que caracterizam essas atividades como “estranhas”, “loucas”, “um pouco ofensivas”, como se encontra expresso nos excertos ilustrativos seguintes (1) e (2).

(1)

(...) fomos à receção de caloiro conjunto [juntos], (mas na minha opinião, a [o] desfile é um pouco estranho)” (E25)

(2)

Os estudantes que vestem de preto mandam os novos estudantes fazer coisas simples mas um pouco ofensivo [ofensivas], como gritar, ajoelhar no chão ou andar com uma chapa [cartaz], etc. Segundo aos [os] estudantes portugueses, o [a] praxe serve para os caloiros se conhecerem e se integrarem. Também há um desfile no dia de caloiro. Todos os estudantes novos cantam e davam água a um dos outros com um balde [copo] pequena [pequeno]. Na minha opinião, estas atividades são loucas mas os estudantes divirtam-se [divertem-se] muito. (E26)

Nos dois excertos anteriores, o distanciamento (a fratura) expressa-se discursivamente não apenas pela caracterização indicada (“estranhas”, “loucas”,

“um pouco ofensivas”), mas também pela delimitação no discurso dos campos e pontos de vista ou posições de cada participante, designadamente do campo do próprio sujeito. Tal é feito pelo estudante E26, através do recurso à circunscrição das posições às perspetivas de cada lado (“Segundo aos [os] estudantes portugueses, ...”, para a perspetiva do outro, e “na minha opinião...”, para a perspetiva pessoal). O contraste entre as duas perspetivas permanece, cada uma no seu campo, mas a força ou choque desse contraste, sem chegar a ser uma “continuidade” ou um passo no sentido da adoção da posição do outro, é atenuada pela adversativa (“mas...”), correspondente a um reconhecimento, do exterior, enquanto observador, da perspetiva do outro: “mas os estudantes divertam-se [divertem-se] muito.”

Essa delimitação de campos ou posições, em relação às tradições académicas, designadamente em relação à praxe, encontra-se também no excerto seguinte, por meio da expressão da aceitação da perspetiva do outro, sem que esta alcance a concordância do sujeito, expressando-se igualmente a fratura por meio da adversativa:

(3)

Nas semanas passadas, falei com a minha parceira portuguesa Alexandra sobre as tradições académicas. (...)

Aceito esta maneira, mas não acho que a praxe seja a melhor maneira para conhecer as pessoas. (E39)

A praxe constitui um domínio de fratura, desde logo pelo desconhecimento desta tradição académica (como é evidenciado no excerto (4) por E17).

(4)

Eu não sabia nada sobre praxe e perguntei porque é que estavam todos sujos. (E17)

Com o conhecimento, não se avança para o estabelecimento de uma continuidade que corresponda a uma adesão. Como ficou expresso nos excertos anteriores, procede-se a uma circunscrição ou delimitação de posições ou perspetivas diferentes. O conhecimento é o contributo recolhido, quer no caso dos estudantes anteriores, quer no caso de E21, que refere positivamente a aquisição desse conhecimento, sem expressar qualquer posição:

(5)

Também sou [estou] alegre [por] conhecer algumas actividades portuguesas, por exemplo, a praxe. (E21)

A única orientação de continuidade encontra-se no estabelecimento do paralelismo entre a praxe e as atividades de treino militar na China, em que os estudantes devem participar (6).

(6)

Também falamos sobre as tradições académicas na[s] universidades da China. Para nós, antes dos alunos entrarem na universidade, têm de experimentar a vida das forças armadas. É um desafio cansativo, mas os alunos vão conhecer novas pessoas. Não gosto desta tradição mas admito que seja uma boa experiência. (E39)

Nas palavras de E39, no final do excerto (6), emerge a perspetiva pessoal em relação ao treino militar. Para lá dos fenómenos de grupo, de que se obtém conhecimento, a perspetiva individual constitui um outro polo para estabelecer a relação e encontrar continuidades. Os indivíduos são autonomizados em relação aos fenómenos de grupo, e a relação pode estabelecer-se com esse polo individual, que não tem de coincidir ou de se integrar no que caracteriza (culturalmente) o grupo. Este processo encontra-se no excerto seguinte pela referência aos sorrisos:

(7)

Elas são caloiras portanto ainda têm de participar na praxe, a S. perguntou-me se na China também havia praxe, eu disse não e ela respondeu que então ela queria muito ir para a China a [para] estudar e nós todos sorrimos. (E7)

Demos relevo à praxe, não só por ser um domínio relevante na expressão de fraturas ou diferenças, que marcam os primeiros tempos do ano letivo, altura em que se realizou o encontro a que se referem os textos, mas também por em relação a esse fenómeno se revelarem processos complexos de construção do conhecimento (inter)cultural, que não se limitam à dimensão grupal, mas que ativam igualmente a dimensão individual. O conhecimento (inter)cultural deverá fazer-se da conjugação destas dimensões diferenciadas.

Para além da vida académica e da praxe, emerge nos textos a expressão de diferenças em relação a outros domínios: hábitos da vida quotidiana, como os cumprimentos (8) ou os horários (9), os temas suscetíveis de serem abordados numa conversa (10), a gastronomia (11).

(8)

#### Cumprimento

Também aprendi alguns hábitos portugueses, todas as vezes [que] nos encontramos e nos despedimos, fazemos um cumprimento com beijinhos na bochecha. (E42)

Neste caso, a fratura correspondente à diferença de cumprimentos prossegue para a continuidade, adotando-se os hábitos do parceiro em relação ao cumprimento, anulando-se a diferenciação que existiria entre os cumprimentos dos parceiros portugueses para com o(s) colega(s) portugueses e com os chineses.

Em relação aos horários, no excerto seguinte, apenas é expressa a tomada de consciência e surpresa mútuas da diferença:

(9)

#### Horários

Fico surpreendida que ele sempre se levanta às 12h00 no fim de semana, enquanto acha engraçado que prefiro jantar às 6 horas à tarde. (E14)

A surpresa emerge igualmente no excerto seguinte:

(10)

#### Temas de conversa

De facto fiquei um pouco admirada quando ele perguntou-me a minha opinião sobre a política da China, pois normalmente este tema não se refere numa conversação entre os amigos. (E10)

A gastronomia constitui também um domínio de encontro com o novo, designadamente novos sabores, em relação ao qual as diferenças existentes à partida (entre a comida portuguesa e chinesa) podem ser objeto de tomada de consciência e de conversa entre os parceiros (11), mas também, a partir da diferença, por se tratar de “comidas tradicionais”, (12i), de descoberta e de construção de continuidades, por se descobrir que se gosta da comida do outro país que se teve a oportunidade de provar (12ii).

(11)

Gastronomia

(...) temos [tivemos] uma conversa interessante sobre as diferenças entre a gastronomia portuguesa e a chinesa. (E34)

(12)

Gastronomia

(12i) Ela também convidou-me para jantar com a família dela. Naquele dia, provava as [provei] comidas diferentes, que são tradicionais portuguesas, por exemplo, bacalhau à brás,

(12ii) e gostava [gostei] muito dos pratos caseiros. (E42)

Nem sempre essa adesão acontece, como se observa com o estudante E34:

(13)

Gastronomia

Francamente, ainda não encontrei um prato português [de] que gostasse muito, pois durante algum tempo, desistia de provar comida nova. (E34)

A língua, que se encontra em foco, na perspectiva dos estudantes chineses, enquanto instrumento de comunicação e de aprendizagem, depara-se, no encontro com o parceiro, com um “teste de fogo”, revelador de fraturas (mas também desencadeador de continuidades para se ir ao encontro do outro, como se explicitará adiante). Na perspectiva das fraturas, descobrem-se as dificuldades de compreensão originadas pela rapidez do discurso oral (14).

(14)

Língua – Rapidez do discurso oral

(14i) A minha maior dificuldade é [que] ela fala um pouco rápido. (E45)

(14ii) Acho que o que é difícil para mim é quando ela fala rapidamente, não posso compreender, e quando falo com ela, sempre sinto-me nervosa. (E33)

Desse “teste” à compreensão, resulta a tomada de consciência da diferença entre o modo oral e o modo escrito, quanto à capacidade de compreensão e de expressão, como é descoberto pelos autores dos excertos seguintes.

(15)

Língua – Modo oral vs. modo escrito

(15i) Hoje foi a primeira vez que a minha parceria e eu nos encontramos que foi de euforia e deixou-me ter consciência mais definida de que conversar com uma portuguesa diferenciava-se totalmente com escrever ou ler um texto português. (E13)

(15ii) Quando falámos, encontrei alguns métodos de expressão [que] não compreendia, era diferente entre oralidade e escrito. (E21)

No eixo relativo às continuidades, os domínios mais marcantes remetem para a descoberta de interesses comuns, gostos pessoais e também para a gastronomia, etc. A língua surge igualmente no eixo da continuidade, considerando o interesse pelas respetivas línguas, e sobretudo os passos dados no sentido de alcançar a intercompreensão.

A descoberta da existência de interesses comuns contraria as expectativas existentes à partida, como ressalta no excerto (16i) (“E reparámos que, surpreendentemente, tínhamos muitos interesses em comum” – E24). Esses interesses são variados e, para além do tipo de atividades de lazer (ouvir música, ver filmes, ler livros – 16ii), nalguns casos, refletem uma cultura juvenil que não se circunscreve à cultura e sociedade de cada um dos países, mas se estende a outros países, de uma forma globalizada, como acontece com os *animes* japoneses e atividade de *cosplay* (16iii) ou com a cantora Rihanna (16iv), mas que se estende, noutros textos, a telenovelas sul-coreanas.

(16)

Interesses comuns

(16i) E reparámos que, surpreendentemente, tínhamos muitos interesses em comum. (E24)

(16ii) Ambas gostamos de ouvir música, ver filmes e ler livros. (E24)

(16iii) No tempo livre, como eu, ela gosta de ver *animes*, que são desenhos animados japoneses, e fazer *cosplay*. (E18)

(16iv) A surpresa mais agradável é que ambos nós gostamos a cantora Rihanna e discutimos muito sobre alguns concertos. (E31)

Em relação à gastronomia, os pontos de estabelecimento de continuidade referem-se à descoberta de que se gosta dos pratos do outro país, como anteriormente expresso em (12), e também à existência de gostos comuns, em relação a alimentos (17i) e a uma cultura globalizada, também no campo da comida (17ii e 17iii).

(17)

Gastronomia – gostos comuns

(17i) A sua comida preferida é morango, também gosto muito. (E1)

(17ii) [...] preferimos massa a todas as comidas. (E35)

(17iii) [...] também prefere CBO de frango de McDonald's. (E2)

Se a perspectiva de fratura emerge de forma saliente em relação à língua, devido às dificuldades de compreensão encontradas, a posição dos estudantes não fica encerrada na confirmação dessa dimensão. Emerge no discurso a referência ao movimento no sentido da continuidade, concretizado por meio da ativação de estratégias de intercompreensão (Barbeiro, 2009), como se evidencia nos excertos seguintes (18), por meio dos pares de segmentos discursivos relativos à vertente de fratura (Fr) e de continuidade (Ct):

(18)

Língua – de fratura a continuidade

- Fr: E por causa de meu mal [mau] português,
- Ct: ela sempre fala mais lentamente para eu compreender. (E3)
  
- Fr: Às vezes não pude ouvir e compreender o que é que disse,
- Ct: mas ela sempre tem a paciência para explicar e ouvir o que é que eu disse. (E9)

## Conclusão

As reflexões escritas pelos estudantes, na sequência do(s) primeiro(s) encontro(s) com o parceiro do projeto revelam a descoberta de diferenças em relação ao outro, mas também a descoberta de continuidades ou afinidades nos planos social e pessoal.

A existência de fraturas ou diferenças é frequentemente acompanhada pelo movimento que leva da diferença ou fratura ao estabelecimento da continuidade. Tal acontece em relação a diversos domínios, como a gastronomia e, de forma relevante, a própria língua. A diferença linguística emerge como fator de dificuldades, de obstáculos na comunicação oral, mas desencadeia estratégias de intercompreensão para construir a continuidade de comunicação. Entre essas estratégias, encontram-se falar mais devagar, explicar e reformular, recorrer

ao Inglês como *lingua franca*, recorrer às tecnologias para encontrar traduções e imagens de referentes do termo que não é reconhecido, etc.

A não desistência da comunicação e da compreensão, realizando-se novas tentativas que mobilizam outros meios de significação (Doyé, 2005; Barbeiro, 2009), é a atitude que é ativada para estes encontros, com maior destaque para os iniciais. Essa atitude é mais alargada que o campo da compreensão da língua: a própria existência dos parceiros e dos encontros abre caminho para a aprendizagem intercultural, por via do relacionamento com o colega-parceiro do projeto. A não desistência e abertura que o projeto e o encontro reativaram tornam-se evidentes no excerto seguinte, respeitante ao campo da gastronomia e correspondente à retoma de forma mais completa da passagem em que se integra o excerto (13), anteriormente apresentado:

(19)

Abertura para a continuidade

Gastronomia

- Fr: temos [tivemos] uma conversa interessante sobre as diferenças entre a gastronomia portuguesa e a chinesa.
- Fr: Francamente, ainda não encontrei um prato português que gostasse muito, pois durante algum tempo, desistia de provar comida nova,
- Ct: Contudo, após ouvir as palavras dela, resolvi que ia experimentar mais tipos dos alimentos portugueses. (E34)

A aprendizagem intercultural não implica sempre esse movimento para a continuidade, para a transformação do próprio sujeito, em relação ao seu pensamento e modo de vida. Tal fica evidente, nos textos, em relação ao fenómeno da praxe. Os estudantes que se referem à praxe não manifestam adesão. A relação com esse conhecimento novo é estabelecido de duas maneiras: por um lado, delimitando-o em relação aos pontos de vista próprio e dos outros; por outro lado, introduzindo na relação não apenas o fenómeno e o grupo de que esse fenómeno é representativo, mas outras posições individuais por parte de colegas portugueses que também se distanciam do fenómeno.

A aprendizagem da cultura de um país e do modo de vida de uma comunidade não se resume à aprendizagem de saberes declarativos. Em ambiente de imersão, essa aprendizagem implica o relacionamento com os outros e a capacidade de apreender características segundo diversas dimensões ou níveis de identidade: a de pertença ou inclusão do outro num grupo ou comunidade e



a capacidade de se relacionar com alguém, tomando-o na sua individualidade, que pode estar mais ou menos próxima dos estereótipos aprendidos em relação a esse grupo. Ambas as dimensões contribuem para o conhecimento (inter)cultural e a sua construção em imersão implica processos de descoberta de fraturas e continuidades nesses dois níveis, que se projetam no lado do sujeito, também ele um polo em relação construída com o seu grupo de pertença.

## Referências bibliográficas

- Baker-Smemoe, W., Dewey, D., Bown, J. & Martinsen, R. (2014). Variables Affecting L2 Gains During Study Abroad. *Foreign Language Annals*, 47 (3), 464-486.
- Barbeiro, L. (2009). Intercomprehension in Primary School: Discovering Languages and Constructing Knowledge. *Language and Intercultural Communication*, 9 (4), 217-229.
- Barbeiro, L., João, C., & Barros, P. (2015). Learning a Language Abroad: The Role of Institutional Projects to Promote Interaction between Chinese Students and Native Portuguese Students. In L. Gómez Chova, I. Candel Torres, A. López Martínez (Eds.), *ICERI2015 Proceedings* (pp. 1070-1080). Sevilla: IATED Academy.
- Byram, M., & Feng, A. (2006). *Living and studying abroad: Research and practice*. Clevedon, UK: Multilingual Matters.
- Doyé, P. (2005). *Intercomprehension*. Strasbourg, France: Council of Europe.
- Duperron, L., & Overstreet, M. (2009). Preparedness for Study Abroad: Comparing the Linguistic Outcomes of a Short-Term Spanish Program by Third, Fourth and Sixth Semester L2 Learners. *Frontiers: The Interdisciplinary Journal of Study Abroad*, XVIII, 157-179.
- Goldoni, F. (2013). Students' Immersion Experiences in Study Abroad. *Foreign Language Annals*, 46 (3), 359-376.
- Gu, Q., & Maley, A. (2008). Changing Places: A Study of Chinese Students in the UK. *Language and Intercultural Communication*, 8(4), 224-245.
- Gu, Q., & Schweisfurth, M. (2006). Who Adapts? Beyond Cultural Models of 'the' Chinese Learner. *Language, Culture and Curriculum*, 19 (1), 74-89.
- Kinginger, C. (2008). *Language Learning in Study Abroad: Case Studies of Americans in France. The Modern Language Journal Monograph Series*. Vol. 1
- Kinginger, C. (2013). Identity and language learning in study abroad. *Foreign Language Annals*, 46, 339-358.
- Llanes Baró, À., & Serrano Serrano (2011). Length of stay and study abroad: language gains in two versus three months abroad. *Resla*, 24, 95-110.
- Llanes, À. (2011). The many faces of study abroad: an update on the research on L2 gains emerged during a study abroad experience. *International Journal of Multilingualism*, 8 (3), 189-215.
- Mendelson, V. (2004). "Hindsight is 20/20:" Student Perceptions of Language Learning and the Study Abroad Experience. *Frontiers: The Interdisciplinary Journal of Study Abroad*, X, 157-179.

- Nikitina, L. (2016). Language Learners' Representations of Portugal: Implications for Culture Teaching. *Cultura y Educación / Culture and Education*, 28 (4), 863-879.
- Silvio, Donovan, & Malone (2014). The Effect of Study Abroad Homestay Placements: Participant Perspectives and Oral Proficiency Gains. *Foreign Language Annals*, 47 (1), 168-188.
- Spencer-Oatey, H., & Xiong, Z. (2006). Chinese Students' Psychological and Sociocultural Adjustments to Britain: An Empirical Study. *Language, Culture and Curriculum*, 19 (1), 37-53.
- Zhilang, Y. (2014) Algumas Considerações sobre a Expansão do Ensino da Língua Portuguesa na China. In M. J. Grosso & A. P. Godinho (Coord.), *O Português na China* (pp. 42-54). Lisboa: LIDEL.



# APRENDENDO PORTUGUÊS EM PORTUGAL: PERFIL DOS ALUNOS CHINESES DO DLC-UA

## 在葡萄牙学葡语：阿威罗大学语言文化系中国学生之概况

**Carlos Morais & Rosa Lúcia Coimbra**

DLC/CLLC, Universidade de Aveiro

### 1. Introdução

Conhecer os alunos para melhor os compreender e satisfazer as suas expectativas de aprendizagem é fundamental em qualquer área do saber e em particular na área das humanidades. Qualquer professor, de acordo com a sua experiência docente, perante uma turma de alunos, cria determinadas expectativas e traça, à partida, algumas hipóteses acerca do seu perfil, dos seus conhecimentos prévios, da sua maneira de ser, produzindo, desta forma, representações mais ou menos aproximadas do perfil real desses mesmos alunos. Estas representações tendem a ser partilhadas, gerando, por vezes, imagens e estereótipos acerca do grupo-alvo. As representações sociais são, assim, definidas como um saber comum a um grupo e, na clássica definição de Jodelet, são “une forme de connaissance socialement élaborée et partagée, ayant une visée pratique et concourant à la construction d’une réalité commune à un ensemble social ou culturel” (1989, p. 53).

As representações sociais, quando se trata de grupos de pessoas provenientes de outras regiões do globo e de outras culturas, poderão, com maior

facilidade, afastar-se do seu perfil real. Em sala de aula, esta situação pode ocorrer quando os alunos nos chegam de paragens tão distantes como é o caso da China. Conhecer estes alunos e as circunstâncias nas quais se processa a sua aprendizagem do Português Língua Estrangeira (PLE), bem como as suas representações sociais, é uma preocupação que tem levado já a algumas pesquisas de âmbito académico em diversas universidades<sup>1</sup>.

Tendo a Universidade de Aveiro (UA) vindo a ser escolhida por alunos chineses, nomeadamente os que pretendem, no Departamento de Línguas e Culturas (DLC), aperfeiçoar as suas competências linguísticas, literárias e culturais em estudos portugueses, interessou-nos, na qualidade de responsáveis pelo recém-criado Mestrado em Português Língua Estrangeira / Língua Segunda (MPLE-L2), aferir o perfil real destes alunos. Nesse sentido, elaborámos um inquérito, cujos resultados aqui apresentamos.

## 2. Corpus e metodologia

O inquérito (ver anexo I) foi passado a três turmas do DLC com alunos chineses, a saber: 3.º ano da Licenciatura em Línguas, Literaturas e Culturas, num total de 31 alunos; 1.º ano do Mestrado em Português Língua Estrangeira / Língua Segunda, num total de 18 alunos; e 2.º ano do Mestrado em Línguas, Literaturas e Culturas, num total de 21 alunos. Designaremos estes grupos, respetivamente, por Grupo 1, Grupo 2 e Grupo 3. O universo total da amostra foi, portanto, de 70 informantes.

O inquérito dividia-se em quatro partes. Na primeira parte, foram coletados dados pessoais acerca dos informantes. Na segunda parte, foram pedidos dados sobre o seu processo de aprendizagem da língua portuguesa. Na terceira parte, foram inquiridos aspetos relacionados com a sua opinião sobre Portugal e os portugueses. Na quarta e última parte, questionámos as expectativas futuras dos nossos informantes.

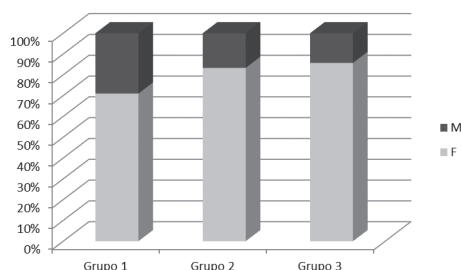
A maior parte das questões era fechada, pelo que um tratamento quantitativo se revelou o mais apropriado. Nas questões abertas, serão apresentados alguns resultados, analisados de uma forma qualitativa.

---

<sup>1</sup> Refira-se, a título de exemplo, Lu (2016), Ye (2015), Cunha (2014), Mourato (2014) e Yan (2012).

### 3. Apresentação e análise de resultados

No que respeita aos dados pessoais dos informantes, e para não quebrar o anonimato do inquérito, foram recolhidas informações apenas respeitantes ao sexo e à naturalidade. Sendo todos eles jovens estudantes universitários, não nos pareceu relevante indagar da idade exata de cada um. Quanto à variável sexo, os resultados aferidos são os que se encontram no gráfico 1, *infra*.



**Gráfico 1** – Percentagens de alunos do sexo masculino (M) e do sexo feminino (F) em cada turma

O gráfico 1 permite-nos verificar que estas turmas são predominantemente constituídas por meninas. É a turma de licenciatura aquela em que a percentagem de alunos do sexo masculino é maior, mas, mesmo assim, muito aquém de percentagem de elementos de sexo feminino. Este grande desequilíbrio não é apenas característico destas turmas de alunos chineses, antes é comum nos cursos de ensino superior, um pouco por todo o mundo, como salientam Ribeiro & Ferreira (2015, p. 33), num estudo dedicado à desigualdade de género na universidade:

Outro ponto de destaque é a persistência dos chamados cursos tipicamente feminino e masculino, indicando uma preferência das mulheres por ciências humanas e saúde, enquanto os homens são pelas ciências exatas e engenharias; então mais uma vez se percebe a influência de uma ideologia que constrói estereótipos determinados por questões biológicas. Se a universidade se situa em um papel fomentador da criação, além de transmitir e disseminar conhecimentos, constituindo indivíduos críticos não se pode admitir a persistência de qualquer tipo de disparidade neste âmbito.

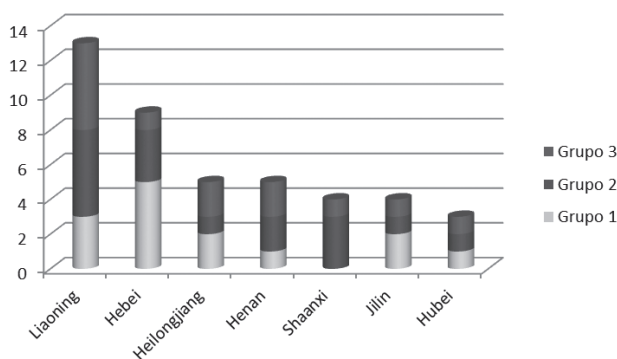
Quanto à naturalidade, as respostas foram muito variadas, tendo sido apontadas, na totalidade dos inquéritos, 22 proveniências geográficas diferentes, o que significa que os alunos de MPLE-L2, ainda que sejam provenientes de

um grupo restrito de universidades, podem ser naturais de qualquer uma das regiões administrativas da China. Na figura 1, podemos observar a distribuição geográfica das províncias chinesas e respetivos dados demográficos.



**Figura 1** - Mapa da China mostrando as subdivisões administrativas (províncias), com as suas populações (em milhões). Fonte da imagem: Arna11420 (2010), disponível em [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:PRC\\_Province\\_Population2.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:PRC_Province_Population2.svg)

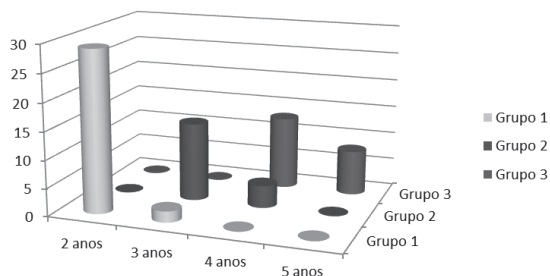
No gráfico 2, seleccionámos as regiões que apresentavam três ou mais ocorrências de alunos que declararam ser delas naturais (a fim de facilitar a localização no mapa da figura 1, adotámos a grafia nele constante).



**Gráfico 2** – A naturalidade dos alunos (frequências absolutas das províncias com 5 ou mais ocorrências)

Podemos verificar, neste gráfico, que a província de onde são naturais mais alunos é a de Liaoning, no nordeste do país, seguida de Hebei, que faz fronteira com aquela.

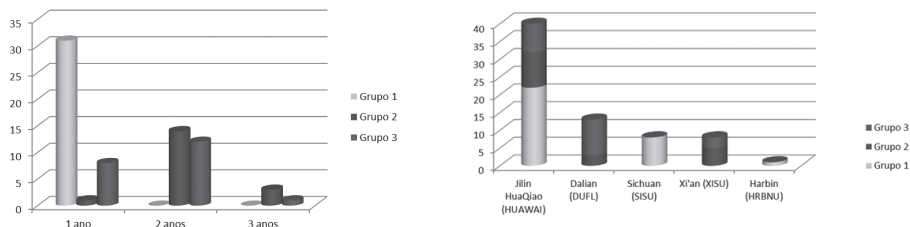
A segunda parte do inquérito, sobre o estudo do português, começa por indagar da quantidade de anos que cada aluno tem de estudo desta língua. Os resultados são apresentados no gráfico 3:



**Gráfico 3** – Anos de estudo do português (frequências absolutas nos três grupos)

Facilmente se verifica, pelo gráfico 3, que os alunos do 3.º ano de licenciatura vêm com dois anos de estudo de português e que cada um dos grupos seguintes aumenta progressivamente um ano em relação ao grupo anterior.

Em relação ao estudo do português, interessou-nos, de seguida, indagar quantos destes anos de estudo decorreram na China e quantos decorreram já em Portugal e, nos dois casos, em que universidades estudaram. Os resultados obtidos foram os seguintes:



**Gráficos 4 e 5** – Número de anos de estudo de português na China (esquerda) e universidades chinesas onde os informantes o estudaram (direita) (frequências absolutas para os três grupos)

A universidade chinesa de onde a maioria dos nossos informantes provém é, por uma grande margem, a Universidade de Línguas Estrangeiras de Jilin HuaQiao (HUAWAI), localizada na cidade de Changchun, capital da província



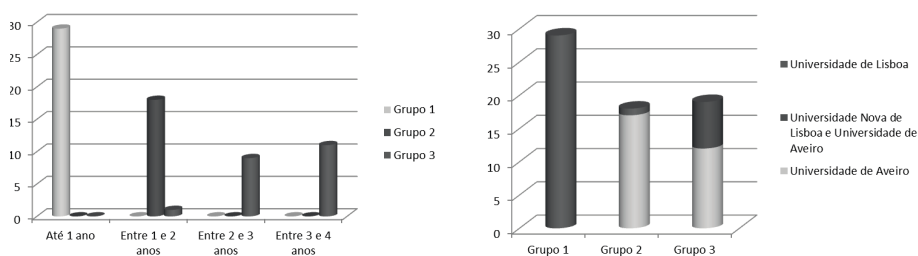
de Jilin<sup>2</sup>. Segue-se a Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian (DLUFL), localizada na cidade costeira da Dalian, a principal cidade e porto no sul da província de Liaoning<sup>3</sup>. Podemos observar imagens dos respectivos *campi* nas figuras 2 e 3, *infra*.



**Figuras 2 e 3** – Universidades de Línguas Estrangeiras de Jilin HuaQiao (esquerda) e de Dalian (direita). Fonte da figura 2: <http://school.cucas.edu.cn/Jilin-Huaqiao-Foreign-Languages-Institute-530/#first>. Fonte da figura 3: <http://school.sicas.cn/Dalian-University-of-Foreign-Languages-131>

As outras universidades de onde os alunos chineses inquiridos provêm são, por ordem de frequência: Universidade de Estudos Internacionais de Sichuan (SISU), Universidade de Estudos Internacionais de Xi'an (XISU) e Universidade Normal de Harbin (HRBNU).

Colocámos de seguida as mesmas questões sobre o estudo do português em Portugal, tendo obtido as respostas que são apresentadas nos gráficos 6 e 7.



**Gráficos 6 e 7** – Número de anos de estudo de português em Portugal (esquerda) e as universidades portuguesas onde os informantes o estudaram (direita) (frequências absolutas para os três grupos)

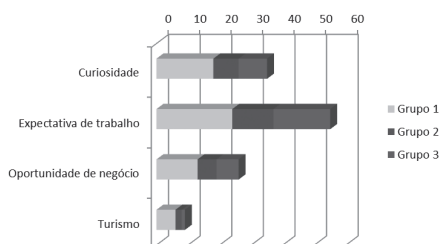
<sup>2</sup> Para mais informações sobre a Universidade de Línguas Estrangeiras de Jilin HuaQiao (HUAWAI), ver em <<http://www.huabridge.com>>.

<sup>3</sup> Para mais informações sobre a Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian (ULED), ver em <<http://edawai.dlufl.edu.cn>>. Sobre o ensino de português nesta instituição, *vide* os estudos de Pereira (2014) e de Dias (2015).

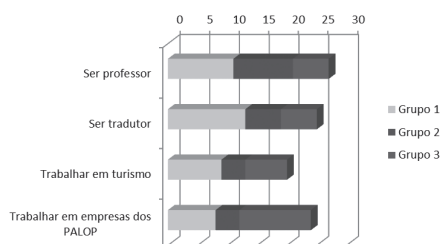
Alguns dados sobre os alunos provenientes da DLUFL, referidos em Matos (2016, p. 69), explicam, em parte, os resultados apresentados no nosso gráfico 7:

Desde 2008/09 até 2014/15, entraram na DLUFL 30 alunos em cada ano lectivo. As turmas, geralmente, são compostas apenas por alunos de nacionalidade chinesa, sendo que no 2.º ano é possível aos aprendentes, ao abrigo de um protocolo com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH – UNL), estudar em Portugal. Os aprendentes que decidem ir para Lisboa podem, a partir do 3.º ano, permanecer na FCSH, estudar na Universidade de Aveiro ou regressar a Dalian. Ademais, os aprendentes podem escolher apenas ir para Portugal no 3.º ano, estando de momento essa opção restrita ao estudo na Universidade de Aveiro, onde têm a oportunidade de completar a Licenciatura e prosseguir para o 2.º ciclo de estudos. (Matos, 2016)

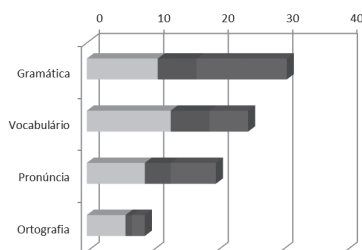
Colocámos, de seguida, algumas questões sobre a perceção destes alunos quanto à aprendizagem da língua portuguesa, tal como a têm experienciado até ao momento: suas motivações, as vantagens obtidas, o grau de dificuldade sentido, as vantagens da estadia em Portugal e eventuais propostas de melhoria do processo de ensino/aprendizagem desta língua. Quando inquiridos sobre se a sua passagem por Portugal os ajudou a melhorar o seu português, os alunos foram unânimes numa resposta afirmativa. Os resultados obtidos nas restantes questões são reproduzidos nos seguintes gráficos (frequências absolutas nos três grupos de informantes):



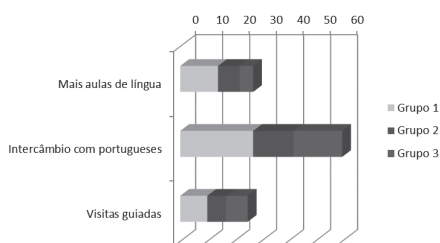
**Gráfico 8** – O que o(a) motivou a estudar português?



**Gráfico 9** – Quais as vantagens de estudar português?



**Gráfico 10** – Como classifica o grau de dificuldade destes aspetos no estudo da língua portuguesa? (respostas com o grau de “Difícil”)



**Gráfico 11** – O que propõe para melhorar a sua aprendizagem do português?

Apesar de, em todas as questões dos gráficos 8 a 11, termos deixado em aberto a possibilidade de o respondente acrescentar outro aspeto aos listados na escolha múltipla, esta possibilidade praticamente não foi utilizada.

Os gráficos 8 e 9 indicam que são os fatores profissionais os maiores motivadores da aprendizagem do português por parte dos chineses, o que corrobora pesquisas anteriores (cf. Mourato, 2014, p. 78).

O gráfico 10 confirma que os alunos chineses sentem grandes dificuldades na aprendizagem da gramática do português, em grande parte devido ao facto de que as duas línguas são, neste aspeto, como em outros, muito distintas, como salienta Sun (2012, p. 26):

O chinês é uma língua analítica, na qual existe uma tendência para as palavras serem monoformes e não sofrerem processos derivacionais ou flexionais, de modo que as palavras ou estruturas complexas são quase sempre resultado de composição, enquanto o português (como o inglês, até certo ponto) pertence ao grupo das línguas sintéticas, que, do ponto da vista da classificação morfológica, apresentam vários morfemas nas suas palavras.

A ortografia, embora tenha sido a menos assinalada como difícil, coloca igualmente alguns obstáculos, nomeadamente no que respeita ao domínio das regras da utilização do hífen, aspeto, aliás, que é comum aos escreventes de português língua materna<sup>4</sup>.

No entanto, como sublinha Barbosa (2015, p. 112), seja qual for o nível de análise linguística, o professor de português de alunos chineses tem de ter em

<sup>4</sup> Para uma comparação entre as dificuldades de alunos chineses e portugueses no domínio da ortografia portuguesa, veja-se o estudo de Tang (2016), por nós orientado.

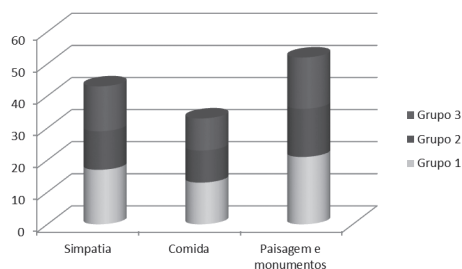
consideração a necessidade de veicular explicitamente a metalinguagem adequada, não podendo facilmente confiar numa transposição intuitiva de uma gramática para outra:

Se com os alunos de uma língua materna europeia era possível confiar nos conhecimentos que detinham das suas próprias línguas e esperar que esses conhecimentos e a sua intuição os auxiliassem, com os alunos chineses tem-se revelado improdutivo acreditar que a intuição linguística e o conhecimento que detêm da sua própria língua, por si só, possam relevantemente auxiliá-los no processo de aprendizagem. A explicitação do conhecimento (meta)linguístico foi-se manifestando como uma necessidade destes alunos, ainda que em aula se privilegiasse uma abordagem comunicacional do processo de ensino-aprendizagem.

Como estratégia de aperfeiçoamento das competências linguísticas, os respondentes destacam o intercâmbio com alunos portugueses. Este é particularmente proveitoso na própria universidade, em grupos de atividades extraescolares. Já as visitas pelo país, embora enriquecedoras do ponto de vista cultural, trazem menos oportunidades de prática linguística.

A este propósito, indagámos sobre o que conheciam de Portugal e dos portugueses, na terceira parte do inquérito. A primeira pergunta, em resposta aberta, foi sobre o país. Em geral, os alunos não optaram por referir localidades geográficas. Assim, as respostas mencionavam realidades em termos muito gerais, referidas através das seguintes palavras: música, fado, vinho, literatura, comida, festas, cultura, futebol, azulejos, paisagem, costumes, religião, multi-banco, monumentos. Muito raramente surgiram referências mais específicas (por exemplo, em comida e bebida, houve quem apontasse bacalhau com natas, pastel de nata, vinho do Porto). Alguns adiantaram-se já à pergunta seguinte e destacaram a simpatia dos portugueses e a calma das cidades.

Quando inquiridos sobre o que mais lhes agradava nos portugueses e respetiva cultura, as respostas distribuíram-se pelas três opções fornecidas, destacando-se o apreço pelas paisagens e monumentos:



**Gráfico 12** – O que lhe agrada nos portugueses e na cultura portuguesa (frequências absolutas para os três grupos)

Novamente deixámos em aberto a possibilidade de os respondentes acrescentarem outra categoria de resposta, mas quase nenhum optou por fazê-lo e os que o fizeram apontaram, novamente, aspetos muito genéricos, tais como: vida quotidiana, história, pensamentos, costumes, literatura, tempo bom.

A questão sobre o que lhes desagradava foi formulada como uma pergunta aberta. As respostas foram muito variadas. Vinte inquiridos não apontaram nenhum aspeto como desagradável ou disseram explicitamente que não tinham nada a apontar. Dos restantes, um grupo significativo elegeu como negativos a gastronomia e alguns comportamentos dos portugueses. De facto, dez respondentes apontaram a comida como o aspeto que mais lhes desagrada na sua experiência em Portugal, explicitando mesmo, nas suas apreciações, os sabores muito simples, a pouca comida com picante, a falta de pratos chineses no menu da cantina da UA, a pouca variedade de frutas e de legumes e os doces com muito açúcar. Outros apontaram alguns aspetos relacionados com a vida social, como, por exemplo, os costumes diferentes, a demasiada cortesia, os comportamentos desrespeitosos ou indiferentes<sup>5</sup>, a falta de pontualidade<sup>6</sup>, o ritmo de vida lento (aspeto apontado por dois informantes), a falta de atividades de entretenimento (quatro respostas), os serviços fechados aos domingos, as greves, a falta de eficiência (oito respostas), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (duas respostas) e algumas aulas (três respostas). Numa terceira categoria, podemos agrupar as respostas que apontam como desagradáveis as atitudes perante os chineses, muitas vezes confundidos com japoneses, ou os

<sup>5</sup> Dada por quatro informantes, esta resposta específica, como comportamentos desagradáveis, o barulho na biblioteca, o ruído nas ruas à noite e a falta de simpatia dos médicos.

<sup>6</sup> Este aspeto foi apontado por cinco informantes, que, particularizando, referem os atrasos, a tendência para adiar trabalhos ou tarefas e o hábito de se deitar tarde.

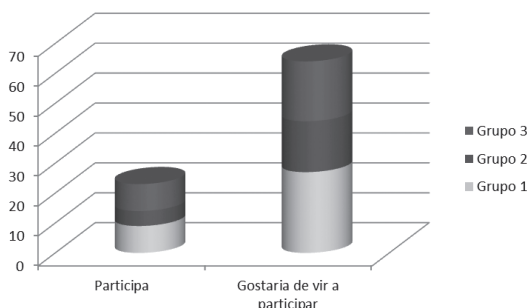
preconceitos sobre a China e os chineses. Finalmente, houve três alunos que apontaram as condições meteorológicas, a chuva e o vento no inverno.

Quando indagados sobre os aspetos da cultura portuguesa que se aproximam da cultura chinesa, um total de 29 alunos não respondeu. Dos que apontaram aspetos comuns, a resposta mais frequente (dez ocorrências) diz respeito à simpatia do povo. As outras respostas destacam algumas comidas e bebidas (sete respostas, tendo duas apontado explicitamente o gosto pelo chá), a longa e rica História do país, com contactos seculares com a China, através de Macau (oito respostas), os azulejos e porcelana (três ocorrências cada), a valorização da família e dos laços familiares (duas respostas) e, com uma resposta por cada aspeto referido, a etiqueta, a maneira de ser conservadora, a atitude de trabalho, os preços das coisas, alguns costumes, as festividades e os divertimentos, a paixão pelo futebol, a música calma, os provérbios, o conhecimento de línguas internacionais e os negócios.

A pergunta seguinte, sobre o que é que mais distancia os portugueses dos chineses, de certo modo completou a anterior. Treze alunos optaram por não responder. Dos que responderam, a maioria referiu os hábitos e os costumes diferentes (25 ocorrências, tendo alguns explicitado as bebidas, os horários das refeições, o hábito de os automobilistas cederem passagem nas passeadeiras, a etiqueta, o cumprimentar com beijos e o facto de os portugueses se deitarem tarde). Outros, num segundo plano (20 respostas), centraram-se em aspetos relacionados com a personalidade e com a forma de pensar e de exprimir emoções (alguns especificaram mesmo o carácter reservado dos chineses, a forma de encarar as relações amorosas, a eficiência no trabalho, a discriminação racial, o gozo da vida e as formas de diversão). Em termos de frequências, seguem-se as respostas que apontam a comida (num total de nove) e a língua (oito ocorrências) como aspetos que distanciam os portugueses dos chineses. A música foi também escolhida por dois informantes, bem como a tecnologia e a ciência. Menos escolhidos, com apenas uma resposta cada, estão o aspeto físico, a História dos países e a demografia.

A quarta e última parte do inquérito prende-se com o futuro dos alunos, os seus planos e ambições. Sendo falantes de língua chinesa a viver em Portugal, quisemos saber se lhes interessaria divulgar a sua língua, na qualidade de docentes. Assim, perguntámos se participam em algum projeto de ensino de chinês em Portugal e, em caso de resposta negativa, se gostariam de vir a par-

participar em algum programa de ensino. Os resultados obtidos nestas questões estão refletidos no gráfico *infra*.



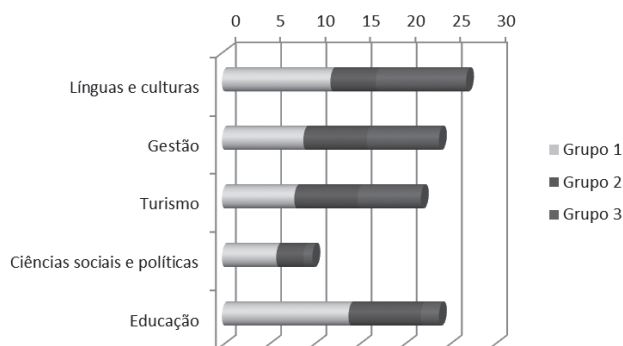
**Gráfico 13** – Participa ou gostaria de vir a participar em algum projeto de ensino de Chinês em Portugal? (frequências absolutas para os três grupos)

Verificamos, assim, que há um número considerável de alunos que participa na lecionação do chinês, sobretudo a crianças em escolas portuguesas do 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico. A resposta à segunda questão deste grupo permite-nos aferir que a grande maioria do universo inquirido (87% dos respondentes), gostaria de vir a participar em programas de ensino de mandarim. Refira-se que a Universidade de Aveiro, através do seu Instituto Confúcio (IC-UA), tem projetos em instituições do ensino público e privado do centro-norte do país, que envolvem, enquanto docentes, alunos chineses (licenciados, mestrandos e doutorandos) que frequentam cursos do Departamento de Línguas e Culturas. São cerca de 1300 os alunos portugueses que estudam mandarim nas Escolas do ensino básico de S. João da Madeira<sup>7</sup>, de Espinho e de Vale de Cambra, no Centro de Educação Integral (S. João da Madeira), na Cooperativa de Santa Joana (Aveiro), na Freguesia de Aradas (Aveiro), nas Florinhas do Vouga (Aveiro), no Instituto Duarte Lemos (Águeda), na Escola Básica e Secundária Adolfo Portela (Águeda), na Escola de Línguas de Oliveira de Azeméis, na Escola de S. Roque (Oliveira de Azeméis), no Centro de Estudos de Estarreja e no Lancaster College da Covilhã.

Quanto aos seus planos de prosseguirem estudos na Universidade de Aveiro, a fim de completarem o 2.º e 3.º ciclos, 73% responderam que preten-

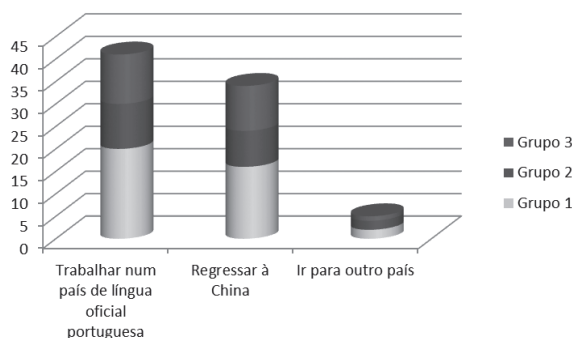
<sup>7</sup> Iniciado em janeiro de 2013, o projeto de ensino de mandarim nas escolas do ensino básico de S. João da Madeira é um projeto patrocinado pela Câmara Municipal, que envolve, neste momento, alunos desde o 3.º ao 8.º anos de escolaridade. Sobre projetos idênticos desenvolvidos pelo Instituto Confúcio da Universidade do Minho, *vide* Zang (2015).

diam obter o grau de Mestre e 19%, o grau de doutor. Quando indagados sobre as áreas do saber nas quais pretendem fazer uma pós-graduação, as respostas foram as que se encontram no gráfico 14:



**Gráfico 14** – Em que área pretende fazer uma pós-graduação? (frequências absolutas para os três grupos)

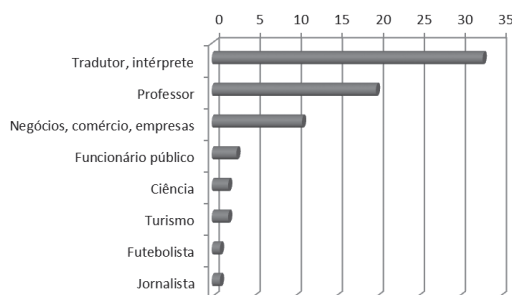
As duas questões seguintes diziam respeito ao seu futuro profissional. Numa primeira questão, quisemos aferir se pretendiam continuar num país de língua oficial portuguesa, regressar à China ou transitar para um outro país. Os resultados foram estes:



**Gráfico 15** – Quais os seus planos para quando concluir os estudos? (frequências absolutas para os três grupos)

Pela leitura do gráfico 15, verificamos que o número de alunos que pretende ficar a viver no estrangeiro é superior ao dos que pretendem regressar à China. Estes resultados estão intimamente ligados ao tipo de profissão que os respondentes pretendem abraçar. Assim, as respostas à questão seguinte, uma questão aberta, sobre qual o trabalho/profissão que pretendem vir a desenvolver, incluíam os seguintes objetivos profissionais:



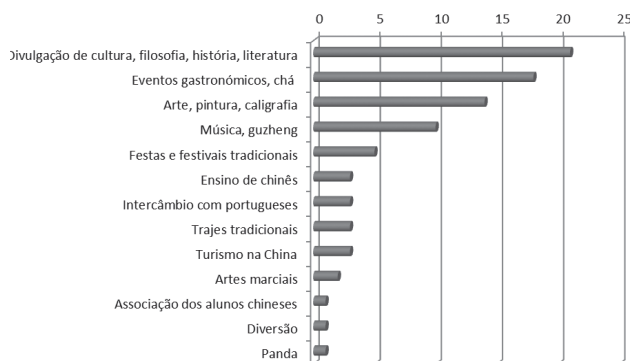


**Gráfico 16** – Que atividade(s)/trabalho/profissão pretende desenvolver?  
(frequências absolutas do universo da amostra)

As respostas dadas pelos alunos, e que compilámos no gráfico 16, são coerentes com as respostas patentes no gráfico 14, já que as áreas em que os alunos pretendem fazer a sua pós-graduação são basicamente as mesmas em que pretendem vir a trabalhar no futuro, ou seja, as áreas da tradução, do ensino de línguas e do mundo empresarial.

Sendo a Universidade de Aveiro uma das quatro universidades portuguesas que acolheram um Instituto Confúcio e sendo o primeiro autor deste artigo o seu primeiro e atual diretor local, interessou-nos indagar os alunos chineses sobre o que esperam desta instituição que tem como principais missões apoiar e promover o ensino da língua e da cultura chinesas em Portugal, reforçar a cooperação no domínio educativo entre a China e Portugal e contribuir para as relações de amizade luso-chinesas.

As sugestões que os estudantes chineses por nós inquiridos deram relativamente a possíveis atividades a desenvolver no Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro (IC-UA) foram as que, em síntese, apresentamos no gráfico 17:



**Gráfico 17** – Que aspetos da cultura chinesa gostaria que fossem divulgados pelo Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro? (frequências absolutas do universo da amostra)

Refira-se que o IC-UA, fundado a 23 de abril de 2015, em cooperação com o Hanban (Gabinete do Conselho Internacional do Ensino de Chinês) e com a Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian (ULED), desenvolveu, entre 2015 e 2018, mais de duas centenas de atividades, contando, em muitas delas<sup>8</sup>, com o apoio de alunos chineses que frequentam os cursos do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro (DLC).

As duas últimas questões do inquérito têm que ver com o contributo que os alunos chineses do DLC acham que poderão vir a dar, quer para melhorar a imagem dos chineses em Portugal, quer para melhorar as relações entre os dois países. As respostas dividiram-se entre as seguintes sugestões:

<i>Melhorar a imagem dos chineses em Portugal</i>	#	<i>Melhorar as relações Portugal-China</i>	#
Divulgar a língua e cultura chinesas (tradicional e atual) em Portugal	19	Participar em intercâmbios luso-chineses, fomentar o turismo	15
Melhorar as competências linguísticas em PLE, comunicar mais com os portugueses	14	Trabalhar em empresas com negócios bilaterais, ser tradutor, professor	14
Respeitar diferenças, cuidar os comportamentos	10	Divulgar a língua e cultura portuguesas na China e a língua e cultura chinesas em Portugal	14
Realizar atividades internacionais e intercâmbios, fomentar o turismo	7	Criar cursos Português-Chinês, aprender as duas línguas, comunicar	12
Diminuir o investimento económico chinês em Portugal	1	Respeitar diferenças, cuidar os comportamentos	6

**Tabelas 1 e 2** – Ações sugeridas em resposta às perguntas abertas sobre a melhoria da imagem dos chineses em Portugal (à esquerda) e das relações Portugal-China (à direita) (frequências absolutas do universo da amostra)

Verificamos, pelas respostas dadas a estas duas últimas questões, que os alunos chineses se preocupam com a imagem do seu país e do seu povo, sobretudo do que vive na diáspora, e querem contribuir para a melhorar. Os seus planos de vida que, conforme vimos nas questões anteriores, passam essencialmente pelas áreas da docência, da tradução e do mundo dos negócios, podem, de facto, vir a contribuir para o desenvolvimento desta nobre missão que é a da

<sup>8</sup> Entre essas atividades, realizadas, sobretudo, mas não só, para celebrar os principais dias festivos da China (Ano Novo chinês, Festival das Lanternas, Festival do barco-dragão, Festival da Lua), contam-se, entre outras, a música, a caligrafia, a pintura, o recorte de papel, as artes marciais e as danças tradicionais.

aproximação de culturas tão distantes e, em muitos aspetos, diferentes, como são a portuguesa e a chinesa.

Este foi também um dos propósitos deste estudo. Além de procurarmos identificar o perfil dos alunos chineses que frequentam cursos de língua e cultura portuguesas na UA, a fim de melhor satisfazer as suas expectativas de aprendizagem, foi também nosso objetivo conhecer e compreender as principais diferenças culturais para, assim, contribuirmos também para melhorar a compreensão mútua e as relações de amizade entre a China e Portugal.

## Agradecimentos

Agradecemos aos nossos informantes, alunos chineses da Universidade de Aveiro, a disponibilidade na resposta ao inquérito, sem o qual esta pesquisa teria sido impossível.

## Referências bibliográficas

- Barbosa, A. V. (2015). O papel da consciência (meta)linguística no ensino da língua portuguesa a alunos chineses. *Letras & Letras*, 31(2), 111-127.
- Cunha, A. P. (2014). *Estudantes chineses em Portugal: valores, família e escolaridade* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Lisboa.
- Dias, R. J. (2015). *A integração cultural de alunos universitários chineses no contexto académico português* (Dissertação de Mestrado). Universidade Nova de Lisboa.
- Jodelet, D. (1989). *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Lin, Y. (2015). *Aprender português língua estrangeira na China e em Portugal: representações dos alunos* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Aveiro.
- Lu, M. SH. (2016). *O ensino-aprendizagem de português na China e de chinês em Portugal: estudo comparativo ao nível da licenciatura* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho.
- Mai, R. (2006). *Aprender Português na China – O curso de licenciatura em Língua e Cultura Portuguesas da Universidade de Estudos Internacionais de Xangai: estudo de caso* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Aveiro.
- Matos, A. S. (2016). O ensino de Português na Ásia Oriental: de quem para quem. *Forum Sociológico*, 28, 65-72. Disponível em <http://sociologico.revues.org/1436>
- Mourato, S. F. (2014). *Representações da língua portuguesa por falantes de língua chinesa*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Lisboa.
- Pereira, R. I. (2014). *Aprender português em Dalian: expectativas de empregabilidade*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Aveiro.
- Ribeiro, V. C. M. & Ferreira, M. L. A. (2015). Desigualdade de gênero na universidade: ênfase no sexo feminino. *Revista Desenvolvimento Social*, 15 (1), 25-37.

- Sun, W. Y. (2012). *A análise dos erros de alunos de língua materna chinesa na aprendizagem dos conjuntivos do português e o discurso metodológico do ensino* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho.
- Tang, W. L. (2016). *Estudo sobre erros ortográficos em falantes chineses e portugueses* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Aveiro.
- Yan, Q. R. (2012). Quem são os “alunos chineses”? A necessidade de repensar a questão da identidade. *Fragmentum*, 35 (II), 28-32.
- Zang, X. B. (2015). *A situação atual do ensino de chinês nas escolas do norte de Portugal* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Aveiro.

## Anexo 1 – O inquérito

<p>Este inquérito é anónimo e destina-se a um trabalho académico. Obrigado pela sua colaboração.</p>			
<b>1. Dados</b>			
Sexo: <input type="checkbox"/> feminino <input type="checkbox"/> masculino			
Natural da província de _____			
<b>2. Estudo do português</b>			
Há quantos anos estuda português? _____			
Quantos anos estudou português na China? _____			
Em que universidade(s)? _____			
Há quantos anos estuda português em Portugal? _____			
Em que universidade(s)? _____			
O que o(a) motivou a estudar português? _____			
_____			
Quais as vantagens de estudar português?			
<input type="checkbox"/> Ser professor			
<input type="checkbox"/> Ser tradutor			
<input type="checkbox"/> Trabalhar em turismo			
<input type="checkbox"/> Trabalhar em empresas dos PALOP			
<input type="checkbox"/> Outra. Qual? _____			
Como classifica o grau de dificuldade destes aspetos no estudo da língua portuguesa?			
	Fácil	Médio	Difícil
Gramática	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Vocabulário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pronúncia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ortografia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A sua passagem por Portugal ajudou a melhorar o seu português? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não			
O que propõe para melhorar a sua aprendizagem do português?			
<input type="checkbox"/> Mais aulas de língua			
<input type="checkbox"/> Intercâmbio com portugueses			
<input type="checkbox"/> Visitas guiadas			
<input type="checkbox"/> Outra. Qual? _____			

### 3. Portugal e os portugueses

O que conhece de Portugal? \_\_\_\_\_

O que lhe agrada nos portugueses e na cultura portuguesa?

☐ Simpatia

☐ Comida

☐ Paisagens e monumentos

☐ Outra. Qual? \_\_\_\_\_

O que lhe desagrada? \_\_\_\_\_

Que aspetos da cultura portuguesa se aproximam da cultura chinesa? \_\_\_\_\_

O que é que mais distancia os portugueses dos chineses? \_\_\_\_\_

### 4. O futuro

Participa em algum projeto de ensino de chinês em Portugal? ☐ sim ☐ não

Gostaria de vir a participar? ☐ sim ☐ não

Pretende fazer uma pós-graduação?

Mestrado ☐ sim ☐ não

Doutoramento ☐ sim ☐ não

Em caso afirmativo, em que área?

☐ Línguas e Culturas

☐ Ciências Sociais e Políticas

☐ Gestão

☐ Educação

☐ Turismo

☐ Outra. Qual? \_\_\_\_\_

Que aspetos da cultura chinesa gostaria que fossem divulgados pelo Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro?

Em que medida pode contribuir para melhorar a imagem dos Chineses em Portugal?

Em que medida a vossa formação pode contribuir para melhorar as relações Portugal – China?



# DIÁLOGOS INTERCULTURAIS PORTUGAL-CHINA: ALGUNS DESAFIOS COLOCADOS NO ÂMBITO DO ENSINO DE PLE A SINO Falantes

## 葡中跨文化对话：中国学生葡语教学所面临的若干挑战

Micaela Ramon

CEHUM – ILCH, Universidade do Minho

### 1. O estatuto pluricêntrico da língua portuguesa e o seu valor estratégico

Quando se pretende qualificar o posicionamento da língua portuguesa (LP) no mundo, um dos termos mais comumente usados é o adjetivo *pluricêntrico*. Tal adjetivo transporta consigo a ideia de que a LP é uma língua com *muitos centros*, entendendo-se a designação tanto em termos geopolíticos como linguístico-culturais.

Como escreve Augusto Santos Silva no prefácio que fez para o *Novo Atlas da Língua Portuguesa*, publicado em primeira edição em outubro de 2016,

A língua portuguesa é pluricontinental e policêntrica. Sendo a mesma língua, é falada e escrita de formas diferentes, correspondendo a histórias, patrimónios, vizinhanças linguísticas, estruturas gramaticais, pragmáticas, referências culturais e usos sociais diferentes. Compreende, pois, múltiplas variantes; é uma realidade dinâmica e multiforme. Todas as variantes dispõem de igual valor. Não há um “centro” para a língua portuguesa; ela



não possui só uma norma-padrão, nem ninguém pode, sobre ela, invocar direitos especiais de propriedade. É essa língua ampla, viva e pluriforme que é falada por 260 milhões de pessoas e que será falada por cada vez mais pessoas, em todo o mundo. (Reto, Machado & Esperança, 2016, p. 14)

Este caráter pluricêntrico da LP, longe de constituir um fator de ameaça para o idioma, tem-se revelado um garante de afirmação, consolidação e difusão, numa dinâmica de sentido ascensional que justifica a sua importância estratégica no mundo.

Como é sabido, a LP adquire diferentes estatutos, conforme os contextos geopolítico-culturais em que é usada. Mais de 260 milhões de falantes em todos os continentes têm-na como língua primeira (L1) ou língua segunda (L2), o que faz dela a quarta língua materna mais falada no mundo<sup>1</sup> e a língua oficial de nove países e uma Região Administrativa Especial<sup>2</sup>, na maior parte dos quais, no entanto, convive com várias outras línguas nacionais e oficiais.

A LP ocupa 10,7 milhões de Km<sup>2</sup> da superfície terrestre (Oliveira, 2013) e, no total, os países em que é língua oficial “têm jurisdição sobre 5,48% da plataforma marítima até 200 milhas da costa” (Reto, Machado & Esperança, 2016, p. 109).

Estima-se que a diáspora dos cidadãos dos países de LP afete entre sete e nove milhões de pessoas (Oliveira, 2013), incluindo-se nesta cifra aqueles que se deslocaram dos seus países de origem e os respetivos descendentes, já nascidos nos países de destino, mas que mantêm a nacionalidade do(s) progenitor(es). Estes fluxos migratórios dão origem ao surgimento de comunidades que têm o Português como língua de herança (PLH), usando-o com diferentes graus de proficiência tanto no registo oral como escrito, sobretudo em contextos familiares e comunitários.

A estes dados somam-se ainda os falantes de Português como língua estrangeira (PLE), disseminados um pouco por todo o mundo, e que beneficiam das ações de divulgação e promoção do idioma levadas a cabo por instituições oficiais ou estruturas criadas por entidades da sociedade civil dos territórios per-

---

<sup>1</sup> Segundo dados publicados pelo Observatório da Língua Portuguesa, o Português ocupa a quarta posição na lista das línguas maternas mais faladas no mundo, com 261 milhões de falantes, logo após o Mandarim (848 milhões), o Espanhol (414 milhões) e o Inglês (335 milhões). <http://observalinguaportuguesa.org/graficos-o-estatuto-da-lp-no-mundo/>

<sup>2</sup> Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé, Timor e a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM).

tencentos à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A este nível, cabe destacar o trabalho desenvolvido pelo Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, por parte do Estado português, e a Rede Brasil Cultura, tutelada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil. O primeiro está presente em 84 países dos cinco continentes através de Centros Culturais, Centros de Língua Portuguesa, Estruturas de Coordenação de Ensino, Leitorados em universidades e Cátedras que desenvolvem uma intensa atividade nos domínios do ensino, da divulgação cultural e da investigação; a segunda tem Centros Culturais, Leitorados e Núcleos de Estudos Brasileiros em 44 países, sobretudo da América Latina e das Caraíbas (Reto, Machado & Esperança, 2016).

O atual cenário de crescimento vê-se ainda potenciado pelas expectativas favoráveis em relação ao aumento demográfico em vários países da CPLP, sendo esperadas taxas de crescimento contínuo em todos eles, com exceção de Portugal (que consolidará a tendência de diminuição populacional) e do Brasil, a partir de meados do século. De acordo com estimativas recentes das Nações Unidas, os falantes de LP como L1 e L2 serão mais de 380 milhões, em 2050, e chegarão quase aos 500 milhões no final do século. Ainda segundo estas projeções, verificar-se-á uma alteração substancial no panorama demolinguístico do espaço lusófono, com o continente africano a assumir um relevo que se sobreporá à atual preponderância do Brasil:

Até final do século XXI, a posição geoestratégica da língua portuguesa no mundo vai alterar-se significativamente. De acordo com estimativas das Nações Unidas, em 2100 Angola e Moçambique terão, em conjunto, mais de 260 milhões de habitantes, ultrapassando largamente o Brasil, que, a partir de 2050, verá a sua população começar a diminuir. O português tornar-se-á uma das línguas dominantes no continente africano, a par do inglês e do árabe. (Reto, Machado & Esperança, 2016, p. 57)

Este conjunto de fatores, a que se podem acrescentar outros relacionados com a conjuntura positiva que globalmente se vive na maior parte dos países em que se fala Português<sup>3</sup>, tem contribuído para aumentar o potencial da lín-

---

<sup>3</sup> Gilvan Oliveira faz uma análise da situação global dos países lusófonos após os primeiros anos do novo milénio, resumindo-a da seguinte forma: “O período pós-2004 [...] tem sido um período virtuoso para o crescimento da língua portuguesa, tanto internamente como externamente. Ampliou-se o letramento da população, a inserção dos países na sociedade internacional, o crescimento da classe média, criando uma produção e um consumo cultu-

gua na sua dimensão internacional estratégica, com evidentes repercussões na consolidação da procura deste idioma também como língua estrangeira.

## **2. A projeção do PLE no contexto atual da China**

Presentemente, a China é um dos territórios onde o PLE tem conhecido um maior crescimento.

Após a fundação da República Popular da China, em 1949, o país alargou consideravelmente a rede das suas relações diplomáticas. Em consequência, foi estipulada a obrigatoriedade da aprendizagem de uma língua estrangeira no ensino secundário (inicialmente o Inglês ou o Russo) e foram implementadas uma série de medidas com vista à formação de quadros proficientes noutras línguas com menor expressão no contexto das relações da China com a comunidade internacional. O objetivo de tais medidas foi responder à crescente e rápida necessidade de tradutores e intérpretes para atuarem no plano político. Nesse contexto, foram criados cursos de línguas estrangeiras em diversas universidades, incluindo os cursos de licenciatura em LP (Shanpei, 2016).

O Instituto de Radiodifusão de Pequim, atualmente designado como Universidade de Comunicação da China (UCC), e o Instituto de Línguas Estrangeiras de Pequim, no presente Universidade de Estudos Estrangeiros de Beijing (UEEB), foram as duas instituições pioneiras na oferta destes cursos, no dealbar da década de sessenta do século XX. Desde então, a oferta de ensino universitário do Português não parou de crescer, conhecendo particular impulso com a entrada do novo milénio.

Os interesses geopolíticos e económicos que a China mantém em várias partes do globo onde se fala Português justificam a estratégia de Pequim que, ao investir no ensino desta língua, reconhece a sua importância no contexto mundial como elemento impulsionador das relações económico-culturais.

Como se pode ler em artigo recentemente partilhado pelo Observatório da Língua Portuguesa (OLP),

A presença chinesa em países como Angola e Moçambique é ostensiva. Nas duas últimas décadas, o volume de investimentos chineses na África cresceu mais de 20 vezes, passando de US\$ 10 bilhões em 2000 para US\$ 220

---

ral mais sofisticados, mais viagens ao exterior e maior acesso à Internet. Estes factores fomentam um interesse maior pelos países de língua portuguesa e, consequentemente, maior disposição para o seu aprendizado como língua estrangeira” (Oliveira, 2013, s.p.).

bilhões em 2014. Em setembro de 2016, Angola se tornou o maior fornecedor de petróleo para a China, enquanto Moçambique está entre os cinco países com maior concentração de investimentos chineses. (<http://observalinguaportuguesa.org/por-que-a-china-aposta-na-lingua-portuguesa/>, consultado em 11/9/2017)

Também o Brasil e Portugal se tornaram foco do interesse chinês, cujos investimentos nestes países lusófonos atingem proporções até agora nunca alcançadas.

O incremento das relações económicas entre a China e os países lusófonos tem tido, por isso, reflexo direto na oferta de PLE no ensino superior do gigante asiático. Segundo dados recentes do *Novo Atlas da Língua Portuguesa*, o primeiro curso de mestrado em Português foi criado em 2007, e as estatísticas relativas a 2015 (último ano considerado pela publicação referida) dão conta da existência de 31 alunos de bacharelato, 486 de licenciatura e 6 de mestrado, ensinados por um universo de 75 professores chineses e 29 professores falantes nativos do Português, os quais lecionam numa das 26 instituições de ensino superior (IES) da China continental com oferta de cursos de LP.

Os dados referentes à RAEM são ainda mais elucidativos sobre a importância crescente do ensino do Português. Neste território, onde o idioma luso mantém estatuto de co-oficialidade com o Chinês até 2049, há presentemente cinco IES com ensino do Português: a Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau – MUST (98 alunos na licenciatura em Português e 125 em outras licenciaturas com disciplinas de Português), a Universidade de São José – USJ (172 alunos em outras licenciaturas com disciplinas de Português), a Universidade de Macau – UMAC (263 alunos na licenciatura em Português, 952 em outras licenciaturas com disciplinas de Português e 69 em cursos de pós-graduação com disciplinas de Português), o Instituto de Formação em Turismo – IFT (237 alunos em outras licenciaturas com disciplinas de Português) e o Instituto Politécnico de Macau – IPM (288 alunos na licenciatura em Português e 168 em outras licenciaturas com disciplinas de Português).

Fora do ensino superior, dados de 2016 apontam para a existência de 5680 alunos a aprenderem Português no Centro de Difusão de Línguas e 4501 no Instituto Português do Oriente – IPOR. No mesmo ano, o total de professores de língua e cultura portuguesas ascendia a 120 (Reto, Machado & Esperança, 2016).

Várias destas instituições de ensino (sobretudo ao nível do ensino superior, mas não exclusivamente neste segmento) têm programas de cooperação e intercâmbio com instituições congêneres de países lusófonos, nomeadamente com Portugal e com o Brasil. Assim, fluxos significativos de estudantes sinofalantes demandam anualmente as IES de ambos os países com o objetivo de frequentarem cursos de língua, tanto conferentes de grau como cursos livres, em contexto de imersão.

### **3. Percursos de formação em PLE para sinofalantes: o caso da Universidade do Minho**

O alargamento da rede de ensino superior, bem assim como a sua crescente internacionalização têm trazido novos desafios às Universidades que acolhem hoje estudantes, docentes, investigadores e pessoal não docente provenientes de diversas áreas geográficas do globo e que, conseqüentemente, apresentam línguas e culturas muito diversificadas. Naquilo que diz respeito à Universidade do Minho (UM), esta confronta-se atualmente com um cenário de construção de um contexto académico cada vez menos homogêneo em termos de ambiente quer linguístico quer cultural, no qual os estudantes asiáticos, nomeadamente chineses, assumem uma expressiva representatividade numérica.

Tal heterogeneidade, caracterizada por um forte multiculturalismo e multilinguismo, exige um conjunto de respostas adequadas por parte dos agentes responsáveis pela definição e pela implementação de políticas linguísticas eficazes no contexto das IES. Essas políticas querem-se facilitadoras da integração e promotoras do desenvolvimento pessoal e académico dos diversos intervenientes no contexto universitário.

Com tais objetivos em vista, a UM definiu uma política de língua, assente nos seguintes princípios:

- promoção de iniciativas que permitam alargar a consciência individual e coletiva acerca da importância das línguas (língua materna, língua segunda, língua estrangeira) como ferramentas de cognição e comunicação;
- desenvolvimento da consciência acerca da importância da LP e das suas valências interculturais no contexto europeu e internacional, nomeadamente através de programas do ensino e da aprendizagem de PLE/PL2;

- promoção da aquisição, avaliação e acreditação de competências comunicativas multilingues, em todos os contextos académicos e profissionais, aumentando assim a qualificação e a empregabilidade dos formandos;
- promoção do diálogo intercultural como elemento essencial da construção de uma cidadania orientada para a democracia, a paz e a solidariedade, contrariando tendências xenófobas e de exclusão social;
- reconhecimento do valor económico, estratégico e transversal da comunicação multilingue em contextos académicos e científicos nos mais variados domínios de especialidade e áreas do saber.

Estes princípios de política de língua são operacionalizados através de múltiplos meios, de entre os quais cabe destacar, a nível da formação não conferente a grau, os cursos de línguas e culturas estrangeiras, nomeadamente de PLE, oferecidos pelo BabeliUM – Centro de Línguas da UM; a nível da oferta curricular, os projetos educativos assentes na aquisição de saberes e no desenvolvimento de competências em línguas, culturas e comunicação intercultural.

Naquilo que concerne os interesses e as expectativas dos estudantes sinofalantes, há dois cursos de segundo ciclo que claramente se destacam pela sua adequação aos perfis deste público específico. São eles o Mestrado em Português Língua Não Materna – Português Língua Estrangeira/Língua Segunda (MPLNM – PLE/PL2) e o Mestrado em Estudos Interculturais Português/Chinês (MEICP/C).

O primeiro entrou em funcionamento no ano letivo de 2010-2011, encontrando-se na sua oitava edição consecutiva. Tem como público-alvo preferencial 1) licenciados pré e pós-Bolonha em áreas com componentes dos estudos portugueses ou afins, com ou sem experiência profissional na docência do PLM e/ou PLE, e 2) estrangeiros licenciados na área dos estudos portugueses ou afins que tenham ou pretendam vir a ter atividade profissional na área do PLE. O segundo curso foi criado no ano de 2008-2009, vindo igualmente a funcionar de forma ininterrupta desde então. Constituem o seu público-alvo 1) licenciados portugueses em estudos chineses/asiáticos, portadores de um certificado oficial de chinês HSK IV, e 2) estudantes chineses licenciados em estudos portugueses, com um nível de Português B2 do QECRL. Os dois mestrados decorrem em ambientes eminentemente multilingues e multiculturais, integrando nos seus contingentes anuais um número significativo de estudantes chineses.

Em ambos os casos, a formação dos estudantes é orientada no sentido de contribuir para a graduação de profissionais aptos a atuarem em contextos multiculturais e multilingues e capazes de:

- 1) Encarar a multiculturalidade e o multilinguismo como uma diversidade positiva e não como uma diferença paralisante e penalizadora;
- 2) Respeitar a diversidade linguística e cultural na sua essência sem proceder a juízos de valor sobre a importância relativa das línguas e das culturas;
- 3) Conceber e/ou implementar currículos que reflitam e respeitem a diversidade linguística, étnica e cultural;
- 4) Conceber e/ou avaliar práticas e recursos didáticos que contemplem conteúdos e atividades representativos de várias perspetivas étnicas, culturais, religiosas, entre outras.;
- 5) Criar instrumentos e processos de avaliação e testagem que tenham em conta as diferenças culturais e linguísticas de base dos formandos, mantendo expectativas igualmente positivas sobre todos.

Os princípios supra elencados assentam no pressuposto de que entre língua e cultura há uma relação de interdependência e de que cabe a quem tem a responsabilidade de conceber e implementar programas de formação abrangendo domínios eminentemente multiculturais e multilinguísticos, muito particularmente aos professores, não perder de vista tal relação e explicitá-la junto do(s) público(s)-alvo.

#### **4. Desafios colocados ao professor de PLE no processo de ensino de língua-cultura (nomeadamente a sinofalantes)**

É hoje amplamente sabido e aceite que as línguas não são um mero sistema de signos; são instrumentos de interação social, de estruturação do pensamento e de construção da identidade dos indivíduos e dos grupos nas relações que estes mantêm entre si e com o mundo circundante, ou seja, todas as línguas são criadoras/portadoras de cultura da mesma forma que todas as culturas se refletem e influenciam uma dada língua natural.

Quando transpostas para contextos do ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras, estas constatações implicam que se encare a aula de língua não apenas como um espaço de transmissão/aprendizagem de conhecimentos lin-

guísticos, mas também como o entorno privilegiado para o contacto com a(s) cultura(s) veiculada(s) numa dada língua-alvo; consequentemente, espera-se que o professor de línguas tenha sólidos conhecimentos sobre o sistema linguístico do idioma que ensina e domine com igual perícia as convenções e os referentes da(s) cultura(s) que a esse idioma se associa(m) ou nele se traduz(em), de modo a que nenhum destes elementos – língua e cultura – seja encarado de forma atomizada e desconexa. A pertinência da conciliação destes dois tipos de competências torna-se tanto mais significativa quanto maior é a distância entre a língua/cultura de origem dos aprendentes e a língua/cultura-alvo, como acontece no caso dos estudantes provenientes da China.

As metodologias comunicativas, desenvolvidas a partir dos trabalhos de Hymes (1971), a quem se deve o conceito de “competência comunicativa”, depois complementados pelos estudos de Canale (1983) que permitiram tomar em consideração também a designada “competência discursiva” (i.e., o modo como gramática e significado se conjugam na criação de textos de diferentes géneros), passaram a conceber a língua como um instrumento de comunicação através do qual os falantes agem verbalmente. Esta atuação pressupõe tanto o conhecimento das convenções linguísticas como das convenções socioculturais e contextuais que permitem ao utilizador adequar as suas produções às diversas situações de uso com que se depara.

Os estudantes de línguas estrangeiras, para serem competentes no manejo da língua-alvo, devem não só aprender como funciona essa língua (competência linguística) e como a devem usar segundo as normas sociais em vigor (competência sociolinguística), mas também como criar enunciados adequados aos objetivos comunicativos específicos (competência pragmática). Isto constitui um enorme desafio quer para o estudante quer para o professor, pois, o primeiro, quando se acerca de uma língua estrangeira, desconhece que aspeto formal dar às suas emissões, como formalizar linguisticamente as suas intenções comunicativas, que expectativas têm os seus interlocutores e que rituais de comunicação deve respeitar; já ao segundo cabe a difícil tarefa não apenas de facultar ao estudante os instrumentos que lhe permitam conhecer o sistema linguístico-cultural da língua-alvo, como também de o fazer de forma contextualizada e significativa para o aluno.

Sem deixar de considerar o conhecimento da própria língua indispensável para que o falante possa produzir e entender um número infinito de orações, a competência comunicativa pressupõe também o saber necessário para



selecionar, de entre as formas linguísticas possíveis, as mais adequadas a cada situação concreta. É este tipo de conhecimento que possibilita aos utilizadores de uma dada língua decidir, por exemplo, como se dirigir a um desconhecido, quando formular uma pergunta direta, como e quando aceitar/rejeitar uma oferta, que dizer para felicitar alguém ou para reagir a um elogio, como expressar compreensão pelo sofrimento alheio, entre muitas outras situações linguístico-pragmáticas que poderiam ser elencadas.

Os falantes nativos possuem um conhecimento implícito de tais convenções que lhes permite respeitá-las ou, pelo contrário, ignorá-las de forma consciente e com um propósito específico. No caso dos falantes estrangeiros, tal conhecimento não está garantido, sendo frequente a ocorrência de erros de inadequação motivados pela ignorância face a algum aspeto das convenções ou dos padrões de comportamento cultural na língua-alvo. Isto equivale a dizer que a competência comunicativa engloba não somente competências de natureza puramente linguística, mas também outras de natureza cultural, as quais não são menos importantes do que as primeiras.

Assim, este novo enfoque da didática das línguas estrangeiras coloca o professor perante a necessidade de fazer uma abordagem da língua centrada nas condições de uso, por forma a contribuir para o desenvolvimento da competência comunicativa dos seus alunos, a qual deverá ter em conta tanto a intenção do falante como a situação de comunicação, pois comunicar implica emitir e compreender mensagens que ocorrem em contextos intencional e culturalmente marcados.

Tendo em vista a estreita articulação entre língua e cultura, bem assim como as suas implicações em contextos de ensino-aprendizagem, Lourdes Miquel propõe uma subcategorização do termo “cultura”, distinguindo três subtipos que designa por “cultura essencial”, “cultura legitimada” e “cultura epidérmica” (Miquel, 2004).

A “cultura essencial” engloba “todo el conocimiento que permite hacer un uso efectivo y adecuado del language. Ahí están las creencias y presuposiciones, los modos pautados de actuación, los juicios, los saberes que comparte la sociedad, las reglas sobre qué se puede decir y no decir y cómo decir las cosas” (Miquel, 2004, p. 561). Trata-se da cultura do quotidiano, em que todos os membros de uma dada comunidade vivem mergulhados e que lhes talha o(s) contexto(s). A “cultura legitimada”, por seu lado, é a chamada “cultura culta”, ou seja, enciclopédica, erudita, resultante de um processo de seleção operado

por instâncias de legitimação que, num determinado momento e tendo em conta padrões estéticos e valores específicos, determinam que produtos podem ou não ser considerados “cultura”. A “cultura legitimada” é, pois, uma cultura canónica que é percebida como herança patrimonial. Por último, a “cultura epidérmica” refere-se a “usos y costumbres que defieren del estándar cultural” (Miquel, 2004, p. 517). Esta é uma cultura marginal ou excêntrica (no sentido etimológico dos termos) e, por isso mesmo, pouco estável por ser fortemente circunstancial e efémera.

Qualquer uma destas três aceções de cultura pode e deve ser objeto de tratamento em contexto de aula de língua estrangeira. No entanto, apenas os elementos que constituem a “cultura essencial” são genericamente partilhados pelos falantes de um dado idioma, independentemente das suas idiossincrasias próprias (género, idade, classe social, grau de escolarização, etc.), o que lhes permite assumir comportamentos coletivos que definem a sua identidade grupal: os portugueses, os chineses (ou qualquer outro grupo étnico-linguístico globalmente considerado) partilham um conjunto de características das suas respetivas “culturas essenciais” específicas que permitem defini-los como tal, ainda que tais características correspondam a abstrações generalizantes que não coincidem plena e absolutamente em nenhum dos indivíduos singulares pertencentes a cada um desses grupos. Inversamente, nem a “cultura legitimada” nem a “cultura epidérmica” gozam deste estatuto de transversalidade: a primeira é apanágio de certos grupos privilegiados que, por circunstâncias várias, lhe podem estar mais ou menos expostos; quanto à segunda, está associada a epifenómenos de moda que, na maior parte dos casos, não resistem ao poder do tempo.

Daqui decorre que o professor pode ocupar-se de aspetos destes dois tipos de culturas de franja, caso os públicos específicos com que trabalha assim o justifiquem ou exijam (por exemplo, se trabalhar com alunos adolescentes, pode explorar aspetos da cultura própria dessa faixa etária, mantendo-se porém consciente da volatilidade que a caracteriza e que rapidamente a torna desatualizada; da mesma forma, se o seu público-alvo for constituído por estudantes com interesses académicos eruditos, pode igualmente deter-se em questões relacionadas com a literatura, ou a música, ou o cinema, etc.). Contudo, aquilo que não pode ignorar é a atenção que deve dar aos aspetos da “cultura essencial”, pois é o seu conhecimento que permitirá aos alunos atuarem adequadamente na língua-alvo. De facto, o conhecimento (ou a ausência dele) das componen-

tes da “cultura essencial” condiciona o uso eficaz de uma língua estrangeira e determinar o grau de competência comunicativa do falante.

Para melhor se compreender a importância que o conhecimento das convenções da “cultura essencial” da língua-alvo tem na seleção de elementos linguísticos apropriados e que garantam uma comunicação eficaz, atente-se nos exemplos que a seguir se apresentam, ilustrativos de situações autênticas passíveis de ocorrer na vida quotidiana entre falantes de LP e que não encontram necessariamente correspondência em Chinês:

<b>Situação 1</b>
– Queres comer alguma coisa? Uma sopa, uma massa? – Sopa? Massa? Ao pequeno-almoço? Posso tomar uma meia de leite, mas não quero dar trabalho.
<b>Situação 2</b>
Podemos tratar-nos por tu, já que vamos trabalhar juntos?
<b>Situação 3</b>
– Esta é a amiga de que te falei. É uma investigadora ótima e tem conseguido grandes financiamentos. – Bem, não é tanto assim. O meu sucesso deve-se muito à equipa.
<b>Situação 4</b>
Temos de tomar um café juntos um dia destes.
<b>Situação 5</b>
– Queres vir jantar à minha casa? – Gostava muito, mas se calhar não vai dar porque trabalho até tarde.
<b>Situação 6</b>
– Parabéns! Então mudaste de emprego? – Mudei.

Os fragmentos de enunciados apresentados acima têm por base pressupostos de natureza cultural que determinam os comportamentos linguísticos dos interlocutores, condicionando consequentemente a seleção que estes fazem das formas linguísticas. Assim:

- pressupõe-se que determinados alimentos só se consomem a determinadas refeições e que faz parte das regras de educação condicionar a aceitação de uma oferta ao facto de a mesma não causar transtorno a quem a faz (situação 1);

- existem várias formas de tratamento que devem adequar-se ao tipo de relacionamento entre os indivíduos (situação 2);
- espera-se que quem é elogiado desvalorize o elogio que lhe é feito (situação 3);
- entende-se que uma proposta vaga não tem intenção real de ser concretizada (situação 4);
- não é considerado polido recusar diretamente um convite e é suposto que quem o rejeita dê explicações sobre o motivo da recusa (situação 5);
- não basta confirmar ou infirmar um facto da vida pessoal; o interlocutor esperará maiores explanações sobre tal facto (situação 6).

Todavia, nenhuma das pressuposições explicitadas corresponde a regras universais passíveis de serem implícita e automaticamente partilháveis por todos os falantes. Usuários provenientes de culturas diferentes e falantes de outras línguas (como é o caso dos estudantes sinofalantes, cuja distância da língua e culturas-alvo é particularmente relevante) podem não partilhar convenções similares e, portanto, as suas interações verbais em situações idênticas às referidas serão necessariamente diferentes tanto em termos do desempenho linguístico como das expectativas dos interlocutores.

Ensinar uma língua numa perspetiva comunicativa implica, pois, ensinar também uma série de práticas sociais e transmitir aos alunos um conjunto de valores culturais dominantes. A não observância deste princípio limita as hipóteses de o aluno vir a tornar-se verdadeiramente competente na língua-alvo, diminuindo-lhe também as possibilidades de aceitação e de integração na comunidade de falantes nativos que tendem, aliás, a manifestar um grau de intolerância para com as falhas de adequação aos contextos culturais cometidas pelos falantes de língua estrangeira mais elevado do que propriamente para com as falhas de natureza linguística. Torna-se por isso necessário que o professor faculte ao aprendente o máximo de informação possível para que ele, de uma forma consciente, decida se pretende respeitar ou transgredir as convenções da cultura-alvo, sendo um agente ativo num processo constante de interpretação e de transação de informação com vista à criação de significados partilhados.

No contexto atual de ensino de línguas espera-se do professor que aja como um antropólogo-observador-mediador, capaz de identificar e tornar visíveis os

implícitos culturais, promovendo o conhecimento, a aceitação e (idealmente) a valorização da diferença, ou seja, espera-se que o professor contribua para desenvolver uma efetiva competência comunicativa dos seus alunos. Se, no passado, o requisito para ensinar uma língua estrangeira era que o professor tivesse sólidos conhecimentos da fonética, da morfologia, da sintaxe, do léxico da língua-alvo e que fosse fluente no idioma, hoje tem-se por certo que tais competências não bastam, tornando-se necessário acrescentar o conhecimento da cultura do outro e a habilidade para mediar entre a(s) cultura(s) do(s) aluno(s) e a cultura-alvo, permitindo assim a verdadeira comunicação intercultural.

## 5. Considerações finais

No estado presente da investigação sobre o ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras dá-se por adquirido que o mero conhecimento do código linguístico do interlocutor não garante a proficiência do aluno. Para que a eficácia da comunicação se verifique devem igualmente ser considerados os aspetos culturais, nomeadamente da designada “cultura essencial” que se caracteriza pelo conjunto de variáveis psicológicas que definem o comportamento e o modo de pensar de uma dada sociedade, com influência direta nas práticas linguísticas.

A componente cultural é tão fundamental para o aprimoramento da competência comunicativa como a componente linguística. Os aprendentes de uma língua estrangeira desconhecem as estruturas gramaticais e lexicais da língua-alvo da mesma forma que ignoram as convenções socioculturais de uso. Ensinar uma língua desvinculando-a do todo cultural em que ela se manifesta não é mais do que dar a conhecer um sistema abstrato, vazio de sentido e, em definitivo, inadequado para a comunicação.

No contexto das sociedades atuais, marcadas por uma crescente globalização com reflexo direto nos ambientes multilingues e multiculturais das IES, torna-se imperioso que todos os agentes envolvidos nos processos de acolhimento e de formação de estudantes estrangeiros tenham consciência da inseparabilidade do binómio língua-cultura. Só essa consciência permite responder cabalmente aos desafios colocados pela heterogeneidade dos públicos, nomeadamente dos sinofalantes, contribuindo para a sua plena e eficaz integração pessoal e académica, numa dinâmica de diálogo intercultural que se afigura como um imperativo não apenas pedagógico-didático mas também ético-moral.

## Referências bibliográficas

- Aguirre, A. (1997). *Cultura e identidade cultural*. Barcelona: Ediciones Bårdenas.
- Almeida Filho, J.C.P. (1993). *Dimensões comunicativas no ensino de línguas*. Campinas: Pontes.
- Beacco, J. C. (2000). *Les Dimensions Culturelles des Enseignements de Langue*. Paris: Hachette Livre.
- Canale, M. (1983). From Communicative Competence to Communicative Language Pedagogy. In T. Richards & R. W. Schmidt (Eds.), *Language and Communication*. Londres: Longman.
- Galisson, R. (1999). Quel statut revendiquer pour les cultures en milieu institutionnel? In R. Galisson & C. Puren, *La Formation en questions*. Paris: Clé International.
- Hymes, D. H. (1971). Acerca de la competencia comunicativa. In Llobera et al., *Competencia comunicativa. Documentos básicos en la enseñanza de lenguas extranjeras*. Madrid: Edelsa.
- Kramsch, C. (1996). *Context and Culture in Language Teaching*. Oxford: Oxford University Press.
- Miquel, L. L. (2004). La Subcompetência Sociocultural. In J. S. Lobato & I.S. Gargallo (Dir.), *Vademécum para la formación de profesores. Enseñar español como L2/LE*. Madrid: SGEL.
- Oliveira, G. M. (2013, Julho/Dezembro). Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. In *Trabalhos de Linguística Aplicada*, Campinas, 52, (2), 409-433. (Consultado on-line – ISSN 2175-764X)
- Ortiz, S. & Alonso, G. (2015). Las competencias del aprendiente y el professor. In *La Formación del Profesor de Español. Innovación y reto*. Barcelona: Difusión.
- Reto, L. A., Machado, F.L. & Esperança, J.P. (2016). *Novo Atlas da Língua Portuguesa*. Lisboa: IN-CM.
- Serrani, S. (2005). *Discurso e cultura na aula de língua*. Campinas: Pontes.
- Scollon, N. & Scollon, S.W. (2003). *Intercultural Communication*. Blackwell Publishing Ltd.
- Shanpei, Z. (2016). *A disciplina de Laboratório no contexto do ensino-aprendizagem de PLE na China: da teoria à prática. Conceção e redação do compêndio “Ouvir e Falar Português”* (Tese de Doutoramento). Universidade do Minho.
- Zarate, G. (2006). *Représentations de l’Étranger et Didactique des Langues*. Paris: Didier.

## Websites

<http://observalinguaportuguesa.org/por-que-a-china-aposta-na-lingua-portuguesa/>  
<http://www.scielo.br/pdf/tla/v52n2/a10v52n2.pdf>



# A IMPORTÂNCIA DA TRANSMISSÃO DE CONTEÚDOS CULTURAIS PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

## 外语教学中文化内容传递的重要性探究

**Ying Han**

Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian

Aquando de uma visita de Estado a países da Ásia Central e Sudeste, realizada entre setembro e outubro de 2013, o presidente chinês, Xi Jinping, lançou a ideia de construir conjuntamente a “Faixa Económica da Rota da Seda” e a “Rota da Seda Marítima do século XXI”, proposta que mereceu grande atenção por parte de interlocutores de todo o mundo.

Neste contexto, a China aproveitou a Região Administrativa Especial de Macau como plataforma, elevando a sua cooperação com os países de língua portuguesa a um novo patamar. Já existem a vontade política e as condições favoráveis para promover a cooperação e o intercâmbio entre as duas partes, especialmente nas áreas económica e comercial. Todavia, a execução com sucesso de projetos que impliquem as duas partes pressupõe um forte conhecimento mútuo a nível tanto da(s) língua(s) dos países em causa como das respetivas culturas, o que facilitará a comunicação entre as partes. Estas circunstâncias impõem que nos processos de ensino-aprendizagem de Português Língua Estrangeira (PLE) na China sejam tidos em conta conteúdos comunicativos e culturais adequados.

De acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECL, 2001, p. 75), o uso de uma determinada língua depende das exigências



e das condições do contexto. É a especificidade de cada contexto que cria a necessidade e o desejo de comunicar e que determina também a forma e o conteúdo da comunicação. Todos os atos de linguagem se inscrevem no enquadramento de uma situação específica, ou seja, num domínio da vida social. Identificar os domínios nos quais os aprendentes realizarão as ações ajuda significativamente a desenvolver o processo de ensino e a avaliação da língua-alvo.

A forma de identificar estes domínios pode ser muito diversa. Existem contudo quatro domínios que devem sempre ser considerados no quadro dos processos de ensino-aprendizagem de línguas: o domínio privado, o domínio público, o domínio profissional e o domínio educativo, sendo possível, em cada um deles, distinguir temas ou tópicos que constituem o centro de comunicação, os quais são desenvolvidos no discurso oral, na conversação, na leitura e na composição escrita. Identificam-se a seguir as principais áreas temáticas apresentadas pelo QECRL (2001, p. 83):

- identificação e caracterização pessoal;
- casa, lar, ambiente;
- vida quotidiana;
- tempo livre e diversões;
- viagens;
- relações com os outros;
- saúde e cuidados pessoais;
- educação;
- compras;
- comida e bebida;
- serviços;
- lugares;
- língua;
- meteorologia.

Os conteúdos relacionados com as áreas temáticas acima referidas devem ser contemplados no ensino-aprendizagem de PLE e apresentados sempre que possível de modo autêntico, tendo em conta contextos de uso extraídos da realidade comunicativa dos países lusófonos. As perguntas seguintes também devem merecer uma atenção especial aos professores de PLE: os diversos elementos pragmáticos para a comunicação - o tom, a entoação, a forma adequada de tratamento, etc. - estão presentes e são adequados? os conteúdos comunicativos

são apresentados de forma ativa e apoiam o desenvolvimento do saber-fazer cognitivo do aprendente? as quatro competências comunicativas desenvolvem-se de forma equilibrada e estão bem articuladas com os conteúdos?

Além dos conteúdos comunicativos, os aspetos sociais e culturais que enformam a língua estrangeira também são decisivos no ensino-aprendizagem desta. Maria José Frias sublinha, no seu artigo “Pedagogia Intercultural e Formação de Professores de Português, Língua Estrangeira”, a importância da relação entre língua e cultura:

Ensinar a cultura na língua é reconhecer que a língua é uma prática social, que enunciado, destinador e destinatário não são neutros, que através das línguas e dos seus usos se manifestam realidades socioculturais, se estabelecem relações.

O ensino da língua conduz-nos ao centro das realidades culturais e pode ajudar cada aprendente a reduzir a margem de incompreensão entre ele e outros cuja língua e cultura são diferentes. (Frias, 1991, p. 447)

Deste ponto de vista, no ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira, deve-se acrescentar ao conteúdo linguístico aspetos culturais e sociais da(s) comunidade(s) onde a língua é falada. Ou seja, o ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira pode e deve refletir a cultura do país ou países da língua-alvo, os seus hábitos, as suas tradições, a sua história, estimulando o desenvolvimento das competências comunicativas e interculturais do aprendente.

O QECRL realça igualmente a importância do conhecimento da sociedade e da cultura estrangeira para o aprendente de línguas:

Estritamente falando, o conhecimento da sociedade e da cultura da(s) comunidade(s) onde a língua é falada é um dos aspectos do conhecimento do mundo. É, no entanto, suficientemente importante para merecer uma atenção especial, uma vez que, ao contrário de muitos outros aspectos do conhecimento, parece provável que este conhecimento fique fora da experiência prévia do aprendente e seja distorcido por estereótipos. (QECRL, 2001, p. 148)

O QECRL (2001, p. 148-150) lista vários aspetos característicos de uma determinada sociedade europeia e da sua cultura que podem ser abordados através das atividades didáticas:

- A vida quotidiana, nomeadamente hábitos gastronómicos, etiqueta à mesa, horários e hábitos de trabalho, feriados, atividades dos tempos livres.
- Características sociais como o nível de vida, as condições de habitação ou a cobertura da segurança social.
- As relações interpessoais, incluindo as de poder e solidariedade, por exemplo, em relação à estrutura social e relações entre classes, igualdade ou desigualdade de género, estruturas e relações familiares, relações intergeracionais, relações no trabalho; relações entre público e polícia ou outros organismos públicos, relações entre comunidades e raças; relações entre grupos políticos e religiosos.
- Os valores, as crenças e as atitudes em relação a fatores como classe social, grupos socioprofissionais, riqueza, culturas regionais, segurança, instituições, tradição e mudança social, história, minorias étnicas ou religiosas, identidade nacional, países estrangeiros, Estados, povos, política, artes, religião, humor (as possibilidades multiplicam-se).
- A linguagem corporal: o conhecimento das convenções que regem os comportamentos deste tipo constitui uma competência sociocultural do utilizador/aprendente.
- As convenções sociais, por exemplo, no que respeita à hospitalidade (dar e receber), o que pode incluir pormenores como pontualidade, presentes, roupa, refeições, convenções, tabus da conversação e do comportamento, duração da visita, modo de sair/de se despedir.
- Os comportamentos rituais em áreas como: prática religiosa e ritos, nascimento, casamento e morte, comportamentos do auditório e do espectador em espetáculos públicos e cerimónias, celebrações, festivais, bailes, discotecas, etc..

Todas estas vertentes podem ser incluídas no ensino-aprendizagem de PLE desde que adequadas às competências linguísticas do aprendente. Geralmente, no nível elementar, o domínio linguístico e lexical do aprendente é limitado, pelo que os temas culturais serão necessariamente mais simples, relacionados com aspetos da vida quotidiana. Nos níveis avançados, o aprendente terá um pouco mais de facilidade em apreender um tema cultural complexo que envolva as relações interpessoais, os valores ou as crenças.

Segundo Ana Tavares (2008, p. 44), o professor poderá transmitir os aspetos culturais e sociais com documentos autênticos, não só textos sob a

forma gráfica, mas igualmente sob a forma iconográfica: artigos de imprensa (adaptados ou não), inquéritos, estudos estatísticos, diagramas, todo o tipo de publicidade, banda desenhada, previsão meteorológica, programação televisiva, cartazes de cinema, resumos de filmes, receitas de culinária, bilhetes, mapas, plantas de cidade ou de metro, fotografias, etc.

Deste modo, o aprendente poderá conhecer o(s) país(es) da língua-alvo de uma forma imparcial, formando as suas próprias opiniões e não sendo influenciado pela visão de qualquer mediador como sejam, por exemplo, os autores de manuais ou os professores. Isto conduz a uma tomada de consciência intercultural, que inclui a compreensão da diversidade regional e social dos dois mundos (“o mundo de onde se vem” e “o mundo da comunidade-alvo”), que ajuda a colocar ambas as culturas em contexto e em comunicação.

Além dos aspetos culturais e sociais relativos a questões de natureza mais pragmática relacionadas com a vida quotidiana, importa referir também o contributo dado pela literatura como disciplina presente em quase todos os cursos de língua estrangeira, desempenhando este tipo particular de textos um papel muito importante ao fornecerem diversidade de estímulos para a realização de atividades que não só envolvem as quatro competências linguísticas fundamentais, mas que também refletem a cultura do(s) povos(s) falante(s) da língua-alvo e constituem a própria identidade do aprendente como sujeito participante de uma comunidade global. Acresce que as atividades realizadas a partir de poemas, contos e pequenos romances têm um forte poder motivacional, podendo mais facilmente despertar o interesse dos alunos.

Ur apresenta as vantagens do recurso ao texto literário para o ensino de línguas estrangeiras em *A Course in Language Teaching: Practice and Theory*. A autora (1996, p. 201) considera que a literatura pode ser uma forma muito agradável de exercitar a leitura (para além de apresentar diferentes estilos de escrita que representam vários usos autênticos da língua-alvo), de promover habilidades de leitura, sendo uma boa base para a expansão do vocabulário, dando a conhecer a cultura de destino e contribuindo para o desenvolvimento pessoal do aluno e para o seu conhecimento do mundo.

De facto, a literatura é uma ferramenta muito útil, que estimula um maior conhecimento sobre outras culturas e o exercício da imaginação quando, os aprendentes escrevem os seus próprios textos. Adicionalmente, a literatura faz com que o ensino e a aprendizagem da língua estrangeira não só se torne mais fácil e agradável, como também mais produtivo. Por exemplo, a declamação

de poesia ou a aprendizagem da letra de uma música podem ser tão interessantes que motivem os alunos para a aprendizagem, tornando o cumprimento das tarefas de aprendizagem mais agradável.

Em jeito de conclusão, podemos referir que uma introdução de conteúdos culturais e comunicativos adequados deve merecer uma atenção especial no processo de ensino-aprendizagem de PLE. Os conteúdos linguísticos e comunicativos têm a mesma importância nos processos de ensino-aprendizagem, não se devendo acentuar apenas um deles e, como áreas complementares, os conteúdos literários e culturais são necessários, não podendo ser ignorados quer no nível de iniciação, quer no nível avançado.

Graças a um esforço contínuo realizado no decurso destes mais de 50 anos, o ensino de PLE na China continental regista progressos visíveis a vários níveis. No entanto, enfrenta também vários desafios e temos muito trabalho ainda a fazer para melhorar a qualidade do ensino de PLE na China.

## Referências bibliográficas

- Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Comércio da República Popular da China (2015). Vision and proposed actions outlined on jointly building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road. *China Investigation & Design*, 5, 20-26
- Conselho da Europa (2001). *Quadro Europeu Comum De Referência Para As Línguas – Aprendizagem, Ensino, Avaliação*. Porto: ASA Editores II.
- Frias, M. J. (1991). *Pedagogia Intercultural e Formação de Professores de Português, Língua Estrangeira. Atas - Português como língua estrangeira*. Macau: Direção dos Serviços de Educação, Fundação Macau, Universidade da Ásia Oriental, Instituto Português do Oriente.
- Tavares, A. (2008). *Ensino/Aprendizagem do Português como Língua Estrangeira*. Lisboa: Lidel.
- Ur, P. (1996). *A Course in Language Teaching: Practice and Theor*. Cambridge: Cambridge University Press.

## Sitografia

- Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau).  
<http://www.forumchinapl.org.mo/action-plans/?lang=pt> (consulta a 19 de Junho de 2017)

# A LEITURA E O ENSINO DE PLE

## 阅读与对外葡语教学

**Catarina Xu Yixing**

Universidade de Estudos Internacionais de Xangai

O ensino de PLE na China encontra-se neste momento numa fase de expansão, sendo quase o triplo o número de instituições onde se ensina PLE, em comparação com há cerca de dez anos atrás. Os docentes chineses, em colaboração com os leitores vindos de Portugal e do Brasil, têm ultrapassado diferentes tipos de dificuldades e têm enfrentado novos desafios durante o processo de ensino de PLE. E a leitura em português é realmente um dos desafios maiores.

### **I. Importância da leitura**

A leitura, tanto em língua materna como em língua estrangeira, constitui um recurso indispensável para obtenção de conhecimentos porque aprender a ler significa aprender a ler o mundo, de acordo com muitos. Como Bambergur (2002, p. 32) afirma, “A leitura suscita a necessidade de familiarizar-se com o mundo, enriquecer as próprias idéias e tem experiências intelectuais, o resultado é a formação de uma filosofia da vida, compreensão do mundo que nos rodeia”.

A função do professor, porém, não pode ser precisamente a de ensinar a ler, mas a de incentivar a criação do hábito de ler, para que os aprendentes tenham a consciência de realizar a sua própria aprendizagem, conforme seus próprios interesses e necessidades.

## **II. Situação atual de leitura dos aprendentes chineses de PLE**

### **1. Características do modelo geral de ensino na China**

Ao falar de modelo, não se pode deixar ao lado o ensino de língua materna – Chinês – na China. Sendo um país com grande população e com uma grande variedade de grupos étnicos e eventualmente grande variedade de dialetos, a China tem enfrentado problemas de língua dentro do país. O Mandarim, que deve ser chamado de língua dos Hans, o maior grupo étnico da China, tem como a sua base o dialeto de Pequim e coexiste com os dialetos regionais, os quais se diferenciam sobretudo foneticamente uns dos outros, apesar de terem em comum a representação gráfica. Deste modo, a escrita ocupa um lugar importantíssimo no ensino de Chinês nas escolas, o qual constitui a forma prioritária para a unificação e difusão da língua chinesa por todo o país. Por isso, é natural que se dê mais ênfase à escrita e à leitura no modelo tradicional do ensino de Chinês.

Por outro lado, a explicação, sobretudo da gramática e do léxico, por parte do professor desempenha igualmente um papel importante no ensino de língua materna bem como no ensino de línguas estrangeiras. Quer dizer, o professor ocupa um lugar dominante no ensino, e os aprendentes têm o hábito de obedecer às ordens do professor e não apresentam, de modo geral, a iniciativa de aprender, mas sim, esperam passivamente até o professor mandá-los ler ou escrever.

### **2. Características dos aprendentes de PLE da SISU**

Os aprendentes de PLE da Universidade de Estudos Internacionais de Xangai (SISU), que criou o curso de licenciatura em português há 40 anos, já têm um conhecimento linguístico muito bom de inglês. Também apresentam as mesmas características dos outros alunos chineses: passivos, sem iniciativas para aprender, embora a maioria muito trabalhadora.

No entanto, com o desenvolvimento da tecnologia, especialmente da Internet, os aprendentes têm mais facilidade de aceder ao mundo de conhecimento, o que ajuda, sem dúvida nenhuma, a tornar os aprendentes mais ativos em relação à aprendizagem de português, como por exemplo, seleção de materiais para ler com mais iniciativa.

### 3. Situação de leitura dos aprendentes de PLE da SISU

Para tentar tomar conhecimento da situação de leitura dos aprendentes de PLE da SISU, fez-se um inquérito<sup>1</sup> sobre questões relacionadas com a leitura em fevereiro de 2017 aos 18 alunos do primeiro ano, com cerca de 200 horas de aprendizagem de português.

Na Questão 1 (*Gosta de ler?*), 16 escolheram “gosta de ler” enquanto que 2 escolheram “nunca pensei nisso”, mas felizmente, ninguém escolheu “não gosta de ler”.

Na Questão 2 (*O que lê mais fora das aulas?*), a resposta poderia ser múltipla. A mais escolhida foi “cultura” (10 informantes) e a segunda mais escolhida foi “entretenimento”, seguidas por “história” e “notícia”. Além disso, houve alunos que escolheram “conhecimentos relacionados com os textos aprendidos nas aulas”, “política”, “romance”. Tudo isso reflete que os alunos têm interesse em diferentes temas e por isso, a leitura pode ser de áreas diversificadas.

Na Questão 3 (*Gosta mais de ler livros ou jornais/artigos?*), a maioria (16 alunos) escolheu “livros” e apenas 2 escolheram “jornais ou artigos”.

Na Questão 4 (*Gosta mais de ler livros ou livros eletrónicos?*), a maioria (14 alunos) escolheu “livros” e só 4 escolheram “livros eletrónicos”, o que mostra que o livro tradicional ainda é a opção prioritária para os nossos aprendentes.

Na Questão 5 (*Quanto livros lê por mês?*), 10 responderam “2”, 7 responderam “1” e 1 respondeu “3”. Deixando os números ao lado, pode-se ver que os alunos têm o hábito de ler, embora alguns leiam mais e os outros, menos.

Na Questão 6 (*Tem o hábito de ler em inglês?*) e na Questão 7 (para quem escolheu “sim” na Questão 6: *Lê mais em inglês ou chinês?*), apenas 7 optaram por “sim”, entre os quais, 5 afirmaram que leem “mais em chinês”. Pode-se verificar, através do resultado, que os alunos preferem ler em chinês, que é mais fácil, obviamente.

Na Questão 8 (*Acha necessário ler a tradução em chinês ou em inglês antes de ter competência para ler em português?*), a maioria (16 alunos) escolheu “sim”, apenas 1 escolheu “não” e 1 escolheu “não importa”. Quer dizer, quase todos os alunos têm a necessidade de ter contacto com o mundo lusófono, mesmo que não tenham conhecimento linguístico suficiente para tal.

Na Questão 9 (*Como seleciona a sua leitura?*), 7 responderam “conforme recomendada na Internet” e 6 responderam “conforme recomendada pelo pro-

<sup>1</sup> Veja o anexo. É de informar que o inquérito foi feito em chinês, para que todos os informantes.



fessor”, o que pode mostrar o papel da Internet e do professor na recomendação da leitura para os alunos.

Na Questão 10 (*Como é que o professor pode controlar a qualidade de leitura depois de recomendar a leitura aos alunos?*), a maioria dos informantes manifesta que “o professor não deve implicar trabalhos obrigatórios” enquanto que 6 alunos afirmaram que “o professor deve mandar os alunos escrever resenha ou resumo” e 4 afirmaram que “o professor deve deixar os alunos comunicar oralmente o que leram”. Daqui se pode ver que bastantes alunos não querem que o professor interfira no efeito da própria leitura.

Na Questão 11 (*Como é que pode controlar propriamente a qualidade de leitura?*), 6 informantes escolheram “consultar palavras desconhecidas”, 5 escolheram “comunicar com o professor ou colegas o que leu” e 4 escolheram “copiar as palavras ou frases que acha ótimas”. Apenas 2 escolheram “escrever resenha ou resumo” e 1 respondeu “outro”, especificando que “vai procurar na Internet conhecimentos relacionados com a leitura para tentar saber mais”. Das respostas, pode-se ver que a preocupação com palavras desconhecidas também existe no processo de leitura.

Na Questão 12 (*Qual é a maneira mais eficaz para elevar o nível de competência para leitura?*), 10 responderam que devem ler muito, entre os quais 3 enfatizaram o papel de pensar ao ler, e 3 afirmaram que o interesse é importante. Há também 1 aluno que afirmou a importância de estabelecimento de objetivos de leitura.

Na Questão 13 (*Qual é o papel do professor em relação à elevação do nível de competência para leitura?*), 10 acham “mais ou menos”, 7 acham “muito importante” e 1 acha “não importante”.

E na última Questão 14 (*O que espera do professor para elevar o seu nível de competência para leitura?*), 9 responderam que “o professor deve recomendar livros adequados para o nível do aluno”, 3 responderam que “o professor deve ensinar conhecimentos relacionados com o autor ou com a cultura do texto para incentivar o interesse dos alunos”.

### III. Estratégias para criação do hábito de leitura

Embora não muito ideal, os nossos aprendentes de PLE já têm uma consciência e o hábito de ler, durante o processo de ensino-aprendizagem. Mesmo que não tenham competência suficiente, manifestam o interesse pela leitura e esperam do professor a orientação e a recomendação de leitura adequada.

### **1. No início de aprendizagem**

Chamamos atenção aos alunos para a leitura desde o início de aprendizagem de PLE, mesmo que seja uma leitura em língua materna, mas acerca da língua e sobretudo das culturas dos países de língua oficial portuguesa, e não só. Desta forma, os alunos vão criando hábito de leitura e ao mesmo tempo adquirindo alguns conhecimentos relacionados com o que aprendem, a fim de combinar bem o conteúdo de leitura com os conhecimentos linguísticos.

### **2. Com aquisição da competência de leitura**

Depois da aquisição da competência de leitura em português, o professor deve preparar listas de leitura para diferentes níveis e em diversificadas áreas. Com o fácil acesso à Internet, os recursos que antigamente nos ficam longe já estão ao nosso alcance. No entanto, o professor deve escolher conforme o interesse e o nível dos alunos, para que os mesmos sintam o prazer de ler, com a progressão estabelecida pelo professor de acordo com a respetiva competência linguística. O que devemos evitar nessa etapa é a preocupação com a gramática e o léxico, embora não possamos ignorar a importância dessas duas questões.

### **3. Gosto pela leitura**

A leitura é um prazer que uma pessoa pode usufruir ao longo da vida e por isso, o gosto pela leitura é essencial para que se possa aprender durante a vida toda. É uma competência em permanente construção, uma porta aberta para novos mundos.

Na universidade, o que o professor poderia fazer é criar, se ainda não for completada essa etapa, e manter o gosto dos alunos pela leitura. Para tal, o próprio professor deve ser um bom modelo para transmitir o que tem lido aos alunos a qualquer momento.

## **Considerações Finais**

Para que se promovam atividades de leitura, o professor tem de aproveitar todo o tipo de meios que interessem aos alunos. O nosso ensino de PLE não se pode separar da leitura porque o hábito de leitura é um dos mais importantes para o desenvolvimento do intelecto e também o caminho mais curto para adquirir conhecimentos.

Vou terminar a comunicação com uma afirmação de Antunes: “Na verdade, pela leitura, temos acesso a novas ideias, novas concepções, novos dados, novas

perspectivas, novas e diferentes informações acerca do mundo, das pessoas, da história dos homens, da intervenção dos grupos sobre o mundo, sobre o planeta, sobre o universo. Ou seja, pela leitura promovemos nossa entrada nesse grande e ininterrupto diálogo empreendido pelo homem, agora e desde que o mundo é mundo” (Antunes, 2009, p. 193).

## Referências bibliográficas

- Antunes, I. (2010). *Análise de Textos*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Antunes, I. (2011) *Língua, Texto e Ensino*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Antunes, I. (2007) *Muito Além da Gramática*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Bamberguer, R. (2002). *Como Incentivar o Hábito de Leitura* (7.<sup>a</sup> ed. ). São Paulo: Ática.
- Girard, D. (1975). *Linguística Aplicada e Didáctica das Línguas*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Grosso, M. J. (Coord.). (2011). *Quadro de Referência para o Ensino Português no Estrangeiro* [PDF]. Recuperado de [https://cepealemanha.files.wordpress.com/2010/12/manual\\_quarepe\\_orientador.pdf](https://cepealemanha.files.wordpress.com/2010/12/manual_quarepe_orientador.pdf) em 20 de janeiro de 2017.
- Marcuschi, L. A. (2009). *Linguística de Texto: o que é e como se faz?* Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

## Anexo: Inquérito


### 阅读问卷

#### 第1题 你喜欢阅读吗？[单选题]

选项	小计	比例
喜欢	16	 88.89%
不喜欢	0	 0%
没想过	2	 11.11%
本题有效填写人次	18	

#### 第2题 你平时课外阅读最多的是？[多选题]

选项	小计	比例
与课文相关的拓展知识	3	 16.67%
新闻	8	 44.44%
文化	12	 66.67%
政治	4	 22.22%
历史	8	 44.44%
影视、体育等娱乐	10	 55.56%

其他	2	 11.11%
本题有效填写人次	18	




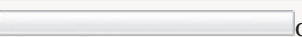
第3题 你更喜欢阅读书籍类还是报刊文章类？[单选题]

选项	小计	比例
书籍类	16	 88.89%
报刊文章类	2	 11.11%
本题有效填写人次	18	

第4题 你更喜欢阅读纸质书（文章）还是电子书（文章）？[单选题]

选项	小计	比例
纸质	14	 77.78%
电子	4	 22.22%
本题有效填写人次	18	

第5题 你一个月的阅读量一般是多少？[单选题]

选项	小计	比例
1本书	7	 38.89%
2本书	10	 55.56%
3本书	1	 5.56%
4本及以上	0	 0%
本题有效填写人次	18	

第6题 你有阅读英语文章的习惯吗？[单选题]

选项	小计	比例
有	7	 38.89%
没有	11	 61.11%
本题有效填写人次	18	

第7题 你阅读更多的是中文书还是英文书？[单选题]

选项	小计	比例
中文	5	 71.43%
英文	2	 28.57%
本题有效填写人次	7	

第8题 你觉得在有能力阅读葡语原版书之前，有必要阅读其中译本或英译本吗？[单选题]

选项	小计	比例
有必要	16	88.89%
没必要	1	5.56%
无所谓	1	5.56%
本题有效填写人次	18	

第9题 你一般如何去选择阅读内容？[单选题]

选项	小计	比例
网上推荐	7	38.89%
老师要求	2	11.11%
老师推荐	6	33.33%
家人或朋友同学推荐	1	5.56%
其他	2	11.11%
本题有效填写人次	18	

第10题 你觉得专业教师给学生课外推荐阅读书单之后应该如何检查其阅读质量？[多选题]

选项	小计	比例
要求学生撰写读书笔记	6	33.33%
要求学生口头汇报阅读心得	4	22.22%
不作硬性规定	12	66.67%
其他	1	5.56%

本题有效填写人次	18
----------	----

第11题 如果教师不对阅读作业作出硬性规定，你一般对自己会有什么样的要求？[单选题]

选项	小计	比例
写读书笔记	2	11.11%
查阅单词	6	33.33%
摘录好词好句	4	22.22%
与老师或同学沟通交流心得	5	27.78%
其他	1	5.56%
本题有效填写人次	18	

第12题 你觉得最有效地提高阅读水平的方法是什么？[单选题]

选项	小计	比例
选项36	16	88.89%
选项37	2	11.11%
本题有效填写人次	18	

第13题 你觉得老师在提高阅读水平方面能起到的作用如何？[单选题]

选项	小计	比例
很大	7	38.89%
一般	10	55.56%
不大	1	5.56%
基本没有	0	0%
本题有效填写人次	18	

第14题 你最希望老师如何提高你的阅读水平？[单选题]

选项	小计	比例
选项42	16	88.89%
选项43	2	11.11%
本题有效填写人次	18	



# REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE CHINÊS A FALANTES DE PORTUGUÊS

## 有关葡国学生汉语教学的若干思考

**Ran Mai**

Universidade de Aveiro

### Introdução

Com o processo de globalização, a abertura e o desenvolvimento ocorridos na China nos últimos trinta anos, a Língua Chinesa, uma das seis línguas oficiais da ONU, está a ganhar cada vez mais importância, sobretudo em Portugal devido à cooperação bilateral em curso nas áreas política, económica e cultural.

Hoje em dia, a Língua Chinesa é considerada uma mais-valia no mercado de trabalho em diversas áreas como a diplomacia, os negócios, a economia, a tecnologia, o turismo e o intercâmbio cultural. Em Portugal, os interesses pela China e pela sua língua também têm aumentado. Em 2017, o ensino do Chinês já integra a parte curricular de cursos de licenciatura e de mestrado em várias universidades portuguesas, como Universidade de Aveiro, Universidade do Minho, Instituto Politécnico de Leiria, Universidade de Lisboa e Universidade Católica Portuguesa. Foram instalados ao todo quatro Institutos Confúcio.

É neste contexto que surgiu o nosso interesse pelo atual ensino/aprendizagem da Língua Chinesa por falantes de Português. Neste trabalho, além de uma apresentação sobre os principais aspetos linguísticos do Chinês que se diferenciam do Português, faremos uma análise, com base num *corpus* de produção escrita e na reflexão da docente sobre o ensino-aprendizagem, sobre alguns problemas e dificuldades representativas dos alunos portugueses e pro-



poremos soluções metodológicas e estratégias didáticas, para que o ensino seja eficiente e adequado.

## 1. Língua Chinesa

Falado por cerca de 1/5 da população mundial, o Chinês é a língua oficial da República Popular da China (中华人民共和国 *Zhōnghuá Rénmín Gònghéguó*), uma das línguas oficiais de Singapura e uma das seis línguas de trabalho das Nações Unidas.

Sendo um dos maiores países do mundo em território e o primeiro em população, a China é composta por 56 diferentes etnias, das quais a Han corresponde a cerca de 91,51% de toda a população (NBSPRC, 2010) e habita zonas geográficas das sete variantes linguísticas principais no país. Estas sete variantes ainda podem ser divididas em centenas de dialetos. Das restantes 55 minorias étnicas não Han, 53 possuem as suas línguas orais e 22 utilizam 28 outros sistemas de escrita além dos caracteres (SCIF, 2009, para. 5). A complexidade desta situação linguística faz com que seja indispensável o uso de uma língua comum em toda a China, que possibilita e facilita a comunicação oral entre falantes das diversas etnias e das diferentes variantes linguísticas.

Geralmente, a Língua Chinesa (中文 *Zhōngwén*) refere-se à língua comum que é conhecida atualmente por Mandarin (普通话 *Pǔtōnghuà*)<sup>1</sup>. O Mandarin escrito com caracteres simplificados é ensinado como Chinês Língua Estrangeira. (NPCSC, 2000, Art. 20).

Pertencente à família sino-tibetana, o Chinês é uma língua isolante ou analítica em que a maioria das palavras são constituídas por um único morfema. A escrita - composta por caracteres - é essencialmente pictográfica e ideográfica. Os caracteres são monossilábicos e funcionam como morfemas na formação de palavras.

### 1.1. Tons

Sendo uma língua tonal, o tom em Chinês, isto é, a forma como se percebe a frequência dos sons, funciona como traço distintivo de unidade lexical. Esclarece a altura em que uma sílaba deve ser produzida, assim como um eventual processo da alteração em altura que por vezes acontece. Quando uma sílaba é

---

<sup>1</sup> Em Chinês, a Língua Chinesa também se designa por 汉语 *Hànyǔ*, literalmente, a Língua dos Han, que é a língua da maior etnia do país.

lida em tons diferentes, adquire significados ou funções distintas. O Mandarim tem quatro tons diferentes e mais um tom átono<sup>2</sup>.



Como a escrita chinesa não é fonográfica, o sistema Pinyin (拼音 <sup>Pīnyīn</sup>), literalmente “soletração de sons”, foi inventado para registar graficamente a oralidade do Mandarim, utilizando letras latinas e os quatro sinais para indicar os tons<sup>3</sup>. O Pinyin não é usado no dia-a-dia dos chineses exceto quando a transcrição fonética é necessária.

## 1.2. Carateres

Sendo um dos mais antigos sistemas de escrita com mais de 3000 anos, a escrita chinesa é composta por pictogramas, ideogramas e, por vezes, fonogramas. Numa escrita fonográfica como Português, os grafemas registam sons verbalizados, que depois remetem para o significado. Os carateres chineses representam ideias através de traços que formam componentes e são organizados num espaço quadrado.

De acordo com as respetivas lógicas na formação, a maioria dos carateres pode ser classificada em quatro grupos, a saber <sup>4</sup>:

a. Carateres de símbolos imitativos (象形字 <sup>Xiàngxíngzì</sup>), que são desenhos abstratos de algo real. Por exemplo:


山 <sup>shān</sup> (montanha)  →  → 山 (Imag. 1)

b. Carateres de símbolos indicativos (指事字 <sup>Zhǐshìzì</sup>), que são símbolos imitativos com sinais acrescentados para indicar uma determinada parte de um objeto ou transmitir uma ideia abstrata. Por exemplo:

a. Uma determinada parte de um objeto:

本 <sup>běn</sup> (raiz)  (Imag. 2)

b. Ideia abstrata:

上 <sup>shàng</sup> (cima)  (Imag. 3)

<sup>2</sup> Os tons existentes nas variantes linguísticas na China diferem. O tom átono é uma sílaba pronunciada em volume mais baixo em comparação com as outras constituintes da mesma palavra ou da mesma frase.

<sup>3</sup> O tom átono no Mandarim não é sinalizado graficamente.

<sup>4</sup> A classificação foi feita por Xu Shen (许慎 <sup>Xǔ Shèn</sup>) na obra *Explaining Simple and Analyzing Compound Characters* «说文解字 <sup>Shuōwén Jiězì</sup>», datada do século II, que constitui a base teórica dos posteriores estudos sobre a formação de carateres chineses.

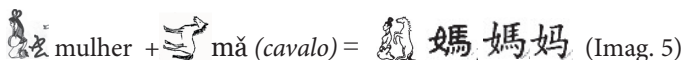
c. Carateres de combinação lógica (会意字 *Huìyìzì*) que contêm pelo menos dois componentes pictográficos ou ideográficos, e o significado provém da interpretação dos seus componentes como um conjunto. Por exemplo:

人 (pessoa) + 木 (árvore) = 休 <sup>xiū</sup> (descansar)



d. Carateres de composição fonográfico-semântica (形声字 *Xíngshēngzì*) que contêm um componente semântico (um pictograma ou um ideograma) que se relaciona com o campo semântico do carácter, e um componente fonográfico (fonograma) que dá a sugestão da pronúncia do carácter. Por exemplo:

女 (pictograma: mulher) + 马 (fonograma: mã) = 妈 <sup>mā</sup> (mãe)



Uma escrita ideográfica implica um número elevado de unidades de escrita e o Chinês é um exemplo clássico. Sendo morfemas que formam palavras, os carateres de uso corrente totalizam 7000, dos quais 3500 são considerados de uso mais frequente. (SLC, 1988)

### 1.3. Formação de palavras

Os carateres podem funcionar como morfemas livres ou presos na formação de palavras, isto é, podem figurar sozinhos como vocábulos, ou combinar com outros carateres. Por exemplo:

a. 开 <sup>kāi</sup> (morfema livre: ligar) / 关 <sup>guān</sup> (morfema livre: desligar)

开关 <sup>kāiguān</sup> (interruptor) = 开 <sup>kāi</sup> (ligar) + 关 <sup>guān</sup> (desligar)

b. 洗 <sup>xǐ</sup> (morfema livre: lavar) / 碗 <sup>wǎn</sup> (morfema livre: tigela) / 机 <sup>jī</sup> (morfema preso: máquina)

洗碗机 <sup>xǐwǎnjī</sup> (máquina de lavar louça) = 洗 <sup>xǐ</sup> (lavar) + 碗 <sup>wǎn</sup> (tigela) + 机 <sup>jī</sup> (máquina)

c. 说 <sup>shuō</sup> (morfema livre: dizer) / 明 <sup>míng</sup> (morfema preso: claro)

说明 <sup>shuōmíng</sup> (esclarecer) = 说 <sup>shuō</sup> (dizer) + 明 <sup>míng</sup> (claro)

A combinação de caracteres, nomeadamente a associação de caracteres morfemas lexicais, permite a criação de palavras novas sem inventar novos grafemas. Por exemplo:

电脑 diànnǎo (computador) = 电 diàn (*eletricidade*) + 脑 nǎo (*cérebro*)  
手机 shǒujī (telemóvel) = 手 shǒu (*mão*) + 机 jī (*máquina*)

Além disso, em Chinês, também existem cada vez mais palavras em letras (字母词 Zìmǔcí), isto é, palavras escritas com letras latinas. Esta tendência tem sobretudo a ver com a influência do Inglês, por exemplo: T 恤 T<sup>xù</sup> (T-shirt), Wi-Fi, email, GPS.

#### 1.4. Classificação de palavras: palavras de medida e partículas

Diferentemente do Português, as palavras chinesas não têm flexão e a forma gráfica não fornece nenhuma informação sobre a classe. Mas, através do significado, é possível classificar uma considerável parte delas<sup>5</sup>. O Chinês tem palavras de medida (P.m.: 量词 Liàngcí) e partículas (Part.: 助词 Zhùcí) que não existem em Português.

As palavras de medida formam a quantidade com numerais e substantivos. Os substantivos em Chinês normalmente não têm flexão em género, em número, ou em grau. Por exemplo<sup>6</sup>:

CH: 三块冰	一张纸	四间房间
PY: sān <b>kuài</b> bīng	yī <b>zhāng</b> zhǐ	sì <b>jiān</b> fángjiān
TL: três <b>P.m.</b> gelo	um <b>P.m.</b> papel	quatro <b>P.m.</b> quarto
PT: três <b>pedras</b> de gelo	uma <b>folha</b> de papel	quatro quartos

As partículas são acrescentadas a outras palavras ou frases, a fim de complementar o significado, estabelecer relações gramaticais, ou indicar o modo do enunciado.

<sup>5</sup> Todas as classes de palavras podem ser identificadas através do significado, exceto alguns substantivos, adjetivos e verbos. Estes podem ser distinguidos através de critérios específicos como, por exemplo, os substantivos podem ser quantificados; os adjetivos podem ser modificados pelo advérbio de grau 很 hěn (muito); os verbos não podem ser quantificados e podem ser negados pelo advérbio 不 bù (não), etc.

<sup>6</sup> Na explicação de tópicos gramaticais, os exemplos de palavras, de grupos de palavras, de orações e de frases são dados em Chinês (CH), Pinyin (PY), com a tradução literal para Português (TL) e em Português (PT).

Por exemplo:

*Partícula estrutural 的<sup>de</sup> (Part.estru.) acrescentada depois do possuidor para estabelece uma relação de posse:*

CH: 阿威罗大学的老师

PY: Āwēilúo Dàxué de lǎoshī

TL: **Universidade de Aveiro Part.estru.** professor

PT: o professor **da Universidade de Aveiro**

*Partícula modal 吗<sup>ma</sup> (Part.mod.) acrescentada depois de uma frase declarativa para formar uma interrogativa global:*

CH: 你会说中文吗?

PY: Nǐ huì shuō Zhōngwén ma?

TL: Tu saber falar Chinês **Part.mod.?**

PT: Sabes falar Chinês?

*Partícula aspetual 了<sup>le</sup> (Part.asp.) acrescentada depois de um verbo para indicar o aspeto conclusivo da ação:*

CH: 他买了一辆新车。

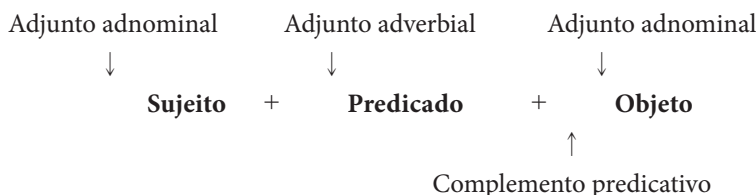
PY: Tā mǎi le yī liàng xīn chē.

TL: Ele **comprar Part.asp.** um carro novo.

PT: Ele **comprou** um carro novo.

## 1.5. Elementos frásicos e ordem

Além das partículas, o Chinês ainda recorre à ordem fixa dos seis elementos na frase para exercer funções sintáticas. À exceção das estruturas especiais, a ordem mais comum é a seguinte <sup>7</sup>:



<sup>7</sup> Na ausência de alguns elementos, nota-se que o adjunto adnominal antecede o sujeito e o objeto; o adjunto adverbial antecede o predicado; o complemento predicativo é colocado depois do predicado. Os adjuntos adverbiais de tempo e de lugar também podem estar no início da frase, os de tempo antecedem os de local e normalmente são separados entre si e do resto da frase por vírgulas.

O objeto segue o predicado verbal, indicando o alvo sobre o qual recai uma ação. Normalmente corresponde ao complemento em Português. Por exemplo:

CH: 我爱你。

PY: Wǒ ài nǐ.

TL: Eu amar **tu**.

PT: Eu amo-**te**.

CH: 你爱我。

PY: Nǐ ài wǒ.

TL: Tu amar **eu**.

PT: Tu amas-**me**.

A forma dos pronomes pessoais não se altera. 我 eu/me/mim e 你 tu/te/ti exercem as funções de sujeito e de objeto alterando a sua colocação na frase.

O adjunto adnominal (Ad.adn.) determina, especifica ou explica o sujeito ou o objeto. Pode corresponder a um modificador que se relaciona com constituintes nominais em Português. O adjunto adnominal fica antes do elemento que determina. A ligação pode ser feita através da partícula estrutural 的<sup>de</sup> (Part.estru.ad.adn.). Por exemplo:

CH: 我们参观的大学在波尔图。

PY: Wǒmen cānguān de dàxué zài Bō'ěrtú.

TL: Nós **visitar Part.estru.ad.adn. universidade** ficar no Porto.

PT: A universidade **que visitamos** fica no Porto.

CH: 这里还有空座位。

PY: Zhèlǐ hái yǒu kōng zuòwèi.

TL: Aqui ainda haver **vazios lugares**.

PT: Aqui ainda há lugares **vazios**.

O adjunto adverbial (Ad.adv.) modifica o predicado, indicando uma circunstância (a quem se dirige a ação, tempo, lugar, modo, grau, causa, atitude, etc.). O adjunto adverbial fica antes do predicado.

CH: 我们明天上班。

PY: Wǒmen míngtiān shàngbān.

TL: Nós **amanhã trabalhar**.

PT: Trabalhamos **amanhã**.

CH: 他在家学习中文。

PY: Tā zàijiā xuéxí Zhōngwén.

TL: Ele **em casa estudar** Chinês.

PT: Ele estuda Chinês **em Casa**.

O complemento predicativo (Com.pred.) é um elemento que acrescenta informações a uma ação ou a um estado expresso pelo predicado, explicando a sua duração, o resultado, o efeito, a direção, a possibilidade, a frequência, etc. O complemento predicativo fica depois do predicado, e a ligação pode ser feita através da partícula estrutural 得<sup>de</sup> (Part.estru.comp.). Por exemplo:

CH: 我没来晚。

PY: Wǒ méi lái wǎn.

TL: Eu não vir **tarde**.

PT: Não vim **atrasado**.

CH: 他走得很慢。

PY: Tā zǒu de hěn màn.

TL: Ele andar **Part.estru.comp. muito devagar**.

PT: Ele anda **muito devagar**.

## 2. Principais erros dos alunos na aprendizagem do Chinês: análise

Considerando o facto de a Língua Chinesa apresentar características muito diferentes em comparação com as línguas europeias, as teorias da Análise Contrastiva (AC) e da Análise do Erro (AE) são muito usadas nos estudos sobre o ensino/aprendizagem do Chinês como língua estrangeira. A AC compara sincronicamente os sistemas linguísticos do Chinês e da língua materna dos alunos, a fim de descobrir as diferenças e semelhanças. No nosso caso, a AC não só possibilita uma visão global sobre o funcionamento de Chinês em comparação com o Português, como também ajuda a compreender determinados itens gramaticais específicos, como as partículas, o complemento predicativo, a ordem fixa dos elementos frásicos, etc., visto que algumas dificuldades que um aluno português sente podem estar relacionadas com diferenças linguísticas. A AE analisa sistematicamente um *corpus* de erros originais da produção em Chinês de um grupo de aprendentes, com o objetivo de estudar o processo de aprendizagem e descobrir as possíveis origens e soluções dos problemas. Contribui para uma melhor compreensão sobre o processo da aquisição do Chinês como língua estrangeira, quando determinados erros são localizados e explicados, revelando os aspetos que merecem a atenção na elaboração de manuais e na definição de metodologia pedagógica (Zhou, Zhu & Deng, 2007, p.p. 1-14).

Neste estudo nosso, o *corpus* recolhido para a análise é uma produção escrita proveniente de alunos de Chinês do 2º ano do curso de Licenciatura em Línguas e Relações Empresariais da Universidade de Aveiro. De caráter essencialmente natural, os dados foram selecionados entre as 12 composições de tema livre, entregues em 2017.

Selecionamos os erros mais frequentes e representativos que refletem problemas linguísticos gerais. As dificuldades são explicadas, baseando-se numa análise contrastiva entre Chinês e Português. Estes erros são essencialmente explícitos, isto é, os materiais com problemas gramaticais óbvios.

De acordo com o género, dividimos os problemas em erros ortográficos e erros gramaticais.

### 2.1. Erros ortográficos

Os problemas na escrita de caracteres manifestam-se sobretudo como grafemas inexistentes e caracteres errados para o contexto que se pretende.

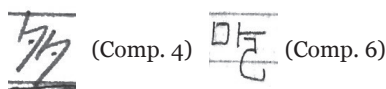
São diversas as causas, nas quais se destacam algumas muito ligadas às características do sistema da escrita chinesa, como por exemplo, os caracteres são compostos por traços e não letras, os traços e os componentes são organizados num espaço quadrado e não na ordem linear como as palavras portuguesas, alguns componentes são graficamente muito parecidos, e o mesmo componente pode fazer parte de diferentes caracteres.

a. Grafemas inexistentes

Os caracteres chineses são compostos por traços que totalizam 32 tipos diferentes (Hu, 2008, p. 37)<sup>8</sup>. Um traço (笔画 Bìhuà) representa um movimento ininterrupto na escrita. Os traços ainda podem formar componentes (部件 Bùjiàn) que constituem caracteres. O espaço quadrado em que um carácter se apresenta permite muito mais possibilidades de organização do que as palavras formadas por 26 letras numa única ordem linear em Português. Além disso, os traços seguem determinadas direções para ser escritos e a proporção entre os componentes do mesmo carácter também deve ser considerada.

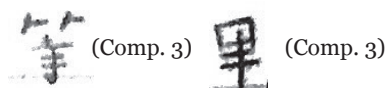
Para os alunos portugueses não habituados a este sistema de escrita, exigem-se muita observação e treino para conseguirem identificar, reproduzir fielmente e memorizar todos os traços assim como as possíveis combinações entre eles. O processo é laborioso e demorado, durante o qual, naturalmente, surgem erros ortográficos devido a traços inexistentes, acrescentados, omitidos, em tamanho desproporcionado, colocados em direções incorretas ou em sítios errados. Por exemplo:

*Traços inexistentes:*



Correção: 吃 多

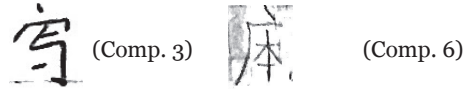
*Traços omitidos:*



Correção: 等 果

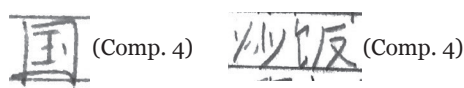
*Traços colocadas em direção erradas:*

*Traços acrescentados:*



Correção: 写 床

*Traços colocados em sítios errados:*



Correção: 国 炒(饭)

*Traços em tamanho desproporcionado:*

<sup>8</sup> Pode haver outras classificações de acordo com critérios diferentes.



(Comp. 4)

Correção: 我

(Comp. 5)

常

(Comp.1)

Correção: 喜

## b. Carateres errados para o contexto que se pretende

Devido à semelhança na grafia ou simultaneamente na leitura e na grafia, a distinção entre alguns carateres torna-se difícil para os alunos, o que deu origem a carateres errados para o contexto que se pretende. Por exemplo:

*Carateres de composição semelhante:* 九 e 力 (九点 jiǔdiǎn: às nove horas)

(Comp. 3)

Erro: 力<sup>lì</sup> (força)

Correção: 九<sup>jiǔ</sup> (nove)

*Carateres da pronúncia semelhante com componentes iguais:*

哪 e 那 (那里 nǎlǐ: lá)

(Comp. 11)

Erro: 哪(里) nǎ (lǐ) (onde)

Correção: 那(里) nà (lǐ) (lá)

## 2.2. Erros gramaticais

Na parte dos erros gramaticais, focamo-nos nos problemas que podem ter origem na transferência negativa causada por diferenças entre Chinês e Português. Baseando-se no nosso *corpus*, analisamos os seguintes aspetos característicos da Língua Chinesa em comparação com o Português:

- Uso de palavras de medida;
- Uso de partículas estruturais;
- Colocação de objeto com complemento predicativo;
- Uso de partículas aspetuais;
- Ordem fixa dos vários elementos na frase.

### a. Palavras de medida

Palavra de Medida (P.m.: 量词 Liàngcí) é o classificador que mede um ser ou uma ação com a principal função de formar quantidade, sendo:

**Quantidade = Numeral cardinal + P.m. + Substantivo**

Existem dezenas de palavras de medida cujo uso depende do substantivo e a sua esmagadora maioria não tem correspondência em Português. 个<sup>gè</sup> (P.m.<sub>1</sub>) é a palavra de medida mais usada. Por exemplo:

CH: 五个老师	两个杯子	三件大衣
PY: wǔ gè lǎoshī	liǎng gè bēizi	sān jiàn dàyī
TL: cinco P.m. <sub>1</sub> professor	dois P.m. <sub>1</sub> copo	três P.m. casaco
PT: cinco professores	dois copos	três casacos

Os problemas normalmente manifestam-se como a omissão e a escolha errada de palavras de medida, e neste último caso, existe uma generalização abusiva de 个<sup>gè</sup> (P.m.<sub>1</sub>), por ser a mais usada. Por exemplo<sup>9</sup>:

*Omissão de palavra de medida:*

但是，现在我认识三千(X)字左右。(Comp. 10)

CH: 但是，现在我认识三千(X)字左右。  
 PY: Dànshì, xiànzài wǒ rènshì sānqiān (X) zì zuǒyòu.  
 TL: Mas, agora eu conheço três mil (X) caracteres mais ou menos.  
 PT: Mas, agora conheço cerca de três mil caracteres.

Correção:

CH: 三千个字

PY: sānqiān gè zì

TL: três mil P.m.<sub>1</sub> caracteres

*Escolha errada de palavra de medida / generalização abusiva de 个<sup>gè</sup> (P.m.<sub>1</sub>):*

我有一只花猫。(Comp. 1)

CH: 我有一个花猫。  
 PY: Wǒ yǒu yī gè huā māo.  
 TL: Eu ter um P.m.<sub>1</sub> malhado.  
 PT: Tenho um gato malhado.

Correção:

CH: 一只花猫

PY: yī zhī huā māo

TL: um P.m. gato malhado

PT: um gato malhado

<sup>9</sup> Em todos os exemplos, a falta de elementos frásicos é marcada por (X).

### b. Partículas estruturais

As partículas estruturais ajudam a estabelecer relações sintáticas. No *corpus*, os erros concentram-se no uso de 的<sup>de</sup> (Part.estr.u.ad.adn.) e 得<sup>de</sup> (Part.estr.u.comp.).

A principal função de 的<sup>de</sup> (Part.estr.u.ad.adn.) é introduzir o adjunto adnominal, que determina, especifica ou explica o sujeito ou o objeto da frase. Diferentemente do Português, o adjunto adnominal fica antes do elemento que determina.

**Ad.adn. + 的 + Suj. + Pred. + Ad.adn. + 的 + Obj.**

É necessário usar a partícula estrutural 的<sup>de</sup> (Part.estr.u.ad.adn.) quando o adjunto adnominal é composto por dois ou mais de dois carateres, ou existe uma relação de posse entre o adjunto adnominal e o sujeito ou o objeto<sup>10</sup>: Por exemplo:

*Adjunto adnominal com mais de dois carateres:*

CH: 这家店出售不同品牌的手表。

PY: Zhè jiā diàn chūshòu **bùtóng pǐnpái de** shǒubiǎo.

TL: Esta loja vende **diversas marcas** Part.estr.u.ad.adn. relógios.

PT: Esta loja vende relógios **de diversas marcas**.

*Relação de posse:*

CH: 我的书

PY: **wǒ de** shū

TL: **eu** Part.estr.u.ad.adn. livro

PT: **o meu** livro

O maior problema no uso de 的<sup>de</sup> (Part.estr.u.ad.adn.) é a sua omissão. Por exemplo:

它们的菜单有很多种类的菜。

(Comp. 1)

CH: 它们的菜单上有很多种类(X)饭菜。

PY: Tāmen de càidān shàng yǒu **hěnduō zhǒnglèi (X)** fàncài.

TL: O menu deles tem **muitos tipos (X)** comida.

PT: No menu deles, há **muitos tipos de** comida.

<sup>10</sup> Em Chinês, não existem pronomes possessivos. A relação de posse é estabelecida com a partícula estrutural 的<sup>de</sup> (Part.estr.u.ad.adn.) colocada depois do possuidor, por exemplo: 我 wǒ (eu) + 的<sup>de</sup> (Part.estr.u.ad.adn.) = 我的 wǒ de meu(s) / minha(s); 他们 tāmen (eles) + 的<sup>de</sup> (Part.estr.u.ad.adn.) = 他们的 tāmen de deles.

Correção:

CH: 它们的菜单上有很多种类的饭菜。

PY: Tāmen de càidān shàng yǒu hěnduō zhǒnglèi Part.estru.ad.adn. fàncài.

TL: O menu deles tem **muitos tipos** Part.estru.ad.adn. comida.

PT: No menu deles, há muitos tipos de comida.

我出生地在Régua。 (Comp. 12)

CH: 我(X)出生地在Régua。

PY: Wǒ (X) chūshēngdì zài Régua.

TL: **Eu (X)** local de nascimento fica em Régua.

PT: **O meu** local de nascimento é Régua.

Correção:

CH: 我的出生地在Régua。

PY: Wǒ Part.estru.ad.adn. chūshēngdì zài Régua.

TL: **Eu Part.estru.ad.adn.** local de nascimento fica em Régua.

PT: **O meu** local de nascimento é Régua.

Uma das funções de 得<sup>de</sup> (Part.estru.comp.) é introduzir o complemento predicativo de grau depois do predicado verbal. O complemento predicativo de grau esclarece o efeito da ação expressa pelo predicado. Se houver objeto depois do predicado na frase, deve repetir-se o predicado.

**Suj. + Pred. + Obj. + Pred. + 得 + Comp.pred. de grau**

Por exemplo:

CH: 他写汉字写得又快又好。

PY: Tā xiě hànzì xiě de yòu kuài yòu hǎo.

TL: Ele escrever carateres escrever **Part.estru.comp.** depressa e bem.

PT: Ele escreve carateres depressa e bem.

Os principais problemas relacionados com o complemento predicativo de grau é a omissão da partícula 得<sup>de</sup> (Part.estru.comp.) e o predicado não repetido quando existe o objeto. Por exemplo:

我的爸爸实在做饭很好。 (Comp. 5)

CH: 我的爸爸实在做饭(X<sub>1</sub>) (X<sub>2</sub>) 很好。

PY: Wǒ de bàba shízài zuò fàn (X<sub>1</sub>) (X<sub>2</sub>) hěn hǎo.

TL: O meu pai de facto faz comida (X<sub>1</sub>) (X<sub>2</sub>) muito bem.

PT: O meu pai, de facto, faz muito bem comida.

Correção:

CH: 我的爸爸做饭实在做得很好。

PY: Wǒ de bàba zuò fàn shízài **zuò de** hěn hǎo.

TL: O meu pai *faz* comida de facto **faz Part.estrucomp.** muito bem.

PT: O meu pai, de facto, faz muito bem comida.

### c. Partículas aspetuais

Como os verbos chineses não têm flexão e não são conjugados de acordo com número, pessoa, modo, tempo, aspeto ou voz. O tempo normalmente é indicado por substantivos de tempo, advérbios ou locuções. Podem usar-se partículas aspetuais que fazem notar o desenrolar de uma ação, indicando o seu início, a duração, a conclusão ou o resultado.

A partícula aspetual 了<sup>le</sup> (Part.asp.con.) indica o aspeto conclusivo de uma ação. Normalmente é colocada depois do predicado verbal.

**Suj. + Pred.: V. + Part.asp.con.: 了 + (Obj.)**

Por exemplo:

CH: 昨天，我交了报告。

PY: Zuótiān, wǒ **jiāo le** bàogào.

TL: Ontem, eu **entregar Part.asp.con.** o relatório.

PT: **Entreguei** o relatório ontem.

O aspeto conclusivo refere-se a uma ação momentânea ou durativa que cessa. Em Chinês, os verbos que indica atividades emocionais e mentais como 喜欢<sup>xǐhuan</sup> (gostar), 爱<sup>ài</sup> (amar), 要<sup>yào</sup> (querer), 想<sup>xiǎng</sup> (pensar / ter saudades de) não têm aspeto conclusivo. O tempo pode ser deduzido pelo contexto. Por exemplo:

CH: 我本来要和你这件事，但后来忘了。

PT: Wǒ běnlái **yào** hé nǐ shuō zhè jiàn shì, dàn hòulái **wàng le**.

TL: Eu no início **querer** contigo falar sobre este assunto, mas depois **esquecer-se Part.asp.con.**

PT: No início **queria** falar contigo sobre este assunto, mas depois **esqueci-me**.

As ações habituais ou repetidas no passado são indicadas pelo adjunto adverbial de tempo do passado ou pelo contexto que se situa no passado. Não se deve usar a partícula aspetual 了<sup>le</sup> (Part.asp.con.). Por exemplo:

CH: 我以前常去中国。

PY: Wǒ yǐqián cháng qù Zhōngguó.

TL: Eu antigamente frequentemente **ir** à China.

PT: Antigamente, ia frequentemente à China.

Os principais problemas encontrados no *corpus* relacionados com o uso de 了<sup>le</sup> (Part.asp.con.) são a omissão e o uso indevido. Por exemplo:

Omissão de 了<sup>le</sup> (Part.asp.con.):

去年我和我家人一起去了南美洲。在哪里  
我认识很多外国人。 (Comp. 7)

CH: 去年我和我家人一起去了南美洲。在那里, 我认识 (X) 很多外国人。

PY: Qùnián wǒ hé wǒ jiārén yìqǐ qù le Nánměizhōu. Zài nàlǐ, wǒ rènshì (X) hěnduō wàiguórén.

TL: No ano passado, eu e a minha família fomos à América do Sul. Lá, eu **conhecer** (X) muitos estrangeiros.

PT: No ano passado, fui à América do Sul com a minha família e **conheci** lá muitos estrangeiros.

Correção:

CH: ..... 在那里, 我认识了很多外国人。

PY: ... Zài nàlǐ, wǒ rènshì le hěnduō wàiguórén.

TL: ... Lá, eu **conhecer Part.asp.con.** muitos estrangeiros.

PT: ... Lá, eu **conheci** muitos estrangeiros.

Uso indevido de 了<sup>le</sup> (Part.asp.con.)<sup>11</sup>:

我去年要~~在~~里斯本新大学学习, (Comp. 8)

CH: 我去年要~~了~~在里斯本新大学学习, .....

PY: Wǒ qùnián yào le zài Lǐsībēn Xīn Dàxué xuéxí...

TL: Eu no ano passado **querer Part.asp.con.** na Universidade Nova de Lisboa estudar, ...

PT: No ano passado, eu **queria** estudar na Universidade Nova de Lisboa, ...

Correção:

CH: 我去年要~~子~~在里斯本新大学学习, .....

PY: Wǒ qùnián yào le zài Lǐsībēn Xīn Dàxué xuéxí, ...

TL: Eu no ano passado **querer Part.asp.con.** na Universidade Nova de Lisboa estudar,

... PT: No ano passado, eu **queria** estudar na Universidade Nova de Lisboa, ...

以前, 我家人住~~在~~法国。 (Comp. 11)

<sup>11</sup> Em todos os exemplos, os elementos acrescentados são riscados.

CH: 以前, 我家人住了在法国。

PY: Yǐqián, wǒjiā rén **zhù le** zài Fǎguó.

TL: Dantes, a minha família **viver Part.asp.con.** em França.

PT: Dantes, a minha família **vivia** em França.

Correção:

CH: 以前, 我家人住子在法国。

PY: Yǐqián, wǒjiā rén **zhù le** zài Fǎguó.

TL: Dantes, a minha família **viver Part.asp.con.** em França.

PT: Dantes, a minha família **vivia** em França.

A partícula aspetual 过<sup>guo</sup> (Part.asp.exp.) indica uma ação concluída no passado que ainda exerce influência no contexto atual. É colocada depois do predicado verbal.

**Suj. + Pred.: V. + Part.asp.exp.: 过 + (Obj.)**

Por exemplo:

CH: 我学过中文, 所以听懂了你的话。

PY: Wǒ **xué guo** Zhōngwén, suǒyǐ tīng dǒng le nǐ de huà.

TL: Eu **estudar Part.asp.exp.** Chinês, por isso entendi as tuas palavras.

PT: Eu **já estudei** Chinês. Por isso percebi o que disseste.

过<sup>guo</sup> (Part.asp.exp.) muitas vezes é substituída erradamente por 了<sup>le</sup> (Part.asp.con.) que indica apenas ações concluídas. Por exemplo:

我只去过中国的东部。  
我要去中国的西部了。

(Comp. 9)

CH: 我只去了中国的东部。我要去中国的西部了。

PY: Wǒ zhǐ **qù le** Zhōngguó de dōngbù. Wǒ yào qù Zhōngguó de xībù le.

TL: Eu só **ir Part.asp.con.** leste da China. Eu estou para ir ao oeste da China.

PT: Só **estive no** leste da China e estou para ir ao oeste.

Correção:

CH: 我只去过中国的东部。我要去中国的西部了。

PY: Wǒ zhǐ **qù guo** Zhōngguó de dōngbù. Wǒ yào qù Zhōngguó de xībù le.

TL: Eu só **ir Part.asp.exp.** leste da China. Eu estou para ir ao oeste da China.

PT: Só **estive no** leste da China e estou para ir ao oeste da China.

## d. Ordem fixa dos elementos frásicos

Em Chinês, a ordem dos elementos frásicos é fixa. Os erros detetados no *corpus* normalmente ocorrem devido à transferência negativa do Português. Por exemplo:



(Comp. 2)

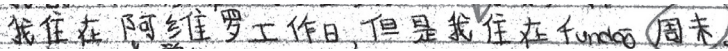
CH: 我妈妈工作在他的商店。PY: Wǒ māmā gōngzuò zài tā de shāngdiàn.TL: A minha mãe trabalha na sua loja.

PT: A minha mãe trabalha na loja dela.

Correção:

CH: 我妈妈在她的商店工作。PY: Wǒ māmā zài tā de shāngdiàn gōngzuò.TL: A minha mãe na sua loja trabalha.

PT: A minha mãe trabalha na loja dela.



(Comp. 11)

CH: 我住在阿维罗工作日,但是我住在Fundão周末。

PY: Wǒ zhù zài Āwéiluō gōngzuòrì, dànshì wǒ zhù zài Fundão zhōumò.TL: Eu moro em Aveiro nos dias úteis, mas eu moro no Fundão aos fins-de-semana.

PT: Moro em Aveiro nos dias úteis, mas aos fins-de-semana, moro no Fundão.

Correção:

CH: 我工作日住在阿威罗,但是我周末住在Fundão。PY: Wǒ gōngzuòrì zhù zài Āwéiluō, dànshì wǒ zhōumò zhù zài Fundão.TL: Eu nos dias úteis moro em Aveiro, mas eu aos fins-de-semana moro no Fundão.

PT: Moro em Aveiro nos dias úteis, mas aos fins-de-semana, moro no Fundão.



(Comp. 12)

CH: 我和我的朋友学习一起。PY: Wǒ hé wǒ de péngyǒu xuéxí yīqǐ.TL: Eu e os meus amigos estudamos juntos.

PT: Eu e os meus amigos estudamos juntos.

Correção:

CH: 我和我的朋友一起学习。PY: Wǒ hé wǒ de péngyǒu yīqǐ xuéxí.TL: Eu e os meus amigos juntos estudamos.

PT: Eu e os meus amigos estudamos juntos.



### 3. Propostas para o ensino

#### 3.1. Ensino da escrita

Em relação à ortografia, os traços mais utilizados da escrita chinesa devem ser ensinados assim que os alunos começam a ter contacto com os caracteres. Aconselha-se um treino só dos traços em espaços quadrados, para que os alunos possam obter uma ideia mais concreta em relação à sua forma gráfica: o ponto de início do traço, o tamanho, a inclinação e a direção. Por exemplo:



Pode combinar-se o ensino de traços com alguns caracteres graficamente mais simples. A forma dos traços e a ordem para os realizar devem ser devidamente explicadas. Por exemplo:



Alguns caracteres com traços ou componentes semelhantes podem ser distinguidos através da etimologia. Por exemplo:

**Distinguir:** 哪 (里) *onde*      那 (里) *lá*

哪 = 口 (boca) + 那 (lá): a radical de 口 indica pergunta, por isso 哪 forma o pronome interrogativo 哪 (里) *onde*.

Na realidade, saber escrever caracteres sobretudo de memória é um processo muito demorado e laborioso, que só acontece depois de muito treino, isto é, copiar os caracteres repetidamente, como fazem também todos os falantes nativos de Chinês quando aprendem a escrever.

#### 3.2. Ensino de alguns itens gramaticais

##### a. Palavras de medida

O conceito de palavra de medida, além da descrição, pode ser explicado através de análogos em Português, para que seja mais fácil de entender. Por exemplo: um *cardume* de peixes, um *montante* de dinheiro, um *copo* de água, um *tipo* de beleza, etc.

Como o formato do ser constitui um critério importante para facilitar a escolha da palavra de medida, é essencial dar-se exemplos aos alunos portu-

gueses, pouco habituados a pensar assim para agrupar objetos num contexto linguístico. Por exemplo: *forma achatada* → 张 *zhāng* (papel, selo, bilhete, quadro, etc.); *forma comprida* → 条 *tiáo*: (toalha, rua, serpente, etc.).

A omissão de palavras de medida na formação de quantidade tem origem na transferência negativa do Português. O seu uso precisa de ser lembrado repetidamente ao longo do estudo, sobretudo numa fase de iniciação. Podem usar-se estratégias como introduzir-se uma pausa entre um numeral e um substantivo, na tradução do Português para Chinês, para lembrar a presença obrigatória da palavra de medida; pedir aos alunos para identificar as palavras de medida num enunciado, ou para corrigir os erros relacionados.

Quanto à escolha errada da palavra de medida, deve chamar-se a atenção para o uso de 个 *gè* (P.m.) e as exceções, baseando-se na elaboração de uma lista de palavras de medida mais utilizadas e de uma lista das de uso específico. Estas listas podem ir-se completando ao longo dos anos de estudo, com os exemplos que vão surgindo.

#### b. Partículas

No caso da partícula 的 *de* (Part.estru.ad.adn.) que introduz o adjunto adnominal, ela é traduzível para Português em algumas situações. Nestes casos, estabelecer correspondências entre Chinês e Português pode facilitar a perceção e o uso. Deve chamar-se a atenção que em Chinês o determinante antecede o determinado. Por exemplo:

的 *de*: “**que**” para introduzir um determinante:

CH: 我买的東西

PY: wǒ mǎi **de** dōngxi

TL: eu comprar **Part.estru.ad.adn.** coisa

PT: coisas **que** compro/comprei

的 *de*: “**de**” numa relação de posse:

CH: 老师的书

PY: lǎoshī **de** shū

TL: professor **Part.estru.ad.adn.** livro

PT: livros **do** professor

Numa relação de posse, também é possível recorrer ao Inglês. O uso de 的 *de* (Part.estru.ad.adn.) é igual ao “...’s” em Inglês (EN). Por exemplo:

CH: 老师的书

PY: lǎoshī **de** shū

TL: teacher **Part.estru.ad.adn.** book

EN: teacher’s book

No caso das partículas que não têm correspondência em Português como a partícula estrutural 得<sup>de</sup> (Part.estru.comp.) e as partículas aspetuais 了<sup>le</sup> (Part.asp.con.) e 过<sup>guo</sup> (Part.asp.exp.), deve explicar-se bem os seus usos com respetivos exemplos. É melhor descrever as funções do que traduzir inadequadamente uma partícula para uma palavra portuguesa, o que pode induzir em erro.

A diferença entre 了<sup>le</sup> (Part.asp.con.) para ações conclusivas e 过<sup>guo</sup> (Part.asp.exp.) para ações como experiência é mais clara quando explicada num contexto. Deve evitar-se exemplos de frases individuais, porque a tradução em Português muitas vezes é exatamente igual. Por exemplo:

### *Um facto do passado*

CH: 你昨天下午做了什么？

PY: Nǐ zuótiān xiàwǔ zuò le shénme?

TL: O que é que fizeste ontem à tarde?

PT: O que é que fizeste ontem à tarde?

我学了中文。

Wǒ xué le Zhōngwén.

Eu estudar **Part.asp.con.** Chinês.

Estudei Chinês.

### *Uma experiência*

CH: 你怎么会说中文！？

PY: Nǐ zěnmē huì shuō Zhōngwén!?

TL: Como é que sabes falar Chinês!?

PT: Como é que sabes falar Chinês!?

我学过中文。

Wǒ xué guo Zhōngwén.

Eu estudar **Part.asp.exp.** Chinês.

Estudei Chinês.

### *c. Ordem dos elementos frásicos*

Em comparação com o Chinês, a colocação de alguns elementos em Português, como o tempo e o lugar, tem mais liberdade, o que constitui a principal origem dos erros de ordem quando se expressa em Chinês. Em vez de memorizar a ordem e identificar cada elemento para o colocar corretamente na frase, pode recorrer-se à descrição de uma situação real, isto é, à sequência lógico-temporal das ações. Em Chinês, os elementos estão organizados numa ordem sucessiva dos acontecimentos. Por exemplo:

*Primeiro estar na loja, a seguir trabalhar:* *Primeiro estar juntos, a seguir estudar:*

CH: 我妈妈在她的商店工作。

CH: 我和我的朋友一起学习。

PY: Wǒ māmā zài tā de shāngdiàn gōngzuò. PY: Wǒ hé wǒ de péngyǒu yīqǐ xuéxí.

TL: A minha mãe **na sua loja** trabalha.

TL: Eu e os meus amigos **juntos** estudamos.

PT: A minha mãe trabalha na loja dela.

PT: Estudo junto com os meus amigos.

## Conclusão

O Chinês é uma língua que exige muita memorização no estudo, devido sobretudo ao seu sistema de escrita. É diferente do Português em muitos aspetos gramaticais, pelo que a transferência positiva na aprendizagem é irrelevante. Além destas características próprias da língua, o seu ensino-aprendizagem neste momento em Portugal também é condicionado por outros fatores, como, por exemplo, o contacto muito limitado com a língua, quase exclusivo na sala de aula; falta de manuais didáticos diversificados; metodologia de ensino chinesa tradicional nem sempre adequada para o público-alvo. Espera-se que os resultados obtidos no presente trabalho, as propostas apresentadas, e as considerações sobre a situação do ensino/aprendizagem de Chinês a falantes de Português possam ser um pequeno contributo para futuros estudos desta área, que têm vindo a ser cada vez mais importantes no contexto atual de progressivo aumento de aprendentes de Chinês em Portugal.

## Referências bibliográficas

- Dai, R. Q. (2000). *Ensino e Aprendizagem de Caracteres Chineses* 《汉字教与学》. Shandong, Shandong Education Press.
- Lu, F. B. (2011). *Teaching Foreigners Practical Chinese Grammar* 《对外汉语教学实用语法》. Pequim: Beijing Language and Culture University Press.
- Mai, R. (2012). *Ensino de Chinês a Falantes de Português*. (Tese de doutoramento não publicada). Universidade de Aveiro, Aveiro. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/9842/1/tese.pdf>
- NBSRPC [National Bureau of Statistics of the People's Republic of China] (2010). *Censo Nacional da República Popular da China* 《2010年第六次全国人口普查主要数据公报》. Disponível em: [http://www.stats.gov.cn/tjsj/tjgb/rkpcgb/qgrkpcgb/201104/t20110428\\_30327.html](http://www.stats.gov.cn/tjsj/tjgb/rkpcgb/qgrkpcgb/201104/t20110428_30327.html)
- NPCSC [National People's Congress Standing Committee of China] (2000). *Law of the People's Republic of China on the Standard Spoken and Written Chinese Language* 《中华人民共和国通用语言文字法》. Disponível em: [http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Law/2007-12/11/content\\_1383540.htm](http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Law/2007-12/11/content_1383540.htm)
- SCIF [State Council Information Office] (2009). *China's Policy Toward Ethnic Groups and Their Common Prosperity* 《中国的民族政策与各民族共同繁荣发展》. Pequim: People's Publishing House. Disponível em: [http://www.zhongguotongcuhui.org.cn/tylt/2010nds/201210/t20121018\\_3199104.html](http://www.zhongguotongcuhui.org.cn/tylt/2010nds/201210/t20121018_3199104.html)
- Shi, Y. W. (2003). *Empréstimos em Língua Chinesa* 《汉语外来词》. Pequim: The Commercial Press.
- SLC [State Language Commission] (1988). *Lista dos Caracteres de Uso Comum do Chinês Moderno* 《现代汉语通用字表》. Disponível em: <http://faculty.arts.ubc.ca/tli/guideline/tongyongzibiao.pdf>

- SLC [State Language Commission] (1988). *Lista dos Caracteres de Uso Frequente do Chinês Moderno* 《现代汉语常用字表》. Disponível em: <http://hanyu.iciba.com/zt/3500.html>
- Xu, SH. (100-121). *Explaining Simple and Analyzing Compound Characters* 《说文解字》. Disponível em: <http://www.shuowen.org/>
- Zhou, X. B., Zhu, Q. ZH. & Deng, X. N. (2007). *Análise de Erros Gramaticais na Aprendizagem do Chinês como Língua Estrangeira* 《外国人学汉语语法偏误研究》. Pequim, Beijing Language and Culture University Press.
- Hu, W. H. (2008). *Caracteres Chineses e Seu Ensino a Estrangeiros* 《汉字与对外汉字教学》. Pequim: Academia Press.

### *Imagens*

Imagem 1: *Caracteres de símbolo imitativo*

<http://cdn.snsimg.carview.co.jp/minkara/mybbs/000/001/941/505/1941505/p1.jpg>

Imagens 2 e 3: *Caracteres de símbolo indicativo*

[http://www.silkstory.net/index\\_hanzi\\_coo.html](http://www.silkstory.net/index_hanzi_coo.html)

Imagem 4: *Caracteres de combinação lógica*

[http://www.eblcu.com/information/information\\_toInformationContent.jspr?cid=ff8080811c6fe6ae011c7002175c0001](http://www.eblcu.com/information/information_toInformationContent.jspr?cid=ff8080811c6fe6ae011c7002175c0001)

Imagem 5 : *Caracteres de composição fonográfico-semântica*

[http://www.360doc.com/content/16/0306/14/25585933\\_539846354.shtml](http://www.360doc.com/content/16/0306/14/25585933_539846354.shtml)

<http://zilijiaoxue9999.16789.net/index.asp?ActionX=ReadArt&NewsID=1872994>

<http://1871.img.pp.sohu.com.cn/images/blog/2008/12/30/11/9/11f2f0233efg215.jpg>

Anexo

我学习语言与企业关系专业，所以我有一些语言课。比方说：语法、西班牙语等等。在大学的课程，写得东西很多，但是记得很清楚。西班牙语比中文简单得多。我上别的课非常努力。学生的班中有很多爱得懂的学生。我们的老师讲课很好，她非常喜欢她。天天在阿威大学喝咖啡。在吃午饭。下午我一般喝一些东西。比方说：绿茶。中午我喜欢吃羊肉牛肉。鸡肉。我也喜欢吃三文鱼。三文鱼吃起来我觉得肉很好吃。过去去葡萄牙西餐馆。它们的菜单有很多种类。我喜欢中餐，但是很贵，所以我们吃不多。我的妈妈有空，因为她的身体不好，她是中学老师，但没有教过中文。做饭很好吃。比方说：面条、小吃、米饭、鸡汤、和牛肉等等。我不喜欢喝酒，酒很难喝。我有时喝可乐和水。喝平常红葡萄酒。其实上，我喜欢一点儿葡萄酒。世界上我要去很多国家。有一只花猫，它很可爱。

(Comp. 1)

我越来越认为语言很有用。我喜欢学习外语和文化因为我想去外国。我学习英文、德文和中文。德文比英文难，但是中文比德文更难。可是德文的语法最难。

我想去中国或德国一个学期学习。我觉得中餐和西餐都好吃。比较起来，中餐更好吃。

一般来说，星期五晚上我在家里不吃饭。我和我的朋友都去一个中餐馆吃晚饭。我常常点菜包饺子和北京鸭。他们太好吃了。我也点菜水吧，因为我开车。但是我喜欢喝红葡萄酒或白葡萄酒。

欧洲国家大都出产葡萄酒，但是我认为葡萄牙的葡萄酒最好。

我爸爸的企业出产葡萄酒。他要到中国开始卖葡萄酒。他请我和中国人做生意，因为我说一点中文。以前一年，我开始学习中文了。

这个机会很好。我觉得只要努力，就一定能够学好和做好生意。

我妈妈工作在他的商店。商店不太大。卖的东西是吃的和喝的。如水果，蔬菜，茶，葡萄酒，可口可乐，百事可乐等等。

(Comp. 2)

我介绍我的一周。我每天早上八点起床，八点一刻吃早餐。我吃饭时听音乐。

从早上九点到中午一点我在大学上课，但中间只休息了15分钟。在午休时间，我和我的朋友去中餐馆吃午饭。我很喜欢中餐。我们一般唱歌、跳舞，因为不但是的时间短，价钱也比较便宜。我们吃北京鸭、北京炒饭。我们还点可口可乐。我们四个人出（钱）。14元。

5点放学后，我有时去超市。我一般买鸡肉、蔬菜和水果等。但是每个星期三我都去上中文课，因为我以中文是一门很有意思的语言。

晚餐，我和家里人一起吃。我做晚饭，因为我负责做饭。我们常常吃鱼，还有蔬菜和水果。晚上从10点到11点，我在家里休息。我每天晚上写小时的中文。我听录音带，练习生字。我学习我的中文，因为我明年去中国的一个工厂工作。

我每天晚上12点睡觉，但是有时我在11点早上床，因为我喜欢看一会儿小说再睡觉。我的一周很忙。

(Comp. 3)

我是1996年出生的，所以我很年轻。大部分的人生日和年龄，但是我不相信。因为我是上学的，我有早上八点起床，八点一刻吃早饭。我在大学上课，从九点到五点半。放学后，我和人上床，我有时马上回家，有时去书店。我十一点半上床，我喜欢先看一会儿书再睡觉。

世界上有很多我了解的地方。所以，我学习外语。我每星期上两节中文课。

我有许多中国朋友，我和他们都讲中文和中文很难。对于我看书中文小说。如果有看不懂的地方，就问我的中文老师。因为我看不懂中文，所以我的朋友给我发邮件。有时我们打电话，但是我说：请你说慢一些！

我要去中国了解中餐和中国的阴阳五行学说。事实上我也喜欢英文。如果我有钱，早就去中国了。

我觉得中餐有意思。中餐比西餐更好吃。/每人有时我和我朋友在饭店吃午饭。我们吃一半午。有时我们一起去书店。常问我请他们去我家做客。一般来说，我们吃米饭、北京鸭、茶叶蛋。我们也喝啤酒。我们也听音乐。

比车交起来，中国比葡萄牙有路得多。有些是：豆腐、青菜、白菜等。在葡萄牙我们有：洋葱、生菜、土豆。吃得好重要！

(Comp. 4)



我的名字是若奥。我读里斯本大学。我六年前住在葡萄牙。可是我是西班牙人(我母亲是西班牙人和中国人。因为我的母亲是中国人也因为我爸爸是西班牙人)。我觉得学习语言很重要。在我家大多数人不说相同的话,也不懂对方的话。所以我在大学开始学习语言与企业关系专业。我学习英文、德文和中文。我觉得非常有意思。中文原来很难学,可是现在汉语好记住。我上学的时候我练习写汉字。我努力学习中文。中文原来是一门很重要的语言。

我的哥哥在一个中国公司实习。他得到了一个很好的机会!我的中文还没有他的中文那么好。但是以后我希望我和中国人一样会说中文。如果我学习很多语言去在中国工作。我的父母的工作很难。我的妈妈在一个超市工作。我的爸爸写书。可是它们不太有名。因为我的妈妈没有空。我的爸爸在家里做饭。他做很多饭菜。如鱼米饭、鸭肉、鸡肉、三文鱼和炒南瓜。我的爸爸实在做饭很好吃。

我觉得我的家最重要。我以后希望我的父母能很快乐的人。我也希望说中文很好。汉语很好听。我心想我的家和中文是我的世界。

(Comp. 5)

我的一天。

我早上八点起床。我早饭吃干果和红茶。葡萄牙有很多水果如西瓜、木瓜、南瓜和苹果。葡萄牙出产各种蔬菜如洋葱、生菜、西红柿和黄瓜。我每天都喝咖啡。

我早上九点半去大学。我早上九点中文课。我一般早到,但是有时我晚到几分钟。我学中文。

我中午十二点吃午饭。我一般吃少饭。我觉得中餐比西餐好吃。我通常多喝水。

我下午学习中文或学习学习德文。我觉得中文又佳。我不但学习中文,也学习德文和英文。休息时我喜欢看书。我每天学习三小时。人们认识到中文越来越重要。

(Comp. 6)

我出生在葡萄牙里斯本。我是葡萄牙籍。里斯本在葡萄牙的中部。我是1998年出生的。我的弟弟比我小五岁。我们现在都住在阿威罗。我住在的马路很美,地方条件很好。我的楼不太高。

从1995年到1997年我妈妈住在中国北京。从1998年起她住在葡萄牙出生的。她对我说:在北京有很多四十层左右的高楼。

去年我和我家人一起去了南美洲。在那里我认识很多外国人。美国是我爸爸的祖国。他学会英语。

我要去中国因为我了解中国和中国文。中国在亚洲。因为我认为中文很有用。所以学习中文。我高高兴兴地学习汉语。

我的班有一些新生。这个学生的部要去中国工作。他们中

(Comp. 7)

我的出生地是葡萄牙。我喜欢住在葡萄牙。

葡萄牙很美,但是中国也很美。葡萄牙和中国很不同。中国有很多买卖。中国的东西很便宜。葡萄牙的东西很贵。以前,葡萄牙有很多农业区。中国也是一个农业国。中国有工业区和农业区。中国比葡萄牙大。

我去平亚在里斯本大学学习,但是我在阿威罗大学学习。我的好几个朋友要去里斯本学习。

我喜欢外语。我在大学学习德文、英文和中文。我还会说一点儿中文和德文。我喜欢中文。我认为中文和葡文都有用。

我要去德国工作。德国在欧洲。我喜欢德国的文化。我喜欢我的老师。

(Comp. 8)

我叫若安哪。  
我是在1988年出生的。  
我十八岁。  
我以前住在里斯本。  
现在我住在阿威罗。  
阿威罗比里斯本美。  
我在阿威罗大学学习中文。  
我会一点中文和葡文，但是我要学会这两门语言。  
我喜欢葡萄牙，但是我更喜欢工作在一个外国。  
因为我喜欢中文和(中)化，我要工作在中国。  
我要教葡萄牙文在上海大学。  
我的祖父母是中国人，他们住在上海。  
我的祖父是在1940年出生的。我的祖母是在1940年出生的。我的祖父比我的祖母大两岁。  
我很少去中国。这个月我去我的祖父母的家，在上海。  
我的祖父母会说中文和葡萄牙文。  
他们以前在葡萄牙工作。  
现在他们住在中国。  
他们是商人，他们做买卖的。  
他们有一个商行。  
我只去过中国的东部。  
我要去中国的西部了。  
我的祖父母对我说它很美。

(Comp. 9)

王冠在我来介绍一下自我介绍。  
我的名字叫黄迪娜，我是一九九八年出生的，所以我还是一九周岁，我的生日是五月八号。  
我和我的家人是葡萄牙出生的。我们家的住址是葡萄牙阿威罗 Eduardo Paes 路十六号一九二五号。  
我比我的表兄大两岁，我没有兄弟姐妹。我是独生女。  
近来我很忙很忙，所以我的身体不太好。我需要休息！但是我很高兴学习中文。  
在这个学年里，我学了 两门语言，一门是德文，一门是英文。  
自从我开始学习中文后，我明白了它不难。两年前，我一点也不会说汉语，但是现在我能说一些话了。  
五年以后，我要做德语或汉语教师。我还不知道！  
从明年起，我要去中国学习中文。以后我要在中国工作。我爱中国的文化。

(Comp. 10)

我来做自我介绍。我也来说我的出生地点和交学年。  
我叫 Jandira，我是从 funao 出生的。funao 在葡萄牙的中部。它很美！  
我和我的男朋友住在哪里。我和我的姐姐和约姆和我的姐姐一起住。  
以前，我家住在法国。  
在 funao 有一个小医院。我的妈妈在那个医院工作。  
我的爸爸在一个有名的企业工作。他也在葡法工商会工作。我的姐姐是律师。她比她小六岁。  
我的外祖父和外祖母是农民。  
funao 有六个银行和还有四个中国商店。  
我是一九九八年出生的，七月三日是我的生日。  
我曾在阿威罗大学学习语言文化系学习四门语言。我最喜欢中文，英文，葡文和法文。  
funao 比阿威罗小。  
现在，我住在阿威罗。我和三个大学生一起住在共和大街二号楼左座。  
这个学年我认识了很许多新朋友。我有东方朋友和西方朋友。  
我的男朋友在阿威罗大学学习英文。  
他住在阿威罗工作，但是他住在 funao 周末。  
我喜欢这个学年！

(Comp. 11)

我的名字是 Lame，我十九岁。我出生1998年。  
我出生地在 Ranga。Ranga 在葡萄牙的北部。  
我的父母和我住在葡萄牙。我的哥哥住在海外。他住在美国因为工作。我的姐姐他住在美国但是明年要回葡萄牙。  
我住在 Ranga 但是我也住在 Ranga 的。我住在111号木楼底层。我住在阿威罗因为我大学是。  
我的语言文化系上语言文化系。  
二号楼是五月一和五月五我上中文课。  
我的课是英文和四本课上中文课。今年我住在亲家。这个月我学习中文，葡文，英文，西语和英文。我以二点学习到十点。我和我的男朋友一起学习。我们喜欢中文。  
我学习中文因为有用。我会说一点中文。为了工作我要学会中文。五年后我要去亚洲工作。

(Comp. 12)





# INTRODUCTION OF THE CATHOLIC MUSIC CULTURE IN MACAO: MUSICAL EXISTENCE IN THE COLÉGIO DE SÃO PAULO (1594-1762)

## 澳门天主教音乐文化的引入：1594年-1762 年圣保罗学院的音乐存在

**Dai Dingcheng**

Macao Polytechnic Institute

**Shao Xiao Ling**

Aveiro University

The purpose of this communication is to study the introduction of Catholic music culture in Macao by revealing its initial existence in the music of the *Colégio de São Paulo*, as well as its contribution to the local musical knowledge and its extension into mainland China. The study briefly covers the coexistence of the *Seminário Diocese de São José* in Macao as to give continuity to the presence of this musical culture after the closing of the *Colégio de São Paulo*, in 1762. We understand that all these components could be seen as a reflection of the flourishing development of Catholic liturgical music at the time and serve as evidence the Sino-Western music exchange status quo, in it's very initial stage.

### **The initial presence of the Catholic culture in Macao**

The introduction of the Catholic music culture in Macao has been noted since the mid-16th century, when Macao became the gateway for Europeans

to enter China. As we know, in 1513, the first Portuguese Jorge Alvares arrived on the shores of China (屯门) from Malacca (Hao, 2011, p.10). At that time, Macao was a small and primitive fishing port bordering the South China Sea. In 1555, the Jesuits Belchior Nunes Barreto, Gaspar Vilela and the Brother Fernão Mendes Pinto passed through Macao, thus marking the first presence of the Jesuit missionaries in this area. (Pires, 1999). Along with the evolution of the trade route and the establishment of the Catholic mission in 1557, Macao officially became the first European settlement on the Chinese coast (Hao, 2011).

According to Rafael Ávila de Azevedo and based on the monograph *The education in Macau of Priest Manuel Teixeira*, in 1565, the Jesuits, Francisco Peres, Manuel Teixeira and the Brother Pinto built the residence of the Company of Jesus next to the hermitage Sto. António. This residence was destined for the Portuguese apostolates and to house the priests while awaiting their missions to other locations. Later in 1572, at the same place, it was founded an elementary school - *Primum Litterarum Scholam* - where students were taught reading, writing, counting and music (Azevedo, 1984, p.10). However, this school was not the first established Catholic teaching institute in Macao. According to Huang Qichen and Lao Sin Peng, from the year 1565, the Jesuits offered a primary level education at the Public School of São Paulo, which was established near the Chapel of the Mother of God. The curriculum of this school had included reading, writing, calculating and singing (Huang, 1998, p.119; Lao, 1994, p. 2). With the Papal bull, *Super Specula Militantis Ecclesiae*, of Pope Gregory XIII dated January 23, 1576, the Diocese of Macau finally was created. From then on, Macao became a center of Catholic expansion in the Far East (Silva 1992; Azevedo 1984).

## **The musical existence in the *Colégio de São Paulo***

In 1594, the *Colégio de São Paulo* was founded with the authorization of the Superior General in Rome, Priest Claudio Acquaviva, and brought knowledge to the university level of Macao and to the East at large. The music courses and corresponding activities became an essential basis for church liturgy, which in turn became one of the most precious and influential cultural treasures found in the early musical history of Macao. According to Zhidong Hao, the college was a place that trained missionaries from various branches of the Catholic Church, including the Jesuits of the Society of Jesus, the Franciscans of the Franciscan

Order, the Dominicans of the Order of Preachers and the Vincentians of the Congregation of Missions. Of all the missionaries in China during the Ming and Qing dynasties about 200 graduated from this College (Hao, 2011, p.131).

The institutional and pedagogical syllabus was based not only on the *Ratio Studiorum*, published in Rome by Superior General Claudio Acquaviva in 1591, but also on the system and regulations of the University of Coimbra - Regiment of the College of Arts of Coimbra in 1559 and 1565 - which was adapted to the needs of China, and the disciplines taught: Chinese Language, Latin, Philosophy, Theology, Mathematics, Astronomy, Physics, Medicine, Music, Rhetoric, among others (Huang, 1998). We can see that the subject of music had equal importance as the other disciplines, and that from the very beginning music was taught by well-read scholars.

Moreover, we can find accounts of musical instruments. As mentioned by Chunchen Zhao: “In São Paulo Church ... a few musical instruments are housed upstairs... there was an organ hidden upstairs inside a leather case. It was equipped with over 100 pipes joined by silk strings and wrapped in bags. Wind was driven into the pipes and sound could thus be produced harmoniously to accompany the chanting of the Holy text” (Zhao, 1992, p.172). As for musical performance, it is recorded that on New Year’s Day 1589, four Jesuits “held a concert at the *Collégio de São Paulo*... one playing the harp, one the clavichord, the other two the violins” (Diego, 1997, p.72). Furthermore, musical performance was also a component in some examinations. Heong Iok Lei described in his article: “The first oral test of an Art major was conducted in the following manner: The Dean and the chief examiners entered, then a rock was solemnly carried into the examination hall, accompanied with music... then the choir sang... music was sounded again after a speech; when the music ended... the candidate sat on the rock, which marked the start of the examination” (Lei, 2001, p.92). On some important festive occasions of the church, teachers and students of the college would perform tragedies. According to Lei: “The main plot was delivered in Latin, but some of the Latin dialogue would be translated into Chinese for the audience... the acting was accompanied by music and singing, which satisfied everyone” (Lei, 2001, p. 91). We can see that the music courses and related activities at the time exerted great influence on both the college and society.

## The contribution to the local musical knowledge and its extension to China continent

With the development of abundant music teaching activities and the related musical life at the *Colégio de São Paulo*, the Catholic influence swiftly expanded to every corner of Macao. At that time with more churches were being erected in the towns, Catholic music came to be accepted and understood by the public in various liturgies and activities. (Dai, 2015, p. 9).

In addition, about 30 Chinese graduated from the College, including Wu Li / Wu Yushan (吴 曆 / 吴渔山), Li Ande (李安德) and Lu Xiyan (陆希言) (Hao, 2011, p.131). Among them, was the well-known Chinese poet and painter Wu Yushan, who wrote his poetry on Macao in which he described: “Cheerfully meeting the gods, the golden horn sounds, and all chant the Holy Scripture harmoniously.” He also described the grand musical occasions seen in church liturgy: “A great number of believers sang hymns to musical accompaniment. Led by the priests, the São Paulo student choir and ensemble pioneered the Catholic liturgical music in Macao” (Dai, 2015, p.9).

Many missionaries entered China continent after receiving a brief period of training in the *Colégio de São Paulo*. Noted among such highly skilled musical missionaries were Michel Ruggieri, Matteo Ricci, Lazaro Cattaneo, Diego de Pantoja and Tomás Pereira. Ruggiere and Ricci were the first Jesuit missionaries to introduce new rules of adaptation to Chinese culture and customs, as well to the Chinese language (Seabra, 2011). Between 1601 and 1610, Matteo Ricci and some other Jesuits, such as Diego Pantoja, Gaspar Ferreira and Sabatino of Ursis, won the consideration of the Emperor Wan Li (万历) and many other Mandarins of the Court for their mathematical, astronomical, geographic and musical knowledge. Along with their knowledge of the Chinese language and the classics of the Chinese culture (Araújo, 2000). Also, later in the dynasty Qing, Tomás Pereira played an important role in the Kang-xi (康熙) Court. He arrived in 1673, and died in the capital of the Empire in 1708. In the court, he left the first Western musical theory book in Chinese (Wang, 2003), the knowledge of playing the clavicembalo (Rodrigues, 1917) and the construction of the pipe organ in the Nantang (南堂) – a Catholic Church in Beijing (Wang, 2003).

Unfortunately, in 1759, the expulsion of the Jesuits was caused by a drastic Pombaline diploma in Portugal that was followed in 1762 by the arrival of

the order of Don José I in Macao; putting the end to the institutional life of the *Colégio de São Paulo* (Lei, 2001).

### **After the closure of the Colégio de São Paulo**

After the expulsion of the Jesuits and the closure of the *Colégio de São Paulo*, the *Seminário Diocesano de São José* became the major institute in Macao. After which followed periods of prosperity and decay that continued until the middle of the nineteenth century (Dai, 2015, p.12; Azevedo, 1984, p.18). The Seminary had started as a branch of the *Colégio de São Paulo* in 1727 (Lao, 2002:199), but then passed in 1784 to the direction of the Lazarist priests, and being denominated by the *Seminário Régio e Episcopal de Pequim*. In 1800, it took the designation of the *Casa da Congregação da Missão*, and in 1862 the Seminary again goes to the superintendence of the Jesuits (Azevedo, 1984, p.18). The music courses and activities were kept as one of its features, mostly because the input of its highly cultivated teachers, such as Joaquim Afonso Gonçalves. This Portuguese sinologist and missionary Congregation of priest of the Mission was active in Macao, during the first half of the nineteenth century. Beatriz Basto da Silva mentioned: “On 28 June 1813, Joaquim Afonso Gonçalves arrived in Macao. Gonçalves was affiliated with a branch of the Rilhafoles Order; a prominent Portuguese mission at the time. Apart from his profound accomplishment in sinology, he was a gifted musician as well. His musical works were printed and used at São José, where he worked and lived” (Silva, 1998, p.16).

According to the register of *Diocesano de Macau* (1958, p. 13) “Everything can be traced back to the initial days when the Jesuit missionaries in China, when they bought a few shabby huts in the area where the current seminary is located. It was only after hard work and dedication that they eventually rebuilt the institute to specifically train missionaries; giving it the name, São José. However, as it was not constructed as magnificently as the *Colégio de São Paulo* (which is today’s St. Paul’s Ruins); it is called ‘son of São Paulo’ to signify its minor scale.”

### **Conclusion**

All the components of this study reflect upon the growth of Catholic liturgical music in Macao, during its initial stages. The practice of Catholic music

developed in this ancient and relatively closed region due to the flexibility of Macao's social system and the primitive condition of its own culture at that time.

This flowering of the Catholic culture founded a solid extensive base for Macao – the City of the Name of God – promoting its formation and the development of musical life with a strong Catholic culture influence.

## References

- Araújo, H. P. (2000). *Os Jesuítas no Império da China: o Primeiro século (1582-1680)*. Macau: Instituto Português no Oriente.
- Azevedo, R. Á. (1984). *A Influência da Cultura Portuguesa em Macau*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação.
- Dai, D. Ch. (2015). *Catholic Music in Macao in the Twentieth Century: Music Writers and their Works in a Unique Historical Context*. Macao: Cultural Affairs Bureau of the Macao S.A.R. Government.
- Diego, Y. (1997, Spring). Colégio de São Paulo de Macau and the Japanese Church. Tr. Yang Ping, *Review of Culture*, 67-79.
- Diocesano de Macau. (1958). St. Joseph College Present and Past. *Aurora Monthly*, 4 (2), 12-13.
- Hao, Z. (2011). *Macau History and Society*. Hong Kong: Hong Kong University Press.
- Huang, Q. (1998). *General History of Macao*. Guangzhou: Guangdong Education Press.
- Lao, S. P. (1994). *Historical Values of Colégio de São Paulo de Macau – An Initial Survey*. Macao: Macao Cultural Bureau.
- Lei, H. I. (2001). *Study of Colégio de São Paulo de Macau*. Macao: Macao Daily Press.
- Pires, B. V. (1999, julho-setembro). Ratio Studiorum da Companhia de Jesus (1599-1999). *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, LV (3).
- Rodrigues, F. (1917). *A Formação Intelectual do jesuíta*. Porto: Livraria Magalhães & Moniz.
- Seabra, L. D. (2011). *Macau e os jesuítas na China (séculos XVI e XVII)*. Unisinos – doi: 10.4013/htu.2011.153.09.
- Silva, B. B. (1992). *Cronologia da História de Macau (séculos XVIII e XIX)* (Vol. I). Macau: Direção dos Serviços de Educação.
- Silva, D. M. G. (1994). *Macau – Primeira Universidade Ocidental do Extremo Oriente*. Fundação Macau/Universidade de Macau.
- Wang, B. (2003). 徐日升和西方音乐知识在中国的传播. *Revista de Cultura do Instituto Cultural de Macau*, 47, 71-90.
- Zhao, C. (1992). *Notes on Macao Accounts*. Macao: Macao Cultural Bureau.

# IMPLEMENTAÇÃO DA MÚSICA TRADICIONAL PORTUGUESA EM MACAU<sup>1</sup>

## 葡萄牙传统音乐在澳门的推行

**Abel Moura**

Universidade de Aveiro

A

Vasco Rocha Vieira

Saudades

Grupo de Danças e Cantares do Clube de Macau

### **Pressupostos e formação no terreno**

Aos cinco anos inicia a aprendizagem do instrumento e aos sete entra como aluno ouvinte para o Conservatório Nacional de Música de Lisboa onde conclui o curso de Acordeão.

As férias escolares eram passadas na aldeia e a partir dos sete anos, vezes amiúde e a pedido, divertia idosos e rapaziada com o acordeão na “*escádia nova*” para lembrar modas antigas e se dar um pezinho de dança. Os velhos trauteavam, ele “*apanhava*”, aprendia e tocava. E conforme era na Beira, também acontecia no Alentejo, no Algarve ou na região saloia, já que morava em Lisboa e, na infância, passava os fins de semana por perto. Entre os quinze e os dezoito anos passou a ir duas vezes por ano à Madeira e aos Açores. Corria tudo que era romaria, ouvia as músicas e escrevia-as em pauta que nessa altura ainda não se usavam as cassetes. Sempre que tinha oportunidade, ia aos ensaios dos grupos e dançava o que já tinha anotado. Fez recolha de natárias e janeiras a pedido do pároco da freguesia, houve grupos que necessitaram de passar as suas “*modas*” a pauta para se federarem. Tudo isso lhe foi útil, quando ingressou no Ministério da Educação e começou a dar aulas na divisão de formação de quadros do secre-

---

<sup>1</sup> Agradecimentos a Raul Ferreira, Milena Leão, Miriam Vieira Branco, Lam Meng Iat, Anabela Ritchie, Rita Santos, Frederico Rato, Governo de Macau, Direção dos Serviços de Educação, Direção dos Serviços de Turismo, Instituto Cultural, Instituto Português do Oriente, Fundação Oriente, Fundação Jorge Álvares.



tariado para a juventude. O folclore adequava-se para trabalhar com os futuros monitores de colónias, campos de férias e campos de trabalho internacionais.

Entretanto, aos dezassete anos, iniciou a vida artística. Ensaiou e trabalhou três anos e meio no *Maxime* num espetáculo diário de folclore que fazia o périplo das regiões continentais e das ilhas. No Bairro Alto (*Adega Machado e Faia*) e em Alcântara (*Timpanas*) fez trabalho idêntico nos dois anos seguintes, antes de iniciar a carreira a solo. Manteve sempre um interesse particular pela música tradicional e nessa altura apurou especialmente a região do Ribatejo porque os dançarinos com quem trabalhava eram de lá oriundos.

Em Chelas, no início dos anos 80, foi criado o grupo dos “*Jovens Rebeldes*” com o intuito de retirar da marginalidade e da droga a juventude daquele grande bairro de habitação social de Lisboa. Atendendo à idiossincrasia e à origem dos habitantes do bairro solicitaram-lhe que formasse um Grupo de Danças e Cantares. Criou o grupo trabalhando especificamente a cantata, a tocata, a dança, e os trajes e, posteriormente, formou um grupo infantil para ir “alimentando” e suprimindo as ausências dos mais velhos. Foram realizados inúmeros espetáculos durante os quatro anos de trabalho. Abandonou este projeto (que perdurou alguns anos mais) quando foi para Macau.

Na Escola Preparatória de Almada, nos dois anos de profissionalização em exercício, realizou quatro ações de formação sobre as várias regiões do país: *O folclore de Trás-os-Montes, Alto Douro e Minho* – 1983; *O folclore das Beiras, Litoral e Ribatejo* – 1983; *O folclore da Estremadura, Alentejo e Algarve* – 1984; *O folclore da Madeira e dos Açores* – 1984.

## Implementação

### 1. Coro dos Serviços de Educação de Macau 1986/88

Tendo sido colocado por dois anos numa primeira comissão de serviço a lecionar Educação Musical no Complexo Escolar de Macau, iniciou o ensino de alguns trechos de Música Tradicional Portuguesa nas turmas do 5.º e do 6.º anos e apresentou-os no VII concurso escolar de dança e no VI concurso escolar de coros do território. A classificação obtida - 2º lugar em ambos - e a originalidade surpreenderam e foi notícia que, num espaço tão pequeno, depressa se espalhou através dos alunos para a comunidade portuguesa e por via do concurso para a comunidade macaense e chinesa. Foram feitas várias apresentações com alunos durante dois anos no teatro Alegria, no Forum, no auditório da Universidade da

Ásia, no Colégio D. Bosco, na Escola Comercial Pedro Nolasco e no Complexo Escolar de Macau. Fundou e dirigiu o Coro dos Serviços de Educação de Macau. Ensaçou um grupo de Música Tradicional de alunos do 12º ano – “Caninha Verde” – com quem se deslocou ao Japão no festival da espingarda de Tanegashima na viagem inaugural da Lorch de Macau.

## **2. Viagens à Índia – Grupo Cultural de Macau 1990/92**

Depois de ter estado dois anos em Portugal, regressou a Macau para nova comissão de serviço. Um grupo de professores juntou-se com o objetivo de organizar uma viagem à Índia no Natal – “Grupo Cultural de Macau”. A colega Milena Leão, goesa, propôs o itinerário, as datas, os voos, os hotéis... Acontece que os preços eram para alguns inacessíveis, mas como parte dos professores eram elementos do Coro dos Serviços de Educação de Macau, resolveu-se construir um espetáculo com a apresentação do coro, fado de Lisboa e fado de Coimbra, folclore e acordeão solo. A ideia foi “vender” o espetáculo em Nova Deli, Bombaim e Goa para amenizar os custos da viagem. Engraçadíssimo, foi uma espécie de “bacalhau com todos”: espirituais negros, cante alentejano, fado, viras, chulas e malhões e umas peças de música erudita no acordeão para compor o ramalhete. O resultado terá sido melhor do que o previsto, pois chegaram convites para a realização de um espetáculo na Kala Academy. Do sucesso desta primeira viagem à Índia foram-lhe apresentadas quatro propostas para a formação de um grupo de música tradicional portuguesa em Macau. Uma ligada ao Departamento da Juventude dos Serviços de Educação, outra do Instituto dos Desportos, a terceira ligada ao Clube Militar e a quarta ao Clube de Macau. Depois de várias reuniões, afastou à partida as ligadas à Administração pela formalidade e tempo que exigiriam. Decidiu optar pela última proposta apresentada por Raul Ferreira, por ser um Clube de grande prestígio que, na altura, estava ligado ao teatro D. Pedro V, e ainda tendo em conta que o Clube Militar ia entrar em obras.

## **3. Grupo de Danças e Cantares do Clube de Macau**

Reunidos os elementos fundadores foi feita uma primeira apresentação em Santa Sancha, Palácio do Governador, para cantar as janeiras à família. Foi o “pontapé de saída” para a consolidação do Grupo que passou a dispor de verbas para a compra de instrumentos e trajes bem como de local para se instalar e ensaiar. De início três ensaios por semana (duas horas), passando a dois a partir da altura em que começou a haver espetáculos – o grupo chegou a ter uma média

de mais de vinte intervenções por mês, entre performances e sessões de trabalho. A metodologia de trabalho, os objetivos e as estratégias estavam perfeitamente claras depois do diagnóstico feito nas sessões iniciais. Para a cantata, a base partiu do “Coro” que trabalhou com ele, para a tocata do grupo dos “Caninha Verde” com quem tinha ido ao Japão, para a dança contou com professores, técnicos da administração e de empresas privadas. O ensino das técnicas específicas de cada zona do país foi facilitado pelo entusiasmo das aprendizagens e pela afinidade dos intervenientes às terras de origem. Rigor e fidedignidade foram, desde o início, bandeira do Grupo. Os instrumentos e os trajes foram adquiridos no continente e nas ilhas aos artesãos e lutiers mais prestigiados. Todas as regiões do país foram trabalhadas com as danças e as formas musicais que mais as identificavam. Foi gravado um CD nos estúdios da Rádio Macau em 1998. Assim se estruturou o Grupo de Danças e Cantares do Clube de Macau que seria agraciado com a medalha de mérito turístico pelo Exmo. Senhor Governador de Macau e reconhecido pelo governo português para representar o país nas comemorações dos 500 anos dos descobrimentos no Oriente e para a promoção da EXPO 98 realizada em Seul durante a Expo 93. Encontram-se em exposição no Museu de Macau trajes, adereços e instrumentos retirados do espólio do Grupo.

O Grupo de Danças e Cantares do Clube de Macau passou a atuar regularmente em todas as iniciativas que a Cultura, a Educação e o Turismo do território promoveram, bem como a convite da administração e empresas de Hong Kong e das autoridades chinesas. A apresentação, o elenco e o reportório eram construídos caso a caso. O alinhamento, o programa e a dinâmica de palco invulgar foram marcas que perduraram e que o distinguiam dos ranchos folclóricos em Portugal, sem que pudessem ser confundidos com o estilo de grupos profissionais do estado novo de promoção de bailado clássico inspirado no folclore nacional. A convite das autoridades do território, participou na Sessão Cultural da Cerimónia da Transferência da soberania e na Cerimónia de Regresso à Pátria tendo levado, para o efeito, um ensemble de seis alunos de acordeão do Conservatório de Música de Viseu para atuar com este Grupo que ainda hoje continua ativo, tendo, a partir de Abril de 2003, adotado o nome de Grupo de Danças e Cantares de Macau, desligando-se do Clube de Macau.

#### **4. Projeto Didático de Divulgação da Cultura Popular Portuguesa**

Para que este trabalho não se perdesse, trabalhou com professores de Língua Portuguesa de etnia Chinesa no Centro de Difusão de Língua Portuguesa para a

introdução da Música Tradicional Portuguesa – Dança e Canto Coletivo – nos conteúdos a abordar nas salas de aula. Havia que cimentar, multiplicar e espalhar a atividade pelo território. Propôs ao CAPD (Centro de Apoio Pedagógico-Didático) posteriormente CRE (Centro de Recursos Educativos) dos Serviços de Educação de Macau que fossem convidados os professores de todas as escolas do 1.º e 2.º ciclos do território para uma ação de formação – Projeto Didático de Divulgação da Cultura Popular Portuguesa - que se realizou em três fases. Na 1.ª fase (1992) motivaram-se os intervenientes, iniciaram-se dinamizadores em sete escolas, adaptaram-se recursos de forma a introduzir e utilizar pedagogicamente algumas características da cultura popular portuguesa em atividades educativas, diversificaram-se estratégias no sentido de rentabilizar atividades no âmbito da expressão musical e do movimento na sala de aula. Deu-se a conhecer técnicas de canto coletivo e instrumentais e gravou-se uma cassete áudio de apoio para utilização posterior, avaliou-se a atividade e permitiu-se a avaliação da comunidade através da apresentação pública do trabalho efetuado nas escolas - participaram mais de duzentos alunos de todas as escolas envolvidas neste projeto e foi feita uma gravação vídeo para aplicação futura. Cada escola adquiriu, recuperou e/ou confeccionou o guarda-roupa necessário para desenvolver esta atividade. Consequentemente, este projeto desencadeou várias iniciativas, quer ao nível da integração em área de trabalho curricular, quer como atividade educativa complementar.

Na 2.ª fase (1993) estiveram presentes alguns dos formandos da 1.ª fase. Pretendeu-se atualizar e consolidar técnicas ministradas, resolver dificuldades surgidas, alargar a perspetiva de implementação de mais iniciativas neste âmbito e continuar a viver a música tradicional portuguesa em Macau. Para além das capacidades desenvolvidas com a Música e Movimento (área já prevista em programa), o ensino-aprendizagem de danças tradicionais portuguesas permitiu reforçar aspetos relacionados com o crescimento equilibrado da criança, nomeadamente a motricidade, o desenvolvimento psico-motor, o conhecimento do corpo, a harmonia estética, o controle emotivo, a desinibição, a responsabilidade, a sensibilidade e a vivência de grupo. A importância da Língua e Cultura Portuguesa, da Interdisciplinaridade e da Poliestética foram objeto de inclusão privilegiada nas metodologias de ensino dos colegas intervenientes neste projeto.

Frequentaram a 3.ª fase (1994) trinta e cinco professores. Quinze formandos já tinham frequentado a 1.ª e/ou a 2.ª fase. Foram desenvolvidos 5 módulos: Técnica individual; Expressão; Técnica de conjunto; Pedagogia e didática; Apre-

sentação final. As apresentações finais de todas as escolas do território foram o momento alto do projeto, a semente e o garante de perenidade do GRUPO. Os filhos e netos dos elementos fundadores têm vindo também a ingressar e a recrutar amigos preservando assim a sua continuidade.

Todos os anos, os alunos de Português da Universidade de Pequim frequentavam um *Curso de Verão* na Universidade da Ásia, em Macau. Fui solicitado para lhes dar formação nas instalações dessa Universidade em 2001. Nos anos seguintes, esta atividade foi ministrada por elementos do Grupo de Danças e Cantares do Clube de Macau. Nesse primeiro ano, esses alunos participaram na conceção, ensaios e realização do espetáculo comemorativo do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas no Auditório da Universidade da Ásia, juntamente com os professores em formação e as crianças da Escola Portuguesa de Macau.

*O fascínio pelo Oriente levou-me a concorrer para Macau, assim que terminei a profissionalização em exercício na Escola Preparatória de Almada. Foram profícuos os quatro anos vividos intensamente e enriquecedoras as experiências concretizadas: três cursos de programação, dois livros de Música Tradicional e um de software de Educação Auditiva, um concerto para computadores que terá sido a primeira experiência do género (na altura o computador ainda não dispunha de processador de som, apenas emitia “bips”), um CD de Fado, outro de Música Tradicional, concertos integrados num quarteto de acordeões de Portugal, várias participações no Festival de Artes, concertos de acordeão e de Música Tradicional Sacra com Isabel Silvestre, vários concertos do Dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas, muitas dezenas de espetáculos com o Grupo de Danças e Cantares do Clube de Macau.*

*Foi, no entanto, o trabalho com crianças que mais me estimulou. A experiência de lecionar Educação Musical a alunos de etnia chinesa com os professores da turma presentes foi inolvidável. Aí percebi a diferença que num futuro próximo a China traria para o mundo. O respeito, a gratidão com que o aluno chinês recebe ensinamentos e lida com a figura do professor compensa o esforço, os sacrifícios e o desânimo que nem a vocação consegue atenuar em terras do ocidente. Desta experiência derivou a inclusão da disciplina de Educação Musical no Plano Curricular do território. Fado cumprido.*

# A PROBLEMÁTICA DA VOCALIDADE NA CANÇÃO CHINESA ENQUANTO CANTOR EUROPEU

## 欧洲歌唱家演唱中国歌曲的声乐问题

**Isabel Alcobia**

Universidade de Aveiro

**Ri Nan**

Universidade de Dalian

A música pode ser universal; no entanto, a sua expressão varia de cultura para cultura, de acordo com a área, ou grupo de pessoas a que pertencemos e aos nossos gostos pessoais. Ainda assim, mesmo com todos os diferentes sentidos de beleza, a voz, como instrumento natural é igual para todos.

As diferentes maneiras de apreciar a arte crescem connosco de acordo com nossos diferentes contextos culturais.

Contudo, se desenvolvermos bem o nosso instrumento, a voz, podemos expressar o que quisermos. Os cantores bem treinados na Europa podem cantar ópera, lied, rock ou pop se assim o desejarem. Mas podem eles cantar música de terras longínquas? A nossa convicção é que eles podem executar música da China, ou África, ou Índia, se estudarem as formas de cantar e o estilo de música nessas culturas. Certamente isto aplica-se para todos os cantores de qualquer parte do mundo que tentem igualmente cantar música clássica europeia. (Jun Shen & Simon, 2011, p. 9)

O ato de cantar é uma atividade física que envolve a coordenação de diversos órgãos. Por outro lado, enquanto forma de expressão artística, o Canto envolve uma forte componente emocional pois, neste caso, esta forma de expressão, tem

como objetivo, normalmente, a transmissão de ideias, emoções, sentimentos, estados de alma, etc., existentes num texto associado a uma melodia.

A componente física depende do conhecimento e do controlo que o cantor tem sobre o seu aparelho vocal, ou seja, a forma como ele aprende a coordenar e a controlar os órgãos envolvidos na produção do som, o que, no caso do canto lírico, se consegue através de um treino que pode demorar vários anos.

Já no que concerne à componente emocional ou interpretativa, os diversos tipos de canto, desde o canto gregoriano ao *rap*, passando pelos diversos géneros do canto lírico, como o *Lied* ou a Ópera, pelos inúmeros tipos de canção popular, sejam eles de tradição mais antiga, rural ou mais recente e urbana, com são o caso do Fado, do Rock ou do Pop, estão diretamente ligados a determinados aspectos estéticos de uma cultura ou a aspetos socioculturais específicos, pelo que, a forma como se canta e a forma como o intérprete usa a sua voz depende da cultura em está inserido, estando este aspeto intimamente ligado às suas próprias raízes e vivência.

Estudos diversos têm-se ocupado da natureza da voz como instrumento expressivo, como meio de expressão artística, tanto na música erudita como na música popular ou ligeira, discutindo múltiplos alcances da vocalidade em diferentes contextos históricos e âmbitos geográficos, constituindo um importante índice ou marcador de género masculino ou feminino (Dunn & Jones, 1994), ou até de raça, particularmente em géneros da música vocal em que este aspeto é relevante, como por exemplo, o caso da *rap music* (Woods, 2009). Neste contexto, a vocalidade compreende as características da performance vocal que revelam aspectos como a ressonância, o registo, o timbre, a articulação, a declamação, a pronunciação, a tessitura e a afinação. Ou seja, o termo vocalidade refere-se ao instrumento/voz ao mesmo tempo que narra o grupo social e aduz o contexto histórico em que essa produção vocal adquire sentido (Alcobia, 2014).

O cantor com formação clássica, desde que treinado e se assim o desejar, poderá ajustar a sua voz e a sua vocalidade aos diversos tipos e géneros musicais e cantar em diversas línguas. No entanto, quando confrontado com a interpretação de obras provenientes de uma cultura muito distinta à sua, como é o caso da Oriental, depara-se com outros tipos de exigência, sejam delas de nível linguístico, técnico ou estético.

Aprender a cantar e a entoar na língua chinesa não é de todo uma tarefa fácil para o cantor Ocidental, sobretudo no que diz respeito ao domínio da língua e as implicações que trás ao nível técnico.

A produção do som, tanto na voz falada como cantada, depende do funcionamento conjunto de diversos órgãos. Dentro destes existe um grupo específico a que chamamos articuladores, a língua, os lábios, o palato mole e o maxilar inferior, que desempenham um papel fulcral na produção e projeção dos diversos sons que são emitidos.

Alguns fonemas e vogais e alguns níveis de frequência, necessitam de um maior ou menor espaço que outros dentro do nosso trato vocal. Os articuladores ajustam esse espaço de forma a que o ar passe e os músculos fiquem livres de qualquer tensão, proporcionando assim um som nítido e perceptível, sobretudo no campo linguístico.

Na interpretação de obras vocais em diferentes línguas, o cantor tem a necessidade de se ajustar à sonoridade própria de cada idioma. As características específicas de cada língua obrigam a um ajustamento dos articuladores, pois o cantor, quando não se trata da sua língua materna, tem de produzir fonemas que a sua memória muscular não reconhece de uma forma automática, o que pode provocar instabilidade na qualidade sonora na sua voz.

Neste artigo pretende-se refletir sobre a complexidade que o cantor europeu encontra na adaptação à vocalidade da língua chinesa e a importância que os articuladores e o conhecimento fonético da língua chinesa, têm nesse processo de adaptação.

Para o cantor europeu, a fonética da língua chinesa levanta ainda maiores problemas pois, nalguns casos, um mesmo fonema, por ter entoações diferentes, a que correspondem significados diferentes.

A complexidade e distinção em alguns fonemas desta língua e com os quais o cantor europeu não está normalmente familiarizado, obriga-o a um esforço de reajustamento no seu trato vocal de forma a que o texto fique perceptível e a voz livre de quaisquer tensões.

Para além de não dominar a língua chinesa, por não fazer parte do seu âmbito cultural, o cantor ocidental vê-se confrontado com uma imensa pluralidade de fonemas e vogais, alguns muito semelhantes entre eles, quer ao nível da escrita quer ao nível da própria sonoridade e com significados muito distintos. A minuciosidade e precisão como o cantor deverá articular estas palavras e sons merece uma atenção muito especial.



O conhecimento da fonética chinesa, Pinyin, torna-se por isso uma ferramenta absolutamente indispensável para o cantor ocidental quando opta por interpretar obras vocais chinesas, pelo que “a única forma eficaz de combinar a técnica com o canto em Chinês é aprender as regras da fonética chinesa, tendo em atenção os quatro componentes: prefixo, centro do caráter, sufixo e tons e conhecer qual a relação entre eles no momento de cantar” (Ri, 2015, p. 65).

A estrutura da língua chinesa difere das outras línguas. A característica mais proeminente é o aspecto monossilábico. Uma sílaba tem um significado e cada palavra monossilábica independente pode ser combinada uma com a outra para formar diferentes palavras compostas, com semânticas muito diferentes. Distintos fonemas incluídos em caracteres chineses diferentes podem ser divididos em diferentes estruturas, incluindo prefixo, vogal e sufixo.

Pinyin é constituída por letras ocidentais e possui, de uma forma muito sucinta 47 fonemas na sua totalidade, 24 vogais e 23 consoantes.

Nas 24 vogais estão incluídas 6 mono-vogais e 18 ditongos.

Devido à extensão e complexidade da língua, optamos por nos concentrarmos apenas no estudo das 6 mono-vogais, (*a*), (*e*), (*i*), (*o*), (*u*), (*ü*), pois são de extrema importância na língua chinesa.




Procuramos por isso compreender, de uma forma mais rigorosa, que tipo de dificuldades estas mono-vogais poderão criar a um cantor que não domina esta língua.

As vogais *a*, *o*, *e*, *i*, *u*, *ü* podem ser prefixos ou centro de caráter. Na posição central de caráter contêm três categorias: simples, composto (*ai*, *ao*, *ei*, *ie*, *ou*, *uo*, *iu*, *iuo*, etc.) e nasal (*eng*, *ian*, *ing*, *ong*, etc). Na teoria da pronúncia tradicional resume-se em 4 “Hu”, que tem a ver com o uso dos diferentes pontos acima referidos, combinando com as consoantes de prefixo. Esse processo de produzir as vogais do centro de caráter é também um processo da vocalização, pois, produz a parte mais ressonante e embelezada. Na interpretação das vogais é necessário ter em conta as sensações de “vertical, redondo, luminoso e solto”. Nos nossos órgãos vocais, a cavidade orofaríngea é ajustável e pode ser estendida durante a produção do som de uma vogal. Alguns dos requisitos específicos são manter o “meio bocejo”, a elevação do palato, de dentro para fora, ou seja, do palato mole para o palato duro; narinas abertas, queixo natural com as maçãs do rosto elevadas, como no sorriso. Na inalação a nasofaringe fica alongada verticalmente e a língua mais plana, especialmente nos agudos.

As vogais são cantados na cavidade orofaríngea, a sensação é estar a cantar por cima do palato, emitindo a partir do ponto central das sobrancelhas. Só assim, quando chega o sufixo, as vogais conseguem estender-se até às consoantes finais tornando-se audível e rica em projecção. Em suma, a cavidade orofaríngea no canto adere uma posição vertical e arrecuada, sob a premissa de ajustes de base ampla e flexível. Obter um som cheio e prolongado tem a ver com as mudanças ao nível das vogais, especialmente nas notas agudas. Sob a vogal “i”, é apropriado juntar-se o ditongo “ei”. Na vogal “a”, nos agudos deve aproximar-se da posição “o” e “u”, de modo a evitar um som estridente e pouco redondo (Ri, 2015, pp. 66-67).

Existe ainda uma particularidade na língua chinesa, pois podemos constatar que cada uma das 6 mono-vogais da fonética chinesa possuem quatro diferentes tons<sup>1</sup>, a que correspondem diferentes caracteres chineses, e que a entoação de cada um destes tons dá diferentes significados à mesma palavra. A mudança de tom torna assim o chinês mais complexo, daí se tornar uma linguagem especial e diferente das línguas ocidentais.

No quadro abaixo são indicados os quatro tons da 1ª vogal, “A”, (Quadro 1), que depois se aplicam às restantes 5 mono-vogais.

1.º tom	2.º tom	3.º tom	4.º tom
<i>mā</i>	<i>má</i>	<i>mǎ</i>	<i>mà</i>
Mãe	Linho	Cavalo	Chatear Xingar
→			
Horizontal Registo alto	Ascendente	Descendente e ascendente	Descendente

**Quadro 1 – Os 4 Tons para a mono-vogal “A”**

Esta questão dos 4 tons da fonética chinesa, é um dos aspetos que em muito dificulta a pronúncia e consequentemente a articulação, pondo muitos problemas ao canto.

Estes tons, que de alguma forma são graficamente parecidos com os acentos portugueses pois também eles se situam por cima da vogal, são de uma impor-

<sup>1</sup> Por vezes aparece referidos cinco tons, que são na realidade os 4 tons já identificados e mais um neutro, que é usado para o modo interrogativo.

tância vital na língua chinesa. Como já vimos, cada tom possui uma pronúncia ou som diferente, correspondendo a um significado distinto.

Por exemplo, para a palavra *má*, dependendo do tom, poderemos estar a dizer a mãe (mā), linho (má) ou cavalo (mǎ).

O primeiro tom é designado por uma linha reta sobre a vogal (mā) e é pronunciado de forma plana e num tom ou registo alto como o “má” em mala. Para que a pronuncia desta vogal (a) fique perceptível, a boca deverá encontrar-se bem aberta. O facto de ter que ser pronunciado num som plano e contínuo, faz com que o palato mole permaneça praticamente plano e portanto inativo, impedindo por isso a passagem do ar para as ressonâncias superiores. Tendencialmente, o som torna-se nasalado, deslocado e pouco brilhante, em nada benéfico para a obtenção de um som com qualidade.

O segundo tom, cujo símbolo é uma inclinação para cima que parte da direita para a esquerda, começa num tom médio. Em seguida sobe para um tom alto, como o som numa interrogação, esta palavra significa linho.

O terceiro tom tem uma forma de V sobre a vogal (mǎ). Começa por descer e em seguida sobe para um tom alto, também conhecido como tom de queda crescente.

O quarto tom é representado por uma inclinação para baixo, partindo da direita para a esquerda sobre a vogal (mà). Começa com um tom alto, mas cai acentuadamente para um tom forte e gutural no final.

O segundo, terceiro e quarto tons, trazem dificuldades acrescidas ao cantor. As exigidas acentuações e inclinações de registo nas diversas vogais, obrigam a uma precisa articulação das mesmas. Para além de poder correr o risco de estar a dizer uma palavra com outro significado, a mudança de registo súbita poderá implicar alguns constrangimentos ao nível do ar e colocação. O quarto tom, por exemplo, requer um reajuste e compensação do trato vocal. O exigido tom forte gutural no final, poderá comprometer a uniformidade e a colocação da voz.

Por vezes é referido um quinto tom, também conhecido como o tom neutro. Este não tem nenhum símbolo sobre a vogal (ma) mas às vezes é precedido com um ponto ( · ma) e é pronunciado sem nenhuma entoação. É um pouco mais suave do que o primeiro tom e é usado para o modo interrogativo.

Por estas razões, do ponto de vista da música ocidental, a fonética chinesa não é adequada ao estilo do Bel Canto, sendo essencialmente dois os fatores mais desfavoráveis:

Em primeiro lugar, as vogais possuem características distintas entre Italiano e chinês. Enquanto que, no Italiano, as 5 vogais são sempre abertas e convergem numa mesma altura ou tom, no Chinês não possuem esta uniformidade de altura. Especialmente aquelas que cerram os dentes para produzir vogais (por exemplo o i), fazem com que a posição das cordas vocais se mova para cima e para baixo, não sendo propício para suavizar a vibração das cordas vocais, o que provoca timbres diferentes.

Em segundo lugar, as vogais da língua chinesa causam pouco impacto no som global. Devido à fisionomia bucal do chinês, as vogais soam levemente, o que não é propício para a geração da ressonância, na cavidade vocal. (Ri, 2015, p. 64)

De facto, pela minha observação e experiência, na vogal (e), por exemplo, o posicionamento muito baixo, junto à garganta, é talvez a mais difícil de pronunciar para o cantor ocidental (nem no português, que usa muitas vogais pouco abertas, existe esta sonoridade). Em chinês, a vogal (e) deverá ser pronunciada totalmente na garganta, sendo necessário, inclusivamente, pressioná-la para o ponto mais baixo da laringe até que sintamos uma vibração forte na garganta. A sonoridade apresenta-se escura, grave e cerrada. Todas estas características, tornam-se num verdadeiro desafio para o cantor. A pressão excessiva exercida na laringe, provoca não só tensões musculares laríngeas, como também a própria interrupção do ar, impedindo a sua passagem para os harmónicos superiores, tão desejáveis para a obtenção de um som colocado e livre.

A complexidade da língua chinesa, enquanto não entendida e automatizada, cria no cantor ocidental grandes tensões e stress que em muito poderá contribuir para uma má prestação na sua performance.

No método do canto nacional e no que diz respeito à pronúncia, os chineses optam inicialmente pela “mordida” e força da boca quando atacam o princípio da vogal. Esta intensidade de mordida, diminui drasticamente quando articulam a vogal recorrendo à técnica do canto, garantindo que a cavidade torna o som mais suave. Existe ainda uma outra técnica de articulação da vogal, que consiste em posicionar a vogal totalmente para a frente da boca, este método combinado com a rima do seu som, faz com que cada palavra se torne precisa, limpa e clara. A cavidade da palavra torna-se assim pura e delicada. (Zheng, 2007)

O cantor tradicional presta muita atenção à relação entre a palavra e a emoção; diferentes técnicas de articulação poderiam produzir diferentes emoções e beleza. A articulação de obras vocais chinesas tem uma forte particularidade, que está intimamente relacionada com a fonética da linguagem. A estrutura da língua chinesa difere das outras línguas.

Na China dá-se especial ênfase à perceptibilidade do texto enquanto se canta. Esta perceptibilidade é alcançada mais com foco na criação de qualidades semelhantes à fala, do que na criação de requisitos de ressonância no trato vocal.

Tecnicamente falando, para o povo asiático, a voz e o canto, situam-se sobretudo na garganta.

A formação das palavras e a expressão linguística dos seus sentimentos, são muitas vezes expressos segundo as suas ideias culturais.

Os ideais gerais de qualidade para o canto chinês tradicional, são em certos aspectos diferentes do canto clássico. Os cantores chineses têm que trabalhar e desenvolver, aspectos técnicos como o vibrato, mudança de registo, timbre e qualidade de ressonância para atingir os ideais do canto clássico europeu. (Jun Shen & Simon, 2011, p. 11)

## Referências bibliográficas

- Alcobia, I. (2014). *Obras para voz e piano de Frederico de Freitas: a vocalidade entre fado e canção erudita* (Tese de Doutoramento). Universidade de Aveiro.
- Chien, Y.-R. & Wang, H.-M. (2009). *Vocality-Sensitive Melody Extraction from Popular Songs*. Taiwan: Academia Sinica. Institute of Information Science.
- Dunn, L. C. & Jones, N. A. (1994). *Embodied Voices: Representing Female Vocality in Western Culture*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jinwei, L. & Jinjuan, L. (2008). *The Vocal Music Teaching Art of Shen Xiang*. Beijing: China Radio & Television Publishing House.
- Jun Shen, Z. & Simon, P. (2011) *Comparison of Learning Classical Singing between European and Chinese Singers*. Smashwords Edition.
- Ladefoged, P. & Maddieson, I. (1996). *The Sounds of the World's Languages*. Blackwell Publishers.
- Nan, R. (2015). 文化视角下意大利歌唱语音比较研究. Jilin: Modern Music.
- Scurfield, E. (1991). *Chinese*. London: Hodder & Stoughton Educational.
- Zheng, M. (2007). *Shengxue Yuyin Xue*. Shangahi: Shanghai Music Publishing House.
- Woods, A. S. (2009). *Rap vocality and the construction of identity* (Tese de Doutoramento). Universidade de Michigan.

# A POSTURA CORPORAL DO *TAI CHI CHUAN* APLICADA À *PERFORMANCE* INSTRUMENTAL

## 乐器演奏中太极拳体式的运用

**Mário Teixeira**

Universidade de Aveiro

Em 1990 frequentei a *Masterclass* do percussionista americano Allen Otte onde tive o meu primeiro contacto com o *Tai Chi Chuan*, sobre o qual eu pouco ou nada sabia. Muito embora na altura não tivesse compreendido o alcance da sua opção de leccionar *Tai Chi Chuan* durante uma aula de percussão, senti que havia um propósito que me era necessário aprofundar.

A partir desse momento comecei a observar praticantes de artes marciais tendo constatado que os seus movimentos e o posicionamento do corpo tinham muitas semelhanças com o que eu tinha observado em percussionistas de alto nível.

Em 2004 comecei a praticar *Tai Chi Chuan* com o intuito de aprofundar os meus conhecimentos sobre esta arte marcial para posteriormente poder aplicá-los na minha performance musical.

Enquanto percussionista e praticante de *Tai Chi Chuan*, desde cedo me apercebi de forma empírica da utilidade que esta prática poderia ter para o desenvolvimento de uma boa postura física, que como é do conhecimento comum é tão necessária à performance de qualquer músico. Por esta razão, a investigação decorrente da minha experiência como praticante de *Tai Chi Chuan* tem sido orientada no sentido de estabelecer pontes entre esta arte marcial e a performance musical, procurando, assim, compreender até que ponto a assimilação dos princípios em que o *Tai Chi Chuan* se baseia estão em conformidade com

o *state of art* da biomecânica. Pretendo também compreender até que ponto a aplicação destes princípios poderá potenciar o desenvolvimento dos instrumentistas, assim como ajudar na prevenção de eventuais doenças profissionais originadas por más posturas.

## **O *Tai Chi Chuan* como actividade física complementar para músicos.**

O *Tai Chi Chuan* é uma arte marcial que nos dias de hoje é encarada como um desporto. Os instrumentistas têm uma vertente atlética importante que é imprescindível para que possam fazer face aos desafios técnicos que a execução do repertório musical implica.

No desporto a coordenação motora tem preponderância na motricidade grossa, ou seja, o uso muscular assenta essencialmente nos grandes músculos e tendões. Pelo contrário, na execução instrumental é a motricidade fina que ganha maior relevância, através do uso dos músculos e tendões de menores dimensões que possibilitam o uso de dedos, pulsos e lábios, pelo que é imprescindível que os músicos tenham uma coordenação motora de qualidade, em que todos os músculos e tendões se comportem de forma saudável e plena.

São também os músculos e tendões de grandes dimensões que suportam o esqueleto, permitindo assim, que os músicos adoptem as mais variadas posturas necessárias à execução instrumental.

Concomitantemente poder-se-á afirmar que um organismo saudável é importante para que os músicos possam executar plenamente. Um músico que tenha problemas músculo-esqueléticos estará sempre limitado na sua acção.

Harris (*apud* Fox, 1989, p.123) defende que a investigação cada vez mais corrobora a necessidade do envolvimento em actividade física durante toda a vida, sendo hoje aceite pela comunidade médica a existência de uma ligação directa entre falta de saúde e inactividade.

Assumida a importância da prática desportiva, devemos no entanto, ser criteriosos na escolha da actividade física complementar a adoptar.

Existem inúmeros desportos, mas são poucos os que não têm efeitos colaterais negativos, que possam prejudicar a saúde daqueles que os praticam. Assim, é necessário que ao efectuar a escolha da actividade física complementar se esteja consciente dos benefícios, efeitos negativos colaterais e perigos para a integridade física do músico.

Os desportos como o esqui, que implicam saltos são muito exigentes ao nível das articulações das pernas (tornozelos e joelhos), podendo acarretar problemas para os músicos que exercem a sua actividade de pé.

Outros desportos ainda, devido ao contacto físico violento ou ao manuseamento de bolas, como o voleibol o basquetebol ou o andebol, são potencialmente perigosos para as mãos e dedos, levando com frequência a lesões provocadas tanto pela colisão de bolas contra os dedos como por quedas.

Desportos como o ténis ou o hóquei tendem a desenvolver assimetricamente o corpo, provocando desequilíbrios no desenvolvimento muscular do praticante.

Por sua vez, as artes marciais parecem evidenciar vantagens que fazem desta opção a melhor escolha para a actividade física regular do músico porque têm, em geral, um conhecimento bastante aprofundado do corpo e uma maior preocupação com a mente, desenvolvidos ao longo de vários séculos da sua história. No entanto, as artes marciais externas ou “exotéricas”, onde se incluem o Kung Fu, o Karaté, o Judo, o Taekwondo e outras artes marciais orientais, são potencialmente perigosas devido ao contacto físico, podendo facilmente resultar em acidentes.

O *Tai Chi Chuan* é uma arte marcial interna “esotérica”. Nesta, existe uma maior preocupação com a respiração e o domínio da energia interior “Chi”.

Também a aprendizagem é feita através de um processo distinto. Enquanto nas artes marciais exotéricas se começa desde muito cedo a aplicar golpes na luta corpo-a-corpo, no *Tai Chi Chuan* este desenvolvimento é deveras mais lento.

O aprendiz pratica os exercícios lentamente e sem contacto físico, o que o deixa a salvo de lesões. Só bastante mais tarde, quando possui um domínio aprofundado da energia interior e do movimento exterior, poderá estar habilitado a aplicar os seus conhecimentos na luta corpo-a-corpo.

Por estas razões o *Tai Chi Chuan* parece apresentar-se como uma das escolhas mais acertadas para uma actividade física complementar.

## **Desordens músculo-esqueléticas**

Os músicos profissionais tal como os atletas de alta competição sujeitam por vezes os seus organismos a grandes níveis de stress. Porquanto o uso desregrado do corpo pode resultar em lesões que eventualmente conduzam a uma limitação da performance e em casos extremos leve mesmo ao abandono da actividade.



De certa forma os músicos correm ainda mais riscos de contrair lesões do que os próprios atletas de alta competição devido ao factor cardiovascular. Numa grande parte das actividades desportivas o esforço excessivo imposto a músculos e tendões é “sinalizado” pelo próprio corpo com um aumento da frequência cardiorrespiratória e pela sensação de dor que naturalmente impõe limites à performance do atleta “avisando-o” da necessidade de parar. No que diz respeito aos músicos a situação é bem diferente. A prevalência do uso de músculos e tendões de pequenas dimensões necessários à execução instrumental, quando usados em excesso não provoca aumento da frequência cardiorrespiratória, o que pode por vezes “camuflar” a dor e o uso excessivo do corpo. Desta situação podem resultar lesões devido à falta de consciência do stresse provocado ao corpo pelo uso repetitivo e excessivo dos pequenos músculos e tendões.

Na literatura as lesões são agrupadas em três tipos: afecções músculo-esqueléticas; síndromes compressivas dos nervos periféricos; distonias focais. É sobre a primeira que me irei focar.

Existe na literatura uma designação que parece ser a mais comumente aceite pela comunidade académica, intitulada “PRMD”, ou seja, *Playing Related Musculoskeletal Disorders*. Estas desordens músculo-esqueléticas relacionadas com tocar instrumentos musicais podem ser provocadas por vários factores, a saber: a postura incorrecta; o uso excessivo de força; os instrumentos ergonomicamente inadequados; os movimentos repetitivos; a compressão mecânica; o stresse e tensão; a constituição corporal; o grau de flexibilidade; a idade; a técnica; a forma de segurar o instrumento; a ausência de aquecimento muscular; a fadiga; os ambientes frios; factores psicológicos.

Allsop e Ackland (*apud* Kaur & Singh, 2016, p.15) afirmam que as desordens músculo-esqueléticas afectam 71,9% dos músicos profissionais e 38,1% dos não profissionais. Estes resultados levam-me a crer que a incidência de lesões é maior nos músicos profissionais devido ao excesso de prática do instrumento, uma vez que estes se vêem obrigados a praticar um maior número de horas diárias.

Também Fry (1987, p.38) diz existir uma correlação de 100% entre os sintomas resultantes das lesões provocadas pelo uso excessivo dos músculos empregues na prática instrumental e o número de horas despendido nesta actividade, sendo ainda multiplicado pela intensidade física da música executada.

A síndrome provocada pelo excesso de esforço afecta 10% a 20% dos estudantes de música, aumentando para 50% quando atingem a idade de 30 anos,

julga-se que isto se fique a dever à fase da carreira em que os músicos se encontram nesta faixa etária. É nesta idade que normalmente os músicos terminam os seus estudos musicais e lutam para se imporem no mercado de trabalho, efectuando um maior número de concertos e concursos. É também nesta fase da vida que os jovens procuram a sua independência, aumentando assim as suas despesas, o que os obriga muitas vezes a ter uma atitude em relação à profissão mais orientada para a parte financeira, aceitando mais trabalhos para poderem fazer face às suas ambições materiais (cf. Fry, 1986, p.55)

A literatura refere a maior incidência de lesões músculo-esqueléticas dos músicos em determinadas partes do corpo, sendo as mais referidas, as extremidades altas, tais como: mãos, braços, músculos faciais e ombros. Estas aparentam estar mais associadas ao uso repetitivo dos músculos, tendões e articulações na prática musical. As lesões músculo-esqueléticas ocorrem também nas costas e pescoço, parecendo haver uma associação entre as mesmas e os erros de postura.

Também as características ergonómicas e técnicas dos vários instrumentos influenciam as patologias existentes. Um estudo de incidência de dor provocada por excesso de trabalho muscular nos músicos de orquestra realizado por Fry (1986, p.54) revelou que certas patologias estão associadas a determinados instrumentos consoante a especificidade técnica de cada um.

O género aparenta também ser um factor responsável pela ocorrência de lesões. Lederman afirma que a síndrome por uso excessivo tem uma maior prevalência nas mulheres (*apud* Fragelli, Carvalho & Pinho, 2008, p.305). Contudo os estudos efetuados por outros autores não demonstram nenhuma evidência deste facto.

Em virtude destes factos, pode-se afirmar que as desordens músculo-esqueléticas relacionadas com tocar instrumentos musicais influenciam negativamente a performance de uma parte considerável da comunidade de músicos profissionais e amadores.

## **Como prevenir a ocorrência de patologias músculo-esqueléticas.**

Importa, assim, reforçar a necessidade de consciencialização deste problema, associado a uma mudança de atitude na prática diária do instrumento por forma a ajudar a prevenir patologias músculo-esqueléticas. Esta atitude

preventiva baseia-se em pequenos actos diários de extrema importância, a saber: a aquisição de conhecimentos básicos de cinesiologia e de biomecânica; cuidado com a postura física; aquecimento muscular antes de iniciar as sessões de trabalho; efectuar intervalos para descanso; o uso de técnicas instrumentais mais corretas do ponto de vista biomecânico; cuidados com os movimentos repetitivos; implementação de ritmo de trabalho progressivo; cuidado com a saúde em geral.

A aquisição de conhecimentos básicos de cinesiologia e de biomecânica ajuda a uma consciencialização da motricidade ideal para o corpo humano. Desta forma o instrumentista pode visualizar, comparar e eventualmente corrigir a execução das tarefas motoras relacionadas com a sua profissão.

Os cuidados com a postura física devem ser uma preocupação constante, não apenas na execução instrumental mas também no dia-a-dia. Os músicos têm ainda uma responsabilidade acrescida na medida em que dependem do bom funcionamento do seu corpo para poderem sobreviver financeiramente, dado que a ocorrência de desordens músculo-esqueléticas pode obrigar ao abandono da profissão.

O aquecimento muscular antes das sessões de trabalho aumenta o desempenho e pode ajudar a prevenir lesões (Alencar & Matias, 2010, p.3). Esta é uma prática comum nos atletas, mas não devemos confundir aquecimento muscular com alongamentos musculares. Segundo Shrier e Gossal (*apud* Alencar & Matias, 2010, p.8) a realização de exercícios de alongamento imediatamente antes da actividade física não previne lesões agudas ou por excesso de uso, contribuindo até para a diminuição da força muscular.

Efectuar intervalos para descanso muscular de forma metódica é uma prática comum entre os atletas. Esta maneira de actuar permite a recuperação da capacidade muscular, por forma a prolongar o treino e ajudar a evitar lesões.

O uso de técnicas instrumentais mais correctas do ponto de vista biomecânico é importante para que se possa conseguir melhores resultados e se possa evitar lesões. A prática instrumental habitualmente tem vários tipos de técnica conforme as escolas donde provêm. Algumas destas técnicas apesar dos resultados musicais obtidos serem satisfatórios não seguem os princípios ideais da biomecânica, o que pode resultar em distúrbios músculo-esqueléticos. Por esta razão a escolha da técnica a adoptar deverá ter em conta as características biomecânicas da mesma.

É importante ter cuidados acrescidos quando efectuamos movimentos repetitivos durante longos períodos de tempo, em especial quando usamos a motricidade fina. Os músculos e tendões de pequenas dimensões são mais “silenciosos” na sua manifestação de dor, pelo que podem ocorrer lesões que só são detectadas mais tarde. Pelo contrário na motricidade grossa os músculos de grandes dimensões ressentem-se de forma mais evidente quando se começa a atingir níveis de cansaço passíveis de provocar lesões.

A implementação de ritmo de trabalho deve ser progressiva. A actividade profissional da música é muitas vezes irregular, alternando períodos de pouco trabalho com períodos mais intensos. A necessidade repentina de ter que praticar um grande número de horas aparenta ser um dos principais factores que está na origem de lesões músculo-esqueléticas pelo que deve ser evitada. É aconselhável ter uma rotina de prática diária do instrumento mesmo nos períodos de menos trabalho. Quando surgem os períodos mais intensos de prática instrumental, o aumento do número de horas diárias e da intensidade deverão ser o mais progressivas possível para que se possa evitar lesões músculo-esqueléticas.

Ter cuidados gerais com a saúde é também importante para que se possa ter um organismo saudável que não imponha limitações à performance musical.

## **As dez regras essenciais à prática de *Tai Chi Chuan***

No texto clássico de Yang Cheng Fu (1883-1936) são elencadas dez regras que servem de base à prática do *Tai Chi Chuan*. Este texto encontra-se no livro “Essence of T'ai Chi Ch'uan” no qual foram compilados os principais escritos clássicos.

*1 – A cabeça deve estar vertical para que o Shen (Espírito) possa chegar ao topo da cabeça* <sup>1</sup>

A cabeça deve estar como que suspensa por um fio preso ao cocuruto. O olhar deve ser posicionado para a frente numa linha paralela ao chão. Deve-se evitar a tensão no pescoço para que não se prendam os movimentos dos braços e tronco, facilitando o fluir do sangue e da energia entre a cabeça e o tronco.

---

<sup>1</sup> Tradução do autor; texto original “1-The head should upright so the Shen (Spirit) can reach the top”.

Quando o pescoço não se encontra bem alinhado, o peso da cabeça (que representa 10% do peso total do corpo) é suportado pelos ombros, criando, assim, tensão nos cotovelos, pulsos e mãos.

## 2 – *Afunda o peito e arqueia as costas*<sup>2</sup>

O peito deve ser ligeiramente recolhido e as costas devem estar um pouco arqueadas. Esta regra não deve ser levada demasiado literalmente. Na verdade, o que significa é que se deve manter o peito relaxado sem o elevar. Alguns praticantes, quando aprendem esta regra tendem a exagerá-la, o que resulta numa posição demasiado curvada e forçada, prejudicial à respiração e às costas.

A coluna deve estar tão esticada quanto possível, dentro da normalidade das suas duas curvaturas naturais, sempre relaxada. Quando se projeta o peito para a frente, provoca-se uma tensão muscular que impede a livre movimentação dos braços, do tronco e do pescoço.

Muitos músicos habitualmente curvam os ombros e levantam os cotovelos quando tocam, o que limita o movimento da clavícula e da omoplata. Estes ossos trabalham em conjunto com os ossos dos braços sempre que se movimenta o braço. As duas clavículas e as duas omoplatas formam uma estrutura como um jugo, chamada cintura escapular, a qual se encontra suspensa sobre a caixa torácica superior com músculo e tecidos moles no meio. Levantar os cotovelos empurra a cintura escapular para a frente e comprime o espaço entre esta e as costelas frontais, limitando a mobilidade da cintura escapular e dos braços. (Bruser, 1997, p. 76)<sup>3</sup>

## 3 – *Relaxa a cintura*<sup>4</sup>

A “bacia” é o centro do corpo onde se cria estabilidade sendo a partir dela que se controlam todos os movimentos.

---

<sup>2</sup> Tradução do autor; texto original “2-Sink the chest and pluck up the back”.

<sup>3</sup> Tradução do autor; texto original “Many musicians habitually round their shoulders and hunch over when playing, which limits the movement of the collarbone and shoulder blade. These bones work together with the arm bones whenever you move your upper arm. The two collarbones and two shoulder blades form like a yoklike structure, called the “shoulder girdle,” which is suspended over the upper rib cage with muscle and other soft tissue in between. Hunching over throws the shoulder girdle forward and compresses the space between it and the ribs in front, limiting the mobility of the shoulder girdle and arms.”

<sup>4</sup> Tradução do autor; texto original “3-Sung (relax) the waist”.

Uma cintura relaxada permite que a força em espiral criada pela torção das pernas possa passar toda a sua potência à coluna vertebral, aos braços e às mãos.

#### 4 - *Diferencia o “Cheio” do “Vazio”*.<sup>5</sup>

Se o peso do corpo assenta mais numa perna do que noutra, dizemos que essa perna está cheia e que a outra se encontra vazia.

Quando se pretende fazer deslocações rápidas, é importante saber que o peso não deve estar distribuído igualmente pelas duas pernas, porquanto esta é uma posição estática. É lenta quando são necessárias deslocações dos pés ou do tronco e muito pouco estável quando o nosso equilíbrio é posto em causa.

Estar consciente da perna que sustém a maior parte do peso e daquela que, apenas, ajuda a suportá-lo, é por isso, imprescindível para movimentações rápidas e equilibradas de todo o corpo.

#### 5 – *Afunda os ombros e os cotovelos*<sup>6</sup>

Os ombros devem estar descontraídos.

Quando existe alguma tensão nestas partes do corpo, o peito tende a projectar-se para a frente e as costas ficam arqueadas, o que impede a livre movimentação de todo o tronco.

Se os cotovelos estiverem subidos, os ombros não podem relaxar.

#### 6 – *Usa a mente, não a força*<sup>7</sup>

O *Tai Chi Chuan* é uma arte marcial interna, o seu desenvolvimento e a sua força não advêm do trabalho muscular bruto mas sim do desenvolvimento dos tendões que se encontram junto aos ossos.

Quando se desenvolve apenas os músculos perde-se agilidade e equilíbrio. Estes “prendem” os movimentos tornando o corpo mais lento.

Através do uso da mente pode-se usar a força de um oponente contra ele próprio, se souber reagir e se tiver a agilidade, rapidez e calma necessárias.

<sup>5</sup> Tradução do autor; texto original “4-Differentiate insubstantial and substantial”.

<sup>6</sup> Tradução do autor; texto original “5-Sink the shoulders and elbows”.

<sup>7</sup> Tradução do autor; texto original “6-Use mind not force”.

7 – *A parte superior e a parte inferior coordenam-se mutuamente*<sup>8</sup>

No *Tai Chi Chuan* existe uma complementaridade entre todas as partes do corpo. O movimento nasce nos pés, “desenrola-se” pelas pernas, é controlado pela cintura, passa à coluna vertebral, culminando na ação dos braços, das mãos e dos dedos.

8 – *O interior e o exterior devem estar coordenados*<sup>9</sup>

Nas artes marciais internas o aspeto mais importante a desenvolver é o controlo da mente.

Com vista a que a ação corporal se efetue de uma forma ágil e leve, é necessário que a mente seja treinada, para estar alerta através dos sentidos e apta a enviar rapidamente os comandos ao corpo.

A mente tem primazia e comanda o corpo.

Para que a mente possa estar concentrada, necessita de estar suficientemente calma, uma vez que os altos níveis de adrenalina levam a más decisões.

Quando o praticante está sujeito a situações de stresse, este pode procurar a calma através de uma respiração controlada que ajude a baixar os níveis de adrenalina que o cérebro recebe.

A respiração (interior) deve ser coordenada com o movimento (exterior).

9 – *Continuidade sem interrupção*<sup>10</sup>

No *Tai Chi Chuan* o movimento e o uso da força são contínuos, não há descontinuidade.

Os movimentos circulares dão origem a que não haja interrupções, ao contrário do que ocorre nas artes marciais exteriores. Estas vivem mais de “explosões” de força que, conseqüentemente resultam em momentos “mortos” e desprotegidos após a ocorrência do golpe.

Grande parte dos textos clássicos refere a importância da continuidade no *Tai Chi Chuan*, como é exemplificado neste texto de Chang San Feng, a quem é atribuída (segundo algumas teorias) a criação do *Tai Chi Chuan*.

---

<sup>8</sup> Tradução do autor; texto original “7-Upper and lower mutually follow”.

<sup>9</sup> Tradução do autor; texto original “8-Inside and outside coordinate”.

<sup>10</sup> Tradução do autor; texto original “9-It is mutually joined and unbroken”.

10 – *Procurar a quietude no movimento* (Yang Cheng-fu, *apud* Lo, Inn, Amacker & Foe, 1979, p. 85)<sup>11</sup>

No *Tai Chi Chuan* tenta-se desenvolver a força e o equilíbrio através das posturas de estaca. Nestas posições o praticante procura manter-se imóvel com as pernas fletidas, pés paralelos e coluna vertebral ereta, podendo os braços variar a sua posição. Este exercício visa o reforço dos tendões que “suportam” as articulações e facilita estados meditativos que ajudam a “acalmar a mente”.

Ao praticar *Tai Chi Chuan*, o executante deve fazê-lo lentamente, o que ajuda a melhorar o equilíbrio e a manter a respiração lenta e profunda, uma vez que esta é coordenada com os movimentos.

Nas artes marciais exteriores dá-se muita importância à capacidade de correr e saltar rapidamente. Por oposição, no *Tai Chi Chuan*, a atenção centra-se no equilíbrio, o que não significa que não tenhamos de ser igualmente rápidos na execução dos golpes, ou seja, valoriza-se a economia de meios com a maior eficácia possível.

Quando se executam deslocações lentas, torna-se mais difícil manter o equilíbrio do que quando passamos rapidamente de uma posição a outra. Por esta razão o *Tai Chi Chuan* é considerado a arte do equilíbrio.

As dez regras primordiais podem ser aplicadas pelos praticantes de artes marciais, por atletas ou por músicos. Todos eles usam o corpo na sua atividade, obrigando os músculos a longas horas de movimentos repetitivos com vista a ganhar resistência, velocidade e a consolidar a “memória muscular”.

## **A postura física ideal do *Tai Chi Chuan***

Começando pela sola dos pés, verificamos se todos os pontos dos pés estão tocando no chão. Mais para cima, verificamos se uma perna não está suportando mais peso do que a outra, ou se há alguma pressão subtil nos quadris em função talvez de o corpo estar inclinado para um dos lados. Nos ombros, verificamos se há alguma rigidez, e observamos se as escápulas estão na posição correta, ligeiramente curvadas, evitando que o peito se projete para a frente. Chegando à cabeça, verificamos a posição do queixo e a base do crânio, recuando um pouco o queixo para proporcionar uma sensação de abertura na base do crânio. Finalmente é preciso ajustar o

---

<sup>11</sup> Tradução do autor; texto original “10-Seek stillness in movement”.



ângulo do alto da cabeça (a coroa, ou “cocuruto”), até sentir uma subtil sucção energética para cima.... (Chia, 1996, p. 42)

É interessante constatar que os princípios da postura física sobre os quais assenta esta arte marcial com tantos séculos de história correspondem na sua essência aos apregoados na actualidade pela biomecânica.

A postura física pode ser considerada como tendo três posições: de pé; sentado e deitado.

Neste estudo debruçei-me apenas sobre a posição de pé por ser a única que é coincidente entre praticantes de *Tai Chi Chuan* e músicos, muito embora, a posição de sentado seja também amplamente usada por músicos e possa obviamente ser também objecto de estudo.

Segundo Gupthill & Zaza (2010, p.11) quando se executa um instrumento na posição de pé, o erro mais comum é o de “trancar” as articulações dos joelhos para trás, ou seja, esticar as pernas no seu ângulo máximo de abertura. Esta posição pode causar uma curvatura excessiva da zona média e alta das costas assim como dos ombros.

Estimular os alunos a “destrancarem” os seus joelhos, frequentemente corrige muitas dificuldades de postura e pode facilitar a expressão musical se acompanhada por um movimento gracioso.

Os pés devem estar colocados afastados entre si à largura dos ombros. As costas não deverão estar curvadas, o queixo não deverá estar projectado para a frente e os ombros devem estar descaídos.

As pernas deverão ter o peso igualmente distribuído entre elas, evitando descompensações na coluna vertebral que provocam desequilíbrio e que podem afectar a performance.

Não deverá existir nenhuma pressão sobre os quadris provocada pela inclinação do corpo para um dos lados porque descompensa a coluna vertebral provocando desequilíbrio.

Os ombros devem estar relaxados por forma a alongar o pescoço, libertando o tronco e os braços de tensões desnecessárias, que afectam a movimentação dos braços e que podem causar distúrbios músculo-esqueléticos.

As costas ligeiramente curvadas fazem com que o peito se recolha ligeiramente, evitando tensões na zona frontal dos ombros e consequente prisão dos músculos dos braços.

A cabeça para que se encontre no eixo do corpo deverá estar erecta, recolhendo ligeiramente o queixo de forma a libertar os músculos (trapézio) na base da nuca.

A postura ideal pode ser conseguida se nos imaginarmos pendurados pelos cabelos da zona do cocuruto.

Os princípios ergonómicos ensinam-nos que posturas neutras das articulações são desejáveis para uma utilização óptima dos músculos e minimizar o risco de lesões.

Verifiquei que em nenhum dos estudos consultados é mencionada a forma como os pés devem assentar no chão, sendo feita referência apenas à posição de colocação dos mesmos em relação ao corpo.

Todos os nove pontos do pé devem estar em contacto com o chão. Só assim se consegue um bom equilíbrio e se previnem as más posturas que forçam a coluna vertebral e provocam distúrbios a médio prazo. Os praticantes de *Tai Chi Chuan* apelidam este posicionamento de “corpo bem enraizado”, por analogia com a árvore que necessita de ter as suas raízes bem agarradas à terra para não ser arrancada pelo vento.



“Os nove pontos do pé”

## A influência da postura física na *performance* musical

A influência da postura na performance musical é reconhecida pela comunidade científica (Dommerholt and Norris, 1997; Brandfonbrener, 1998; Dommerholt, 2000, *apud* Dommerholt, 2010, p.66)

Alguns autores afirmam que a postura dos músicos pode até nem ser tão diferente de outras profissões, mas que é a combinação de uma postura deficiente e tocar um instrumento que se pode tornar problemática, por essa razão

a postura dos músicos deve ser avaliada com e sem o instrumento (Cailliet, 1990; Eijdsen-Besseling et al., 1993; Dommerholt, 2000; Kapandji, 2000, *apud* Dommerholt, 2010, p.66).

Os instrumentos musicais em geral são construídos sem qualquer preocupação ergonómica, o que provoca que os músicos se vejam obrigados muitas vezes a adoptar posturas assimétricas. Estas posturas erradas quando combinadas com movimentos repetitivos por longos períodos de tempo poderão contribuir para a ocorrência de lesões musculares, tendinites ou lesões das fibras nervosas (Larsson et al., 1988; Feuerstein and Hickey, 1992; Kuorinka and Forcier, 1995, *apud* Dommerholt, 2010, p.66).

## Conclusão

Pode-se concluir que a prática instrumental representa um risco para o aparelho músculo-esquelético dos músicos profissionais. As longas horas de pé, os movimentos repetitivos, a má postura e a utilização de instrumentos ergonomicamente incorrectos são factores que quando combinados podem colocar em risco a saúde dos músicos. Prova disso são os estudos que comprovam a existência de uma grande percentagem de músicos profissionais com distúrbios músculo-esqueléticos.

Conclui-se também que adoptar uma boa postura física pode ajudar a evitar lesões.

A postura ideal do *Tai Chi Chuan* é em tudo semelhante à postura ideal professada pela biomecânica actual, o que me leva a concluir que a prática do *Tai Chi Chuan* poderá ajudar os músicos a evitar distúrbios músculo-esqueléticos provocados por má postura física, não obstante, este estudo carece de aprofundamento científico.

## Referências bibliográficas

- Alencar, T. D. & Matias, K.F.S (2010). Princípios fisiológicos do aquecimento e alongamento muscular na atividade esportiva. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, 16 (3). Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-86922010000300015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-86922010000300015)
- Bruser, M. (1997). *The Art of Practicing*. New York. Three Rivers Press.
- Chia, M. & Li, J. (1996). *A Estrutura Interior do Tai Chi*. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix.

- Dommerholt, J. (2010). Performing arts medicine – Instrumentalist musicians, Part II. Examination. *Journal of Bodywork and Movement Therapies*, 14 (1), 65–72. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.jbmt.2009.02.004>.
- Filho, F. M. N. (2011). *Cinesiologia e Biomecânica da Coluna Vertebral*. Fisioweb. Disponível em <http://www.fisioweb.com.br/portal/artigos/categorias/39-art-biomecanica/1128-cinesiologia-e-biomecanica-da-coluna-vertebral.html>.
- Fragelli, T. B. O., Carvalho, G. A., & Pinho, D. L. M. (2008). Lesões em músicos: Quando a dor supera a arte. *Revista Neurociencias*, 16 (4), 303–309.
- Fry, H. J. (1986). Incidence of overuse syndrome in the symphony orchestra. *Medical Problems of Performing Artists*, 1(2), 51-55.
- Fry, H. J. (1987). Prevalence of overuse (injury) syndrome in Australian music schools. *British Journal of Industrial Medicine*, 44 (Julho, 1985), 35–40. Disponível em <https://doi.org/10.1136/oem.44.1.35>.
- Guptill, C., & Zaza, C. (2010). Injury Prevention: What Music Teachers Can Do. *Music Educators Journal*, 96 (4), 28–34. Disponível em <https://doi.org/10.1177/0027432110370736>.
- Kaur, J., & Singh, S. (2016). Neuromusculoskeletal Problems of Upper Extremities in Musicians-a Literature Review. *International Journal of Therapies and Rehabilitation Research*, 5(2), 14. Disponível em <https://doi.org/10.5455/ijtrr.000000120>.
- Lo, B. P. J., Inn, M., Amacker, R. & Foe, S. (1979). *The Essence of T'ai Chi Ch'uan*. Berkeley, California: Blue Snake Books.



# IDENTIDADE E CINEMA NO TEMPO DA CIDADE-ECRÃ<sup>1</sup>

## 大银幕城市时代的特性与电影

**Rui Filipe Torres**

Investigador do Instituto do Oriente

**Rui Manuel Martins de Sousa Torres**

ISCSP, Universidade de Lisboa, Cineasta

### 1. Um mundo contaminado pelo cinema

Na vida contemporânea, o cinema está em todo o lado, contaminou todas as outras artes, a música, a literatura, as artes plásticas e performativas, mas também a comunicação, a política publicitária, novos e velhos *media*. O cinema, no mundo inteiro, tornou-se objecto de estudo e de investigação na Academia. Mais recentemente o cinema assume-se enquanto lugar de pensamento, ou melhor, há filmes que o fazem: é o cinema-pensamento/filosofia, género contaminado por géneros, que procura a sua autonomia no cinema-ensaio.

Sobre este último aspecto, Mendes (2013, pp. 50-51), no seu livro *O Filme Que Filósofa*, afirma:

Reconhecer-se-á que existe, de Cavell a Rodovick e a Mulhal, como no Deleuze de *Cinema 1* e *Cinéma 2* e nos participantes da Film-Philosophy Conference de 2013, um desejo, por vezes intenso, de ver a filosofia passar testemunho a

---

<sup>1</sup> Título que segue de perto Gilles Lipovetsky e Jean Serroy em *O Ecrã Global*, quando escrevem “O indivíduo das sociedades hiper-modernas vai olhar o mundo como se fosse cinema. [...] O cinema tornou-se na base de um olhar global assente sobre as mais diversas esferas da vida contemporânea” (Lipovetsky & Serroy, 2010, p. 27).

outras disciplinas —especialmente ao cinema—, ora cedendo-lhe parte do seu território histórico, ora admitindo como filosóficas algumas das suas intervenções, ora reconhecendo que por vezes alguns dos seus perceptos abrem a porta a conceitos. Pelo nosso lado cremos que, na diversidade de filmes de autor hoje produzidos, são particularmente os filmes auto-reflexivos, e entre estes os filmes-ensaio que incluem no seu corpo “imagens pensantes”, que melhor se posicionam para assumir esse repto, como o caso de *Histoire(s) du cinéma* e de *Filme Socialisme* de Godart, ou do *The Ister* de Barison e Ross. A condição para que esse esforço “filosofante” se possa desenvolver é que as histórias que os filmes contam (quando ainda as contam) não se limitem a exercícios ficcionais desenvolvidos a partir de conceitos — metáforas, alegorias, glosas de enunciação filosóficas; o filme que filosofa é sobretudo aquele que assume tais enunciações como parte dos seus conteúdos explícitos.

O cinema está presente na forma e no desejo de como habitar os quotidianos pelas populações urbanas, em geografias tão distantes como Lisboa ou Pequim. Qualquer que seja o modo de vida, mais ou menos conservador, liberal, alternativo, dissidente, feminista, pós-feminista ou pós-revolucionário, o cinema está presente e, essa presença, sustenta e enforma olhares e subjectividades, visões do eu e do outro. Basta, pois, um breve olhar empírico para notar a visível dimensão do cinema como força construtora de mundos e do mundo.

Importa, dada a realidade, aferir a percepção do próprio cinema sobre esta sua dimensão. O estado de consciência de quem faz cinema sobre esta condição não só é impossível de esconder, como também é do interesse de todos que seja claramente visível. Quem faz o cinema são os cineastas, os argumentistas, realizadores, produtores, programadores, quadros especializados das instituições, aos quais, dependendo do modelo de produção<sup>2</sup>, cabe decidir quais os enquadramentos das políticas públicas de apoio à produção e exibição cinematográfica.

A dimensão cinema no quotidiano, mesmo quando este parece estar cada vez mais inscrito na dimensão do quantitativo, revela e afirma a dimensão do simbólico e dos seus processos — enculturação, percepções e construções identitárias —, cosmopolitas ou de fechamento, com a mobilidade do bambu no vento

---

<sup>2</sup> No modelo de produção “Studio-System”, as decisões de produção são marcadamente de natureza mais empresarial, com o objectivo da melhor resposta possível às solicitações do mercado, para, com menor risco, obter a maior capitalização de lucro. Modelo de Hollywood, dos princípios dos anos vinte até aos anos actuais.

(Gaspar, 2015), ou com a rigidez arcaica do granito, e tem no “sistema cinema” a sua expressão mais reflexiva:

Se o cinema preenche uma função narrativa-expressiva-onírica maior, esta dimensão não é, contudo, única. Há uma outra função, insuficientemente referida e, no entanto, crucial, que abre toda uma perspectiva muito diferente: o cinema é o que constrói uma *percepção do mundo*. Não somente segundo o papel clássico que se atribui à arte, cuja função estética é, com efeito, a de fazer ver, através da obra, o que não se vê imediatamente na realidade. Mas, mais radicalmente, produzir realidade. O que o cinema dá a ver não é somente um outro mundo, o do sonho e do irreal, mas o nosso próprio mundo transformado num misto de real e de imagem-cinema, um real fora-do-cinema submetido ao molde do imaginário-cinema. Este produz sonho e realidade, uma realidade remodelada pelo espírito do cinema, mas de modo algum irreal. Mesmo que permita a evasão, o cinema também convida a redesenhar os contornos do mundo. Oferece uma *visão do mundo*: aquilo a que chamamos *cinervisão*. (Lipovetsky & Serroy, 2010, p. 289)

As cidades surgem iluminadas e desenhadas como espaços-cinema. Os novos edifícios e os casinos de Macau são disso um exemplo, como são as avenidas e os prédios iluminados em todas as capitais do mundo:

O momento é menos de proletarização do consumidor e destruição das exigências singulares do que de artialização generalizada dos gostos e dos modos de existência. *Cine-life*, cinemania, cinevisão não significam imersão total no mundo das imagens. Se cresce o domínio destas, acontece o mesmo com a capacidade de reflexividade e distanciamento dos indivíduos em relação ao mundo tal como é e à cultura tal como se apresenta. O que o universo dos ecrãs trouxe ao homem hipermoderno foi menos, como se afirma com frequência, o reino da alienação do que uma nova capacidade de recuo crítico, de distanciamento irónico, de julgamento e de desejos estéticos. Beneficiou mais a singularização do que a *gregarização* dos rebanhos.

É este o mérito do cinema: quando a vida procura assemelhar-se ao cinema, desenvolvem-se ambições estéticas e a afirmação crescente das singularidades. O estilo-cinema invadiu o mundo: agora, vemo-lo sem o ver, modelados que estamos por ele, banhados nas imagens que, a partir dele, inundaram os ecrãs à nossa volta. Alguns dizem que o espetáculo nos despoja da “verdadeira” vida.



Sem dúvida. Na época do tudo-ecrã, contudo, recebemos de volta uma vida não menos rica, mas diferente, cinematizada, reconfigurada pela espectacularização vinda do ecrã. No momento em que se fala de *second life* virtual, a própria vida já é, em grande parte, uma *cine-life*. Pode dizer-se que o cinema se introduziu na existência concreta dos homens, nos genes do quotidiano. Truffaut dizia que o cinema é superior à vida. Oscar Wilde, de certo modo, dá-lhe razão: nos tempos hipermodernos, a vida passou a imitar o cinema. (Lipovetsky & Serroy, 2010, pp. 303-302)

## 2. Teorias do cinema

O corpo teórico sobre o cinema é vasto e não isento de perspectivas diversas, no fundamental marcadas pela forma como esta arte de massas se vincula na sua relação com o real. Andrew Tudor (1974) formula a pergunta radical: é possível uma teoria do cinema?

Se considerarmos, como é o nosso caso, que o que consideramos real é sempre uma relação mediada pelo sujeito, com toda a carga emocional, saberes, cognições inatas e adquiridas e um posicionamento interpretativo que resulta de identidades e filiações estéticas, é até possível a afirmação radical de que só os cineastas existem e não o cinema. Neste entendimento, os cineastas são não só os realizadores, argumentistas, produtores e toda a vasta ou reduzida equipa que faz o filme, mas também individualmente cada um dos públicos sempre que está em relação com a projecção do filme.

É claro que tal radicalidade não serve o interesse do pensamento sistematizado, ou a tentativa deste sobre o cinema. Mas ajuda a esclarecer a impossibilidade de uma corrente teórica que tem como pilar central o entendimento de que o que define o cinema é a sua relação directa, sem intermediação, com a realidade. Acontece que a câmara não opera sem o olho e a vontade humana, pelo que não é por essa via que será possível encontrar a profunda relação do cinema com a realidade, relação essa que, no nosso entender, é profunda e totalizante, não por uma relação operativa de captura do real, mas porque a realidade natural, social e humana, é a matéria do cinema.

Independentemente de um enfoque maior ou menor nos contextos, no fora de campo como lugar implícito na realidade enquadrada, numa estética mais próxima da montagem, do exercício do plano-sequência ou de uma aproximação documental ou ficcional, a matéria do cinema é sempre o mundo.

O cinema contemporâneo não rejeita nem Eisenstein e a sua teoria da montagem, nem a procura do *pathos* como forma de relação com o público, nem as aproximações do cinema realista de Bazin, o cinema de autor ou de estúdio, narrativo, de género, ou experimental. Cada vez mais o cinema é um lugar de vários caminhos e, nesses vários caminhos, é também cada vez mais visível a consciência do cinema da sua condição de cinema. Em todas as cinematografias, o cinema afirma-se como arte e indústria capaz, como nenhuma outra expressão, dessa magia imensa que é a capacidade de nos projectar, de nos permitir viver no olhar e com o olhar do outro.

### 3. Escola Portuguesa

Coincidente ou não com uma percepção do imaginário colectivo, o cinema português desde sempre teve uma relação próxima com ideias do real e dinâmicas sociais e culturais ao longo do século XX, e tem mantido essa relação neste início do século XXI. Olhar o cinema no tempo histórico é ver as representações culturais de uma sociedade. Todo o filme enforma, consciente ou inconscientemente, valores estético-ideológicos:

As nossas construções não são diferentes interpretações ou explicações de um mundo pré-existente e independente delas... construções e mundo são uma e mesma coisa. (Goodman, 1995, p. 5)

Torna-se claro, pelos temas abordados (Fado, Touros, Império, Ribatejo, Canções Populares, mas também Camões, Frei Luís de Sousa, Júlio Dinis, entre outros aspectos), que o cinema, sob o Estado Novo, teve um esforço legitimador para uma ideia de nação nacionalista, trabalhada através dos meios de comunicação de massa. No entanto, é também neste período que o cinema novo começa em Portugal, um cinema movido por outras ambições. E ainda antes deste movimento, alguns filmes expressaram o movimento neo-realista no cinema português:

Todavia não é fácil opor cinema convencional e cinema de resistência; eles não são campos opostos; ao contrário, são focos diferentes dirigidos sobre a sociedade, pontos de vista e estéticas diferenciadas, mas não são essencialmente distintos na descrição do mundo que constroem enquanto representação social. (Areal, 2011, p. 17)

A “Escola Portuguesa” tem o seu movimento embrionário na geração do cinema novo, em particular de António da Cunha Telles, Paulo Rocha, Fernando Lopes, Manuel de Oliveira, entre outros, no contexto, por um lado, do movimento do cinema europeu independente e próximo da política de autores e, por outro, do real contemporâneo e da memória permanente de um país que sempre procurou outros espaços territoriais, muito para além do seu lugar periférico no mapa territorial europeu, como matéria do cinema.

Esta condição não é pacífica nem tem igual entendimento nos diferentes actores do cinema em Portugal. E continua a merecer debate aberto sobre qual a prioridade, a existir, do cinema produzido com fundos públicos, ou seja quase a totalidade dos filmes produzidos em Portugal com capacidade de existir no mercado dos festivais e das salas de cinema.

João Maria Mendes (2017, p. 7), afirma o seguinte sobre a escola portuguesa:

O conceito de “escola portuguesa”, frequentemente usado pela crítica internacional para definir o que caracteriza o *cinema de autor* feito em Portugal, é uma expressão heurística que alude a obras cinematográficas e aos modos de as realizar sem definir com rigor o que lhes dá características idiossincráticas. Está associado à simpatia ou empatia de uma fileira da recepção internacional com “um certo cinema português” e esboçou-se entre *scholars* e no discurso dos *media* a partir dos anos 80 do séc. XX, na sequência da consagração internacional de cineastas como Manoel de Oliveira e António Reis e de uma menorização “política” de outros que defendiam um cinema mais comercial e feito para o *entertainment* de públicos mais vastos.

Em Portugal, a expressão socializou-se sobretudo a partir da publicação, em 1991, de *Histórias do Cinema*, de João Bénard da Costa. Paulo Rocha costumava dizer que existe um partido filo-português na crítica cinematográfica internacional, constituído por uma “elite” de cinéfilos atenta aos filmes de autor feitos em Portugal e que vê neles a persistência de uma “escola”. Tal “escola” não é facilmente reconhecida pelos cineastas nacionais, que privilegiam a diversidade de caminhos trilhados por cada um. Mas, ao mesmo tempo, esses cineastas percebem que a persistência da alusão a essa “escola” os favorece, por criar uma atmosfera internacional favorável às suas criações. De que ideia de cinema é esse interesse sintoma? A que “procura” ou a que “falta” respondem, nas cinematografias actuais, os filmes portugueses valorizados por tais críticos?

Seria Jacques Lemière quem viria a esboçar uma caracterização mais objetiva da “escola portuguesa”, sugerindo que ela é identificável por três tópicos:

1. Invenção formal e inscrição do cinema numa nova etapa da modernidade cinematográfica;
2. Afirmção da liberdade do cineasta e procura constante dos meios dessa liberdade contra toda a norma industrial;
3. Primado da reflexão da questão nacional.

Em *O Filme Que Filosofa*, Mendes (2013, pp. 31-32) analisa cada um destes tópicos:

O primeiro tópico de Lemière remete para 1967 e para o “novo cinema”, quando 15 realizadores portugueses levaram à Fundação Calouste Gulbenkian, então percebida como Ministério da Cultura alternativo, o documento “O ofício do cinema em Portugal”, que estará na origem, dois anos mais tarde, da cooperativa Centro Português de Cinema, financiada pela Fundação.

O segundo tópico remete para a recorrente defesa cultural e política da arte cinematográfica e do cinema de autor contra as normalizações de formatos, géneros e gostos promovidos pelo financiamento, produção, distribuição e exibição de inspiração industrial/comercial.

O terceiro tópico refere-se à persistência da reflexão poético/ideológica sobre “o problema português” ou sobre a “sobrevivência nacional” nos realizadores e seus filmes: discussão de equívocos no imaginário histórico do país, sua fantasmática, pobre mas imperial, herança complexa da vocação marítima, da longa síndrome salazarista e da guerra colonial, mescla de leituras da abertura gerada pelo pronunciamento militar de 25 de Abril de 1974 e pelo processo revolucionário a que ele deu origem, bem como da normalização política que levou à adesão de Portugal à CEE, em 1985. São temas abordados ora em evocações históricas, ora em alegorias poéticas, ora, mais raramente, em filmes-ensaio<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> João Maria Mendes é Presidente da Escola Superior de Teatro e Cinema e professor coordenador no seu Departamento de Cinema. Preside à Comissão Técnico-Científica do Mestrado em Desenvolvimento de Projecto Cinematográfico da ESTC e lecciona no Doutoramento em Artes Performativas e das Imagens em Movimento, criado em parceria pela Universidade de Lisboa e pelo Instituto Politécnico de Lisboa. Foi co-fundador e é investigador integrado do Centro de Investigação em Artes e Comunicação (CIAC), criado em 2008 pela ESTC e pela Universidade do Algarve.

## 4. Cinema / Cultura nas relações externas

Numa conferência proferida no “Seminário de Ação Cultural Externa – Portugal no Mundo”, organizado pelo Instituto Camões a 5 de janeiro de 2015, Carla Figueiredo<sup>4</sup> afirmou:

Num mundo em mudança é necessário que os Estados encontrem novas abordagens para o desenvolvimento das suas relações culturais internacionais. Estas incluem a concepção da diplomacia, e da diplomacia cultural, não como apenas uma parte do aparelho e da ação estatal, mas sim uma estrutura e abordagem integrante do ‘todo’ do governo, e o diplomata, ou o detentor de um cargo público, como um facilitador de ligações entre diferentes contextos e atores especificamente na área da ação cultural externa, poder-se-ia aplicar como objectivos de uma nova abordagem, uma tipologia simplificada que indica que as relações culturais devem evoluir no sentido de apostar mais em projetos do que em eventos; mais no multilateral do que no bilateral; mais em coproduções do que em apresentações; mais nos processos do que nos produtos; mais em trocas mútuas do que num sentido único; mais em ouvir do que em dizer; mais na promoção de valores do que na autopromoção... na minha análise, uma estratégia coerente do todo da cultura nas relações externas ainda não existe em Portugal... É importante que a ação cultural externa seja guiada por uma estratégia coerente, com objectivos e metas claras, devidamente avaliada e implementada com responsabilidade na prestação de contas e transparência nos processos... No entanto, a avaliação dessas ações é simultaneamente extremamente importante e difícil pois requiere a conversão de elementos muitas vezes intangíveis em tangíveis.

Destaca-se, nesta comunicação, por um lado, o carácter transversal estratégico da diplomacia a todo o corpo da acção governativa e, por outro, a abertura estruturada a acções concretas, tais como um filme em concreto, uma linha específica, ou, se quisermos, um pensamento de cinema para mercados e objectivos determinados pelo e no contexto das relações externas.

---

<sup>4</sup> Docente e investigadora no Institut for Creative and Cultural Entrepreneurship, Goldsmiths, University of London.

## 5. Cinema e Comunidades Epistémicas

Trata-se de afirmar a cultura, no caso de se convocar o cinema, arte/indústria moderna com capacidades únicas de visibilidade e atracção de públicos e de *media*, numa visão integrada, estratégica, enquanto acção relevante do *Soft Power*. Em particular, para os pequenos Estados, definição clássica em que Portugal cabe, o *Soft Power* — poder de afirmação e reconhecimento fora do território doméstico —, constrói-se nas dinâmicas do simbólico, do imaterial, no caso Português em resultado da sua existência histórica, com momentos de liderança civilizacional na transição da sociedade do antigo regime para o moderno. Importa não esquecer (e o cinema é uma expressão que fixa, constrói memória e arquivo) que, num passado relativamente recente, Portugal liderou o acesso da Europa ao Mundo. Portugal, na parte sul do hemisfério, é conhecido e reconhecido como impulsionador da proto-globalização contemporânea, a Nação que abre os oceanos à navegação, à ciência, pioneiro no encontro do europeu com o outro, de que a expansão portuguesa no Oriente e no Brasil e a colonização em África, são exemplos vivos. Para Portugal não é pelo *hard power*, força coerciva, bélica ou económica, que passa a sua possibilidade de afirmação no século XXI, mas sim pelo *Soft Power*, em que o cinema, arte/indústria, é um sector de actividade com potencialidades únicas e não usadas:

O termo *comunidades epistémicas* tem sua origem relacionada à palavra grega *episteme*, que significa conhecimento justificado e verdadeiro, ciência. O estudo da *episteme*, a *epistemologia*, se origina em Platão, que opunha o conhecimento verdadeiro e justificado (*episteme*) à crença ou opinião (*doxa*). Em Relações Internacionais, a importância das redes baseadas no conhecimento foi inicialmente apontada por Ernst Haas no livro *When Knowledge is Power: Three Models of Change in International Organizations*, no qual o autor discute como o conhecimento pode fazer diferença nas discussões dentro de Organizações Internacionais, configurando-se, assim, como um tipo de poder brando (*soft power*) bastante efetivo na política internacional. No entanto, a sistematização e o aprofundamento do estudo dessa subárea nas RI foi elaborada por um conjunto de autores influenciados pela abordagem construtivista, em que foca na epistemologia social, no papel do conhecimento coletivo na vida social internacional e nas comunidades, nas quais o conhecimento se origina e pelas quais se difunde político e institucionalmente. (Adler, 2005, p. 3)

A análise das comunidades epistémicas para a área de Relações Internacionais é de imensa relevância, na medida em que congrega aspectos normalmente empregados em segundo plano, ou não empregados no estudo internacional, tais como o compartilhamento de ideias, a estruturação de redes e a informação como forma de poder. A informação, no sentido mais amplo do termo, tornou-se, com a profissionalização das burocracias, uma decisiva fonte de poder e, consequentemente, o seu controlo e/ou monopólio provocou uma intensa busca para adquiri-la. Actualmente, as comunidades epistémicas são consideradas por muitos analistas internacionais como um actor relevante nas relações internacionais (Maffra, 2013).

## **6. A Ásia Oriental e a República Popular da China, nas relações com Portugal, e o desenvolvimento da lusofonia como espaço estratégico**

De acordo com Santos (2005), a lusofonia tem-se afirmado como um espaço estratégico necessário para afirmação de Portugal no século XXI. No ambiente relacional globalizante do início do século XXI, a CPLP afirma-se como uma comunidade plural, enriquecida pela diversidade, unida em torno do factor linguístico e cultural comum, funcionando como matriz de potenciação das culturas irmanadas na lusofonia. Ao mesmo tempo, a CPLP constitui a expressão institucionalizada do mundo lusófono, convencionalmente formalizada, no plano político-diplomático, pelos respectivos estados membros, afirmando-se a par das numerosas comunidades de luso-falantes espalhadas pelo mundo, indiferentes às fronteiras territoriais e à formalização convencionada das políticas externas dos estados.

A defesa da língua e da cultura portuguesas perspectivadas, simultaneamente, enquanto factores patrimoniais da matriz identitária da nação portuguesa, e enquanto factores de projecção estratégica de Portugal, no sentido da realização dos respectivos interesses, através da concretização de objectivos politicamente identificados insere-se, inequivocamente, num conceito alargado de Defesa Nacional<sup>5</sup>.

A crise do Estado-nação e as tendências organizacionais no mundo contemporâneo são ameaças, mas também oportunidades. No caso Português, o modelo

---

<sup>5</sup> Vd. [http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1349/1/NeD109\\_VictorMarquesdosSantos.pdf](http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1349/1/NeD109_VictorMarquesdosSantos.pdf)

de integração Europeia em construção implicou e implica transferências de soberania, tanto no controlo aduaneiro como na emissão de moeda.

Este processo inscreve-se na necessidade de escala, quando se vive um projecto de mercado global, e na tendência organizacional para a construção de blocos económicos também assentes em identidades culturais comuns, ou parcialmente comuns, no actual desenho e processo de reordenação dos poderes à escala internacional.

A Portugal interessa aprofundar, em simultâneo, os mecanismos da integração europeia e do espaço da CPLP. É certo que o quadro legislativo confronta a possibilidade de dois caminhos, autonomia e centralidade, mas a política é também engenharia, e novos modelos são possíveis e, no caso, também desejáveis. O aprofundar das relações de Portugal com a Europa é também do interesse estratégico dos outros países que integram a CPLP, além de que, só enquanto Europa, o velho continente tem verdadeiro Poder na actual redefinição da geopolítica. O Cinema, que consegue arrastar até si todos os *media* (redes sociais, ecrãs móveis, imprensa, rádio, televisão), é central para a operacionalização de qualquer estratégia em que a opinião pública tem de ser convocada e tornada agente da mudança.

Temáticas e estéticas específicas trabalhadas no cinema permitem avançar, com qualidade crítica e reflexiva, bem como ter uma percepção cognitiva da relevância do espaço da lusofonia nos líderes de opinião do vasto universo da população lusófona. Não é só a literatura, mas também o cinema, que no contemporâneo aprofunda o uso e a divulgação da língua portuguesa como factor estratégico. Em resumo, o cinema é hoje uma ferramenta para uma diplomacia activa, continuada e estrategicamente operante.

Portugal é o país europeu que há mais anos, e de forma continuada, mantém contactos com a China. Macau é a chave desta relação e, por razões do interesse da República Popular da China que também são os de Portugal, Macau é cada vez mais central na relação dos dois países e na relação bidirecional espaço lusófono – RPC.

O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (“Fórum Macau”) é prova desta realidade. Em Outubro de 2003, por iniciativa do Governo Central da China, em coordenação com os sete Países de Língua Portuguesa, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste e com a colaboração do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) foi fundado o “Fórum Macau”, meca-



nismo multilateral de cooperação intergovernamental que tem como objectivo a consolidação do intercâmbio económico e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, utilizando Macau como plataforma de ligação entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

Por razões históricas, Macau tem mantido contactos com os Países de Língua Portuguesa, com a União Europeia e com os Países da América Latina, nos campos da economia, da cultura e do direito. Macau destaca-se como um pólo para a promoção do ensino das línguas chinesa e portuguesa e muitos dos seus residentes são profundos conhecedores da cultura, da religião, das tradições e dos costumes dos Países de Língua Portuguesa e da China e têm boas relações pessoais com os Países de Língua Portuguesa.

Nas cinco Conferências Ministeriais do Fórum de Macau, respectivamente em Outubro de 2003, Setembro de 2006, Novembro de 2010, Novembro de 2013 e Outubro de 2016, foram aprovados Planos de Ação para a cooperação em iversos domínios: comércio, investimento e cooperação empresarial, capacidade produtiva, agricultura, floresta, pesca e pecuária, infra-estruturas, energia e recursos naturais, educação e recursos humanos, área financeira, cooperação em diversos domínios: turismo, transportes e comunicações, cultura, rádio, cinema e televisão, desporto, saúde, domínio do mar e cooperação entre províncias e municípios.

O Ministério do Comércio da República Popular da China indicou Din Tian para as funções de Secretário-Geral Adjunto do Fórum de Macau. Ding Tian domina fluentemente a língua portuguesa e desempenhou funções no Departamento de Ajuda Externa, em Cabo Verde, no Brasil e em Timor-Leste, possuindo um profundo conhecimento sobre a realidade dos Países de Língua Portuguesa.

As empresas da RPC podem entrar no mercado da Europa, através de Portugal, e entrar no mercado da América do Sul, através do Brasil, bem como explorar o mercado de África, através de Angola, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau e de Moçambique e entrar no mercado da ASEAN, através de Timor-Leste.

Macau apoia as empresas na procura de parceiros do interior da China e dos Países de Língua Portuguesa, disponibilizando informações, consultando as comunidades, as associações e as câmaras comerciais lusófonas sediadas em Macau, pequenas e médias empresas de Macau, bem como as empresas dos Países de Língua Portuguesa e do Interior da China, dando apoio à realização de actividades económicas, comerciais e culturais.

Macau tem também mantido contactos estreitos com o interior da China e os Países de Língua Portuguesa, consolidando o seu papel como plataforma e

ponte de ligação para a cooperação comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa<sup>6</sup>.

O Fórum de Macau, além da sua dimensão política, tem um fundo para o desenvolvimento da cooperação de mil milhões de dólares americanos. Este fundo arrancou com um montante inicial de 125 milhões de dólares<sup>7</sup>.

## **7. Identidade e cinema. Políticas públicas do cinema em Portugal na segunda década do século XXI**

O cinema, arte/indústria, é relevante na construção das identidades. Em particular neste tempo contemporâneo, o nosso, em que o processo identitário tem novas complexidades, como a velocidade, a transitoriedade territorial e dos costumes, as novas escalas de fluxos migratórios e as leituras flutuantes do mundo. “Em trânsito” é um nome possível para a construção identitária no mundo global contemporâneo. A identidade começa a ser cada vez mais uma apropriação mutante de várias identidades, ou, talvez com mais propriedade, de aspectos particulares definidores de identidades anteriormente apenas visíveis nas alteridades, no outro. É também neste processo complexo de construção da identidade em sociedades de acelerada mudança social, como é o caso de Macau e também de outras regiões da República Popular da China, e também nas cada vez maiores manchas suburbanas em Portugal, que importa cada vez mais afirmar o lugar singular do cinema, quando a janela de visibilidade do mundo, a televisão, o apresenta (ao mundo) num exercício de redundância em *loop* contínuo, sem recuo crítico.

As questões são: que cinema serve Portugal? Qual a legitimidade e a eficácia na decisão dos apoios públicos ao cinema?

Todos os governos têm um programa de políticas culturais públicas, pelo que não se percebe qual seja a não legitimidade de o ICA assumir as decisões de financiamento com base no cumprimento das linhas programáticas de curto e médio prazo definidas em sede própria – o governo eleito – e não em pareceres vinculativos de júris que lhe são exteriores. Mesmo que enquadrados legalmente, estes júris não têm a obrigatoriedade de pensar o cinema numa visão integrada

<sup>6</sup> Vd. <http://www.forumchinaplp.org.mo/category/forum-news/?lang=pt>, consultado em 14 de Fevereiro de 2017.

<sup>7</sup> <http://www.forumchinaplp.org.mo/wp-content/uploads/2014/10/1.1-20cpdfund2013.compressed.pdf>, visto em 14 de Fevereiro de 2017

e alargada tanto às questões da comunicação de Portugal no mundo contemporâneo, nem na oferta cultural em território nacional que, aqui, como em grande parte do mundo, é maioritariamente território de exibição das produções da indústria dos EUA.

O cinema é cada vez mais lugar de interrogação e de pensamento, ainda que também lugar de entretenimento. Há, no meu entendimento — enquanto cineasta improvável (assim se caracterizou o cineasta Fernando Lopes) e estudante analista das práticas e estéticas cinematográficas —, uma objectiva necessidade de reformular não tanto a lei geral que caracteriza o quadro conceptual que define os apoios das políticas públicas do cinema em Portugal, mas alguns dos regulamentos que operacionalizam essas políticas.

Um desses instrumentos a regulamentar, ainda inexistente, mas urgente e necessário, é o que pode enquadrar e definir as modalidades de apoio ao cinema português para esse gigante do mercado e das transformações sociais do século XXI, a República Popular da China. Também a articulação operativa, regulamentada, para a execução das políticas públicas de apoio ao cinema entre o ICA e o Ministério dos Negócios Estrangeiros é necessária e urgente.

No modelo de produção do cinema português, em que é excepcional a possibilidade de um cinema sem apoios de fundos públicos, e num tempo global de cinema ecrã, pode e deve existir um cinema conceptualmente enquadrado em estratégias que sirvam a comunicação de Portugal no mundo. Em suma, que seja relevante também nos *Diálogos Interculturais Portugal--China*.

## Referências bibliográficas

- Areal, L. (2011). *Cinema Português Um País Imaginado*. Vol. 1. *Antes de 1974*. Lisboa: Edições 70.
- Gaspar, M. (2015). *No Tempo do Bambu: Identidade e Ambivalências entre Macaenses*. Lisboa: Edições Instituto do Oriente.
- Goodman, N. (1995). *Modos de Fazer Mundos*. Porto: ASA.
- Lipovetsky, G. & Serroy, J. (2010). *O Ecrã Global*. Lisboa: Edições 70.
- Maffra, L. (2013, maio-outubro). Comunidades epistémicas: estudo sobre a regulação do uso de células-tronco no Brasil. *Janus.net e-journal of International Relations*, 4, (1). [observare.ual.pt/janus.net/pt\\_vol4\\_n1\\_art6](http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol4_n1_art6)
- Mendes, J. M. (2013). *O Filme Que Filósofa*. Amadora: Escola Superior de Teatro e Cinema.
- Mendes, J. M. (2017). *Sobre a “escola portuguesa” de cinema*. Amadora: Escola Superior de Teatro e Cinema.
- Santos, V. M. (2005). *Portugal, A CPLP e a Lusofonia. Reflexões sobre a Dimensão Cultural da Política Externa. Negócios Estrangeiros*, 8, 71-91. [http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1349/1/NeD109\\_VictorMarquesdosSantos.pdf](http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1349/1/NeD109_VictorMarquesdosSantos.pdf).

# THE POSTERS FOR THE ASIAN FILMS OF JOÃO PEDRO RODRIGUES AND JOÃO RUI GUERRA DA MATA: A COMPARATIVE STUDY

## 若昂·佩德罗·罗德里格斯与若昂·罗伊·格拉 亚洲主题电影海报之对比研究

Igor Ramos & Helena Barbosa

Universidade de Aveiro

### Introduction

João Pedro Rodrigues and João Rui Guerra da Mata (fig. 1) have been conducting, since 2007, a singular path in national filmmaking due to their Asian films, which have been selected for several national and international film festivals. These films allow an incursion inside two of the major epicentres of the Chinese community living in Portugal, Martim Moniz and Varziela – in the short-films “China, China” (2007) and “Mahjong” (2013), respectively –, as well as a (re) discovery of Macao, the Portuguese ex-colony that, in 1999, became a region under Chinese administration – through the feature film “The Last Time I Saw Macao” (2013) and the short-films “Red Dawn” (2011) and “Iec Long” (2015).



Fig. 1 Directors João Pedro Rodrigues (left) and João Rui Guerra da Mata (right)

The posters used for promoting these films in Portugal were gathered, while versions designed for international markets were excluded since neither the directors nor the designer were involved in the re-design process of the posters, in the countries where it occurred.

Visual analysis of these posters has allowed, at first instance, to group them into two major thematic categories, according with the kind of image that was used: “moving” images, in the posters for the short-films “Red Dawn” and “Mahjong”; and images that portray the “identity” of characters, in the posters of “China, China” and “Iec Long”, or that keep them anonymous, as it can be seen in the posters for “The Last Time I Saw Macao”, “Red Dawn” and “Mahjong”. When analysing a poster a brief synopsis of the film is also presented in order to better enlighten some the contexts and storylines that were meant to be somehow represented in the poster’s design.

Afterwards, the visual references to the Asian reality that each poster conveys (through image and/or text) were identified as they represent an invitation to whoever sees the posters to discover the stories within the films. Other aspects, like the colour scheme and typographic treatment where also explored in a way to complement this study.

The visual grammar of the posters can incite the public to discover a distant culture, shared by thousands of people that came to live in Portugal – according with data from SEF (Service of Foreigners and Frontiers) in 2015 there were 395 000 legal immigrants living in Portugal from which 21 400 (around 5,4%) were Chinese (Jornal i, 2015) – and where Portugal has had a strong presence, as it’s the case of Macao. A presence that has been gradually fading away due to the administrative transition and the increasing investment in new infrastructures of commerce and leisure, instead of preserving and restoring the existing ones. It’s a reality that these films portray, even though the directors underline the apolitical and subjective approach of their works.

## **I. In movement**

The idea of movement is essentially visible in the posters for the short films “Red Dawn” (fig. 2) and “Mahjong” (fig. 3).



Fig. 2 “Red Dawn” Poster (2011).



Fig. 3 “Mahjong” Poster (2013).

The only poster whose authorship doesn't belong to Luís Alegre shows a man dragging a blue bucket on what looks like a market or warehouse. It is, in fact, the Almirante Lacerda Market, in Macao, also known as Red Market (fig. 4). In this 1936 construction, built using red clay bricks, operates one of the last remaining Macanese traditional markets, where people can buy all sorts of fruits, vegetables, fish, seafood and meat. In some stands it's even possible to pick the animal and see it get slaughtered and cleaned on the spot. The short film follows a typical day in this market, representing an ode to the place: by capturing the expertise and hand skills of these people that, in a very mechanical and precise way, prepare the products that they sell; by discovering the colour red, not just in the meat and blood, but also in several, more unexpected work-related objects like aprons, gloves, lamps and recipients; and by documenting a very close and real relationship with food that, according to the directors' opinion, most countries and societies have already forgotten.



Fig. 4 Facade of the Red Market, in Macao.

In the poster, although the colour red is visible in some of the objects in the background, it's in the short film's title that it gains notoriety, allowing the mandarin characters to stand out against the background image. Blurring and dragging effects give the image a better sense of movement, thus capturing the frenetic rhythm that is lived in the Market from early in the morning.

The poster for “Mahjong” showcases a feminine figure surrounded by a spectre of three colours (red, green and yellow). This is a woman whose face is never revealed during the short-film. The leading man is searching for her at Varziela, a conglomerate of commercial warehouses, restaurants and large-scale retailers in the surroundings of Vila do Conde. The largest Chinese community living in the North region of Portugal runs the majority of these businesses. In the film, the woman is the daughter of one of the leaders of the community and the romance is doomed because the protagonist is not Chinese. This small plot goes hand-in-hand with a more documental approach, which conducts an incursion into the day-to-day life of that area, walking the streets and entering inside the stores, in resemblance to what was done in “Red Dawn”. The image used in the poster is a frame from the film, when the audience gets a glimpse of the woman's silhouette, between the high shelves of a corridor at one of the warehouses (fig. 5). The idea of movement present in the image translates the quest done throughout the film, mixed with a feeling of unrest or uncertainty caused by the place where it takes place.



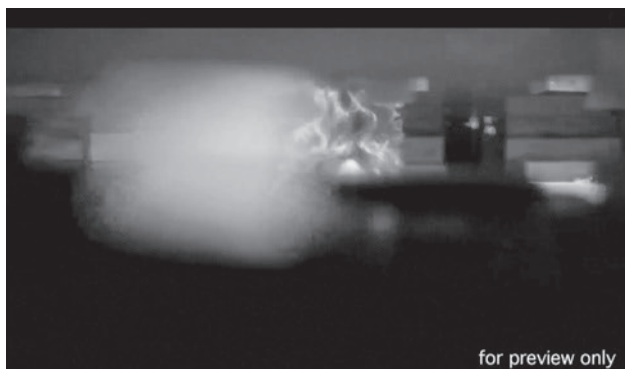


Fig. 5 Frame of the short-film used in the poster.

## II. Identity and Anonymity

Only in two of the posters is possible to clearly see the faces of the characters: the protagonist, in the “China, China” poster (fig. 6); and a young boy that appears for brief seconds in “Iec Long” (fig. 7).



Fig. 6 “China, China” poster (2007)

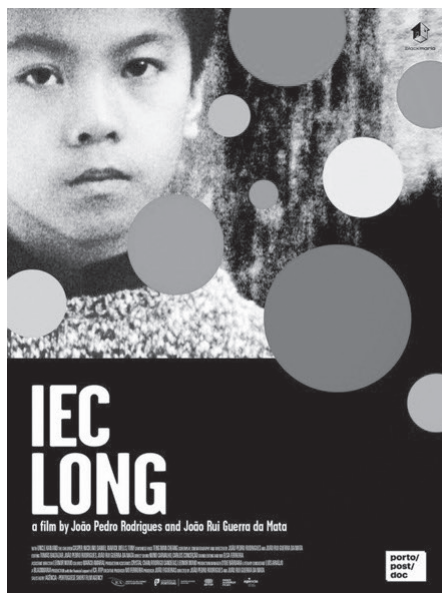


Fig. 7 “Iec Long” poster (2015).

“China, China” is a short fiction about a young Chinese woman, Xiao Hong, a family mother running a small supermarket in Martim Moniz, Lisbon (fig.



8). Guerra da Mata considers this to be the most cosmopolitan area of the city, due to the melting pot of people from another countries and cultures that own small businesses of commerce and food restaurants. For many years Martim Moniz (along with the adjacent areas of “Anjos” and “Intendente”) was known for the prevalence of social problems like drug trafficking/consumption and prostitution, but has gradually become one of the emerging poles of the city, thanks to the initiatives of the Lisbon City Council and the increasing number of tourists. However, Xiao Hong isn't a typical housewife: she smokes, listens to Portuguese rock music while jumping on the top of her bed, speaks Portuguese with her son (the conservative and authoritarian husband only speaks Chinese), has the kitchen in a sloppy state and dreams of leaving everything behind and flying to New York, a city she idolizes without ever being there. But in cruel twist of fate she is shot by her own son, with a gun that the kid thought was a toy. As the leading figure in the short-film, Xiao Hong's central role is also reflected in the poster, but with a framing and colour scheme that is not directly taken away from the film or is in accordance to it. In the poster she's depicted in an enigmatic way, the outlines of her face and body aren't clearly visible, whereas in the short-film she is presented in a very straightforward and intimate kind way of way to the spectator.



Fig. 8 Xiao Hong, protagonist of “China, China”

“Iec Long”, like “Red Dawn”, also pays tribute to a specific place in Macao, more precisely the Old Factory of Firecrackers Iec Long (fig. 9). The factory was closed during the 70s, in the 20<sup>th</sup> century, a decade when some of the major traditional Macanese industries – like firecrackers, matches and joss sticks – declined abruptly. It was a workplace for men, women and children, where work-related accidents were regular and, sometimes, even fatal. The audio record of a man who worked in the factory for most of his life is heard along with footage of the place on the present day and also black-and-white excerpts of children wondering around the facilities, as if they were spirits from the past, thus evoking the memories of the factory. The face of one of these boys is used in the poster, capturing the moment when he is looking at the camera (and the spectator) straight in the eyes. The image was slightly altered, with the addition of grain and enhanced contrast in light-sepia tones. In terms of colour, the black background of the poster suggests a night sky where colourful circles “explode”, symbolizing the firecracker expositions and fireworks that are used to celebrate the Chinese new year. These elements are reminiscent of the artworks by Japanese plastic artist Yayoi Kusama (b.1929), who became famous for covering a multitude of supports and surfaces, in different scales and materials, with countless circles, creating singular colour dynamics and rhythms (fig. 10). Alegre and Guerra da Mata confess that this was a last-call solution: after several failed experiments they saw a magazine article about Kusama’s work and realised that her aesthetic could be a way to introduce some colour in the poster.



Fig. 9 Facade of the Iec Long Firecrackers Factory, at the time the short-film was shot.



Fig. 10 Yayoi Kusama and her cover for the London Underground tube map.

The other three posters (“Red Dawn”, “Mahjong” and “The Last Time I Saw Macao”) display figures whose faces are partially or totally hidden. In the case of the last two, the mixture of a documentary approach with small fictional elements that play with the idea of mystery and looking for someone who’s in danger, in environments that are unknown/hostile to the protagonist, is transposed to the poster in some capacity. “Mahjong” only reveals clearly, and for brief moments, the protagonist, the antagonist, some inhabitants of Varziela and the figure of the missing woman, which is the centre of the film’s mystery and is used in the poster. The leaders of the Chinese community are only filmed from the top, in a distorted perspective, while playing mahjong around a table. There is a clear desire of not completely revealing these people’s identity, which helps to the mood of the film but also reflects the difficulties that the directors struggled with, when they tried to film in Varziela for the first time.

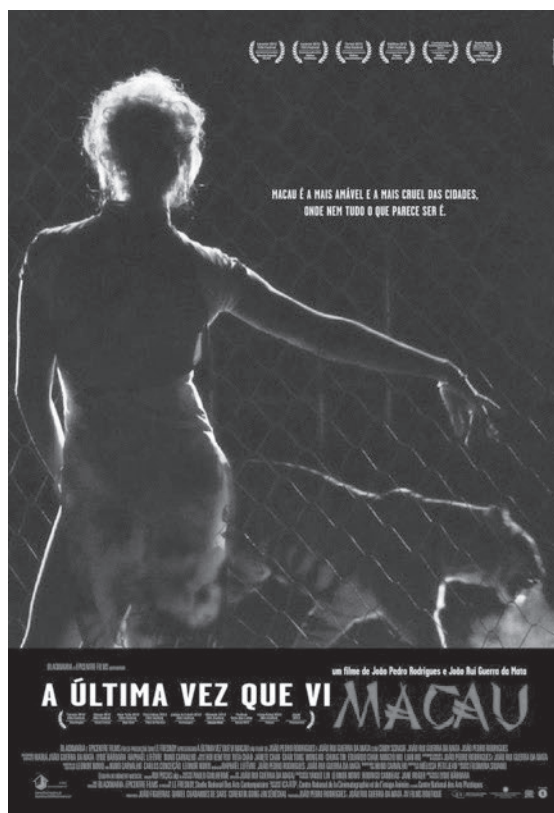


Fig. 11 “The Last Time I Saw Macao” poster (2013).

The poster of the only feature-film, “The Last Time I Saw Macao” (fig. 11), consists of a frame taken from the film’s opening act, where Candy, a friend of the narrator-protagonist Guerra da Mata, is performing a music number in front of a cage with tigers. Even though her face isn’t visible in the poster, she is the only character whose face is visible during the film (fig. 12). Once again combining reality with fiction, Guerra da Mata is seen returning to Macao, thirty years after his departure. The real Guerra da Mata is returning to shoot the film; the film’s character is returning to try finding his old friend Candy, who is fearful for her own life after getting involved with dangerous men. Common to both is the feeling of being in a city that is simultaneously familiar and unknown, due to the profound transformations that Macao has suffered throughout the last decades, turning it into the “Las Vegas of the Orient”. The (re)discovery of places and memories is done without the absolute certainty of knowing the streets and which directions to take (fig. 13), both while searching for Candy and shooting the film. This is the reason why the narrator says that



despite Macao being the most densely populated place in the world, it might also be place where one feels more alone. So, the eminent danger of the tiger lurking in the background, as well as the hidden identity of the feminine figure, can both imply the insidious path that lays ahead for the protagonist when he arrives to Macao.



Fig. 12 Candy performing her opening act in “The Last Time I Saw Macao” poster (2013).



Fig. 13 Bilingual (Portuguese and Mandarin) signage and indications in Macao.

### III. References to the Orient

All the posters contain visual references that immediately allow deducing a thematic connection of the plot of the films to the Orient. In the “China, China” poster there’s the face of the protagonist along with the Mandarin characters. In the “Red Dawn” poster there are the impactful Mandarin characters. In “The Last Time I Saw Macao” poster the word “Macao” has a very oriental-looking typography, which emphasizes the association inherent to the word itself. The characters almost acquire the value of image in the poster for “Mahjong” because of the design and the scale in which they are used. As to the poster of “Iec Long”, it’s the physiognomy of the boy’s face along with the word “Long” that undoubtedly evokes that connection to the Orient. It is, then, possible to conclude that the directors and the graphic designer thought that this connection was essential for communicating the films, as it represents the core of the cinematic experience.

### IV. Colour scheme

Comparing the five posters it was possible to see that black is the dominating colour. In some of them the emphasis on this colour matches the dominance of a darker colour palette in the film – as it’s the case with “The Last Time I Saw Macao”, a film with influences of the *noir* aesthetic. In other posters, the colour black creates a chromatic contrast, as it is the case with “China, China”, a short film which has mostly bright colours and scenarios, but with a more sombre poster, alluring to the tragic outcome and allowing Xiao Hong’s red lips and red lollipop to better resonate against the dark background. Finally the “Red Dawn” poster is the only where black is not the background colour, while in the posters for “Mahjong” and “Iec Long” it creates a stark contrast with the elements in the foreground.

### V. Textual message

Typography plays a key role in any film poster, since it allows the transmission of textual information by creating different levels of reading. The use of Mandarin characters for the film’s title was an option in three of the five posters (“China, China”, “Red Dawn” and “Mahjong”) and plays a major role in these, with the translation to Portuguese appearing in a smaller scale. A

more exaggerated situation happens in the “Red Dawn” poster: the fact that the Portuguese title appears only in the billing block forces the people who see the poster to search for the translation of the bright-red Mandarin characters. This is an unusual design solution that challenges the convention that the film’s title should be easily readable and quick to assimilate. In “China, China” the characters are white, so that they don’t take away the impact of the red in the lips and lollipop, and are placed vertically, in a style known as “tategaki”: reading is done from top to bottom, in columns that are read from right to left. In the posters for “The Last Time I Saw Macao” and “Iec Long” the font used in the films’ titles, taglines and directors’ names is Garage Gothic and in the other three posters are used non-serif fonts, like Helvetica.

All films used the colour red for the opening credits (fig. 14), something that has become sort of a trademark of the directors, and only in “The Last Time I Saw Macao” and “Iec Long” are not used the Mandarin characters, according to what happens in the respective posters.



Fig. 14 Film titles as they appear in the opening credits (2007 – 2015).

## Other interpretations

While it’s not a crucial element for communicating a film, the billing block is, regularly, considered to be a mandatory component of the poster. It was

possible to conclude that it appears in four of the five posters, written in white at placed the bottom of the poster, as it happens with the majority of film posters. In three of the posters the text is aligned to the centre of the poster, while in the “Iec Long” poster it is aligned to the left.

Three of the five posters (“Mahjong”, “The Last Time I Saw Macao” and “Iec Long”) use one frame from the film as the background image.

Only two posters (“Mahjong” and “The Last Time I Saw Macao”) make use of a tagline. This is a catchphrase that is used in some film posters as a way to enhance the appeal or curiosity of the public towards the film, and that can be featured with different scales and levels of legibility. In both posters the tagline is placed in articulation with the image and in a place that privileges reading.

## Conclusion

The analysis of the posters, conducted through the lens of design, has allowed to discover convergences in terms of imagery and typography that help to better understand the synthesis that is done in the posters and some identity traces of the directors’ filmography in these five films. In terms of imagery all posters contain representations of human figures, in two of them this figure is moving, with the face hidden; hiding or revealing the faces of the characters is a dichotomy very much present in the posters, reflecting elements of the script and how people are shown or kept away from the audience; the colour scheme reveals a dominance of black, which serves as a background colour that creates contrast with images and typographic elements with more vibrant colours, and also evokes the mysterious mood of some of the films; lastly, in relation to typography, it was evident that red and white are the most used colours for the written elements of the posters and in the exploration of the Mandarin characters’ graphic potential.

At least two recent productions seem to indicate a desire from Portuguese filmmakers to discover the Orient and use it a backdrop to document real life and/or create fictional stories, thus conceptually approaching Rodrigues and Guerra da Mata’s Asian films. In the last months of 2016, “Ama-San”, from Portuguese director Cláudia Varejão, won the award for Best Feature Film at DocLisboa and the Teenage Award at Porto/Post/Doc, having recently opened in national cinemas. This documentary, shot during a trip to Japan, follows the daily routine of a group of women that earn their life by diving in the sea, sear-



ching for abalones, pearls and other valuable remains, maintaining and ancient tradition of over 2000 years old (Terratreme Filmes, 2016). In December 2016, at the I Macao International Film Festival, Portuguese director Ivo M. Ferreira presented a project for his third feature film, “Hotel Império”, which is going to take place at an old and abandoned Macanese hotel that is being demolished to give origin to a brand new hotel-casino. The film is expected to premiere in 2017 (Instituto do Cinema e Audiovisual, 2016).

As research topics for the future, it would be interesting to analyse the posters of these forthcoming films and try to verify if they contain any sort of thematic or graphic “contamination” from the Asian films by Rodrigues and Guerra da Mata; it would also be interesting to see if the duo of directors maintains their language and recurring themes: they are already planning a new film project, “San Ma Lo 270, Macao”, which will once again take place in Macao (Instituto do Cinema e Audiovisual, 2016a).

Expanding on the research subject of this article, it could prove relevant investigating how are the posters of Portuguese films that tackle the relationship with different countries and cultures.

## References

- Instituto do Cinema e Audiovisual (2016). “*Hotel Império*” é o novo filme de Ivo Ferreira que coloca Macau no ecrã. Retrieved 30 december 2016, from [www.ica-ip.pt/pt/noticias/hotel-imperio-e-o-novo-filme-de-ivo-ferreira-que-coloca-macau-em-destaque-no-ecra/](http://www.ica-ip.pt/pt/noticias/hotel-imperio-e-o-novo-filme-de-ivo-ferreira-que-coloca-macau-em-destaque-no-ecra/)
- Instituto do Cinema e Audiovisual (2016a). *Projeto San Ma Lo 270 vence prémio em Macau* [online]. Retrieved 30 december 2016 from: [www.ica-ip.pt/pt/noticias/projeto-san-ma-lo-270-vence-premio-em-macau](http://www.ica-ip.pt/pt/noticias/projeto-san-ma-lo-270-vence-premio-em-macau)
- Jornal i. (2015). *Imigração. Chineses já são a quinta comunidade em Portugal*. Retrieved 30 december 2016, from <http://www.ica-ip.pt/pt/noticias/projeto-san-ma-lo-270-vence-premio-em-macau/>
- Ramos, I. & Barbosa, H. (2016). The Orient and the Occident through cinema and film posters: a Portuguese case study. *Proceedings Book of ICDHS 2016 – 10<sup>th</sup> Conference of the International Committee for Design History and Design Studies*, 90-94. ISSN 2318-6968.
- Terratreme Filmes (2016). *Ama-San*. Retrieved 30 december 2016, from: <http://www.terratreme.pt/films/ama-san>

# ADAPTAÇÃO DAS MARCAS OCIDENTAIS NA TRANSMISSÃO DA MENSAGEM PUBLICITÁRIA NA CHINA

## 西方品牌在中国广告沟通中的调适

**Maria do Céu Guerra**

Universidade de Aveiro

**Álvaro Rosa**

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

A complexidade da sociedade humana é um misto de costumes, mitos, tradições que afastam os homens uns dos outros, caso não exista um esforço comum de aproximação.

Na China, existem muitas Chinas, daí a grande seriedade de um estudo que “tente” definir o perfil de consumidor e a forma de aproximação, que seja de satisfação mútua no acto de consumo de bens e serviços. Assim torna-se pertinente perguntar:

*Qual é o perfil do consumidor chinês?*

*O que procura?*

*Qual a melhor forma de alcançá-lo?*

A sociedade chinesa está retalhada em inúmeras realidades. Numa “invasão” de produtos, bens e serviços ocidentais, destacam-se as gerações que procuram poupar e aquelas que se renderam ao ímpeto consumista.

Existem contradições que sobressaem devido à política do filho único. Apesar de os pais serem de uma geração com elevado nível de poupança, a compensação pela solidão de se ser filho único levou-os a construir uma geração de fácil consumo, de forma a obter a face.

Na realidade, se nos debruçarmos sobre os atos negociais na *China e para China*, podemos obter algumas respostas que poderão ser essenciais no momento de publicitarmos as marcas ocidentais para este mercado.

Na China, o perfil dos jovens enquanto consumidores, mesmo que não tenham rendimentos próprios, está sempre relacionado com novidades, criatividade, tecnologia, qualidade e imagem (Faria, 2016). Estes facilmente descartam uns produtos em prol de outros ao contrário do conceito ocidental de lealdade a uma marca.

Toda e qualquer marca, ou publicidade, deve ser ajustada constantemente, de forma a criar a percepção de mudança e inovação.

A associação de qualquer produto ou serviço a algo que eleve a face, tal como uma celebridade, é valiosa e um estímulo na imitação e na procura de um estatuto, mantendo a identidade chinesa.

Na China, os consumidores com menos de 45 anos são a classe mais consumidora. Em regra, trabalham em empresas privadas, tendo, por isso, mais autonomia, ao contrário das classes etárias mais velhas, dependentes de postos de trabalho estatais. Por exemplo, no norte da China os consumidores não são sensíveis aos preços; no centro da China já procuram o melhor preço; e no sul valorizam artigos com preços mais baixos, devido à proximidade das fábricas de produção em série de Guangdong.

Em Beijing, os jovens entre os 18 e os 35 anos não valorizam a cultura tradicional e são atraídos pela irreverência e moda internacionais.

Os consumidores chineses procuram, segundo o Jornal de Negócios de 2016, “...serviços e experiências de «lifestyle», e mais de metade tenciona gastar mais dinheiro em lazer e entretenimento, viagens e cuidados pessoais. Por outro lado, os gastos com alimentos e bebidas para consumo doméstico estão a estagnar ou mesmo a diminuir...” (Faria, 2016). O mesmo jornal menciona que, “...na China, os consumidores também estão a reforçar os laços familiares através de viagens: 74% diz que os ajuda a conectar-se com a família. De facto, quase metade das viagens internacionais (45%), no ano passado, foram realizadas em família uma subida face aos 39% em 2012...” (Faria, 2016).

Uma pesquisa realizada pela Global Market Research afirma que 80% dos consumidores chineses com mais idade preferem pagar mais por alimentos saudáveis, apostando na saúde (Gambale, 2008).

Outro setor que até 2020 vai superar o mercado de luxo na China é o vestuário desportivo e produtos associados. De acordo com o Euromonitor: “... até 2020 [este segmento] terá um crescimento de 280,8 mil milhões de yuans (aproximadamente 38,6 mil milhões de euros), face ao crescimento do luxo de 192,4 mil milhões de yuans no mesmo período...” (Portugal Têxtil, 2015).

## **Mas, como podemos publicitar na China?**

Toda e qualquer publicidade deve ser simples e direta. Na mensagem escrita para o Oriente e para a Rússia aplica-se um sistema de imitação, associado à origem do produto, de forma a evocar os significados culturais (Lindon, 2004).

Na China, existem alguns elementos que determinam a notoriedade numa publicidade, tais como, o branco, o mobiliário imponente, grandes pianos, carros de luxo. Outro aspeto relevante na promoção e divulgação dos produtos em espaços comerciais é a disposição, que deve ser por marca e não por produto, ao contrário do Ocidente.

Apesar de todo o esforço publicitário ser um desafio, na China, o produto chega ao consumidor, não somente pela sua dimensão geográfica, mas também pela rede de distribuição, apesar dos esforços crescentes em colmatar esta lacuna. As empresas mais fortes são aquelas que chegam ao consumidor e não aquelas que aparecem apenas no contexto publicitário.

Tendo em conta esta adversidade de localização física em todos os pontos deste imenso país, as vendas *online* passam a ser parte da solução para divulgação e venda na China. Cerca de 55% de consumidores fazem as suas compras *online*, e espera-se que chegue a 70% em 2020 (Bain & Company, 2016). A publicidade via SMS é algo em que se deve investir.

Mas a criatividade na publicitação não se fica por aqui. Surgem a cada dia mais roadshows, festas com *guests lists*, além das campanhas de promoção e descontos de choque, se trouxer mais um amigo.

Mesmo as empresas bem estruturadas em termos de comunicação e imagem podem cometer erros crassos na China. Vejamos alguns exemplos de sucesso e de insucesso, nunca esquecendo algo importante: o consumidor é um consumidor informado, culto e que pesquisa a origem dos produtos e a sua vertente prática.

Na agressividade mercantilista por vezes esquecemos quão importante é estudar o comportamento deste consumidor e as suas necessidades, cultura, religião, entre outros aspectos.

### ***Coca-Cola***

Esta empresa norte Americana está presente no mercado chinês desde 1979, com mais de 50 produtos e 15 marcas, tais como, bebidas de cereais, águas com sabores naturais e uma enorme variedade de chás.

A Coca-Cola tem promovido a sua marca, com a criação de fábricas um pouco por toda a China, aumentado a sua notoriedade com políticas de sustentabilidade, tais como, a “*China Green*”. Tem feito parcerias com empresas, tal como a Disneylândia, de forma a promover o turismo cultural.

A Coca-Cola na China está relacionada com a felicidade, e com um espírito de equipa vitorioso, a união das famílias, o nacionalismo, o respeito pelos símbolos e pelos diversos nichos de mercado (Cola Cola, 2013).

### ***Ikea***

Esta empresa de mobiliário e decoração sueca, reconhecida pela sua vasta gama e com preços acessíveis no ocidente, tem uma gestão desafiante na China.

Milhares de pessoas visitam o Ikea, pelos mais diversos motivos. Se, por um lado, utilizam as instalações para descansarem, depois de uma longa jornada laboral, por outro lado, a grande maioria da população visita este espaço apenas para copiar alguns modelos e “aprender” a decorar o seu lar, pois para eles este mobiliário é demasiado caro.

O Ikea teve de reformular a sua estratégia comercial para empresários solteiros ou para casais com ou sem filhos. O Ikea posicionou-se na China, sem conhecer os seus consumidores, onde a face é importante e onde adquirir produtos de madeira “verdadeira” dão um estatuto perante a sociedade.

### ***Pantene***

Esta marca nasceu nos anos 40 na companhia suíça Hoffman-La Roche, tornando-se, em 1993, a “*Billion Dollar Brand*”.

Na China, a Pantene utiliza a televisão para se publicitar. Em 1987, foi lançada uma publicidade que retrata a transformação de alguém que usa Pantene, com o simbolismo da borboleta.

Nas redes sociais e nas revistas, a Pantene utiliza modelos nativas, e embalagens em inglês e mandarim, adaptando a sua comunicação à cultura onde está inse-

rida, com produtos para cabelos de mulheres chinesas, onde o liso (Liso Extremo) é sinal de beleza (Pantene, 2016b).

No entanto, alguns cartazes da Pantene apresentam uma postura da modelo que não cumpre os requisitos chineses, em que uma mulher sensual não deve olhar diretamente para alguém, mas deve ter o queixo e os olhos ligeiramente para baixo. Este detalhe é uma forma de não adaptação da comunicação ocidental à realidade chinesa.

### ***Adidas & Nike***

A marca Adidas é um gigante, a par da Nike, no sector do desporto, na China. Em 2014, a Adidas tinha na China cerca de 13,8% do mercado, e a rival Nike, 14,3% (News, 2015).

A Nike chegou ao mercado chinês, em 1982. Em 2007 lançou uma publicidade televisiva que rapidamente foi proibida pelo governo (Nike, 2007). Nesta publicidade, o jogador de basquetebol norte-americano James LeBron disputou um jogo, num templo Shaolin, com lutadores de Kung Fu e com o Dragão, vencendo-os. Para os chineses, esta publicidade foi chocante, por humilhar as suas tradições.

A Adidas aproveitou este momento de desprestígio da marca Nike, recolocando-se junto do nicho de mercado feminino. A sua publicidade (2013) com modelos nativas e a presença da *pop star* Hebe, como embaixadora na campanha “All for my girls” foi um sucesso, e espelhou um aumento de 10% nas vendas (Adidas, 2013).

O conceito da Adidas envolve estudar o consumidor chinês, em cada província. Assim, de acordo com o orçamento disponível, tem diversos nichos de mercado.

Nesta luta pelo mercado, em 2014 a Nike apostou no mercado feminino, com a abertura de lojas exclusivas em Xangai, com três atletas olímpicas chinesas como embaixadoras da marca.

A Adidas perdeu para a Nike o patrocínio da equipa nacional de futebol, mas obteve o apoio do Ministério da Educação em programas de formação de jovens treinadores e jogadores de futebol. Ainda criou um aplicativo gratuito que ensina a jogar futebol.

### ***Dior***

A Dior, marca de luxo ocidental, aposta na grandiosidade e opulência das suas lojas em tons cinzas, onde o objetivo é a seleção do seu público-alvo. Com mais de 20 lojas na China, três das quais, em Pequim, continua a sua expansão, recolocando-se nas áreas mais elitistas (France Press, 2015).

A marca Dior utiliza exposições, como estratégia de comunicação com o consumidor chinês. Um exemplo disso foi o evento que realizou no Museu de Arte Contemporânea na China, em 2013. Aí, apresentou-se o luxo, de origem francesa, em salas com temas como “jardins”, “estrelas”, onde os visitantes se cruzavam com costureiras e tradutores, que explicavam todo o método de produção. Durante a exposição, foram apresentados modelos criados por chineses de relevância na sua sociedade (Gentlemen Marketing Agency, 2013).

### ***Pampers***

É uma marca de fraldas descartáveis, que ocupa o primeiro lugar de vendas na China. Mas nem sempre foi assim, quando entrou neste mercado no fim dos anos 90. Convencida de que o público chinês se agradaria com preços baixos numa fralda com menor qualidade, a Pampers não foi bem-sucedida. Os chineses não viam a utilidade de fraldas descartáveis, pois utilizavam fraldas de tecido tradicional.

No entanto, a Pampers reverteu a situação, estudando as necessidades do público chinês. Em parceria com Beijing Children's Hospital Sleep Research Center verificou que existia a necessidade de os bebés dormirem melhor. Assim, lançou uma campanha apelidada “Sono de Ouro” (Pampers, 2010), em que se comprovava que uma criança com fraldas Pampers dormia mais 30 minutos e adormecia 30% mais rápido, melhorando o seu desenvolvimento cognitivo (Exame, 2012).

As embalagens de fraldas, em que predominam os tons vermelhos e amarelos, estimulam a compra, uma vez que o vermelho na China é um tom auspicioso.

O modelo é um bebé chinês, feliz e bem-disposto. A mensagem está em mandarim, explicando a origem e as vantagens do uso destas fraldas.

A informação e a funcionalidade são aspetos relevantes para o consumidor chinês:

“...existem várias Chinas - a velha e a nova, a urbana e a rural, a China dos camponeses pobres e a dos multimilionários, uma terra de liberdade e de autoritarismo, cuja perspectiva do mundo e cujas economias e preferências de compras refletem as tradições tanto do Oriente quanto do Ocidente...”.  
(University of Pennsylvania, 2007).

Este trabalho visa mostrar, com ajuda de alguns exemplos, que o mercado chinês tem características muito próprias, e a abordagem ao mercado só tem sucesso se conseguirmos compreender e incorporar corretamente na nossa comunicação publicitária.

## Referências bibliográficas

- Adidas (2013). Comercial Adidas. Retrieved October 24, 2016, from <http://bit.ly/2dQq5g3>.
- Bain & Company (2016, January). Consumidor chinês online busca qualidade. Retrieved October 26, 2016, from <http://bit.ly/2dRNdzZ>.
- Coca-Cola (2013). Coca-Cola Happiness Created in China. Retrieved October 27, 2016, from <http://bit.ly/2eg6Zkt>.
- Exame (2012). Na guerra das fraldas, marcas lutam – surpresa – pelo preço alto. Retrieved October 24, 2016, from <http://abr.ai/2eWJBbr>.
- Expresso (2009). China: Mais dez milhões de telemóveis por mês. Retrieved November 20, 2016, from <http://bit.ly/2gt3Xhg>.
- Faria, R. (2016). Quem é o novo consumidor chinês? Retrieved October 26, 2016, from <http://bit.ly/2eHuc1J>.
- Gambale, P. (2008, November). Novos hábitos de consumo na China. Retrieved October 26, 2016, from <http://bit.ly/2eZi2jk>.
- Gentlemen marketing agency (2013). Exposição Dior em Shanghai. Retrieved October 26, 2016, from Exposição Dior em Shanghai.
- Lindon, D. (2004). *Mercator XXI-teoria e prática do marketing*. Lisboa: D. Quixote.
- News, C. (2015). Adidas takes on Nike in fight for China's sportswear crown. Retrieved October 24, 2016, from <http://cnb.cx/1JoRC07>.
- Nike (2007). Comercial da Nike. Retrieved October 24, 2016, from [https://youtu.be/\\_Xmo9yCC\\_qY](https://youtu.be/_Xmo9yCC_qY).
- Pantene (2016). Publicidade Pantene. Retrieved October 18, 2016, from <http://bit.ly/2erM4M2>.
- Portugal Têxtil (2015, February). Mudança de rota do consumo chinês. *Portugal Têxtil*. Retrieved November 22, 2016, from <http://bit.ly/2f15Z4I>.
- University of Pensilvania. (2007). Um bilhão e trezentos milhões de clientes: o novo consumidor chinês. Retrieved November 29, 2016, from <http://bit.ly/2ffioRN>.





# A INFLUÊNCIA DA FILOSOFIA TRADICIONAL CHINESA NO ESPAÇO CONSTRUÍDO

## 中国传统哲学在城建空间之影响

**Odete F. Sampaio Pereira**

Universidade de Aveiro

**Álvaro Rosa**

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

### **Procurando o *espaço feliz***

As palavras de Fernando Távora alertando para que “o espaço ocupado pelo homem tende sempre para, caminha sempre no sentido de, tem como fim a criação da harmonia do espaço, considerando que a harmonia é a palavra que traduz exactamente equilíbrio, jogo exacto de consciência e de sensibilidade, integração hierarquizada e correcta de factores”, já parecem demasiado distantes da atitude actual perante a apropriação do espaço (Távora, 1962). A capacidade de transformação do meio ambiente e da paisagem é uma constante na actividade humana. Aceitando-se esta interacção e ampliando o pensamento arquitectónico para além da tectónica e da sua materialização, a escolha do local e da sua envolvente próxima pode ser analisada considerando a unidade dos aglomerados, das aldeias ou cidades, como consequência das reais necessidades do ser humano. Embora o edifício, por si só, seja o principal foco do pensamento arquitectónico, a sua relação com a envolvente natural e construída deverá ser sempre uma preocupação.

Um conceito de Natureza, próximo do espiritual, caracteriza muitos transcendentalistas que acreditam que quanto mais próximo da natureza o ser humano se encontra, mais aumentará e expandirá o seu bem-estar – pes-

soal, espiritual e físico (Pfeiffer, 1991). O arquitecto Frank Lloyd Wright é um espelho do movimento transcendentalista na arquitectura moderna ocidental. Ele acreditava numa arquitectura que colocasse o ser humano numa vivência harmoniosa e em directa experiência com o ambiente e por exclusivo amor à beleza da Natureza. Acreditava também que o ser humano, se exposto às leis naturais, reagiria em conformidade e potenciaria o seu desenvolvimento espiritual. Para Frank Lloyd Wright um edifício orgânico, independente da sua data de construção, seria adequado ao tempo, ao local e ao homem.

Muitos investigadores e profissionais da área da arquitectura procuram nas antigas filosofias um saber quase mítico, tentando transformá-lo em alternativas ou complementos aos seus modos de pensar o espaço moderno. Os alicerces das arquitecturas vernacular e popular, na sua humilde relação com a natureza, despertam uma inquietação: como conseguimos perder a habilidade da adaptação climática e topográfica, da utilização de técnicas e materiais locais, do uso dos costumes religiosos e filosóficos, para melhor nos conhecermos e assim aceitarmos a liberdade que o nosso “espírito toma com a natureza” (Bachelard, 1989)?

## A Arquitectura vernacular Chinesa

Através da análise do clima, do espaço e das concepções filosóficas tradicionais chinesas, apercebeu-se da necessidade que este povo teve em viver o espaço construído de forma harmoniosa, cíclica e em constante interacção com as leis naturais.

Os documentos mais antigos que foram sendo transmitidos pela tradição oral, são o resultado do trabalho de vários escribas e analistas da corte real dos Zhou e tratam-se de textos de carácter político, religioso e ritualista (Guernet, 1975). Sima Qian (145/135– 80/86 a.C.), ao escrever o *Shiji*, compilou uma série de biografias interligadas por acontecimentos históricos. Esta obra foi composta por anais, tratados (de música, cerimónias, calendários, religião e economia), organigramas, árvores genealógicas e biografias. Apesar desta diligência pela aprendizagem, em vários momentos Sima Qian rematava as suas obras (Qizhi, 2009) afirmando que os académicos só teriam sucesso nos estudos se conseguissem entender verdadeiramente a relação do homem com a natureza do céu (universo). Já Joseph Needham sugere que o antigo pensamento filosófico chinês pode ser caracterizado como “pensamento correlativo” da imagem de

“um organismo composto de uma infinidade de organismos, com um ritmo que harmoniza uma infinidade de ritmos menores” (Needham, 1956).

A expressão “pensamento correlativo” é muitas vezes usada para identificar e caracterizar uma forma de pensar, dentro do mundo da filosofia clássica chinesa, e está intimamente relacionada com a dualidade *yinyang*. O pensamento correlativo apoia-se (Needham, 1956) numa estrutura de raciocínio que torna os vários objectos, ou aspectos distintos de um objecto, relacionados mutuamente, interdependentes ou até complementares na sua totalidade ou unidade, especialmente no processo de mudança *bian hua*. O pensamento correlativo está presente em toda a dialética da cosmologia chinesa, onde toda a narrativa dos acontecimentos se torna dependente a vários níveis. Transpondo esta correlatividade, inerente às filosofias basilares do homem tradicional chinês, para a prática diária, encontramos indícios de forças internas capazes de influenciar o pensamento político, económico e social.

O modo de agir em sociedade e de pensar na natureza, em conjunto com a cosmologia/metafísica, dão forma a um sistema de tal modo interdependente que parece ser necessário recorrer ao pensamento correlativo para dar “forma” ao espaço construído. O princípio de integração é uma constante no modo de pensar a arquitectura tradicional, não só pela aceitação do que a natureza poderia sugerir ao nível dos materiais, mas também pela adaptabilidade às condições topográficas, climáticas e de acordo com o pensamento e tradições de cada população. No pensamento tradicional chinês, o natural (ou a natureza) está associado ao conceito de céu, que se manifesta no constante movimento dos corpos celestes.

A concretização do espaço habitável dependia da ideia de unidade “céu e homem”, atingindo-se uma simbiose organicista dos edifícios e da natureza impregnada com o sentimento e espírito humano (Qizhi, 2009). Esta ideia de unidade, com as leis do céu e da natureza, era colocada em prática desde a definição dos planos das cidades, dos jardins, dos palácios e das habitações. Tal como uma grande floresta é composta por variadas espécies, um aglomerado ou vila deveria conter espaços multifuncionais e diferentes estilos construtivos, tendo ainda em conta a ordem sequencial dos espaços e as suas vivências (Qizhi, 2009). A ordem e a sequência do *layout* duma cidade, vila, palácio ou habitação, desempenhavam uma função muito importante na arquitectura tradicional chinesa, saturando o espaço de fluidez.

No Daoismo, a natureza e as acções naturais são considerados *ziran*, um modo de estar e de se relacionar com a envolvente natural e social que eventualmente acaba por influenciar o modo como o ser humano encara o seu *habitat*. O ser humano *ziran* deveria estar imbuído do espírito da natureza, agindo em conformidade com os seus ciclos. Esta atitude de comunhão com a natureza envolvente é facilmente percebida nas pinturas tradicionais. É comum encontrar a imagem do mestre e do aprendiz a deambularem pela natureza em busca do local próprio para alcançarem a inspiração. Ou então, a imagem do pátio ou frente da casa aberto para a paisagem, rodeado de árvores e montanhas e de frente para o lago ou rio. Mais uma vez, o culto da montanha confere ao homem o suporte físico e as premissas de como estar na sociedade: com a mente aberta para receber o que o céu (natureza) comunica. A procura física e espiritual pelo local de conforto e de protecção é algo a que a humanidade aspira, mas o homem tradicional chinês com todo o seu histórico de constantes guerras e desassossegos, nunca desistiu de o alcançar.

## Visitando o território

A China foi e é, desde os tempos remotos, um país multi-étnico e a essência do saber ancestral residia na adoração de deuses, fantasmas, totems, antepassados e da natureza (Qizhi, 2009). Desde as dinastias Qin e Han, o ainda mutável território sínico recebia o Budismo, o Daoismo, o Confuciansimo, o Nestorianismo, o Maniqueísmo, o Zoroastrismo e o Islamismo. De grupos étnicos mais restritos surgem o Xamanismo, o Bonismo e a doutrina Dongba. Não existem registos fiáveis de quantas religiões permearam o mundo sínico mas estimam-se mais de cem classificações (Qizhi, 2009).

Das míticas “Cem Escolas” de pensamento, há três, em uníssono com o Budismo (Bruun, 2008), que, além de se terem tornado determinantes para a explicação da história da China, influenciaram a arte tectónica chinesa: o Daoismo *daoia*, o Confucionismo e mais tarde a escola da teoria de *yinyang* (Wang, 2012) e dos cinco elementos *wuxing*. O pensamento cosmológico chinês (Li et al., 2015) serve como base de alguns tratados e escolas que estudaram o espaço físico e metafísico.

A China é um vasto território com vários nichos de condicionalismos propícios a gerar distintos conjuntos de assentamentos e edificações. Adaptadas às características climáticas e geográficas locais, as residências tradicionais chi-

nessas variam grandemente em estilo e forma. Com uma área de 9,6 milhões de km<sup>2</sup>, a China está entre os poucos países que, na sua extensa área, comportam uma grande variedade de diferentes zonas climáticas. As grandes assimetrias do relevo e do clima são algumas das condicionantes naturais que levaram a população a concentrar-se numa área muito específica do território. Desde a zona norte de Heilongjiang, cruzando o planalto Loess, a bacia de Tarin, o planalto Tibetano e descendo até ao ponto mais a sul de Hainan, podemos perceber seis grandes variações climáticas: frio-temperado, meio-temperado, quente-temperado, subtropical, tropical e equatorial.

## As Casas Pátio

Ao longo das várias dinastias, toda a zona da bacia baixa do rio Amarelo, actualmente ocupada pelas províncias Beijing, Hebei, Shandong, Henan, Shanxi e Shaanxi, possui características topográficas e climáticas muito similares. Esta zona foi ocupada por etnias semelhantes, destacando-se a dinastia Han como principal influência na disseminação desta tipologia habitacional, que atingiu o seu apogeu durante a dinastia Ming (1368-1644 d.C.), com a capital do império em Beijing.

As casas pátio *siheyuan* são as mais comuns no Norte da China, principalmente em Beijing. O nome significa literalmente “pátio encerrado por edifícios nos seus 4 lados”. Com um desenvolvimento centrípeto define um perímetro com apenas um portão que encerra a casa principal a Norte, uma casa a Sul e 2 casas laterais a Este e a Oeste. As casas pátio foram sempre dimensionadas para comportar pelo menos um jardim privado, para caminhar, relaxar e conviver em família. Quando esta unidade era servida apenas por um jardim denominava-se *yijìn siheyun*, “o quadrado residencial com um só jardim”. Dependendo da dimensão da família, podia chegar-se a ter nove pátios. A orientação destas casas pátio, inseridas numa malha citadina rectangular, originou os *hutongs* que dão acesso aos vários *siheyuans*, com uma orientação Este-Oeste. Ao longo da história chinesa, a composição *siheyuan* foi o padrão básico usado para residências, palácios, templos, mosteiros, pequenas empresas familiares e escritórios do governo. Nos tempos antigos, uma casa *siheyuan* era ocupada por uma família, geralmente com muitos descendentes, o que significava riqueza e prosperidade. Hoje, muitos dos *siheyuan* que ainda restam continuam a ser usados como conjuntos habitacionais para diversas famílias ou para edifícios

públicos, como museus, etc. Os quatro edifícios que dão forma às casas pátio são posicionados ao longo de um eixo Norte-Sul e Este-Oeste. O volume a Norte com abertura para Sul é considerado a casa principal *zhengfang*. Os edifícios adjacentes à casa principal a Este e a Oeste são chamados de casas laterais *xiangfang*. Os volumes a Norte, Este e Oeste são interligados por caminhos cuidados, com motivos decorativos talhados nas fachadas, que se apelidam de *lang*. Estas ligações são abrigos diurnos e locais de contemplação nocturna. O edifício que enfrenta, virado a Norte, designa-se *daozuofang*.

Os edifícios que compõem a casa pátio, devido à sua exposição solar, têm diferentes características e usos. O edifício principal do Norte (aberto a Sul) tem uma insolação excelente, acolhendo assim a sala de estar, o santuário para o culto aos antepassados e o quarto do chefe de família. A amplitude, profundidade e altura destes espaços eram mais generosas que os restantes. Os edifícios laterais, a Este e a Oeste, servem como quartos para crianças ou membros menos importantes da família. O edifício a Sul (aberto a Norte) é o que recebe menos luz solar funcionando geralmente como sala de recepção ou estudo e habitação dos funcionários. O edifício mais a Norte, com dois pisos, é o mais resguardado do público e destina-se às filhas solteiras e empregadas. Quando o chefe da família tinha concubinas, a esposa ocuparia a sala no extremo Este da casa principal e as concubinas ocupariam o espaço no extremo Oeste da casa principal. O filho mais velho da família e a sua esposa residiriam na casa do lado oriental, enquanto o filho mais novo e a respectiva cónjuge iriam habitar a casa do lado ocidental. Quando o neto fosse adulto ocuparia a casa em frente (a Sul) e as filhas solteiras residiriam no edifício mais a Norte, atrás da casa principal.



*Antiga Cidade de Ping Yao, Shanxi.*

Fonte: UNESCO - CRA-terre © Thierry Joffroy

As habitações pátio foram pensadas e construídas de acordo com os conceitos tradicionais dos cinco elementos wuxing e dos oito hexagramas bagua (Deqi Shan, 2011). A casa pátio quadrangular era estudada com base no *hetu* e *luoshu* (*houtian bagua* e *xiantien bagua*), definindo assim locais mais propícios para exercer uma actividade ou outra. Como exemplo, e de acordo com a “escola das oito casas” *bazhai pai*, o espaço que estivesse sob a influência de *wugui* seria beneficiado com a colocação de um pórtico circular (Deqi Shan, 2011) denominado “Portal da Lua”.

A malha criada pelas casas pátio cresceu a um ritmo acelerado durante a dinastia Zhou. Foi o Livro dos Ritos de Zhou (*Registo dos Artífices*) que ditou muitas das linhas directrizes das novas cidades, definindo a largura e orientação das ruas, a distribuição dos usos segundo hierarquias sociais, etc. (Deqi Shan, 2011). Nestas premissas já se manifestam diferenças que subjazem no clima específico de cada zona. Por exemplo, o frio no Norte e o calor do Sul definiam não só a orientação da fachada e da entrada, como criavam também a matriz para os traçados das ruas. Muitas das cidades e respectivas entradas,



templos e jardins obtinham o seu nome pela sua localização ou orientação no espaço. Aliado a isto, e em simbiose com as filosofias vigentes, os nomes das ruas, templos ou jardins reflectiam significados simbólicos.

O *layout* das casas *Siheyuan*, bem como a ornamentação das portas principais, representa a moralidade tradicional chinesa e a ética confucionista. O portão ou porta de entrada por norma encontra-se no canto Sudeste, de acordo com a escola ou mestre de *fengshui* consultado. Os portões eram dimensionados e ornamentados em conformidade com a riqueza da família *manzi men*. Geralmente eram pintados de vermelho, com batentes de porta em cobre, pivots laterais fixos à soleira e pórtico de pedra. As portas de uma família socialmente inferior ou menos abastada, eram mais reduzidas *zhai tamen*, de uma só folha e normalmente pintada de preto ou tons escuros. Com a diferenciação da forma, do tamanho e da cor da entrada, seria facilmente possível perceber o estatuto social de cada família. Já no interior do pátio, mesmo no enfiamento da entrada principal, encontrava-se a parede *biying*. Este plano vertical protegia o primeiro pátio das vistas externas, proporcionando sempre um clima de intimidade familiar. Nesta parede era também colocada uma obra de pintura mural ou alto-relevo, retratando um motivo ligado à história familiar ou de origem fito-mórfica. Este plano também era conhecido como “a tela de espírito”. De acordo com as superstições, também se colocavam telas externas (na fachada da rua) com frases auspiciosas para estimular a prosperidade e para protecção de espíritos mal-intencionados.

As variações das tipologias das casas pátio *Siheyua* podem ser encontradas, com as devidas adaptações ao desnível do terreno, na bacia de Sichua. Os núcleos que compõem as casas pátio acontecem por patamares. A maioria destes assentamentos foram definidos tendo em conta pontos estratégicos para controle militar, tirando sempre partido da forma natural do terreno. À imagem de muitas outras aldeias e vilas perto de montanhas, várias aldeias de Sichuan nasceram nas escarpas de uma montanha, reforçando o “paradigm of mountainous architecture” (Xiaobo & Qiankun, 2015).

## As casas *Tulou*

No Sul de Fujian e no Norte de Guangdong surgiram os vários aglomerados de edifícios *Tulou*. O complexo de Fujian foi classificado (UNESCO, 1992) como património mundial em 2008. Os *tulou* de Fujian pertencem ao estilo verna-

cular das construções de adobe ou casas de terra. O termo refere-se às grandes casas onde um clã inteiro vivia em comunidade, particularmente notável para a sua função de defesa. *Tulou* traduz-se como estrutura residencial tradicional de vários pisos feita de terra (adobe ou taipa). Os eruditos da arquitectura chinesa, juntamente com a UNESCO, recentemente padronizaram o termo *Fujian Tulou*. São também chamados de *Hakka Tulou*, quando habitados pelo povo Hakka.

Os edifícios mais antigos foram edificadas no decorrer da dinastia Tang (618-907 d.C.). Os mais comuns foram construídos durante a dinastia Ming. Atualmente, mais de três mil edifícios de barro foram formalmente reconhecidos. Existem mais de vinte mil *Tulou* em Fujian, havendo apenas cerca de três mil *Tulou* localizados na região Sudoeste da província de Fujian e principalmente nas regiões montanhosas do Yongding e Nanjing (Deqi Shan, 2011). O *Tulou* é geralmente um edifício fechado de forma circular ou quadrada, com paredes de taipa prensada, que suporta até cinco pisos e alberga em média 80 famílias. As paredes estruturais são compostas por pequenas pedras, bambu, ramos e galhos, troncos de madeira cortados e outros materiais disponíveis na área de assentamento. Estas paredes de suporte podem atingir 1,8 metros de espessura.

Com esta composição, obtêm-se espaços perfeitamente ventilados, estáveis até a terramotos e com uma inércia térmica excelente (quente no inverno e fresco no verão). A iluminação também era bem conseguida através do pátio central e aberturas pontuais na fachada exterior, a maioria das quais era igualmente pensada com função defensiva.

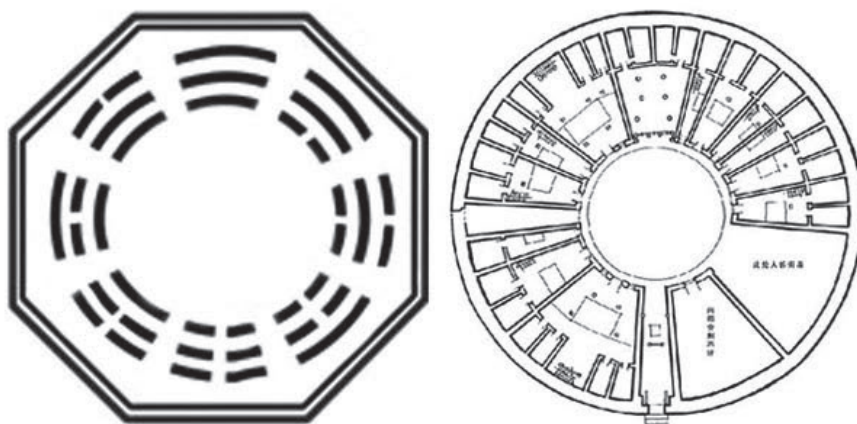
Os volumes edificadas nos pátios interiores são salões cerimoniais, áreas de estar, armazéns, instalações sanitárias, poços de água, área de comércio, albergando todas as valências sociais e comerciais necessárias a uma vila.



*Pátio interior de um Toulou, Fujian.*  
Fonte: UNESCO © Vincent Ko Hon Chiu

Os *Tulou* geralmente têm apenas um portão principal, guardado por portas de madeira reforçadas com uma camada externa de chapa de ferro. A fachada exterior de taipa era de extrema simplicidade, com a marcação da entrada a branco e leves motivos vermelhos, que normalmente incluíam o nome do aglomerado e palavras de prosperidade. Ao contrário de outros tipos de habitação característicos da China, com uma arquitectura que reflecte a hierarquia social, os *Tulou* exibem uma característica de excepção com um modelo de habitação com poucas desigualdades sociais e filiais. Todos os quartos eram construídos com o mesmo tamanho e tipo de material, com a mesma decoração exterior e idêntico estilo de janelas e portas, não havendo distinção de classes sociais. Mesmo os terrenos agrícolas circundantes, árvores de fruto e culturas eram cuidados em comunidade.

Uma família pequena possuía um conjunto vertical, a partir do piso térreo até à cobertura. Ao invés, uma família grande poderia possuir até três conjuntos verticais. Cada *Tulou* era, à partida, ocupado por um grande clã familiar de várias gerações. Contudo, dependendo da escala do edifício, podiam albergar mais do que um clã.



*Comparação entre um Bagua e uma planta de um Toulou.*

Fonte: UNESCO

A atribuição de habitação era baseada na linhagem familiar masculina. Assim, a cada filho era atribuída uma parcela vertical. Todas as habitações unifamiliares estavam orientadas para o salão central ancestral, simbolizando a adoração dos ancestrais e solidariedade do clã. Quando um clã crescia, a habitação expandia-se radicalmente pela adição de um outro anel concêntrico ou pela construção de um outro *Tulou* por perto. Desta forma, um clã permanecia sempre junto. As funções públicas, como a organização de festivais, limpeza de áreas comuns, controlo do portão principal, etc., eram atribuídas às famílias numa base rotativa.

Para a escolha do assentamento de cada *Tulou* era chamado um monge daoista, que fazia a inspecção do local, analisando-o de acordo com os vários métodos de *kanyu*, e indicava a data e o local propício para se dar início à construção. A primeira e mais importante tarefa do proprietário era preparar a terra para assentar o primeiro troço de parede. O povo Hakka encarava a construção das suas habitações com muita seriedade, sempre envolvida em rituais daoistas. Para além das suas crenças e espiritualidade, a ideia de passar a casa perpetuamente aos seus descendentes levava-os ao máximo de perfeição. A edificação Hakka contém muitas provas de que a arquitetura moderna do Sul provém da corrente tradicional construtiva do Norte (Deqi Shan, 2011).

## As Casas Escavadas

O planalto de Loess engloba as províncias de Shanxi e partes das províncias de Gansu e Shaanxi e da região autónoma de Ningxia. É rodeado pelas montanhas Qinling a Sul, pelas montanhas Taihang a Este e pelas montanhas Qilian e Xijing a Oeste. Nos tempos pré-históricos, o planalto do Loess era uma densa floresta provida de vegetação alta. Ao longo de milénios esta zona foi sujeita à erosão provocada pelos fortes ventos oriundos do Norte e à acumulação de sedimentos diluviais provenientes do Rio Amarelo. O planalto, zona de terras férteis, foi o local de assentamento em caves escavadas desde a dinastia Xia. Nesta área, os recursos de matérias-primas para a construção eram escassos, restringindo-se à terra crua e materiais fibrosos das plantas.

Esta cultura e sociedade sustiveram-se a si mesmas em ambiente austero. A própria natureza respondeu positivamente, verificando-se (hoje em dia) uma exequibilidade habitacional, apesar dos séculos acumulados. Podem reconhecer-se alguns indícios importantes para o sucesso de uma comunidade sustentável, onde a relação homem e natureza se manifesta claramente no espaço apropriado. Aqui, torna-se pertinente usar a definição de “construir” como a efectiva capacidade de reunir e dispor metodicamente as partes de um todo.

As condições estipuladas pela natureza (clima e geografia) criaram as premissas destes assentamentos. As características do solo, relevo, clima, isolamento e o modo de perceber e apropriar o espaço permitiram a criação de uma comunidade distinta. Dentro do universo de tornar côncavo ou oco através da remoção de terra, criaram-se espaços habitáveis, executaram-se depósitos de água e construiu-se um sistema de recuperação de calor proveniente dos fogões para o aquecimento das camas *kang*. A inércia térmica da terra – *loessito* – é excelente, permitindo a libertação lenta do calor. Assim, o vapor quente produzido e acumulado durante o dia será libertado gradualmente durante a noite pelos tijolos de barro ou adobe que compõe a cama *kang*. A área útil das habitações varia entre os 40,00m<sup>2</sup> e os 20,00m<sup>2</sup> e grande parte da área é reservada às camas *kang* - que podem ter entre 1,70 a 2,30 metros de profundidade e, por norma, ocupam o lado oposto à fachada de luz entrada.





Vista exterior de um Yaodong de pátio rebaixado, Shanxi.

Fonte: © Kevin Poh

Actualmente estas habitações ainda são usadas com base em três tipologias: o *yaodong*, *yaodong* com pátio rebaixado e o *yaodong simples*. O *yaodong* é escavado nas encostas mais aprumadas (naturalmente) do loess, com fachadas verticais. O número de compartimentos varia entre três a cinco divisões, conforme as possibilidades financeiras da família. Em vales mais abertos e com encostas menos inclinadas, as casas podem desenvolver-se com a fachada projectada para o exterior e com telhado. Em zonas planas, é executado um poço/pátio quadrangular com 8,00 a 10,00 metros de profundidade e as casas são escavadas de seguida nas fachadas resultantes. Hoje em dia, cerca de 20 milhões de pessoas vivem ainda em casas *yaodong*, na área do planalto de Loess (Barbara Demick, 2012).

## Em forma de conclusão

Da análise efectuada à pequena amostra de arquitectura tradicional chinesa, é possível perceber que as formas externas envolventes, o pátio, a porta, o eixo e a direcção/orientação são elementos basilares na organização formal e funcional do espaço. Outra componente de grande valor simbólico é a entrada, seja em forma de portão, portada, pórtico ou um simples marco. O acto de entrar num espaço fechado ou recinto murado, ou até a passagem de um pórtico, car-

regam em si muito simbolismo e capacidade de interacções no espaço formal. Por comparação a outros campos de análise da forma, a entrada é como a face: uma expressão singular que identifica o ser humano, a superfície pela qual ele é nutrido através dos alimentos. Sendo um dos pontos mais significativos de passagem de vento e de pessoas, a orientação e direcção são relevantes. As formas das portas são de elevada importância quer ao nível de *wuxing* quer ao nível de crenças e misticismo. Em cada exemplo de arquitectura tradicional visitado, pode verificar-se a importância da marcação da entrada. Apesar das distintas bases culturais e influências ambientais, a marcação da entrada é feita através da forma, da cor, da escala, da direcção, da localização e do uso.

O pátio, de forma circular, quadrangular ou rectangular, criava o espaço de socialização por excelência. Fosse em modo comunitário ou familiar, o pátio era o ponto crucial onde tudo acontecia e se interligava. O elemento que pautava a sucessão dos espaços, em conformidade com as hierarquias funcional, familiar e até social, seria o eixo longitudinal, orientado na linha Sul/Norte ou em harmonia com a análise das formas exteriores. A parceria gerada entre o(s) pátio(s) e o eixo impunha a regra inerente às casas pátio. Mesmo as de tipologia circular obedeciam a esta génese direcciona em que o posicionamento da entrada ditaria a orientação do eixo.

A arquitectura vernacular, juntamente com os pressupostos confucionistas, parece ter criado dispositivos de gestão transversais aos vários locais, onde a tipologia estaria em constante simbiose com a escala e hierarquia familiar. A casa simbolizava as expectativas da família para o seu futuro, aspirando sempre grande prosperidade. Uma família com muitos descendentes seria um dos sinais de prosperidade, criando assim uma necessidade de mutabilidade e adaptação da habitação ao número do agregado familiar. Esta gestão era pautada pela piedade filial, lealdade, continência e justiça.

O pensamento de vertente humanística e filosófica conseguiu impregnar o espaço construído com uma (de muitas) característica fundamental: a relação harmoniosa com a natureza. O princípio (*li*) harmonio (*he*) e simbiótico homem/natureza e homem individual/homem social (Needham, 1962) é alcançado através da aptidão (*shu*) intrínseca de responder às solicitações da constante mudança (*bianhua*).

O modo como as ciências naturais e sociais estavam integradas no pensamento tradicional chinês, dotou-o de uma capacidade (*shu*) singular de transformar o meio ambiente, onde se insere em harmonia (*he*), com as condicionantes

locais. Os valores, crenças, filosofias, regras e capacidade adaptativa funcionaram de um modo sistémico. O sistema abrangente dos campos metafísicos (entenda-se, não físicos) do conhecimento científico tradicional chinês, especialmente das ciências sociais, habilitaram o homem tradicional chinês da capacidade de adaptação climática e topográfica, da utilização de técnicas e materiais locais, resultante da efectiva necessidade de sobrevivência. Os códigos éticos, morais, sociais e religiosos que abundaram no antigo pensamento filosófico chinês permitiram criar uma teia de ligações interdependentes e constituir a base da sua cultura tradicional. Não obstante esta variedade e diversidade de pensamento, a instabilidade política, territorial e social prevalecia em todo o território. As constantes lutas entre tribos, reinos e dinastias levaram a uma procura repetida de novos locais de assentamento. Nesta demanda, as populações eram confrontadas com desafios a vários níveis. A diversidade topográfica, a rigidez climática, a escassez de recursos ou mesmo a necessidade de adaptação social e cultural a outros povos, solicitou a estes homens uma habilidade de adaptação e aceitação do “novo”. Esta maleabilidade encontra-se enraizada nas suas filosofias, associando-se a este ciclo de *bianhua* em constante movimento. A habilidade em lidar com o “novo”, em contornar os incidentes inerentes a novos assentamentos geográficos, pode ser atribuída a *shu*.

A ideia de protecção num ambiente agreste ou de certo modo condicionado, recorrendo aos materiais que a natureza disponibiliza, naquele determinado espaço e tempo, imbuíu o homem tradicional chinês de uma capacidade de integração contínua. Esta habilidade adaptativa fez com que conseguisse, ciclicamente, transformar problemas em solução.

A ligação espiritual que o homem da China Antiga tem com a natureza parece derivar de um real instinto de sobrevivência, residindo aí grande parte dos alicerces das arquitecturas vernacular e popular. A observação e inter-relação com a envolvente topográfica, geológica e climática são o ponto de partida para a adaptação do ser humano ao local, em harmonia franca com a natureza.

Como referido anteriormente, o sistema interdependente integra os pressupostos naturais e culturais que proporcionam harmonia e equilíbrio entre o ser humano e a natureza. Estas máximas, além de criarem uma estreita compreensão e interdependência entre o ambiente e as pessoas, também impõem um comportamento prudente em termos de utilização de recursos e valores culturais. Mais uma vez, a necessidade de sobrevivência e transposição dos problemas levaram esta civilização a desenvolver uma teoria geral de sistemas



espontaneamente e em sincronia com várias correntes de pensamento. Os pensadores chineses antigos eram da opinião de que a aprendizagem os tornava melhores humanos e daria, por conseguinte, origem a uma melhor sociedade. Não falavam só de teoria mas sim de impregnar todos os seus feitos com esse pensamento, salientando sempre a máxima de “qual a melhor forma de fazer?”, em detrimento de “o que devo fazer?” (Karyn L. Lai, 2009).

As principais influências do pensamento filosófico tradicional chinês - enraizado no movimento das “cem escolas de pensamento” - são elementos sistêmicos como o *qi*, *yinyang*, *wuxing*, *bagua* e *hexagramas*. A sua interdependência mútua, transformação mútua e hemóstase, criam um sistema de comunicação único que permite ao pensamento arquitetónico vernacular chinês uma constante adaptação em harmonia (implícita) com o meio. Com base em princípios unificadores transversais aos vários campos de estudo das filosofias sociais, políticas e espirituais da China Antiga, encontrou-se, pois, o modo de pensar a arquitectura tradicional chinesa.

## Referências bibliográficas

- Bachelard, G. (1989). *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes Editora.
- Bruun, O. (2008). *An introduction to feng shui*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cai, Y. X. (2011). *Chinese Architecture*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Calvino, I. (2010). *As cidade invisíveis*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Chen, Sh. & Chen, H. (2010). Cultural Heritage Management in China. In *Cultural Heritage Management*. University Press of Florida.
- Chen, X., & Wu, J. (2009). Sustainable landscape architecture: Implications of the Chinese philosophy of “unity of man with nature” and beyond. *Landscape Ecology*, 24 (8), 1015–1026. <http://doi.org/10.1007/s10980-009-9350-z>
- Guernet, J. (1975). *O Mundo Chinês Vol. II e Vol. IIA - Uma civilização e uma história*. Lisboa: Cosmos.
- Harley, J. B., & Woodward, D. (1994). Chinese Cosmographical Thought: The High Intellectual Tradition. In *cartography in the traditional east and southeast asian societies* (Vol II). Chicago: The University of Chicago Press.
- Hongkui, J. (2010). The contents and Theoretical significance os the principles for the conservation of heritage sites in China. In G. C. Institute (Ed.), *Conservation of Ancient Sites on the Silk Road*. Los Angeles.
- Karyn, L. L. (2009). *Introdução à Filosofia Chinesa - Confucionismo, Moismo, Daoismo*. São Paulo: Madras Editora.
- Larry Ibarra, F. (2015). Avaliando o potencial das Estruturas Fundamentais e Dinâmicas no Feng Shui. Retrieved June 20, 2001, from <https://larryibarra.com/category/metafisica-chinesa/>

- Li, C., Perkins, F., Wang, R. R., Liu, J., Fraser, C., Ames, R. T., ... Makeham, J. (2015). *Chinese Metaphysics and its Problems*. (C. Li & F. Perkins, Eds.). Cambridge: Cambridge University Press.
- Lou, Q. X. (2011). *Chinese Gardens*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Needham, J. (1956). History of scientific thought. In *Science and Civilisation in China* (Vol. II). Cambridge University Press.
- Needham, J. (1962). Physics and physical technology. In *Science and Civilisation in China* (Vol. IV). Cambridge University Press.
- Norberg-Schulz, C. (1979). *Genius loci - Towards a phenomenology of architecture*. (Rizzoli, Ed.). New York.
- Pfeiffer, B. B. (1991). *Frank Lloyd Wright*. Lisboa: Benedikt Tachen.
- Ping, Z. (2010). *China's Geography*. China Intercontinental Press.
- Qizhi, Z. (2009). *Tradicional Chinese Culture*. Beijing: Foreign Languages Press.
- Shan, D. Q. (2011). *Chinese Vernacular Dwellings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Smitm, P. M. M. G. S. (2010). *Cultural Heritage Management*. University Press of Florida.
- Soderland, G. S. S. P. M. M. H. A. (2016). *Heritage values in contemporary society*. New York: Routledge, Taylor & Francis Group.
- Tuan, Y.-F. (1974). *TOPOPHILIA*. Nova York: Columbia University Press.
- Tuan, Y.-F. (2001). *Space and Place The Perspective of Experience*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Távora, F. (1962). *Da organização do espaço*. Porto: Faculdade de Arquitectura do Porto.
- UNESCO (1992). The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Retrieved from <http://whc.unesco.org/en/list/>
- Wang, R. R. (2012). *YinYang - The way of heaven and Earth in Chineses Thought and Culture*. New York: Cambridge University Press.
- Ying, S. (2011). The Longmen Grottoes: A phase of history carved in stone. *Confucius Institute Magazine*, 15 (4). Retrieved from <http://confuciusmag.com/the-longmen-grottoes>
- Zevi, B. (1979). *Architctura in nuce*. Edições 70.
- Zhu, Q. (2008). *Shi in Architecture: The Efficacy of Traditional Chinese Doors*. Virginia Polytechnic Institute.
- 王其亨, & Heng, W. Q. (2005). 风水理论研究 *Feng shui Li Lun Yan Jiu*. Tianjin University Publishing House.



# A PORCELANA ENTRE DOIS MUNDOS: REINTERPRETAÇÕES PORTUGUESAS DA PAISAGEM CHINESA *SHANSHUI*

## 两个世界之间的瓷器：中国山水风景图案的 葡萄牙演绎

**Mo Guo**

Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau

### **Reinterpretações portuguesas da paisagem *shanshui***

Não há qualquer dúvida de que o património cultural chinês acumulado em Portugal logo a partir dos inícios do século XVI é, hoje em dia, um tesouro intercultural internacional, um específico património da humanidade. Os estudiosos da porcelana chinesa têm retomado as peças quase esquecidas nos museus dos quatro cantos do país e apreciado a sua beleza, abrindo e descodificando este testemunho de encontros e desencontros culturais.

Desde a viagem de Jorge Álvares em 1513, há mais de quinhentos anos, que Portugal deu os primeiros passos nesta terra, dispondo-se a conhecer este mundo novo. As viagens marítimas dos portugueses produziram resultados significativos e lucros elevados. Os viajantes portugueses trouxeram a “China” e começaram a estabelecer uma imagética própria sobre este país misterioso. Várias informações e numerosos relatos escritos em primeira mão forneceram uma constatação sólida sobre a China, descrita vividamente pelas testemunhas em obras como *Suma Oriental* de Tomás Pires, *Algumas Cousas Sabidas da China* de Galiote Pereira, *Ásia-Decada I* de João de Barros, *Tratados das Cousas da China* de Frei Gaspar da Cruz, *Peregrinação* de Fernando Mendes Pinto, entre outras.

As obras escritas não se devem manter isoladas. A cultura material e visual complementa a cultura escrita e até ostenta mais solidamente este diálogo intercultural, como sintetizou Jorge Flores: “nos objetos se lê o Oriente português, tanto ou mais que nos documentos” (Flores, 1998, p. 51).

Dentro da gama de produtos que permitiam lucros elevados, a porcelana era um objeto muito especial. Mesmo que tenha chegado a nós em fragmentos ou submersa no oceano durante séculos, exprime de forma notável o cruzamento entre duas culturas, o diálogo entre dois povos, o encontro ou o desencontro entre duas civilizações. E cada peça, a seu modo, mostra a história de um mundo em expansão.

Queiroz diz na sua obra: “Na cerâmica se reflete o caráter do povo que a produz: nas suas formas está a poesia de cada nacionalidade, na cor os diferentes aspetos de cada nação e de cada país, dando-se ao mesmo tempo conta da polychromia dos campos, da intensidade da luz que os ilumina, da alegria ou tristeza dos seus cultivadores” (Queiroz, 1907, p. 4). Acredito que ao longo da história as características humanas, os traços históricos, até as mudanças sociais foram registados nas peças de cerâmica.

O objetivo fundamental deste estudo é discutir a compreensão cultural. Às vezes, o que vemos depende do que queremos ver, do que conseguimos ver, dos nossos códigos mentais. Não existe uma única relação entre a obra de arte e a sua representação, uma vez que o modo como as imagens geram os seus sentidos depende amplamente dos observadores. É desta circunstância que partem as minhas perguntas de investigação. Existem diferenças entre o olhar português e o olhar chinês? Se existem, como provar as particularidades do olhar português sobre a China? Podemos explicar essas diferenças? Demonstrá-las?

Pretendo esclarecer as questões e apresentar algumas ideias através do estudo da porcelana chinesa destinada ao mercado interno, da porcelana *kraak* criada para o mercado externo e da faiança portuguesa, analisando as particularidades de representação do motivo *shanshui*.

Quando a porcelana chinesa chegou a Portugal, não apenas ganhou a admiração geral mas também se tornou um objeto muito procurado. A partir da primeira metade do século XVI, os artesãos lisboetas começaram a produzir a sua “porcelana” nas limitadas condições daquela época. Sabemos que a chamada “porcelana de Lisboa” (Sandão, 1976, p.30) não é a porcelana chinesa verdadeira por causa da matéria-prima e da temperatura de cozedura.

O gosto pela porcelana chinesa teve um impacto muito forte na faiança portuguesa. Os temas da porcelana chinesa foram uma grande inspiração da faiança. Todavia, contrariamente aos holandeses, que tentaram imitar de forma muito estrita os protótipos chineses, os portugueses reinterpretaram-nos de forma bastante livre. A produção portuguesa de faiança iniciou-se na primeira metade do século XVI e ganhou um forte impulso no século XVII. O que a faiança procura sempre é muito mais do que a imitação pura da porcelana chinesa. Recorre à combinação de motivos decorativos orientais e ocidentais de modo único, criando uma dimensão estética nova e estabelecendo um discurso original na cerâmica.

### ***Shanshui***

Entre os vários motivos da porcelana chinesa aplicados na faiança portuguesa, escolhi o motivo *shanshui* por várias razões. A principal é que a paisagem *shanshui* não era popular nem admirado na história da porcelana chinesa, mas a imagética da China foi-se estruturando no pensamento ocidental através deste tema, que quase se converteu na principal ilustração da China na Europa.

É incontestável que o motivo *shanshui* na cerâmica deriva da pintura chinesa. A pintura chinesa tradicional de paisagem é designada por pintura *shanshui*, que significa literalmente montanha e água. A montanha é representativa do poder cósmico de *yang* e a água do de *yin*. A pintura *shanshui* tornou-se numa forma artística independente na história da pintura chinesa a partir dos séculos IV e V. A referência mais antiga à pintura *shanshui*, presente em *Hua shanshui xu* [Prefácio sobre a Pintura *shanshui*] de Zong Bing (375-443), pode remontar ao século IV e o seu surgimento está intimamente relacionado com a filosofia chinesa, especialmente o taoísmo.

É provável que o termo *shanshui* provenha da história de Zong Bing, que viajou muito tempo pelas montanhas e pelos rios à procura da inspiração da natureza. Ao fim de alguns anos, deixou de ser capaz de o fazer por razões de saúde. Um dia, lamentando a situação física que lhe restringia a contemplação da natureza, teve uma ideia. Pegou no seu pincel e começou a esboçar montanhas e rios que tinha visto durante a sua experiência anterior. Depois, deitou-se confortavelmente na cama, em frente da sua pintura *shanshui*, e viajou espiritualmente pelas montanhas e rios que havia representado. Esta famosa história de *Zong Bing Wo You* 宗炳卧游 (significa viagem espiritual na cama)

desempenha um papel essencial no surgimento do *shanshui* na história da pintura chinesa.

Zong Bing Wo You não foi apenas um assunto significativo na história da pintura chinesa. Também demonstra uma vocação interior para compreender a pintura *shanshui*, tomando-a como uma experiência conceptual e espiritual e não propriamente visual. O tema de *shanshui* relaciona-se mais com o “ser” do que com o “ver” (Law, 2011).

Apesar de os estilos terem variado ao longo da história, os mestres antigos da pintura chinesa partilham algumas características comuns, que se estendem às peças de porcelana com motivo *shanshui*.

*Shanshui* foi um motivo essencial a partir dos séculos IV e V, mas é muito raro encontrá-lo nas peças de porcelana antes das dinastias *Ming* e *Qing*. Na época de prosperidade dos séculos XVII e XVIII, na qual se desenvolve a porcelana azul e branca, *wucai*, *fencai* e até *fanlang*, o motivo *shanshui* é muito diferente do que fora inicialmente na pintura. As alterações talvez se relacionem, ao menos em parte, com o facto de as peças com motivos *shanshui* obterem maior procura no mercado externo do que no interno. Isso acontece sobretudo com os motivos *Nanking*, *Willow*, *Canton* e *Phoenix Tree*.

### ***Shanshui* em três peças: porcelana chinesa, *kraak* e faiança portuguesa**

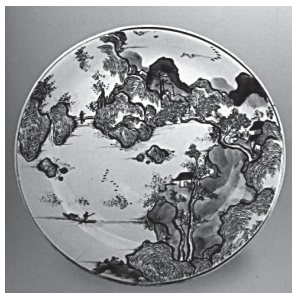
Com o objetivo de descobrir a diferença entre o olhar português e o olhar chinês, escolhi três peças representativas com motivo *shanshui*, respetivamente um prato de porcelana chinesa feito em Jingdezhen entre 1665 e 1675 (1)<sup>1</sup>, um prato de porcelana *kraak* feito por volta do período *Wanli* (2)<sup>2</sup> e um pote de faiança portuguesa do século XVII feito em Lisboa cerca de 1660 a 1680 (3)<sup>3</sup>. A seguir, analisarei cada uma das peças quanto aos pormenores decorativos, composições artísticas, etc.

---

<sup>1</sup> Proveniência da fotografia: Eva Ströber, *Symbols on Chinese Porcelain*, 2011, p.222

<sup>2</sup> Proveniência da fotografia: *A Casa das Porcelanas*, 1996, p.119.

<sup>3</sup> Proveniência da fotografia: *O exótico nunca está em casa?*, 2014, p.241.



(1)



(2)



(3)

A primeira peça de porcelana chinesa, do reinado *Kangxi*, encontra-se no museu Princessehof Leeuwarden, na Holanda. De acordo com as palavras de Curtis, este prato provavelmente era um objeto de coleção de um membro da elite educada (Curtis, 1995, p.72). Os motivos deste prato são muito variados e abundantes mas não nos trazem uma sensação desorganizada ou ofuscante. Este prato é preenchido sobretudo por montanhas, casas, dois rebentos de bambu, um bando de pássaros, uma figura num barco com toldo preto, outra que atravessa uma ponte e outras três que conversam. O *design* deste prato é muito poderoso, marcado por montanhas e rochas notáveis. As montanhas de cor azul clara e cor azul escura expressam a relação da distância, o longe e o perto. Através da variação da cor azul, mostra-se a gradação provocada pela atmosfera. As rochas são realçadas pelos esboços escuros e marcadas pelas linhas paralelas, curvas e curtas.

A porcelana chinesa, mesmo que seja com os motivos mais simples, contém sempre uma lição moral relacionada com o valor ético que vem do afastamento da sociedade agitada.

O pinheiro no meio da imagem e os dois rebentos de bambu recordam os homens de letras que sobrevivem às vicissitudes da vida devido à combinação de força de ânimo e resiliência. As três casas escondidas na imagem, uma atrás do bambu, outra atrás de uma árvore que não consigo identificar e o pavilhão oculto pelas rochas, expressam a vida harmoniosa e tranquila com que os homens de letras sonhavam, afastada e isolada da corte imperial e até do mundo. Estes pormenores descrevem precisamente o estado da sociedade naquela altura.



Segundo o registo do museu Princessehof Leeuwarden<sup>4</sup>, este prato foi executado no reinado *Kangxi* (1662-1722). A data mais aproximada será entre 1665 e 1675, ou seja, no período inicial do reinado *Kangxi* ou no período da transição (1620-1683). A dinastia *Ming*, dominada pela etnia *Han*, foi substituída pela dinastia *Qing*, da etnia *Man*, através da força militar. A batalha de Pequim<sup>5</sup> em 1644 deixou uma memória traumática no povo chinês. Quando os Manchus derrotaram a dinastia *Ming*, os homens de letras resistiram muito à mentalidade dos Manchus. As peças de porcelana do reinado *shunzhi* e da fase inicial do reinado *kangxi* transmitem este sinal cultural e social. A vida ilustrada na porcelana *shanshui* tornou-se o refúgio da realidade, expressando a mentalidade do povo chinês no seio de uma sociedade agitada.

A imagem oferece aos observadores uma sensação de liberdade e tranquilidade, um espaço livre para a imaginação. Em comparação com esta impressionante paisagem, as figuras humanas são muito pequenas, transmitindo a insignificância do ser humano em relação à natureza, o que traduz de forma exata uma das ideias essenciais da filosofia chinesa, apresentada pelo confucionismo, taoismo e budismo: 天人合一, que significa a unificação do cosmos e da humanidade.

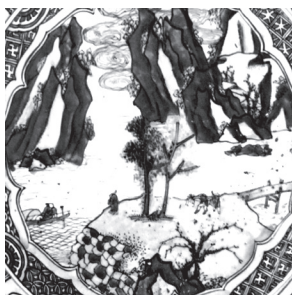
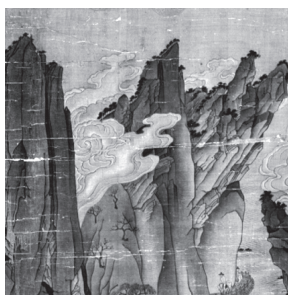
Entre a produção de *Jingdezhen*, existe um tipo muito particular de porcelana, a *Kraakporselein*, que iria influenciar de forma indelével as produções de todo mundo.

A segunda peça é uma das peças do tipo *kraak*. Ela também foi feita em *Jingdezhen* mas para o mercado exterior. O desenho desta peça é extremamente cuidado e raramente aparece nas peças de *kraak*. As paredes arredondadas estão divididas em nove grandes painéis recortados, separadas por nove painéis estreitos. Neste estudo, analisei apenas o motivo central do tema *shanshui*.

---

<sup>4</sup> <http://www.aziatiskeramiek.nl/items/index/row/tag:chine%20de%20commande;vogel/page:1/tag:chine%20de%20commande;vogel/sort:code/direction:desc>, acedido em 12-12-2016.

<sup>5</sup> A tradução é minha. Em chinês: 甲申之变

(4)<sup>6</sup>(5)<sup>7</sup>(6)<sup>8</sup>

No motivo central, o tema *shanshui* e o tratamento dos elementos são muito semelhantes aos da pintura tradicional chinesa. Compõe-se de três planos tomados num efeito de perspetiva extremamente larga e distante. O primeiro plano mostra uma falésia com um arbusto, duas árvores e três pequenas figuras: duas junto à ponte do lado direito carregando algo aos ombros e uma na margem olhando outra que lança uma rede num barquinho. O rio calmo, que constitui o segundo plano, é sugerido por traços ondulantes e de cor azul muito clara. No terceiro plano, erguem-se as montanhas escarpadas e em camadas e, para além disso, as nuvens em movimento. Encontrei formas semelhantes a essas montanhas na pintura chinesa do século VIII.

Na imagem (5), as montanhas escarpadas e as fendas insondáveis na pintura “O percurso do imperador *Ming Huang* para *Shu*” (756) refletem um episódio histórico terrível e ilustram uma situação urgente e perigosa vivida naquela época. Refiro-me à fuga do imperador *Xuanzong* de *Tang* para *Shu* (*Sichuan*) após a rebelião de *An Lushuan*. A montanha esboçada na outra peça *kraak* (6), pertencente ao conjunto do teto da sala do palácio de Santos em Lisboa, produz uma sensação diferente. As montanhas, menos escarpadas e quase sem crista, dão-nos uma sensação de tranquilidade e despreocupação.

Provavelmente, o artesão chinês que pintou este motivo da montanha numa peça de porcelana *kraak* (2) não conhecia essa história nem refletiu nas particularidades técnicas ou filosóficas daquela representação. Apesar disso, a

<sup>6</sup> Pormenor da imagem (2) neste artigo.

<sup>7</sup> Pormenor da pintura chinesa “O percurso do imperador *Ming Huang* para *Shu*”, em chinês 明皇幸蜀图. A tradução é minha.  
Proveniência da fotografia: [http://al.img1001.com/uu\\_1003\\_3/lianhuaachina\\_61\\_2306\\_cbe497b439b03b2.jpg](http://al.img1001.com/uu_1003_3/lianhuaachina_61_2306_cbe497b439b03b2.jpg), acedido em 01-02-2017.

<sup>8</sup> Proveniência da fotografia: Goldschmidt, *Les porcelains chinois du palais de Santos*, p.57, Fig. 99 (n.º 115).

paisagem *shanshui* e muitos outros motivos tradicionais chineses navegaram pelos vários oceanos e chegaram à Europa. Aqui, a porcelana chinesa foi muito admirada na Europa, e, por seu intermédio, a paisagem *shanshui* tornou-se muito popular. Os ocidentais começaram a estabelecer a sua própria imagética sobre a China de acordo com o que viam na porcelana.

No entanto, o olhar português e o olhar chinês são muito diferentes. Às vezes, os portugueses não são “capazes” de imitar o motivo *shanshui*, ou alteram-no por razões culturais, transformando-o numa atmosfera artística particular.



O motivo *shanshui* presente num pote de faiança portuguesa do século XVII proporciona uma experiência completamente diferente. Ao centro, uma grande figura chinesa com o seu traje orientalizado atravessa uma ponte. Aliás, parece estar a fazer *Tai Chi*. À esquerda, destaca-se um pagode. Atrás, emergem as rochas de cores heterogêneas. Para preencher os espaços em branco, o artesão dispôs ramos de árvore ou de arbusto. Os traços não são cuidados, nem as cores estão bem preenchidas. As decorações desta peça constituem a reinterpretção dos motivos patentes na arte chinesa, indicando que o pintor português empregou a sua imaginação no tratamento plástico da composição.

## As diferenças entre o olhar português e olhar chinês

Por causa da incapacidade de imitar ou graças à liberdade usada na reinterpretção do motivo *shanshui*, podemos sintetizar as diferenças entre o olhar português e o olhar chinês e enunciar algumas particularidades do olhar português sobre a China.

### 1. A vastidão dos vazios na pintura chinesa

A vastidão poética é considerada uma das características distintas e prósperas da pintura chinesa *shanshui*. A técnica da pintura chinesa *liubai* (lite-

ralmente significa “que mantém um espaço branco”) é uma técnica simbólica que os pintores chineses utilizam com frequência.

A parte central da porcelana chinesa que analisei em primeiro lugar é literalmente vazia, enquanto os seus ‘temas’ ficam na periferia da imagem. Obviamente, esta composição artística deriva da pintura tradicional chinesa, de que são exemplo as pinturas de *Ma Yuan* e *Xia Gui* da dinastia Song do Sul (1127-1279). As suas pinturas tornaram-se famosas e destacadas pela composição, pois colocam os elementos descritivos, tais como a paisagem e a atividade humana, num canto pequeno ou em metade da composição, mantendo o maior espaço para o céu amplo, vazio e aberto.

Apesar de a segunda peça de porcelana *kraak* possuir menos espaço vazio do que a primeira, o artesão chinês ainda reservou um espaço para imaginar e viajar através dos esboços do rio. Entretanto, na terceira peça, a faiança portuguesa apresenta um *horror vacui*<sup>9</sup> que a afasta da estética chinesa que a decoração parece querer copiar. Toda a imagem foi preenchida pelos motivos espalhados e desorganizados dos garfos curtos das árvores, não deixando ao observador o mínimo espaço de ‘respiração’. Sabe-se que a faiança portuguesa sintetiza a fusão de influências culturais variadas, especialmente da cultura muçulmana. Provavelmente este *horror vacui* provém desta tradição ornamental muçulmana.

A vastidão dos vazios que os ocidentais não entendiam foi influenciada pela filosofia chinesa, especialmente pelo taoísmo e confucionismo, e desempenha um papel considerável na pintura chinesa *shanshui*. Uma regra tradicional diz o seguinte: “In a picture, a third fullness, two-thirds emptiness” (Cheng, 1994, p.89). Como uma terça parte corresponde à Terra (elemento territorial) e duas terças partes ao Céu (elemento celestial e espiritual), a proporção harmoniosa estabelecida entre a Terra e o Céu traduz a virtude que um homem deve absorver do cosmos, ou seja, Céu e Terra (Cheng, 1994, p.89). A composição da paisagem *shanshui* remete para a cultura chinesa antiga, que considerava a vida humana como um “espaço” aberto, que podia ser cultivado. A auto-cultivação é um processo de desenvolvimento pessoal que, à luz do confucionismo, significa manter um equilíbrio entre o interior e o exterior, o próprio e o outro. *Zhu Xi* explicou que o coração e a mente do cosmos (Céu e Terra) se unem pelo coração e pela mente do Homem.

<sup>9</sup> Vide *Islamic Ornament*, de Eva Baer. Zhuxi (1130-1200) é um sábio neoconfuciano que sintetizou os conceitos fundamentais de Confúcio.

Aplicando esta ideologia à arte, os chineses usaram a criatividade artística para exprimir a união da mente com a Terra e o Céu. Estudaram a natureza até ao ponto de serem capazes de captar o coração da natureza e absorvê-lo no seu próprio coração. Afinal, a paisagem *shanshui* da porcelana e da pintura chinesas é uma interseção entre o estado interior do pintor e o processo de fusão cósmica com a natureza.

A vastidão da paisagem *shanshui* cria um poder particular e forte. Um poder que se manifesta no desejo de tranquilidade, na nostalgia que decorre das experiências dolorosas, no isolamento que recusa a realidade agitada, na espiritualidade que liberta as emoções dos períodos de perturbação. Assim: “As long as these vacante spaces remain, they will seem to be awaiting our arrival” (Sullivan, 2007, p.419). Os observadores tornam-se os sujeitos da imagem *shanshui*, preenchendo a vastidão poética com uma viagem imagética e uma experiência espiritual.

## 2. O sentido espacial da infinidade

Tanto na pintura tradicional como na porcelana, as montanhas ocupam quase sempre o maior espaço nas paisagens *shanshui*, captando firmemente a nossa atenção. Esta composição artística traz-nos uma sensação de solenidade e monumentalidade e um sentido de espaço infinito. No início do livro *Hua shanshui xu* [Prefácio sobre a Pintura *shanshui*]<sup>10</sup>, Zong Bing declara que a pupila do olho é muito pequena mas o seu alcance visual é infinito, e que, apesar de a seda que suporta a pintura *shanshui* ter apenas um metro quadrado, a vista que repousa sobre ela pode estender-se por centenas de milhares de quilómetros<sup>11</sup>. Ora, a faiança portuguesa não proporciona essa oportunidade de viajar nem o mesmo sentido de monumentalidade. O respeito e a solenidade com que a porcelana chinesa trata a natureza transformam-se na faiança portuguesa num prazer frágil e numa compreensão superficial.

A perspetiva é um dos fatores principais que determinam a diferença do sentido espacial. O conceito da “perspectiva não existe na teoria da pintura chinesa *shanshui*. Os mestres pintores aplicam a perspetiva das três distân-

---

<sup>10</sup> Zhuxi (1130-1200) é um sábio neoconfuciano que sintetizou os conceitos fundamentais de Confúcio. A tradução é minha.

<sup>11</sup> Texto original em chinês antigo: 且夫昆仑山大，瞳子之小，迫目以寸，则其形莫睹，迥以数里，则可围于寸眸。诚由去之稍阔，则其见弥小。今张绢素以远暎，则昆、阆之形，可围于方寸之内。 Acedido em <http://www.eywedu.com/hualun/hl002.htm>, em 06-02-2017.

cias, provavelmente tomada do pintor e teórico *Guo Xi* (cerca de 1000-1087), que a apresentou no livro *Linquan Gaozhi* [Dedicação à florestas e rios]<sup>12</sup>. Ele descreve três distâncias na pintura *shuanshui*: a *distância alta* (高远), que se observa entre a parte de baixo da montanha e o seu pico; a *distância plana* (平远), que se observa entre uma montanha próxima a uma remota; e a *distância profunda* (深远), que se observa entre o pico e o vale da montanha.

Em vez de aplicar a perspectiva isométrica, comum à pintura ocidental, a pintura chinesa *shanshui* é composta por várias perspectivas ou pontos de vista. Sullivan refere que a perspectiva na pintura chinesa *shanshui* é atmosférica (Sullivan, 2007, p.415): os objetos mais distantes ocupam as posições superiores e são pintados mais pequenos e menos distintos, indicando também “the scroll intends to involve the viewer’s imagination at an almost physical level, creating a feeling of wandering through a scene rather than absorbing it from a fixed point” (Sullivan, 2007, p.408). He reclama que são precisas perspectivas instáveis para criar um sentimento completo (He, 2014, p.18).

Sullivan também explica que “Scientific perspective involves a view from a determined position and includes only what can be seen from that single point” (Sullivan 2008, p.176). Isso reflete-se na pintura ocidental e em particular na referida peça de faiança. Enquanto observamos o motivo central com a figura humana obtido a partir de uma única perspectiva, não reparamos nos outros motivos nem nos sentimos instigados a descobrir os outros pormenores. Em contrapartida, a paisagem *shanshui* da pintura e da porcelana chinesas convidam-nos a viajar pela paisagem natural. Essa liberdade de olhar e de viajar através da perspectiva das três distâncias provoca uma experiência única nos observadores e cria um magnífico sentido de monumentalidade e até de infinidade.

### 3. O sentido do genérico e individualismo

O sentido do genérico é outra importante característica do motivo *shanshui* incompreendida pelos artesãos portugueses. Esse atributo corporiza-se em três aspectos principais: tempo, espaço e figura humana.

A pintura chinesa *shanshui* normalmente descreve um sentido coletivo da estação do ano em vez de um dia particular ou um momento específico. Através dos pormenores das montanhas, dos rios, das árvores, das nuvens, etc., os artistas chineses descrevem as diferentes estações e as emoções que lhe estão

<sup>12</sup> A tradução é minha.

associadas. Como *Guo Xi* explica no seu livro, “Mountains in Spring are saturated with mist and clouds, make feel lively; mountains in Summer are full of green and shade, make people feel bright and open; mountains in Autumn are clear and vivid, make people solemn; and mountains in Winter are static and gloomy, make people quiet and lonesome” (Citado em Law, 2011, p.375). As referidas peças de porcelana chinesa para o mercado interno e *kraak* parecem aludir à primavera. O rio pacífico, as montanhas, os arbustos luxuriantes e as figuras humanas representam uma vida calma. Entretanto, na maioria da pintura ocidental, os artistas tendem a valorizar momentos ou episódios. Na pintura de paisagem, os mestres gostam de pintar a tempestade, de encenar o poder destrutivo da natureza, de representar ambientes descontraídos. A pintura *shanshui* ocidental segue rigorosamente as regras do tempo. O motivo central da faiança mostra uma figura humana fixada num cenário, como se fosse um retrato. Contrariamente, na pintura chinesa *shanshui*, o tempo é mais difuso, mais amplo, ilimitado, variando conforme a vontade, a emoção, a experiência e o sentimento dos observadores.

Quanto ao espaço, a ciência e a técnica desempenham um papel considerável no desenvolvimento da pintura de paisagem ocidental. Às vezes, os pintores também mostram os seus interesses filosóficos, mas a maioria das obras procura a verosimilhança e a vividez. Assim, não é difícil identificar a paisagem esboçada na pintura, conferindo-a com a realidade.

Por sua vez, a pintura chinesa *shanshui* tem o objetivo de transmitir a experiência de “estar na natureza” em vez de “observar a natureza”, acentuando o conceito em vez da manifestação visual. No livro *The History of Art*, Ernst Gombrich explica bem esta ideia: “Chinese artists did not go out into the open, to sit down in front of some motif and sketch it. They even learned their art by a strange method of meditation and concentration in which they first acquired skill in ‘how to paint pine-tree’, ‘how to paint rocks’, how to paint clouds’, by studying not nature but the works of renowned masters. Only when they had thoroughly acquired this skill did they travel and contemplate the beauty of nature so as to capture the moods of the landscape... The Chinese, therefore, consider it childish to look for details in pictures and then to compare them with the real world. They want, rather, to find in them the visible traces of the artist’s enthusiasm” (Gombrich, 1972, p.111). Na pintura chinesa, os objetos naturais transmitem emoções, mas não são o espelho da realidade. Em alguns casos, as montanhas pintadas são estupendas e maiores do que as montanhas



verdadeiras, os rios são mais pacíficos e extensos do que os rios reais. Os pintores chineses criam as suas obras a partir das técnicas dos mestres antigos, combinando os sentimentos pessoais.

A maioria dos motivos *shanshui* na porcelana chinesa não pode ser adequadamente identificada, uma vez que não são reais mas apenas reflexos dos sentimentos. O aparecimento de peças de porcelana com paisagens verdadeiras são o resultado de encomendas estrangeiras com motivos de casas, palácios e jardins pessoais.

As descobertas da ciência e da técnica forneceram aos pintores ocidentais, sobretudo a partir do século XVII, uma precisão dos conceitos de tempo e espaço e levaram-nos a reforçar a verosimilhança e a particularidade. Entretanto, os pintores chineses, influenciados pela sua filosofia, descrevem a paisagem a partir da qualidade geral abstrata em vez da qualidade individual concreta. O objetivo essencial da pintura chinesa *shanshui* é cultivar o espírito em vez de produzir a ilusão mimética através da acumulação de detalhes. Esta característica também se observa no tratamento da figura humana, na sua expressividade e na relação entre a figura humana e a paisagem natural.

#### 4. A expressividade das figuras humanas

Numa visão relativamente geral, as pinturas *shanshui* com figura humana podem dividir-se em várias categorias: vida de isolamento, viagem corrente, história lendária, cena pacífica do povo chinês, entre outras. Seja porém qual for a categoria, a expressividade das figuras humanas não varia muito. A maioria corresponde ao homem de letras e apresenta uma aparência constante. A sua representação, inserida no ambiente da paisagem *shanshui*, tornou-se um tópico constante ao longo da história.

Na paisagem *shanshui* da porcelana chinesa, destinada tanto ao mercado interno como externo, as figuras humanas ocorrem vagamente retratadas. Enquanto os motivos naturais são bem desenhados, a figura humana é esboçada em traços simples, em muitos casos sem “rosto”. Na porcelana chinesa, a figura humana aparece com a função de adornar a paisagem. Estas pequenas figuras mostram uma convivência harmoniosa entre os homens e a natureza. Entretanto, sem conhecimento disto, os artesãos portugueses procuraram desenhar-lhes os olhos, o nariz, a boca, etc., para as tornar mais convincentes.



Ao mesmo tempo, a proporção exagerada da figura humana fez perder o sentido de harmonia entre a humanidade e a natureza.

A representação indecisa das figuras humanas tem portanto as suas razões lógicas e expressam as intenções subtis do pintor. Por um lado, os pintores esperam apresentar um estilo ideal de vida através das atividades quotidianas dos homens de letras, tais como beber chá, tocar instrumentos musicais, conversar com os amigos, jogar xadrez, despedir-se dos familiares e ler poemas no pavilhão, etc., assim mostrando os seus verdadeiros interesses e a vida desejada. Por outro lado, as figuras humanas esboçadas pelo homem de letras também são uma representação social do grupo a que os pintores pertencem. Às vezes, essas figuras humanas retratam exatamente os pintores, refletindo a dignidade e as convicções filosóficas dos homens de letras.

Visto que as figuras humanas são uma projecção dos pintores, não é preciso nem devem ser esboçadas com um rosto identificável. Há duas razões principais para isto. Em primeiro lugar, os homens de letras possuem uma forte ligação com a corte imperial e a maioria ficou insatisfeita com o domínio feudal. Num assunto político tão sensível, é mais seguro desenhar as figuras sem identificação. Em segundo lugar, uma figura sem identificação representa melhor uma comunidade revoltada contra a realidade cruel do domínio imperial e que pretende apresentar uma vida ideal alternativa. Para além disso, as figuras humanas têm uma função ornamental na pintura da paisagem *shanshui*. Pormenorizar as feições desviaria as atenções da comunhão com a natureza e do prazer da viagem.

## **A relação entre a figura humana e a paisagem natural**

Já expliquei na parte anterior que a figura humana aparece na porcelana e na pintura chinesas com a função de adornar a paisagem. Na porcelana chinesa, as figuras humanas são muito pequenas e constituem uma parte da paisagem, onde se integram sem sobressaírem. Em contrapartida, na faiança as figuras humanas agigantam-se no centro da imagem. Como se estivessem a assistir a um espetáculo no palco, as figuras da faiança não traduzem o sentimento da natureza e a vontade de passear sugeridos pela paisagem *shanshui*. Talvez a figura humana, desproporcionada em relação à estrutura compositiva, mostre o maior individualismo do pensamento ocidental.

Os filósofos chineses antigos veem os diferentes elementos da natureza não como objetos separados mas como as partes de um conjunto unificado. Na teoria taoista, “Man is just a humble tiny entity of the whole” (Law, 2011, p.379). As figuras humanas não são o sujeito que conquista a natureza mas também não são os bichos que vivem no degrau mais baixo da natureza sem a capacidade da revolta. Como se ilustra no taoismo, “Between Heaven and Earth I am but as a small stone or a small tree on a great hill, so long as I see myself to be this small, how should I make much of myself” (Legg, 1962, p.376). Esta unificação harmoniosa entre a figura humana e a natureza demonstra exatamente a essência da filosofia chinesa: “a unificação do cosmos e do humano”<sup>13</sup>.

Esta teoria sobre a relação harmoniosa entre a figura humana e a natureza foi criada por *Zhuangzi*, filósofo taoista do século XI antes da era crista, e desenvolvida posteriormente. Na dinastia *Han*, foi trabalhada por *Dong Zhongshu*, um filósofo confucionista que acentuou a unificação do cosmos e do humano ao aludir à “ressonância entre o cosmos e o humano”<sup>14</sup>. Pela primeira vez na história da China, *Dong Zhongshu* sistematizou as teorias baseadas no confucionismo e aplicou-as à teoria do poder imperial. Ele considera que é o céu, e não o imperador, que possui um poder absoluto, dominando o mundo e decidindo as regras da natureza e as vidas humanas. Por exemplo, se os dominadores implementassem uma política de benevolência, as condições meteorológicas tornar-se-iam favoráveis e o povo também viveria melhor. Esta harmonia entre o cosmos e a humanidade influenciou muito o valor estético e a criação artística.

A teoria da “unificação do cosmos e do humano” ou da “ressonância entre o cosmos e o humano” não é apenas um pensamento filosófico, mas um lema de vida e um estado da mente que se repercute na pintura chinesa *shanshui*, sobretudo na inserção da figura humana na paisagem. *Shanshui* é mais do que a representação da natureza, ela é o meio para uma experiência de estar na natureza. Todos nós somos convidados a estar nesta natureza e a tornarmos-nos a figura humana da pintura. Sullivan ilustra poeticamente estas figuras humanas ao afirmar que “they seem to have arrived in the painting slightly ahead of us and to be lingering there a moment as well” (Sullivan, 2007, p.417).

<sup>13</sup> Em chinês: 天人合一. A tradução é minha

<sup>14</sup> Em chinês: 天人感应. A tradução é minha

## A história subjacente à paisagem *shanshui*

Na pintura chinesa, há um significado cultural e um sentido conotativo atrás dos motivos individuais. O mais importante é a história subjacente à paisagem *shanshui*. Como se demonstra na história de *Zong Bing*, a pintura *shanshui* não se realiza numa qualquer cena particular. Ela é uma percepção conceptual obtida a partir de vários episódios, experiências e histórias de vida.

Por conseguinte, a pintura *shanshui* não é apenas uma paisagem de montanha e água, mas o espelho da esperança na realidade. Ela mostra episódios históricos aos quais os chineses atribuem um valor representativo, uma lição de vida. A essência da pintura chinesa depende da revelação da verdade. Numerosas cenas *shanshui* na porcelana e na pintura chinesas foram feitas no período da transição. Quando os invasores mongóis conquistaram o território da China e impuseram as políticas da dinastia *Ming*, muitos homens de letras, que tinham formado a espinha dorsal do império, optaram por se isolar e escolher uma vida rural, em vez de colaborar com o novo poder dominante. Nas obras de pintura, eles retratam os seus exílios interiores e veem a paisagem *shanshui* como o afastamento da sociedade tumultuosa. Eles procuram estabelecer um espaço onde as pessoas possam contactar com os seus mundos ideais. Para eles, *shanshui* é uma condição espiritual essencial para sobreviverem.

Os artesãos da faiança portuguesa não conhecem a história subjacente à paisagem *shanshui* e por isso tendem a descontextualizá-la, a concebê-la como uma figuração simples e intemporal da China. Eles copiam os temas mas não conseguem retratar aquele mundo ideal que o povo chinês esperava e desejava.

## Conclusão

À medida que se desenvolvem as novas perspectivas do século XXI, a riqueza da arte chinesa tradicional revela-se um extraordinário recurso cultural ainda por explorar e integrar na vida moderna. Cabe aos investigadores expor os traços históricos presentes no diálogo intercultural e aprofundar os contextos históricos e culturais subjacentes à beleza incomparável da porcelana, da seda, das lacas, dos biombos, etc.

A arte é sempre uma expressão espiritual dos povos, a linguagem visual de uma comunicação intercultural ou de um diálogo internacional. A arte permite-nos descobrir diferentes compreensões baseadas nos contextos culturais, históricos e sociais. A arte chinesa possui uma linguagem visual e uma expres-

sividade muito particulares. Em muitos casos, os ocidentais estabeleceram a sua imagética sobre a China a partir de uma compreensão superficial.

Da porcelana chinesa tradicional e da porcelana *kraak* à faiança portuguesa, realizou-se um diálogo particular entre os dois povos. Cada um deles tem um olhar próprio sobre o mundo. A representação dada ao motivo *shanshui* testemunha essa diferença. As transformações a que este tema foi sujeito refletem de modo subtil e poético as particularidades culturais da China e de Portugal, os seus contextos sociais e as suas mundividências.

Quer seja apresentada no papel, quer seja apresentada na cerâmica, a pintura chinesa *shanshui* mantém a sua essência: expõe um mundo imaginado e espiritual. O valor da pintura *shanshui* não depende da semelhança com a natureza, mas da faculdade de transformar a natureza numa mundividência, numa expressão moral do autor e numa fonte de emoção para o observador. Cada pessoa possui no íntimo a sua própria visão *shanshui*, que é também, em grande medida, o resultado da cultura envolvente. A paisagem *shanshui* revela a China, assim como Portugal se mostra nas reinterpretações que os seus artesãos produziram na faiança. As relações civilizacionais presentes neste tema dão-lhe valor e singularidade e reclamam uma interpretação ponderada.

## Referências bibliográficas

- Cahill, J. (2013). *Chinese Painting: A Pictorial History*. Beijing: Joint Publishing.
- Canepa, T. (2008). Porcelana Kraak: O desenvolvimento do comércio global no final do século XVI e início do século XVII. In L. Vinhais & J. Welsh (Eds), *Porcelana Kraak: O desenvolvimento do comércio global no final do século XVI e início do século XVII* (pp.7-64). Londres: Jorge Welsh.
- Chen, D. X. (1991). O sentido cultural da figura humana na pintura chinesa shanshui. *Jornal da Universidade de Renmin* 6, 90-95.  
Recuperado de [http://xsqks.ruc.edu.cn/Jweb\\_rdxh/CN/abstract/abstract11540.shtml](http://xsqks.ruc.edu.cn/Jweb_rdxh/CN/abstract/abstract11540.shtml), em 24-01-2017.
- 代湘, 陈. (1991). 中国山水画中人物点缀的文化内涵. 中国人民大学学报, 第6期, 90-95.
- Cheng, F. (1994). *Empty and Full: The Language of Chinese Painting*. Translated by Michael H.Kobn. Boston & London: Shambhala.
- Fong, W.C. (2003). Why Chinese Painting is History. *The Art Bulletin*, 88 (2), 258-280.  
Recuperado de <https://www.jstor.org/stable/3177344>, em 16-02-2017.
- Law, S.S. (2011). Being in Traditional Chinese Landscape Painting. *Journal of Intercultural Studies*, 32 (4), 369-382. Recuperado de <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/07256868.2011.584615>, em 03-03-2017.
- Legg, J. (1962). *The texts of Taoism* (Vol. 1). New York: Dover.

- Recuperado de <https://archive.org/stream/sacredbookschinoolegggoog#page/n371/mode/2up>, em 03-01-2017.
- He, J.L. (2014). Continuity and Evolution: The idea of “Co-creativity” in Chinese Art. *ASIA Network Exchange* 21(2), 15-23.
- Goldschmidt, D. L. (1984). Les Porcelaines chinoises du palais de Santos. *Arts Asiatiques*, 39, 3-72.
- Gombrich, E. H. (1972). *The Story of Art* (13th ed.). New York: Phaidon Press Limited.
- Guo, X. (2010). *Linquan Gaozhi*. Beijing: Empresa do livro Zhonghua.
- 熙, 郭. (2010). 林泉高致. 北京: 中华书局
- Matos, M. A. P. (1996). *A Casa das Porcelanas: Cerâmica Chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves*. Lisboa: Instituto Português dos Museu e Philip Wilson Publishers.
- Matos, M. A. P. (2013). O prestígio e impacto da porcelana da China no mundo ocidental. In A. Curvelo (Ed.), *O exótico nunca está em casa? A China na faiança e azulejo portugueses, séculos XVII-XVIII* (pp.43-57). Lisboa; Museu Nacional do Azulejo.
- Pais, A. N. & Monteiro, J. P. (2013). O exótico na faiança e azulejo do século XVII. In A. Curvelo (Ed.), *O exótico nunca está em casa? A China na faiança e azulejo portugueses, séculos XVII-XVIII* (pp. 59-79). Lisboa; Museu Nacional do Azulejo.
- Queiroz, J. (1907). *Ceramica portuguesa*. Lisboa: Typografia do Anuario Commercial.
- Sandão, A. D. (1976). *Faiança Portuguesa: séculos XVIII e XIX*. Porto: Livraria Editora Civilização.
- Ströber, E. (2011). *Symbols on Chinese Porcelain: 10,000 Times Happiness*. Leeuwarden: Arnoldsche.
- Rinaldi, M. (1989). *Kraak Porcelain. A Moment in the History of Trade*. London: Bamboo Publishing.
- Sandão, A. (1976). *Faiança Portuguesa: Séculos XVIII e XIX (Vol. I)*. Porto: Livraria Editora Civilização.
- Sullivan, M. (2007). The Gift of Distance: Chinese Landscape Painting as a Source of Inspiration, *Southwest Review*, 92 (3), 407-419.
- Sullivan, M. (2008). *The Arts of China* (5th edition), Berkeley: University of California Press.
- Flores, J. M. (1998). Um Império de Objectos, In S. Mafalda (Ed.), *Os Construtores do oriente Português: ciclo de exposições Memórias do Oriente*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Wu, X.Y. (2013). Wo Yi Yo Zhi: o estudo sobre o prático artístico no “Hua shanshui xu” de Zong Bing. *Revista Académica de Yun Han*, 27, 68-83. Recuperado de <http://ir.lib.ncku.edu.tw/handle/987654321/141427>, em 12-02-2017.
- 沂濤, 吴. (2013). 卧以游之: 论宗炳<画山水序>中对[游]的艺术实践. 云汉学报, 第27期, 68-83.

# A BELEZA DE “DEADWOOD” – LINGUAGEM ARTÍSTICA E CONCEITO ARTÍSTICO DE “DEADWOOD”

## “朽”之美——朽木的艺术语言及其艺术观念

Bingming Sun

Universidade Yanshan

### 一、初涉“朽”木探索之途

通常情况下，人们认为植物枯萎—凋零—生命终结，树干枯干断裂—腐烂氧化—虫蛀风蚀至千疮百孔，会条件反射一样想到“朽木不可雕矣”；但是，如果近距离的观察，你会被木头独一无二的腐朽肌理所吸引，为鬼斧神工的自然天成而惊愕。

一道道年轮能展现出一种直观的岁月沉淀之美，枯干更具有哲理性的视觉感，试想落光了叶子的树木，光秃秃的枝桠，向天空吐着一种特有的宁静，如同沉思默想的智者，你是否产生过瞬间的庄严凝视？罗丹说过：“每一片秋叶都是大自然的一篇杰作，而我们人类是望尘莫及的”。因此我决定以一种形式赋予朽木新的生命形态，作为生命的延续，让朽木可雕。曾有过在朽木加工前的与传统意义上的“优质木材”的对比实验，当人们为朽木新生后的状态惊讶错愕时，已说明当潜意识下人们习惯中的一种生命结束的时候，我们再重新赋予一种新的内容并以新的切入点将其挖掘、表现，以一种从未使用过的艺术语言让其充分膨胀起来，就将是一个震人心魄的崭新艺术领域。

朽木作品的完成（严格的说是在比较合适时结束，永无最终的完成）分为几个阶段：首先是睹物蓄义阶段，要以形定神，然后是做足材质的视觉形式感，比如断裂剥离破碎等，这个阶段为感知阶段，即为自然生命的感知；接下来为重生阶段，即为延续生命，这个阶段力在实现“朽”，并用现代科学手段使其完整，但不失隅之美；最后是使用传统民间铜陶瓷的方式，用不同材质的金

属铜子“铜”起来。这个时期开始在探索材料之间不同的语言，通过传统工艺诸铜合的方式，使不同的材料之间产生一种关系，自然物质—现代元素之间的一种视觉冲撞的感觉，然后从纯粹的材料和材料之间的关系入手，融入理念中感觉上的东西。这些对材料的对比、对抗的关系的兴趣，是来源于生活上的感觉感想感触，诸如矛盾、束缚和压抑之类的感觉，这个在作品（“合”“荷”“核”“和”系列）（右）中体现的较明显。

## 二、“朽”木艺术的选材及艺术语言

### 2.1 “朽”木

木，“具温润，匀质地，声舒畅，并刚柔，自约束”，中国人喜木，崇尚木，收藏木，由来已久。木头每一寸存在都是岁月留下的印记，或经历风雨，或遭受虫蚀、刀劈斧砍。每块木头都有其独特纹理、天然印记或颜色的变化，都有独一无二的收藏价值。

发现枯萎的魅力所在，是考验一个艺术家眼光很重要的标准；一块木头在不同的人眼中存在不同的价值，蚂蚁蛀咬风蚀水侵过的一块千疮百孔的朽木或许激活了艺术家头脑中灵感，从中浮现出波澜壮阔的山水风景，而木匠眼中则只会是一块一无是处的废料，所以在创作选材之初就是要发现非正常客观物体所存在的关系，包括木材在腐败、虫蛀、风裂的过程中所形成的特殊形态，恰恰把这独特形态、外观作为所要表达的对象，经过艺术手段处理和加工，混合辅助一些特殊的载体把腐败中潜藏的艺术点挖掘出来，让其膨胀和放大。

### 2.2 树脂

众所周知，朽木易破碎断裂，在作品创作过程中，所选用的介质必须要有连接和固定的功能作用。将朽木断裂的缝隙处逐渐的灌入树脂直至凝固，通过这种介质的处理，将碎木相连接，使之聚合完整；也就是说这种材料的使用籍借于破坏破坏东西的基础之上，这其中蕴含了破碎与完整的关系；破碎的形体、断裂的木头、碎裂的纹理，虽然视觉上是块状碎裂残缺的，但是实质上已经完整的结合在一起了。

树脂在加入添加剂后，会出现光洁度和透明度类似于玻璃的效果，但远非玻璃可以替代；玻璃的加工制作需要高温热固，但木头在同样的高温下会燃烧或炭化，因而这两种材质不能同时制作，鉴于木材惧高温的特性，我们需要的是可以与木头的燃点相吻合的树脂冷凝技术，通过冷凝使之与木质完美的结合到一起。树脂在凝固中不会产生高温，对木头造不成破损，极大的保护了朽木本身效果，这是树脂的最大优点。



树脂的优越性能使其成为完成作品聚合功能的介质之一，最重要的一点是体现了空与无的境界。用树脂补充缺失和断裂处，在透光性导光性方面都优越于其他材质；介于树脂的良好透光性，我们可以认为它在视觉上是不存在的，虚的，但是在实际状态下，这种物质却实实在在的存在，所以这种物质在某种程度上说，介于有和无之间，通过这种形式进行一种转换，不再单单是一种若隐若现，而是存在与不存在之间；正如佛家常讲色与空的关系，色即是空空即是色，两者不能孤立的存在，这种介质将色与空的关系融合到了一起；朽木的生命，以一个新的形态重新呈现。

### 三、“朽”木与禅意文房

#### 3.1 禅意与文房

禅实质是智慧——东方文化特有的大智慧。禅，之所以被称为东方大智慧，关键是它的思维方式。禅之思维，是超越了形象思维与逻辑思维的直觉思维，或者也可以称之为灵感思维、顿悟思维。它直探心源，契入事物的内核。我们每一个人都体会过直觉的神奇与灵感的美妙，我们每一个人都曾有过心有灵犀一点通的感受——这，就是禅力图赋予我们的、并使之经常化、实用化的智慧。禅之思维并不神秘，每一个人，都能将这种直觉显发出来。

唐宋以前的中国文人士大夫，把书房视为私人静修的空间，对内是自我释放的天地，对外则是至高礼仪的接待。从宋代开始，书房就已超脱了书写的功能，成为文人士大夫个人自由思考的地方。不管为国家、为社会，还是为个人而思考，都在这个独立的小空间完成。由于思考牵涉人的心情，心情又与当时所处的环境密不可分——是静是闹，都可以通过环境的设计布置来营造。正是基于这一需要，才出现了从宋到明的简约的文人审美观——不啰嗦、不俗套。

在朴素甚至简陋的环境中，思索生命的深厚，修禅之人常常身形枯瘦嶙峋，却正因如此才到达心灵的安宁和生命的静穆。执着于思考和探索的人们像极了修禅之人，他们都是专注于思索，不执于物，不耽于形。木材的枯朽纹理，既是朽木的精神，也是苦修精神和思考探索的写照；“禅意文房”的再造是凝固枯稿腐朽中的智慧，以古拙简朴的艺术手法轻抚嶙峋身体中真诚、静默又深重的灵魂，给他们“似竹而有节”的生命以新生。

#### 3.2 “朽”木与文房

取意于禅，载于朽木，择以这种形式赋予朽木新的生命，让生命延续，让朽木可雕。当人们为朽木新生后的状态惊讶错愕时，已说明当潜意识下人们习惯中的一种生命结束的时候，我再重新赋予一种新的内容并以新的切入点将其



挖掘、表现，以一种从未使用过的艺术语言让其充分膨胀起来，就将是一个震撼人心的崭新艺术领域。

作品以“朽木印章”盖红泥印于墨池木身结尾，既是对木灵已经结束的第二段生命的认识和感谢，也启封了它的新生。

## 四、“朽”木艺术延展出的艺术观念

### 4.1 朽木的第三次生命

艺术品和工艺品之间的区别还在于艺术品追求的是心理感受，是在原形态基础上发觉深层的本质存在形式。艺术品或民间艺人的作品由于有着浓厚的生活气息，大众都比较熟悉，从艺术风格上讲，是在走通俗性的平民化艺术普及道路；符合大众化的审美，但并不代表它是一件真正意义上的艺术品，仅仅是艺人追求的自然物象，而且是只停留在形而下层面上匠作，说的残忍一点，有时候甚至是在毁灭实际意义上的美感、真谛、甚至物质生命，任何一种物质，在不同生存空间、不同时间阶段都有不同的生命状态；任何一种物质，在不同生存空间、不同时间阶段都有不同的生命状态，会生生不息地延续下去。

就拿树木来说，生命的形态从没有终止循环。第一次生命——在自然界中勃发生长时是一种生命形态，第二次生命——伐木成器，腐烂时是另一种状态的继续，不能单单说树木生长时是生命还是化为腐木时是生命，当这种状态存在时，便是一种生命形式的存在，若把它的存在状态扭曲并改变成你想象中的一种形象的时候，已经破坏了它的原有生命形态和生命结构了。第三次生命——把木材在腐败、虫蛀、风裂的过程中所形成的特殊形态经过艺术手段处理和加工，混合辅助一些特殊的载体把腐败中潜藏的艺术点挖掘出来，让其膨胀和放大，成为独特的艺术品！基于本体，载于流年，赋于情怀，成于“朽木”。朽之朽，不朽也。在这种情况下，有人会问，这样做的意义何在，做出的东西又有何用途！

### 4.2 艺术的无用和有用

单纯意义上讲，艺术品没有具体实用意义，但它传递的却是一种高于实用意义的、思想上的东西。艺术，在某种程度上就是一种内心情绪宣泄的过程，无用之用，艺术有时候也是一种和宗教同质的东西，我们应该从人的精神层面去研究。

若深究艺术的有用性和无用性，我们可以追溯的久远一些，在中国文人眼中，艺术并非社会生产活动，应是修身养性，心灵完善的手段，是形而上的精神活动。形而下的技能属于民间工匠，故物质生产性的建筑、壁画、泥塑应由他们去作，某些方面，中国艺术体现了文人、工匠的二元特征。

现代浮华社会中，还有一部分艺术家不知所云，不知道自己在做什么，甚至连他们自己也不清楚追寻的目标，所做出的一些所谓的观念艺术，哗众取宠来迎合所谓的大众心理需求，这是应该鄙夷的；作为艺术家应避免以低级庸俗的行为去包装作品，应该从个人的独到的视角审视问题，并以饱满的热情、真实准确的艺术语言去表达个人情感意识，不断开拓新的艺术语言方式，使其成为张扬新艺术语言、新艺术观点的新天地。

本着为体现思想抒发观念而去创作，这种状态下产生的艺术品的生命力和视觉冲击力和信息传达的量将是非常的大的，创作表现手法可以是多元化的，包括视觉的，听觉的，嗅觉的，味觉的触觉的，都能完全放置在一起，现代艺术有着巨大的包容性，这种巨大的魅力浸染着每个艺术追求者的心性和灵魂，精华之作也洗涤了每个艺术欣赏者，艺术的有用性和无用性又怎可一概而论？

## 五、总结

朽木的作品要表达的意思基本上就是这些：传统文化与现代文化的融合传承、佛家文化的浸染、物质的虚无性、色与空的暗含、虚无物质自然性和设计性之间的联系与沟通；把这些因子揉入朽木作品中去，最后的结果不是单单凭好看与不好看来定论的，当然，如果在表达理念的同时，又呈现出了物体唯美的状态，这自然是最佳结果、最理想的状态，如果仅仅是我表达出了我的意图或观念，但是作品的呈现形式并不好看，也并不代表这个作品不成立，古人云，“宁古勿时，宁朴勿巧，宁俭勿俗”。也许，某一天，当我们拖着疲惫的身躯，转身凝神间，我们会发现，洗尽铅华后，最美最真纯的，依旧是这份伴我们而生，却最易被我们所丢弃的古拙。

简言之，就在最简单的朴拙中发掘了生命载体的内在真谛，并进行了升华，从而将生命载体中蕴含的艺术点的高度放大。这个疆域的可拓展性非常开阔，我不敢说，我开了这个方向的先河，但我想我是找到了一个基点，能将我心里的想法和艺术很好融合的一个基点。成立与否，我还在探索和追寻的路上……



# A BELEZA DA CALIGRAFIA CHINESA

## 中国书法之美

**Mo Guo & Lihui Guo**

Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau

中国书法艺术，简单地说是汉字的书写艺术。在汉字形成的发展过程中，古人不仅要求其满足于实用的功能，而且不断地为其赋予艺术的品质，使之逐渐丰满，成为一种多姿多彩，足以独立于世界艺术之林的特殊式样。可以说，书法的产生与两个基本要素相伴：一是书法附着于文字，在其使用和传播过程中，古人使书写技术具有艺术品位的高低优劣及普遍适用的可比性，这是保证书法健康发展的社会基础；二是古人使书体式样和书法风格具有复杂而微妙的象征意义，并且始终与文化相伴，由此使关于书法艺术的所有内容都必须凸显在文化的背景上，以体现其价值。

### 一、中国文字的产生

以象形文字为代表的符号汉字产生的历史已经近万年，而书法的历史仅3000多年。中国最早的书法文字称为甲骨文，也是现存的中国王朝时期最古老的一种成熟文字，它出土于河南省安阳市的殷墟，甲骨文又称契文，甲骨卜，殷墟文字或龟甲兽骨文，内容一般是占卜所问之事或者是研得结果，其形体结构已有独立体趋向合体。它上承原始刻绘符号，下启青铜铭文，是汉字发展的关键形态，被称为最早的“文字”。现在汉字即由甲骨文演变而来。

那么我们所说的书法是从甲骨文开始，而非从汉字产生开始，这涉及到书法的概念问题。我认为书法要具备四个要素：一是书写的对象必须是汉字；二是书写的工具必须是毛笔，三是书写的内容必须是完整的；四是书写所表达出来的必须是作者的情感。按照这一原则，书法的起始是从甲骨文的产生开始的。国内有学者曾经研究过，尽管甲骨文是由金属雕刻上去的，但是在用毛笔

书写后再刻的，因此属于书法范畴。那么毛笔为什么会在中国出现，而没有出现在古代埃及呢？这又与中国的文化相关，一是当时中国社会人们以狩猎为主要生活方式，动物的皮毛较多，制作毛笔比较容易。更主要的是毛笔有其特殊的特性，就是富于变化，即可有粗细的线条关系，又可以出现绞转的特殊效果，这就契合了中国古人天人合一，不温不火、不软不硬、不激不励的思想内涵，由此产生后来的儒家思想奠定了基础。



甲骨文图片

	舉				例			
a	人	女	子	口	鼻	目	(手)	止(足)
b	馬	虎	犬	象	鹿	羊	豕	龜
c	日	月	雨	(電)申	山	水	禾	木
d	壺	高	弓	矢	絲	册	卜	兆

中国甲骨文



古埃及文字

## 二、中国书法的源流

1、篆书。从甲骨文诞生开始，经历上千年的发展变化，为了书写便利，使文字更好的为人类社会服务，逐渐演变成篆书。这里所称的篆书是指隶书以

前的所有古文字---甲骨文、金文、六国古文字、籀文、大篆、小篆。在此期间也出现了简牍和帛书，简牍是写在木板或竹板上，帛书是写在帛古代丝绸制品绢上，而其它字体均雕铸在青铜品或刻在石头上。从这些保留下来的资料可以清晰看出毛笔书写的痕迹，而且在书写过程中，表现的是中锋圆转，这体现出中国人的审美取向，即内圆外方。中国书法都处在中锋用笔和圆结构这样一种用笔和结字的状态，这是书法审美积累的第一个阶段。



金文



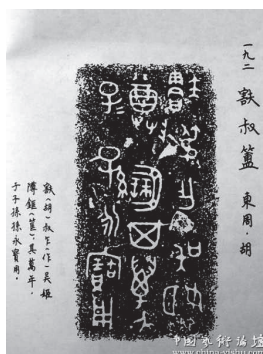
籀文



六国古文字



峰山碑口小篆口



大篆



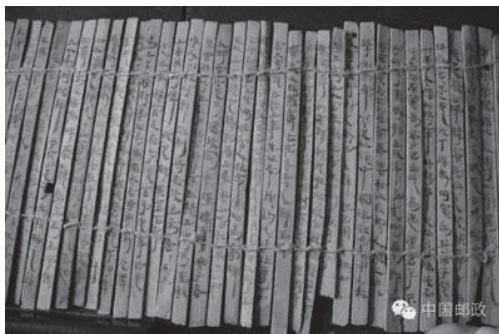
李斯小篆

**2、隶书。**在距今2300年左右，中国书法发生了第二次重大演变---出现了隶书这一新书体。其特征是用笔出现侧锋和方形结构，笔画出现了“蝉头燕尾”的形状。后来因为造纸术的发明，毛笔得到了更加广泛的使用，书体与书写技术随之发生了深刻变化。书写面积扩大后，处理字与行的关系时，方形是最稳定的，因此书写者审美的想象更加丰富，不但要写好每个单字，而且要处理好上、下、左、右的关系，这也促进了书法美学的发展。

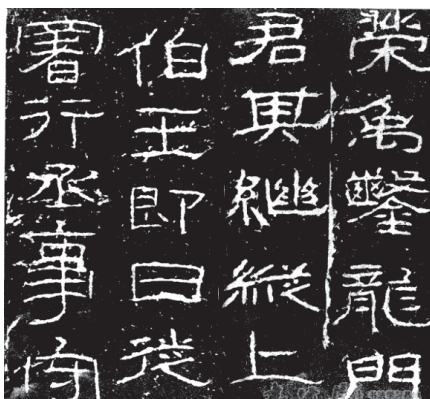




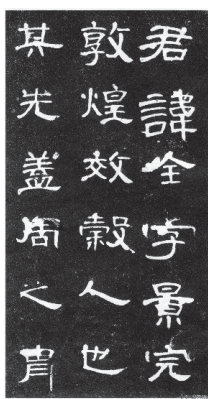
简书



简牍



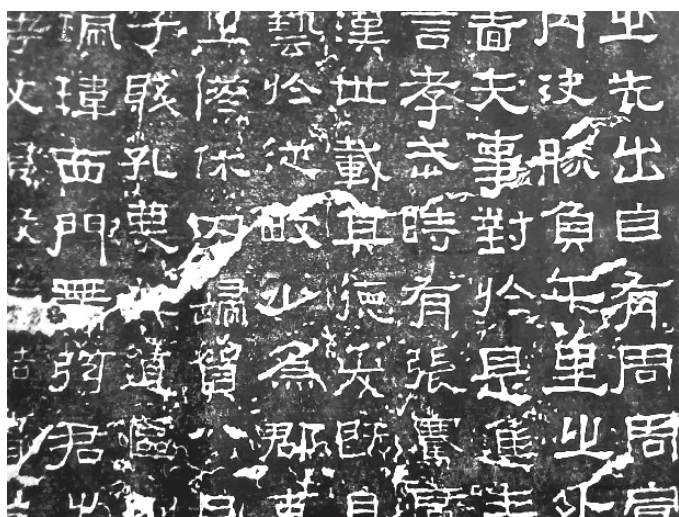
汉·石门颂



汉·曹全碑

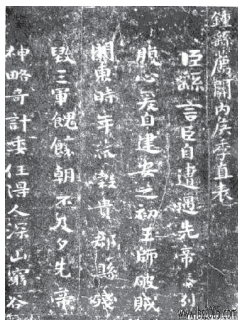


汉·礼器碑



汉·张迁碑

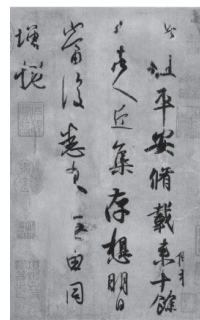
**3、行楷书。**中国书法在公元三世纪到四世纪的时候发生了第三次重大改变出现了行书和楷书。这也是沿袭至今的最后两种经典字体。中国的书圣王羲之，其在中国书法史上最重大的创造就是最终确立和完善了楷书与行书的“新体”，创作了八种笔画的书写方法即“永字八法”，行楷书的结字是方圆兼施。此时的中国书法无论从汉字的成熟上还是毛笔的表现上都达到了中国书法创作的最高峰。在之后的至今1000多年里，书法本质再没有大的变化。



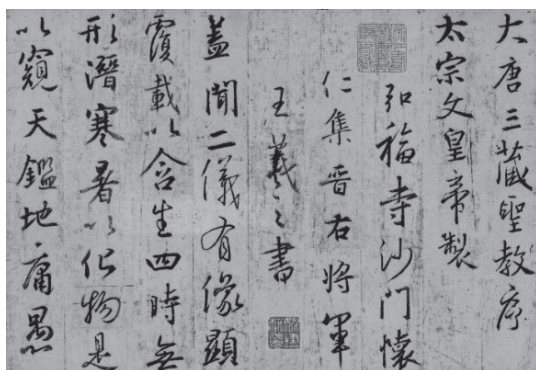
钟繇宣示表



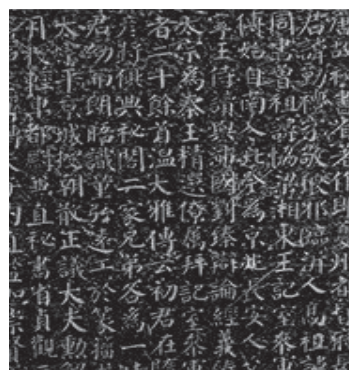
王羲之兰亭序



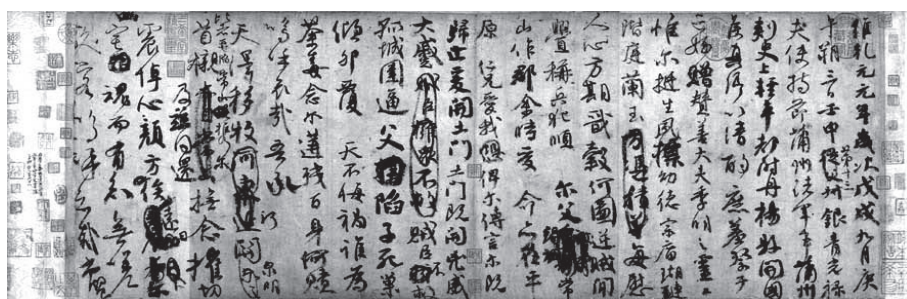
王羲之平安帖



王羲之圣教序

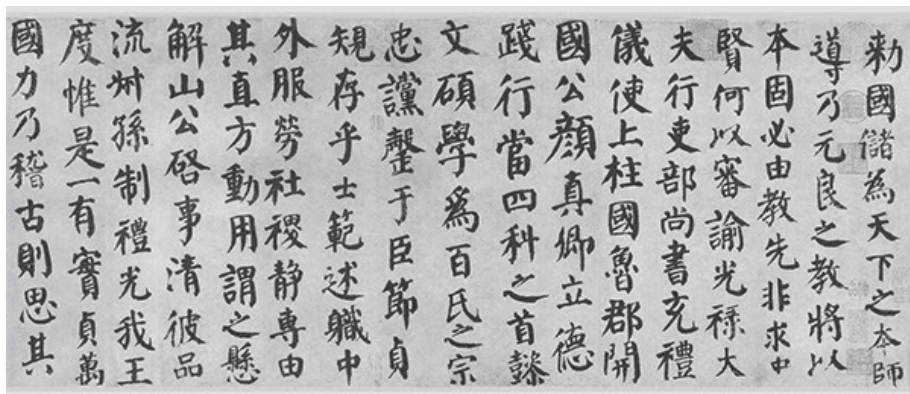


颜真卿勤礼碑

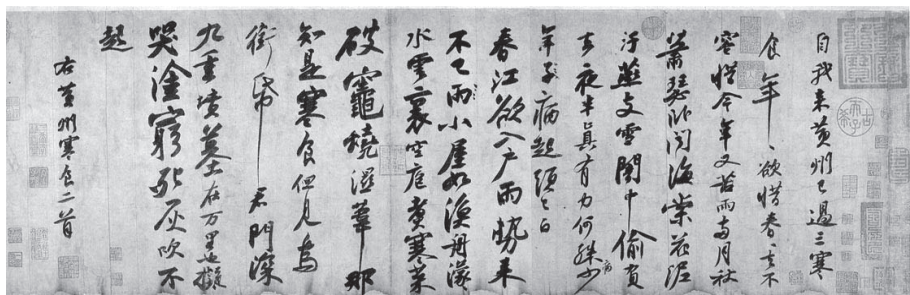


颜真卿祭侄文稿





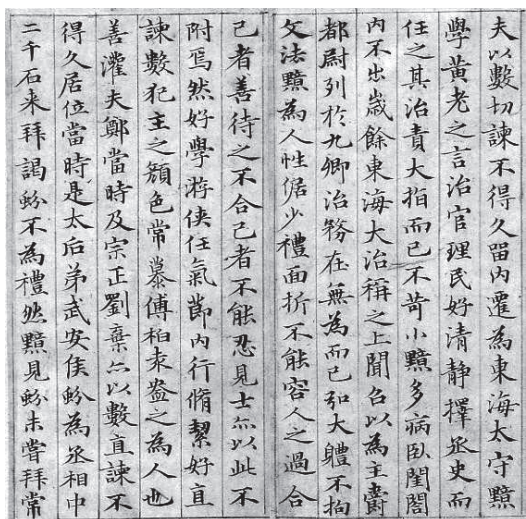
顏真卿自書告身



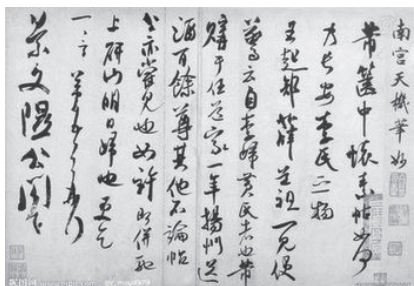
蘇東坡寒食帖



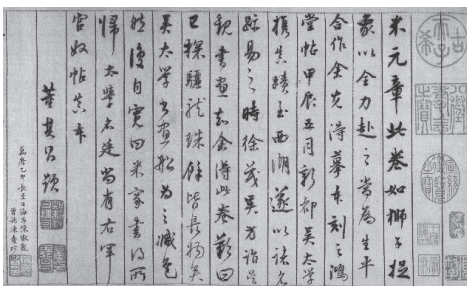
柳公權玄秘塔



趙孟頫小楷

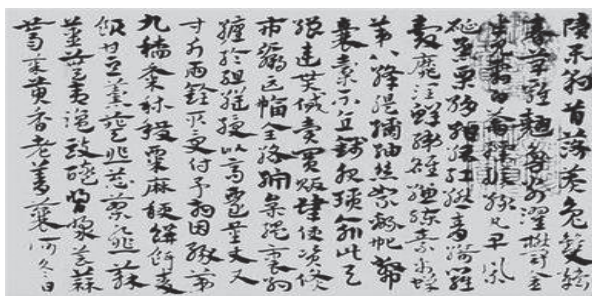


米芾中秋帖

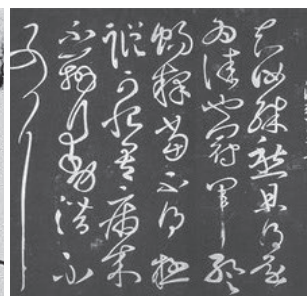


董其昌行书

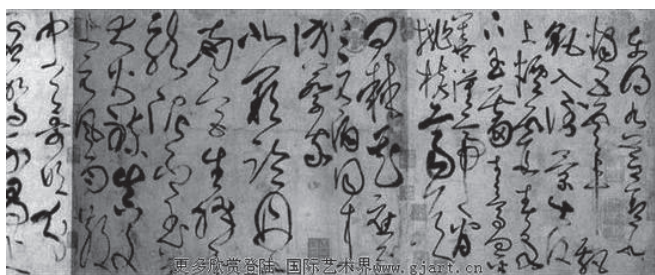
4、草书。草书的出现也是在距今2000年左右。草书分为章草、大草、小草。草书是一种与楷书形体差别很大的符号系统，它最早出现的动因是简便速记。在张之的“一笔书”和王献之的推动下，发展至张旭与怀素狂草的出现和繁衍，使书法最终脱离了实用而成为纯艺术。它有一个自成系统的发展脉络：产生于魏晋，高潮于盛唐，而到宋、明再次掀起了新的高潮。草书的审美体现在“运笔迅速”，而呈现在我们面前的是“迅疾骇人”的时间和空间的变奏。可以说草书更能表达作者的情感和激情，也是世界造型艺术史上的又一奇迹。



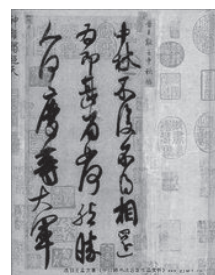
章草



张芝草书

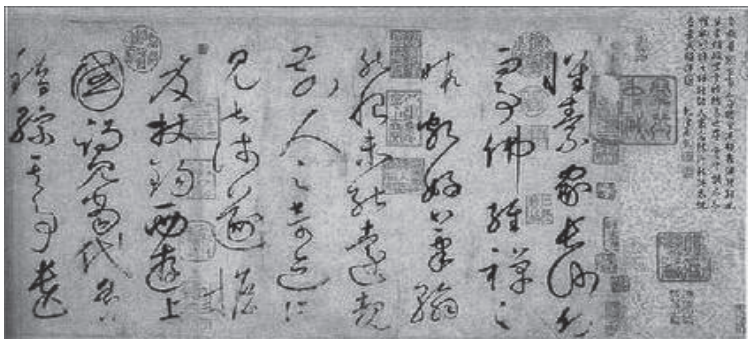


张旭草书四帖

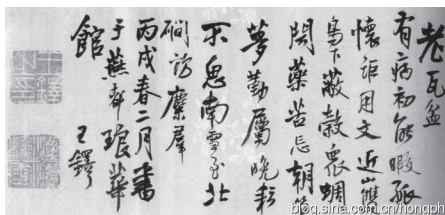


王献之中秋帖





怀素草书



王铎草书

### 三、当代书法的现状

1、书法热的兴起。任何一种文艺的复兴都是建立在经济繁荣基础之上的。伴随着中国近30年的经济大繁荣、大发展，中国书法也随之出现了新的热潮，各地官办民办书法组织几千家，书法爱好者上千万，专业半专业书法家已过万人。随着中国国门的打开，对外交流的频繁，书法也作为中国文化的精华走出了国门、走向了世界。特别是外国人学习中国书法也已成为时尚。在中国100多所开设书法专业课程的大学课堂上，到处都不乏外国人的身影，世界各地的孔子学院同样成为传授书法的平台。



**2、现代书法的出现。**随着考古成果的新发展，大的古代碑刻重见天日，印刷技术的提高，传媒的迅猛发展都为现代书法的发展提供了丰富的素材和灵感，呈现出一片前所未有的新天地。可以说，当代书法创作流派纷呈，风格各具的现实 绝非某些理论家可以做“导向的”。当然，同样也不会为某些艺术指挥棒所改变。

尽管当代书法发展不是凭空想象，是时代对传统的总结，是对传统客观全面的继承，但由于其实用价值的降低，加上书法家思想更加活跃，书法创作上无论是形式还是立意都会有大的突破，都将开创出书法创新的新局面。

**3、书法走上专业化之路。**从古至今，中国的书法都是在实用中发展起来的，写字是为了记事，创作是为了表达思想感情。但随着时代的发展，特别是电脑的出现，书法的记事、载体功能日益弱化，导致书法的发展逐渐走向专业化道路。这也使书法自然成为一种独立的艺术形态，书法创作也必然在继承传统的基础上走向追求视觉的美感、视觉的冲击力等美学方向发展，进而导致未来书法的发展将由具象美向抽象美的转化，最终书法也将与绘画一样从传统画架上走向行为、装置、景观。



